Festival do Cerrado

Mulheres e Povos Tradicionais do Cerrado
Guardiões da Sociobiodiversidade

ANAIS

Realização

Parceiros

Apoio

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Festival do Cerrado (3. : 2026 : Goiás, GO)
Anais do III Festival do Cerrado [livro eletrônico] : mulheres e povos tradicionais do Cerrado guardiões da sociobiodiversidade. -- 1. ed. -- Goiás, GO : Ed. dos Autores, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-02-38355-1

1. Biodiversidade - Conservação 2. Cerrado - Ecologia - Brasil 3. Comunidades quilombolas 4. Desenvolvimento sustentável I. Título.

26-398071.0 CDD-577.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Cerrado : Bioma brasileiro : Preservação : Biologia 577.0981

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS CORA CORALINA
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS – CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS – NELSON DE ABREU JÚNIOR

Antônio Cruvinel Borges Neto
Reitor

Claudio Stacheira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Sandra Máscimo da Costa e Silva
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis

Rodrigo Basto Daude
Diretor do Campus Cora Coralina

Késia Rodrigues dos Santos
Coordenador da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior

Divina Aparecida Leonel Lunas
Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER)

Neemias Oliveira da Silva
Coordenação Programa De Pós-Graduação Em Estudos Culturais, Memória E Patrimônio (Promep)

Tathiana Rodrigues Salgado
Coordenação do Programa de Pós-graduação em Geografia

Comissão Organizadora

Adriana Aparecida Silva
Divina Aparecida Leonel Lunas
José Carlos de Souza
José Henrique Rodrigues Machado
Josana de Castro Peixoto
Maria Idelma Vieira D'Abadia
Murilo Mendonça Oliveira de Souza
Neemias Oliveira da Silva
Rodrigo Basto Daude
Sabrina do Couto de Miranda
Tathiana Rodrigues Salgado

Comissão Científica

Adriana Aparecida Silva
Geórgia Cynara Coelho de Souza
Giuliana Muniz Vila Verde
Giuliano Tostes Novais
Isabella Christina da Mota Bolfarini
Janete Rego Silva
Jean Carlos Vieira Santos
José Carlos de Souza
José Henrique Rodrigues Machado
Josana de Castro Peixoto
Léo Carrer Nogueira
Marcelina Gorni
Marcos Augusto Ataídes
Maxwell Moreira Martins
Murilo Mendonça Oliveira de Souza
Poliene Soares dos Santos Bicalho
Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Roseli Martins Tristão Maciel
Sabrina do Couto de Miranda
Tathiana Rodrigues Salgado
Valtuir Moreira da Silva

APRESENTAÇÃO

Os Programas de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER), em Geografia (PPGEO) e em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) apresentam os anais do III Festival do Cerrado. O evento deu continuidade a uma trajetória de debates e reflexões sobre a valorização da diversidade cultural, da biodiversidade e da sociodiversidade do Cerrado brasileiro.

Realizado ao longo de três dias de intensas atividades, o III Festival constituiu um espaço de encontro entre conhecimentos acadêmicos, tradicionais e populares. Pesquisadores, estudantes, docentes da educação básica, representantes de comunidades quilombolas e povos indígenas, gestores públicos e sociedade civil participaram de debates e atividades voltadas à valorização do Cerrado como domínio de natureza, território e expressão cultural.

A programação teve início com os Espaços de Partilha, concebidos como lugares de encontro, escuta, diálogo e construção coletiva do conhecimento. Esses espaços valorizaram as pesquisas sobre os saberes populares, experiências vividas e diferentes formas de resistência e luta em defesa do território do Cerrado. As apresentações ocorreram nos formatos de comunicações orais e vídeos. Os trabalhos reunidos nestes anais expressam pesquisas, experiências de vida, trabalho, luta, memória e defesa do Cerrado, contribuindo para ampliar o debate público e acadêmico sobre os desafios e as possibilidades de permanência dos povos, das culturas e dos ambientes cerratenses.

A abertura do III Festival do Cerrado foi marcada pela mesa: Mulheres e Povos Tradicionais do Cerrado: guardiões da sociobiodiversidade, conduzida por mulheres com trajetória de atuação na defesa dos territórios, dos povos tradicionais e da sociobiodiversidade do bioma, são elas: Sandra Braga, coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CONAQ); Juvana Xakriabá, ativista, educadora e protagonista do povo indígena Xakriabá e Daniela Ribeiro, representante do Encontro RAÍZES. O III Festival ainda contou com palestras, mesas de debate, oficinas, exibição de filmes, exposições, apresentações culturais e trabalho de campo na Cidade de Goiás.

A realização do III Festival do Cerrado só foi possível pelo trabalho coletivo de muitas pessoas. Agradecemos à equipe de servidores técnico-administrativos do Câmpus Cora Coralina e da Unucseh, às funcionárias das empresas terceirizadas, à Coordenação da

Unucseh e, especialmente, à Direção do Câmpus Cora Coralina, na pessoa do professor Rodrigo Basto Daude que recebeu de forma generosa o III Festival do Cerrado.

Agradecemos também às professoras e aos professores que integraram as comissões de organização e científica, às monitoras e aos monitores, aos palestrantes, aos expositores e a todas as pessoas que apresentaram suas pesquisas, experiências e produções durante o evento. Cada contribuição foi fundamental para a construção de um espaço plural de produção e socialização de conhecimentos sobre o Cerrado.

Registramos nosso agradecimento à Secretaria Municipal de Turismo da Cidade de Goiás, à Prefeitura de Goiás e à Essá Filmes, parceiras na organização das atividades. Agradecemos ainda à Reitoria, às Pró-Reitorias, e à gerência de transportes da Universidade Estadual de Goiás, pelo apoio institucional, especialmente, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação pelo financiamento aos programas de Pós-Graduação por meio dos editais do Pró-Programas.

De modo especial, agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), cujo financiamento, via chamada pública N° 02/2026, possibilitou a organização e a realização do III Festival do Cerrado.

Convidamos a comunidade acadêmica e a sociedade a conhecerem os trabalhos apresentados e reunidos nestes anais. Esperamos que as reflexões, pesquisas e experiências compartilhadas contribuam para fortalecer o compromisso coletivo com a defesa do Cerrado, de seus povos, territórios, memórias e modos de vida.

Por fim, convidamos todas e todos para as próximas edições do Festival do Cerrado, fortalecendo este espaço de diálogo, partilha e construção coletiva em defesa do bioma e de sua sociobiodiversidade.

Atenciosamente.

Comissão Organizadora.

Goiás, 18 de setembro de 2026

SUMÁRIO

MANEJO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS ORGÂNICOS: ANÁLISE DE CUSTO EVITADO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICA EM TEREZÓPOLIS DE GOIÁS **13**

Maria de Fátima Rocha Medina; Maria Idelma Vieira D'Abadia; Pedro Henrique Máximo Pereira; Joana D\'arc Bardella Castro

A TÉCNICA GOYATAKUBA COMO FERRAMENTA INTERDISCIPLINAR: UNINDO MORFOLOGIA VEGETAL, BIOARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA 18

Lionizia Pereira Martins (Lionizia Goyá); Isa Lucia de Morais

A IMPLANTAÇÃO DOS DISTRITOS AGROINDUSTRIAIS NO ESTADO DE GOIÁS E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CERRADO GOIANO 22

Sthefane Aprigio da Silva; Milena D'Ayala Valva

DO SABER ARTESANAL À EXTRAÇÃO POR ULTRASSOM COM CANNABIS SATIVA L. NO CERRADO 27

Aívlys Batista de Souza; Lis Raquel Silva do Nascimento; Derick Carniello Rezende; Giuliana Vila Verde

LITERATURA E MEMÓRIA: A HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE EM CAMPO DE TRÂNSITO DE JOÃO PAULO BORGES COELHO 30

Alice Novais Montalvão Nunes

MÃOS QUE PRESERVAM TRADIÇÕES: O SABER-FAZER DAS DOCEIRAS NA PRODUÇÃO DA ROSA DE COCO NA CIDADE DE GOIÁS 33

Aline Montanini Ferreira

ENTRE ESTUDOS E LEVANTAMENTOS: UMA BREVE ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E AMBIENTAL SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA 38

Fernanda Pereira da Costa; José Carlos de Souza

A RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL ENTRE A POPULAÇÃO NEGRA, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BIOMA CERRADO 42

Jheniffer Ribeiro Oliveira

\\\"ARREDA HOMEM QUE LÁ VEM MULHER\\\": O PROTAGONISMO FEMININO EM COMUNIDADES DE TERREIRO DO CERRADO GOIANO 46

Léo Carrer Nogueira

CRÍTICA DA CRÍTICA PÓS-MODERNA À MODERNIDADE: ECONOMIA POLÍTICA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E A REVOLUÇÃO VERDE NO CERRADO 51

Apoena Torres Lima; Glauber Lopes Xavier

EDUCAÇÃO COMO DEFESA DO TERRITÓRIO: SUPERAR O SILENCIAMENTO DAS IDENTIDADES E SABERES DO CERRADO NO CURRÍCULO DE GOIÁS 56

Luiz Marles Gonçalves dos Santos; Luciana Nogueira da Silva; Ronivaldo de Oliveira Rego Santos

ENTRE O PEQUI E A DEVASTAÇÃO: A UNIVERSIDADE NA SALVAGUARDA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E DA BIODIVERSIDADE NO NORDESTE GOIANO 61

Luiz Marles Gonçalves dos Santos; Luciana Nogueira da Silva; Ronivaldo de Oliveira Rego Santos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL E BIOFÍSICA DAS COBERTURAS VEGETAIS RIBEIRINHAS DO BAIXO CURSO DA BACIA DO RIO SÃO PATRÍCIO-GOIÁS 66

Sara Lorrane Pereira Gonçalves; José Carlos de Souza

PRINCIPAIS DINÂMICAS TERRITORIAIS QUE CARACTERIZAM A GESTÃO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO JOÃO LEITE - GOIÁS 71

Fernando Leite Cardoso; Ellen Rízia Oliveira Lino

GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CERRADO GOIANO: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL E REGIONAL 76

Adriana Pereira de Sousa

O PROTAGONISMO FEMININO NA REZA EM LOUVOR AOS SANTOS JUNINOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PILÕES 84

Maria Geralda de Almeida Moreira; Leiliane Rodrigues da Silva Emoto

A RELEVÂNCIA SOCIOAMBIENTAL DO CERRADO COMO TERRITÓRIO EM DISPUTA: CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA NATUREZA E SABERES NOS DOMÍNIOS DO CERRADO 89

Priscila Bezerra de Moraes; Isabella Christina da Mota Bolfarini

Caixa entomológica de papel como recurso didático para educação científica em ambientes não formais: o caso dos insetos aquáticos 93

Maxwell Alves Pereira Lima; Lucas Matheus Rodrigues Pereira; Juliana Simiao Ferreira

SABERES TRADICIONAIS E POTENCIAL DE USO DE CONVOLVULACEAE DA SERRA DO ROSA, QUIRINÓPOLIS, GOIÁS, BRASIL 98

Silaine Ferreira de Souza Chaves; Gustavo da Silva Soare;, Maria Vitória da Silva Machado; Isa Lucia de Morais

DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO CÓRREGO PIRAPUTANGA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM CÁCERES (MT) 103

Romualdo Povroznik Junior; Januzia Florência Batista Mulari; Vandervilson Alves Carneiro

O CÓRREGO VOADEIRA EM BARRA DO GARÇAS-MT: UMA ABORDAGEM DOS ELEMENTOS DE GEODIVERSIDADE E DAS TRANSFORMAÇÕES PAISAGÍSTICAS 106

Januzia Florência Batista Mulari; Vandervilson Alves Carneiro

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS: UM ESTUDO PROSPECTIVO SOBRE O RIBEIRÃO SOZINHA NO CONTEXTO DAS AÇÕES ANTRÓPICAS NO CERRADO 109

Ellen Rízia Oliveira Lino; Lázaro Ignacio da Silva Costa; Amon Chrystian de Oliveira Teixeira

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DO CERRADO: EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE ITAUÇU-GO COM FOCO NO RIO MEIA PONTE 112

Ana Paula Cândido Martins de Alquimim; Raíssa Santos José

ENTRE A ESPERA E O CULTIVO: INSEGURANÇA TERRITORIAL NO PRÉASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO EM FORMOSA-GO 117

Letícia Souza Pereira; Lucieli de Fátima Corrêa

ENTRE TOCHAS E MEMÓRIAS: A PROCISSÃO DO FOGARÉU E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL VILABOENSE 122

Renata Coelho Ferreira

ENTRE TRAMAS E RAÍZES: Moda e Cultura Quilombola em Trindade-GO como Valorização da Sociobiodiversidade do Cerrado 127

Tainá Sarmento Borges; Pollyane Rodrigues de Oliveira; Keides Batista Vicente

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL DECOLONIAL: DO FEED AO PROTAGONISMO REAL 133

Letícia Arantes Jury; Josana de Castro Peixoto

O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE GOIÁS NO SÉCULO XIX: ENTRE A CRÍTICA E A RELEITURA HISTORIOGRÁFICA DE SAINT-HILAIRE 138

Thiago César Ferreira de Resende; Eliezer Cardoso de Oliveira

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA LUTA PELA TERRA: EXPERIÊNCIAS EM PRÉ-ASSENTAMENTOS DO CERRADO GOIANO 142

Luiz Fernando Felisberto Bueno; Edson Batista da Silva

FABACEAE NO CERRADO: POTENCIAL DE USO E CONTRIBUIÇÕES PARA CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL 146

Ludimilla Martins Rezende; Lorrayne Silva Dantas; Rafael Barbosa Pinto; Silaine Ferreira de Souza Chaves; Isa Lucia de Morais

MODELAGEM DE FLUXO AUTOMATIZADO NO QGIS PARA ANÁLISE DE SOBREPOSIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BREJO/MA 150

Rafaela Gomes dos Santos Carvalho; Tathiana Rodrigues Salgado

DINÂMICAS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE GOIANO: RELATO EM TRABALHO DE CAMPO 155

Guilherme Gontijo Costa; Aline Aparecida Ferreira de Andrade

ANÁLISE DA MOBILIDADE: POSSIBILIDADES DE DESLOCAMENTO TERRESTRE PARA COTEC, IFG UEG E UFG DA CIDADE DE GOIÁS 160

Hitalo Ferreira Montefusco

LITERATURA, LIBERTAÇÃO E EXPRESSÃO CULTURAL: A VOZ COLETIVA DE NOÉMIA DE SOUSA EM SANGUE NEGRO 165

Franklin Rafael Ribeiro Vieira

CERRADO ONÍRICO: A MONTAGEM ENSAÍSTICA DE SILÊNCIO (2006) 170

Luca Manso Fraietta; Rafael de Almeida

ENTRE TERRITÓRIO, FÉ E MEMÓRIA: O ENCONTRO DAS COROAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO COMO PRÁTICA DE PRODUÇÃO CULTURAL EM GOIÁS 175

Victor Massimiliano Setti da Penha; Raimunda Sousa Mello; Mariane Ferreira Santos; Maria Idelma Vieira D'Abadia

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ATIVIDADE TEMPO-COMUNIDADE: VIVÊNCIA NA ALDEIA SÃO MARCOS 180

Derotina Helecir de Brito

Corpo, memória e resistência: as representações da experiência colonial das mulheres moçambicanas em Sangue Negro de Noémia de Sousa 185

Giovanna Messias de Bessa; Josilene Silva Campos

CONTOS, FÁBULAS E FOLCLORE: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE CRISPINIANO TAVARES E SUA OBRA 189

Larissa Silva e Artiaga; Mary Anne Vieira Silva

MATERIAL DIDÁTICO: A CULTURA AFRICANA E INDIGENA POR MEIO DA LITERATURA 195

Alice Novais Montalvão Nunes; Thaís Stefany Pereira dos Santos

SABERES E SABORES QUE CONTAM HISTÓRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM GASTRONOMIA 200

Raul Cesar Ferreira Brandão; Graziella de Souza Prado; Isis Pereira Coutinho Degani

A PSIQUIATRIA E O COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS QUILOMBOLAS NA ESCOLA 204

Ronivaldo de Oliveira Rego Santos; Aldira Martins da Costa; Cleide Ribeiro de Oliveira; Gildehi Santos do Carmo; Lavinnia Marcelly Soares Silva Assunção; Stephany Eduarda Pereira Santos

CIDADE DE GOIÁS: FIAÇÃO SUBTERRÂNEA COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DA VISIBILIDADE DO PATRIMÔNIO MUNDIAL 208

Amanda Sueli Madeira Pereira; Clara Naomi Ozaki Leme Cabral; Ailson da Silva Fernandes; Amanda Alves Borges; Cássio Yan Faleiro Silva

DIVERSIDADE E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA FUNGA DO JARDIM BOTÂNICO DA UEG DE QUIRINÓPOLIS, GOIÁS, BRASIL 213

Nilande Viana da Cruz; Gustavo da Silva Soares; Silaine Ferreira de Souza Chaves; Maria Vitória da Silva Machado; Isa Lucia de Morais; Francisco J. Simões Calaça

GEOPOLÍTICA E A MIGRAÇÃO ÁRABE PARA O CERRADO 218

Marcos Augusto Marques Ataides; Roseli Martins Tristão Maciel

A CHEGADA DA ESTRADA DE FERRO EM GOIÁS: DO REARRANJO NAS ESTRUTURAS POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO À INCORPORAÇÃO DO SUL GOIANO PELO CAPITALISMO 223

Hugo Alves Godoi; Hislene Santos Felinto Oliveira

O PUBLICADOR GOYANO (1885–1889) E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ANÁLISE DISCURSIVA ASSISTIDA EM UM PERIÓDICO ABOLICIONISTA GOIANO DO SÉCULO XIX 228

Euzenir Moreira de Souza; Alison Carlos Filgueiras

ENTRE MEMÓRIA E ACESSIBILIDADE: O MUSEU PALÁCIO CONDE DOS ARCOS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO CULTURAL NA CIDADE DE GOIÁS (GO) 233

Rafaela Galego Dias; Alison Carlos Filgueiras; Ricardo Oliveira Rotondano

LUZEIRO 237

Isabella Fonseca de Almeida Brito; Rafael de Almeida

JOSÉ TEODORO E A POESIA POPULAR NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA-GO 240

Lucas Pires Ribeiro; Valtuir Moreira da Silva

TRANSFORMAÇÕES NO USO DO SOLO E A PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA NO SUL GOIANO: JANDAIA, ACREÚNA E INDIARA (1970-2024) 245

Luís Carlos Dorneles Lima; Divina Aparecida Leonel Lunas

IMAGINÁRIO URBANO E CINEMA DOCUMENTAL EM GOIÂNIA: O CASO DO CURTA-METRAGEM LEBLON MARISTA (2016) 249

Marcelina Gorni; Geórgia Cynara Coelho de Souza

MATERNIDADE COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: O COTIDIANO DE MÃES UNIVERSITÁRIAS NO CERRADO DE CAMPOS BELOS 254

Luciana Nogueira da Silva; Muryelle Pereira de Santana; Leiliane Rodrigues da Silva; Igor Senhor Serafim

A TECNOLOGIA SOCIAL CSA NO ASSENTAMENTO OZIEL: RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO, COMUNIDADE E SUSTENTABILIDADE 259

Ailton dos Santos Cunha

TRAJETÓRIA, ARTESANATO E FÉ DE DONA MARIA BATISTA: CONSTRUINDO ARTE ATRAVÉS DO CERRADO GOIANO 264

Lídia Soares da Costa; Ana Caroline Ribeiro Florentino

ILHAS DO CERRADO, FRAGMENTAÇÃO AMBIENTAL E RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL CENTRAL 270

José Victor Sousa Santos; Fernando Lobo Lemes; Isabella Chistina da Mota Bolfarini

Aprender com o Cerrado: educação científica e sensibilização ambiental em visitas guiadas à Trilha do Tatu 274

Cléver Marcelo Teixeira de Lima; Mirley Luciene dos Santos; Juliana Simião Ferreira

ANÁLISE AMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DO CERRADO GOIANO 278

Ustane Ester França Liarte Viana; José Carlos de Souza; Mariane Ferreira Santos

CERRADO EM DISPUTA: INCENTIVOS FISCAIS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM GOIÁS 283

Márcio Dourado Rocha; Glauber Lopes Xavier; Milena d Ayala Valva

O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL EM ANÁPOLIS-GO: DESAFIOS E COMPREENSÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO 287

Elza Gabriela Godinho Miranda

QUALIFICAÇÃO SUPERIOR NOS MUNICÍPIOS DO CENTRO-OESTE: EVIDÊNCIAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ESPACIAIS (2000, 2010 e 2022) 292

Isadora de Paula Vieira Alencar; Leticia Duarte Pereira de Castro; Divina Aparecida Leonel Lunas; Flavia Rezende Campos

SILVICULTURA DO EUCALIPTO NO CERRADO BRASILEIRO: IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS 298

Miridiam Pereira Serafim

O CERRADO COMO PATRIMÔNIO VIVO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRESERVAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA AZUL (MT 304

Fernanda Alencar de Souza Ribeiro; Janete Rego Silva

QUEIMADAS NO CERRADO GOIANO (2015– 2024): PADRÕES ESPACIAIS, TENDÊNCIAS E RELAÇÃO COM A ESTRUTURA DA PAISAGEM 309

Thallys Orestes Sousa Filho; Fernando Mendonça Filho; José Carlos de Souza

MUSEU COUROS E TURISMO CULTURAL: ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL EM FORMOSA-GO 314

Bárbara de Almeida Tavares Borges; Isadora de Paula Vieira Alencar; Alessa Junghans; Divina Aparecida Leonel Lunas; Jean Carlos Vieira Santos

AVALIAÇÃO DO ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CHAPADA DOS VEADEIROS: PERSPECTIVAS DOS PARTICIPANTES E DO EMPRESARIADO 320

Amanda Alves Borges; Carlos Henrique Pereira de Freitas; Alysson Galvão Correia Da Silva; Ana Luiza Lopes Sales; Miakelle Lima Souza; Laura Candido Amaral

O CINEMA COMO AFIRMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO: O DESASTRE COM O CÉSIO 137 E A CONSTRUÇÃO DE UM ROTEIRO DE LONGA-METRAGEM 325

Helena Maria Braz dos Santos; Geórgia Cynara Coelho de Souza

O DINHEIRO NÃO NASCE EM ÁRVORE, MAS NASCE EM ÁGUAS": ANÁLISE DO RECONHECIMENTO DA POTENCIALIDADE ECONÔMICA DAS ÁGUAS TERMAIS EM GOIÁS 330

Raissa Rafaeli de Sousa Caetano

O MARKETING VERDE DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E A NARRATIVA PARA OCUPAÇÃO DO CERRADO: O EIXO GOIÂNIA-ANÁPOLIS 334

Luiz Fábio da Costa; Josana de Castro Peixoto

PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO JALAPÃO/TO: SABERES TRADICIONAIS E RESISTÊNCIA FRENTE À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA 342

Leiva do Nascimento Costa; Divina Aparecida Leonel Lunas; José Carlos de Souza

O RENASCIMENTO DE UMA CACHOEIRA: O SALTO DE CORUMBÁ EM GOIÁS 346

Vitória Rodrigues Campos; Eliezer Cardoso de Oliveira

PANC DO CERRADO 350

Jefferson Carlos Sanches de Faria; Jaqueline Sanchez de Faria; Nícolas Siqueira da Silva; Luíz Carlos Pereira Costa

PATRIMÔNIO AMBIENTAL EM DISPUTA: A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA DO RIO URU EM HEITORAÍ (GO) 355

Fernanda Nunes Ribeiro, Luana Nunes Martins de Lima

BRIGADEIRO DE PEQUI: INOVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA GASTRONOMIA DO CERRADO 360

SÉRGIO LUIZ GOUVEIA GARCIA

SERRA DOS PIRENEUS: A SABEDORIA POPULAR DO USO DAS PLANTAS COMO PRÁTICA PARA CONHECER E CONSERVAR O CERRADO 364

Sirlene Alves da Silva; Maria Jurema de Freitas Rocha; Guilherme Alves de Siqueira; Maria Idelma Vieira D\'Abadia

CONGADA EM ITAUÇU-GO: SABERES POPULARES, ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CERRADO 368

Raíssa Santos José; Jhovana Viana Chagas Vieira; Rayane Carvalho Abreu

AS AGROECOLOGIAS DO ESPERANÇAR CONFLUEM COMO AS ÁGUAS DO CERRADO: RELATO DA EXPERIÊNCIA NO PRÉ-ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO, EM FORMOSA-GO 373

Júlia Barbosa de Lima Dias; Laura Sena de Freitas; Mariana Alves da Silva Santos

A PRIMAZIA DOS FEIRANTES DE PIRENÓPOLIS NA PRESERVAÇÃO CULTURAL E ECONOMIA LOCAL 383

Maria Jurema de Freitas Rocha; Sirlene Alves da Silva; José Carlos de Souza; Janes Socorro da Luz

OS CADÁVERES DE SIRON 388

Rondinelli Linhares de Oliveira; Ademir Luiz da Silva

PROJETO DO CERRADO AO CORAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA COM O ENSINO FUNDAMENTAL I, NA CIDADE DE PIRENÓPOLIS 391

Phelipe Augusto Silva Santos; Luana Peixoto Godoi Lobo; Rafael Inácio Gomes; Wellington Eduardo Moreira

A LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO NO CERRADO: UM RELATO SOBRE A FESTA DA COLHEITA DO ARROZ NO ASSENTAMENTO PAULO GOMES EM 2026 397

Eduardo Alves de Oliveira; Jemima Tosta Vieira; Murilo Mendonça Oliveira de Souza

IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE AÇÕES DE INCUBAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO IFG – CÂMPUS ANÁPOLIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 402

Alessandra dos Santos Silva; Jordan Layse Vieira dos Santos; Alexandre Camargo de Souza; Thiago Eduardo Pereira Alves; Elza Gabriela Godinho Miranda; Andréia Farina de Faria

HOMO JURIDICUS: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO EXTENSIONISTA PARA A CIDADANIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA 405

Maellen Hyarane Ferreira Sousa; Isadora Santana Barbosa Scalabrini; Caio Alexandre Negrão

POVOS INDÍGENAS DO CERRADO: TERRITÓRIA, VIDA E NATUREZA 410

Yara Gonçalves Santos Pereira; Lorranne Gomes da Silva

DE CANTOS EM ENCANTOS: DIÁLOGOS ENTRE TECNOLOGIAS SOCIAIS E SABERES TRADICIONAIS NO VÃO DE ALMAS KALUNGA (16 a 19 de abril de 2026) 415

Isadora de Paula Vieira Alencar; Alessa Junghans; Divina Aparecida Leonel Lunas; Roseli Martins Tristão Maciel; Glauber Lopes Xavier; Maria Idelma Vieira D\'Abadia

VIVÊNCIA AGROECOLÓGICA NO PRÉASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO (FORMOSA-GO) 422

Jéssica Pereira Rodrigues; César Adriano de Souza Barbosa

UM DOCE RELATO DE EXPERIÊNCIA 427

Lorena Oliveira Ribeiro Couto; Janes Socorro da Luz

MÃE CINÉZIA: MATRIPOTÊNCIA CERRADEIRA DO QUILOMBO KALUNGA 431

Marta Faria da Silva; Cristiane Rosa Lopes

TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL NAS FESTAS DE CONGADA EM URUTAÍ (GO) 436

Cássio Yan Faleiro Silva; Amanda Sueli Madeira Pereira; Lázaro Ignacio da Silva Costa

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE O CERRADO: UMA ANÁLISE COMPUTACIONAL POR MINERAÇÃO DE TEXTOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA HISTORIOGRÁFICA 440

RONALDO FERREIRA DA SILVA

ENTRE ECOLOGIA E CULTURA: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O MANEJO TRADICIONAL DO FOGO POR POVOS INDÍGENAS 446

Maria Luisa Dias Batista; Hélida Ferreira da Cunha

DORMIR E SONHAR: NARRATIVAS EM CONSTRUÇÃO 451

Danyella Cristina Machado Teixeira; Plauto Simão de Carvalho; Sabrina do Couto de Miranda

A TRILHA DE CORA CORALINA COMO UM ESPAÇO DE MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DOS SABERES CULTURAIS NO CONTEXTO DO CERRADO GOIANO 456

Jeferson Carvalho Mateus

MÃOS QUE MOLDAM: PATRIMÔNIO CULTURAL E AS ARTES PLÁSTICAS NA CIDADE DE GOIÁS 462

Maria Carolina Costa Ferreira; Keley Cristina Carneiro

ÚTERO DA NAÇÃO: MATERNIDADE CIENTÍFICA, PUERICULTURA E DISCURSO EUGÊNICO EM GOIÁS (1940-1950) 465

Elilza Rodrigues Correia Lira; Anna Beatriz Oliveira Castro

PROJETO RIOS INVISÍVEIS (GO): A COPRODUÇÃO DE CONHECIMENTO TRANSFORMATIVO EM PLANEJAMENTO URBANO 470

Wagner de Souza Rezende; David Alves Finotti; Júlia Freire

PADRÃO DE CIANOBACTÉRIAS NO RIBEIRÃO FUNIL DE PORANGATU-GO 475

Breno Henrique da Silva Barbosa; Amon Chrystian de Oliveira Teixeira

AS MUITAS LINGUAGENS DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO CERRADO EM GOIÁS: UMA ABORDAGEM BIOGRÁFICA COLABORATIVA 480

Thais Elizabeth Pereira Batista

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E EFETIVIDADE 485

Júlio César Xaveiro dos Santos; Milena d`Ayala Valva; Divina Aparecida Leonel Lunas

A HIDROPOLÍTICA NO CERRADO URBANO-INDUSTRIAL: A DISPUTA PELA ÁGUA NA GOVERNANÇA JURÍDICA DO PLANO DIRETOR DE ANÁPOLIS-GO 491

Agnaldo Santos de Lucena; José Carlos de Souza; Divina Aparecida Leonel Lunas

AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO: A IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL DO PEQUI NO MUNICÍPIO DE GOIÁS/GO 497

Fernanda de Oliveira Silva; Lucilene Cesário de Oliveira Mendes; Derotina Helecir de Brito Alvarenga

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA COMO VETOR DE MODERNIZAÇÃO: IMPACTOS NA URBANIZAÇÃO E NA REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE GOIÁS 502

Fernando Mendonça Filho; Thallys Orestes Sousa Filho

A ESTRUTURA DA PAISAGEM E O DESMATAMENTO NO CERRADO GOIANO (2015–2024) 507

Fernando Mendonça Filho; Thallys Orestes Sousa Filho; José Carlos de Souza

REZAS EM REDES, DOCES EM TACHOS: TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO DAS FESTAS DE SÃO SEBASTIÃO NO CERRADO GOIANO 512

Luana Nunes Martins Lima

O CUSTO DA CESTA BÁSICA E O PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO EM ANÁPOLIS-GO (2024–2026) 517

Marcelo Jose Moreira; Nathielle Alves de Sousa

ENTRE O SERTÃO E O CONCRETO: NARRATIVAS VISUAIS NAS EMPENAS DO CENTRO DE GOIÂNIA 522

Matheus Henrique Fleuri Silva; Milena D'Ayala Valva; Pedro Henrique Máximo Pereira

PATRIMÔNIO MUSICAL NA CIDADE DE GOIÁS: QUEM O PRESERVA? 527

Artur Rodrigues Nascimento; Guilherme Amaral Malta

ARQUITETURA VERNACULAR KALUNGA E O CERRADO: OS ENSINAMENTOS DE UMA PRÁTICA CONTEXTUAL 530

Rafael Fonseca Marciano; Milena d'Ayala Valva; Sandra Catharinne Pantaleão Resende

SABERES, TECNOLOGIAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CERRADO: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA DO FUTURO LUIZ RASSI 535

Charles Antônio Gonçalves Moreira; Adriana Aparecida Silva; Flávio Monteiro Ayres

PATRIMÔNIO EM DISPUTA: UM OLHAR PARA AS NOVAS DINÂMICAS DO CIRCUITO DAS CAVALHADAS EM GOIÁS 540

Alessandra Nunes Ribeiro; Luana Nunes Martins de Lima

O ESTADO E A PRODUÇÃO DO DESIGUAL: PLANEJAMENTO REGIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO CERRADO GOIANO 545

Clara Gomes Valério

DA DEVOÇÃO AO PATRIMÔNIO: DINÂMICAS E PERCEPÇÕES NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DAS CONGADAS DE CATALÃO (GO) 549

Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro; Luana Nunes Martins de Lima

MULHERES QUILOMBOLAS: RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO DO CERRADO - UMA REVISÃO INTEGRATIVA 554

Iara Barbosa Cabral; Adriana Aparecida Silva; Flávio monteiro Ayres
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A SUSTENTABILIDADE 559

Cristiane Cavalcante de Oliveira; Sabrina do Couto Miranda; Poliene Soares dos Santos Bicalho; Adriana Aparecida Silva; Flávio Monteiro Ayres
O CERRADO EM BERNARDO ÉLIS FLEURY DE CAMPOS CURADO 562

Kálita Torres de Moura; Neemias Oliveira da Silva
CORPO INDÍGENA E IMAGEM: UMA LEITURA DECOLONIAL DA FOTOGRAFIA EM GOIÁS 567

Tamiris Maia Gonçalves Pereira Mendonça; Poliene Soares dos Santos Bicalho; Rafael de Almeida Tavares Borges
LUTAS E PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM GOIÁS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA 572

Reginaldo Estevão de Morais; Adriana Aparecida Silva; Flávio Monteiro Ayres
TRAÇOS DA REGIONALIDADE NA PRODUÇÃO QUADRINÍSTICA GOIANA 577

Guilherme Campos Pereira; Geórgia Cynara Coelho de Souza
DA ORALIDADE AO REGISTRO: REDE DE PARENTESCO E MEMÓRIA ANCESTRAL NA ALDEIA BURIDINA - INY KARAJÁ 579

Angelita Aguiar Souza Cantuária; Solange Xavier
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDICIDADE E VIVÊNCIAS PRÁTICAS NO MUSEU ESTADUAL PROFESSOR ZOROASTRO ARTIAGA DE GOIÂNIA 584

Larissa Cândida do Amaral; Rildo Bento de Souza
ANÁPOLIS, GOIÁS: CONQUISTA, ATRIZES DA AMÉRICA DO NORTE, DAS PÁGINAS AMARELAS, ACERVOS AOS EVENTOS CONTEMPORÂNEOS 590

Jairo Alves Leite; Jean Carlos Vieira Santos; Milena d'Ayala Valva
GASTRONOMIA REGIONAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL EM PIRENÓPOLIS E SEUS POVOADOS 595

Luizmar Pacheco de Lima Júnior; Renata Uchoa Borges Ribeiro; Maria Cristina de Freitas Bonetti; Josana de Castro Peixoto
PLANOS PLURIANUAIS DO ESTADO DE GOIÁS 2020-2023 E 2024-2027: DO PLANEJAMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DO ESTADO 598

MARCIO GEBRIM
BASEADO EM FATOS REAIS: NARRATIVAS DE CRIMINALIZAÇÃO DA CANNABIS NA TV EM GOIÂNIA 603

Marcos Rogério Val Fernandes Júnior; Geórgia Cynara Coelho de Souza

SABERES, MEMÓRIA E TERRITÓRIO DO CERRADO: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA DOS SABERES JARAGUENSES PARA A PRESERVAÇÃO CULTURAL EM JARAGUÁ-GO 607

Nicole Cardoso Avelar; Lázaro Ignacio da Silva Costa

RE-EXISTÊNCIA DA "ARCA CAÍDA" NO CURRÍCULO GRIÔ KALUNGA DO NORDESTE EM GOIÁS 610

Adelino Soares Santos Machado; Adriene Rodrigues da Silva; Maísa Pereira dos Santos; Rickelmy Xavier dos Santos

INFÂNCIAS DO VÓ RITA: UM QUINTAL PARA GUARDAR... 615

Pollyane Rodrigues de Oliveira; Keides Batista Vicente; Ricardo Oliveira Rotondano

ENTRE O CERRADO E A CIDADE: TERRITORIALIDADES XAVANTE E TENTATIVAS DE APAGAMENTO EM BARRA DO GARÇAS (MT) 619

Irineu Galego Dias Junior; Ricardo Oliveira Rotondano

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA E POTENCIAL BIOATIVO DA FARINHA DO MESOCARPO DE PEQUI (Caryocar brasiliense Camb.) 622

Fellype Alves Rodrigues; Ellen Godinho Pinto

A GASTRONOMIA NO RIO QUENTE RESORTS, GOIÁS 626

Iana Cândido Cunha; Luana Crystina Borges Sales; Fernanda Criste Pereira de Araújo; Ísis Pereira Coutinho Degani; Jean Carlos Vieira Santos; Soraia Rodrigues

HISTÓRIA, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO ALIMENTAR: INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DA FESTA DO DOCE EM AVELINÓPOLIS-GO 631

enato Batuíra Ribeiro Pinto

GALERIA DE ARTES ANTÔNIO SIBASOLLY: CURADORIA, NARRATIVAS VISUAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DA ARTE NO CERRADO 636

Sandra Rodart Araújo

TECENDO SABERES, CONSTRUINDO FUTUROS: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA — PERSPECTIVAS A PARTIR DO CERRADO 641

Meiriele Malta Neves; Auristela Afonso da Costa

A MEMÓRIA SILENCIADA: EXPERIÊNCIA POPULAR EM MUSEU DA REVOLUÇÃO, DE JOÃO PAULO BORGES COELHO 646

Larissa Lopes Ferreira; Josilene Silva Campos

AROMATERAPIA E BIODIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DOS ÓLEOS ESSENCIAIS DE ESPÉCIES DO CERRADO PARA PRÁTICAS INTEGRATIVAS 649

Flávia Gabriela Barbosa Siqueira; Giuliana Muniz Vila Verde; Jean Carlos Vieira Santos

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA E PARTICIPATIVA EM ZONAS RIPÁRIAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA ADAPTADA AO CERRADO 654

Lázaro Ignacio da Silva Costa; Nicole Cardoso Avelar; Ellen Rízia Oliveira Lino; Thamy Vanessa do Carmo Silva; Cássio Yan Faleiro Silva

DISTRITO DA VOADEIRA: ONDE O CAJU VIRA FESTA – VALORIZANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL DOS SABERES E SABORES DO CERRADO 658

Ligia Martins Barbosa Galego Dias; Keley Cristina Carneiro

URBANIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO CERRADO: PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO 661

Thamy Vanessa do Carmo Silva; Lázaro Ignacio da Silva Costa

O PATRIMÔNIO HÍDRICO E AS BELEZAS CÊNICAS DO RIO TESOURAS EM MOZARLÂNDIA-GO: UMA CAMINHADA PELA AMBIÊNCIA DA GEODIVERSIDADE 665

Glinys Miquelin da Silva; Vandervilson Alves Carneiro

SERENATA PIRENOPOLINA: VALSA DE ITA LOPES SIQUEIRA 668

Tereza Caroline Lôbo; Aline Santana Lobo; João Guilherme da Trindade Curado; Alice Lôbo de Siqueira

O CERRADO QUE A CONSTITUIÇÃO NÃO VÊ: SILÊNCIO JURÍDICO E APAGAMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS 673

Ana Carolina Araújo Brito; Leonardo Felipe Marques de Souza; Adriana Aparecida Silva; Fernando Lobo Lemes; Poliene Soares dos Santos Bicalho

A BASE AÉREA DE ANÁPOLIS COMO EIXO ESTRATÉGICO NACIONAL: SOBERANIA, GEOPOLÍTICA E PODER NO CERRADO 678

SHEILA CLARISA GONZAGA

DO LIXÃO À RESISTÊNCIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO NO CERRADO GOIANO 682

Fábio de Melo Bandeira; Alessandro Silva Oliveira

OS DIREITOS CULTURAIS E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS: CIBERCULTURA E REIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO CULTURAL 687

Caio Alexandre Negrão; Márcia Helena de Andrade Couto; Lídia da Silva Cruz Ribeiro; Liliane Barros de Almeida Cardoso; Maellen Hyarane Ferreira Sousa; Melqui Coimbra Lima

PESQUISA DE CAMPO EM ETNOMUSICOLOGIA: O ENCONTRO COM A MATRIARCA E CERRATENSE MARIA DE LARA 692

Andréa Luísa Teixeira

INCLUSÃO LINGUÍSTICA E PERTENCIMENTO: A PRESENÇA XAVANTE NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UFG — CÂMPUS GOIÁS 695

Luciana Helena Alves da Silva; Danielle Silva Beltrão; Francielly Borges Medrado; Janaina Tude Sev; Eguimar Felício Chaveiro; Taimud Pari Uptse

DOCUMENTÁRIO CURANDEIRAS: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIA NO CERRADO GOIANO 697

Luciana Helena Alves da Silva; Neuzi Souza de Jesus; Maria Luiza da Silva Oliveira

ENSINANDO BOTÂNICA COM BRIÓFITAS: UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS ILUSTRADOS 699

Asafe Almeida Santos; Lucas Matheus Rodrigues Pereira; Juliana Simião Ferreira

CORREDORES CULTURAIS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: O POTENCIAL DAS TRILHAS DE LONGO CURSO EM SERRANÓPOLIS (GO) PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO RUPESTRE 704

Georgios Dimitriadis; Vandervilson Alves Carneiro; Regina Maria Lopes

AS RELAÇÕES DE PODER E A GEOPOLÍTICA DO VOTO E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM GOIÁS DE 1988 A 2024 707

Lorena Oliveira Ribeiro Couto; Marco Túlio Martins

MANEJO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS ORGÂNICOS: ANÁLISE DE CUSTO EVITADO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICA EM TEREZÓPOLIS DE GOIÁS

Maria de Fátima Rocha Medina
rmedinafatima@gmail.com, UEG/Câmpus Central, PPGTECCER/Linha 3
Maria Idelma Vieira D'Abadia
maria.dabadia@ueg.br, UEG/Câmpus Central, PPGTECCER/Linha 3
Pedro Henrique Máximo Pereira
arqurb.phmp@gmail.com, UEG/Câmpus Central, PPGTECCER/Linha 3
Joana D'arc Bardella Castro
joanabardellacastro@gmail.com, UEG/Câmpus Central, PPGTECCER/Linha 1

INTRODUÇÃO

Em 2023, no Brasil, a produção de resíduos sólidos, por habitante, aumentou (Abrema, 2024) e que contrasta com leis e planos que tratam do gerenciamento de resíduos sólidos que deveriam ser reduzidos, reaproveitados ou reciclados. Essa é responsabilidade de todos os cidadãos e dos governos das esferas municipal, estadual e federal. A Lei 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010) e, para a implementação da lei, foi instituído o Plano Nacional de Resíduos Sólidos a partir do qual foram elaboradas diretrizes, programas e projetos. O Programa Nacional Lixão Zero (MMA, 2019) visa eliminar os lixões com incentivo à redução e gestão eficiente de resíduos sólidos, como também apoiar práticas sustentáveis de destinação adequada dos resíduos, sobretudo em relação à reciclagem de materiais secos. Além de apoiar os municípios para desenvolverem técnica de compostagem de resíduos orgânicos que beneficiam o solo e as plantações. Ou seja, a maior dos resíduos deveria ser tratada como recursos; não como lixo. De acordo com esse programa, lixões a céu aberto já deveriam ter sido extintos desde 2024 em todo o país; e somente resíduos não recicláveis seriam descartados em aterros sanitários devidamente instalados.

No entanto, os resultados ainda são incipientes; mesmo que os números possam oscilar a depender da metodologia utilizada e/ou da época de coleta, é fato que "Apesar de ter aumentado, a reciclagem ainda tem uma participação pequena nessa destinação: 8% do total dos resíduos" (Abrema, 2024). Além disso, quase 50% dos resíduos coletados são orgânicos e, por isso, deveriam ser encaminhados para compostagem doméstica ou coletiva. "Entretanto, menos de 0,3% desses resíduos são efetivamente compostados" (Instituto Pólis, 2024). Resíduos orgânicos "são aqueles representados pela fração orgânica dos resíduos sólidos, passível de compostagem, sejam eles de origem urbana, industrial, agrossilvipastoril ou outra (Brasil, 2017, art. 20, inciso XI).

A maior parte é descartada de forma irregular em lixões a céu aberto e aterros. Tal resultado negativo remete à expressão comum de "jogar o lixo fora", embora não exista "fora". Há, sim, o planeta Terra que necessita de ações sustentáveis para a sobrevivência da humanidade.

O estado de Goiás aderiu ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos e, segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (Semad, 2025),

dos 246 municípios, 125 deles já destinam corretamente os resíduos sólidos. E, além de extinguir os lixões, a secretaria visa regionalizar o saneamento básico, que é uma das sugestões propostas pelo plano Lixão Zero. Entretanto, não há esclarecimento acerca do gerenciamento dos resíduos sólidos em termos de ações sustentáveis.

Terezópolis de Goiás (GO), por exemplo, situada entre Anápolis e Goiânia, com 8.043 habitantes, consta na lista de cidades que destinam adequadamente os resíduos sólidos. Entretanto, a prática de reciclagem é frágil, pois a adesão dos moradores é pequena. E não realiza compostagem. Isso significa que todos os resíduos sólidos urbanos, recicláveis e não recicláveis, secos e orgânicos são coletados e transportados para o mesmo lixão.

É fato que, por um lado, os resíduos orgânicos descartados de forma inadequada em lixões ou aterros sanitários são negativos, porque se transformam em gases perigosos de efeito estufa, como o metano. E o chorume, que pode contaminar solo, rios e lençol freático. Por outro lado, utilizados de forma adequada na compostagem, os mesmos resíduos são muito benéficos na recuperação de solo degradado para uso agrícola de pequeno e grande portes. Vale ressaltar que dos resíduos sólidos urbanos, praticamente a metade é formada por material orgânico como folhagens, material de poda, galhos, cascas de frutas e legumes e sobras de comida (Siqueira; Abreu, 2016). Então, a compostagem reduz o volume de resíduos descartados em aterros e é um processo biológico natural de produtos orgânicos cuja decomposição é realizada por fungos, bactérias e minhocas.

E, se implementar a técnica de compostagem, Terezópolis terá impactos positivos como a redução de custos financeiro-operacionais com transporte e tempo de coleta urbana, além do aumento de tempo útil do aterro ao reduzir a quantidade de resíduos. Bem como terá diminuição de impactos ambientais relacionados ao metano e chorume que são produzidos por resíduos orgânicos não tratados adequadamente.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é avaliar o custo evitado com o manejo de resíduos orgânicos em Terezópolis de Goiás (GO) por meio da implementação de técnica de compostagem.

METODOLOGIA

A valoração foi pensada para valorar bens ambientais e patrimoniais que não são precificados pelo mercado, no entanto, são relevantes para o ser humano ou para determinada comunidade, por isso devem ser preservados, mantidos e/ou recuperados por meio de investimentos e políticas públicas (Castro e Nogueira, 2019). Dentre os métodos disponíveis, o Método de Custo Evitado (MCE), de valoração indireta, como o nome sugere, é utilizado em situações nas quais pode ser antecipado e prevenido um possível problema causador de consequências negativas e prejuízos em várias áreas, como ambiental e econômica, para determinado grupo de pessoas, comunidade ou cidade. Neste trabalho, que trata de resíduos sólidos urbanos, a proposta é averiguar quanto o município pode economizar com transporte, tempo de coleta e impactos ambientais ao implementar técnica de compostagem como prática sustentável, em consonância com o Plano Nacional Lixão Zero (2019). E em termos de valoração, o Método Custo Evitado (MCE) é o mais adequado para estimar custos diretos e indiretos que poderão ser evitados com a implementação de compostagem (Fernandes *et al.,* 2022). Os resultados poderão ser utilizados para tomada de decisão no que refere à

gestão de resíduos orgânicos, além de outras políticas públicas em benefício dos moradores.

Na aplicação do Método Custo Evitado, as informações acerca de resíduos sólidos, foram consultadas no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir, 2019), cuja atualização do município, incompleta, ocorreu em 2019. Mesmo assim, é possível obter dados aproximados e significativos em relação aos custos que podem ser evitados. Vale ressaltar que os resíduos orgânicos são considerados praticamente a metade do total de resíduos sólidos urbanos em geral. Conforme Castro e Nogueira (2019), foi aplicada a equação 1:

$$QRSOL = MC \,.\, NHL \,.\, 0{,}5 \qquad (1)$$

Onde:

QRSOL /dia = Quantidade de resíduos orgânicos locais produzidos por dia
MC /hab./dia/mun. = Massa coletada por habitante por dia
NHL = Número de habitantes locais
0,5 = Índice percentual de resíduos orgânicos por resíduos sólidos

E o custo evitado com a compostagem dos resíduos orgânicos pela população local anualmente é calculado pela fórmula número 2.

$$CTEpop = CTEcomp + CTOrg \qquad (2)$$

Onde:
CTEpor= Custo Total da população
CTEcomp = Custo total evitado de compostagem
CTOrg= Custo total de orgânicos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Terezópolis de Goiás é uma cidade de pequeno porte localizada na região metropolitana, entre Anápolis e Goiânia. E, apesar de ser atravessada pela movimentada BR-153, que facilita a comunicação entre as duas cidades grandes, Terezópolis convive com inúmeros desafios, inclusive em relação à gestão de resíduos sólidos urbanos. Segundo o Sinir (2019), a estimativa de massa coletada em Terezópolis de Goiás é de 1,18 Kg/hab/dia. Com isso, expressamos a quantidade de resíduos orgânicos produzidos diariamente em Terezópolis pela aplicação da fórmula:

$$QRSOL = MC \,.\, NHL \,.\, 0{,}5$$
$$QRSOL = 1{,}18 \times 8.043 \times 0{,}5$$
$$QRSOL = 4.745{,}36 \text{ por dia}$$

Já o custo total com agentes executores públicos e privados foi de R$ 329.273,10 por ano para todos os resíduos. E somente para os orgânicos foi aproximadamente RS 164.636,55 anual. Então, o custo evitado com a compostagem dos resíduos orgânicos pela população local diariamente:

R$ 4.745,36 + R$ 914,64 dia = R$ 5.660,00 por dia.

Realização
Parceiros
Apoio

E o total de custo evitado com a compostagem, por ano é de: R$ 2.037.600,00.

CTEpop = CTEcomp. + CTOrg
CTEpop = 2.037.600,00 +164.636,55 = 2.202.236,55

Do total de resíduos sólidos urbanos produzidos em Terezópolis de Goiás, os cálculos e os resultados apresentados tratam exclusivamente dos resíduos orgânicos sobre o custo evitado com compostagem na cidade e revelam números impactantes. Não foram contabilizados valores referentes ao resultado da compostagem que é o substrato ou adubo, valioso para recuperação de solos degradados.
Assim, com a implementação de técnica de compostagem, o município vai economizar, diariamente, o valor de R$5.660,00. E, anualmente, o valor representa um montante significativo de custo evitado no valor de R$ 2.202.236,55. Este trabalho foca resíduos orgânicos, porque, de acordo com o Plano Nacional Lixão Zero (2019), não devem ser descartados em aterros ou lixões a céu aberto, uma vez que eles podem facilmente ser decompostos e se transformarem em substrato para o solo/plantações. Contudo, se forem alocados de forma irregular e inadequada em qualquer lugar, podem se transformar em sérios problemas ambientais, como contaminação do ar por gases tóxicos; e do solo, rios e nascentes, com o chorume. E o cidadão sofrerá consequências desastrosas com altos custos, sobretudo na área da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte da população, em geral, e também de Terezópolis de Goiás sabe que a geração exagerada de resíduos sólidos é uma preocupação crescente em relação à continuidade dos seres humanos e do planeta Terra. E o aumento de produção de resíduos sólidos vai na contramão da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituído pelo governo federal. Diante disso, os cidadãos precisam repensar o consumo em termos de alimentação, vestuário, calçados, eletrodomésticos, eletrônicos etc. E contribuírem na gestão dos resíduos orgânicos em âmbito doméstico. Já os governos, nas suas respectivas instâncias, têm obrigação de implantar, acompanhar e fiscalizar a aplicação de políticas públicas em termos de redução dos impactos negativos causados por quantidades volumosas de resíduos urbanos. Terezópolis de Goiás não realiza coleta seletiva e depende da coleta e transporte diários de resíduos urbanos ao lixão. Os valores apresentados pelo Método de Custo Evitado revelam que o município precisa entrar na rota da gestão sustentável de resíduos sólidos, a começar pelos orgânicos. Assim, a compostagem é importante técnica que soluciona o problema da metade dos resíduos produzidos nessa cidade cujo valor evitado pode ser direcionado para inúmeras necessidades, como educação ambiental contínua e outras políticas públicas que tornem a vida dos moradores mais digna.

AGRADECIMENTOS:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida.

Referências

ABREMA – Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. **Produção de lixo por habitante aumenta no Brasil.** Disponível em: https://www.abrema.org.br/2024/12/11/producao-de-lixo-por-habitante-aumenta-no-brasil/. Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. **Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no. 9.605/1998 e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 22 maio 2026.

BRASIL. **Resolução nº 481 de 3 de outubro de 2017.** Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, e dá outras providências. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&view=processo&id=2551. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – **Plano Nacional Lixão Zero** (PNLZ) 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br. Acesso em: 22 maio 2026.

CASTRO, Joana D'arc Bardella; NOGUEIRA, Jorge Madeira. **Valoração econômica ambiental – métodos da função produção:** teorias e estudos de caso. Curitiba: CRV, 2019.

FERNANDES, Ailson da Silva *et al.* Análise do custo economizado através do manejo sustentável de resíduos orgânicos em Jaranápolis: uma abordagem para a gestão sustentável de resíduos sólidos. **Cuadernos de educación y desarrollo,** v.16, n.4, p. 01-12, 2024. ISSN: 1989-4155. DOI: 10.55905/cuadv16n4-043.

GOIÁS – SEMAD: **Lixões em Goiás:** chega a 125 número que municípios que fazem disposição correta de resíduos. Disponível em: https://goias.gov.br/meioambiente/lixoes-em-goias-chega-a-125-numero-que-municipios-que-fazem-disposicao-correta-de-residuos/ 05/12/2025. Acesso em: 21 maio 2026.

SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. **Relatório municipal de gestão de resíduos sólidos.** 2019. Disponível em: https://sinir.gov.br/relatorios/municipal/. Aceso em: 21 maio 2026.

SIQUEIRA, Thais Menina Oliveira; ABREU, Marcos José. Fechando o ciclo dos resíduos orgânicos: compostagem inserida na vida urbana. **Ciência e cultura on-line.** V. 68, n.4, São Paulo, 2016. ISSN:2317-6660. http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000400013. Acesso em: 22 maio 2026.

A Técnica Goyatakuba como Ferramenta Interdisciplinar: Unindo Morfologia Vegetal, Bioarte e Educação Ambiental Crítica

Lionizia Pereira Martins (Lionizia Goyá)
lionizia@yahoo.com *Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS), Universidade Estadual de Goiás (UEG)*
Isa Lucia de Morais
isa.morais@ueg.br *Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS), Universidade Estadual de Goiás (UEG)*

INTRODUÇÃO

O Cerrado, território de águas e saberes, enfrenta processos de apagamento e fragmentação que, conforme analisa Barbosa (2008), ameaçam a integridade deste sistema biogeográfico (clima, solo, água, fauna, flora e o fogo) essencial para a vida. Diante deste cenário, a Educação Ambiental Crítica e a Bioarte surgem como ferramentas de resistência e atuam como uma insurgência contra a descaracterização do bioma. Através da Topofilia de Yi-Fu Tuan (Tuan, 2012), busca-se resgatar o elo afetivo e o compromisso ético com o território. Esta pesquisa tem o objetivo de propor um modelo de conservação da flora com articulação via Bioarte, a Goyatakuba, realizada no Sítio Ipê-Verde, Caçu, GO. A técnica é uma proposta de transformar o estudo botânico em um ato político de defesa territorial, no qual a figura feminina emerge como protagonista da conservação.

METODOLOGIA

A metodologia fundamenta-se na simbiose entre a monotipia botânica, a *assemblage* de memória e a narrativa da resistência feminina. O processo utiliza a técnica autoral Goyatakuba, que integra conhecimentos tradicionais de coleta ética à fricção manual e calor, registrando a "assinatura" botânica das plantas conforme a Figura1.

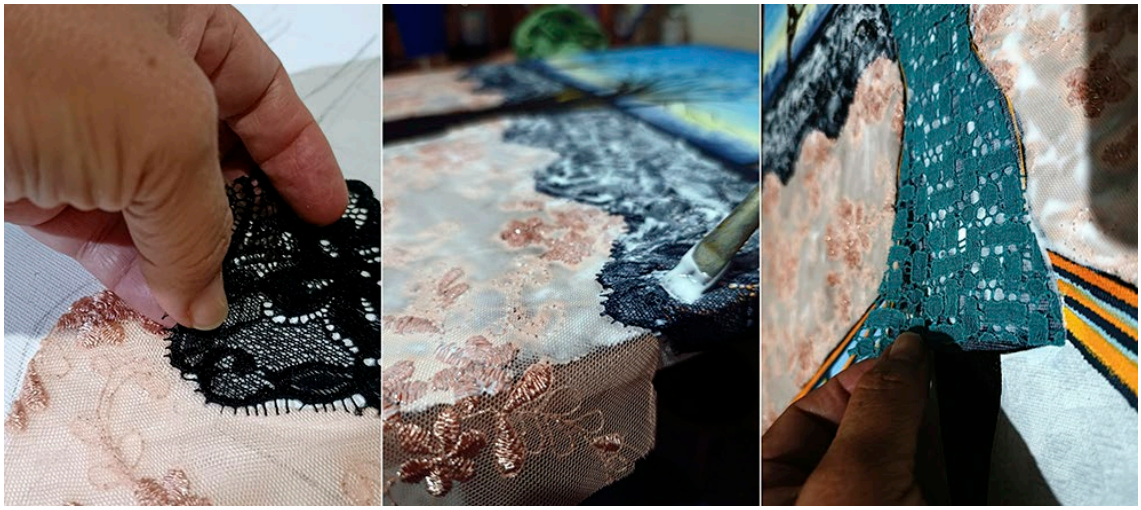
Figura 1 – Detalhe da aplicação de tintas sobre folhas de ipê-verde (*Cybistax antisyphilitica* (Mart.) Mart.) coletadas no Sítio Ipê-Verde. O processo foca na preparação da "matriz" para a impressão por fricção.

Fonte: Autores.

Realização
Parceiros
Apoio

Complementarmente, como mostra a Figura 2, a *assemblage* incorpora resíduos têxteis, rendas, ressignificando o descarte como símbolo de valor cultural.

Figura 2 – Processo de Assemblage e Reuso de Materiais: Etapas de integração de retalhos de renda e técnicas de colagem sobre a tela. O reaproveitamento de resíduos têxteis atua como ferramenta de sensibilização para a economia circular e a valorização estética da sociobiodiversidade.



Fonte: Autores.

A revelação da morfologia vegetal, conforme Figura 3, funciona como ferramenta de comunicação popular e aprendizado botânico.

Figura 3 – Execução da técnica Goyatakuba. O momento da revelação da morfologia vegetal no suporte, capturando nervuras e texturas que servem como ferramenta de divulgação científica e aprendizado botânico.

Fonte: Autores.

Realização
Parceiros
Apoio

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A culminância deste processo artístico-pedagógico materializa-se na obra *"Ipê-Verde: Despertar Goyatakuba"*, com a Figura 4.

Figura 4 – Obra Finalizada - Ipê-Verde: Despertar Goyatakuba: composição final utilizando a simbiose entre monotipia botânica e *assemblage* de memória. A obra materializa o conceito de Topofilia e a "Arte como Semente de Esperança" na defesa do bioma Cerrado.

Fonte: Autores.

Realização
Parceiros
Apoio

Nela, a figura central da "*mulher-árvore*" funde o corpo feminino ao tronco do ipê-verde, no qual braços se transformam em copas frondosas que sustentam o céu. Essa imagem não é apenas estética; é a personificação da mulher como força, resistência e guardiã da biodiversidade.

A técnica Goyatakuba atua como mediadora entre o rigor científico e a sensibilidade da Bioarte, validando a "experiência estética integradora" de John Dewey (Dewey, 2010). O Sítio Ipê-Verde, com a "Trilha da Isa", consolida-se como um laboratório vivo de *educomunicação*, no qual a "*mulher-árvore*" simboliza o enraizamento necessário para enfrentar a fragmentação do bioma. A aplicação da Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa (Barbosa, 2010) permitiu que os discentes do estágio docente vissem na arte uma ferramenta estratégica de defesa do território cerratense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre a práxis de Lionizia Goyá e o rigor do PPGAS/UEG demonstra que a Bioarte é um instrumento potente de insurgência. A figura da mulher, fundida à árvore, reafirma que a defesa do Cerrado passa pelo corpo, pelo afeto e pela memória. O estágio materializou uma academia "no chão da terra", preparando a regência de classe para a Feira de Ciências, a qual será realizada em junho de 2026, pelo curso de Ciências Biológicas da UEG, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis, como um espaço de partilha e resistência cultural. A "Arte como Semente de Esperança" deixa de ser um conceito para se tornar uma prática de existência e proteção do bioma.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pelo apoio financeiro e concessão de bolsa de pesquisa, fundamentais para o desenvolvimento desta investigação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Altair Sales**. O Cerrado: sistema biogeoceno e antropogênico.** Goiânia: Editora da UCG, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. **A Abordagem Triangular no Ensino das Artes**. São Paulo: Cortez, 2010.

DEWEY, John. **A arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Londrina: Eduel, 2012.

A IMPLANTAÇAO DOS DISTRITOS AGROINDUSTRIAIS NO ESTADO DE GOIÁS E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CERRADO GOIANO

Sthefane Aprigio da Silva
sthefaneaprigiooi01@gmail.com, *Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (PPGTECCER)*
Milena D'Ayala Valva
milena.valva@ueg.br, *Doutora em Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (PPGTECCER)*

INTRODUÇÃO

A configuração territorial atual do estado de Goiás e a reorganização de sua rede urbana estão diretamente relacionadas às políticas públicas e aos projetos de desenvolvimento regional implementados ao longo do século XX. Durante grande parte de sua história, o estado permaneceu relativamente isolado dos principais centros econômicos nacionais, apresentando uma estrutura produtiva baseada na agropecuária tradicional e na concentração fundiária. Esse cenário começou a se transformar com as políticas de integração territorial promovidas pelo governo federal, especialmente a partir da Marcha para o Oeste. Mudanças políticas e institucionais ocorridas ao longo do século XX, como a Revolução de 1930 e a transferência das capitais para Goiânia e Brasília, contribuíram para integrar Goiás à dinâmica econômica nacional. Esses processos ampliaram a infraestrutura de transporte, estimularam a ocupação do território e favoreceram a diversificação das atividades produtivas. Nas décadas de 1960 e 1970, a industrialização ganhou impulso por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e de políticas estaduais voltadas à atração de investimentos. Nesse contexto, a criação da GOIASINDUSTRIAL, em 1973, representou um marco importante para a implantação de distritos industriais planejados, utilizados como instrumento de incentivo à instalação de empresas e ao processamento dos recursos provenientes do Cerrado. A implantação desses distritos contribuiu para a formação de polos econômicos concentrados, sobretudo na porção Centro-Sul do estado. Como resultado, cidades médias passaram a desempenhar novas funções econômicas e logísticas, intensificando os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a política de implantação dos distritos industriais em Goiás por meio de uma abordagem histórica e comparativa. A análise concentra-se nos casos de Anápolis (DAIA), Catalão (DIMIC) e Rio Verde, buscando compreender de que forma as políticas de interiorização industrial e os investimentos privados influenciaram a organização socioespacial do estado. Além disso, busca-se discutir as contradições entre a expansão das atividades produtivas e a concentração da riqueza em determinadas regiões

METODOLOGIA

Realização
Parceiros
Apoio

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo e fundamentada em procedimentos teórico-empíricos. Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados dois procedimentos metodológicos principais. O primeiro consistiu na revisão bibliográfica e na análise histórico-documental. Nessa etapa, foram consultados planos governamentais, legislações estaduais e relatórios técnicos produzidos pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN-GO), além de artigos científicos, dissertações e teses relacionadas ao desenvolvimento econômico regional e à industrialização goiana. O segundo procedimento envolveu a análise de dados socioeconômicos secundários, com destaque para informações referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) municipal e ao Valor Adicionado por setor econômico, obtidos em bases estatísticas oficiais. Para compreender as relações espaciais entre os municípios, foram utilizados modelos de área de mercado fundamentados na Teoria dos Lugares Centrais, além do Índice de Terciarização Convertido (It) e do Indicador Local de Associação Espacial (LISA), empregados na identificação de padrões espaciais e agrupamentos econômicos significativos no território goiano (GOIÁS, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos indicadores econômicos e produtivos dos municípios goianos demonstra que o crescimento econômico observado nas últimas décadas ocorreu de forma desigual no território estadual. Embora Goiás tenha ampliado significativamente sua participação na economia nacional, os principais investimentos e atividades produtivas concentraram-se em um número reduzido de municípios. Segundo a SEGPLAN-GO (2011), a distribuição do Valor Adicionado setorial apresenta importantes desigualdades regionais, concentrando os principais resultados econômicos em municípios que já possuíam melhores condições de infraestrutura e integração logística. No estado, apenas nove municípios dos 246 existentes (Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Catalão, Jataí, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Senador Canedo e Itumbiara) apresentam características de economias mais desenvolvidas, concentrando 59,2% do PIB e 47,7% da população. Os dados analisados indicam que esse conjunto de municípios responde pela maior parcela da produção industrial e dos serviços especializados em Goiás. Essa configuração evidencia desigualdades regionais significativas, uma vez que os incentivos fiscais e os investimentos públicos foram direcionados principalmente para áreas que já apresentavam maior dinamismo econômico. Em contrapartida, regiões como o Norte, o Noroeste e parte do Oeste goiano mantiveram forte dependência da administração pública e das transferências governamentais como fontes de renda.

O caso do DAIA demonstra a importância de Anápolis como município central na economia goiana. Segundo o IBGE (2022), o município apresentou crescimento populacional de 19,18% entre 2010 e 2022, passando de 334.623 para 398.817 habitantes. De acordo com dados do IBGE (2026), sua economia ocupa a segunda posição no PIB estadual, com destaque para o setor industrial, responsável por quase 20% da indústria de transformação de Goiás. A cidade abriga um importante polo farmoquímico, sendo uma das principais produtoras de medicamentos genéricos do país. A industrialização local teve início com a

Realização
Parceiros
Apoio

transformação de produtos regionais e atividades voltadas à exportação, financiadas principalmente por capital local. Na década de 1960, Anápolis já era o município mais industrializado de Goiás. A partir da década de 1970, apoiada pela dinâmica econômica regional e nacional, a cidade sediou o primeiro distrito industrial do estado, o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), inaugurado em 1976. De acordo com Cunha (2023), a escolha de Anápolis para sediar o primeiro distrito industrial goiano obedeceu a critérios estratégicos do planejamento estadual. A autora destaca que, a partir da década de 1990, especialmente após a implementação da política nacional de medicamentos genéricos, o DAIA passou a concentrar um importante polo farmacêutico. Empresas como Teuto, Brainfarma, Geolab e Vitamedic ampliaram a relevância econômica do município, transformando Anápolis em uma das principais referências da indústria farmacêutica brasileira. O DAIA consolidou-se como polo industrial, apresentando crescimento contínuo e diversificação de atividades. Em 2008, o distrito possuía 114 empresas, com destaque para o setor farmacêutico, responsável por mais de cinco mil empregos. Em 2023, o distrito contava com 131 empresas e gerava mais de vinte mil empregos diretos. Atualmente, o DAIA continua em processo de expansão. Em 2025, a incorporação do DaiaPlam acrescentou mais de 1 milhão de m² ao distrito industrial, possibilitando a instalação de novas empresas voltadas à produção de equipamentos elétricos e gases industriais (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS, 2025).

O caso de Rio Verde evidencia a importância da modernização agrícola para o desenvolvimento econômico do estado. De acordo com o Censo do IBGE (2022), o município está localizado na região Sudoeste de Goiás, a 238 km de Goiânia, possuindo população de 225.696 habitantes, área de 8.374,274 km² e densidade demográfica de 26,95 hab./km². Segundo Xavier (2013), Rio Verde possuía originalmente uma extensa área territorial que ultrapassava os limites de Goiás, alcançando o estado de Mato Grosso. Entretanto, ao longo do século XX, parte desse território foi desmembrada para a criação de novos municípios, entre eles Cachoeira Alta, Castelândia, Maurilândia, Montividiu, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio da Barra. Conforme aponta Xavier (2013), até a década de 1960 os solos do Cerrado eram considerados pouco produtivos devido à sua elevada acidez. Com o avanço das pesquisas agrícolas, entretanto, esses solos passaram por processos de correção química e mecanização, permitindo a expansão da agricultura moderna e a consolidação do agronegócio na região. O Estado atuou como importante agente de desenvolvimento regional durante a década de 1970, por meio de programas como o PRODOESTE, o PRONAZEM e o PROCAL. Nesse mesmo período, foram fortalecidas instituições de pesquisa e apoio técnico, como a EMBRAPA, a EMGOPA e o IPEAGO, contribuindo para a modernização da produção agrícola. Em 2000, Rio Verde consolidou-se como uma das principais referências do agronegócio brasileiro com a chegada da Perdigão, que impulsionou a economia local, ampliou a geração de empregos e atraiu novos fluxos migratórios. Posteriormente, a fusão entre Perdigão e Sadia, em 2009, resultou na criação da BRF Brasil Foods, fortalecendo ainda mais a participação do município na cadeia de produção de proteína animal. De acordo com dados do IBGE referentes a 2023, divulgados em dezembro de 2025, Rio Verde possui um PIB aproximado de R$

22,31 bilhões, ocupando a segunda posição entre as maiores economias do estado, atrás apenas de Goiânia.

Catalão é um município localizado na região Sudeste de Goiás, com população estimada em 114.427 habitantes e PIB de aproximadamente R$ 10,3 bilhões, segundo dados do IBGE (2022). O município destaca-se como um dos principais centros industriais do estado devido à sua localização estratégica e à presença de importantes reservas minerais. Catalão abriga grandes empresas dos setores de mineração e transformação industrial, como Copebrás, Mineração Catalão, Fosfértil, Mitsubishi Motors e John Deere. A cidade também se destaca pelos polos mínero-químico e metal-mecânico, além de contar com instituições de ensino superior como a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o CESUC. A importância econômica do município também está associada ao Distrito Mínero-Industrial de Catalão (DIMIC), administrado pela CODEGO, que reúne empresas de diversos segmentos produtivos e fortalece a atração de investimentos para a região (CODEGO, 2025). O distrito desempenha papel fundamental na consolidação de Catalão como centro industrial do Sudeste goiano, estimulando a instalação de novas empresas e ampliando as relações econômicas com municípios vizinhos. Apesar de sua relevância industrial e de sua influência sobre a dinâmica econômica regional, estudos de análise espacial indicam que Catalão apresenta limitações na ampliação de sua centralidade no setor de serviços, em razão da concorrência exercida por centros regionais próximos. Além da atividade industrial, o município possui um Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções, formado por mais de 150 micro e pequenas empresas do setor têxtil (IMB, 2016). Na agropecuária, destacam-se as produções de soja e milho, especialmente no distrito de Santo Antônio do Rio Verde. A soja é o principal produto exportado pelo município, seguida pelo milho, evidenciando a importância do setor agrícola para a economia local (IMB, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstrou que a implantação dos distritos industriais e a modernização agropecuária desempenharam papel importante na transformação da economia goiana, contribuindo para o fortalecimento de municípios como Anápolis, Rio Verde e Catalão. Esses polos passaram a concentrar investimentos, infraestrutura e atividades produtivas estratégicas, ampliando sua participação na economia estadual. Entretanto, os resultados também evidenciam a permanência de desigualdades regionais, uma vez que a maior parte da produção econômica e dos investimentos continua concentrada em um número reduzido de municípios. Dessa forma, torna-se importante ampliar políticas de desenvolvimento regional capazes de fortalecer outras áreas do estado e promover uma distribuição mais equilibrada das oportunidades econômicas.

AGRADECIMENTOS: Meus sinceros agradecimentos à Universidade de Goiás, ao incentivo da CAPES pela bolsa de estudo que tanto contribui para a pesquisa, e a todo o corpo docente, principalmente a professora e minha orientadora, Dra. Milena D'ayala.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. DaiaPlam poderá atrair 100 novas empresas para Anápolis, diz Amilton Filho. Goiânia, 2025. Disponível em: https://portal.al.go.leg.br/noticias-dos-gabinetes/163015/daiaplam-podera-atrair-100-novas-empresas-para-anapolis-diz-amilton-filho. Acesso em: 4 jun. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS (CODEGO). Distrito Mínero-Industrial de Catalão (DIMIC). Goiânia, 2025. Disponível em: https://www.codego.com.br/codego-fortalece-setor-produtivo-de-catalao-e-moderniza-iluminacao-do-dimic/. Acesso em: 4 jun. 2026.

CUNHA, W. C. F. Industrialização e políticas governamentais: dispersão e concentração da indústria em Anápolis, Goiás. 2023. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2023.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN-GO). Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas (Sepin). Os Polos Econômicos do Estado de Goiás. Trabalho Técnico. Goiânia: SEGPLAN-GO, Goiânia, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-eestados/go/rio-verde.html Acesso em 02/06/26

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB). Painéis Municipais: Catalão. Goiânia: IMB/SEGPLAN, 2016. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br. Acesso em: 5 jun. 2026.

XAVIER, P. C. B. **A expansão urbana da cidade de Rio Verde - 1970/2012**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

DO SABER ARTESANAL À EXTRAÇÃO POR ULTRASSOM COM *CANNABIS SATIVA* L. NO CERRADO

Aívlys Batista de Souza
aivlys@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás – Bolsista de Iniciação Científica
Lis Raquel Silva do Nascimento
lis@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás – Doutorado em Química
Derick Carniello Rezende
suporte@soucannabis.ong.br, Associação SouCannabis – Anápolis/GO
Giuliana Muniz Vila Verde
giuliana.muniz@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás - Território e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER)

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este relato descreve a trajetória de uma pesquisa de iniciação científica que investigou o método de extração de óleo de *Cannabis sativa* L. assistida por ultrassom, construída em diálogo com a Associação SouCannabis, organização sediada em Anápolis, Goiás, que há anos atua de forma independente produzindo e fornecendo óleo de cannabis medicinal para centenas de pacientes. A SouCannabis foi convidada a demonstrar seu método artesanal de extração dentro do laboratório da universidade. A partir dessa vivência, formulou-se a pergunta de pesquisa, realizaram-se os testes comparativos com ultrassom e os achados foram compartilhados com a associação como contribuição voluntária de conhecimento. O tema central é a construção de uma ciência que se dispõe a ouvir antes de propor, reconhecendo o saber-fazer de organizações populares do Cerrado como ponto de partida legítimo para a investigação acadêmica.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A Associação SouCannabis está sediada em Anápolis, Goiás, município que integra o bioma Cerrado. A entidade oferece acolhimento humanizado, atendimento médico especializado, acompanhamento terapêutico, grupos de suporte, serviço social e programa de doação voltado a pessoas em situação de vulnerabilidade, impactando milhares de associados. Entre seus diferenciais, destacam-se a assistência jurídica e o suporte ao autocultivo, iniciativas que fortalecem a autonomia dos pacientes diante da criminalização da planta, e atualmente é o setor é regulamentado pela O trabalho e o cultivo de cannabis por associações de pacientes no Brasil são regulamentados pela RDC nº 1.014/2026 da Anvisa.

A Universidade, também situada no Cerrado, mantém com a SouCannabis uma relação de cooperação voluntária, construída sobre o respeito mútuo. Há também, um vínculo de pesquisa instituído por meio do Projeto ÓCannabis-Fapeg Chamada n.24/2024, (PROCESSO: 1008767-78.2024.4.01.3500, HC Sandro de Moraes Junqueira) que visa o estudo de um bioproduto e desenvolvimento de manual de boas práticas de fabricação para o paciente canábico.

Realização
Parceiros
Apoio

Os pacientes associados, muitos dos quais acessam o tratamento por meio do programa social da entidade, são a razão de ser de todo o esforço empreendido e estão representados pela voz da própria associação.

O Cerrado aparece aqui como o território compartilhado onde coexistem uma associação que luta por saúde e dignidade e uma universidade que se dispõe a ser permeável a essa luta.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O primeiro gesto foi de escuta. A equipe do laboratório convidou representantes da SouCannabis para uma visita à universidade e, nesse encontro, os membros da associação realizaram, dentro do laboratório, seu próprio método de extração, o mesmo que empregam cotidianamente em sua produção. A universidade ofereceu o espaço e as vidrarias; a associação trouxe o saber-fazer. Foi uma imersão em um conhecimento que não se encontra em artigos: as proporções exatas, o tempo de maceração, o manuseio cuidadoso do material vegetal, os indicadores sensoriais e empíricos que a prática consolidou ao longo de anos. Para a equipe do laboratório, esse momento representou a descoberta de que havia muito a aprender antes de qualquer proposição técnica.

Na sequência, a SouCannabis utilizou amostras do mesmo material vegetal que utiliza em sua produção, assegurando que os testes com ultrassom fossem realizados sobre substrato idêntico ao que alimenta sua cadeia produtiva real. Compartilhou também informações detalhadas: tipo de solvente, tempos de maceração, temperatura de trabalho e os principais desafios enfrentados no dia a dia da produção. Esses dados formaram a base sobre a qual o estudo comparativo foi construído.

De posse desse repertório, foi desenvolvido e executado um protocolo de extração assistida por ultrassom. A técnica baseia-se na aplicação de ondas sonoras de alta frequência ao material vegetal imerso em solvente, as ondas geram microbolhas que implodem e rompem as paredes celulares, liberando rapidamente os canabinoides e outros compostos bioativos. Foram testadas diferentes condições de tempo, temperatura e proporção solvente/material vegetal, e os resultados obtidos foram comparados ponto a ponto com os parâmetros registrados durante a demonstração do método artesanal da associação.

Por fim, os achados foram organizados e apresentados à SouCannabis em formato de relatório acessível, com linguagem clara e sem qualquer recomendação impositiva. Por meio dessa atividade, compreendemos que o ultrassom é uma possibilidade técnica entre outras, e que cabe exclusivamente à associação, detentora da expertise e do vínculo com seus pacientes, decidir se, quando e como esse conhecimento pode ser útil à sua produção.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

O aprendizado mais profundo desta experiência foi a compreensão de que a escuta deve preceder a hipótese. Foi transformador iniciar uma pesquisa diante de pessoas reais, acompanhando o movimento de suas mãos sobre as vidrarias e percebendo a complexidade de um saber que não está registrado nos artigos. A SouCannabis não foi

Realização
Parceiros
Apoio

tratada como mera fornecedora de insumos, mas reconhecida como detentora de um conhecimento legítimo, forjado na prática cotidiana do cuidado.

Entre os desafios enfrentados, destacam-se três. O primeiro é o estigma que ainda recai sobre a cannabis, exigindo cuidado redobrado na documentação e na comunicação da pesquisa. O segundo é a escassez de recursos para projetos que nascem de demandas sociais, e não de interesses de mercado. O terceiro é o delicado equilíbrio entre os tempos: a associação vive a urgência de quem precisa do medicamento hoje, enquanto a pesquisa acadêmica se move em seu ritmo próprio, e honrar ambas as temporalidades exige sensibilidade e compromisso.

As contribuições para a defesa do Cerrado se manifestam no fortalecimento simbólico e também material, pela oferta de dados técnicos de uma organização que atua diretamente na saúde de milhares de famílias do bioma. A SouCannabis, com sua rede de acolhimento, seu programa de doação e seu suporte ao autocultivo, é expressão viva de resistência e cuidado coletivo no coração do Cerrado. A universidade pública, ao se colocar em posição de escuta antes de investigar e ao ofertar conhecimento sem imposição, reafirma seu compromisso com o território que a abriga e com as lutas que nele pulsam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com o método de extração assistida por ultrassom indicaram ganhos expressivos em comparação ao método artesanal de referência, com destaque para a redução do tempo de extração, a economia de solvente e o aumento do rendimento do extrato. Contudo, o sentido mais profundo desta experiência não se resume aos números. Ele reside no caminho percorrido: a universidade abriu suas portas para aprender com a SouCannabis antes de investigar e, ao final, devolveu os achados em forma de conhecimento acessível, sem imposições, respeitando a autonomia de uma organização que construiu sua expertise no chão da prática.

Esta trajetória reafirma a possibilidade de uma ciência socialmente enraizada, em que a pergunta de pesquisa não brota apenas da literatura, mas do encontro vivo com sujeitos coletivos que produzem saúde, acolhimento e resistência no território do Cerrado. Defender o Cerrado é também isso: fortalecer as organizações que, como a SouCannabis, cuidam da vida de sua gente com conhecimento, com coragem e com comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 1.014, de 30 de janeiro de 2026. Institui Ambiente Regulatório Experimental (Sandbox Regulatório) para testagem controlada de atividades relacionadas à Cannabis para fins medicinais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jan. 2026.

AGRADECIMENTOS

À FAPEG pelo apoio financeiro por meio da Chamada Cannabis Medicinal n. 24/2024. À PRP-UEG e ao TECCER pelo apoio institucional.

LITERATURA E MEMÓRIA: A HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE EM CAMPO DE TRÂNSITO DE JOÃO PAULO BORGES COELHO

Alice Novais Montalvão Nunes
Alce.ueg@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O fim do período colonial em Moçambique ocorreu após dez anos de conflito com o governo português, quando a FRELIMO assumiu o poder e proclamou a independência do país. Moçambique não era um país homogêneo, quando o império português invadiu o território uniu naquele espaço povos diversificados, entretanto a nova administração do país precisava instituir uma memória que justificasse uma nacionalidade moçambicana, para isso iniciou um processo de imposição de uma identidade nacional que se baseava na luta de libertação como o marco de início de uma história única, ela era o mito de origem de Moçambique, agora liberta das garras coloniais. A História de Moçambique era a partir daquele momento a História da FRELIMO. Houve, então, uma tentativa de modernização cultural que tinha como característica marginalizar saberes e memórias consideradas "atrasadas" ou vinculadas ao mundo colonial.

Então, a partir desse momento, o novo governo iniciou a implementação de diversas ações com o objetivo de consolidar sua autoridade e promover a construção dessa identidade nacional una. Esse contexto histórico é representado na obra *Campo de Trânsito*, de João Paulo Borges Coelho, na qual o autor evidencia os conflitos e tensões presentes nesse período de transformação, principalmente aqueles que dizem respeito a essa ideia de homogeneidade do país, focando principalmente em uma das ferramentas da FRELIMO, os Campos de reeducação, local aonde aqueles que não haviam vivido diretamente a Guerra de libertação passaria pela experiência "descolonizadora". Os campos de reeducação constituem o principal eixo da trama, sendo apresentados como espaços destinados àqueles que não participaram diretamente da Guerra de Libertação ou que ainda carregavam os chamados "maus hábitos" coloniais, considerados incompatíveis com o novo projeto do partido. Na obra Mungau, o protagonista, é detido e enviado para um desses campos localizados em uma região rural. Nesse ambiente, ele entra em contato com personagens que evidenciam tanto a noção de modernidade

Realização
Parceiros
Apoio

defendida pelo partido quanto o dualismo presente no discurso narrativo construído pelo Estado. Ao longo da narrativa, vemos a desorientação do personagem diante das razões que o levaram àquele lugar. Por fim, a história culmina em um conflito gerado pelas próprias contradições internas da organização do campo de trânsito. A partir dessa obra literária, este trabalho busca investigar as representações dessa realidade histórica para compreender os caminhos adotados pelo partido, focando no que foram os campos de reeducação para seu projeto de dominação da memória coletiva e da narrativa histórica. Para isso, serão considerados os aportes historiográficos do próprio autor na análise de sua produção literária, bem como contribuições de outros estudiosos como Rita Chaves, Edward Said, José Luís Cabaço, Omar Ribeiro Thomaz, Francisco Noa, Maurice Halbwachs, entre outros.

METODOLOGIA

O estudo tem uma natureza qualitativa e foi feito baseado na pesquisa bibliográfica visando estabelecer um diálogo com os autores lidos.

A exemplo disso o conceito de Memória coletiva de Halbwachs é utilizado na pesquisa como base para se falar da construção da memória e da possibilidade da reconstrução do passado.

Já Rita Chaves e Francisco Noa, aparecem como suporte para se falar de como a memória de Moçambique foi reconstituída pela FRELIMO que ditava quem poderia narrar a história do país. Então, como meio de retomada desse poder surgiu a escrita literária, por onde aqueles que não haviam participado da Guerra de Libertação poderiam contar sua história de forma ficcional.

José Luís Cabaço e Omar Ribeiro Thomaz, são referências para se falar da História de Moçambique, o segundo se tratando especificamente dos Campos de reeducação.

E, o Edward Said, discute sobre como a literatura é um local de disputas de poder, ajudando a explicar como narrativas são estratégias importantes na constituição de um imaginário que funciona como base de hegemonias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das informações levantadas até o momento há como concluir que a obra literária de João Paulo Borges Coelho retrata as tensões geradas num período da história aonde a construção da identidade de Moçambique recém independente estava em disputa. Sendo que a dominação da narrativa histórica era um dos meios utilizados para a conquista e manutenção do poder. O autor então nos mostra como a literatura foi e pode ser um meio de representação histórica e uma ferramenta de conservação da memória coletiva.

Realização
Parceiros
Apoio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O próprio autor da obra e também historiador, João Paulo Borges Coelho, fala sobre a literatura ser importante ferramenta de memória em Moçambique. Ele e os outros autores citados anteriormente mostram como a História é território de disputa de narrativas, por isso, muitas vezes ela é dominada por quem tem o maior poder político. Então, vozes silenciadas acham meios de projetar suas experiências, portanto, mesmo fictícia, a literatura é mantedora dessas memórias e consequentemente de fatos históricos, podendo ser base de pesquisa para se entender esses processos de disputas e apagamentos como no caso de Moçambique pós-colonial.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Rita. **História, memória e ficção em textos e contextos africanos: apontamentos sobre Moçambique.** Exilium, v. 1, p. 151-177, 2020.

COELHO, João Paulo Borges. **Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique.** Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 106, p. 153-166, maio 2015. Disponível em: http://rccs.revues.org/5926. Acesso em: 17 maio 2026.

COELHO, João Paulo Borges. **Política e história contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas.** Revista de História, São Paulo, n. 178, p. 1-19, 2019.

HALBWACHS, Maurice**. A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

NOA, Francisco. **Uns e outros na literatura moçambicana: ensaios**. São Paulo: Kapulana, 2017. (Série Ciências e Artes).

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MÃOS QUE PRESERVAM TRADIÇÕES: O SABER-FAZER DAS DOCEIRAS NA PRODUÇÃO DA ROSA DE COCO NA CIDADE DE GOIÁS

Aline Montanini Ferreira
aline.montanini@aluno.ueg.br, PROMEP/Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O presente estudo está em fase de desenvolvimento e tem como propósito investigar e documentar o saber-fazer das doceiras na produção da Rosa de Coco na Cidade de Goiás, compreendendo essa prática como uma importante tradição cultural ligada à memória, à identidade e ao patrimônio alimentar. Até o momento, o estudo apresenta resultados preliminares oriundos do levantamento bibliográfico e da definição dos processos metodológicos que guiarão as etapas seguintes da investigação.

O saber-fazer da Rosa de Coco trata-se de um patrimônio cultural imaterial, pois reúne um conjunto de conhecimentos, técnicas, práticas e formas de transmissão que vêm sendo transmitidas de geração a geração. Mais do que o saber-fazer uma receita, essa tradição envolve experiências construídas ao longo do tempo, memórias familiares, relações de coletividade e de pertencimento que contribuem para a construção da identidade cultural da região.

A elaboração do inventário participativo do saber-fazer da Rosa de Coco, seguindo o manual de aplicação proposto pelo Iphan, promove a reflexão e o diálogo sobre o patrimônio cultural a partir do envolvimento direto da comunidade que deve ser protagonista no processo.

> [...] Os inventários participativos desenvolvidos pelo Iphan contribuem para essa elaboração de patrimônio, onde quem define o que é o patrimônio é a própria comunidade em diálogo com o meio em que estão inseridos. Cabe à educação patrimonial esse papel de facilitadora entre a comunidade e o patrimônio (Siqueira, 2025, p. 231)

Nesse contexto, a realização do inventário participativo que é uma importante ferramenta de Educação Patrimonial, mostra-se fundamental para identificar, documentar e valorizar os conhecimentos transmitidos pelas doceiras que produzem a Rosa de Coco na Cidade de Goiás, contribuindo para o reconhecimento, a preservação e a salvaguarda dessa referência cultural. Trata-se de uma iniciativa que contribui não apenas para o registro da prática culinária em questão, mas, também, para sua salvaguarda e reconhecimento como patrimônio cultural. Ao inventariar e registrar os saberes relacionados à produção desse doce, é possível evidenciar sua relevância histórica, social e cultural, promovendo a valorização de uma tradição que faz parte da memória coletiva da comunidade.

Realização
Parceiros
Apoio

> Os inventários participativos, baseando-se no trabalho com a memória social, partem da premissa de que os próprios grupos e comunidades possam assumir, em primeira pessoa, a identificação, o registro e a seleção das referências culturais significativas para a formação de suas identidades e memórias coletivas (Tolentino, 2018, p. 57)

Dessa forma, a educação patrimonial busca estimular o sentimento de pertencimento, ampliar a participação social e fortalecer a valorização das heranças culturais. Vale ressaltar que tais processos não se limitam à transmissão de informações sobre o patrimônio, mas envolvem a construção de uma consciência crítica acerca da importância de sua preservação. O Iphan, conforme a Portaria nª 137/2016, que estabelece as diretrizes para essa área, assim conceitua a educação patrimonial:

> Art. 2º. [...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca investigar, compreender e registrar o saber-fazer da Rosa de Coco na Cidade de Goiás, tendo como foco a elaboração de um inventário participativo capaz de evidenciar sua importância enquanto patrimônio cultural imaterial. Para tanto, pretende-se conhecer mais profundamente as trajetórias das doceiras atuantes, documentar os conhecimentos e as técnicas envolvidas na produção do doce e compreender os modos pelos quais esses saberes vêm sendo transmitidos entre diferentes gerações.

Além disso, o estudo procura analisar as relações estabelecidas entre memória, identidade cultural e patrimônio alimentar, considerando que tais dimensões se encontram articuladas nas práticas doceiras locais. Vale ressaltar que o interesse da pesquisa não se restringe ao registro dessa tradição, mas também à compreensão das permanências e transformações que marcam sua trajetória ao longo do tempo. Nesse sentido, busca-se identificar os desafios que interferem na continuidade desse saber-fazer, contribuindo para sua valorização, salvaguarda e reconhecimento, tanto no âmbito comunitário quanto nas políticas voltadas à preservação do patrimônio cultural.

METODOLOGIA

No momento, a pesquisa encontra-se na fase de consolidação de seus fundamentos teóricos e metodológicos. Já foram realizados o levantamento bibliográfico e a construção do referencial teórico, abrangendo discussões relacionadas ao patrimônio cultural imaterial, à memória, à identidade, à alimentação e à cultura. Esse percurso inicial tem sido fundamental para compreender o saber-fazer da Rosa de Coco como uma prática cultural dotada de significados históricos, sociais e simbólicos para a Cidade de Goiás. Paralelamente, foram definidos os procedimentos metodológicos que orientarão o desenvolvimento da investigação nas etapas posteriores.

Realização
Parceiros
Apoio

A próxima fase será dedicada à submissão do projeto de pesquisa e dos documentos na Plataforma Brasil para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Após a aprovação, a próxima etapa é o trabalho de campo que envolverá a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas com as doceiras vilaboenses.

Por meio desse contato direto com as detentoras do saber, pretende-se registrar suas trajetórias de vida, memórias, experiências, conhecimentos e práticas relacionadas à produção da Rosa de Coco. Cabe ressaltar que essa etapa permitirá compreender não apenas os aspectos técnicos envolvidos na elaboração do doce, mas também os sentidos culturais atribuídos a essa prática pelas próprias doceiras. Posteriormente, os dados produzidos serão analisados buscando identificar elementos relacionados à memória, à identidade cultural e ao patrimônio alimentar. A partir desse conjunto de informações, será elaborado um inventário participativo do saber-fazer da Rosa de Coco, contribuindo para a documentação, valorização e salvaguarda dessa importante referência cultural da Cidade de Goiás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, a pesquisa tem se dedicado ao levantamento bibliográfico e à análise documental de instrumentos normativos relacionados à proteção do patrimônio cultural imaterial. Durante esse processo, foram examinados documentos considerados centrais para a política de salvaguarda no Brasil, entre eles o Decreto nº 3.551/2000, a Resolução nº 001/2006 e a Portaria nº 160/2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os quais estabelecem diretrizes, critérios e procedimentos voltados à identificação, documentação, reconhecimento e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial. O estudo desse conjunto de legislações tem contribuído de maneira significativa para a construção do referencial teórico e metodológico da pesquisa, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos institucionais destinados à preservação dos saberes e práticas culturais tradicionais.

Os resultados preliminares obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e documental evidenciam que o saber-fazer da Rosa de Coco compõe a categoria dos "saberes", prevista nos instrumentos de reconhecimento do patrimônio cultural imaterial. Trata-se de um conhecimento tradicional transmitido entre gerações, cuja continuidade está vinculada não apenas ao domínio de técnicas específicas de produção, mas também à salvaguarda de memórias, valores, experiências e formas de sociabilidade construídas pelas doceiras da Cidade de Goiás. É pertinente observar que a análise da Portaria nº 160/2016 evidenciou a relevância da participação dos detentores dos bens culturais nos processos de documentação e salvaguarda, reforçando a importância de abordagens participativas para o registro e a valorização dessa referência cultural. De modo complementar, a literatura consultada tem demonstrado que as práticas alimentares tradicionais desempenham papel fundamental na construção de identidades coletivas e na preservação de patrimônios culturais ligados aos modos de vida e às experiências históricas das comunidades.

Reforçando essa articulação, a culinária e suas tradições de fazer configuram-se como patrimônio cultural imaterial justamente por traduzirem uma herança que, ao ser repassada de geração em geração, atua na conservação da memória e na revelação

Realização
Parceiros
Apoio

da identidade de um povo. Conforme sintetiza Carvalho (2019, p. 223), este patrimônio intangível expressa o resultado de processos históricos lentos e contínuos no tempo, que permitem conferir a uma comunidade os pressupostos básicos para que ela se reconheça enquanto tal, estimulando o sentimento de pertencimento a partir de seu lugar social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a aprovação da proposta pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEG, será iniciada uma nova fase da investigação, dedicada ao contato direto com as doceiras da Cidade de Goiás por meio de entrevistas semiestruturadas e da observação participante das práticas relacionadas à produção da Rosa de Coco. Essa etapa buscará reunir informações sobre trajetórias de vida, memórias, conhecimentos, técnicas e modos de fazer relacionados ao doce, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos processos de transmissão desse saber e dos significados culturais que lhe são atribuídos pelas próprias detentoras.

Paralelamente, serão realizadas atividades voltadas à construção do inventário participativo, envolvendo as doceiras no processo de identificação, registro e interpretação de suas referências culturais. É pertinente observar que a participação das detentoras desse conhecimento constitui um aspecto fundamental da metodologia proposta, uma vez que possibilita integrar suas experiências, percepções e formas de atribuição de valor ao patrimônio cultural. Em um momento posterior, o material produzido será organizado e estudado com base na análise de conteúdo. Espera-se que esse processo forneça subsídios para a elaboração do inventário participativo e contribua para a documentação, valorização e salvaguarda do saber-fazer da Rosa de Coco vilaboense.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 01 jun. 2026.

CARVALHO, Alissandra Nazareth de. A alimentação como bem cultural gastronômico: uma reflexão a partir da história. *In*: PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). **A cozinha brasileira e o patrimônio cultural**: história, hospitalidade e turismo. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 217-231.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Resolução nº 001, de 3 de agosto de 2006.** Determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016.** Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 maio 2016.

SIQUEIRA, Fernanda Dalla Costa. **Ressignificações e rupturas: um olhar sobre o patrimônio hegemônico**. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; PERUSSATTO, Melina Kleinert (org.). **Ensino de História e Educação Patrimonial**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024. p. 226-239.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial decolonial:** perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. Sillogés, v. 1, n. 1, p. 41-60, jan./jul. 2018.

ENTRE ESTUDOS E LEVANTAMENTOS: UMA BREVE ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E AMBIENTAL SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA

Fernanda Pereira da Costa
Universidade Estadual de Goiás, fernanda.costa@aluno.ueg.br

José Carlos de Souza
Universidade Estadual de Goiás, jose.souza@ueg.br

INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia (BHRA) constitui uma das mais importantes unidades hidrográficas do Brasil Central, tanto por sua dimensão territorial quanto por sua relevância ambiental, econômica e social. Com aproximadamente 384.000 Km² de extensão, abrangendo áreas dos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, essa bacia integra a Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia e desempenha papel fundamental na dinâmica hídrica, ecológica e produtiva do bioma Cerrado. O Rio Araguaia, principal curso d'água da bacia, possui cerca de 2.600 km de extensão, destacando-se por formar a Ilha do Bananal e por sustentar importantes atividades relacionadas ao abastecimento hídrico, à biodiversidade e ao uso econômico do território. Contudo, a intensificação da ocupação agropecuária, especialmente a partir da modernização agrícola ocorrida desde a década de 1970, tem provocado transformações profundas na paisagem, ampliando problemas ambientais como desmatamento, perda de cobertura vegetal, erosão dos solos e assoreamento dos canais fluviais. Uma bacia hidrográfica pode ser concebida como uma unidade integrada de análise geoambiental, capaz de evidenciar as interações entre relevo, solo, cobertura vegetal, uso da terra, clima e rede de drenagem. Esta análise integrada contribui para a avaliação das condições ambientais e compreensão dos processos de degradação, como erosão e assoreamento. A erosão, entendida como o processo de desagregação e transporte de partículas do solo por agentes como a chuva e o escoamento superficial, e o assoreamento, caracterizado pela deposição desses sedimentos nos leitos dos rios, figuram entre os principais impactos associados à expansão do agronegócio e ao manejo inadequado da terra no Cerrado. Tais processos comprometem a qualidade ambiental, reduzem a capacidade de armazenamento e escoamento hídrico, alteram a morfologia fluvial e intensificam a vulnerabilidade de ecossistemas aquáticos e terrestres. Diante desse cenário, torna-se relevante compreender como a produção científica brasileira recente tem abordado esses problemas na BHRA, sobretudo considerando a necessidade de subsidiar políticas públicas de gestão ambiental, conservação dos recursos hídricos e recuperação de áreas degradadas. METODOLOGIA Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem bibliométrica de caráter qualitativo-quantitativo, com base em buscas realizadas na plataforma Google Acadêmico.Foram utilizados como descritores principais os termos "bacia hidrográfica do Rio Araguaia", "erosão" e "assoreamento", aplicando-se filtros de idioma (português) e recorte temporal (2022, 2023 e 2024). A seleção do corpus considerou apenas artigos que apresentassem relação direta com a dinâmica hidrogeomorfológica da BHRA, especialmente aqueles voltados à análise de processos erosivos, transporte de sedimentos, assoreamento, uso e ocupação da terra, degradação ambiental e técnicas de monitoramento espacial. Foram excluídos trabalhos com enfoque

Realização
Parceiros
Apoio

genérico ou que, embora situados na bacia, tratassem de temas não centrais ao objetivo da pesquisa, como ecoturismo, estudos microbiológicos isolados ou abordagens desvinculadas da problemática geomorfológica e hidrossedimentar. Ao final, foram selecionados 30 artigos, distribuídos em quadros anuais, contendo número de identificação, título, objetivo, palavras-chave e área de estudo. Em seguida, realizou-se análise de conteúdo dos materiais, buscando identificar frequências de termos, tendências temáticas, recorrência de métodos e concentração espacial das pesquisas. O uso de tabelas, quadros e mapas de apoio permitiu sistematizar os dados e interpretar a distribuição dos estudos no território da bacia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicaram a presença de 10 artigos em 2022, 8 em 2023 e 12 em 2024, totalizando 30 publicações no período analisado. Embora o número de trabalhos apresenta pequenas oscilações anuais, observa-se tendência de crescimento da produção científica, especialmente em 2024, o que demonstra o aumento do interesse acadêmico sobre os impactos ambientais associados à dinâmica de uso da terra na BHRA. Em termos espaciais, verificou-se predominância de pesquisas concentradas em sub-bacias localizadas nos estados de Goiás e Tocantins, com menor incidência em áreas do Mato Grosso e Pará, revelando uma desigualdade na cobertura territorial dos estudos. No ano de 2022, destacaram-se pesquisas voltadas à efetividade das Unidades de Conservação em municípios inseridos na bacia, à degradação da cobertura vegetal em áreas do Rio Claro e aos efeitos dessa supressão sobre a vazão, à análise morfológica do médio curso superior do Araguaia por meio de sensoriamento remoto, e à suscetibilidade erosiva em áreas da bacia do Rio Vermelho, associada ao uso e ocupação do solo. As palavras-chave mais recorrentes nesse conjunto foram “erosão/assoreamento”, “bacia hidrográfica” e “sensoriamento remoto”. No ano de 2023, os estudos concentraram-se em análises sobre assoreamento e dinâmica de bancos de areia em trechos entre Goiás e Mato Grosso, com uso de técnicas de machine learning aplicadas a séries temporais, além de investigações sobre suscetibilidade erosiva no médio Araguaia e supressão do Cerrado vinculada à expansão do agronegócio em municípios como Quirinópolis (GO). Já em 2024, observou-se ampliação do uso de modelagens preditivas, com destaque para estudos baseados na Equação Universal de Perda de Solo (USLE), aplicados em áreas de nascentes localizadas entre Goiás e Mato Grosso, bem como pesquisas sobre formação de ravinas em sub-bacias específicas e análises sobre recuperação de pastagens degradadas em áreas relacionadas ao MATOPIBA. De modo geral, identificou-se predominância de métodos geoespaciais, como Sistemas de Informação Geográfica (SIG), imagens orbitais e sensoriamento remoto, presentes em aproximadamente 70% dos estudos analisados. Isso demonstra que a produção científica recente tem priorizado abordagens técnicas e espaciais para diagnosticar e monitorar a degradação ambiental, especialmente no que se refere à erosão e ao assoreamento. Por outro lado, a análise também evidenciou lacunas importantes. Observou-se escassez de estudos integrados que articulem aspectos físicos, sociais e institucionais da gestão da bacia, sobretudo no que diz respeito à governança ambiental, à avaliação da efetividade de políticas públicas e ao monitoramento contínuo das áreas degradadas após 2024. Além disso, ainda são limitadas as pesquisas que relacionam diretamente os processos erosivos à formulação de estratégias de restauração ecológica em escala regional. As áreas ocupadas por povos indígenas representam importantes espaços de conservação ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia. A análise do uso e cobertura da terra demonstra que parte significativa dos remanescentes de vegetação

nativa do Cerrado encontra-se inserida em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, contrastando com as áreas onde a expansão agropecuária promoveu intensas transformações na paisagem. Na porção da bacia onde se localizam a Terra Indígena Araguaia, na região da Ilha do Bananal, e as Terras Indígenas Xavante, no estado de Mato Grosso, observa-se a permanência de extensas áreas de cobertura vegetal nativa. Essa condição evidencia a relevância desses territórios para a conservação dos ecossistemas do Cerrado, sobretudo em um contexto marcado pela ampliação das áreas destinadas à produção agropecuária. A preservação da vegetação exerce influência direta sobre a dinâmica ambiental da bacia. A manutenção das formações vegetais favorece a infiltração da água no solo, reduz a intensidade do escoamento superficial e limita a ocorrência de processos erosivos. Como consequência, diminui-se o aporte de sedimentos aos canais fluviais, contribuindo para a redução do assoreamento e para a manutenção do equilíbrio hidrogeomorfológico dos cursos d'água. Os estudos analisados na revisão bibliométrica apontam que as áreas protegidas desempenham papel relevante na conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade. Em diversos setores da bacia, a presença de Terras Indígenas coincide com áreas que mantiveram elevados índices de cobertura vegetal, funcionando como zonas de contenção ao avanço do desmatamento e à fragmentação das paisagens naturais.Nesse sentido, a importância das Terras Indígenas não se restringe à garantia dos direitos territoriais dos povos originários. Tais áreas constituem espaços estratégicos para a conservação ambiental, assegurando a proteção da vegetação nativa, a manutenção dos habitats naturais e a preservação de processos ecológicos fundamentais para a estabilidade ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, conclui-se que a bibliometria simplificada permitiu identificar tendências relevantes da produção científica recente sobre a BHRA, evidenciando o avanço de estudos voltados ao diagnóstico ambiental, mas também a necessidade de ampliar investigações interdisciplinares que subsidiem ações mais efetivas de conservação e manejo sustentável. O fortalecimento das Unidades de Conservação, a adoção de práticas conservacionistas no uso do solo e o monitoramento sistemático das áreas vulneráveis mostram-se fundamentais para mitigar os impactos da expansão agropecuária sobre a dinâmica hidrogeomorfológica da Bacia do Rio Araguaia.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Universidade Estadual de Goiás e à organização do " III Festival do Cerrado -Mulheres e Povos Tradicionais do Cerrado Guardiões da Sociobiodiversidade", pela oportunidade de participação neste importante evento, bem como pela abertura e pelo incentivo à socialização deste estudo, que possibilitam a ampliação do debate científico e a difusão de conhecimentos voltados à preservação do Cerrado e à valorização de sua sociobiodiversidade.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Política nacional de recursos hídricos: diretrizes. 2. ed. Brasília, DF: ANA, 2009.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Gestão integrada de recursos hídricos no Brasil. Brasília, DF: ANA, 2015.

BOTELHO, J. Título do estudo. Local: Editora, 2010. ELIAS, R. Título da obra. Local: Editora, 2011.

GOMES FERREIRA LIMA, A. Título da obra. Local: Editora, 2019.

GUERRA, A. T. Título da obra. Local: Editora, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados cartográficos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [inserir URL]. Acesso em: 7 abr. 2026.

LEI nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1997.

MATOS, C.; PESSA, L. Título da obra. Local: Editora, 2014.

SOUZA, M. Título da obra. Local: Editora, 2010. SOUZA, M. Título da obra. Local: Editora, 2017.

A RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL ENTRE A POPULAÇÃO NEGRA, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BIOMA CERRADO

Jheniffer Ribeiro Oliveira
jheniffer27ribeiro@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás / Campus Cora Coralina / Licenciatura em Geografia.

INTRODUÇÃO

O bioma Cerrado, reconhecido internacionalmente como um dos hotspots de biodiversidade mais ameaçados do planeta, desempenha um papel crucial no equilíbrio hidrológico e climático da América do Sul. Contudo, nas últimas décadas, este ecossistema tem enfrentado um processo acelerado de fragmentação e degradação ambiental, impulsionado majoritariamente pela expansão agressiva da fronteira agrícola, pelas monoculturas latifundiárias e pelo desmatamento associado ao agronegócio. Paralelamente a essa riqueza biológica vegetal e animal, o Cerrado abriga uma incomensurável sociobiodiversidade que é frequentemente invisibilizada nos debates ecológicos tradicionais. Entre as diversas populações que compõem esse cenário, destacam-se as comunidades quilombolas.

Historicamente, a população negra e as comunidades remanescentes de quilombos estabeleceram relações socioambientais intrínsecas e simbióticas com o Cerrado. Forçadas a buscar refúgio e autonomia em áreas historicamente isoladas, essas populações desenvolveram modos de vida e sistemas produtivos que dependem diretamente da integridade dos recursos naturais e, simultaneamente, promovem a sua conservação (ALMEIDA, 2008). O ecossistema não é visto por essas comunidades apenas como um depósito de matérias-primas comerciais, mas sim como um território de vivência, ancestralidade e reprodução cultural.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a relevância das comunidades quilombolas na manutenção e na conservação da biodiversidade do bioma Cerrado. Busca-se demonstrar como os saberes e os conhecimentos ecológicos tradicionais desenvolvidos por essa parcela da população negra se contrapõem de forma prática aos modelos de desenvolvimento predatórios vigentes, consolidando os territórios quilombolas como salvaguardas ambientais indispensáveis para o futuro do bioma.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e caráter exploratório-analítico. Para a sustentação teórica do estudo, realizou-se um minucioso levantamento de artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e capítulos de livros publicados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Adicionalmente, recorreu-se à análise de documentos oficiais, relatórios técnicos e dados cartográficos emitidos por órgãos governamentais e de proteção socioambiental, tais como o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Realização
Parceiros
Apoio

Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção do material textual priorizaram produções científicas publicadas na última década, que abordassem diretamente os eixos temáticos da gestão territorial quilombola, das práticas de manejo comunitário, da etnoecologia e da sustentabilidade no bioma Cerrado. A triagem inicial resultou na seleção de fontes que discutem tanto a perspectiva conceitual da conservação quanto a realidade empírica das comunidades negras rurais. Após a leitura analítica e o fichamento dos textos selecionados, os dados foram tabulados e categorizados de forma interpretativa, estabelecendo um cruzamento crítico entre as práticas de subsistência tradicionais e os indicadores de preservação da cobertura vegetal nativa do ecossistema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados e análises levantados apontam categoricamente que os territórios formal ou informalmente ocupados por comunidades quilombolas funcionam como verdadeiras barreiras ecológicas e zonas de amortecimento contra o avanço do desmatamento e da degradação ambiental no Cerrado. Enquanto as propriedades privadas do entorno frequentemente convertem extensas áreas nativas em pastagens homogêneas ou lavouras de grãos, as terras geridas por essas comunidades mantêm elevados índices de conservação da flora e fauna originais.

O conhecimento ecológico tradicional da população negra rural manifesta-se com clareza em suas práticas produtivas cotidianas, com destaque para o extrativismo sustentável de frutos e sementes nativas, tais como o pequi, o baru, o buriti, a mangaba e a cagaita. Essa atividade econômica não destrutiva gera renda para as famílias sem a necessidade de supressão da vegetação, incentivando diretamente a manutenção da vegetação nativa em pé e a valorização das espécies arbóreas do bioma.

Outro ponto fundamental identificado na literatura diz respeito ao Manejo Integrado do Fogo (MIF), técnica historicamente dominada e aplicada de forma empírica por esses povos (SHIRAISHI NETO, 2017). Ao contrário dos incêndios de grandes proporções provocados para a limpeza rápida de pastagens, as queimas prescritas realizadas pelos quilombolas ocorrem em períodos estratégicos do ano, controlando o acúmulo de biomassa seca e mimetizando os ciclos naturais de queima do próprio bioma. Esse processo tradicional estimula a quebra de dormência de sementes nativas, promove o florescimento de diversas gramíneas e impede a ocorrência de megaincêndios catastróficos que destroem o solo e a fauna silvestre.

A dinâmica das roças de subsistência e o cultivo de sementes crioulas também desempenham um papel protetivo essencial. Ao permitir o pousio da terra (período de descanso do solo), as comunidades garantem a regeneração natural da vegetação secundária e evitam a exaustão dos nutrientes da terra. A Tabela 1 sintetiza as

Realização
Parceiros
Apoio

principais correlações identificadas na pesquisa entre a atuação quilombola e a dinâmica ambiental do bioma:

Tabela 1 – Práticas tradicionais quilombolas e impactos diretos no bioma Cerrado

Prática Tradicional Quilombola	Mecanismo de Atuação Ecológica	Impacto Direto na Conservação do Cerrado
Extrativismo ustentável	Coleta seletiva de frutos, cascas e sementes sem derrubada das árvores.	Manutenção da fitofisionomia nativa e conservação de corredores ecológicos.
Manejo Integrado do Fogo (MIF)	Queimas controladas em mosaico durante o início da estação seca.	Prevenção de incêndios catastróficos e quebra de dormência de sementes.
Agrobiodiversidade e Pousio	Rotação de pequenas áreas agrícolas e uso de sementes crioulas.	Recuperação da fertilidade do solo e preservação da variabilidade genética vegetal.
Medicina Tradicional	Conservação e uso restrito de plantas medicinais nativas (raízes e folhas).	Proteção de espécies vegetais raras e manutenção dos saberes etnobotânicos.

Fonte: Elaboração própria (2026).

No entanto, a discussão teórica também evidencia que essa importante engrenagem de proteção socioambiental encontra-se sob constante ameaça. A extrema lentidão nos processos de regularização fundiária e de titulação definitiva das terras quilombolas por parte do Estado expõe essas populações à violência do avanço de grileiros, de mineradoras e de grandes empreendimentos agropecuários (FLEXOR; KATO, 2021). A insegurança jurídica sobre a posse da terra fragiliza a organização comunitária e abre brechas para a degradação dos recursos hídricos e florestais que cercam os territórios ancestrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, conclui-se que a relação socioambiental construída entre a população negra, as comunidades quilombolas e o Cerrado possui caráter simbiótico e indissociável. Ficou demonstrado que os modelos tradicionais de ocupação e uso da terra desenvolvidos por esses povos não apenas coexistem com a biodiversidade, mas atuam ativamente como mecanismos de regeneração e

Realização
Parceiros
Apoio

conservação ambiental. O conceito ocidental de conservação, que por vezes prega o isolamento total da natureza e a exclusão das populações humanas (DIEGUES, 2008), mostra-se inadequado para a realidade do Cerrado, onde a presença e o manejo quilombola são garantias de vitalidade ecológica.

Portanto, proteger o Cerrado exige, obrigatoriamente, assegurar a permanência e os direitos territoriais das comunidades tradicionais que nele habitam. O reconhecimento legal e a titulação imediata das terras quilombolas devem deixar de ser tratados apenas como uma pauta de reparação histórica e de direitos humanos, passando a integrar o núcleo estratégico das políticas públicas nacionais de combate ao desmatamento, de mitigação das mudanças climáticas e de promoção do desenvolvimento sustentável.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Cora Coralina, pelo espaço de debate acadêmico, apoio institucional e incentivo à pesquisa científica, fundamentais para a realização e maturação deste trabalho focado na sociobiodiversidade regional.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de Quilombo, Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: Uso comum da terra e conflito. Manaus: PGEA-UFAM, 2008.

DIEGUES, A. C. S. O mito da natureza intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

FLEXOR, G.; KATO, K. M. Territórios quilombolas e conservação ambiental: desafios para a regularização fundiária no Cerrado. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 59, n. 2, p. 1-18, 2021.

SHIRAISHI NETO, J. (Org.). Saberes Tradicionais e Biodiversidade. São Luís: EDUFMA, 2017.

"ARREDA HOMEM QUE LÁ VEM MULHER": O PROTAGONISMO FEMININO EM COMUNIDADES DE TERREIRO DO CERRADO GOIANO

Léo Carrer Nogueira
leo.nogueira@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

As religiões têm um papel ativo na construção e consolidação da identidade social do povo brasileiro. Um dos aspectos mais relevantes destas relações dizem respeito aos papeis sociais atribuídos a homens e mulheres. Ao longo dos séculos, as religiões tiveram um papel ativo neste quesito ao construir ou reforçar determinados papeis atribuídos aos sexos masculino e feminino. Papeis distintos, que refletem a própria distinção e hierarquização feita no seio das sociedades.

Mas há denominações religiosas que procuram subverter, ou pelo menos tentam, a ordem social estabelecida. O protagonismo feminino acaba levando tais religiões a terem uma relação diferente com o masculino e o feminino, imputando a este último um poder sagrado único e distinto, que acaba se refletindo na própria inserção destas mulheres na sociedade. Trata-se das religiões afro-brasileiras, que historicamente tem dado um papel de liderança e destaque às mulheres, e ainda hoje se consolidam como vetores de uma maior liberdade e empoderamento feminino.

Neste ensaio temos por objetivo, portanto, voltar nosso olhar para as diferentes práticas religiosas afro-brasileiras existentes no Cerrado a partir do conceito de gênero. Buscamos compreender as principais diferenças entre a forma com que é encarada a mulher dentro dos terreiros de Candomblé e Umbanda goianos. Analisamos as religiões afro-brasileiras e como as mulheres tem recebido papeis de liderança no interior das mesmas, subvertendo a hierarquização construída socialmente entre homens e mulheres e a dominação masculina existente na sociedade brasileira.

METODOLOGIA

Utilizamos uma abordagem qualitativa para investigar a relação entre gênero e tradição nas religiões de matriz africana presentes no cerrado, com foco no papel e na representação do feminino. Inicialmente, realizou-se um levantamento e análise bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas no campo da história e das ciências

Realização
Parceiros
Apoio

sociais das religiões afro-brasileiras, com ênfase em estudos sobre Umbanda e Candomblés. Foram selecionados livros, artigos acadêmicos e produções relevantes que abordam tanto a formação histórica dessas religiões quanto suas estruturas internas, práticas rituais e organização hierárquica, especialmente no que se refere à atuação e ao papel das mulheres. Esse corpus permitiu construir um panorama teórico consistente sobre a temática investigada.

Em segundo momento, realizamos trabalhos de campo em alguns terreiros da capital, para compreender de que forma as relações de gênero se estabelecem no seio destas comunidades. Utilizamos como referencial metodológico as reflexões de Silva (2000) sobre os cuidados que devemos ter no campo de pesquisa, a importância do pesquisador saber como "chegar no terreiro", e especialmente nos diálogos e conversas estabelecidos com os participantes e membros destas comunidades.

Em seguida, o material selecionado foi analisado à luz da análise discursiva inspirada em Michel Foucault (2011), considerando os discursos como práticas que produzem saberes, verdades e relações de poder. A partir dessa perspectiva, buscou-se identificar como os discursos presentes nas obras analisadas constroem, legitimam ou tensionam os papéis de gênero no interior das religiões afro-brasileiras. Foram observadas regularidades, rupturas e silenciamentos nos enunciados, bem como os modos pelos quais o feminino é associado a posições de liderança, autoridade e sacralidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do século XIX temos o surgimento dos primeiros terreiros de Candomblé em Salvador na Bahia e São Luís no Maranhão. O registro da presença feminina na fundação destes terreiros é bastante sintomático da importância que as religiões de matriz africanas dão às mulheres em seus cultos. O protagonismo feminino pode ser interpretado como uma forma de valorização da mulher na busca e manutenção do axé, poder vital que daria vida a todas as coisas, segundo os Iorubas. Alguns anos depois podemos notar, ao nos debruçarmos sobre os rituais de candomblé praticados na Bahia, que a presença feminina na liderança dos cultos se tornou uma importante tradição. Ruth Landes (2002), por exemplo, ao analisar estes cultos, encontrou uma massiva presença feminina na liderança dos terreiros de candomblé, o que classificou com um verdadeiro Matriarcado nas religiões afro-brasileiras.

No Cerrado Brasileiro temos uma presença massiva de terreiros fundados e administrados por mulheres, que demonstram a força do gênero nas comunidades de terreiro. No estudo de Claudete Araújo (2020) sobre os papéis femininos em terreiros de Umbanda e Candomblé da região metropolitana de Goiânia, dos 27 terreiros pesquisados, 19 foram fundados e ainda eram chefiados por mulheres. Destes podemos destacar os terreiros de Mãe Lia, da Tenda Espírita Vovó Maria Conga, em Goiânia; Mãe Maria Baiana, do Centro de Umbanda Mâe Maria Baiana, em Aparecida de Goiânia; e o terreiro de Dona Geraldina Barbosa (in memorian), Centro Espírita São Sebastião, hoje chefiado por Mãe Iara.

A partir dos estudos bibliográficos e trabalhos de campo realizados, podemos notar que as religiões afro-brasileiras em geral e os terreiros de candomblé e umbanda especificamente são territórios em que a presença feminina e homossexual em papéis de liderança é extremamente valorizada. A discussão em torno do poder religioso atribuído ao elemento feminino ajuda a explicar a grande presença de líderes mulheres e homossexuais como pais e mães de santo nos terreiros. Ao mesmo tempo que tais gêneros são marginalizados nas religiões cristãs em geral, nas religiões afro-brasileiras eles ganham papel de destaque.

Ainda hoje o exercício do poder feminino é bastante comum nos cultos afros, tanto nos terreiros de candomblé quanto de umbanda. Encontramos em nossas visitas de campo uma quantidade considerável de mães de santo e presidentes de centros (dependendo da denominação do centro/terreiro/roça). Embora haja uma mesma quantidade de líderes do sexo masculino, demonstrando que as interdições que existiam inicialmente à possessão masculina foram superadas ao longo dos últimos anos, só a possibilidade da existência do sacerdócio feminino nestas religiões já é o suficiente para diferenciá-las da maior parte das outras religiões presentes no território brasileiro, especialmente as cristãs, que ainda em sua maioria colocam a mulher apenas em cargos subalternos dentro dos templos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as histórias de mulheres que buscaram, por meio da prática das religiões afro, sua independência social, econômica e até sexual. A inserção nos cultos afro-brasileiros, seja na Umbanda ou no Candomblé, garante a muitas mulheres uma visibilidade no meio social em que vivem que outros ofícios não lhes permitiriam.

Realização
Parceiros
Apoio

Passam a ser reconhecidas como guias espirituais, líderes religiosas e acabam se tornando ponto de apoio no bairro em que habitam, especialmente nos bairros mais humildes e nas periferias das grandes cidades, aonde dezenas de pessoas as procuram em busca de auxílio para os mais diversos problemas: financeiros, sociais, de saúde e até sexuais. Este reconhecimento lhes garante, em parte, um empoderamento através da prática religiosa.

Não é à toa que estas religiões possuem símbolos do poderio feminino, que se traduz em algumas de suas divindades e entidades. O caso mais emblemático é o da Pombagira, entidade de Umbanda que representa a mulher transgressora, livre e independente. Em muitos casos, ela procura ajudar suas médiuns a se livrarem de situações opressivas, seja no âmbito doméstico, seja no âmbito do trabalho. Maridos violentos e repressivos, chefes abusivos e mulheres rivais passam a ser objeto das conversas e conselhos das consultas espirituais realizadas. Afrontosas, as Pombagiras prometem ajuda espiritual para se livrar das situações conflitivas e às vezes até punir os algozes, além de ajudar as mulheres a conseguirem superar estas situações no futuro, sendo mais altivas e menos submissas.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento do projeto de pesquisa “Práticas religiosas afro-brasileiras e mediúnicas: história e atualidade”, contemplado no edital CNPq/MCTI Nº 10/2023.

Referências

ARAÚJO, Claudete Ribeiro. **"Sou fundadeira dessa cidade"**: identidade, resistências e empoderamento feminino na umbanda goianiense. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Goiânia: PUC-GO, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. |

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O Antropólogo e sua Magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: EdUSP, 2000.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha**: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Edições Maianga, 2006.

VERGER, Pierre Fatumbi. A contribuição especial das mulheres ao candomblé do Brasil. In: VERGER, Pierre Fatumbi. **Artigos**. São Paulo: Corrupio, 1992.

CRÍTICA DA CRÍTICA PÓS-MODERNA À MODERNIDADE: ECONOMIA POLÍTICA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E A REVOLUÇÃO VERDE NO CERRADO

Autor 1:Apoena Torres Lima, Universidade Estadual de Goiás
apoena.lima@aluno.ueg.br
Autor 2 (orientador): Glauber Lopes Xavier, Universidade Estadual de Goiás
glauber.xavier.@ueg.br

INTRODUÇÃO

Na investigação ora empreendida, reflete-se criticamente a crítica à modernidade que considera objeto de alienação humana a técnica (desenvolvimento das forças produtivas), sem alcançar as estruturas da sociabilidade que regem a técnica, e, portanto, constituem o verdadeiro alvo da crítica radical à modernidade: o capital. Lastreado no materialismo histórico-dialético, presente artigo, com a discussão e problematização da modernidade, constrói — a partir de um referencial cepalino, da teoria da dependência marxista e marxista clássico — um arcabouço que faça justa crítica à modernidade considerando o modo de produção capitalista, suas engrenagens e, fundamentalmente, as relações sociais de produção, em contrapartida à pura e abstrata crítica pós-moderna à tecnologia. Nesse diapasão, reflete-se criticamente o desenvolvimento nos marcos da dependência de uma economia periférica, e utiliza do processo histórico da Revolução Verde, como espaço de adensamento teórico-metodológico da reflexão sobre o desenvolvimento das forças produtivas.

A grande questão dessa contribuição é, justamente, tornejar a crítica que, embora reflita as contradições de nosso tempo, não alcança os elemento fundamentais para sua compreensão cientifica. A reflexão sobre o desenvolvimento de um país da periferia do capitalismo, é trabalho já empreendido, por exemplo, e com inequívoco êxito, pelos pensadores cepalinos — da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) —, nada obstante, é preciso estabelecer o diálogo desses pensadores com a crítica equivocada, dos pós-modernos e outros, que nega a técnica enquanto possibilidade, que ao tecerem justa crítica à modernidade, empenham-na, a crítica, de maneira a não identificar o verdadeiro promotor da exploração e alienação. Com essa articulação, somar um adensamento teórico ao que

Realização
Parceiros
Apoio

é o desenvolvimento dentro dos limites capitalistas e dentro, no caso brasileiro, de uma posição periférica na divisão internacional do trabalho.

Este trabalho, portanto, utilizará da Revolução Verde, por suas dotações históricas importantes ao estudo do Brasil, para fazer a crítica aos termos do desenvolvimento, conversando autores cepalinos e a teoria marxista clássica. Com isso, intenta-se depurar a crítica ao desenvolvimento através de contribuição teórico-metodológica, trazendo não somente elementos da economia política, mas também elementos imprescindíveis da filosofia.

METODOLOGIA

O presente trabalho, é de ordem qualitativa, com base em revisão bibliográfica, e utiliza por método o materialismo histórico-dialético. Procurar-se-á, no decorrer da construção do mesmo, levantar as principais críticas à crítica à modernidade, sem necessariamente, fazer levantamento do estado da arte, e, sim, elencando representantes de tais críticas, ao passo que se aborda os elementos teóricos dos criticados. Será feito, também, contribuições nas discussões sobre desenvolvimento subordinado e desigual, dentro da lógica capitalista, à medida que se discute, paralelamente, a Revolução Verde, como hipótese, de exemplo de desenvolvimento técnico subordinado às dinâmicas desiguais da economia mundial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Torna-se preciso, para discutir o putativo desenvolvimento agrícola brasileiro, discutir o que representa conceitualmente o desenvolvimento, e, mais do que isso, compreender os fundamentos e eventuais limitações do desenvolvimento para o caso brasileiro. Nesse sentido, pensadores como João Manuel Cardoso de Mello, interpretam que o avanço técnico está circunscrito a uma determinada conformação da economia mundial, e para as economias periféricas ele é dado em razão a estruturas produtivas voltadas à produção de bens primários, diz ele

A propagação desigual do progresso técnico (que é visto como a essência do desenvolvimento econômico) se traduz, portanto, na conformação de uma determinada estrutura da economia mundial, de uma certa divisão internacional do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias

Realização
Parceiros
Apoio

industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais. (MELLO, 2009, loc. 60)

E ao adensar a reflexão, e compreender que o subdesenvolvimento não é uma etapa, mas uma posição determinada — o que não quer dizer inconstante — dentro da divisão internacional do trabalho. Como defende a interpretação furtadiana (PAULANI, 2024), é o subdesenvolvimento uma forma de desenvolvimento do capitalismo, o progresso técnico, o desenvolvimento das forças produtivas pode ocorrer nos marcos do avanço das desiguais condições, ou seja, o avanço técnico pode e efetivamente ocorre, mas dentro dos marcos de uma relação social desigual, dentro dos marcos da própria divisão internacional do trabalho.

No sentido desta reflexão última, a Revolução Verde é um marco, pois, feita com o aumento da produtividade agrícola com base cientifico-industrial, pelo uso de insumos químicos, mecanização, sementes desenvolvidas em laboratório e toda uma difusão de tecnologias que permitiram maior controle sobre a natureza e maior produtividade (PEREIRA, 2012, p. 685), representou um brutal avanço das forças produtivas, um avanço técnico cientifico que permitiu a produção no Cerrado, a exploração agropecuária no interior do Brasil, todavia, cabe-nos duas proposições para esse processo: primeiro, abordar o que essa grande revolução em termos técnicos representou em termos de desenvolvimento efetivo, e, em segundo, discutir a técnica sob orientação do capital, isto é, sem reger-se por uma lógica de interesses comuns.

Em sua crítica à modernidade, Heidegger propõe que houve uma transformação da essência do indivíduo, fundada em uma metafísica cartesiana, na qual o Homem é o sujeito que se defronta com objetos os quais buscará compreender objetivamente, e esse assenhoreamento do Homem perante a totalidade do ente, produzirá uma politização da vida tal que a submeta ao reger administrativo-técnico; e consentaneamente, para Foucault, existirá uma certa relação orgânica entre um tempo histórico e uma proposta epistêmica, sendo que essa última é uma instância de legitimação de um determinado saber histórico (OLIVEIRA, 2018).

Na consentânea reflexão em relação à modernidade, ambos os autores são representantes da crítica à técnica, e embora concluam acertadamente em vê-las

Realização
Parceiros
Apoio

como instrumentos, são instrumentos regidos por uma lógica constituída, que é a lógica do capital. Portanto, Heidegger, Foucault, Lyotard, e outros autores pós-modernos que serão discutidos na forma final desse trabalho, equivocam-se ao mirar na técnica como elemento de alienação do indivíduo.

Seria o equivalente ao Ludismo, que ao mirar as máquinas que a burguesia, destruía o capital fixo, e não as relações sociais que originavam a exploração e alienação. Nesse sentido, Marx faz um chiste ao Stuart Mill, quando o último diz que "é duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano", ao que Marx redargui "Miil deveria ter dito 'de algum ser humano que não viva do trabalho alheio. As máquinas aumentaram certamente o número de abastados ociosos" (MARX, 1975, p. 423).

Mas é, principalmente, no Grundrisse, que será tratado na forma derradeira do artigo, que Marx, ao refletir o papel da máquina, observará nela a possibilidade de uma emancipação humana, a possibilidade de diminuir o trabalho necessário para a reprodução material de uma sociedade ulterior. Destarte, uma interpretação diametralmente oposta à pseudo-crítica à modernidade, que não identificam os verdadeiros mecanismo de exploração e alienação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, podemos, preliminarmente, apontar as contradições da consideração que não traz consigo a crítica ao modo de produção hodierno, isto é, ao não apreender as incongruências do modo capitalista de produção, ao criticar seus produtos sociais e culturais, não chega às raízes motrizes. A pós-modernidade, irracionalista que é e se reivindica, afirma que o técnica que é a desertificação do ser humano, conquanto que os teóricos do marxismo e a ele próximos enxergam na tecnologia um objeto que pode servir à humanidade, e que, no entanto, não serve por estar regido por lógicas que não as do interesse comum, há, sim, uma subordinação aos interesses da reprodução social do capital.

E na Revolução Verde, entendida, dentre outras, como processo histórico de verificação da crítica, observamos o desenvolvimento das forças produtivas organizada aos interesses da reprodução do capital, e, no caso brasileiro, como condição para a modernização do campo, isto é, estabelecimento de sua forma de agricultura e pecuária essencialmente capitalista, haja vista que no ínterim da Primeira República à Revolução Verde, o interior rural brasileiro, no qual as relações

Realização
Parceiros
Apoio

de escravidão estavam alijadas, não encontrava capacidade produtiva, senão economias de subsistência e algumas formas pseudo “feudais” — de agregados. Em suma, a revolução verde significou a efetiva transformação do meio rural brasileiro em meio capitalista de produção agrária.

Com isso, sobre o Cerrado, evidencia-se a contradição que conduz às falácias da pós-modernidade, ou seja, um desenvolvimento sempre a serviço de interesses do capital, e que por essa razão está associado à alienação do ser humano e às mazelas sociais. Um exemplo conspícuo, para o caso da crítica, de ludismo teórico.

Referências

DUARTE, André. Heidegger e Foucault, críticos da modernidade: humanismo, técnica e biopolítica. Trans/Form/Ação, Marília, v. 29, n. 2, p. 95-114, 2006. Disponível em: documento PDF. Acesso em: 24 maio 2026.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 11. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. E-book Kindle.

PAULANI, Leda Maria. Por que voltar a ler Celso Furtado? Instituto Humanitas Unisinos, 7 dez. 2024. Disponível em: Instituto Humanitas Unisinos. Acesso em: 24 maio 2026.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução verde. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Dicionário da educação do campo. 2ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EDUCAÇÃO COMO DEFESA DO TERRITÓRIO: SUPERAR O SILENCIAMENTO DAS IDENTIDADES E SABERES DO CERRADO NO CURRÍCULO DE GOIÁS

Luiz Marles Gonçalves dos Santos
luiz.santos@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Luciana Nogueira da Silva
luciana.nogueira@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Ronivaldo de Oliveira Rego Santos
ronivaldo.santos@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O Documento Curricular para Goiás (DCGO) consolidou, no âmbito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as diretrizes que orientam o trabalho pedagógico nas escolas da rede estadual. Embora a contextualização dos saberes locais seja um princípio reiterado tanto pela BNCC quanto pelas Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, persiste a questão de saber em que medida o território concreto — o Cerrado, suas comunidades, sua flora, seus conflitos fundiários e suas expressões culturais — encontra lugar efetivo na prática curricular. A região de Campos Belos e do Nordeste Goiano, marcada pela expansão do agronegócio oriundo do oeste baiano e por pressões ambientais sobre seus rios e chapadas, constitui um observatório privilegiado dessa tensão entre o currículo prescrito e a realidade vivida.

Este Resumo Expandido parte da hipótese de que há um silenciamento das identidades e saberes do Cerrado no currículo efetivamente praticado, e busca verificar essa percepção junto aos próprios docentes da região. O objetivo geral é compreender, a partir da escuta dos professores, se o DCGO contempla as especificidades do território e se a escola cumpre o papel de fortalecer a identidade do estudante com o Cerrado. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) mapear a percepção docente sobre a presença dos temas locais no currículo; (ii) identificar a frequência com que saberes do bioma são integrados à prática pedagógica; e (iii) reconhecer as principais barreiras à construção de uma educação contextualizada, articulando o relato empírico ao debate teórico sobre território, defesa da terra e colonização.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualiquantitativa, de caráter exploratório, tomando como instrumento de coleta um questionário estruturado aplicado a docentes que atuam em escolas de Campos Belos, Pouso Alto e Barreirão. O formulário, disponibilizado em formato digital, foi respondido por 12 professores e combinou itens de múltipla escolha — sobre a contemplação das especificidades regionais no DCGO, o espaço para a religiosidade e a cultura local, a percepção de silenciamento das questões territoriais, a frequência de integração da flora nativa, o debate sobre o agronegócio e o turismo regional, e o papel da escola no fortalecimento da identidade com o Cerrado — e uma questão aberta sobre a maior dificuldade para implementar uma educação contextualizada. As respostas fechadas foram tabuladas por frequência e as respostas abertas submetidas a análise de conteúdo, com agrupamento temático das dificuldades relatadas. Os dados foram, por fim, articulados ao referencial teórico que discute a relação entre território, colonização e defesa da terra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O avanço sistemático dos grandes fazendeiros, dos latifundiários sobre as terras comunais ou de uso comum não é uma novidade no contexto histórico mundial. Ao contrário, há uma longa história sobre o modo como a questão da terra, da sua invasão, da sua tomada por forças opressoras vem ocorrendo, especialmente em momentos de avanço ou declínio do imperialismo. É no âmbito do debate marxiano que pinçamos uma passagem emblemática sobre como aas forças colonizadoras agem nesse sentido. Já no livro 1 do *Capital*, no capítulo sobre a acumulação primitiva, Marx mostra que um dos mais destacados mecanismos utilizados pelos ingleses para pressionar os povos não ingleses a saírem das terras tomadas pela coroa era justamente ir produzindo o clareamento dessas localidades, fosse expulsando e afastando essas pessoas para outros locais. Umas das questões centrais para esse afastamento é, segundo Marx, a questão racial, o clareamento ou para usar o termo em inglês, *clearing of estates*. Segundo o argumento marxiano, esse processo ocorria basicamente em terras e com povos escoceses. Mesmo de maneira alongada o texto de Marx merece ser lido:

> O último grande processo de expropriação que privou os lavradores da terra foi a assim chamada clearing of estates (clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos). Todos os métodos ingleses até agora observados culminaram no "clareamento". Como vimos na parte anterior, ao

Realização
Parceiros
Apoio

> descrevermos a situação moderna, agora, quando já não há camponeses independentes a serem varridos, passou-se ao "clareamento" dos cottages, de modo que os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo cultivado por eles. Mas o real significado de clearing of estates só se pode aprender na terra prometida da moderna literatura de romance, na alta Escócia. Lá, o processo se distingue por seu caráter sistemático, pela magnitude da escala em que foi executado com um só golpe (na Irlanda, os senhores fundiários o implementaram ao ponto de varrer várias aldeias ao mesmo tempo; na alta Escócia, trata-se de áreas do tamanho de ducados alemães) e, finalmente, pela forma particular da propriedade fundiária subtraída. (Marx, 2023, p. 975-976).

Há aqui uma leitura extremamente sofisticada sobre como o roubo das terras pelas forças colonizadoras servem tanto para sufocar materialmente, como também há um elemento de raça, de cultura. Em outras palavras, o sequestro das terras é também uma maneira de embranquecer a população, o território, a pessoas, a cultura. Anos mais tarde, ao analisar as características gerais do imperialismo, Lenin não deixa de lado discussão sobre a importância e o uso das terras para a manutenção do imperialismo e de suas forças aliadas.

> Lenin traz à tona uma questão que nos dias atuais faz presente de maneira explícita: a relação entre o capital financeiro e as outras formas de capital. Tal condição, nos nossos dias mostra que a leitura de Lenin já era muito apurada, dado que no capital financeira e os rentistas da terra apresenta a cara do neoliberalismo e sua versão de menor capacidade produtiva.

Mais recentes, por volta da década de 1950, o psiquiatra martinicano Frantz Fanon ao analisa os impactos colonialismo entre outros campos, na saúde mental dos colonizados, faz uma discussão muito séria sobre a questão do território. Nesse aspecto, há uma tentativa do colono em convencer o colonizado de há dignidade no que se está fazendo, que aquela terra que foi sequestrada precisa ser cultivada, mesmo que isso custe a vida de quem a cultiva com os braços e sangue. Como destaca Fanon é esse o tipo de civilização do que se precisa construir consciência:

> Na verdade, o colono queria que o escravo fosse entusiasmado. Queria, por uma espécie de mistificação que constitui a alienação mais sublime, persuadir o escravo de que a terra que ele lavrava é sua, de que as minas onde perde a saúde eram sua propriedade. Singularmente, o colono esquecia que enriquecia com a agonia do escravo (Fanon, 2022, p.193).

Poderíamos elencar aqui ainda questões como a guerra colonial que Israel faz frente aos povos islâmicos, notadamente o caso da Palestina, contudo, esse caso é muito mais um caso explicito de violência imperialista, e não se utilizada de elementos tão sofisticados como o que ocorre nas invasões de terra que os grandes latifundiários fazem no Brasil.

Realização
Parceiros
Apoio

Ora, na trajetória brasileira esse mesmo movimento se reatualiza no avanço do agronegócio sobre o Cerrado. As denúncias de degradação ambiental nas margens de rios da região de Campos Belos, a venda de chácaras à beira d'água e a pressão das fronteiras agrícolas vindas do oeste baiano (Luiz Eduardo Magalhães, Roda Velha) reproduzem, em escala local, a lógica do clearing of estates descrita por Marx: a paisagem é reorganizada e a população que vive do território é deslocada simbólica e materialmente.

Nesse cenário, a escola ocupa posição estratégica: ela pode ser instrumento de embranquecimento cultural — quando trata o Cerrado apenas como "paisagem" ilustrativa do livro didático — ou pode ser espaço de construção de consciência territorial, no sentido que Fanon atribui à superação da alienação colonial. É precisamente essa tensão que os dados coletados junto aos docentes permitem examinar.

Os dados coletados confirmam, em larga medida, a hipótese do silenciamento. Quanto à contemplação das especificidades regionais no DCGO, nenhum docente afirmou que elas estão plenamente atendidas: 5 dos 12 respondentes consideraram o documento "muito genérico", outros 5 avaliaram que a região é contemplada apenas parcialmente e somente 2 a julgaram plenamente contemplada. A percepção de distanciamento é ainda mais expressiva na questão do silenciamento das questões locais — conflitos de terra, avanço do agronegócio, ocupação das margens dos rios —, em que 11 dos 12 professores reconheceram um afastamento entre os materiais didáticos e a realidade do território. Esse resultado dialoga diretamente com o referencial discutido: o apagamento curricular dos conflitos fundiários funciona como uma forma branda do mesmo "clareamento" que Marx identifica na expropriação das terras comunais.

Sobre o papel da escola no fortalecimento da identidade do estudante com o Cerrado e na sua preparação para a defesa do território, a maioria dos docentes foi crítica: 6 responderam que a escola não cumpre esse papel e 5 ponderaram que "poderia cumprir mais se o currículo ajudasse", enquanto apenas 1 considerou que ela já o cumpre. A responsabilização do desenho curricular — e não do esforço individual do professor — aparece de forma consistente também nas respostas abertas sobre a maior dificuldade para uma educação contextualizada.

Os relatos convergem para três eixos. O primeiro é o engessamento por avaliações externas: docentes apontam que a Matriz de Habilidades Essenciais e o programa Revisa, cobrados nas provas da SEDUC, tornam o ensino "totalmente engessado e voltado exclusivamente para avaliações externas", sem tempo nem espaço para a cultura

Realização
Parceiros
Apoio

e a identidade regional. O segundo é a ausência de condições de suporte — falta de materiais didáticos contextualizados, de formação continuada e de orientações pedagógicas que valorizem os saberes locais. O terceiro é o distanciamento entre o currículo oficial e o "chão do Cerrado", sintetizado na observação de que "a escola foi pensada pra cidade, e o Cerrado entrou só como paisagem no livro didático".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escuta dos docentes de Campos Belos, Pouso Alto e Barreirão confirma que o Documento Curricular para Goiás, embora formalmente comprometido com a contextualização, não tem garantido a presença efetiva das identidades e saberes do Cerrado na prática escolar. A percepção quase unânime de distanciamento entre os materiais e a realidade local, somada à baixa frequência de integração dos saberes do bioma e à avaliação crítica sobre o papel da escola, indica que o silenciamento opera menos por proibição explícita do que por uma combinação de pressão avaliativa, escassez de suporte e desenho curricular distante do território.

Reconhecer a educação como defesa do território implica, portanto, transformar tanto as condições de trabalho docente quanto a própria lógica de avaliação. Apontam-se, como encaminhamentos, a flexibilização das matrizes de habilidades para abrir espaço à autonomia local, o investimento em formação continuada e em materiais didáticos que partam do Cerrado, e a construção de projetos que tratem a flora nativa, a cultura regional e os conflitos fundiários como conteúdos centrais, e não acessórios.

Pesquisas futuras poderão ampliar a amostra e incorporar a voz dos estudantes e das comunidades, aprofundando a compreensão de como a escola pode deixar de reproduzir o apagamento do território para se tornar instrumento de sua afirmação.

Referências

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch**. O imperialismo: etapa superior do capitalismo.** Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, SP: Navegando Publicações, 2011. E-book. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital. 10 ed. São Paulo: Biotempo, 2023. (Vol. I).

Realização
Parceiros
Apoio

ENTRE O PEQUI E A DEVASTAÇÃO: A UNIVERSIDADE NA SALVAGUARDA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E DA BIODIVERSIDADE NO NORDESTE GOIANO

Luiz Marles Gonçalves dos Santos
luiz.santos@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Luciana Nogueira da Silva
luciana.nogueira@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Ronivaldo de Oliveira Rego Santos
ronivaldo.santos@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A expansão das fronteiras agrícolas na América Latina, em resposta às demandas dos mercados globais de commodities, impôs uma lógica de homogeneização territorial e cultural que ameaça a sociobiodiversidade dos ecossistemas periféricos. No contexto brasileiro, essa expansão se manifesta na monocultura agroindustrial, que ignora as particularidades ecológicas e desvaloriza os modos de vida das comunidades tradicionais. Diante desse cenário, o currículo do ensino superior e as práticas pedagógicas não podem assumir uma postura de neutralidade técnica, sob pena de legitimarem a expropriação da terra e o silenciamento cultural.

Este trabalho examina os efeitos dessa expansão e a perda de biodiversidade no distrito de Pouso Alto, no município de Campos Belos, Nordeste Goiano — região historicamente marcada por isolamento socioeconômico, mas dotada de notável riqueza cultural e ecológica associada ao Cerrado. Atualmente, o território sofre uma dupla pressão derivada da lógica do capital: de um lado, o avanço do agronegócio vindo do oeste da Bahia, a partir dos núcleos de monocultura de Luiz Eduardo Magalhães e Roda Velha; de outro, a especulação imobiliária gerada pelo loteamento de terras para chácaras de segunda residência e turismo desordenado, fenômeno intensificado pela atração turística do rio Mosquito e das Chaminés de Fadas. Esse cenário produz a desagregação ambiental das reservas e tensiona a existência das comunidades tradicionais da região.

Diante da ameaça de desterritorialização e de apagamento das memórias locais, torna-se urgente proteger as práticas epistemológicas, o conhecimento extrativo e as cosmovisões ancestrais que constituem uma linha de defesa contra a destruição socioambiental do Nordeste Goiano. O objetivo deste trabalho é analisar como o

Realização
Parceiros
Apoio

trabalho político-pedagógico da Universidade Estadual de Goiás (UEG) — Unidade de Campos Belos pode constituir-se em eixo de resistência e transformação social. A hipótese que orienta o trabalho é a de que a universidade pública, ao articular ensino e extensão para além de seus limites acadêmicos, assume o papel de guardiã territorial.

METODOLOGIA

Este Resumo Expandido sistematiza, de forma qualitativa e descritiva, as ações de ensino e extensão desenvolvidas pela UEG — Unidade de Campos Belos, fundamentando-se em uma metodologia participativa e colaborativa orientada à horizontalização da produção do conhecimento. O percurso metodológico converte a demanda comunitária em eixo articulador de disciplinas de graduação, de modo que as intervenções ultrapassem a assistência passiva e envolvam a construção coletiva de alternativas voltadas à soberania territorial e à preservação do patrimônio intangível. Adota-se, como referência, a Cartografia Social proposta por Almeida (2008), segundo a qual o mapeamento auto-organizado das "terras de uso comum" e das redes de conhecimento tradicional opera como dispositivo jurídico, político e identitário, alicerçando a defesa da biodiversidade regional.

O corpus empírico reúne os projetos de extensão em execução na unidade em 2025, deferidos no Edital PrE e vinculados ao programa de Bolsas de Incentivo à Extensão Discente na Graduação (BEX). No curso de Agroecologia, desenvolvem-se os projetos "Manejo agroecológico de galinhas caipiras em Campos Belos/GO", "Integrando comunidade e universidade a partir de práticas e saberes sobre o sistema agroflorestal", "Educação ambiental e produção de mudas nativas do Cerrado na Escola Municipal Dom Alano" e "Compostagem nas escolas"; no curso de Pedagogia, o projeto "Desenvolvendo o currículo pluricultural Griô na Escola Quilombola Kalunga". Tais ações articulam ensino, pesquisa e extensão em torno dos saberes tradicionais, da educação ambiental e do patrimônio cultural do Cerrado, com a participação direta de discentes bolsistas.

A essas ações em curso soma-se um conjunto de atividades em fase de planejamento, previstas para o projeto "Educação Ambiental Crítica e o Empoderamento da Comunidade Vila Esperança" (coordenação do Prof. Me. Fábio de Melo Bandeira), a ser executado entre março e dezembro de 2026. O desenho metodológico desse projeto organiza-se em fases sucessivas: aproximação e diagnóstico

participativo, por meio de caminhadas socioambientais (cartografia social) e aplicação de questionários; reflexão crítica e educação ambiental, em rodas de conversa e cine-debates; educomunicação e valorização dos saberes locais, com produção de minidocumentário e materiais educativos; intervenção socioambiental, por meio de mutirões e oficinas de reciclagem; recuperação ambiental, com plantio de mudas nativas do Cerrado; e, por fim, seminário comunitário de avaliação. Em todas as fases, a relação entre academia e comunidade pauta-se pela dialogicidade freireana, compreendendo a extensão como comunicação, e não como transferência de conhecimento (Freire, 1983).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Enfrentar os conflitos socioterritoriais em Campos Belos exige abandonar concepções exclusivamente preservacionistas ou a-históricas da natureza, que separam o habitat dos sujeitos que o produzem e protegem. Como adverte Porto-Gonçalves (2006, p. 61), o desafio ambiental situa-se no centro das contradições do mundo moderno-colonial, na medida em que a ideia de progresso e desenvolvimento se confunde com a dominação da natureza. Sob essa ótica, a expansão da fronteira agrária sobre o Nordeste Goiano não é apenas alteração da cobertura vegetal, mas ruptura da continuidade histórica de comunidades geraizeiras, vazanteiras e camponesas cujas identidades são inseparáveis da terra. O enfrentamento ao capital agroindustrial articula, portanto, a violência material da expropriação e a violência simbólica da desqualificação do conhecimento local, processo que tenta impor a racionalidade técnica do agronegócio como único caminho viável de crescimento regional.

Para se opor a esse projeto de monocultura cognitiva, a universidade precisa reconstruir seu papel social a partir do que Santos (2019) denomina justiça cognitiva, sustentando que não há justiça social global sem justiça cognitiva global. O epistemicídio — a destruição do conhecimento local e a marginalização dos saberes que se opõem à ciência eurocêntrica — encontra na extensão universitária uma contraposição possível, desde que esta abandone a transferência unilateral de tecnologia e assuma a forma de uma ecologia de saberes, espaço de tradução intercultural fundado na dialogicidade. Nesse sentido, Freire (1983, p. 70) afirma, que “A comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado.” (Freire, 1983, p. 70).

Realização
Parceiros
Apoio

A operacionalização dessa posição teórico-epistemológica já se observa nas ações atualmente em curso na UEG — Campos Belos. Os projetos de extensão de 2025 têm aproximado a universidade das escolas e comunidades do território: a produção de mudas nativas e a educação ambiental na Escola Municipal Dom Alano, a compostagem nas escolas, o manejo agroecológico e as práticas agroflorestais, além do trabalho com o currículo pluricultural Griô na Escola Quilombola Kalunga, articulam saber científico e saber tradicional, valorizando os modos de vida do Cerrado. Essas experiências confirmam o caráter ativo do território nos termos de Milton Santos (2001, p. 80), para quem o território "não é um dado neutro nem um ator passivo", mas o próprio espaço usado em que se entrelaçam as ações dos diferentes agentes sociais.

A partir dessa base já consolidada, projetam-se novas frentes de atuação cujos resultados ainda se encontram no horizonte de planejamento. Espera-se que o Inventário de Saberes Extrativistas permita sistematizar e legitimar técnicas tradicionais de manejo dos frutos do Cerrado, hoje transmitidas sobretudo de forma oral; que as Oficinas de Memória Ancestral se constituam em espaço de escuta e troca intergeracional, reposicionando raizeiros, geraizeiros e vazanteiros como produtores de conhecimento; e que as intervenções curriculares vinculem a formação dos estudantes ao diagnóstico dos conflitos territoriais concretos da região. O projeto da Comunidade Vila Esperança, por sua vez, deverá gerar diagnóstico socioambiental participativo, materiais educativos e a recuperação simbólica de uma nascente, fortalecendo a organização comunitária.

A implementação dessas práticas, contudo, não está isenta de tensões. O principal desafio antecipado decorre das novas dinâmicas exploratórias ligadas à descoberta de atrações naturais vulneráveis, como a chamada "Terra de Marte". O turismo, quando reduzido à lógica do consumo mercantil e ao fetiche da natureza intocada, tende a reproduzir os vetores excludentes do agronegócio, expulsando populações de suas terras e convertendo a cultura camponesa em mercadoria cênica. Diante disso, a universidade se vê interpelada a mediar, no plano técnico e pedagógico, a construção de um turismo de base comunitária, superando a inclinação tecnocrática do planejamento e garantindo que a gestão das áreas naturais permaneça sob controle político dos povos tradicionais que habitam o território.

O principal aprendizado é o de que o fortalecimento da universidade como "escudo do território" depende de sua capacidade de flexibilização e descolonização burocrática e metodológica. A proteção da sociobiodiversidade do Cerrado só se efetiva

Realização
Parceiros
Apoio

quando sustentada politicamente pelos próprios sujeitos locais. Assim, a UEG — Campos Belos consolida-se não como instituição que intervém em nome das comunidades, mas como espaço público de ressonância que partilha com elas as ferramentas de validação científica, fortalecendo as lutas pela integridade territorial e pelos direitos epistêmicos no Nordeste Goiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de ensino e extensão articuladas pela UEG — Campos Belos evidenciam que, quando enraizadas na ecologia de saberes como dimensão integral — e não como mero apêndice curricular —, as práticas pedagógicas se convertem em instrumento crítico de defesa do território. Ao legitimar e sistematizar os saberes tradicionais e ao denunciar a exploração da região, a universidade realiza sua mais relevante ação social, contrapondo-se ao mito hegemônico que apresenta o agronegócio como expressão inevitável da modernidade e do progresso.

Defender o bioma Cerrado e suas formas materiais — os buritizais, as dinâmicas do pequi e do puçá — é defender quem o preservou ao longo das gerações. As memórias ancestrais não são objetos de um passado a ser superado, mas ferramentas políticas para planejar um futuro sustentável e soberano. Este Resumo Expandido aponta, por fim, a necessidade de institucionalização contínua dessas práticas nos projetos pedagógicos das universidades estaduais. Somente uma universidade territorializada, capaz de combinar rigor científico e sabedoria popular, poderá construir a resistência necessária à proteção da sociobiodiversidade e à afirmação da soberania epistêmica do Nordeste Goiano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL E BIOFÍSICA DAS COBERTURAS VEGETAIS RIBEIRINHAS, DO BAIXO CURSO DA BACIA DO RIO SÃO PATRÍCIO - GOIÁS

Sara Lorrane Pereira Gonçalves
saralorraneg@gmail.com
José Carlos de Souza
Jose.souza@ueg.br

INTRODUÇÃO

As coberturas vegetais que margeiam os cursos d'água são chamadas de matas ciliares, de galeria ou vegetação ribeirinha e tem uma importante função ecológica e geomorfológica-pedológica. Sua presença permite a proteção da fauna, flora, do próprio curso d'água, além de promover a estabilidade físico-natural local. Essa vegetação preserva não somente a biodiversidade mas também o próprio solo e os processos hidrogeológicos (MESQUITA, et al, 2011).

A vegetação que margeia os cursos d'água e nascentes é caracterizada, sob determinadas medidas, como Áreas de Preservação Permanentes (APP), pelo Código Florestal brasileiro, definida pela Lei nº 12.651/2012. Este código afirma a importância das APP para a manutenção dos cursos d'água, garantindo também a proteção do solo das atividades agropecuárias, industriais, ocupação urbana e outras ações humanas.

Dentre as formas de uso e ocupação do solo que tem provocado o desmatamento das vegetações marginais de cursos d'água, estão as atividades ligadas à agropecuária. No Brasil, um dos domínios de natureza que tem enfrentando intensos processos de perda de habitats naturais, é o Cerrado, em função da inserção deste domínio na dinâmica de produção de commodities agrícolas mundiais (SANO et al., 2019).

Um fator que coloca em risco essa vegetação ribeirinha é a fragmentação das coberturas de Cerrado, em que as terras são usadas visando a sua lucratividade, principalmente para a agropecuária, que nas últimas décadas vem avançando cada vez mais. Esse processo de integração intensiva do Cerrado na economia do país, como importante produtor de grãos e carne, devastou a vegetação nativa de forma acelerada (SOUZA; MARTINS; DRUCIAKI, 2020).

O objetivo deste trabalho foi avaliar as condições ambientais das coberturas vegetais ribeirinhas e áreas de preservação permanentes de cursos d'água, da baixa bacia hidrográfica do Rio São Patrício, nos municípios de Itapaci e Nova Glória, Goiás, em 2023. No estudo foi considerado como recorte espacial o baixo curso da bacia hidrográfica do rio São Patrício.

METODOLOGIA

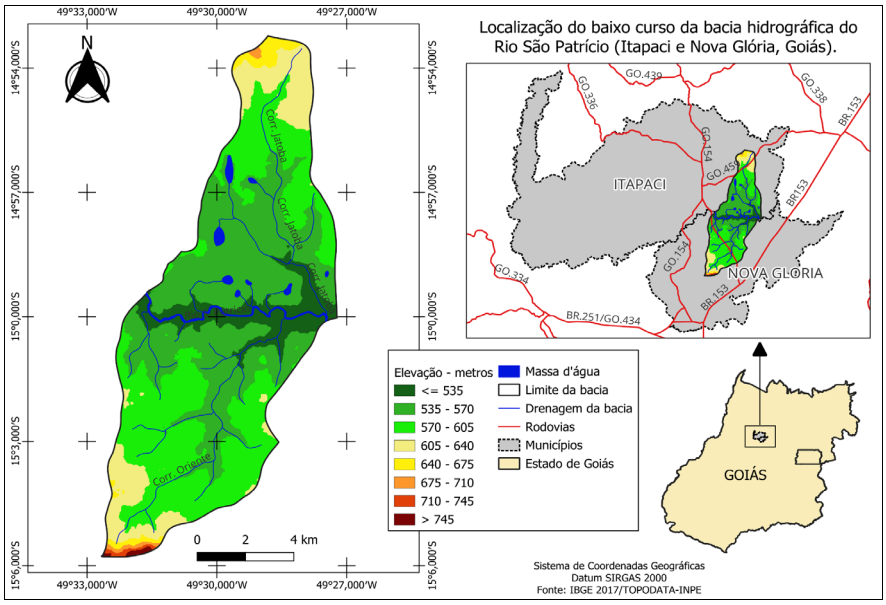
Localização da área da bacia

O baixo curso da bacia hidrográfica do Rio São Patrício se localiza nos municípios de Itapaci e Nova Glória, ambos no estado de Goiás (Mapa 1). Possuindo uma área total de 122 km². Além do rio principal, o Rio São Patrício, a bacia conta também com dois importantes córregos, o Jatobá e o Oriente, que desaguam no rio principal. O mapa

Realização
Parceiros
Apoio

também apresenta as cotas de altitude, que variam de 535 a 745 metros, com amplitude altimétrica de 210 metros.

Mapa 1 - Localização do baixo curso da bacia hidrográfica do Rio São Patrício, Goiás.



Fonte: IBGE 2017/ TOPODATA-INPE.

O uso e cobertura da terra, para o ano de 2021 e também os fragmentos de vegetação nativa, foi levantando a partir das bases matriciais elaboradas pelo Projeto Mapbiomas (Coleção 7) disponíveis na plataforma do Google Earth Engine, https://code.earthengine.google.com/. As áreas de preservação permanente (APP) foram mapeadas por *buffer* que calcula uma margem de trinta metros para os cursos d'água com largura menor que dez metros e cinquenta metros para o curso principal e raio de cinquenta metros para as nascentes. Após a definição das APPs foram mapeadas as áreas irregulares, em conflito de uso.

O índice de vegetação NDVI (índice que avalia a saúde da planta) foi gerado na plataforma Google Earth Engine. No cálculo do índice foram utilizadas imagens do sensor OLI/Landsat 8 disponíveis para todo o ano de 2022 considerando a mediana dos valores. O NDVI apresenta valores que variam de -1 a 1 sendo que quanto mais próximo de 1 melhores as condições ambientais dos fragmentos. No cálculo foi aplicada a seguinte equação:

$$NDVI = \frac{NIR - R}{NIR + R}$$

Em que: NIR = refletância na faixa do infravermelho próximo e R = refletância na faixa do vermelho.

As técnicas de geoprocessamento e geração dos produtos cartográficos foram realizadas no software QGIS versão 3.16.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 122 km² que pertencem à área de estudo, 6,18 km² são áreas de preservação permanente de cursos d'água e nascentes. Porém destas áreas apenas 3,1 km² apresentam coberturas vegetais preservadas, ou seja, 3,08 km² são de uso irregular dentro da área de APP.

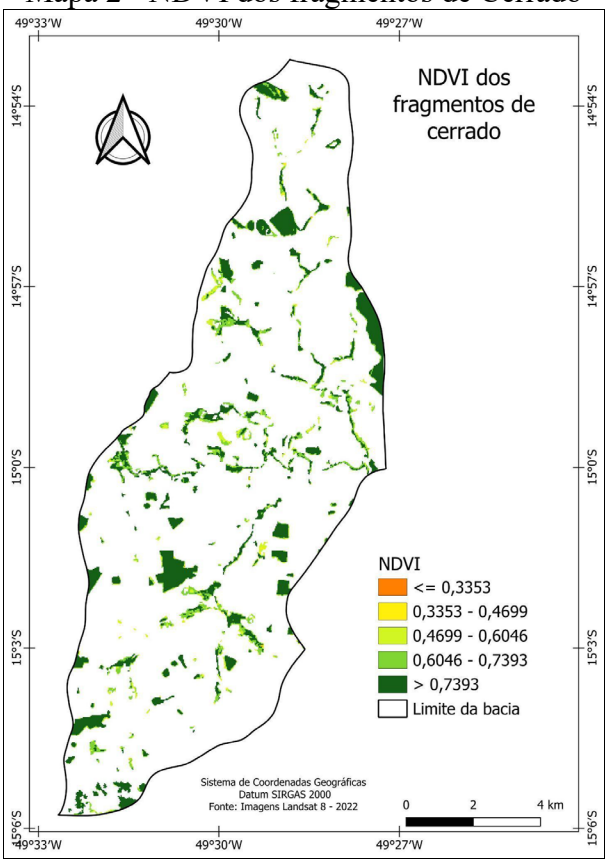
O curso principal da área de estudo é rio São Patrício e como o mesmo tem mais de dez metros de largura, podendo chegar até ao dobro disso no trecho analisado, foram consideradas as metragens propostas pelo Código Florestal Brasileiro que define que nestes casos a área protegida deve ser de cinquenta metros em cada margem. As imagens evidenciam as irregularidades, onde na área de APP houve conflito de usos por atividades agrícolas e pastagens plantadas.

O desmatamento provoca a redução dos os ambientes de cobertura natural, deixando os fragmentos vulneráveis a efeitos de borda. Esse efeito é um parâmetro que associa a forma e tamanho do fragmento com as condições ambientais de seu entorno, indicando níveis de exposição antrópica e/ou de conservação (SOUSA, 2021).

Os fragmentos de vegetação de Cerrado da área são compostos de formações florestais, savânicas e campestres na bacia e de áreas úmidas (veredas), nas quais a primeira se trata de vegetação de matas mais densas que a formação savânica que é composta pelo Cerrado típico e outros, sendo estes locais importantes para a preservação da biodiversidade da fauna e flora, além de promover a estabilidade geológica e geomorfológica e a recarga de aquíferos.

Em relação a qualidade ambiental e biofísica das APPs e fragmentos de Cerrado foi gerado o índice de vegetação NDVI (Mapa 2). Em relação a esse índice, os valores positivos, ou seja, acima de zero, indicam que há cobertura vegetal e produção de fotossíntese, no entanto, quanto mais próximo de 1, mais sadia está a planta, apresentando vigor, alta produção fotossintética e equilíbrio de umidade.

Mapa 2 - NDVI dos fragmentos de Cerrado



Fonte: Imagens Landsat 8 - 2022

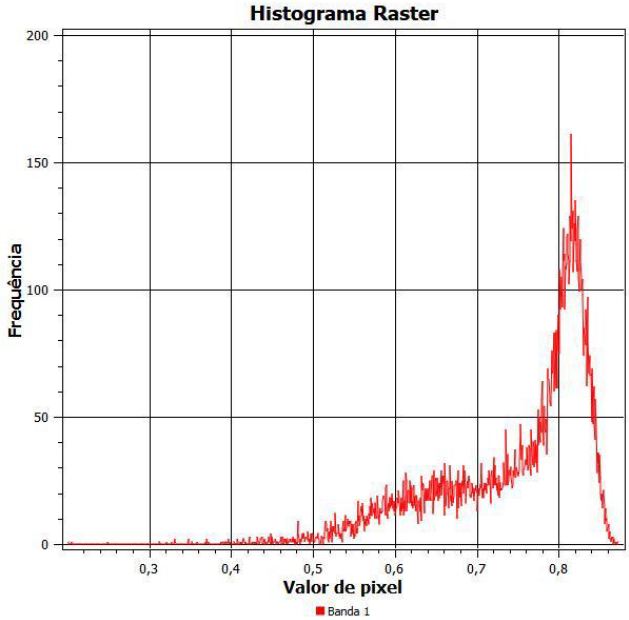
O índice também indicou que, em fragmentos de Cerrado menores, o NDVI é mais baixo e as margens de fragmentos maiores possuem essas as mesmas condições,

isso acontece, pois, essa formação ou parte dela estão mais expostas à condições de degradação e isso é denominação de efeito de borda.

Os fragmentos menores registraram menores valores de NDVI e os maiores valores foram encontrados nas áreas centrais dos fragmentos maiores. Isto indica que quanto mais próximo o fragmento está de áreas convertidas por pastagens ou áreas agrícolas, menor o potencial de produção fotossintética e menos sadias são as plantas nativas, resultado da exposição do fragmento às atividades antrópicas.

Na Figura 1 é apresentado o histograma do NDVI para os fragmentos, para melhor entendermos os resultados do índice. Os valores variaram de 0,2 a 0,9, com pico de frequência em 0,82, ou seja, o valor que mais ocorreu está acima de 0,8. Os resultados indicaram boas condições de vigor vegetativo e produção fotossintética dos fragmentos, pois não houve ocorrência de valores negativos.

Figura 1 - Histograma Raster NDVI



Fonte: Imagens Landsat 8 - 2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As APPs da bacia foram ocupadas de forma irregular em diversos pontos em função da agropecuária, tendo um déficit de 3,08 km² de área, causando a inversão de áreas naturais, consequentemente alterando o equilíbrio natural. Constatou-se que a maior parte da área está coberta por pastagens, depois pelo cultivo de cana-de-açúcar. Quanto aos fragmentos de Cerrado apesar de pouco e muito pressionado pelas ações agropecuárias, os resultados em relação ao NDVI indicaram boas condições ambientais, mas visível alteração nas bordas, resultado da influência das atividades antrópicas do entorno.

Uma APP deve ser estudada para que seja possível cuidar e entender os acontecimentos ali presentes, uma bacia hidrográfica vai muito mais além do que apenas água, existe todo um contexto. Assim, a pesquisa pode entender como se encontra o baixo curso da Bacia do Rio São Patrício na elaboração de estratégias para a conservação e gestão adequada desses ambientes.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: Planalto – Código Florestal. Acesso em: 21 maio 2026.

MESQUITA, Richard Antonio Souza *et al*. **A Importância das áreas de preservação permanente (APPs)**. Disponível em: https://silo.tips/download/a-importancia-das-areas-de-preservaao-permanete-app-s . Acesso em: 31 jan. 2023.

SANO, E. E. et al. Land use dynamics in the Brazilian Cerrado in the period from 2002 to 2013. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.54, e00138, 2019.

SOUSA, J. A. P. **Elaboração de um Índice de Vulnerabilidade Ambiental dos Fragmentos Florestais da Mata Atlântica**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais . Área de Concentração Diagnóstico, Tratamento e Recuperação Ambiental.) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Sorocaba,/SP, 2021.

SOUZA, José Carlos de.; MARTINS, Patrick Thomaz de Aquino; DRUCIAKI, Vinícius Polzin. Uso e cobertura do solo no Cerrado: panorama do período de 1985 a 2018. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, p. e922020, 8 set. 2020. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10857 . Acesso em: 5 fev. 2023.

PRINCIPAIS DINÂMICAS TERRITORIAIS QUE CARACTERIZAM A GESTÃO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO JOÃO LEITE - GOIÁS

Fernando Leite Cardoso
cardosogps@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás - (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO
Ellen Rízia Oliveira Lino
rizia.ellen@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás - (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO

INTRODUÇÃO

A água configura-se como um recurso essencial à vida, mas a intensificação das atividades produtivas e o crescimento urbano acelerado têm ampliado os conflitos por seu uso. No Estado de Goiás, a bacia do Rio João Leite assume centralidade estratégica, uma vez que é responsável por abastecer aproximadamente 60% da Região Metropolitana de Goiânia. Historicamente, o Cerrado goiano passou por um processo de modernização agrícola acelerada a partir da década de 1970, substituindo a vegetação nativa por monoculturas e pastagens, o que comprometeu funções ecológicas cruciais, como a recarga de aquíferos neste bioma, conhecido como a "caixa d'água do Brasil". Essa transformação antrópica e os seus reflexos no território evidenciam a complexidade envolvida nas múltiplas interpretações conceituais que cercam a perspectiva ambiental sobre o bioma (SOUZA, 2024).

Sob esta ótica, diagnósticos geoespaciais recentes reforçam a gravidade desse cenário ao demonstrar que cerca de 80% da área total da bacia do João Leite já apresenta severa alteração antrópica, restando apenas 21,19% de coberturas naturais de Cerrado, as quais se encontram fortemente fragmentadas e isoladas por uma matriz dominante de pastagens plantadas (36,40%) e mosaicos de usos (26,55%) (SOUSA FILHO; MENDONÇA FILHO; SOUZA, 2024). Paralelamente, essa intensa conversão da cobertura da terra eleva as taxas de fragilidade ambiental emergente da bacia, convertendo áreas de estabilidade de relevo potencial em zonas de alta vulnerabilidade erosiva, assoreamento e degradação dos cursos d'água devido à retirada da proteção vegetal superficial (GUIMARÃES; SOUZA, 2023).

Inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA), a bacia hidrográfica do João Leite configura-se como um território de sobreposição de interesses entre a preservação ambiental, a expansão urbana e as pressões das atividades ligadas ao agronegócio. Este trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas territoriais da gestão hídrica, focando nos conflitos e nas práticas de cooperação projetadas ou existentes entre o poder público, os produtores rurais e a sociedade civil.

A fundamentação teórica baseia-se na articulação entre a geografia do poder, a teoria crítica do espaço e a governança de recursos comuns. Utilizam-se contribuições teóricas de Santos (1996) e Raffestin (1993) para compreender como as assimetrias e disputas territoriais moldam e condicionam a gestão hídrica local, integrando a perspectiva de Ostrom (1990) para analisar de que forma os arranjos institucionais e a ação coletiva buscam mitigar tais verticalidades na busca por uma governança compartilhada de bens comuns.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa proposta possui natureza qualiquantitativa e descritiva, estruturando-se como um plano de investigação de cunho empírico e documental. A primeira etapa consiste em uma rigorosa revisão bibliográfica e documental, mapeando marcos regulatórios cruciais como a Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997) e o Plano de Manejo da APA do João Leite (GOIÁS, 2003). Para a compreensão das dinâmicas subjetivas, discursivas e das assimetrias de gestão operantes no território, planeja-se a realização de entrevistas semiestruturadas com atores-chave institucionais (representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, da Companhia de Saneamento de Goiás - SANEAGO e de sindicatos rurais locais), bem como com membros ativos do Comitê de Bacia. Os relatos obtidos serão submetidos integralmente à técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), visando à categorização analítica de núcleos de sentido atrelados aos eixos de conflito de uso e às práticas coletivas de cooperação.

Para o mapeamento, processamento e análise espacial da bacia, serão processadas as bases raster do projeto MapBiomas (referentes ao ano de 2022) em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG). A modelagem geoecológica prevista integrará as métricas de paisagem de fragmentação de Cerrado avaliadas por Sousa Filho, Mendonça Filho e Souza (2024), paralelamente à incorporação espacial do Indicador de Fragilidade Ambiental validado por Guimarães e Souza (2023). Adicionalmente, preveem-se o levantamento, a tabulação e o cruzamento estatístico de séries históricas de vazão extraídas do Portal HidroWeb da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) com os vetores de avanço antrópico mapeados, com a finalidade de correlacionar de maneira quantitativa o uso do solo às variações registradas nas vazões mínimas estacionais (Q95) da bacia.

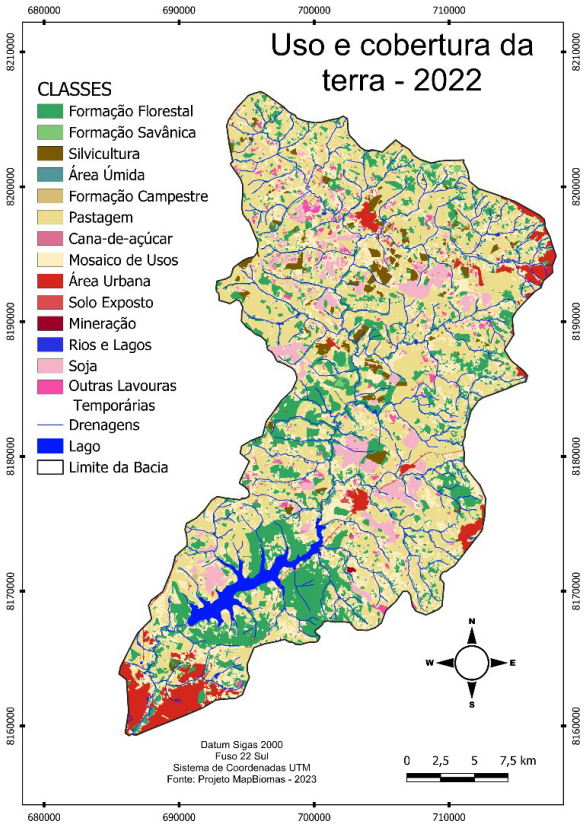
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados esperados da investigação, pressupõe-se que a pesquisa evidenciará as consequências materiais e socioespaciais da dinâmica expressiva de conversão da cobertura vegetal nativa na bacia, a qual, em conformidade com a literatura referencial, encontra-se reduzida a apenas 21,19% de sua extensão territorial original. Espera-se que o avanço contínuo da agricultura irrigada por pivôs centrais e das pastagens plantadas (responsáveis por cerca de 75% da área da bacia) se reflita no tensionamento crônico das Áreas de Preservação Permanente (APP) e no assoreamento de canais.

Sob o ponto de vista geoecológico, a fundamentação teórica antecipada, ancorada em dados preliminares, sinaliza que a severa fragmentação florestal registrada (383 fragmentos, em sua maioria inferiores a 50 hectares) e os expressivos Índices de Efeito de Borda (IEB) resultarão em estresse hídrico periférico diagnosticável por sensoriamento remoto (NDVI/NDWI) ao longo das matas de galeria (SOUSA FILHO; MENDONÇA FILHO; SOUZA, 2024). Pretende-se demonstrar cartograficamente como os vetores de uso convertem a estabilidade natural potencial em uma acentuada fragilidade emergente de classes alta e muito alta nas cabeceiras de vales, validando as premissas do modelo referencial de Guimarães e Souza (2023).

Mapa 1 – Uso e cobertura da terra da bacia hidrográfica do Rio João leite.

Realização
Parceiros
Apoio



Fonte: Projeto MapBiomas, 2023

No âmbito político-territorial, projeta-se que os dados empíricos mapeiem as assimetrias intrínsecas à geopolítica de escalas. O núcleo explicativo do projeto baseia-se na hipótese do conflito manifesto entre a escala metropolitana orientada à garantia de captação e abastecimento público de Goiânia via SANEAGO (a jusante) e a escala econômica local dos municípios produtores agropecuários situados a montante (notadamente Goianápolis e Leopoldo de Bulhões). Sob a luz teórica das categorias analíticas de Chaveiro (2015), o tratamento das entrevistas planejadas deverá revelar como os grandes usuários econômicos exercem maior influência regulatória, tendendo a submeter e marginalizar os interesses de produtores rurais familiares e comunidades locais.

Adicionalmente, a investigação buscará avaliar o grau de isolamento ecológico e o papel protetivo desempenhado pelo Parque Ecológico Altamiro de Moura Pacheco (PEPAMP). Pretende-se testar sua condição empírica de insalubridade espacial por meio do cálculo de sua Dimensão Fractal (DF). A hipótese de trabalho assume que a acentuada complexidade do perímetro da unidade de conservação, sob o impacto direto de eixos rodoviários federais (BR-060 e BR-153) e da expansão urbana periférica, atue catalisando fragilidades ecológicas emergentes e o consequente carreamento de sedimentos rumo ao reservatório (GUIMARÃES; SOUZA, 2023; SOUSA FILHO; MENDONÇA FILHO; SOUZA, 2024).

Frente a esse cenário de verticalidades impositivas (SANTOS, 1996), o estudo investigará de forma sistemática se o Comitê da Bacia Hidrográfica conseguirá consolidar-se como um arranjo institucional de governança dos comuns na acepção de Ostrom (1990), ou se permanecerá condicionado pelas estruturas de dominação e poder territorial mapeadas por Raffestin (1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta de pesquisa reforça a premissa de que a problemática da gestão das águas na bacia do Rio João Leite extrapola consideravelmente o escopo puramente técnico ou hidrológico, constituindo um fenômeno de ordem eminentemente política, espacial e institucional. Espera-se, por meio da plena execução deste plano de trabalho, consolidar um diagnóstico geográfico integrado capaz de subsidiar cientificamente a aplicação de instrumentos de planejamento territorial e zoneamento ambiental na APA do João Leite.

Conclui-se, em caráter preliminar, que a sustentabilidade ecossistêmica e a viabilidade de uma governança descentralizada no manancial dependem estruturalmente da equalização das assimetrias políticas no âmbito do Comitê de Bacia. Com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se fornecer bases teórico-práticas que contribuam para mitigar os conflitos por uso da água, harmonizando a reprodução econômica regional a montante com a segurança hídrica metropolitana e a salvaguarda do bioma Cerrado.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Território, ambiente e conflitos em Goiás**. Goiânia: UFG, 2015.

GOIÁS (Estado). Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). **Plano de Manejo da APA do João Leite**. Goiânia: SEMAD, 2003.

GUIMARÃES, Eliza Emanoelle Silva; SOUZA, José Carlos de. Indicador de fragilidade ambiental para a bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite (Goiás, Brasil). **Revista Mirante**, Anápolis, v. 16, n. 3, p. 18-33, sem./dez. 2023. ISSN 1981-4089.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUSA FILHO, Thallys Orestes; MENDONÇA FILHO, Fernando; SOUZA, José Carlos de. Avaliação ambiental de fragmentos florestais de Cerrado da bacia hidrográfica do rio João Leite – Goiás. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 17, n. 1, p. 250-267, jan./fev. 2024.

SOUZA, José Carlos. O Cerrado e suas múltiplas interpretações conceituais numa perspectiva ambiental. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, n. 34 (2023), Kelps, 2024.

GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CERRADO GOIANO: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL E REGIONAL

Adriana Pereira de Sousa
adriueg@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro constitui uma das principais fronteiras econômicas do país, concentrando importantes atividades agropecuárias, industriais e urbanas. No estado de Goiás, as transformações territoriais associadas ao crescimento populacional e à expansão econômica têm provocado aumento significativo na geração de resíduos sólidos urbanos (RSU), ampliando os desafios relacionados à infraestrutura ambiental e à gestão pública.

A gestão dos resíduos sólidos urbanos constitui um dos principais desafios ambientais e institucionais das cidades brasileiras contemporâneas. Sob a perspectiva da Economia Ambiental, os resíduos representam externalidades negativas que geram custos sociais e ambientais quando não são adequadamente gerenciados (MOTTA, 2011; TIETENBERG; LEWIS, 2023). Nesse contexto, a sustentabilidade da gestão dos resíduos está associada à capacidade de internalizar esses custos e promover soluções que conciliem eficiência econômica, proteção ambiental e inclusão social.

Além da dimensão econômica, a gUestão dos resíduos sólidos envolve aspectos institucionais e de governança. Segundo North (1990), o desempenho das políticas públicas depende da qualidade das instituições formais e informais que regulam as relações entre os diferentes agentes sociais.

No campo ambiental, Ostrom (1990) destaca que a cooperação entre atores públicos e privados constitui elemento essencial para a gestão eficiente dos recursos comuns. No caso brasileiro, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece diretrizes para a não geração, redução, reutilização, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos, reforçando a necessidade de arranjos institucionais capazes de promover a sustentabilidade dos serviços.

No Cerrado, bioma que concentra importantes áreas de expansão urbana e agropecuária, os desafios relacionados à gestão dos resíduos sólidos assumem relevância estratégica.

O crescimento populacional, a intensificação das atividades econômicas e a pressão sobre os recursos naturais exigem políticas públicas que articulem planejamento territorial, sustentabilidade ambiental e governança regional.

Realização
Parceiros
Apoio

Dessa forma, a análise dos indicadores de coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos permite compreender as desigualdades territoriais existentes e avaliar os avanços e desafios da gestão ambiental nos municípios goianos.

Dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD-GO) indicam que os municípios goianos geram aproximadamente 6,9 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia, o equivalente a cerca de 2,5 milhões de toneladas anuais. Considerando a população estadual superior a sete milhões de habitantes, a produção média aproxima-se de 0,9 kg por habitante por dia, valor compatível com a média nacional.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece diretrizes para a gestão integrada dos resíduos, priorizando a redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada. Entretanto, persistem importantes desigualdades regionais quanto à capacidade institucional e operacional dos municípios para implementar essas diretrizes.

Nesse contexto, a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos representa importante instrumento de política pública, capaz de promover maior eficiência ambiental, reduzir desigualdades territoriais e fortalecer os mecanismos de governança necessários ao desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral analisar como as dinâmicas territoriais e os arranjos institucionais influenciam a gestão dos resíduos sólidos urbanos nos municípios do Cerrado goiano, identificando suas contribuições para o desenvolvimento regional sustentável

De forma específica, busca-se:

i) analisar os indicadores de geração, coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos nos municípios do Cerrado goiano, com base em dados oficiais do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS/SINISA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD-GO);

ii) avaliar como as desigualdades territoriais e os arranjos institucionais influenciam a gestão dos resíduos sólidos urbanos, identificando seus efeitos sobre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento regional;

iii) propor diretrizes de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da governança territorial, da gestão integrada dos resíduos sólidos e da sustentabilidade no Cerrado goiano.

A presente pesquisa parte de duas hipóteses centrais relacionadas à influência das dinâmicas territoriais e institucionais sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos no Cerrado goiano.

H1: Municípios que apresentam maior capacidade institucional, expressa pela existência de instrumentos de planejamento, estruturas administrativas consolidadas e

Realização
Parceiros
Apoio

mecanismos de governança ambiental, tendem a apresentar indicadores mais eficientes de gestão dos resíduos sólidos urbanos.

H2: As desigualdades territoriais existentes entre as diferentes regiões do estado de Goiás influenciam a qualidade da gestão dos resíduos sólidos urbanos, tornando a cooperação regional e os arranjos compartilhados de governança elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Considerando a relevância ambiental, econômica e territorial da gestão dos resíduos sólidos urbanos no contexto do Cerrado goiano, bem como as desigualdades regionais e institucionais que caracterizam o estado de Goiás, torna-se necessário compreender como esses fatores influenciam a gestão dos resíduos sólidos urbanos e a implementação de soluções sustentáveis.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca integrar as contribuições da Economia Ambiental, da Nova Economia Institucional e dos estudos sobre desenvolvimento regional para analisar as relações entre território, governança e gestão dos resíduos sólidos urbanos. Para atingir os objetivos propostos e verificar as hipóteses estabelecidas, adotou-se uma abordagem metodológica de natureza aplicada, com procedimentos de coleta e análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais, conforme descrito na seção seguinte.

METODOLOGIA

O estudo possui abordagem quantitativa e caráter descritivo-exploratório, fundamentado na análise de indicadores de gestão de resíduos sólidos urbanos em municípios localizados no bioma Cerrado, com foco no estado de Goiás.

Foram selecionados quatorze municípios goianos representativos de diferentes portes populacionais e níveis de desenvolvimento socioeconômico. Sendo eles:

- Região Metropolitana de Goiânia: Goiânia e Aparecida de Goiânia;
- Centro Goiano: Anápolis e Jaraguá;
- Sudeste Goiano: Catalão e Ipameri;
- Sudoeste Goiano: Mineiros e Santa Helena de Goiás;
- Norte Goiano: Uruaçu e Niquelândia;
- Nordeste Goiano: Posse e Campos Belos;
- Entorno do Distrito Federal: Luziânia e Valparaíso de Goiás.

Os dados utilizados foram obtidos em bases oficiais, especialmente do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Foram analisados indicadores relacionados à cobertura da coleta domiciliar, geração per capita de resíduos, destinação final ambientalmente adequada e presença de estruturas de disposição final.

Realização
Parceiros
Apoio

Os dados foram sistematizados e analisados comparativamente, permitindo a identificação de padrões territoriais de desigualdade na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Goiás apresenta avanços importantes na etapa de coleta, mas ainda enfrenta grandes desafios quanto à coleta seletiva, à disposição final ambientalmente adequada e à sustentabilidade econômico-financeira dos serviços.

Segundo o Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás, a geração estimada de resíduos sólidos urbanos no estado alcança 6.921,06 toneladas por dia, considerando a população de 7.056.495 habitantes registrada pelo Censo Demográfico de 2022 e a média de geração de 0,98 kg por habitante/dia definida pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos para a Região Centro-Oeste (SEMAD, 2024; IBGE, 2022; BRASIL, 2022).

Esse volume representa aumento de 59,1% em relação à estimativa apresentada no PERS-GO de 2017, que era de 4.088,23 toneladas por dia, indicando crescimento da pressão sobre a infraestrutura municipal de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

A análise territorial demonstra que a geração de resíduos está concentrada principalmente na Microrregião Centro, que reúne 88 municípios, população de 3.471.197 habitantes e geração estimada de 3.401,77 toneladas/dia.

A Microrregião Leste, composta por 70 municípios, apresenta geração estimada de 2.295,59 toneladas/dia, enquanto a Microrregião Oeste, com 88 municípios, gera aproximadamente 1.218,00 toneladas/dia (SEMAD, 2024).

Esses dados revelam que a dinâmica dos resíduos sólidos acompanha a concentração populacional e urbana do estado, especialmente nos municípios de maior porte e nas áreas mais integradas às redes urbanas, logísticas e econômicas do Cerrado goiano.

No que se refere à coleta convencional, observa-se um resultado relativamente positivo. Dos 230 municípios que prestaram informações à SEMAD, 177 declararam que o serviço de coleta é executado diretamente pela prefeitura e 53 informaram a contratação de empresas privadas.

O índice médio de atendimento da população com coleta convencional foi de 93,5%, sendo que 63% dos municípios declararam atender 100% da população, 18,7% informaram cobertura de 90%, 6,5% cobertura de 80%, 4,1% cobertura de 70% e apenas 1,2% cobertura inferior a 60% (SEMAD, 2024). Isso demonstra que a coleta domiciliar avançou de forma significativa, embora ainda existam desigualdades entre municípios e regiões.

Outro avanço identificado está relacionado à infraestrutura de transporte dos resíduos. Entre os 228 municípios que responderam sobre os veículos utilizados, 221

Realização
Parceiros
Apoio

declararam possuir caminhões compactadores, correspondendo a 96,1% dos respondentes.

Esse dado representa melhoria em relação ao cenário diagnosticado no PERS-GO anterior, quando havia menor disponibilidade desse tipo de equipamento (SEMAD, 2024). A presença de caminhões compactadores melhora a eficiência operacional, reduz riscos de vazamento de chorume nas vias públicas e permite transportar maior volume de resíduos em cada viagem.

Apesar dos avanços na coleta convencional, a coleta seletiva permanece como um dos principais gargalos. Apenas 76 dos 246 municípios goianos declararam possuir iniciativas de coleta seletiva, enquanto 138 informaram não possuir esse serviço e 16 não responderam à questão (SEMAD, 2024).

Esse resultado indica que a maior parte dos resíduos recicláveis ainda tende a ser misturada aos resíduos comuns, reduzindo as possibilidades de reaproveitamento, reciclagem, geração de renda para catadores e ampliação da economia circular.

A baixa cobertura da coleta seletiva também compromete as metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010).

A situação mais crítica aparece na disposição final dos resíduos. Segundo o relatório da SEMAD, em 2015 apenas 16 dos 246 municípios goianos realizavam disposição final ambientalmente adequada, o equivalente a 6,5% do total.

Em 2024, considerando as informações declaradas pelos municípios, 78 municípios passaram a utilizar aterros sanitários, representando 31,7% do total. Embora isso indique avanço de 25,2 pontos percentuais, o uso de lixões ainda permanece predominante: 152 municípios declararam destinar resíduos a lixões ou formas inadequadas de disposição final (SEMAD, 2024).

Além disso, a própria SEMAD, ao confrontar as informações declaradas com sua base de licenças ambientais, identificou que apenas 67 municípios possuíam disposição final em aterros sanitários licenciados, enquanto 181 ainda depositavam resíduos em lixões (SEMAD, 2024). Essa divergência evidencia problemas de fiscalização, transparência e qualidade dos dados municipais.

A permanência dos lixões representa risco ambiental e social, pois esses locais não possuem os sistemas de proteção necessários para evitar contaminação do solo, dos recursos hídricos e do lençol freático.

Também favorecem a proliferação de vetores de doenças, a emissão de gases de efeito estufa e a exposição de trabalhadores e catadores a condições inadequadas. Assim, embora a coleta convencional apresente cobertura elevada, a destinação final inadequada compromete a efetividade da política pública de resíduos sólidos e revela uma contradição importante: o resíduo é coletado, mas nem sempre recebe tratamento e disposição ambientalmente corretos.

Outro ponto relevante refere-se à sustentabilidade econômico-financeira dos serviços. O Marco Legal do Saneamento Básico, atualizado pela Lei nº 14.026/2020,

estabelece a necessidade de cobrança pelos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, por meio de taxas, tarifas ou outros preços públicos, como forma de garantir a manutenção e a expansão dos sistemas (BRASIL, 2020).

Em Goiás, entretanto, apenas 42 municípios declararam realizar cobrança pelo serviço, enquanto 178 municípios, o equivalente a 72% do total estadual, informaram não cobrar taxa ou tarifa específica (SEMAD, 2024).

Essa ausência de fonte própria de financiamento limita a capacidade de investimento dos municípios, especialmente os de pequeno porte, dificultando a implantação de aterros sanitários, unidades de triagem, coleta seletiva e programas de educação ambiental.

Dessa forma, os resultados confirmam a hipótese de que a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Goiás apresenta desigualdades territoriais importantes. Municípios maiores e com maior capacidade técnica, fiscal e administrativa tendem a apresentar melhores condições de coleta, transporte e disposição final. Já os municípios menores enfrentam maiores dificuldades financeiras e operacionais, dependendo de soluções regionalizadas.

Nesse sentido, a criação das Microrregiões de Saneamento Básico pela Lei Complementar Estadual nº 182/2023 e o Programa Lixão Zero, instituído pelo Decreto Estadual nº 10.367/2023, representam instrumentos importantes para organizar a prestação regionalizada dos serviços, viabilizar ganhos de escala e ampliar a disposição final ambientalmente adequada (GOIÁS, 2023a; GOIÁS, 2023b).

Portanto, a discussão dos dados demonstra que a sustentabilidade da gestão de resíduos sólidos no Cerrado goiano não depende apenas da ampliação da coleta, mas também da superação dos lixões, da universalização da coleta seletiva, da inclusão socioprodutiva dos catadores, da implantação de mecanismos de cobrança e do fortalecimento da governança regional.

Além dos benefícios relacionados à melhoria da qualidade dos serviços urbanos, a gestão adequada dos resíduos sólidos contribui para a conservação dos recursos naturais do Cerrado, reduzindo riscos de contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas e dos ecossistemas associados.

Considerando que o Cerrado abriga importantes nascentes e áreas estratégicas para a segurança hídrica nacional, a eliminação dos lixões e a ampliação das práticas de gestão sustentável dos resíduos tornam-se medidas essenciais para a proteção ambiental e para a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Esses elementos são fundamentais para reduzir os impactos ambientais, melhorar a saúde pública e promover uma ocupação mais sustentável do território do Cerrado.

Os resultados encontrados corroboram a perspectiva da Economia Ambiental apresentada por Motta (2011) e Tietenberg e Lewis (2023), segundo a qual a gestão inadequada dos resíduos gera externalidades negativas que impõem custos econômicos, sociais e ambientais à coletividade.

As desigualdades observadas entre os municípios goianos reforçam a interpretação de North (1990), para quem a qualidade das instituições influencia diretamente a eficiência das políticas públicas. Sob a ótica de Ostrom (1990), a cooperação regional e os mecanismos de governança compartilhada constituem elementos fundamentais para superar limitações financeiras e operacionais, ampliando a capacidade dos municípios de implementar soluções sustentáveis para a gestão dos resíduos sólidos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que, apesar dos avanços observados na coleta de resíduos sólidos urbanos, ainda existem desafios significativos relacionados à destinação final ambientalmente adequada e à redução das desigualdades territoriais na prestação dos serviços.

Os resultados reforçam a importância do planejamento regional, da cooperação entre municípios e da ampliação dos investimentos em infraestrutura de saneamento ambiental.

Conclui-se que a gestão eficiente dos resíduos sólidos constitui elemento fundamental para a promoção da sustentabilidade urbana e para a conservação dos recursos naturais do Cerrado.

Como encaminhamento futuro, recomenda-se a ampliação da análise para outros municípios do bioma, bem como a incorporação de indicadores relacionados à coleta seletiva, reciclagem e inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis.

AGRADECIMENTOS: A autora agradece à Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Econômica (NEPE/UEG) pelo apoio institucional ao desenvolvimento da pesquisa. Agradece também ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS/SINISA), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD) pela disponibilização dos dados utilizados neste estudo.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES). Brasília, DF: MMA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mma. Acesso em: 3 jun. 2026.

GOIÁS. Decreto nº 10.367, de 22 de novembro de 2023. Institui o Programa Lixão Zero no Estado de Goiás. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2023.

GOIÁS. Lei Complementar nº 182, de 22 de maio de 2023. Institui as Microrregiões de Saneamento Básico do Estado de Goiás. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2023. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br. Acesso em: 3 jun. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: população e domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 3 jun. 2026.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. Economia Ambiental. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

NORTH, Douglass C. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SEMAD. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás. Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás (PERS-GO). Goiânia: SEMAD, 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/meioambiente/wp-content/uploads/sites/33/2024/08/RELATORIA_FINAL_PERS1.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026.

TIETENBERG, Tom; LEWIS, Lynne. Environmental and Natural Resource Economics. 12. ed. New York: Routledge, 2023.

O PROTAGONISMO FEMININO NA REZA EM LOUVOR AOS SANTOS JUNINOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PILÕES

Maria Geralda de Almeida Moreira
maria.geralda @ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Leiliane Rodrigues da Silva Emoto
leiliane.emoto@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

Quem é goiano certamente já esteve em uma reza em honra aos Santos Juninos, seja por devoção ou por pura diversão, pois tão logo chega o mês de junho, em todo canto tem festão. E, essa tradição não é restrita à nossa região, mas em cada canto do sertão, sempre foi tradição, portanto, não há o que questionar, as festas religiosas dedicadas aos santos juninos constituem nossa tradição.

As festas juninas são manifestações culturais forjadas a partir do diálogo e do tensionamentos de diversas tradições - negra, indígena e cristã -, o que Brandão (1980) reconheceu como formas populares de produzir, reproduzir e viver a fé, ou seja, são festas que o povo constituiu em diálogos e leituras próprias das tradições, as quais se fazem presentes na dinâmica social do campo ou na cidade.

Carlos Rodrigues Brandão, ao estudar a religiosidade popular, afirma que os subalternos "[...] criam por sua conta e risco, os seus próprios modos sociais de produção do sagrado" (1980, p. 18), sendo esses modos ou ritos passados de geração a geração por meio de uma tradição oral que orienta não só o campo da espiritualidade, mas da vida prática. As denominadas rezas em honra aos santos, realizadas ao longo de todo o ano, são um exemplo vívido e atual dessa prática imersa em nossa história.

A pesquisa de forma geral buscou entender as *inter-relações* entre a reza em honra a São Pedro e Santo Antônio e a formulação de uma pertença coletiva na Comunidade Pilões, contudo, ao longo da pesquisa, fomos vendo e entendendo o papel de centralidade das mulheres, assim, nesse texto, o nosso recorte visa dialogar com esse aspecto observado, quer seja, o papel das mulheres, tecelãs de memórias e guardiãs da tradição de um evento centenário.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A metodologia envolveu uma ação etnográfica**,** fundamentada na observação direta e na vivência junto ao grupo estudado, trata-se de uma pesquisa participante. Por três anos nos fizemos presente nos preparativos e na reza, além de participar em outros momentos de articulação, observando como nos aponta Geertz (2008) a realidade complexa que envolve o grupo como um texto, nem sempre legível, com apontamentos diversos que o observador precisa ler de forma atenta, buscando entender os porquês, as ausências, as intencionalidades nem sempre evidentes em um exercício de não somente descrever, mas de interpretar. Para além da observação participante, valemo-nos das memórias sujeitos envolvidos que retomam o passado em um exercício de puxar fios de lembranças que entretecidos dão corpo a memórias sobre o vivido.

E acessar essas memórias à procura de vestígios que permitissem a tecitura da história da reza e consequentemente do grupo, não foi uma empreitada fácil: décadas de silêncios foram colocando as memórias nos subterrâneos, pois os "mais velhos" não gostavam de falar sobre o passado, talvez pelos traumas ou por julgarem-no sem importância. Esse silenciamento sobre as trajetórias do grupo tornou a pesquisa ainda mais desafiadora, mormente, na análise qualitativa dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciamos a pesquisa construindo caminhos, identificando pontos de referências que permitissem acessarmos o texto [a realidade concreta, vivida] que devíamos decifrar, interpretar a partir da vivencia em campo, do observar e do ouvir e, assim, o movimento de retomada do passado foi sendo realizado a partir da participação ativa dos sujeitos que historicamente participaram ou participam da reza, especialmente por meio das memórias de D. Adercília da Silva (Dércia), Sebastiana Martins (Tianinha Pilão) e Irani Roberto Martins. As narrativas tecidas por Dércia foram essenciais para entendermos as transformações que a reza sofreu ao longo de um século[1], as

[1] A tradição oral reafirma que a reza é realizada pela família Pilão há pelo menos um século, embora não seja possível determinar a data exata de sua origem. Se levarmos em conta que D. Adercília tem 83 anos e se recorda de participar da reza desde criança, é provável que ela tenha, de fato, um século ou até mais.

Realização
Parceiros
Apoio

permanências que podem ser observadas na atualidade e, sobretudo, os sentidos envoltos em sua realização.

D. Adercília da Silva é a matriarca e, ousamos dizer, o símbolo da nascente comunidade, com seus 83 anos. Dona de muita lucidez e da robustez característica das matriarcas negras, Dércia, como é carinhosamente conhecida entre os mais próximos, remonta ao passado em um movimento que traz para fora, para o outro, suas memórias traduzidas em uma narrativa densa e rica em detalhes sobre sua trajetória individual e sobre a reza. Segundo Dércia, sua avó materna D. Benedita Madornada de Souza, realizava a reza em louvor aos santos juninos, quando ainda moravam na roça, próximo ao Rio Claro. A narrativa apresentada por D. Adercília é a mesma de outros membros do grupo "A reza era realizada sobre a presidência da vovó Benedita com a participação de toda a família e dos moradores adjacentes" (Sebastiana Martins, 2024b).

Sabemos que a reza é centenária, mas não conseguimos precisar uma data para sua origem. Quanto ao elemento motivador para iniciar a realização da reza, Tianinha Pilão afirma que sua avó "era mulher de pouca fala", mas dizia que tinha alcançado uma graça muito grande, por isso teria iniciado a reza[2], o que é corroborado por Liomaura P. da Silva "sabemos que a reza começou em homenagem a um grande milagre alcançado pelos nossos ancestrais". Qual graça seria essa? Não conseguimos acessar tal informação. O motivo para a ausência dessa narrativa pode estar relacionado a diferentes fatores. Seria o esquecimento? Ao longo de um século, as gerações seguintes foram se distanciando do fato, embora tenham continuado a participar e a realizar a reza. Seria a não socialização do fato? Segundo relatos, D. Benedita de Souza não gostava de falar sobre si. Por outro lado, também é preciso levar em consideração que, a relação entre o santo e o sujeito que o evoca frequentemente é bastante pessoal, íntima, razão pela qual - e isso é apenas uma hipótese - a beneficiada pelo milagre não se sente obrigada a contar o que aconteceu. Afinal, diz respeito à intimidade dela com o santo milagreiro.

De todo modo, entendemos que as rezas realizadas na zona rural têm origem em promessas, em votos realizados pela pessoa que, ao obter o milagre, passa a realizar a festa como gesto de gratidão ao santo ou santa. O milagre, na vivência popular da religião, "é a mostra de efeitos simples de trocas de fidelidade mútuas entre o sujeito e a

[2] Fala de Sebastiana Martins registrada em 28 de junho de 2024, na sede da comunidade Pilões.

Realização
Parceiros
Apoio

divindade, com ajuda ou não de uma igreja" (Brandão, 1980, p. 131). Para Brandão, o milagre é "um acontecimento necessário, acessível, rotineiro e reordenador" (1980, p. 132) e, a festa, é, portanto, "a paga" que reforça a fidelidade da relação entre o santo e o indivíduo.

No caso de D. Benedita, não foi diferente: o pedido foi feito, o milagre alcançado e o pagamento da promessa - a reza - passa a ser realizada. Contudo, com o passar do tempo e a troca de responsáveis, a reza se tornou parte da tradição da família Pilão, enquanto o elemento motivador, o milagre obtido, foi sendo esquecido.

A ausência de identificação desse elemento motivador, entretanto, não diminui a sua importância para o grupo. Dar continuidade à reza é, para os integrantes da comunidade, honrar os que vieram primeiro e seus desejos, manter a tradição e expressar a fé como evidência D. Iracema Roberto Martins, "*a importância da festa reside na nossa fé*"[3], sendo o ritual uma forma de se conectar com o mundo espiritual, ou mesmo "uma forma de honrar a ancestralidade e resistência", analisa Tatiane Letícia Alves (2024), o que evidencia a relevância da reza no âmbito individual e coletivo.

A reza iniciada por D. Benedita, avó materna de Sebastiana Martins (Tianinha Pilão), na zona rural próximo ao Rio Claro, foi transmitida para a sua mãe, D. Marcelina Roberto Martins, que por mais de quatro décadas a realizou já na cidade de Iporá. Na sequência, D. Marcelina atribuiu a responsabilidade pela reza à sua filha caçula, como afirma Tianinha Pilão: "*minha mãe me chamou e me nomeou para dar continuidade a reza*", com o apoio do seu esposo e "*ninguém questionou, então eu fiquei com essa responsabilidade"*[4] (informação verbal). Sendo a tradição passada de mãe para filha, num movimento que torna a mulher guardiã da tradição e das memórias.

Nomeada por sua mãe para dar continuidade a reza, Tianinha Pilão faz questão de enfatizar que a responsabilidade é compartilhada com todos da comunidade, em um esforço coletivo: "*não sou responsável sozinha pela reza, é tradição o envolvimento de todos, cada um doa um pouquinho, ajuda de uma forma e a reza acontece*"[5]. E esse envolvimento é perceptível quando se tem a oportunidade de vivenciar em lócus a experiência de preparo da reza e a execução dos ritos, com uma preponderância da participação feminina, evidenciando a força e a liderança dessas mulheres no movimento da cultura e da fé.

---

[3] Registro realizado no dia 28 de junho de 2024, na sede da comunidade Pilões.
[4] Registro realizado no dia 28 de junho de 2024, na sede da comunidade Pilões.
[5] Idem.

Realização
Parceiros
Apoio

A atuação marcante das mulheres da comunidade Pilão ao longo da sua história é algo perceptível logo de início e evidencia um engajamento feminino na manutenção da tradição [reza] e na configuração da nova pertença coletiva, com personalidades como D. Benedita, D. Marcelina e, atualmente, várias gerações de mulheres que se reúnem por ocasião da reza. Embora os homens façam parte, apoiando e participando, o movimento mais encorpado fica por conta do coletivo feminino como constatado empiricamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença em campo nos permitiu não somente conhecer a história e os sentidos envoltos na reza em honra a São Pedro e Santo Antônio, mas identificar uma forte presença feminina na estruturação, manutenção e reconfiguração da reza. De tal forma, podemos afirmar que as mulheres são as guardiãs da tradição, da memória, dos significados que envolvem a reza centenária. Compreende-se, portanto, a importância da mulher na tradição e, consequentemente, na cultura popular de uma sociedade.

Referências

ANDRADE, Uenes Henrique de. *Memória e Tecitura da Identidade: Estudo de caso sobre a Comunidade Remanescente de Quilombola Pilões*. Monografia. Curso de História da UEG, UnU de Iporá, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do Povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Entrevistas

SILVA, D. Adercília da (Dércia). [julho, 2023]. Entrevistadora: Maria Geralda de Almeida Moreira. Goiânia, 2023. 1 arquivo. Mp3 (60 min)
MARTINS, Sebastiana (Tianinha Pilão). (jun. 2024). Registro de falas realizado pela pesquisadora Maria Geralda de A. Moreira. Iporá/Sede da Comunidade, 2024a.
MARTINS, Iracema. (jun. 2024). Registro de falas realizado pela pesquisadora Maria Geralda de A. Moreira. Iporá/Sede da Comunidade, 2024. Manuscrito.

Google formulário

MARTINS, Sebastiana Roberto (Tianinha Pilão). **Memória e Tecitura da Identidade Coletiva na Comunidade Quilombola Pilões. Acesso em 17 de dezembro de 2024b. Disponível em:** https://docs.google.com/forms/d/1TMLfhkleqT_dcR6kjRciH0Wl25Lra66s2ndWWp7fPPQ/edit.
SCANDIUZZI, Liomaura P. da Silva. **Memória e Tecitura da Identidade Coletiva na Comunidade Quilombola Pilões.** Acesso em 17 de dezembro de 2024. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1TMLfhkleqT_dcR6kjRciH0Wl25Lra66s2ndWWp7fPPQ/edit

A RELEVÂNCIA SOCIOAMBIENTAL DO CERRADO COMO TERRITÓRIO EM DISPUTA: CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA NATUREZA E SABERES NOS DOMÍNIOS DO CERRADO

MORAES, Priscila Bezerra
a.priscila.moraes@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
BOLFARINI, Isabella Christina da Mota
isabella.bolfarini@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
BICALHO, Poliene Soares dos Santos
poliene.bicalho@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro possui expressiva relevância socioambiental, tanto por sua biodiversidade quanto por sua importância para a manutenção de modos de vida historicamente vinculados ao território. Trata-se do segundo maior bioma do país, ficando atrás apenas da Amazônia. Esse território ocupa 12 Estados brasileiros e abriga as principais nascentes de bacias hidrográficas do país e de todo o continente sul-americano, sendo considerado o "berço das águas" e também o "pai das águas do Brasil". É no Cerrado que nascem as principais bacias hidrográficas do Brasil e de todo o continente sul-americano (Lima, 2011).

Portanto, este artigo é um desdobramento das discussões realizadas na disciplina Natureza e Saberes nos Domínios do Cerrado, ministrada pelas docentes Dra. Giuliana Muniz Vila Verde, Dra. Isabella Christina da Mota Bolfarini e Dra. Josana de Castro Peixoto, no âmbito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPGTECCER) da Universidade Estadual de Goiás. Na disciplina, foram abordadas diferentes perspectivas teóricas sobre o Cerrado e sobre os povos que o habitam. Para tanto, a fundamentação desta pesquisa tem como base os textos trabalhados em sala de aula ao longo da disciplina.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético para apreender o Cerrado não apenas como paisagem natural, mas como território atravessado por contradições produzidas por relações históricas, políticas e econômicas. Sendo assim, o procedimento metodológico consistiu na leitura, sistematização e articulação crítica de textos debatidos na disciplina Natureza e Saberes nos Domínios do Cerrado, selecionados por sua contribuição para a compreensão do bioma em sua dimensão socioambiental, hídrica, jurídica e territorial.

A análise foi organizada em três perspectivas. A primeira aborda a compreensão do Cerrado sob a ótica jurídica e constitucional utilizando como referencia Dias e Miziara (2021) que trazem elementos acerca da insuficiência dos mecanismos jurídicos de reconhecimento do bioma como patrimônio nacional; a segunda

Realização
Parceiros
Apoio

perspectiva reúne saberes a respeito da abordagem hídrica do Cerrado de acordo com Lima (2021) e Oliveira e Campos Filho (2020) e a terceira compreende o Cerrado a partir dos conflitos socioambientais que atingem as populações tradicionais de acordo com Trindade, Rabelo e Guéneau (2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da abordagem jurídica de Dias e Miziara (2021), observa-se que o Cerrado possui grande relevância socioambiental; contudo, sua proteção constitucional ainda é bastante frágil. Embora a Constituição Federal de 1988 represente um marco para o Direito Ambiental no Brasil, ela apresenta lacunas importantes, como a não inclusão do Cerrado e da Caatinga como patrimônios nacionais. Nesse contexto, foram apresentadas diversas propostas de emenda constitucional, mas, até o momento, nenhuma obteve a aprovação esperada. As autoras demonstram, assim, que, apesar de sua expressiva extensão territorial e de sua importância ecológica, o Cerrado não foi efetivamente incorporado ao rol dos biomas reconhecidos como patrimônio nacional no §4º do artigo 225 da Constituição Federal, o que evidencia limites normativos em sua defesa e amplia sua vulnerabilidade frente à degradação. Além disso, a PEC 504/2010, que propõe a alteração do artigo 225, §4º, da CRFB/88 para reconhecer o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional, bem como o Projeto de Lei nº 5.462/2019, que trata da proteção do bioma Cerrado, permanecem sem avanço, evidenciando a ausência de interesse parlamentar e legislativo para sua aprovação.

Na segunda perspectiva, a análise evidencia que o Cerrado ocupa posição central na dinâmica hídrica brasileira e sul-americana. Lima (2021) destaca que o bioma abriga nascentes fundamentais para oito das doze regiões hidrográficas brasileiras, enquanto Oliveira e Campos Filho (2020) problematizam o quadro atual das águas do Cerrado, indicando processos de comprometimento da disponibilidade e da qualidade hídrica. Nesse sentido, o desmatamento do bioma e o uso intensivo de suas águas para irrigação têm provocado forte escassez hídrica, com redução da recarga dos aquíferos, migração de nascentes e diminuição da vazão de rios importantes. Os casos dos rios Grande, Paraná, das Almas, Javaé e Meia Ponte exemplificam como a degradação do Cerrado já afeta diretamente a disponibilidade de água em Goiás e em outras regiões, reforçando que a disputa pelo bioma não se restringe à terra, mas envolve também o controle e a preservação de recursos hídricos essenciais à vida e ao equilíbrio ambiental.

Já a terceira perspectiva evidencia que o Cerrado é também território de conflitos socioambientais que incidem diretamente sobre populações tradicionais. A análise de Trindade, Rabelo e Guéneau (2023) sobre o caso de Terra Ronca, em Goiás, demonstra que políticas de conservação e ordenamento territorial podem produzir tensões e impactos sobre os modos de vida das comunidades locais quando desconsideram seus usos sociais do território. Assim, o Cerrado emerge não apenas como espaço de riqueza ecológica, mas como campo de disputas entre preservação ambiental, interesses institucionais e reprodução social de populações historicamente vinculadas ao bioma.

Em conjunto, essas três abordagens permitem compreender que a relevância socioambiental do Cerrado está diretamente relacionada à condição de território em

Realização
Parceiros
Apoio

disputa. A fragilidade da proteção jurídica, a centralidade das águas e os conflitos envolvendo populações tradicionais revelam que o bioma deve ser analisado de forma integrada, considerando as relações entre natureza, poder, política e uso do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a relevância socioambiental do Cerrado não pode ser compreendida de forma dissociada das disputas que atravessam sua proteção, seus recursos hídricos e os modos de vida das populações que dele dependem. A partir das três perspectivas mobilizadas, o artigo evidencia que o Cerrado é, simultaneamente, bioma estratégico, patrimônio ameaçado e território marcado por conflitos socioambientais.

Desse modo, a reflexão desenvolvida a partir dos debates da disciplina Natureza e Saberes nos Domínios do Cerrado reforçam a necessidade de abordagens interdisciplinares capazes de articular dimensão ecológica, jurídica, hídrica e social. Compreender o Cerrado como território em disputa implica reconhecer tanto sua centralidade para a vida e para o equilíbrio ambiental quanto os embates políticos e sociais que condicionam sua preservação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à orientadora Isabella Christina da Mota Bolfarini, pelo acompanhamento e pelas contribuições fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço ao TECCER, enquanto espaço de formação e produção de conhecimento. Agradeço, ainda, às docentes Giuliana Muniz Vila Verde e Josana de Castro Peixoto, pelas reflexões e que contribuíram para a construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

DIAS, Denise Oliveira; MIZIARA, Fausto. O Cerrado como patrimônio nacional: a inclusão do Cerrado no §4º do artigo 225 da Constituição Federal. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 19, n. 2, p. 323-342, 2021. DOI: 10.46551/rc24482692202129. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/4153. Acesso em: 14 maio 2026.

OLIVEIRA, Fernando Bueno; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Águas do cerrado: tristes evidências.** 06 ago. 2020. Disponível em: https://www.cadernoterritorial.com/news/aguas-do-cerrado-tristes-evidencias-fernando-bueno-oliveira-e-romualdo-pessoa-campos-filhos/. Acesso em: 25 maio 2026.

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck. **Situação e perspectivas sobre as águas do cerrado.** Cienc.Culto,São Paulo, v. 63, n.3, p.27-29, julho de 2011.Disponível em <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252011000300011>. acesso em: 23 de jan. de 2021

TRINDADE, Hiran; RABELO, M. N.; GUÉNEAU, S. **Populações tradicionais e conflitos socioambientais no Cerrado: o caso do complexo de unidades de**

conservação de Terra Ronca, Goiás, Brasil. In: SARAIVA, Regina Coelly Fernandes; DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá; NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo (org.). *Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural*. Brasília: Universidade de Brasília, 2023.

Caixa entomológica de papel como recurso didático para educação científica em ambientes não formais: o caso dos insetos aquáticos

Maxwell Alves Pereira Lima
magalhaesmaxwell564@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Lucas Matheus Rodrigues Pereira
bryo.theus.gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Juliana Simião Ferreira
juliana.ferreira@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

Os insetos aquáticos são invertebrados que vivem pelo menos uma parte do ciclo de vida na água e possuem papel ecológico fundamental nos ambientes aquáticos, participando da ciclagem de nutrientes e das teias alimentares (HAMADA et al., 2014). Estão distribuídos em diferentes ordens e apresentam diversas adaptações aos habitats aquáticos e substratos. Os insetos, de modo geral, são amplamente associados à vida humana e apresentam grande diversidade de formas e estratégias adaptativas (Gullan & Cranston, 2008). Essas características influenciam sua distribuição em espécies generalistas ou especialistas (NESSIMIAN & CARVALHO, 1993).

Por possuírem sensibilidade às alterações ambientais, os insetos aquáticos são utilizados como bioindicadores da qualidade ambiental. Apesar de sua importância ecológica e aplicada, o conhecimento sobre esse grupo ainda permanece restrito às universidades e centros de pesquisa, com pouca circulação em contextos escolares e comunitários (MAGALHÃES et al., 2001). Nesse contexto, a divulgação científica e a construção de recursos didáticos acessíveis podem aproximar estudantes e mediadores do conhecimento ecológico, favorecendo a compreensão dos impactos antrópicos sobre a biodiversidade e fortalecendo atitudes de conservação (ANGELINI et al., 2011).

A musealização por meio das coleções biológicas e o uso de caixas entomológicas são importantes recursos didáticos para ampliar os conhecimentos trabalhados em sala de aula e favorecer a visualização dos insetos associada às informações teóricas (MAGALHÃES et al., 2001; SÁ & LEVY, 2023). A divulgação científica pode contribuir para a conservação da biodiversidade e para uma formação ecológica mais consistente, promovendo mudanças de percepção e comportamento em relação aos problemas ambientais, inclusive em ambientes aquáticos (ANGELINI et al., 2011).

Dessa forma, o objetivo geral foi desenvolver e validar recursos didáticos como instrumentos facilitadores do processo de ensino-aprendizagem de Ciências para estimular a educação científica sobre insetos aquáticos na educação básica. Como objetivos específicos: i) elaborar um conjunto de recursos didáticos e atividades para abordar o tema insetos aquáticos; ii) testar o uso dos recursos em oficinas para estudantes da educação básica que visitam o Laboratório de Ecologia e Educação Científica e Trilha do Tatu.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

Elaboração e Prototipagem dos Recursos Didáticos

Na primeira etapa, foram elaborados e prototipados recursos didáticos voltados ao ensino de insetos aquáticos na educação básica como materiais táteis, assim como jogos voltados ao ensino de insetos aquáticos na educação básica, folders com informações e curiosidades, além de uma caixa entomológica sobre os insetos aquáticos. Todos esses materiais comporão um kit de aulas, acompanhado com orientações textuais reunidas em formato de livreto.

Procedimentos de Aplicação e Validação

Na segunda etapa tais recursos didáticos foram aplicados em uma oficina no segundo semestre, com monitores do projeto da Trilha do Tatu para a validação da aplicabilidade. Ela aconteceu em duas etapas, primeiramente, foi aplicado um questionário para verificar o conhecimento prévio dos monitores sobre os insetos aquáticos; em seguida, houve uma apresentação sobre estes insetos, abordando seu ciclo de vida, importância para os rios e características morfológicas, relacionadas ao ambiente em que vivem, dessa forma, foi possível avaliar o conhecimento e o desenvolvimento do material durante a oficina com os monitores. Foi abordado características morfológicas e curiosidades sobre as ordens que estão representadas no material da caixa.

Ambiente de estudo e público-alvo

Esta oficina foi oferecida no Laboratório de Ecologia e Educação Científica (LabEduC) no Campus CET, Anápolis que fica inserido na área próxima da reserva Ecológica de Cerrado, onde atividades de trilha interpretativa (Trilha do Tatu) são realizadas dentro do Programa de Extensão “Trilhas do Cerrado”. Segundo (QUEIROZ et al.,2002). A educação não formal desenvolvida em espaços institucionalizados apresenta algumas características específicas que as diferenciam da educação formal que é realizada no contexto escolar . O desenvolvimento e validação desses recursos didáticos tem potencial para contribuir para o fortalecimento das ações do programa de extensão, pois ficarão disponíveis para diversas atividades futuras do programa no ambiente não formal (laboratório de Ecologia e Educação Científica) e no ambiente escolar (escolas parceiras).

resultados

Foram desenvolvidos os materiais didáticos táteis e informativos, entre eles destaca-se a caixa entomológica que reúne exemplares de 6 ordens distintas de insetos aquáticos, assim possibilitando uma maior diversidade para ser observada. Além disso, foi criado um folder instrucional, sobre os insetos aquáticos e sua diversidade com informações sobre o ciclo de vida, habitat e sua importância ecológica dentro de sistemas aquáticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material foi aplicado para os monitores do projeto da Trilha do Tatu, demonstrando como pode ser utilizado durante a atividade prática com estudantes. Os monitores responderam um questionário antes da oficina para verificar o conhecimento sobre os insetos aquáticos. Os resultados do questionário foram bem satisfatórios, indicando que eles já possuíam um conhecimento prévio (Figura 1).

Realização
Parceiros
Apoio

Este desempenho elevado no questionário se deve ao fato dos monitores fazerem parte desse projeto de extensão 'Trilha do Tatu' no qual são inseridos de maneira didática e diversificada. A novos tipos de conhecimentos, como os insetos aquáticos, sendo esse conhecimento adquirido em um espaço institucionalizado. Segundo (QUEIROZ et al.,2002). A educação não formal desenvolvida em espaços institucionalizados apresenta algumas características específicas que as diferenciam da educação formal que é realizada no contexto escolar. Este recurso didático não atende somente aos alunos que estão a mais tempo no projeto de extensão, mas também àqueles que serão inseridos, assim servindo para consolidar e mediar o novo conhecimento que será atribuído aos novatos.

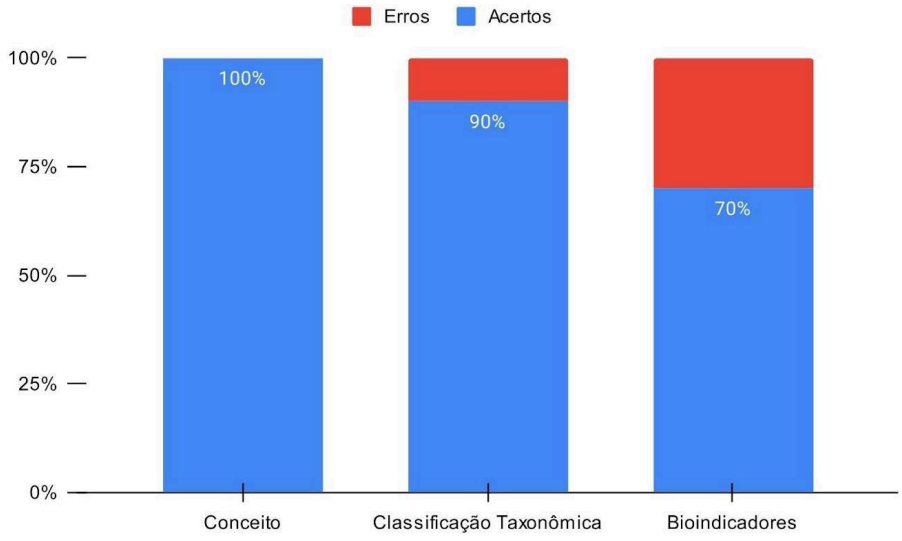


Figura 1. Resultados do questionário aplicado sobre conceitos, classificação taxonômica e aspectos de bioindicação dos insetos aquáticos.

Após a aplicação do questionário diagnóstico, foi realizada a oficina sobre os insetos aquáticos e suas características. Concluída a parte teórica, os monitores receberam o material de recorte da caixa e foram convidados a confeccionar suas próprias caixas entomológicas (Figura 2), Durante essa atividade prática, observou-se grande variedade e métodos criativos na decoração do material, foram utilizadas diversas cores para colorir os insetos que compõem a caixa, além da personalização própria de cada um na parte exterior, desde "textura" de madeira a pequenos riachos feitos na parte interna da caixa, tudo isso usando os lápis de cor. Além da retomada e consolidação de aspectos básicos da morfologia de insetos aquáticos (Figura 5). De acordo com (Krasilchick 2004). As simulações e outros recursos didáticos servem como estratégia diversificada que favorece a participação ativa dos estudantes e a construção do conhecimento, incluindo o uso de modelos e materiais pedagógicos. Neste contexto, destaca se também a importância de ambientes como o Laboratório de Ecologia o uso de materiais didáticos reforçadores e de fácil acesso à comunidade, tanto interna representadas pelos visitantes da trilha, quanto externas, como as escolas que podem receber este tipo recurso pedagógico diversificado.

O uso do papel e do recorte para a confecção desta caixa entomológica, justifica- se se por ser um recurso de fácil acesso e manuseio, sendo um material didático que pode facilmente ser reproduzido em diferentes ambientes, como nas salas de aulas. Além disso, apresenta baixo custo benefício, diferente de uma caixa entomológica convencional, geralmente feita de madeira e com tampa de vidro (TESORI & MARTINS 2018). Reforçam que a elaboração de recursos didáticos constitui uma alternativa para minimizar as dificuldades como escassez e infraestrutura de materiais nas escolas públicas, além de possibilitar os estudantes a ter acesso a este tipo de recurso.

Figura 2. Caixa entomológica de papel montada pelos monitores durante a oficina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo trazer conhecimentos ainda pouco abordados fora do ramo acadêmico, de forma diversificada, por meio da elaboração de uma caixa entomológica feita de papel, folders instrucionais e atividades didáticas. A caixa entomológica foi utilizada como ponto de partida para o ensino destes organismos, contribuindo para facilitar a aprendizagem e ampliar a compreensão do tema.

Esse tipo de material possibilita aos alunos a visualização morfológica, adaptações e diversidades desses organismos, favorecendo e estimulando a aprendizagem, a partir de uma experiência prática e diferente (Krasilchik, 2004). Dessa forma, o conhecimento se torna mais concreto e significativo.

Em pesquisas futuras, o plano seria aplicar este material didático em diferentes escolas, assim permitindo ampliar o estudo e a avaliação para alunos de escolas e realidades distintas, sobre a compreensão que eles têm sobre os insetos aquáticos. A partir disso seria possível fazer uma tabulação e comparação de dados que foram obtidos de duas instituições de ensino diferentes. Essa ampliação iria contribuir ainda mais para a validação do material e o seu uso como recurso pedagógico diverso.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à universidade estadual de goiás (ueg) pela oportunidade da bolsa de incentivo à extensão discente na graduação (bex), pre 006/2025 na ueg, que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho e contribuiu significativamente para minha formação acadêmica e científica.

Expresso minha sincera gratidão à professora Juliana Simião Ferreira pela orientação, dedicação e apoio durante todas as etapas deste trabalho. Agradeço também ao coorientador Lucas Matheus pela colaboração, auxílio e contribuições essenciais para o desenvolvimento deste trabalho escrito.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo e para o fortalecimento da educação científica.

Referências

ANGELINI, R.; SIMIÃO-FERREIRA, J.; CARMO-ARAÚJO, C. S.; CARVALHO, A. R.** Efeito de atividades científicas em ambientes externos e laboratoriais na compreensão dos alunos do ensino fundamental sobre conservação. *Nature & Conservation*, v. 9, n. 1, p. 1-5, 2011.

GULLAN, P.J.; CRANSTON, P.S. Os insetos: um resumo de entomologia. 3 ed. São Paulo: Roca, 2008. 440p.

HAMADA, N.; NESSIMIAN, J. L.; QUERINO, R. B.** Insetos aquáticos na Amazônia brasileira: taxonomia, biologia e ecologia. Manaus: Editora do INPA, 2014. 724 p.

MAGALHÃES, C.; SANTOS, J. L. C.; SALEM, J. I.** Automação de coleções biológicas e informações sobre a biodiversidade da Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, v. 12, n. 1, p. 294-312, 2001.

NESSIMIAN J.L. & CARVALHO A.L. 1998. Ecologia de Insetos Aquáticos. Séries Oecologia Brasiliensis, PPGE-UFRJ, Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Glória et al. Construindo saberes da mediação na educação em museus de ciências: o caso dos mediadores do museu de astronomia e ciências afins/ Brasil. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. v. 2, n. 2, p. 77-88, 2002.

Krasilchik, M. (2004). Prática de ensino de biologia. 4. ed. São Paulo: EDUSP.

Krasilchik, M. (2008). Prática de Ensino de Biologia. 4. ed. São Paulo: Edusp. LEAL, D. et al. 2011. "Produção e divulgação de material didático-pedagógico sobre os insetos no ensino fundamental. Diálogos & Saberes, 7(1):99-107. Mandaguari.

SÁ, Júlio Fróes de; LEVY, Hannah Souza. Caixa entomológica como recurso didático no ensino de Ciências e Biologia. *Imagens da Educação*, v. 13, n. 4, p. 158–173, dez. 2023. DOI: 10.4025/imagenseduc.v13i4.64392. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/382517562_CAIXA_ENTOMOLOGICA_COMO_RECURSO_DIDATICO_NO_ENSINO_DE_CIENCIAS_E_BIOLOGIA

Tesori, S.P.& Martins, D.T.L. (2018). Produção de materiais pedagógicos como estratégia de ensino de biologia. (Trabalho de conclusão de curso-Instituto Federal Catarinense,CampusavançadoAbelardoluz).http://abelardoluz.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2019/03/TC-Suzana.pdf.

SABERES TRADICIONAIS E POTENCIAL DE USO DE CONVOLVULACEAE DA SERRA DO ROSA, QUIRINÓPOLIS, GOIÁS, BRASIL

Silaine Ferreira de Souza Chaves
silaineferreirachaves@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS), Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis
Gustavo da Silva Soares
gus.soares.bio@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS), Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis
Maria Vitória da Silva Machado
mariavitoriamachado54@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Curso de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis
Maria Vitória da Silva Machado
Isa Lucia de Morais
isa.morais@ueg.br, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS) e Curso de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro abriga elevada biodiversidade vegetal e importante riqueza sociocultural associada ao uso tradicional dos recursos naturais. Nesse contexto, a Serra do Rosa, localizada no município de Quirinópolis, Goiás, destaca-se como área de relevância ecológica por conservar remanescentes de diferentes fitofisionomias do Cerrado, como cerrado sentido restrito, matas de galeria, campo limpo úmido e formações florestais estacionais.

Além da diversidade biológica, essa área também guarda conhecimentos populares relacionados ao uso da flora nativa, especialmente quanto ao aproveitamento alimentar de diversas espécies vegetais. Os saberes tradicionais constituem patrimônio cultural imaterial construído ao longo de gerações por populações locais, trabalhadores rurais e comunidades do Cerrado, estando ligados às formas de manejo, coleta, preparo e consumo de frutos, sementes, folhas, raízes e outras partes vegetais. Entretanto, muitos desses conhecimentos permanecem pouco documentados e ameaçados pelo avanço da urbanização, da agricultura intensiva e pelas transformações socioculturais contemporâneas. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo investigar os saberes tradicionais, com subsídio em revisão de literatura, relacionados à Convolvulaceae da Serra do Rosa, com ênfase no potencial de uso das espécies registradas na área, contribuindo para valorização da sociobiodiversidade e conservação biocultural do Cerrado goiano.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido na Serra do Rosa, localizada no município de Quirinópolis, Goiás à 30 km da área urbana de Quirinópolis. Esse município está

Realização
Parceiros
Apoio

situado na região sul do estado de Goiás e inserido no domínio fitogeográfico do Cerrado. A média anual de temperatura é de 21º C e de pluviosidade 1.400 mm/ano, sendo esta última irregularmente distribuída no decorrer do ano, com maior incidência nos meses de novembro a abril. A principal atividade econômica no entorno da Serra do Rosa é a pecuária, que avança sobre áreas nativas, promovendo conversão de hábitat, pisoteio e pastejo da vegetação. Além disso, a linha ferroviária no fundo de vale gera poluição sonora que afugenta a fauna, além do risco de atropelamento de animais. A expansão da monocultura de cana-de-açúcar também vem substituindo gradativamente outras culturas e pastagens. Apesar disso, os proprietários mantêm a atividade pecuária, ampliando sua ocupação sobre os remanescentes de vegetação nativa, inclusive em áreas de maior declividade.

O inventário florístico foi realizado por coletas mensais (janeiro de 2024 a dez de 2025), sendo dois dias por mês e 5h por dia. O método de coleta foi o de caminhamento (Filgueiras et al., 1994). As amostras coletadas foram secas e preservadas no acervo do Herbário José Ângelo Rizzo (JAR) da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis. A identificação botânica foi subsidiada por literatura especializada, herbários e especialistas.

A nomenclatura científica atualizada para as espécies nativas do Brasil seguiu o endereço eletrônico http://www.floradobrasil.jbrj.gov.br/ (Flora e Funga do Brasil, 2024). Para as espécies exóticas foi usada a escrita científica de acordo com o *Missouri Botanical Garden* (TROPICOS.ORG, 2026).

Para a análise do potencial de uso, foi realizada uma revisão bibliográfica das espécies registradas, considerando categorias como uso ecológico (fixação de nitrogênio e recuperação de áreas degradadas, dentre outros), uso forrageiro (alimentação animal), uso medicinal (presença de compostos bioativos), uso ornamental e uso econômico (aplicações agrícolas, perfumarias e madeireiras).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na composição florística da Serra do Rosa, foram registradas 17 espécies de Convolvulaceae, sendo elas: *Camonea umbellata* (L.) A.R. Simões & Staples; *Distimake aegyptius* (L.) A.R. Simões & Staples; *Evolvulus chamaepitys* Mart. var. *chamaepitys*; *E. lagopodioides* Meisn.; *E. sericeus* Sw.; *Ipomoea carajasensis* D.F. Austin; *I. gigantea* (Silva Manso) Choisy; *I. haenkeana* Choisy; *I. hederifolia* L.; *I. nil* (L.) Roth; *I. procurrens* Meisn.; *I. sericophylla* Meisn.; *Jacquemontia evolvuloides* (Moric.) Meisn.; *J. sphaerocephala* Meisn., *J. spiciflora* (Choisy) Hallier f., *J. verae* M.Pastore, I.L.Morais & Sim.-Bianch. e *Turbina cordata* (Choisy) D.F. Austin & Staples.

O gênero mais representativo foi *Ipomoea*, seguido por *Jacquemontia* e *Evolvulus*. A representatividade de *Ipomoea* se deve ao fato que este compreende o maior gênero de Convolvulaceae com mais de 700 espécies no mundo (Marinho, Costa e Buril, 2023). No Brasil este gênero possui 161 espécies descritas sendo 65 delas endêmicas (Flora e Funga do Brasil, 2025).

Espécies do gênero *Ipomoea* possuem relevante potencial medicinal, ecológico, ornamental e econômico, destacando-se em aplicações farmacológicas, pesquisas científicas e conservação ambiental. O potencial medicinal de *I. hederifolia* foi recentemente validado com potente atividade analgésica e anti-

Realização
Parceiros
Apoio

inflamatória (Mali *et al.*, 2026). Por sua vez, I. *nil* tem sido amplamente explorada pela medicina tradicional asiática, abrigando em sua composição compostos com potencial terapêutico contra determinadas linhagens de câncer (Meira *et al.*, 2012). De uma perspectiva ecológica, *I. carajasensis* constitui uma espécie endêmica da vegetação rupestre que possui extrema relevância como indicadora no monitoramento ambiental, exigindo estratégias de conservação de áreas de canga devido ao seu *status* de vulnerabilidade frente à mineração (Silva; Secco; Lobo, 1996).

Em um contexto mais amplo, várias espécies do gênero *Evolvulus* apresentam potencial ornamental, forrageiro e medicinal, além de sintetizarem metabólitos secundários de alto interesse para futuras prospecções de propriedades biológicas (Santos; Buril, 2020). *E. sericeus*, por exemplo, possui potencial medicinal devido às suas propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias, hepatoprotetoras e neuroprotetoras, mediadas pela presença de flavonoides e taninos (Sanap, 2026). Ecologicamente, *E. sericeus* atua como bioindicadora de ambientes halomórficos, sendo notável em manchas de campos de solo alcalino, fitofisionomias conhecidas regionalmente como blanqueales (Fockink *et al.*, 2026).

Distimake aegyptius destaca-se por sua importância ecológica, forrageira, econômica e farmacológica. No uso forrageiro, sobretudo no semiárido, sua composição nutricional adequada viabiliza a alimentação de ruminantes e a produção de feno, garantindo a sobrevivência animal em períodos de escassez (Nunes *et al.*, 2016; Belo *et al.*, 2020). Sob a perspectiva agronômica e ecológica, a espécie apresenta elevado potencial econômico como adubo verde (Linhares, 2021; Ferreira *et al.*, 2022; Batista *et al.*, 2025). Adicionalmente, o óleo extraído de suas sementes apresenta características promissoras para a produção de biocombustíveis (Azam; Waris; Nahar, 2010). No escopo medicinal, estudos recentes identificaram fitoesteróis com propriedades antioxidantes, anticancerígenas, anti-inflamatórias, hipocolesterolêmicas e antidiabéticas (Joshi *et al.*, 2024).

A espécie *C. umbellata* possui relevante potencial medicinal, apresentando ampla atividade antibacteriana e potencial efeito analgésico (Rivera *et al.*, 2015; Mangayarkarasi; Hari Sankerji; Sardar Khan, 2023). Adicionalmente, a análise fitoquímica de suas sementes revelou a presença de compostos de elevado interesse farmacológico, incluindo alcaloides, triterpenos, esteroides, mucilagens, saponinas, carboidratos redutores e compostos fenólicos (Julia *et al.*, 2020; Mangayarkarasi; Hari sankerji; Sardar Khan, 2023).

Paralelamente, as plantas pertencentes ao gênero *Jacquemontia* possuem potencial medicinal etnobotânico devidamente validado junto a comunidades extrativistas, nas quais suas folhas são aplicadas sob a forma de decocção e chás para o manejo de disfunções do aparelho respiratório e afecções diversas (Costa *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a elevada relevância ecológica, econômica e sociocultural das espécies de Convolvulaceae amostradas na Serra do Rosa, em Quirinópolis, município inserido no Cerrado goiano. Diversas espécies registradas apresentam múltiplos potenciais de uso, incluindo aplicações medicinais, ornamentais, forrageiras, ecológicas e econômicas, demonstrando a importância de

Realização
Parceiros
Apoio

Convolvulaceae tanto para a manutenção da biodiversidade quanto para futuras pesquisas. Por outro lado, as espécies não mencionadas ainda carecem de estudos que evidenciem seus potenciais de uso, configurando uma importante lacuna científica a ser preenchida por futuras investigações, especialmente considerando que diversas espécies da família já apresentam aplicações promissoras em diferentes áreas.

AGRADECIMENTOS: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Referências

AZAM, M. M.; WARIS, A.; NAHAR, N. M. Suitability of Some Wildly Grown Seed Oils for Use as Biodiesel. **Energy Sources Part A-Recovery Utilization and Environmental Effects**, v. 32, n. 7, p. 657-664, 2010.

BATISTA, M. A. V.; NETO, F. B.; SILVA, M. L.; AMBRÓSIO, M. M. Q.; CUNHA, J. L. X. L. Soil-plant attributes and beet production influenced by fertilization with species of Brazilian Caatinga. **Acta Scientiarum-Agronomy**, v. 47, e69665, 2025.

BELO, D. P.; NEPOMUCENO, S. C.; LOURENÇO, J. A. A. M.; BURIL, M. T. Convolvulaceae de Pernambuco, Brasil I: *Camonea*, *Daustinia*, *Distimake* e *Operculina*. **Rodriguésia,** Rio de Janeiro, v. 71, e01782018, 2020.

COSTA, T. R.; SILVA, L. A.; FERREIRA, M. S.; DIAS GONZAGA, A. P. Espécies de uso múltiplo utilizadas pela população em uma área do Cerrado mineiro: diversidade e valoração de conhecimento. **Heringeriana**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 81-106, 2020.

FERREIRA, R. C.; NETO, F. B.; DE LIMA, J. S. S.; DOS SANTOS, E. C.; GUERRA, N. M.; FREITAS, I. A. D. Biomass use of *Merremia aegyptia* and *Calotropis procera* in coriander cultivation in semiarid environment. **Revista Caatinga**, v. 35, n. 3, p. 595-605, 2022.

FILGUEIRAS, T.S.; NOGUEIRA, P.E.; BROCHADO, A.L.; GUALA, G.R. Caminhamento - um método expedito para levantamentos florísticos qualitativos. **Caderno de Geociências**, v. 12, n. 1, p. 39-43, 1994.

FLORA E FUNGA DO BRASIL. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: http://floradobrasil.jbrj.gov.br/. Acesso em: 24 Mai 2026

FOCKINK, G. D.; BARICHELLO, H. A.; COLLARES, B. B.; GRANZOTTO, F.; SEEGER DA SILVA, P.; SCHENATO, R. B.; ESSI, L.; ROVEDDER, A. P. M. Edaphic filters determine the floristic-structural composition of grassy-woody vegetation in park grassland in Southern Brazil. **Forest Ecology and Management**, v. 601, p. 123374, fev. 2026.

JOSHI, R.; MISHRA, P.; MEENA, R.; PATNI, V. GC-MS Analysis of Bioactive Compounds in Methanolic Extracts of Stem and Seed Samples of *Distimake* spp.

International Journal of Pharmaceutical Research and Allied Sciences, v. 13, n. 1, p. 39–46, 2024.

JULIA, A.; LUIS, J.; FRANCISCO, A. C.; CARLOS, J. Estudio fotoquímico preliminar de Merremia umbellata. **Revista Archivo Médico de Camagüey**, v. 4, n. 5, 2000.

LINHARES, P. C. F. **Jitirana (*Merremia aegyptia* L. Urban)**: potencialidade de uso como espécie espontânea do semiárido na adubação verde de hortaliças. Nova Xavantina: Pantanal Editora, 2021.

MALI, K.; SALUNKHE, N.; SUTAR, S.; DIAS, R.; JADHAV, B. Analgesic and anti-inflammatory activity of ethanolic extract of *Ipomoea hederifolia* Linn. **Fabad Journal of Pharmaceutical Sciences**, Ankara, v. 51, n. 1, p. 67-88, 2026.

MANGAYARKARASI, V; HARI SANKERJI, M; SARDAR KHAN, S. Preliminary phytochemical, antibacterial and pharmacological screening of the whole plant of Merremia umbellata. **World Journal of Biology Pharmacy and Health Sciences**, v. 13, n. 2, p. 163–172, 28 fev. 2023.

MARINHO, A. M.; COSTA, S. L.; BURIL, M. T. The genus *Ipomoea* (Convolvulaceae) in the state of Rio Grande do Norte, Brazil. **Rodriguésia**, v. 74, e01042021, 2023.

MEIRA, M.; SILVA, E. P.; DAVID, J. M.; DAVID, J. P. Review of the genus *Ipomoea*: traditional uses, chemistry and biological activities. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, Curitiba, v. 22, n. 4, p. 682-713, 2012.

NUNES, A. T.; CABRAL, D. L. V.; AMORIM, E. L. C.; DOS SANTOS, M. V. F.; ALBUQUERQUE, U. P. Plants used to feed ruminants in semi-arid Brazil: A study of nutritional composition guided by local ecological knowledge. **Journal of Arid Environments**, v. 135, p. 96-103, 2016.

RIVERA, D. E.; OCAMPO, Y. C.; CASTRO, J. P.; CARO, D.; FRANCO, L. A. Antibacterial activity of *Physalis angulata* L., *Merremia umbellata* L., and *Cryptostegia grandiflora* Roxb. Ex R.Br. - medicinal plants of the Colombian Northern Coast. **Oriental Pharmacy and Experimental Medicine**, v. 15, n. 1, p. 95–102, 7 jan. 2015.

SANAP, A. R. Pharmacological Potential and Phytochemical Constituents of *Evolvulus sericeus*: A Comprehensive Review. **Medical and Pharmaceutical Journal**, v. 3, n. 1, 2026.

SANTOS, D.; BURIL, M. T. O gênero *Evolvulus* (Convolvulaceae) no estado de Pernambuco, Brasil. **Rodriguésia**, v. 71, e02432018, p. 1–30, 2020.

SILVA, M. F. F.; SECCO, R. S.; LOBO, M. G. A. Aspectos ecológicos da vegetação rupestre da Serra dos Carajás, Estado do Pará, Brasil. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 26, n. 1-2, p. 17-44, 1996.

TROPICOS.ORG. Missouri Botanical Garden. Disponível em: https://tropicos.org. Acesso em: 24 maio 2026.

DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO CÓRREGO PIRAPUTANGA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM CÁCERES (MT)

Romualdo Povroznik Junior
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
povroznikromualdo@gmail.com

Januzia Florência Batista Mulari
Universidade Estadual de Goiás – UEG
batistajanuzia7@gmail.com

Vandervilson Alves Carneiro
Universidade Estadual de Goiás – UEG
Vandervilson.carneiro@ueg.br

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Para investigar a conexão entre a população local e a paisagem do Córrego Piraputanga, em Cáceres (MT), utilizou-se a metodologia qualitativa fundamentada em observação participante e entrevistas semiestruturadas. O levantamento de dados ocorreu entre os dias 30 de junho e 3 de julho de 2025 em três localidades vinculadas à Associação dos Produtores Rurais da Região da Piraputanga (APROPIRA). Os dados empíricos revelaram as dinâmicas cotidianas e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico da comunidade. O referencial teórico associado validou o turismo rural sustentável como via para o progresso dos pequenos produtores e o bem-estar comunitário. Os procedimentos de campo integraram o mapeamento de coordenadas geográficas, documentação fotográfica da paisagem e transcrição das narrativas dos moradores.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A região do Córrego Piraputanga, em Cáceres (MT), inserida na área da Associação dos Produtores Rurais do Rio Piraputanga (APROPIRA), apresenta grande relevância socioambiental. A comunidade local, composta por agricultores familiares, sitiantes, chacareiros e pequenos empreendedores do turismo, busca apoio institucional para promover o desenvolvimento local aliado à sustentabilidade.

O relevo de vales e serras estrutura a paisagem e fortalece o vínculo de identidade dos moradores com o local, aspecto perceptível em suas narrativas e histórico de vivências. Essa interação entre sociedade e natureza converge com a perspectiva de Conti (2021), que aponta que a vida humana se manifesta associada às características do relevo terrestre.

Historicamente, a ocupação da região remonta a 1772, conforme os registros de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (Amado, 2014). Nesse contexto histórico e geográfico, a atuação dos produtores rurais é o elemento central para transformar o potencial socioeconômico regional em realidade tangível.

Realização
Parceiros
Apoio

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este estudo, em formato de resumo expandido, originou-se na disciplina de Tópicos Especiais em Dinâmica Espacial do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT (realizada de 30/06 a 03/07/2025). A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e em uma aula de campo (03/07/2025) coordenada pelos professores Rita Maria de Paula Garcia e Bruno de Souza Lima, na qual foram selecionados os três primeiros pontos de visita de um total de seis.

A área de estudo abrange a bacia hidrográfica do Córrego Piraputanga, em Cáceres (MT), inserida na Bacia do Alto Paraguai e no Pantanal de Cáceres, com destaque para a sua nascente mais a oeste. A paisagem de serras e vales apresenta expressiva riqueza visual e sonora típica do Cerrado no período de seca. O deslocamento entre os pontos ocorreu via veículo motorizado, e a coleta de dados envolveu caminhadas de observação, registros em caderneta de campo e captação de imagens (celular, câmera e drone), mediante autorização formal de uso de imagem dos entrevistados.

Os locais visitados e suas coordenadas geográficas são: 1. Ponta do Morro: 16° 8'11.07"S e 57°32'14.10"O; 2. Chácara da Senhora Lua: 16° 5'47.82"S e 57°32'19.50"O e 3. Sede da Associação dos Produtores do Piraputanga: 16° 5'32.89"S e 57°32'34.56"O.

A primeira visita ocorreu no Balneário Ponta do Morro, propriedade familiar mantida desde a década de 1990. O local destaca-se pela conservação ambiental e pelo potencial voltado ao turismo ecológico, evidenciando o forte vínculo afetivo do proprietário com a terra herdada.

O segundo ponto foi uma chácara focada na criação de animais de pequeno porte para equoterapia. Essa prática terapêutica é essencial para o desenvolvimento motor, cognitivo e comportamental de pessoas com deficiência, promovendo melhorias significativas na qualidade de vida de crianças com necessidades especiais, em consonância com Bianchetti (2010).

A terceira etapa contemplou a sede da Associação dos Produtores do Piraputanga, em diálogos com a presidência e um dos associados pioneiros (nascido em 1940). A gestão atual apresentou o histórico da associação e a meta de estruturar o turismo rural como fonte de renda sustentável, destacando eventos planejados para 2025, como a cavalgada (20 de julho) e a caminhada/procissão (3 de agosto). O relato do associado pioneiro reafirmou a identidade e a dedicação dos pequenos produtores na busca pela valorização do trabalho na terra.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

O fortalecimento do turismo rural na bacia do Córrego Piraputanga atua como um vetor de salvaguarda cultural, promovendo a transmissão intergeracional das tradições locais. A devoção a São Benedito - padroeiro da capela planejada para a sede da associação - transcende o aspecto religioso, constituindo um símbolo de resistência cultural e de identidade coletiva.

Os dados empíricos e as narrativas orais colhidos em campo materializam a produção de um território legitimado pela ação política da associação de moradores. Essa dinâmica evidencia que a construção do espaço geográfico está diretamente vinculada à formação de uma consciência de classe e de lugar. Desse modo, o retorno social da pesquisa científica e da cooperação acadêmica funciona como catalisador para a ativação de territorialidades latentes. Esse processo estimula a participação popular, a mobilização social e o fortalecimento de práticas de autogestão frente aos desafios do desenvolvimento regional.

Realização
Parceiros
Apoio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideradas as discussões apresentadas, a pesquisa na bacia do Córrego Piraputanga, em Cáceres (MT), evidenciou o nexo indissociável entre a comunidade local e a paisagem, além de mapear o expressivo potencial para o turismo rural sustentável. As incursões de campo e a análise das narrativas dos produtores rurais explicitaram não apenas a indissociabilidade entre os patrimônios cultural e natural da área, mas também as demandas comunitárias por justiça social e conservação ambiental. A atuação articulada da Associação dos Produtores Rurais da Região da Piraputanga (APROPIRA) na governança do ecoturismo e no fomento a práticas terapêuticas como a equoterapia reflete o compromisso local com a inovação social e o bem-estar coletivo. Portanto, a salvaguarda da memória oral e o planejamento territorial integrado constituem eixos estratégicos para converter a região em uma referência de desenvolvimento que concilie sustentabilidade ecológica, emancipação cultural e reprodução socioeconômica da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso, 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014.

BIANCHETTI, Renata. **A contribuição da equoterapia para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais**. 2010. Monografia (Especialização em Terapia Ocupacional) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br. Acesso em: 6 jul. 2025.

CONTI, Camila. De montes e montanhas à paisagem – reflexões sobre sua abordagem estética. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, São Paulo, v. 32, n. 48, e181222, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/181222. Acesso em: 4 jul. 2025.

Realização
Parceiros
Apoio

O CÓRREGO VOADEIRA EM BARRA DO GARÇAS / MT - UMA ABORDAGEM OS ELEMENTOS DE GEODIVERSIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES PAISAGÍSTICAS

Januzia Florência Batista Mulari
batistajanuzia7@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Vandervilson Alves Carneiro
vandervilson.carneiro@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A compreensão da superfície da Terra e das mudanças causadas pela atividade humana requer uma análise que una elementos naturais e sociais. Neste sentido, a geodiversidade é um conceito importante, representando a diversidade de ambientes geológicos, geomorfológicos, hidrológicos e de solos que formam o suporte para a vida. Ela não é apenas o espaço onde a biodiversidade cresce, mas também um fator que influencia as possibilidades e restrições do uso do território (Gray, 2004; Brilha, 2005; Carneiro, 2022; 2024).

A paisagem é um sistema complexo e dinâmico, resultado da interação entre processos naturais e a ação humana ao longo do tempo. Nas cidades, essa interação é muito forte e molda a paisagem por meio de fluxos socioeconômicos que, em muitas situações, ignoram as características do meio físico. Assim, a paisagem urbana mostra o estágio de uma evolução histórica, onde elementos naturais foram substituídos por construções artificiais (Baldin, 2021; Chier, 2003).

O córrego urbano, como o Córrego Voadeira, é um elemento importante da geodiversidade local. Ele não serve apenas como um canal de drenagem, mas como um corredor ecológico essencial para a regulação térmica e transporte de sedimentos. Contudo, a sua presença nas cidades muitas vezes causa grandes mudanças ambientais, como a impermeabilização do solo, a retilinilização/retificação de canais fluviais e a remoção da vegetação ao redor (Povroznik Junior; Carneiro, 2023; Povroznik Junior, 2024). As modificações nos sistemas fluviais causam problemas como inundações, perda de qualidade da água e degradação do patrimônio natural. Estudar essas mudanças em córregos urbanos é importante para criar cidades mais resilientes. Integrar esses temas ajuda a entender os danos da urbanização e a formular estratégias para recuperar e cuidar dos sistemas naturais que ainda existem (Baptista; Menezes, 2022; Carneiro et al., 2026).

A justificativa do projeto destaca a importância da Geodiversidade, que é essencial para a biodiversidade. O Córrego Voadeira em Barra do Garças/MT foi escolhido como foco do estudo por sua relevância e vulnerabilidade, devido a dois fatores principais: a pressão antrópica no meio urbano, onde o córrego sofre impactos e mudanças naturais, servindo como um laboratório para estudar a interação entre sociedade e meio físico; e o potencial para geoconservação e desenvolvimento local, que envolve aspectos culturais e turísticos, e a necessidade de estudar o patrimônio hídrico com estratégias de geoconservação e geoturismo.

A pergunta central do projeto é: “Quais os elementos abióticos e as transformações paisagísticas?”. Ela guia a investigação no Córrego Voadeira, onde os elementos de geodiversidade são evidenciados no córrego, enquanto as transformações paisagísticas analisam as mudanças causadas pela urbanização.

O objetivo geral é levantar os elementos da Geodiversidade e analisar as transformações paisagísticas ao longo do Córrego Voadeira em Barra do Garças/MT. Os objetivos específicos incluem: 1. inventariar os elementos de geodiversidade; 2.

Realização
Parceiros
Apoio

identificar os potenciais de uso do córrego; 3. diagnosticar as mudanças paisagísticas no córrego e 4. propor ações de geoconservação.

METODOLOGIA

A metodologia não é apenas um conjunto de técnicas, mas a aplicação dos conceitos de Geodiversidade (Gray, 2004; Brilha, 2005; Carneiro, 2022; 2024) e de Paisagem (Baldin, 2021; Chier, 2003). O referencial teórico exige que a metodologia capture tanto o dado abiótico quanto o dado de percepção humana e as transformações históricas/paisagísticas ao longo do Córrego Voadeira. Ela se divide em procedimentos técnicos, sensoriais e documentais: 1. procedimentos técnicos e espaciais: Garimpar material cartográfico já produzido e mapear/produzir dados cartográficos a respeito dos elementos abióticos junto ao curso d´água em investigação; 2. procedimentos de análise da antropização ao longo do curso d'água: Enfatizando o olhar detalhado sobre a vulnerabilidade; registro da paisagem via registros fotográficos e observação direta com apontamentos em caderno de campo e o apanhado documental que permite destacar as mudanças ao longo do córrego pesquisado; 3. procedimentos documentais e sociais: Cruzamento de dados multidimensionais (artigos, livros, notícias jornalísticas e documentos administrativos) que permitem validar os dados de campo com a literatura científica, identificar o sentimento de pertencimento da sociedade e propor possíveis roteiros em Geoeducação, Geoturismo e Geoconservação para uso da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto analisa a geodiversidade, que inclui rochas, minerais, fósseis, solos, relevos e águas, fundamentais para a biodiversidade e o desenvolvimento humano. A paisagem é vista como um sistema dinâmico, influenciado por processos naturais e pela ação humana, especialmente nas cidades. O Córrego Voadeira é um elemento importante da geodiversidade local, funcionando como drenagem e corredor ecológico. Porém, em incursões no 1º e 2º semestres de 2025, principalmente na área urbana, presenciou-se mudanças ambientais, como impermeabilização do solo, trechos com canalização, remoção de vegetação, cicatrizes erosivas e acúmulo de resíduos sólidos de suas margens e leito. O cenário em questão leva a problemas como inundações, baixa qualidade da água, degradação do patrimônio natural e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo geral e nos objetivos específicos, espera-se fornecer um diagnóstico abrangente da geodiversidade e das transformações paisagísticas no Córrego Voadeira, culminando na proposição de ações que contribuam para a sua geoconservação e uso sustentável.

Referências

BALDIN, R. Sobre o conceito de paisagem geográfica. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, v. 32, n. 47, e180223, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/pt_BR/article/view/180223/171959. Acesso em: 24 ago. 2025.

BAPTISTA, M. V.; MENEZES, D. B. Nascentes urbanas e geodiversidade: resgate histórico da transformação da paisagem e estudo de materiais hidromórficos no município de São Carlos (SP). **Holos Environment**, Rio Claro, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2022. Disponível em: https://www.cea-unesp.org.br/holos/article/view/12471. Acesso em: 09 fev. 2026.

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação:** a conservação da natureza da sua vertente geológica. Lisboa: Palimage, 2005.

CARNEIRO, V. A.; MULARI, J. F. B.; SILVA, G. M.; GRACELLI JÚNIOR, G. Pressão urbana e alterações ambientais no córrego da Onça em Goiânia / GO - Brasil. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 15, p. 01-28, 2026. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/17622. Acesso em: 07 fev. 2026.

CARNEIRO, V. A. (org.). **Geodiversidade -** cenários e caminhos no Brasil. Cidade de Goiás: Grupo de Estudos em Geodiversidade, 2024.

CARNEIRO, V. A. (org.). **Geodiversidade -** envolvências e experiências. Anápolis: SAMA, 2022.

GRAY, M. **Geodiversity:** valuing and conserving abiotic nature. London: John Wiley & Sons, 2004.

POVROZNIK JUNIOR, R. **Pinceladas de geo-história e as potencialidades geoturísticas do Parque Estadual da Serra Azul em Barra do Garças - MT**. 2024. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2024.

POVROZNIK JUNIOR, R.; CARNEIRO, V. A. Córrego Voadeira no Parque Estadual Serra Azul em Barra do Garças (MT) - um passeio pela geodiversidade na trilha das cachoeiras. *In*: ENCOB - Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, XXV, Natal, 2023. ***Anais...*** Natal: ENCOB, 2023. 6 p. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/encob2023/664073-corrego-voadeira-no-parque-estadual-serra-azul-em-barra-do-garcas-(mt)---um-passeio-pela-geodiversidade-na-trilha. Acesso em: 19 dez. 2025.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/issue/view/356. Acesso em: 09 fev. 2026.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS: UM ESTUDO PROSPECTIVO SOBRE O RIBEIRÃO SOZINHA NO CONTEXTO DAS AÇÕES ANTRÓPICAS NO CERRADO

Ellen Rízia Oliveira Lino
rizia.ellen@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás - (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO
Lázaro Ignacio da Silva Costa
lazarois.costa@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás- (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO
Amom Chrystian de Oliveira Teixeira
amom.teixeira@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás- (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO

INTRODUÇÃO

O Cerrado ocupa uma posição de destaque no território brasileiro, sendo reconhecido como o segundo maior bioma do país e um dos mais ricos em biodiversidade. Sua estrutura ecológica desempenha papel fundamental na manutenção dos recursos hídricos nacionais, abrigando as cabeceiras e nascentes que alimentam oito das doze grandes regiões hidrográficas brasileiras. De acordo com Bandeira e Campos (2022), esse bioma é estrategicamente conhecido como a "caixa d'água do Brasil", contribuindo para o abastecimento de aquíferos subterrâneos e para a manutenção da vazão de rios essenciais à geração de energia, ao abastecimento hídrico, à irrigação agrícola, ao consumo humano e animal, à manutenção da biodiversidade aquática, ao transporte de nutrientes, à pesca, ao equilíbrio climático regional e ao desenvolvimento da economia nacional.

Contudo, a integridade desse ecossistema enfrenta sérias ameaças devido à perda de biodiversidade e ao desmatamento acelerado por ações antrópicas (KLINK; MACHADO, 2005). Nesse cenário de pressões, o presente estudo focaliza a análise do Ribeirão Sozinha, curso hídrico de significativa importância local inserido na bacia do Rio Meia Ponte, em Goiás. Conforme descreve Meister (2017), a degradação de nascentes está intrinsecamente ligada ao crescimento populacional e à ocupação desordenada, o que compromete a manutenção do fluxo hídrico.

Segundo Rosalem et al. (2017), a manutenção da umidade do solo no Cerrado depende da camada de serrapilheira, cuja produção auxilia na proteção edáfica nos meses de déficit hídrico. Para Barcelos e Maruschi (2017), a supressão da vegetação nativa acelera os processos de erosão hídrica e a produção de sedimentos, alterando a dinâmica natural das bacias. Segundo Sano et al. (2008), o manejo adequado e a gestão de bacias são cruciais para mitigar conflitos entre usuários e prevenir o assoreamento. Nesse contexto, diante da vulnerabilidade do Cerrado, o monitoramento contínuo das bacias hidrográficas é tarefa essencial para a conservação dos recursos naturais (BRASIL, 2020).

O presente estudo trata-se de uma análise preliminar dos impactos das ações antrópicas na qualidade hídrica do Ribeirão Sozinha, com ênfase nos efeitos das atividades urbanas e agropecuárias, tendo por premissa que o uso intensivo do solo, a degradação da mata ciliar e o crescimento populacional desordenados estão diretamente correlacionados à redução da qualidade da água e à instabilidade ecossistêmica regional.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste trabalho caracteriza-se como um estudo prospectivo de natureza exploratória, descritiva e qualitativa, assumindo um caráter preliminar. A área de estudo compreende a sub-bacia do Ribeirão Sozinha, abrangendo os territórios municipais de Senador Canedo, Bonfinópolis, Leopoldo de Bulhões e Goianápolis (GO).

O procedimento estruturou-se em duas etapas principais:

1. Pesquisa Bibliográfica da Área: Realizou-se o levantamento de referenciais teóricos e relatórios institucionais sobre a conservação dos recursos naturais no bioma (BRASIL, 2020) e as pressões hídricas decorrentes da ocupação regional (LIMA, 2011), fornecendo a base conceitual para o diagnóstico da bacia.

2. Análise Visual e Macroscópica de Campo: Foram realizadas incursões preliminares para avaliar o estado de conservação das nascentes e das matas ciliares. Adotou-se a perspectiva da análise macroscópica (MEISTER, 2017) para identificar visualmente passivos ambientais nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). Os impactos observados como supressão vegetal, processos erosivos, assoreamento e descarte de resíduos foram interpretados em consonância com estudos de vulnerabilidade do solo (BARCELOS; MARUSCHI, 2017), conectando os danos à necessidade de manejo sustentável (SANO et al., 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise preliminar dos dados e os trabalhos de campo indicam a supressão e a ocupação das margens dos córregos e nascentes nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). Conforme Barcelos e Maruschi (2017), tais intervenções resultam em maior exposição e vulnerabilização do solo frente ao impacto direto das chuvas sazonais, o que pode ocasionar erosão, aumento do aporte de sedimentos e assoreamento do leito do ribeirão.

Isso é corroborado pelos resultados e trabalhos de campo, que evidenciaram: a) indícios de processos erosivos acentuados nos trechos onde a mata ciliar foi suprimida; e b) registros de assoreamento e redução da vazão do corpo hídrico. Constata-se que as áreas de cabeceira do Ribeirão Sozinha apresentam baixa capacidade de suporte frente à expansão urbana desordenada.

Além desses problemas, também há registros de poluição hídrica por efluentes domésticos e resíduos sólidos, atribuídos, nas projeções de Lima (2011), ao crescimento populacional na região do Meia Ponte.

Por fim, os resultados sugerem que a prática da agricultura irrigada, sem o manejo adequado, amplia os conflitos pelo uso da água na bacia. De acordo com Sano et al. (2008), a identificação desses impactos é o primeiro passo para subsidiar o manejo sustentável do agronegócio e a proteção da biodiversidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que o uso e a ocupação do território goiano interferem diretamente na sustentabilidade do Ribeirão Sozinha. Segundo Lima (2011), embora a situação geral dos recursos hídricos no bioma seja relativamente estável, os conflitos sazonais em áreas de ocupação intensa já constituem uma realidade preocupante. Conforme Bandeira e Campos (2022), a ampliação do conhecimento sobre processos hidrológicos é necessária para prever impactos no abastecimento público.

Realização
Parceiros
Apoio

A gestão hídrica eficiente depende da conscientização sobre a importância vital da água e do fortalecimento do monitoramento contínuo das bacias (BRASIL, 2020). O conhecimento técnico das fitofisionomias e dos recursos naturais constitui a base para modelos de desenvolvimento sustentável. Neste caso, a continuidade da pesquisa pode fornecer subsídios para assegurar o equilíbrio ecológico e a continuidade da disponibilidade hídrica para as futuras gerações do estado de Goiás. A análise em execução reforça que a educação ambiental atua como instrumento indispensável para a social na preservação local (JACOBI; BESERRA, 2016).

Referências

BANDEIRA, M. N.; CAMPOS, F. Bioma Cerrado: relevância no cenário hídrico brasileiro. **CIPEEX**, v. 2, p. 399–409, 2022.

BARCELOS, A. C.; MARUSCHI, V. O. Monitoramento de erosão hídrica em ambiente de Cerrado, Uberlândia - MG. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Monitoramento do Cerrado e conservação dos recursos naturais**. Brasília: MMA, 2020.

JACOBI, P.; BESERRA, T. Educação ambiental, governança e participação social na gestão das águas. **Revista USP**, n. 108, p. 33–46, 2016.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. Conservation of the Brazilian Cerrado. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 707–713, 2005.

LIMA, J. E. F. W. Situação e perspectivas sobre as águas do cerrado. **Ciência e Cultura**, v. 63, n. 3, 2011.

MEISTER, S. G. **A degradação de nascentes e a crise hídrica do cerrado**. Monografia (Especialização em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

ROSALEM, L. M. P. et al. A produção de serrapilheira no cerrado e sua relação temporal com o balanço hídrico climatológico. **Águas Subterrâneas**, 2017.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (Eds.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. v. 1.

Realização
Parceiros
Apoio

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DO CERRADO: EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE ITAUÇU-GO COM FOCO NO RIO MEIA PONTE

Ana Paula Cândido Martins de Alquimim,

anabiologa0408@gmail.com; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itauçu/GO

Raíssa Santos José

estoriasencantadas@gmail.com; Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá;

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As ações de educação ambiental desenvolvidas no município de Itauçu nasceram da necessidade de aproximar a população das questões ambientais que fazem parte da realidade local. No dia a dia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, era comum observar situações relacionadas ao descarte irregular de lixo, queimadas em períodos de seca, desperdício de água e pouca valorização do Cerrado e dos recursos naturais presentes no território itauçuense.

Diante dessa realidade, começaram a ser desenvolvidas atividades educativas nas escolas, em espaços públicos e também durante ações comunitárias. A intenção sempre foi trabalhar a educação ambiental de forma simples, acessível e próxima da vivência dos sujeitos. Não apenas levando informações técnicas, mas promovendo conversa, participação e troca de experiências, valorizando saberes.

Grande parte das ações aconteceu dentro das escolas municipais e estadual. Durante palestras e rodas de conversa, muitos alunos demonstravam curiosidade sobre temas ambientais que até então pareciam distantes de suas rotinas. Em algumas atividades, as crianças faziam perguntas simples, porém, importantes, sobre queimadas, poluição da água, descarte do lixo e os animais do Cerrado.

Um dos momentos mais marcantes aconteceu durante a apresentação de uma exposição com animais empalhados do Cerrado para os alunos do município. A reação dos estudantes chamou bastante atenção. Muitas crianças nunca tinham visto alguns daqueles animais de perto e algumas nem conheciam determinadas espécies que fazem parte da fauna da própria região. Durante a exposição, os alunos observavam os animais com curiosidade, faziam perguntas e compartilhavam histórias que ouviam dos familiares sobre animais silvestres encontrados em áreas rurais e próximas da cidade.

A exposição acabou se tornando mais do que uma atividade educativa. Foi um momento de conscientização e aproximação dos alunos com a realidade ambiental do Cerrado. Em vários momentos, era possível perceber o interesse e até o encanto das crianças ao conhecer espécies que antes existiam apenas em livros, imagens ou comentários dos adultos.

Além das palestras e exposições, também foram realizadas ações de arborização e plantio de mudas. Uma dessas atividades aconteceu às margens do Rio Meia Ponte, envolvendo alunos da Escola Municipal Visão do Futuro Professora Iracema Netto José e estudantes do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás - Itauçu.

Durante o plantio, os alunos participaram diretamente das atividades, ajudando no preparo da terra, no plantio das mudas e nas orientações sobre preservação ambiental. Muitos estudantes comentavam que nunca haviam participado de uma ação parecida. Outros perguntavam quanto tempo as árvores levariam para crescer e qual seria a importância daquele plantio para o rio e para a cidade.

Ao longo da atividade, foram trabalhados assuntos relacionados à preservação das margens do Rio Meia Ponte, proteção das nascentes, redução do assoreamento e importância das árvores para manutenção da qualidade da água e equilíbrio ambiental. Mesmo sendo uma ação simples, foi possível perceber o envolvimento dos alunos e o interesse em participar daquele momento de forma prática.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

O município de Itauçu está localizado no estado de Goiás, bioma Cerrado, possuindo ligação direta com a bacia hidrográfica do Rio Meia Ponte. Apesar de ser um município pequeno, enfrenta desafios ambientais que fazem parte da realidade de muitas cidades, principalmente relacionados às queimadas, descarte inadequado de resíduos e necessidade de preservação das áreas naturais.

As ações envolveram diretamente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, escolas municipais e estadual, professores, estudantes, servidores públicos e moradores da comunidade detentores dos saberes. Em vários momentos também houve participação de parceiros e colaboradores que contribuíram para realização das atividades.

A participação dos alunos teve papel muito importante durante todo o desenvolvimento das ações. Em muitas situações, os estudantes levavam para casa os assuntos discutidos nas palestras e atividades ambientais. Alguns comentavam com os pais sobre separação do lixo,

Realização
Parceiros
Apoio

economia de água, preservação das árvores e proteção dos animais. Pequenas atitudes, mas que demonstravam que o conteúdo trabalhado estava chegando também até as famílias.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As experiências foram sendo construídas aos poucos, dentro da rotina da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da realidade do município. As ações educativas incluíram palestras, campanhas de conscientização, rodas de conversa, exposições ambientais, distribuição de materiais informativos e atividades práticas relacionadas à preservação ambiental.

Entre os temas mais trabalhados estiveram coleta seletiva, descarte correto dos resíduos sólidos, preservação da água, queimadas, arborização urbana, proteção das abelhas e valorização do Cerrado. Em muitos encontros, os próprios alunos compartilhavam situações vividas no bairro ou na zona rural, principalmente relacionadas às queimadas e descarte de lixo em locais inadequados.

As ações relacionadas ao Rio Meia Ponte tiveram papel importante durante o desenvolvimento das atividades. Isso porque o rio faz parte da realidade do município, onde localiza a nascente, e permitindo trabalhar de forma mais próxima a importância da preservação das águas e das áreas naturais. Durante algumas conversas nas escolas, muitos estudantes relataram que nunca tinham pensado que o lixo descartado nas ruas poderia chegar até os córregos e rios.

Outro ponto importante foi mostrar que a preservação ambiental não depende somente do poder público. Pequenas atitudes do dia a dia também fazem diferença. Muitas vezes, durante as palestras, os próprios alunos começavam a relacionar o conteúdo com situações vividas dentro da própria casa ou da comunidade.

Mesmo diante das limitações estruturais e da falta de recursos enfrentadas por municípios pequenos, as atividades continuaram sendo realizadas com o objetivo de fortalecer a educação ambiental e aproximar a população das questões ambientais do município.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Ao longo das experiências desenvolvidas, foi possível perceber que a educação ambiental produz resultados importantes quando acontece de forma contínua e próxima da realidade das pessoas. Mesmo em atividades simples, os alunos demonstravam interesse, curiosidade e participação.

Realização
Parceiros
Apoio

Um dos maiores desafios encontrados foi justamente desenvolver ações ambientais com poucos recursos disponíveis. Muitas vezes foi necessário adaptar materiais, reorganizar atividades e buscar apoio para conseguir realizar algumas ações. Ainda assim, os resultados obtidos durante as atividades mostraram que pequenas iniciativas conseguem gerar reflexões importantes.

Também foi possível perceber que muitos alunos passaram a observar de maneira diferente o meio ambiente ao redor deles. Em algumas ações, estudantes comentavam sobre árvores próximas de casa, animais do Cerrado e problemas relacionados ao lixo e às queimadas. São situações simples, mas que demonstram mudança de percepção e maior aproximação com as questões ambientais.

As experiências também fortaleceram a relação entre escolas, comunidade e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Aos poucos, as ações foram criando maior participação dos estudantes e ampliando o diálogo sobre preservação ambiental dentro do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências desenvolvidas em Itauçu demonstraram que a educação ambiental vai muito além de palestras ou orientações técnicas. Quando as ações acontecem de forma próxima da realidade das pessoas, os resultados aparecem de maneira mais natural e participativa.

As atividades realizadas com os alunos mostraram que experiências práticas, como exposições ambientais e ações de plantio, despertam interesse, curiosidade e maior envolvimento dos estudantes. Muitos alunos tiveram contato pela primeira vez com animais do Cerrado e também participaram diretamente de ações de preservação às margens do Rio Meia Ponte, compreendendo na prática a importância da conservação ambiental.

Mesmo com dificuldades estruturais e limitações enfrentadas pelo município, as ações desenvolvidas contribuíram para fortalecer a conscientização ambiental, aproximar a comunidade das questões ambientais locais e valorizar a importância da preservação do Cerrado e dos recursos hídricos presentes no município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Educação ambiental: princípios e práticas*. Brasília, DF: MMA, 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Cerrado: conservação e sustentabilidade*. Goiânia: SEMAD, 2022.

GUIMARÃES, Mauro. *Educação ambiental: da prática crítica à transformação social*. São Paulo: Cortez, 2004.

ITAUÇU. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Registros e ações de educação ambiental desenvolvidas no município de Itauçu-GO, 2021-2026*. Itauçu: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2026.

ENTRE A ESPERA E O CULTIVO: INSEGURANÇA TERRITORIAL NO PRÉ-ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO EM FORMOSA-GO

Letícia Souza Pereira

camaras.leticia@gmail.com, PPG-MADER, Horta Sementes em Ação

Lucieli de Fátima Corrêa

correalucieli@gmail.com, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente trabalho foi desenvolvido no pré-assentamento Dom Tomás Balduíno, durante a disciplina de Agroecologia: processos e bases científicas, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UEG). A experiência parte da trajetória de uma mulher pré-assentada, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), abordando as relações entre insegurança territorial, produção alimentar e permanência no território no contexto da luta pela terra no Cerrado.

A agroecologia possui raízes nas agriculturas de camponesas, povos e comunidades tradicionais, especialmente na América Latina. 〖^1〗 Segundo Altieri, a agroecologia ultrapassa dimensões estritamente técnicas da agricultura, envolvendo relações entre biodiversidade, conhecimentos populares, território e sustentabilidade social da produção alimentar. 〖^2〗 Nesse sentido, o trabalho dialoga com as disputas territoriais presentes no Cerrado, bioma historicamente marcado pela expansão do agronegócio, pela invisibilização de saberes tradicionais e pelas desigualdades no acesso à terra. 〖^3〗

Assim, este trabalho mostra-se relevante por apresentar a narrativa de uma mulher camponesa diante das disputas territoriais no Cerrado e dos desafios para construir práticas agroecológicas em contextos de insegurança territorial.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A experiência foi desenvolvida no pré-assentamento Dom Tomás Balduíno, localizado no município de Formosa, Goiás, no território do Cerrado, é constituído a partir de processos históricos de luta pela terra protagonizados por famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Silva, o território emerge das mobilizações do chamado Plano Corumbá, organizado após conflitos

Realização
Parceiros
Apoio

envolvendo a ocupação da Fazenda Santa Mônica, em Corumbá de Goiás, considerada improdutiva e vinculada à concentração fundiária regional. 〖^4〗

De acordo com o autor, as famílias foram deslocadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a área atual em Formosa sob a promessa de efetivação da reforma agrária e regularização definitiva das parcelas. Entretanto, o processo permaneceu marcado pela demora institucional, insegurança territorial e permanência provisória das famílias por anos no pré-assentamento. Além disso, o território insere-se em um contexto mais amplo de disputas no Cerrado brasileiro, marcado pelo avanço do agronegócio, conflitos fundiários e pressões sobre comunidades camponesas. 〖^4〗

Apesar das condições precárias de permanência, as famílias desenvolvem práticas de produção alimentar, autoconsumo, organização coletiva e diversidade produtiva, articulando estratégias cotidianas de resistência e permanência no território.

O trabalho foi construído a partir da convivência e diálogo com a pré-assentada integrante do movimento há aproximadamente onze anos, chamada Lucieli de Fátima Corrêa, cuja trajetória é marcada por deslocamentos entre acampamentos, períodos de afastamento e retorno à luta pela terra. Atualmente residente no pré-assentamento, a interlocutora vivencia os impactos da insegurança territorial sobre a produção alimentar, a criação animal e o planejamento produtivo da família, ao mesmo tempo em que mantém práticas relacionadas ao cultivo diversificado, uso de plantas medicinais e produção para autoconsumo.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência foi construída a partir de convivência no território, por 4 noites e 3 dias, observação participante e entrevista semiestruturada realizada com Lucieli de Fátima Corrêa. A narrativa compartilhada evidencia como a insegurança territorial interfere diretamente nas possibilidades de planejamento produtivo, consolidação de práticas agroecológicas e permanência no campo.

No cotidiano do pré-assentamento, as famílias organizam diferentes estratégias de produção alimentar, autoconsumo e trabalho coletivo. Entre as práticas observadas destacam-se o cultivo diversificado de alimentos, a criação animal, o uso de plantas medicinais, a produção de xaropes caseiros e a participação em atividades organizativas do movimento. Lucieli relata manter cultivos de banana, mandioca, milho, uva e plantas utilizadas para chás e preparações medicinais, além da criação de porcos alimentados parcialmente com produtos cultivados no próprio território.

A experiência também evidencia que a vida no acampamento não se dissocia das dificuldades presentes na vida urbana, sendo atravessada por questões relacionadas ao trabalho, renda, adoecimento, cuidado familiar e organização cotidiana. Entretanto, essas questões são intensificadas pelas condições de permanência provisória e pela ausência de acesso definitivo à parcela, o que limita investimentos produtivos mais

permanentes, como galinheiros, estruturas de criação animal e ampliação das plantações.

Outro aspecto relevante refere-se à organização coletiva existente no território. As famílias participam de setores relacionados à alimentação, saúde, educação e finanças, compartilhando tarefas e fortalecendo estratégias comunitárias de permanência no campo. A cozinha coletiva, as reuniões e as atividades políticas aparecem como espaços centrais de convivência, trabalho e construção de vínculos comunitários.

A participação em cursos de formação e capacitação técnica também aparece como estratégia de fortalecimento da autonomia produtiva das famílias. Nesse contexto, destaca-se a realização de cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), revelando as contradições presentes nas políticas e iniciativas voltadas ao campo, ao mesmo tempo em que as famílias buscam acessar conhecimentos e recursos disponíveis para fortalecer sua produção e geração de renda.

Mesmo diante da precariedade estrutural e da longa espera pela regularização das parcelas, as famílias constroem formas cotidianas de resistência por meio da produção de alimentos, da organização coletiva e da continuidade da luta pela terra no Cerrado.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A experiência possibilitou compreender que a luta pela terra ultrapassa a dimensão do acesso físico ao território, envolvendo relações históricas de poder, dominação e exclusão social construídas no campo brasileiro. Conforme aponta João Edmilson Fabrini, os processos de territorialização estão diretamente relacionados às disputas de classe e ao domínio sobre os meios de produção, especialmente a terra. Nesse sentido, a permanência prolongada das famílias em situação provisória evidencia como a insegurança territorial impacta não apenas as condições materiais de vida, mas também as possibilidades de consolidação da produção camponesa e agroecológica. 〖^5〗

A convivência no pré-assentamento também permitiu compreender que a vida das famílias camponesas não se dissocia das dificuldades presentes nos contextos urbanos, sendo atravessada por questões relacionadas ao trabalho, adoecimento, luto, cuidado familiar e geração de renda. Entretanto, tais desafios tornam-se ainda mais complexos diante da instabilidade territorial e da ausência de acesso definitivo à parcela, produzindo condições permanentes de espera e limitação do planejamento produtivo.

Outro aprendizado construído refere-se à agroecologia enquanto projeto político vinculado à luta pela terra, à soberania alimentar e à permanência dos povos no território. Conforme discutem Balestrin, Brandenburg e Silva, a agroecologia no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ultrapassa dimensões técnicas da produção agrícola, articulando defesa do território, valorização dos saberes populares, sociobiodiversidade e produção de alimentos sem veneno. 〖^6〗

A experiência também evidenciou contradições presentes nas políticas e iniciativas direcionadas ao campo. A participação das famílias em cursos de capacitação ofertados por instituições historicamente vinculadas ao agronegócio revela tensionamentos entre

Realização
Parceiros
Apoio

diferentes projetos de agricultura presentes no território. Ainda assim, os sujeitos do campo constroem estratégias de apropriação desses espaços formativos como forma de fortalecimento produtivo e ampliação das possibilidades de permanência no território.

Por fim, a experiência contribuiu para fortalecer a compreensão do Cerrado não apenas como bioma, mas como território de vida, disputa e resistência camponesa. A narrativa compartilhada por Lucieli de Fátima Corrêa evidencia que a defesa do Cerrado também envolve a defesa das populações que historicamente produzem alimentos, constroem saberes e mantêm relações de cuidado com o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências construídas no pré-assentamento Dom Tomás Balduíno permitiram compreender que a luta pela terra envolve muito mais do que o acesso à parcela, atravessando dimensões relacionadas à permanência, ao planejamento da vida e à possibilidade de construção de futuros no território. A experiência compartilhada por Lucieli de Fátima Corrêa evidencia como a insegurança territorial produz um cotidiano marcado pela espera e pela limitação de projetos produtivos, afetando diretamente a continuidade de práticas agroecológicas e de estratégias de autonomia alimentar.

Ao mesmo tempo, a experiência demonstrou que a agroecologia se constrói no cotidiano das famílias camponesas por meio da diversidade produtiva, da circulação de saberes populares, do cuidado coletivo e da relação direta com a produção dos alimentos. Nesse sentido, a defesa do Cerrado também se relaciona à permanência das populações que historicamente constroem formas de vida vinculadas ao território.

A convivência no pré-assentamento também contribuiu para romper visões romantizadas sobre a vida no campo, evidenciando que os sujeitos camponeses seguem atravessados por questões relacionadas ao trabalho, renda, cuidado, adoecimento e instabilidades da vida cotidiana, intensificadas pelas condições de precariedade e pela longa espera da reforma agrária.

Por fim, o trabalho reforça a importância da aproximação entre universidade e movimentos sociais na construção coletiva de conhecimentos comprometidos com os territórios e com os sujeitos do campo. Como encaminhamentos futuros, destaca-se a necessidade de aprofundar discussões sobre agroecologia, soberania alimentar, insegurança territorial e permanência no campo, especialmente a partir das experiências de mulheres camponesas em contextos de reforma agrária no Cerrado. Além disso, a experiência evidencia a importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas ao acesso à terra, ao apoio à produção agroecológica e à garantia de condições dignas de permanência das famílias camponesas no território.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Dimensiones ecológicas de la agricultura campesina latinoamericana. In: BARRENO, Richard; GARGALLO, Laura (org.). Agroecología:

ciencia, práctica y movimiento para alcanzar la soberanía alimentaria. Quito: SOCLA, 2020.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre a produção de riqueza e desigualdade social. Revista Elisée, v. 9, n. 2, jul./dez. 2020.

Edson Batista da Silva SILVA, Edson Batista. Acampamento produtivo Dom Tomás Balduíno em Formosa-GO: promessas não cumpridas, camponeses(as) à contrapelo. Revista Campo-Território, v. 16, n. 40, 2021.

FABRINI, João. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, jan./jul. 2011.

BALESTRIN, Nádia Luzia; BRANDENBURG, Alfio; SILVA, Silvana Aparecida da. Revista GeoPantanal, n.º 24 • 85-98 • jan./jun. 2018.

Entre tochas e memórias: a Procissão do Fogaréu e a preservação da identidade cultural vilaboense

Renata Coelho Ferreira
renataffcoelho85@hotmail.com, PROMEP UEG

INTRODUÇÃO

A Procissão do Fogaréu, realizada anualmente na Cidade de Goiás, constitui uma das mais significativas manifestações do patrimônio cultural imaterial goiano. Marcada pela encenação da perseguição e prisão de Jesus Cristo durante a Semana Santa, a celebração reúne elementos religiosos, históricos e culturais que atravessam gerações, fortalecendo os vínculos entre memória, tradição e identidade coletiva. Como afirma De Lima (2012, p. 122), a cultura adere às paisagens e as constrói por meio das vivências e significações atribuídas pelos sujeitos. Nesse sentido, o Fogaréu configura-se como uma prática cultural que contribui para a construção e preservação da identidade vilaboense.

Do ponto de vista simbólico, a procissão ultrapassa o campo da religiosidade, constituindo-se como um espaço de encontro e reafirmação dos laços sociais. Pinheiro (2004) interpreta o ritual como expressão da dádiva, uma mediação simbólica entre o humano e o divino que fortalece o sentimento de pertencimento coletivo. Além disso, as festas tradicionais desempenham papel fundamental na construção de identidades e tradições, articulando fé, cultura popular e memória social (DE LIMA, 2012). Entre os elementos mais marcantes da celebração estão os farricocos, personagens inspirados em antigas tradições espanholas, cujos archotes acesos e vestimentas encapuzadas conferem ao cortejo uma atmosfera singular, marcada pela dramaticidade e pela força simbólica do ritual.

A Procissão do Fogaréu também revela as tensões e articulações entre tradição, patrimônio e turismo cultural. Conforme observa Pinheiro (2004), a celebração é simultaneamente uma experiência religiosa vivida pela comunidade e um patrimônio valorizado por instituições culturais e políticas públicas. De Lima (2012) ressalta que compreender a festa exige considerar não apenas sua projeção turística, mas também a maneira como ela é percebida e sentida pelos próprios moradores, que estabelecem conexões entre a manifestação, a história local e a construção de sua identidade. Dessa forma, a procissão constitui um espaço em que memória, cultura e patrimônio se entrelaçam continuamente.

Diante desse contexto, o presente estudo, intitulado "Entre tochas e memórias: a Procissão do Fogaréu e a preservação da identidade cultural vilaboense", busca compreender de que maneira essa manifestação contribui para a preservação e a ressignificação da identidade cultural da Cidade de Goiás. Parte-se do entendimento de que a recuperação da memória coletiva favorece o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural (DE LIMA, 2012), ao mesmo tempo em que possibilita a produção de novos sentidos e subjetividades sociais (PINHEIRO, 2004). Assim, pretende-se analisar como as narrativas, experiências e lembranças dos moradores participam da

Realização
Parceiros
Apoio

manutenção dessa tradição e da construção do sentimento de pertencimento à cultura vilaboense.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental sobre a Procissão do Fogaréu, realizada na Cidade de Goiás. Foram consultados artigos científicos, livros, documentos institucionais, registros históricos e produções relacionadas ao patrimônio cultural, à memória e à identidade cultural.

A pesquisa fundamenta-se nos Estudos Culturais e na Psicologia Social, buscando compreender a Procissão do Fogaréu como manifestação cultural que contribui para a preservação da memória coletiva e da identidade vilaboense. A análise concentrou-se nas contribuições teóricas de autores que discutem patrimônio imaterial, tradição, cultura, memória e pertencimento.

Os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica e documental foram organizados e interpretados de forma a identificar os principais elementos simbólicos, históricos e culturais presentes na celebração. A partir desse processo, foi possível refletir sobre a importância da Procissão do Fogaréu para a preservação da identidade cultural da Cidade de Goiás e para a valorização de seu patrimônio imaterial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a Procissão do Fogaréu ultrapassa sua dimensão religiosa, constituindo-se como um importante espaço de preservação da memória coletiva e de fortalecimento da identidade cultural vilaboense. Os estudos analisados demonstram que a celebração se consolidou ao longo do tempo como um dos principais símbolos da Cidade de Goiás, reunindo elementos históricos, culturais e afetivos que contribuem para a construção do sentimento de pertencimento da comunidade. Nesse sentido, a memória coletiva atua como elemento fundamental na manutenção da tradição, uma vez que, conforme Pollak (1992), as lembranças compartilhadas estruturam identidades e fortalecem os vínculos sociais.

Os resultados também indicam que o processo de patrimonialização da Procissão do Fogaréu desempenha papel relevante na valorização e preservação da cultura local. Silva (2011) destaca a atuação da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) na sistematização e valorização da Semana Santa, contribuindo para a consolidação da procissão como referência identitária da cidade. Da mesma forma, Carneiro (2023) aponta que a pesquisa de documentos, relatos de moradores e registros históricos realizada pela OVAT favoreceu a preservação das tradições e colaborou para a construção de uma identidade cultural fortemente associada ao evento. Tais aspectos reforçam a compreensão do patrimônio como uma construção social e política, permeada por processos de seleção, valorização e transmissão de memórias (BRITTO, 2014).

Outro aspecto recorrente nos estudos refere-se à capacidade da procissão de articular elementos materiais e imateriais da cultura. Os archotes, os trajes dos farricocos, os percursos pelas ruas históricas e as encenações da perseguição de Cristo constituem

elementos simbólicos que conectam passado e presente, transformando a memória em experiência vivida. Conforme Gonçalves (2005), o patrimônio cultural opera como mediador entre indivíduo e coletividade, permitindo que práticas, objetos e rituais se convertam em referências identitárias. Nesse sentido, a Procissão do Fogaréu configura-se como um lugar de memória (NORA, 1993), no qual valores, crenças e narrativas são continuamente atualizados e transmitidos entre gerações.

As discussões também revelam que a crescente projeção turística da procissão produz novas dinâmicas e significados para a manifestação cultural. De Lima (2012) e Carneiro (2023) observam que a inserção do Fogaréu nos circuitos turísticos ampliou sua visibilidade nacional e internacional, ao mesmo tempo em que introduziu novos valores estéticos e econômicos ao ritual. Essa transformação evidencia tensões entre preservação cultural e mercantilização do patrimônio, uma vez que a tradição passa a ser também objeto de consumo e atração turística. Entretanto, as autoras destacam que esse processo não implica necessariamente a perda de significado da festa, mas sua constante ressignificação diante das mudanças sociais e culturais.

Sob a perspectiva das representações sociais, a Procissão do Fogaréu pode ser compreendida como um espaço de produção e compartilhamento de significados coletivos. Conforme Moscovici (1984), as representações sociais permitem que grupos interpretem a realidade e construam sentidos comuns sobre suas experiências. Nesse contexto, os símbolos, rituais e narrativas presentes na procissão funcionam como mecanismos de ancoragem da memória coletiva, reafirmando valores culturais e fortalecendo a identidade local. Assim, a celebração não apenas rememora um acontecimento religioso, mas produz formas de reconhecimento social que permitem aos sujeitos reafirmarem sua pertença à comunidade.

Por fim, os estudos analisados convergem para a compreensão de que a Procissão do Fogaréu constitui um patrimônio cultural vivo, marcado por permanências e transformações. Sua relevância não se limita à preservação de uma tradição religiosa, mas envolve a produção contínua de memórias, identidades e representações sociais. Dessa forma, a procissão mantém-se como um importante espaço de mediação entre passado e presente, contribuindo para a valorização da cultura local e para a preservação da identidade cultural vilaboense em um contexto de constantes mudanças sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Procissão do Fogaréu permite compreender que essa manifestação ultrapassa o âmbito religioso, constituindo-se como um importante patrimônio cultural imaterial e um espaço de produção e preservação da memória coletiva. A celebração desempenha papel fundamental na construção e reafirmação da identidade cultural vilaboense, ao manter vivas tradições, narrativas e práticas que conectam diferentes gerações à história da Cidade de Goiás.

Os estudos analisados evidenciam que a memória, o patrimônio e a identidade são elementos indissociáveis, constantemente reconstruídos por meio das experiências, representações e práticas sociais da comunidade. Nesse contexto, a Procissão do Fogaréu configura-se como um lugar de memória, onde valores culturais, religiosos e históricos

são compartilhados e ressignificados, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a continuidade das tradições locais.

Observa-se ainda que o processo de patrimonialização e a ampliação da visibilidade turística da procissão introduzem novas dinâmicas à manifestação, gerando tensões entre preservação cultural, valorização econômica e transformação social. Contudo, tais mudanças não anulam sua relevância simbólica; ao contrário, demonstram a capacidade da festa de adaptar-se às demandas contemporâneas sem perder sua função como referência identitária da comunidade.

Conclui-se, portanto, que a Procissão do Fogaréu permanece como um importante mediador entre passado e presente, contribuindo para a preservação da cultura local e para a manutenção da identidade cultural vilaboense. Ao articular memória, patrimônio e pertencimento, a celebração reafirma seu papel como expressão viva da história e das tradições da Cidade de Goiás, evidenciando a importância das manifestações culturais na construção e continuidade das identidades coletivas.

REFERÊNCIAS

BRITTO, C. C. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. ***Diálogos***, Maringá, v. 18, n. 3, p. 975-1004, set./dez. 2014. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914/pdf. Acesso em: 5 jun. 2026.

CARNEIRO, Keley Cristina. Consagração dos monumentos e das tradições na Cidade de Goiás: viva seu passado!! Viva seu patrimônio cultural!!. ***Revista Eletrônica Interdisciplinar***, Barra do Garças, MT, v. 15, n. 2, p. 257-268, 2023.

DE LIMA, Luana Nunes Martins. A procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás: identidade, cultura e território: o turismo e as novas tendências. ***Boletim Goiano de Geografia***, Goiânia, v. 32, n. 1, p. 121-133, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. ***Horizontes Antropológicos***, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/. Acesso em: 5 jun. 2026.

MOSCOVICI, Serge. Sobre representações sociais. In: SANTOS, Edvanderson Ramalho dos (Org.). ***Sobre representações sociais***. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985. p. 1-14. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387024334_SOBRE_REPRESENTACOES_SOCIAIS. Acesso em: 20 out. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. ***Projeto História***, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/12101/8763. Acesso em: 5 jun. 2026.

PINHEIRO, Ana. *A dádiva no ritual da Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás*. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás,

Realização
Parceiros
Apoio

Goiânia, 2004. Disponível em: https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/807. Acesso em: 5 jun. 2026.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. ***Estudos Históricos***, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SILVA, Mônica Martins. As festas populares e a "invenção" das tradições: uma reflexão sobre as cavalhadas e a Procissão do Fogaréu em Goiás (1940-1980). ***Patrimônio e Memória***, Assis, v. 7, n. 1, p. 212-230, 2011. Disponível em: https://seer.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3746. Acesso em: 29 set. 2025.

ENTRE TRAMAS E RAÍZES: Moda e Cultura Quilombola em Trindade-GO como Valorização da Sociobiodiversidade do Cerrado

Tainá Sarmento Borges
tainasarmento@gmail.com, Discente PPGE/UEG – Unidade Inhumas - GO
Pollyane Rodrigues de Oliveira
pollyanedeoliveira24@gmail.com, Discente PPGE/UEG – Unidade Inhumas - GO
Keides Batista Vicente
keides.vicente@ueg.br, Docente PPGE/UEG – Unidade Inhumas - GO

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro, reconhecido como uma das biodiversidades mais ricas do planeta, abriga não apenas uma megadiversidade biológica, mas também uma imensa riqueza cultural materializada nas práticas, saberes e modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Esse bioma é, ao mesmo tempo, paisagem ecológica e território de memória, onde a natureza e a cultura se entrelaçam de maneira indissociável, conformando o que se compreende hoje como sociobiodiversidade, constituindo assim, o que Diegues (2005) denomina etno-bio-diversidade.

Nessa perspectiva, insere-se o coletivo de pesquisa que reúne investigações voltadas aos povos quilombolas estabelecidos nesse bioma, buscando compreender suas relações com a ancestralidade, a natureza, as religiosidades, as festas e a sociobiodiversidade cerradeira. A presente pesquisa se filia a esse campo de produção de conhecimento ao tomar como objeto de estudo a cultura material da comunidade quilombola localizada no município de Trindade, estado de Goiás — território que guarda, em seus saberes, festas, objetos, ornamentos e práticas religiosas, séculos de resistência afrodescendente tecida junto ao Cerrado.

A comunidade do Quilombo Vó Rita, em Trindade-GO, é expressão viva desse patrimônio. As memórias das mulheres da comunidade guardam saberes ancestrais relacionados ao fazer das roupas, às técnicas de costura, aos tecidos, aos modos de vestir e às estratégias de criação desenvolvidas por gerações de mulheres negras. Transformando a costura em prática de cuidado, criatividade, autonomia e transmissão de conhecimentos, promove-se o diálogo entre essas lembranças e referências estéticas das culturas africanas e afro-brasileiras, o projeto busca criar oportunidades para que a comunidade reconheça e ressignifique elementos privilegiados de expressão e de sua herança dessa cultura material. Investigar esses elementos é, portanto, investigar a própria identidade coletiva do grupo e sua forma de habitar e significar o Cerrado.

Realização
Parceiros
Apoio

A presente pesquisa articula a moda, representada por alunos do curso de graduação em Design de Moda de Goiânia, e a comunidade quilombola de Trindade-GO, propondo um projeto de intercâmbio cultural e acadêmico cujos produtos centrais são estampas têxteis criadas a partir da cultura material quilombola local. O trabalho alinha-se à temática do Congresso "Mulheres e Povos Tradicionais do Cerrado Guardiões da Sociobiodiversidade" ao mobilizar saberes femininos e coletivos na construção de narrativas visuais que enaltecem a identidade afrodescendente, a ancestralidade cerradeira e as políticas públicas de inclusão e preservação cultural.

Os objetivos centrais do trabalho são: desenvolver um projeto integrador entre estudantes de Design de Moda e a comunidade quilombola de Trindade-GO; promover intercâmbio cultural e científico entre os grupos envolvidos; oportunizar o diálogo entre os grupos supracitados para posteriormente desenvolver estampas têxteis a partir da pesquisa de campo sobre a cultura material quilombola, incluindo seus elementos religiosos, festivos e ancestrais; abordar temáticas de preservação da cultura afro e políticas públicas de inclusão; desenvolver nos estudantes competências criativas, éticas e interdisciplinares; e valorizar e visibilizar a cultura quilombola local em sua relação com a sociobiodiversidade e a ancestralidade do Cerrado.

Nesse contexto, a moda emerge como campo estratégico de mediação e valorização desses saberes. Quando praticado em diálogo com comunidades tradicionais, o design pode atuar como ferramenta de tradução estética, transformando expressões culturais em linguagens visuais contemporâneas sem o apagamento ou a apropriação indevida de suas origens.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e participativa, com caráter interdisciplinar, integrando métodos da etnografia, do design participativo e da pesquisa. O processo foi estruturado em quatro etapas complementares: revisão bibliográfica e documental sobre a história da comunidade quilombola de Trindade-GO; visitas de campo à comunidade com realização de observação participante; os dados coletados foram sistematizados e apresentados aos estudantes de Design de Moda em encontros de imersão cultural realizados na instituição de ensino e na própria comunidade, em que a partir desse repertório, os estudantes desenvolvessem propostas de estampas têxteis, sob orientação docente; e por fim, as estampas posteriormente serão

avaliadas coletivamente por estudantes, docentes e membros da comunidade, em rodadas de validação participativa que asseguraram a coerência cultural, ética e estética das produções. Todos os registros foram documentados para análise e sistematização dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento do projeto revelou a riqueza e a complexidade da comunidade quilombola de Trindade-GO, marcada por memórias femininas que atravessam gerações e preservam conhecimentos sobre o vestir, o fazer manual e as formas de expressão da identidade negra. Nas narrativas compartilhadas pelas mulheres da comunidade, a roupa aparece não apenas como um objeto de uso cotidiano, mas como parte das experiências familiares, das estratégias de criação e dos modos de construir pertencimento em seu território.

Essa escuta possibilitou aproximar as experiências locais de referências estéticas africanas e afro-brasileiras, estabelecendo conexões entre memória, ancestralidade e criação artística. Ao transformar essas memórias em expressão estética, o projeto também dialoga com Grada Kilomba (2019), ao reivindicar o direito de pessoas negras ocuparem o lugar de quem produz narrativas sobre si mesmas, rompendo com representações historicamente construídas por olhares externos. Dessa forma, as propostas de estampas têxteis que serão desenvolvidas posteriormente a esse projeto, além de traduzir os elementos visuais da cultura local, também materializarão histórias, experiências e saberes produzidos e compartilhados pela própria comunidade. Esses elementos constituirão o núcleo do repertório visual mobilizado para a criação das estampas têxteis.

Ribeiro (2017) ressalta que a luta das mulheres negras precisa possibilitar e dar visibilidade à voz dessas pessoas, aos seus discursos, e à importância de ouvi-las. Em prol dessa narrativa, mulheres da comunidade quilombola dialogam com os contextos sociais e as inquietações étnico-raciais e de gênero nos quais estão inseridas as negras. Portanto, falar de si mesmas a respeito de suas questões raciais, partindo dos seus corpos, de sua essência, sem deixar que outras pessoas não negras assumam esse lugar, é fundamental para que se rompam paradigmas raciais. A fusão entre bioma e cosmovisão religiosa expressa precisamente a relação que este projeto busca investigar: a imbricação entre natureza, ancestralidade e sociobiodiversidade como fenômeno cultural vivo.

Realização
Parceiros
Apoio

As mulheres quilombolas foram as principais interlocutoras ao longo do processo, confirmando seu protagonismo na preservação e na transmissão dos saberes tradicionais. Como detentoras de conhecimentos sobre bordado, tecelagem, costura ritual, essas mulheres demonstraram domínio apurado sobre padrões estéticos herdados de suas antepassadas, articulando-os com a realidade contemporânea da comunidade. Esse dado corrobora estudos que destacam o papel insubstituível das mulheres negras na manutenção das culturas tradicionais e na transmissão da memória ancestral (CARNEIRO, 2003).

No âmbito acadêmico, os encontros de imersão produziram transformações significativas na percepção dos estudantes de Design de Moda. A aproximação com as dimensões da ancestralidade, inspirado nas reflexões de Nego Bispo, compreende que criar não é retirar elementos da comunidade para transformá-los em produto, mas construir coletivamente a partir dos conhecimentos que já existem no território. Assim, as estampas surgirão das memórias, das histórias e dos saberes compartilhados pelas mulheres do Quilombo Vó Rita, reconhecendo a comunidade não como objeto de observação, mas como sujeito produtor de cultura, estética e conhecimento.

Isso amplia substancialmente o repertório criativo dos estudantes e sua compreensão acerca das responsabilidades éticas do design diante de saberes tradicionais protegidos. A pesquisa visual registrou processos de criação marcados pela reverência às fontes culturais. Em todas as propostas, a validação participativa pela comunidade assegurou que as narrativas visuais fossem reconhecidas como representações legítimas e respeitosas de sua identidade.

A experiência apontou para a centralidade de acordos formalizados entre instituições acadêmicas e comunidades tradicionais como condição para parcerias éticas, sustentáveis e verdadeiramente descolonizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto demonstrou que a articulação entre moda e cultura quilombola constitui campo fértil de produção de conhecimento, valorização identitária e formação acadêmica crítica. A experiência com a comunidade quilombola de Trindade-GO evidenciou que sua cultura material, ancorada na ancestralidade africana, nas religiosidades, nas festas e na relação profunda com o Cerrado é um repertório vivo, dinâmico e esteticamente potente, capaz de inspirar criações contemporâneas sem perder sua raiz histórica e territorial.

Realização
Parceiros
Apoio

A pesquisa reafirma a relevância dos povos e comunidades tradicionais do Cerrado como guardiões da sociobiodiversidade, e situa o Espaço de Partilha – Povos, Saberes, Natureza e Sociobiodiversidade no Cerrado como plataforma indispensável para a produção de pesquisas que tomem seriamente essa dimensão integrada entre natureza e cultura. As mulheres quilombolas, protagonistas centrais deste trabalho, são agentes incontornáveis dessa guarda e dessa renovação.

Como encaminhamentos futuros, pretende-se: formalizar protocolo de parceria entre a instituição de ensino e a comunidade quilombola de Trindade-GO, com garantia de benefícios diretos e reconhecimento de autoria coletiva; organizar a exposição das estampas, os registros etnográficos e os objetos da cultura material quilombola através de um desfile de moda; publicar os resultados em periódicos de Educação, Ciências Sociais e Estudos Étnico-Raciais; e contribuir para o debate sobre políticas públicas de valorização da cultura afro-brasileira, de proteção dos conhecimentos tradicionais e de reconhecimento da sociobiodiversidade do Cerrado como patrimônio coletivo.

AGRADECIMENTOS: As autoras agradecem à comunidade quilombola de Trindade-GO, aos alunos do curso de graduação em Design de Moda do Centro Universitário Universo Unidade Goiânia pela generosidade, disponibilidade e abertura ao diálogo em todas as etapas desta pesquisa. Agradecem ainda ao III Festival do Cerrado pelo acolhimento e pela interlocução científica, ao PPGE/UEG Unidade Inhumas-GO pelo apoio institucional, e à FAPEG pelo financiamento que viabilizou a realização do projeto.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

DIEGUES, A. C. S. 2005. Sociobiodiversidade. Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA

RIBEIRO, Djamila. O que é Lugar de Fala? São Paulo: Letramento, 2017.

TERRITÓRIO BARRO PRETO – **Tecendo Histórias do Quilombo Vó Rita**. Direção: Comunidade Quilombola Vó Rita. [S.l.]: Comunidade Quilombola Vó Rita (canal no

YouTube), 2021. 1 vídeo (aprox. … min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0aONl0r2Kzg. Aces mso em: 07 ago. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. ***O Negro Visto por Ele Mesmo: Ensaios, Entrevistas e Prosa.*** Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2022. ISBN 978-85-7126-081-8.

Estratégias de comunicação digital decolonial: do feed ao protagonismo real

Letícia Arantes Jury
leticiajury@gmail.com, Universidade Federal de Goiás
Josana de Castro Peixoto
josana.peixoto@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

Em 1977, Caetano Veloso lançou Um Índio, em que, na letra, o compositor imagina um índio que descerá de uma estrela e revelará ao mundo algo que surpreenderá a todos, não por ser exótico, mas por ter estado sempre oculto quando deveria ter sido óbvio (VELOSO, 1977). É possível compreender a metáfora da condição histórica dos povos indígenas no Brasil: presentes, vivos e portadores de saberes profundos, mas invisibilizados pelo colonialismo, violentados pela ausência de políticas públicas de saúde, de proteção territorial e pela violência simbólica que apaga culturas e tradições.

Passados 49 anos do lançamento da música, observamos povos indígenas conectados à internet e presentes nas redes sociais, na busca pela resistência e pelo rompimento do silenciamento da grande mídia. Trata-se de uma transformação que não é puramente tecnológica, mas também política e identitária. O problema que orienta a nossa investigação parte de uma inquietação central: a crescente presença indígena nas redes sociais produz, de fato, ruptura com as estruturas coloniais de poder e comunicação, do feed para o protagonismo real?

Propomos, uma contribuição de natureza dupla. Do ponto de vista teórico, articulamos o pensamento decolonial latino-americano com os estudos da comunicação digital para compreender de que modo as redes sociais podem constituir uma forma contemporânea de ruptura com a colonialidade do poder. Do ponto de vista prático, apresentamos uma análise empírica orientada à identificação de estratégias concretas de comunicação digital: quais funcionam, por que funcionam e em que condições.

Ao investigar se o protagonismo digital indígena representa, de fato, uma ruptura com estruturas coloniais de silenciamento, o estudo busca ampliar o debate científico no campo das Ciências Sociais e da Comunicação; e contribuir tanto para o avanço teórico das discussões sobre comunicação decolonial quanto para a elaboração de práticas

Realização
Parceiros
Apoio

comunicacionais que possam ser apropriadas por indígenas em seus processos de mobilização e representação social.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto à sua natureza, como pesquisa aplicada, uma vez que está orientada à geração de conhecimento voltado à aplicação prática e à transformação de uma realidade concreta (GIL, 2017). Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, adota a pesquisa bibliográfica como procedimento central, compreendida como aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2017, p. 44). A abordagem é qualitativa, na medida em que nos preocupamos com o aprofundamento da compreensão de um fenômeno social (MINAYO, 2001).

Adotamos ainda a pesquisa propositiva, que constitui a contribuição central e distintiva deste trabalho. Conforme Demo (1995), a pesquisa nas ciências sociais não deve limitar-se à descrição ou explicação da realidade, pois tem um compromisso com a transformação. O presente artigo busca apresentar estratégias de comunicação digital com potencial decolonial e oferecer orientações práticas e replicáveis para povos indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quijano (1992) argumenta que a conquista da América Latina foi baseada na concentração de poder, riqueza e conhecimento sob domínio europeu, estruturada pela colonialidade do poder. Segundo o autor, mesmo após o fim do colonialismo formal, permaneceram formas de dominação política, cultural e epistemológica que classificam os povos a partir de categorias raciais e culturais, subordinando seus saberes e modos de vida aos padrões europeus ocidentais.

Diante disso, Quijano (1992) defende a necessidade de uma crítica ao paradigma europeu de racionalidade e modernidade ao propor a descolonização epistemológica como caminho para superar as estruturas coloniais ainda presentes nas relações de poder, cultura e saber. Para o autor, a superação da colonialidade exige a construção de uma comunicação intercultural baseada no diálogo entre diferentes experiências e formas de significação, permitindo que os povos produzam e compartilhem seus conhecimentos sem submissão a modelos hegemônicos.

Mignolo (2017) compreende modernidade, colonialidade e descolonialidade como dimensões interdependentes, ao defender que a colonialidade constitui uma matriz de poder associada às promessas de progresso da modernidade. O autor situa as bases históricas da decolonialidade na Conferência de Bandung, de 1955, e articula esse movimento à noção de sociogênese de Frantz Fanon e à epistemologia fronteiriça, produzida pelos sujeitos localizados nas margens do sistema moderno-colonial.

No campo da comunicação digital, Duarte (2017) afirma que as redes sociais têm sido apropriadas pelos povos indígenas como ferramentas de mobilização política, fortalecimento de redes de solidariedade e ampliação da visibilidade de suas pautas. Embora reconheça que esses espaços não sejam plenamente democráticos, a autora destaca que as mídias sociais possibilitam a construção de narrativas coletivas, a articulação de movimentos sociais online e a reafirmação das lutas indígenas frente às injustiças históricas do colonialismo.

DO FEED AO PROTAGONISMO REAL

A partir da fundamentação teórica apresentada, identificamos estratégias de comunicação digital com potencial decolonial voltadas à transformação da presença indígena nas redes sociais em protagonismo real. A primeira delas consiste na definição clara do público e da linguagem utilizada. Castells (2015) destaca que a comunicação em rede é sempre direcionada, pois exige escolhas específicas de narrativa, formato e canal conforme a audiência.

Nesse sentido, Quijano (1992) contribui ao afirmar que a colonialidade também operou pela imposição de uma linguagem universal eurocêntrica, de modo que romper com essa lógica implica reconhecer o direito dos povos indígenas de comunicarem suas experiências a partir de seus próprios referenciais culturais e identitários.

Outra estratégia é o planejamento e à intencionalidade da produção de conteúdo. Duarte (2017) argumenta que os movimentos indígenas digitais mais efetivos constroem narrativas consistentes ao longo do tempo, e não ações isoladas. Associado a isso, ressaltamos a importância do monitoramento das redes e das métricas digitais, o que permite compreender como o público responde às publicações e como a comunicação pode ser continuamente ajustada para ampliar alcance, mobilização e impacto político.

A construção de uma identidade narrativa própria também se apresenta como elemento central. Quijano (1992) demonstra que a colonialidade atuou sobre o imaginário

e as formas de representação dos povos colonizados, enquanto Krenak (2020) defende que a resistência indígena começa pela recusa em existir nos termos impostos pelo colonizador. Nas redes sociais, isso significa desenvolver uma presença digital baseada em estética, linguagem e narrativas próprias, capazes de fortalecer a autonomia simbólica e política das comunidades indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença indígena nas redes sociais produz, de fato, ruptura com as estruturas coloniais de poder ou apenas adiciona rostos indígenas a uma vitrine digital controlada por outros? O nosso estudo parte da premissa que a presença nas redes sociais, por si só, não basta, pois vivemos num ambiente de saturação informacional sem precedentes. Nunca se produziu tanto conteúdo, nunca se teve acesso a tantas vozes e nunca foi tão difícil, paradoxalmente, ser de fato ouvido e gerar transformação real.

Por isso, o ativismo digital que se limita à visibilidade simbólica corre o risco de se tornar mais uma página ou um perfil no feed. Para os povos indígenas, cujas lutas envolvem territórios, vidas e modos de existir que estão sob ameaça permanente, esse risco não é apenas comunicacional: é político e existencial.

A contribuição central deste artigo não é apenas teórica. Ao articular o pensamento decolonial de Quijano (1992) e Mignolo (2017) com a noção de soberania digital de Duarte (2017), o contrapoder em rede de Castells (2013; 2015), buscamos demonstrar que as redes sociais podem ser, sim, instrumentos de ruptura com a colonialidade, quando utilizadas com estratégia, consistência e clareza sobre o que se quer conquistar. A visibilidade é o começo, não o fim. O feed é o meio, não o destino. A luta pela soberania comunicacional dos povos indígenas não termina quando o post é publicado. Ela começa aí!

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Realização
PPGEO Programa de Pós-Graduação em Geografia
PROMEP Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio
Parceiros
Gwatá agroecologia e educação do campo
Câmpus Cora Coralina Universidade Estadual de Goiás
Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde
Apoio
FAPEG
PRP Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação Universidade Estadual de Goiás
Governo de Goiás O Estado que dá certo

DUARTE, Marisa Elena. Connected activism: Indigenous uses of social media for shaping political change. Australasian Journal of Information Systems, v. 21, p. 1-18, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. Perú Indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

SMITH, Linda Tuhiwai. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. 3. ed. Londres: Zed Books, 2021.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VELOSO, Caetano. Um Índio. In: VELOSO, Caetano. Bicho. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1977. 1 disco sonoro.

O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE GOIÁS NO SÉCULO XIX: ENTRE A CRÍTICA E A RELEITURA HISTORIOGRÁFICA DE SAINT-HILAIRE

Thiago César Ferreira de Resende
thiagocesarfresende@outlook.com, Universidade Estadual de Goiás/ Mestrando – TECCER

Orientador: Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira
eliezer.oliveira@ueg.br

INTRODUÇÃO

Após o início da exploração das jazidas de Minas Gerais (1690) e poucos anos após a descoberta do ouro de Mato Grosso (1719), a Província de Goiás viveu um marco histórico que serve como ponto de partida para estudos sobre a História da ocupação do território goiano por povos não autóctones: O descobrimento e a exploração aurífera na região conhecida como Minas dos Goyases.

O episódio histórico que marca essa descoberta de ouro em Goiás foi a passagem da Bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera filho), por volta de 1725, após mais de três anos de procura pelos sertões do Planalto Central.

A descoberta de metal precioso nessa região, teve como resultado o fenômeno histórico denominado como a "corrida do ouro", causando transformações e movimentações em Goiás, onde "Populações inteiras acorrem, sugadas por essa área ciclônica, dando lugar, em pequeno lapso de tempo, a modificações profundas em todos os aspectos de desenvolvimento nacional" (PALACIN, 1994, apud, OLIVEIRA, 2018, p.309).

Como resultado de todo processo de descoberta do metal precioso, tivemos em Goiás uma intensa movimentação e euforia, o século XVIII se apresenta aos goianos como o século do fausto e esplendor. O sonho do prestígio é algo totalmente possível e concreto, divergindo com o século XIX, rotulado como o tempo da pobreza, atraso e miséria. A descrição de Goiás no século XIX passa a ser resumida na palavra decadência.

> Saint-Hilaire trouxe da Europa sua noção de organização socioespacial e seus critérios de julgamento. Esteve nos principais núcleos urbanos: Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, Vila Boa (atual cidade de Goiás), Ouro Fino, Corumbá, Bonfim (Silvânia), Santa Luzia (Luziânia), entre outros. O viajante caracterizou como decadente e carente a estrutura física da maioria desses locais (CARNEIRO; KURY, 2023, p. 202).

Realização
Parceiros
Apoio

O estigma da decadência em Goiás no período pós-mineração foi alvo de debates de pesquisadores, a partir dos quais diferentes formas de análise produziram interpretações distintas.

Luís Palacin passa a ser reconhecido como o historiador que, ao fazer uso dos relatos de viajantes europeus, reforçou o estigma de decadência, em oposição às interpretações de Nasr Fayad Chaul e Paulo Bertran, que contribuíram para a desconstrução desse conceito.

Esses autores demonstraram que no período pós-mineração, ao contrário do que indicavam as interpretações baseadas na ideia de decadência, a sociedade goiana passou por um processo de redefinição dos seus meios de subsistência, uma vez que, à medida que as minas se esgotavam, outras atividades ganharam força no território, dentre elas podemos destacar a pecuária, cujo o produto não dependia necessariamente de meios de transportes ou de boas estradas.

Diante a possibilidade de diferentes formas de interpretação historiográfica sobre os relatos dos viajantes europeus que visitaram a Província de Goiás, o artigo visa fazer um levantamento historiográfico com intuito de apresentar o naturalista europeu que muito contribuiu para a historiografia goiana: o francês August de Saint Hilaire.

A discussão do tema através do artigo tem como meta analisar a contribuição historiográfica do viajante estrangeiro em Goiás no século XIX, focando na importância de seu trabalho e o quanto o mesmo serve de referência para diferentes áreas de pesquisa.

METODOLOGIA

Na primeira parte do artigo, através do título *August de Saint Hilaire: o olhar do viajante europeu sobre Goiás no século XIX*", será feita uma modesta biografia do naturalista francês, com foco voltado para todo levantamento de informações obtidas pelo viajante durante sua passagem pelo território goiano entre os anos de 1818 e 1820.

Essa abordagem tem como meta analisar a experiência vivenciada através do olhar do viajante para que assim possamos ressignificar a sua narrativa e fazer da mesma uma fonte de interpretação da realidade historiográfica produzida em Goiás.

Como referência para a elaboração da primeira parte do artigo, será utilizada a obra "*Goiás +300: Cronistas e Viajantes, volume IV, organizada por Lenora de Castro Barbo e João Guilherme Curado".* Em especial será analisado o capítulo *"As impressões de Saint-Hilaire sobre a natureza e a sociedade de Goiás no século XIX",* de Renata Carneiro e Lorelay Kury. O capítulo possibilita a análise do relato do viajante europeu sobre Goiás no século XIX, com destaque para as suas memórias repletas de um discurso eurocêntrico, onde prevalece uma visão negativa sobre a cultura, economia e a população na província de Goiás.

A segunda parte do artigo *"O olhar historiográfico para além da decadência: revisitando o relato de Saint-Hilaire em Goiás no século XIX",* tem como meta a releitura do relato do viajante europeu, destacando os aspectos positivos na Província de Goiás e visando a desconstrução de uma narrativa de atraso e decadência.

Realização
Parceiros
Apoio

A referência que formula a base teórica e interpretativa da segunda parte será o artigo de Maria de Fátima Oliveira, *"Uma releitura dos viajantes europeus: nem tudo era decadência em Goiás no século XIX"*, já que o seu artigo proporciona uma abordagem diferenciada e inovadora dos relatos dos viajantes europeus que visitaram a Província de Goiás no século XIX. Contribuindo com a inovadora proposta interpretativa da autora, será feito uma ponte de diálogo reflexivo com outros autores, dentre os quais podemos destacar a historiadora Ledonias Franco Garcia.

Maria de Fátima Oliveira contribuiu para a ampliação do debate historiográfico, pois a sua análise é um convite para diferentes meios interpretativos, uma proposta para um olhar para além do discurso vigente do paradigma da decadência pós-mineração.

Segundo Oliveira (2018), devemos estar atentos ao discurso que prevalecia na Província de Goiás e observar com atenção o quanto essa visão negativa se fazia viva no cotidiano dos próprios moradores, influenciando assim, a confirmação de uma narrativa eurocêntrica através do olhar dos viajantes.

Assim, como já foi dito anteriormente, este artigo propõe um levantamento historiográfico centrado nas possibilidades interpretativas de um documento histórico, a partir do qual diferentes análises podem ser construídas.

Não cabe a este trabalho estabelecer juízos definitivos sobre interpretações consideradas corretas ou incorretas, mas promover uma reflexão acerca de como distintos olhares e referenciais analíticos influenciam a construção de leituras históricas e podem resultar em abordagens inovadoras para a produção historiográfica sobre a História de Goiás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escrita do artigo teve como resultado uma releitura sobre o velho discurso de decadência em Goiás na perspectiva dos viajantes europeus. Podemos observar através da discussão proposta no artigo, que embora Auguste de Saint Hilaire tenha construído uma narrativa que ficou marcada pela ideia de decadência econômica e social de Goiás no século XIX, seus relatos também registram aspectos positivos que acabaram sendo negligenciados pela historiografia tradicional durante muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mestrando que pesquisa a cultura goiana, desenvolvi esse artigo com o objetivo de aprofundar meus estudos sobre o meu objeto, pois a minha pesquisa de mestrado necessita de uma análise histórica aprofundada sobre o olhar do goiano sobre a sua própria realidade. Outro ponto que é importante destacar é o quanto esse olhar goiano tem peso na criação de sua identidade coletiva.

Referências

Realização
Parceiros
Apoio

PALACIN, Luis. **O século do Ouro em Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia: UCG, 1994.

BERTRAN, Paulo**. História da Terra e do Homem no Planalto Central**. Brasília: Solo, 1994

CHAUL, Nasr F**. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed.da UFG, 1997.

OLIVEIRA, Maria de Fátima**. Uma releitura dos viajantes europeus: nem tudo era decadência em Goiás no século XIX**. Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 11, n.1, p.308-323, jan/jul. 2018.

CARNEIRO, Renata**;** KURY, Lorelay**. As impressões de Saint-Hilaire sobre a natureza e a sociedade de Goiás no século XIX**. In: BARBO, Lenora de Castro; CURADO, João Guilherme de Trindade (org.). **Cronistas e viajantes**. Goiânia: Goiás+300, 2023, p. 195-209.

BARBO, Lenora de Castro; CURADO, João Guilherme de Trindade (org.). **Cronistas e viajantes**. Goiânia: Goiás+300, 2023.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA LUTA PELA TERRA: EXPERIÊNCIAS EM PRÉ-ASSENTAMENTOS DO CERRADO GOIANO

Luiz Fernando Felisberto Bueno
E-mail: fernando-bueno2010@hotmail.com, Instituição: Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina.

Edson Batista da Silva
E-mail: edson.silva@ueg.br, Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Nordeste - sede Formosa e Campus Cora Coralina.

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência surge da atuação do pesquisador Luiz Fernando como educador popular na Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Goiás, motivado por seu interesse em aprofundar os estudos sobre a Reforma Agrária, especialmente no que se refere aos pré-assentamentos São Domingos Gusmão, localizado no município de Goiás, e Paulo Gomes, situado no município de Itapuranga. Esse aprofundamento resultou no desenvolvimento de uma pesquisa sobre o tema da Reforma Agrária, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina.

Dessa forma, a relevância dessa experiência está no fato de que, a partir de um olhar oriundo da atuação prática no trabalho como educador popular, foi possível trazer para o espaço acadêmico um tema de pesquisa que valoriza as experiências do campo e contribui para o debate sobre Reforma Agrária, desenvolvimento rural e acesso às políticas públicas.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A experiência desenvolve-se nos pré-assentamentos São Domingos Gusmão, localizado no município de Goiás, e Paulo Gomes, situado no município de Itapuranga, ambos inseridos no bioma Cerrado goiano. Estes territórios foram escolhidos por representarem exemplos significativos de luta pela terra, resistência camponesa e enfrentamento às limitações das políticas públicas de Reforma Agrária.

Os dois pré-assentamentos tiveram origem entre os anos de 2016 e 2017 e permanecem em processo de consolidação e regularização fundiária. Atualmente, o pré-

Realização
Parceiros
Apoio

assentamento São Domingos Gusmão é composto por 46 famílias, enquanto o Paulo Gomes reúne 18 famílias. Ambas as comunidades estão em processo de regulamentação por meio do Edital de Processo Seletivo de Famílias.

Embora compartilhem objetivos comuns, os dois pré-assentamentos possuem formas distintas de organização social e política. O São Domingos Gusmão conta com o apoio e a articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), enquanto o Paulo Gomes está vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência aqui apresentada tem origem na atuação de Luiz Fernando como educador popular junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Goiás. Nesse contexto, desenvolvendo ações de acompanhamento, formação e fortalecimento de comunidades rurais envolvidas na luta pela terra, pela Reforma Agrária. O trabalho é realizado em articulação com movimentos sociais, organizações comunitárias e entidades sindicais do campo, buscando contribuir para a garantia de direitos e para a construção de políticas públicas voltadas às populações camponesas do estado de Goiás, que enfrentam diversos desafios e situações de violência na conquista e permanência em seus territórios.

A partir dessa atuação, surgiu o interesse em aprofundar os estudos sobre a Reforma Agrária, especialmente no que se refere aos pré-assentamentos São Domingos Gusmão, localizado no município de Goiás, e Paulo Gomes, situado no município de Itapuranga. Esse interesse resultou no desenvolvimento de pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina, na área de concentração "Estudos Ambientais e Territoriais do Cerrado", inserida na linha de pesquisa "Dinâmica Territorial do Cerrado".

A pesquisa busca compreender a relevância da dinâmica socioterritorial da Reforma Agrária no Cerrado goiano, evidenciando as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, bem como as estratégias de resistência construídas pelos sujeitos do campo. Além disso, pretende contribuir para o debate sobre políticas públicas de desenvolvimento rural e para a efetivação de direitos sociais, valorizando as experiências e os saberes das populações camponesas. Nesse sentido, o estudo pode

servir como subsídio para pesquisadores(as), movimentos sociais, organizações populares e para a sociedade em geral, especialmente nos municípios onde se localizam as comunidades analisadas (município de Itapuranga possui dois assentamentos rurais, enquanto o município de Goiás conta com vinte e quatro assentamentos).

A escolha dos pré-assentamentos São Domingos Gusmão e Paulo Gomes está diretamente relacionada à trajetória profissional do pesquisador na Comissão Pastoral da Terra, dedicado em acompanhar estas duas comunidades. Assim, desenvolvidas atividades de acompanhamento e assessoria às comunidades, envolvendo o apoio a práticas produtivas, como lavouras coletivas e quintais agroecológicos, processos formativos voltados à agroecologia, ações de recuperação e cercamento de nascentes, iniciativas de cuidado com o meio ambiente, fortalecimento do trabalho coletivo, promoção dos Direitos Humanos e incentivo à organização comunitária por meio de associações locais.

Essa aproximação com as comunidades resultou de sucessivas leituras sobre a temática da Reforma Agrária e, sobretudo, das vivências construídas no cotidiano do trabalho de campo. Os diálogos, encontros, mutirões e o contato direto com as famílias camponesas possibilitaram uma compreensão mais aprofundada das dificuldades enfrentadas na implementação de políticas públicas em áreas de pré-assentamento. Ao mesmo tempo, evidenciaram a capacidade de organização e resistência dessas famílias que, mesmo diante das limitações institucionais e das adversidades impostas pela condição de pré-assentamento, permanecem mobilizadas na luta pela conquista e permanência na terra.

Dessa forma, importância desta experiência está no fato de que, a partir do olhar oriundo da atuação prática na Comissão Pastoral da Terra, por meio da experiência do pesquisador Luiz Fernando, foi possível trazer para o espaço acadêmico um tema de pesquisa que valoriza as vivências do campo e contribui para o debate sobre Reforma Agrária, desenvolvimento rural e acesso às políticas públicas.

Nesse sentido, destaca-se a importância dessa intersecção entre a realidade de duas comunidades rurais e o ambiente acadêmico, permitindo que tais experiências sejam não apenas registradas, mas também aprofundadas e estudadas de forma sistemática. Assim, a pesquisa se torna uma contribuição tanto para a produção de conhecimento nos espaços acadêmicos quanto para as próprias comunidades envolvidas, que são protagonistas desse processo, além de dialogar com a sociedade em geral.

Realização
Parceiros
Apoio

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A experiência possibilitou o aprofundamento dos estudos sobre a Reforma Agrária no Cerrado goiano, articulando a prática da educação popular, através da Comissão Pastoral da Terra com a produção acadêmica, por meio do Mestrado em Geografia. Entre os principais aprendizados, destaca-se a compreensão das dinâmicas socioterritoriais e das estratégias de resistência das famílias camponesas dos dois pré-assentamentos, São Domingos Gusmão e Paulo Gomes. Os desafios envolveram as limitações estruturais das políticas públicas e as dificuldades de consolidação dos territórios em processo de regularização fundiária. Ainda assim, os resultados percebidos evidenciam o fortalecimento da organização comunitária e das práticas agroecológicas. As contribuições da experiência são significativas para a defesa do Cerrado, ao valorizar práticas sustentáveis e o cuidado e a luta pelo território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência reafirma a importância do diálogo entre o campo acadêmico e a atuação prática junto às comunidades do campo. Seus desdobramentos apontam para a necessidade de fortalecer políticas públicas de Reforma Agrária e ampliar o reconhecimento das lutas e organizações camponesas. Além disso, evidencia a relevância da educação popular como ferramenta de transformação social e ambiental. Como encaminhamento futuro, destaca-se a continuidade da pesquisa e o aprofundamento das ações junto aos pré-assentamentos. Dessa forma, consolida-se sua importância para a construção coletiva de conhecimentos e para o fortalecimento da luta pela terra no Cerrado.

Realização
Parceiros
Apoio

FABACEAE NO CERRADO: POTENCIAL DE USO E CONTRIBUIÇÕES PARA CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Ludimilla Martins Rezende
ludimillamartins270@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis
Lorrayne Silva Dantas
manymaryhelena@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis
Rafael Barbosa Pinto
rafaelbpinto@ueg.br, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis
Silaine Ferreira de Souza Chaves
silaineferreirachaves@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis
Isa Lucia de Morais
isa.morais@ueg.br, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás- Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis

INTRODUÇÃO

Fabaceae destaca-se como uma das mais diversas entre as angiospermas, apresentando ampla distribuição geográfica e elevada riqueza de espécies. No Brasil, essa família possui grande representatividade e ocorre em todos os biomas, apresentando 222 gêneros (com 16 endêmicos) e 2.847 espécies (com 1540 endêmicas).

As espécies da família Fabaceae apresentam características que favorecem sua adaptação a diferentes ambientes, destacando-se a capacidade de estabelecer simbiose com bactérias fixadoras de nitrogênio, contribuindo diretamente para a fertilidade dos solos (Lewis, 1987; Cordeiro; Klein, 2000). Essa característica torna o grupo essencial em processos de recuperação de áreas degradadas, especialmente em regiões sob pressão antrópica.

Além disso, as espécies de Fabaceae possuem amplo potencial de uso, incluindo aplicações agronômicas, forrageiras, ornamentais, medicinais e ecológicas, sendo relevantes tanto para sistemas produtivos quanto para práticas de manejo sustentável. Nesse sentido, o conhecimento sobre essas espécies pode contribuir não apenas para a conservação da biodiversidade, mas também para o fortalecimento de práticas locais e do uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado (Tozzi, 2016).

No Cerrado exerce papel fundamental na dinâmica ecológica e na manutenção da biodiversidade (BFG, 2015). O Cerrado, considerado a savana mais biodiversa do mundo, abriga significativa diversidade de Fabaceae. No entanto, ainda existem lacunas no conhecimento florístico em regiões como o sul do estado de Goiás, onde os estudos são escassos (Flora do Brasil, 2020).

Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar o potencial de uso das espécies de Fabaceae registradas em uma área de cerrado sentido restrito com transição para cerrado rupestre no município de Quirinópolis, GO, contribuindo para

Realização
Parceiros
Apoio

a valorização da biodiversidade e para a discussão sobre o uso sustentável e a conservação do território do Cerrado.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado em um fragmento de vegetação nativa localizado na Serra da Confusão do Rio Preto, no município de Quirinópolis, GO, inserido no domínio fitogeográfico do Cerrado e caracterizado por cerrado sentido restrito com transição para cerrado rupestre. As coletas foram realizadas entre julho de 2017 e maio de 2019, por meio do método de caminhamento, que permite o levantamento qualitativo da flora em diferentes fitofisionomias (Filgueiras et al., 1994). Durante as coletas, foram registrados dados sobre hábito, ocorrência e características morfológicas das espécies. A classificação dos hábitos das espécies foi feita segundo Sano, Almeida e Ribeiro (2008), considerado: árvores (plantas lenhosas sem ramificações basais e altura acima de ± 2 m), arbustos (plantas lenhosas, com ou sem ramificações basais e altura ± 1 a 2 m), subarbustos (± 0,50 a 1 m), ervas (± 1 m de altura, incluindo gramíneas, ciperáceas e não- gramíneas) e trepadeiras (hastes longas que necessitam de apoio).

A identificação das espécies foi feita com consulta a exemplares depositados em herbários, a bibliografias específicas e o auxílio de especialistas. O sistema de classificação adotado é o APG IV (2016). Após a identificação o material foi incorporado ao acervo do Herbário José Ângelo Rizzo (JAR), da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Quirinópolis, além de doações de duplicatas para outros herbários. Através de registro fotográfico foram construídas pranchas com a identificação das espécies. Os dados de distribuição geográfica; endemismo para o Cerrado ou para o Brasil; primeira ocorrência para o estado de Goiás ou Região Centro-Oeste ou Cerrado; os dados da nomenclatura científica atualizada foram obtidos através de consultas individuais de cada espécie no endereço eletrônico http://www.floradobrasil.jbrj.gov.br/ (Flora do Brasil, 2019; 2020). Para comparar o número de espécies comuns entre as áreas foi utilizado o Diagrama de Venn.

A similaridade florística com outros estudos realizados em cerrado sentido restrito e cerrado rupestre foi investigada usando o índice qualitativo de Jaccard (Müller-Dombois; Ellenberg, 1974) por meio do programa Past. A identificação das espécies foi realizada com base em literatura especializada, consulta a herbários e auxílio de especialistas, seguindo o sistema de classificação APG IV (2016).

Para a análise do potencial de uso, foi realizada revisão bibliográfica das espécies registradas, considerando categorias como uso ecológico (fixação de nitrogênio e recuperação de áreas degradadas), uso forrageiro (alimentação animal), uso medicinal (presença de compostos bioativos) e uso econômico (aplicações agrícolas e madeireiras).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram registradas 81 espécies de Fabaceae distribuídas em 31 gêneros, evidenciando elevada diversidade florística na área estudada. Os gêneros mais representativos foram *Chamaecrista* e *Desmodium*, seguidos por *Senna*, *Mimosa* e *Stylosanthes*, grupos amplamente reconhecidos como componentes importantes da flora do Cerrado (Flora do Brasil, 2020). O hábito subarbustivo foi predominante, o

Realização
Parceiros
Apoio

que está relacionado às características estruturais da vegetação de cerrado (Sano; Almeida; Ribeiro, 2008).

A diversidade registrada está diretamente associada ao amplo potencial de uso das espécies de Fabaceae. Do ponto de vista ecológico, destaca-se a capacidade de fixação biológica de nitrogênio, fundamental para a fertilidade do solo e para processos de recuperação de áreas degradadas, especialmente em ambientes impactados por atividades agropecuárias (Cordeiro; Klein, 2000).

No contexto produtivo, diversas espécies apresentam potencial forrageiro, sendo utilizadas na alimentação animal em sistemas extensivos, característica relevante para regiões do Cerrado onde a pecuária é predominante. Além disso, espécies da família apresentam compostos bioativos, como flavonoides, associados a propriedades medicinais e potencial uso farmacológico (Tozzi, 2016).

Também se destacam aplicações econômicas e ambientais, como o uso em sistemas agroecológicos, recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável do solo, evidenciando o papel estratégico das Fabaceae na integração entre conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais.

Registros relevantes, como *Inga sessilis*, novo para a região Centro-Oeste, e *Crotalaria pallida*, novo registro para o estado de Goiás, reforçam não apenas a importância florística da área, mas também ampliam o potencial de uso dessas espécies em diferentes contextos ecológicos e produtivos.

A baixa similaridade florística em relação a outros estudos indica elevada heterogeneidade ambiental, sugerindo que diferentes áreas do Cerrado podem apresentar conjuntos distintos de espécies com potencial de uso, o que reforça a necessidade de conservação e valorização dessas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área estudada apresentou elevada diversidade de Fabaceae, associada a um amplo potencial de uso ecológico, econômico e social. As espécies registradas desempenham papel fundamental na manutenção dos ecossistemas do Cerrado, especialmente na ciclagem de nutrientes, fixação de nitrogênio e recuperação de áreas degradadas.

O potencial forrageiro e medicinal dessas espécies reforça sua relevância para práticas produtivas e para o uso sustentável dos recursos naturais, podendo contribuir para estratégias de manejo que integrem conservação ambiental e desenvolvimento local.

Os resultados evidenciam a importância da valorização da biodiversidade do Cerrado e da ampliação de estudos florísticos, especialmente em regiões ainda pouco exploradas, contribuindo para a defesa do território e para o fortalecimento de práticas sustentáveis.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Goiás (UEG), ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS-UEG) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Edital UEG nº 003/2026), pela bolsa de mestrado para primeira autora, apoio acadêmico, científico, financeiro e institucional, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

APG IV. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG IV. **Botanical Journal of the Linnean Society**, n. 181 p. 1-20. 2016.

BFG. The Brazil Flora Group. Growing knowledge: an overview of Seed Plant diversity in Brazil. **Rodriguésia**, v. 66, n. 4, p.1085-1113. 2015.

CORDEIRO, L.; KLEIN, A. L. **Eugen Warming e o Cerrado brasileiro**: um século depois. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2000. p. 131-145.

FILGUEIRAS, T. S.; NOGUEIRA, P. E; BROCHADO, A. L.; GUALA, G. R. Caminhamento - um método expedito para levantamentos florísticos qualitativos. **Caderno de Geociências**, p. 39-43, 1994.

FLORA DO BRASIL. *Chamaecrista*. **Reflora**, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/consulta/#CondicaoTaxonCP. Acesso em: 21 de nov. 2019.

FLORA DO BRASIL. Plantas do Brasil: Resgate Histórico e Herbário Virtual para o Conhecimento e Conservação da Flora Brasileira. **Reflora**, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/ConsultaPublicoHVUC/ConsultaPublicoHVUC.do. Acesso em: 08 de maio. 2026.

LEWIS, G. P. **Legumes of Bahia**. Kew Royal Botanic Gardens. 1987.

MÜLLER-DOMBOIS, D.; ELLENBERG, H. **Aims and Methods of Vegetation Ecology**. EUA: John Wiley & Sons. 1974.

TOZZI, A. M. G. A.; WANDERLEY, M.G.L. Subfamilia Papilionoideae. In: TOZZI, A. M. G. A.; MELHEM, T. S.; FORERO, E.; FORTUNA-PEREZ, A. P.; WANDERLEY, M. G. L.; MARTINS, S. E.; ROMANINI, R. P.; PIRANI, J. R.; FIUZA DE MELO, M. M. R.; KIRIZAWA, M.; YANO, O.; CORDEIRO, I. (Eds.). **Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo**. Vol. 8. São Paulo: Instituto de Botânica, 2016. P. 167-397.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. (Ed.). **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. 2008.

MODELAGEM DE FLUXO AUTOMATIZADO NO QGIS PARA ANÁLISE DE SOBREPOSIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BREJO/MA

Rafaela Gomes dos Santos Carvalho
rafaela.carvalho@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Tathiana Rodrigues Salgado
tathiana.salgado@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A regularização fundiária apresenta-se como um processo crucial para segurança fundiária da ocupação da terra e possui papel central nas discussões de políticas públicas no campo da justiça social, essencialmente nas questões históricas de desigualdade e conflitos fundiários no país. Na prática envolve questões legais, normativas e técnicas, como o Estatuto da terra através da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, Lei de georreferenciamento (BRASIL, 2002), Lei de registros Públicos (BRASIL, 1973).

Reis e Oliveira (2017) definem a regularização fundiária como um procedimento que assegura a legalidade e a integração das posses e propriedades na estrutura de produção de campo, objetivando garantir o direito à terra de forma justa ambientalmente adequada. A execução das políticas fundiárias a nível federal é o Instituto de Reforma Colonização Agrária (INCRA), estadual os órgãos de Terras e nos municípios as secretarias com tal atribuição.

Essa fragmentação de competências fundiária esbarra no cadastro territorial, uma vez que o sistema cadastral brasileiro se encontra fortemente dissociado (Carneiro, 2003). A Lei Federal nº 10.267/2001 representa um marco na organização territorial no que tange aos critérios técnicos para precisão e certificação de imóveis rurais. Seu arcabouço jurídico criou o Cadastro Nacional de Imóveis rurais, unificando diferentes cadastros de diversos órgãos, bem como estabelece a obrigatoriedade do georreferenciamento de imóveis rurais para inserção do componente gráfico georreferenciado no referido sistema cadastral, validado pelo INCRA. Somente em 2013 o INCRA implantou o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) visando a eficiência e a inovação tecnológica na gestão de validação de informações georrefenciadas.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa pauta-se no uso de técnicas de geoprocessamento para a análise de imóveis rurais objeto de regularização fundiária, oriundos do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), em sobreposição com imóveis anteriormente titulados pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA). Especificamente, pretende-se empregar o Modelador Gráfico do software livre QGIS para a criação de um fluxo automatizado de validação de sobreposições, aliado à interpretação de imagens por meio de técnicas de sensoriamento remoto (FLORENZANO, 2007), aplicando-o ao caso constatado no município de Brejo, no Estado do Maranhão, no ano de 2021.

Destacam-se os recorrentes conflitos decorrentes da sobreposição de bases cartográficas provenientes de diferentes fontes, o que contribui para o retardamento da fluidez processual. Diante dessa problemática, cabe ao geógrafo ou à geógrafa o

Realização
Parceiros
Apoio

desenvolvimento de soluções técnicas que promovam maior integração, padronização e confiabilidade dos dados espaciais. Para tanto, torna-se fundamental o aperfeiçoamento contínuo em ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), sensoriamento remoto e automação de análises, aliado à adoção de normas técnicas e à atuação interdisciplinar (Florenzano, 2005). Ademais, a incorporação de tecnologias emergentes e a elaboração de soluções aplicadas contribuem significativamente para otimizar os processos de análise territorial, tornando-os mais eficientes, precisos e compatíveis com as demandas atuais. O recorte espacial adotado foi o município de Brejo, localizado na Região Imediata e Intermediária de Chapadinha, inserido no cerrado maranhense, no qual desde o início dos anos 2000 vem passando por mudanças significativas na paisagem, em virtude da monocultura da soja (Almeida; Mattos Junior, 2016).

Diante do exposto, as geotecnologias destacam-se pela integração de geoinformações para complementar, extrair e/ou agregar informação, sobretudo com o auxílio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Este comumente empregado em diversos trabalhos dos mais diversos setores, tais como privado, acadêmico ou público. Portanto, no campo fundiário, as geotecnologias viabilizam, de forma prática, melhorias no ordenamento do tecido fundiário.

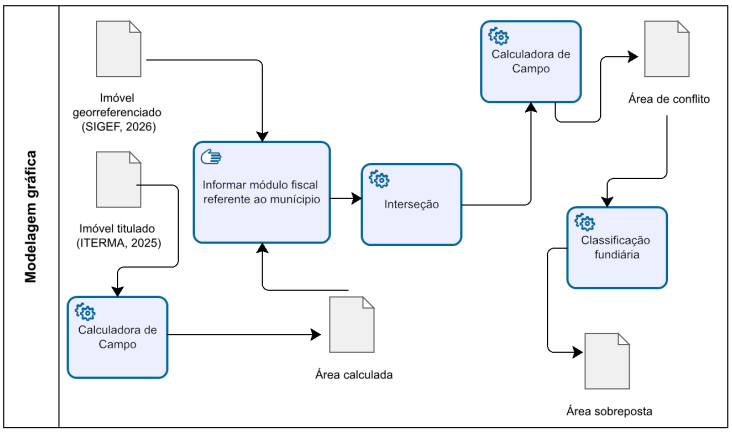
Destaca-se o SIG QGIS, *software* livre e de código aberto, projeto oficial da *Open Source Geospatial Foundation* (OSGeo) (QGIS, 2026), impulsionado por voluntários que contribuem disponibilizando códigos, corrigindo bugs, criando complementos, documentação e auxiliando usuários. Dentre suas diversas funções e ferramentas, tem-se o Modelador Gráfico, no qual permite criar rotinas de trabalho com dados de entrada, parâmetros, processamento e dados de saída para serem executados em uma única etapa.

METODOLOGIA

Os materiais utilizados nessa pesquisa foram: *software* Bizagi Modeler e QGIS Desktop 3.34.3 – Prizren, Modelador Gráfico nativo do QGIS denominado Designer de Modelos e a base de dados: Imóveis certificados (SIGEF, 2026) e base cartográfica processada do ITERMA (2026).

As etapas da pesquisa foram organizadas no fluxograma através do Bizagi Modeler, demonstrado na Figura 01.

Figura 01 – Construção do fluxo de trabalho no modelador gráfico



Realização
Parceiros
Apoio

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A metodologia adotada fundamenta-se na Nota Técnica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2024), estabelecendo um limiar de tolerância para sobreposições cartográficas proporcional à classificação fundiária dos imóveis rurais, conforme diretrizes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse sentido, os imóveis são categorizados em pequena propriedade (até 1 módulo fiscal), média propriedade (entre 1 e 4 módulos fiscais) e grande propriedade (acima de 4 módulos fiscais), sendo atribuídos, respectivamente, limites de tolerância de 10%, 5% e 2% para a área de sobreposição.

Além de permitir a classificação fundiária dos imóveis, esse parâmetro estabelece um critério quantitativo para a qualificação das inconsistências espaciais, possibilitando a categorização das sobreposições em duas classes analíticas distintas: aceitáveis e passíveis de revisão. Tal abordagem contribui para a padronização das análises e para a tomada de decisão em processos de regularização fundiária, conferindo maior objetividade e rigor técnico à avaliação espacial.

Classificam-se como aceitáveis as sobreposições de pequena magnitude, consideradas compatíveis com incertezas inerentes ao processo de georreferenciamento, adotando-se como referência prioritária o levantamento mais recente, por apresentar maior acurácia posicional e confiabilidade técnica em relação aos registros anteriores. Por outro lado, as sobreposições que excedem o limiar de tolerância estabelecido devem ser enquadradas como passíveis de revisão, sendo necessária à sua análise individualizada, com vistas à identificação das causas e à definição de procedimentos corretivos adequados, como visita em campo para dirimir dúvidas.

Os casos classificados como aceitáveis, e, portanto, suscetíveis à continuidade no processo de regularização fundiária, devem ser submetidos a uma etapa complementar de avaliação baseada em técnicas de sensoriamento remoto. Tal análise deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo Manual Técnico de Georreferenciamento de Imóveis Rurais (INCRA), integrando dados espaciais vetoriais e matriciais. A utilização de produtos de sensoriamento remoto possibilita a interpretação e validação das informações territoriais, contribuindo para a identificação de padrões de uso e ocupação da terra, bem como para a caracterização da dinâmica espacial, garantindo maior rigor técnico e consistência na análise da realidade territorial.

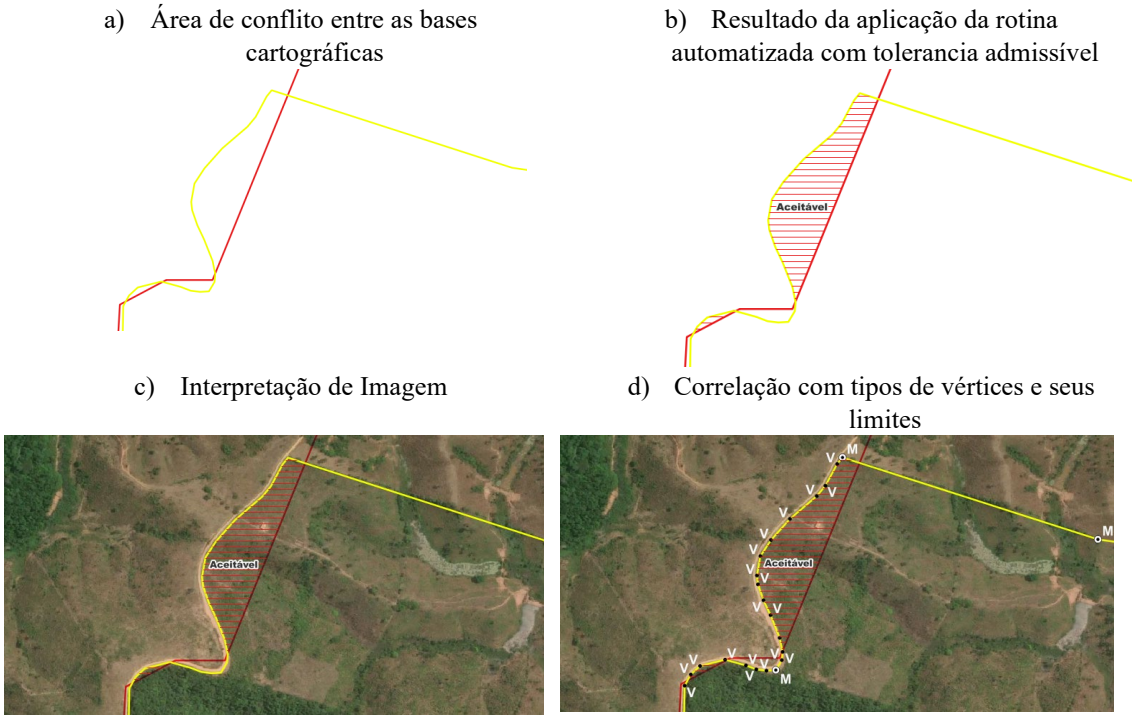
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do fluxo de trabalho no Modelador Gráfico mostrou-se adequada aos objetivos propostos, a partir da definição de duas camadas de entrada principais: o imóvel rural georreferenciado e o imóvel constante na base cartográfica existente da Autarquia, este último apresentando inconsistências em relação às normas vigentes de georreferenciamento (Figura 02a). Ambas as camadas foram padronizadas no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000), correspondente à Zona 23S, garantindo a compatibilidade espacial e a integridade das análises.

Realização
Parceiros
Apoio

Adicionalmente, foi incorporado ao modelo o parâmetro relativo ao módulo fiscal do município, permitindo a quantificação e a qualificação das sobreposições identificadas. Tal integração possibilita a aplicação de critérios proporcionais de análise, contribuindo para a consistência metodológica e para a automatização do processo de avaliação espacial no contexto da regularização fundiária (Figura 2).

Figura 02 – Exemplificação do modelo aplicado



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A abordagem adotada, fundamentada na correlação entre dados geoespaciais, cadastrais e documentais, permite maior confiabilidade técnica, reduzindo incertezas e subsidiando de forma mais consistente os processos de regularização fundiária. Em relação as técnicas de sensoriamento, elas possibilitaram a identificação de padrões, forma, tamanho, cor, textura, localização e contexto (Florenzano, 2007). Acarretando na confirmação de limites, confrontantes e a detecção de inconsistências espaciais, contribuindo para a validação dos dados georreferenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, aliada à definição de critérios objetivos de tolerância para sobreposições cartográficas, contribui significativamente para a qualificação das análises espaciais no processo de regularização fundiária. A aplicação de metodologias padronizadas e automatizadas permite maior eficiência, consistência e confiabilidade na identificação de inconsistências territoriais, reduzindo a subjetividade na tomada de decisão. Nesse contexto, o uso de ferramentas tecnológicas consolida-se como elemento essencial para o aprimoramento da atuação técnica do geógrafo, favorecendo a fluidez processual e a adequação às exigências normativas vigentes. Destaca-se, entretanto, que a utilização dessas ferramentas não isenta o profissional técnico da

responsabilidade de compreender plenamente sua aplicação, bem como os fundamentos teórico-metodológicos que sustentam a ocorrência das sobreposições cartográficas identificadas.

AGRADECIMENTOS:
Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo incentivo e suporte a esta pesquisa.

Referências

ALMEIDA, J. G.; MATTOS JÚNIOR, J. S. A dinâmica da produção de soja no município de Brejo (MA) e seus reflexos na produção agrícola camponesa. Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 11, n. 24, p. 374-399, 2016. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20183318588>. Acesso em: 18 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 13 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm>. Acesso em: 27 abr. 2026.

CARNEIRO, Andrea Flávia Tenório. Cadastro imobiliário e registro de imóveis: a Lei nº 10.267/2001, Decreto nº 4.449/2002 e atos normativos do Incra. Porto Alegre: safE, 2003.

CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO (CSR/UFMG); INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF-MG). CAR 2.0: impulsionando a análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) com ciência e tecnologia no estado de Minas Gerais: nota técnica. Belo Horizonte: UFMG, 2024. Disponível em: <https://csr.ufmg.br/car20_mg/wp-content/uploads/2024/06/nota_tecnica-car2-0.pdf>. Acesso em: 15 maio 2026.

DE OLIVEIRA, Márcio Luís; REIS, Émilien Vilas Boas. A regularização fundiária urbana e rural: necessidade de marcos teóricos e de políticas públicas distintos. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40428>. Acesso em: 21 abr. 2026.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. Geotecnologias na geografia aplicada: difusão e acesso. Revista do Departamento de Geografia, v. 17, p. 24-29, 2005. Disponível em: <http://mtc-m12.sid.inpe.br/...>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. Iniciação em sensoriamento remoto. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

QGIS. QGIS: sistema de informação geográfica livre. Disponível em: <https://qgis.org/pt_BR/site/>. Acesso em: 6 maio 2026.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE GOIANO: RELATO EM TRABALHO DE CAMPO

Guilherme Gontijo Costa
guilherme.costa@aluno.ueg.br UEG
Aline Aparecida Ferreira de Andrade
aline.andrade@aluno.ueg.br UEG

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente relato de experiência discorrerá sobre o trabalho de campo realizado na região do sudoeste goiano, mais especificamente destrinchando sobre a visita técnica realizada na usina CerradinhoBio, que sua principal atividade é a produção de etanol e sua localidade está situada no município de Chapadão do Céu, a segunda parada do trabalho de campo se deu no parque nacional das emas, área de preservação permanente com uma área de 132 mil hectares reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

O sudoeste goiano é a principal área agrícola de Goiás, segundo dados da UFU no artigo produzido por, Silva; Martins e Clemente, afirmam que, no ano de 2019 o uso do solo desta região para fins agropecuários está em 71,67%, o que representa uma área total de mais de 4 milhões de hectares, divididos em 32,09% para agricultura e 39,59% destinado a pastagem. Logo a paisagem da região próxima a usina é completamente modificada e destinada ao plantio como demonstra a imagem 1 e 2 abaixo.

Realização
Parceiros
Apoio

Figura 1

Fonte: Autor

Figura 2

Fonte: Autor

E próximo a essa grande região agrícola do Brasil, está localizado uma das mais importantes unidades de preservação ambiental do centro-oeste brasileiro, o parque nacional das emas, que pelo fato de estar em uma região marcada pela expansão da agricultura empresarial e da pecuária, acaba sofrendo uma pressão, destacado por Soares, Santos e Silva como conflito socioambiental, principalmente nas zonas de amortecimento. Num estudo publicado pelo LAPIG-UFG, os autores nomeiam o parque como uma espécie de "ilha" do cerrado preservado, que na publicação do mapa em sensoriamento remoto abaixo, exemplifica bem o porquê do uso do termo "ilha", além da percepção clara da consolidação da fronteira agrícola na região e se compreende a pressões antrópicas impostas por essa fronteira.

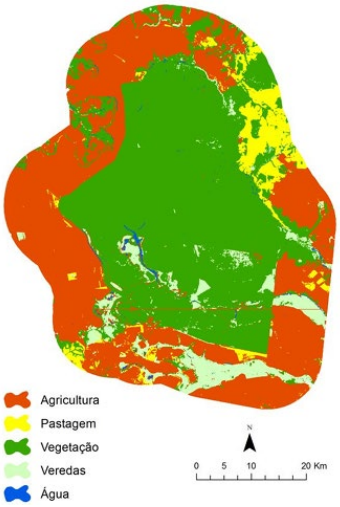


Figura 4: mapa em sensoriamento remoto do entorno do parque nacional das emas

Autor: LAPIG-UFG

Realização
Parceiros
Apoio

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O trabalho de campo se iniciou na usina CerradinhoBio que foram muito receptivos com toda a turma, e ao ilustrar os dados da empresa, o primeiro que chamou atenção foi a quantidade de funcionários, já que segundo o encarregado da nossa visita a empresa contava com cerca de 5 mil colaboradores e a estimativa do IBGE para a população do município de Chapadão do Céu, que é o município onde a usina está instalada, é de 14 mil pessoas, ou seja diversas pessoas vem de outros municípios para trabalhar na usina e a usina molda diretamente o município de Chapadão do Céu, como por exemplo, a empresa já possui projetos nas escolas da cidade, para procura de jovens aprendizes para compor seu núcleo de funcionário, e essa concentração de trabalhadores ficou bem mais nítido quando fomos para a cidade, a quantidade de pessoas vestidas com o uniforme da empresa era relevante.

No foco agrícola, a usina trabalha num viés corporativo e sua área de plantação está estimada em 75,8 mil hectares para o cultivo de cana de açúcar, onde seu principal produto é a produção de etanol, mas a produção conta com zero quantidade de lixo produzido para que tudo seja aproveitado. Além do etanol a usina produz açúcar VHP (muito alta polarização) que não é o açúcar refinado de cozinha, e é um produto considerado commodity, com as sobras da cana de açúcar é feito biocombustível que inclusive além de vendido é utilizado na empresa, e a vinhaça produzida no último estágio da linha de produção da usina, é utilizado como fertilizante na plantação.

Na segunda parte do trabalho, observamos os impactos ambientais gerados por esse abrangente foco agrícola, as consequências eram notórias antes mesmo de chegar nas propriedades do parque, por exemplo o avistamento de animais em meio a plantação exemplos de emas, lobo guará e veado. Ao chegar na zona territorial do porquê é possível observar que a plantação se estende até o limite da fronteira determinada, logo a proximidade da plantação com a área preservada eram questão de poucos passos, por isso a alta presença de fauna nas plantações. Outro ponto abordado por funcionários do parque é o uso de agrotóxicos nas plantações que devido a proximidade acabam afetando a reserva natural, que sofre pressão sob o comando dos grandes produtores, não atoa se tornou uma ilha de reserva ambiental onde suas zonas de Amortecimentos estão ocupadas pela produção.

Realização
Parceiros
Apoio

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Contudo, a vivência perante ao trabalho de campo proporcionou maior e mais aprofundada compreensão sobre as contradições presentes no processo de uso e ocupação do território na região do sudoeste goiano. A visita na usina CerradinhoBio permitiu observar a importância econômica do agronegócio para a região, especialmente na geração de empregos e desenvolvimento das cidades que giram em torno do viés agroindustrial além de evidenciar como esses grandes empreendimentos agroindustriais exercem influência direta na organização espacial dos municípios onde estão inseridos, moldando relações econômicas, sociais e territoriais. Por outra ótica, a visita ao parque nacional das Emas possibilitou refletir de maneira crítica perante esses impactos ambientais, decorrentes da expansão agrícola. Desde problemas eminentes e visíveis como a falta de zonas de amortecimentos e a circulação de animais silvestres nas áreas de plantio, até problemas que necessitam de mais aprofundamento e discussões, como os impactos em nascentes, falta de preservação próximo ao leito do rio, além do uso intensivo de agroquímicos utilizados próximo a área de reserva são alguns dos intensos conflitos socioambientais presentes na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo realizado no sudoeste goiano demonstrou a importância da observação direta da realidade como instrumento fundamental para a compreensão das dinâmicas territoriais. Mais do que visualizar conteúdos anteriormente discutidos em sala de aula, a experiência possibilitou perceber como diferentes agentes produzem e transformam o espaço geográfico, evidenciando que o território é resultado de processos complexos, marcados por interesses econômicos, questões ambientais e disputas pelo uso da terra.

REFERÊNCIAS

SILVA, Santiago Soares da; MARTINS, Alécio Perini; CLEMENTE, Evandro César. Consequências socioambientais da expansão da agricultura empresarial na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 24, n. 92, p. 108–125, abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/RCG249265131. Acesso em: 5 jun. 2026.

Realização
Parceiros
Apoio

SOARES, Daniel de Oliveira; SANTOS, Anna Claudia dos; SILVA, Elaine Barbosa da. Análise das classificações supervisionada e não supervisionada com o uso de imagens Landsat 5 TM e RapidEye, e suas contribuições para o mapeamento do uso e cobertura do solo no Parque Nacional das Emas. Revista Brasileira de Geomática, Pato Branco, v. 4, n. 2, p. 110–115, maio/ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Chapadão do Céu. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

ANÁLISE DA MOBILIDADE: POSSIBILIDADES DE DESLOCAMENTO TERRESTRE PARA COTEC, IFG UEG E UFG DA CIDADE DE GOIÁS

Hitalo Ferreira Montefusco
hitalomontefusco@gmail.com, UEG

INTRODUÇÃO

Uma cidade com menos de 30 mil habitantes com 4 instituições de ensino superior e de formação profissional, essa é a cidade de Goiás, antiga capital do estado, reconhecida como patrimônio da humanidade por seu conjunto arquitetônico e sua paisagem. Desponta como polo educacional do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho.

A interiorização do ensino superior e técnico, materializada pela instalação do Instituto Federal de Goiás (IFG) e Colégio Tecnológico (COTEC) e da expansão dos cursos ofertados pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Universidade Federal de goiás (UFG), trouxe um potencial de mudança na dinâmica da interação socioespacial de atração de estudantes e profissionais de diversas localidades e comunidades tradicionais da região e adjacentes ao recorte territorial.

Escolheu-se analisar o Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho por abarca 156.355 pessoas (IBGE 2022), das quais 78,9% moram em áreas urbanas e 21,1% vivem na zonra rural e o programa ter sido renovado em 2025. O novo foco é em desenvolvimento regional a partir de características locais. A formação dos grupos ocorreu de acordo com critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos mirando aumentar a coesão social e territorial, conforme as diretrizes do Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2008). Esse recorte é necessário pelos índices de concentração de beneficiários do programa Bolsa Família e pelo baixo dinamismo econômico local (BRASIL, 2008), o que demanda intervenções estruturantes na educação

Contudo, mesmo com a expansão das vagas e novos cursos ofertados a democratização do acesso continua submetido a questões de mobilidade e permanência dos estudantes oriundos do Vale do Rio Vermelho. O percurso recorrente entre casa e instituição de ensino está entre os maiores desafios para o uso desses equipamentos públicos, seja por ausência de linhas diárias que possam levar e trazer alunos diariamente ou convênios entre prefeituras. A partir disso, este trabalho busca analisar as possibilidade de deslocamento terrestre de uma hora, por carro e ônibus, para as instituições de ensino implantadas na cidade de Goiás, e como isso impacta o direito a educação no contexto do Cerrado.

METODOLOGIA

Para a realização desse artigo, optou-se por uma abordagem metodológica baseada em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), adequada para análise das dinâmicas de fluxos e acessibilidade territorial. Os processos que resultaram no mapa síntese foram:

Realização
Parceiros
Apoio

Coleta e organização de dados. Foram utilizados a base de dados cartográficos e censitária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como a malha municipal e lista de distritos de 2022. Os dados da malha viária estadual e federal 2018, foram obtidos na página do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Os municípios participantes do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, composto por 16 municípios, foram obtidos na página da Casa Civil da Presidência da República 2008.

Espacialização das instituições e distritos: Levantou-se as coordenadas geográficas, por aero fotointerpretação de imagem de satélite CBERS 4A, das quatro instituições em destaque no artigo: COTEC, IFG, UEG e UFG. A obtenção da localização dos distritos ocorreu por cruzamento com a base de dados do Open Street Maps.

Modelagem de deslocamento: Utilizou-se o programa de uso livre Quantum GIS (QGIS) para a construção do mapa síntese. A partir da delimitação dos distritos integrantes do Território da Cidadania do Vale do Rio Vermelho, em conjunto com a extensão do QGIS *ORS Tools,* gerou-se mapas isócrono relacionando os distritos e o centroide da cidade de goiás por deslocamento terrestre, levando em consideração a velocidade máxima da via, e restringiu-se os resultados à uma hora (60 minutos), tendo consciência que o trajeto cotidiano é o dobro desse valor.

Optou-se por utilizar mapas isócronos pelo artigo de Okamoto e Marins (2025) apresentar que diferente dos raios estáticos essa metodologia leva em consideração as barreiras como relevo e a malha viária na modelagem de deslocamento chegando assim a um resultado com maior precisão.

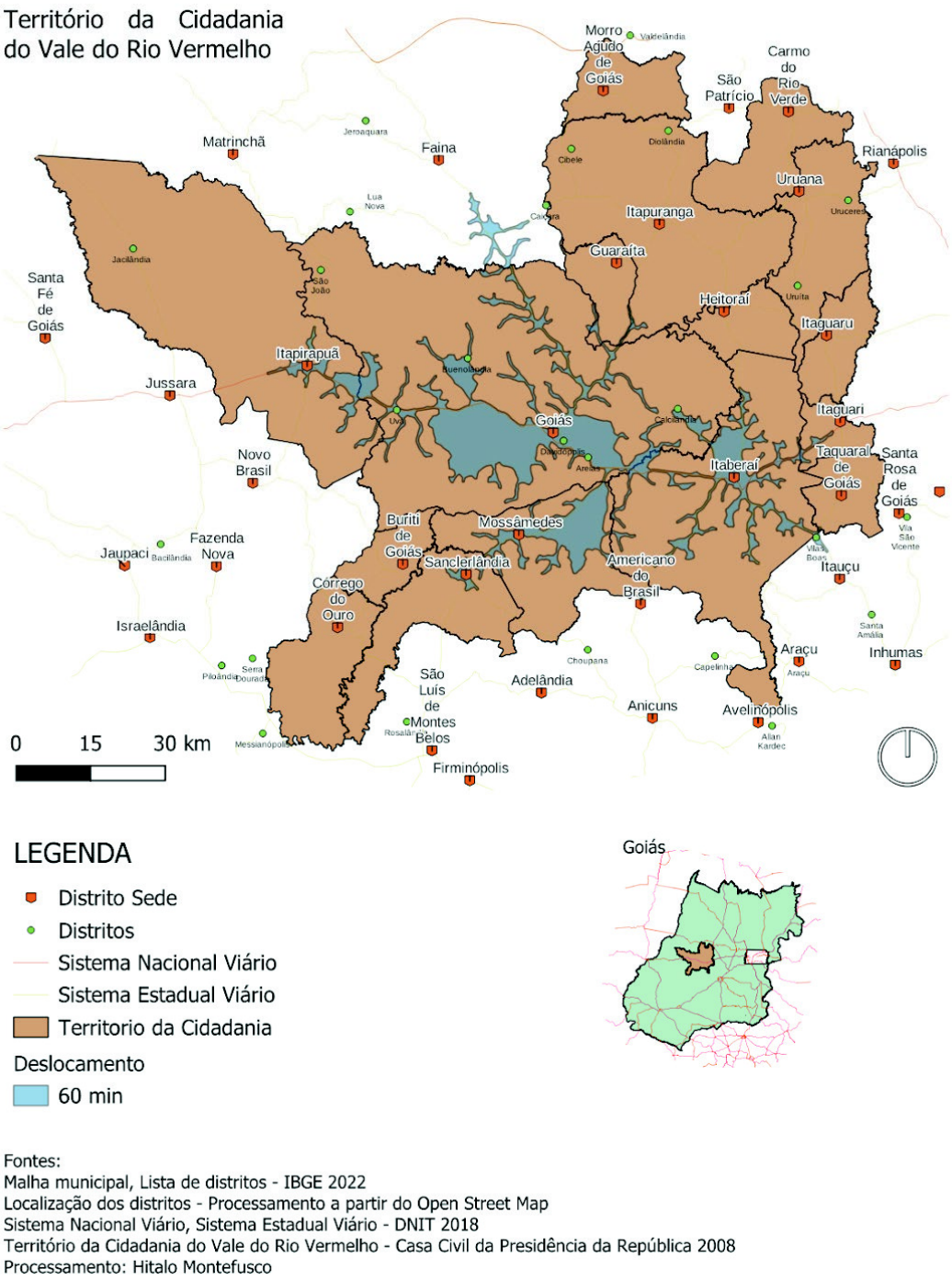
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na figura 1 observou-se que os deslocamentos ocorrem principalmente pelas rodoviais GO-070 e GO-164, eixos leste-oeste e norte-sul respectivamente. Com isso os municípios da região nordeste do mapa ficam de fora do alcance de uma hora, (Morro Agudo de Goiás, Carmo do Rio Verde, Uruana, Itapuranga, Guaraíta, Heitoraí, Itaguaru) e dois municípios na região sudoeste (Córrego do Ouro e Buriti de Goiás). Nota-se que Itapuranga está um pouco mais de 60 minutos de deslocamento, porém há um trecho considerável de estrada de chão, passível de aumentar o tempo durante o tempo das chuvas. Resalta-se que há uma diferença entre o ônibus e o carro. O transporte coletivo está sujeito a paradas regulares da rota, e o veículo particular costuma viajar abaixo da capacidade máxima. No caso dos alunos de municípios mais distantes as alternativas são recorrer aos os programas de permanência estudantil ou gastar parte considerável do dia na estrada.

É necessário fazer a reflexão de concentração de instituições de ensino na mesma cidade, como diz Guimaraões, et al (2022) que a expansão para o interior foi orientada para regiões (aglomerados municipais) com menos de 750 mil habitantes, levando em consideração os municípios no entorno da cidade de implantação das instituições. No caso do Território do Vale do Rio Vermelho são 156.355 pessoas ao todo (IBGE 2022), das quais 78,9% moram em áreas urbanas e 21,1% vivem na zonra rural.

Realizção
Parceiros
Apoio

Figura 1 – Mapa isócrono do Território da Cidadania e as Instituições de ensino



Fonte: Centralidades Urbanas em Foco: A implantação do COTEC e do IFG na Cidade de Goiás. MONTEFUSCO, H. 2025

Dado o contexto de orientação de implantação de instituições de ensino superior, técnico e profissional em regiões fora dos grandes centros urbanos (considerando regiões metropolitanas e cidades pólos) com o recorte territorial do Vale do Rio Vermelho é possível visualizar a cidade Goiás com condições capacitar profissionais para atuar em toda a região, Casqueiro (2020) aborda que as instituições de ensino superior promovem uma alteração positiva pelo espectro econômico, uma vez que a

dinâmica de circulação monetária é alterada pela vinda do corpo técnico e profissional para atuar nelas, isso no curto prazo, a longo prazo os egressos dos cursos e formações podem quebrar o ciclo de baixo dinamismo econômico. SOUSA & FREIESLEBEN (2018) reforçam o papel dos institutos federais por concentrarem ensino médio, técnico e superior trazendo indicadores para os municípios da sede da instituição e os municípios do entorno quando o profissional retorna capacitado levando o dinamismo do profissional no movimento de retorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo é um desdobramento da pesquisa realizada para a monografia em Arquitetura e Urbanismo.

A produção do mapa considerado a viagem de ida e volta para o local de estudo (2h por dia) sinaliza um potencial da cidade de Goiás em assumir o papel de polo de formação profissional. Sem excluir as cidades cujo deslocamento está entre 1h e 2h. Os próximos passos são levantar dados sobre parcerias intermunicipais dentro das redes existentes.

Com o Ministério do Desenvolvimento Agrário retomando o programa dos Territórios da Cidadania podemos refletir sobre os cursos ofertados se estão alinhados com planejamentos transversais e modelar cenários para quantificar a expansão da ocupação das vagas nas instituições de ensino técnico, superior e profissionalizante. Outra situação favorável da presença das instituições é a possibilidade de estudos multidisciplinares para a compreensão do Cerrado Goiano, num movimento de preservar saberes tradicionais enquanto se respeitar o rigor acadêmico.

Referências

BRASIL. **Decreto 25, de fevereiro de 2008**. Territórios da Cidadania: Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. [2008], Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/dnn/dnn11503.htm. Acesso em: 20 de maio 2026.

CASQUEIRO, Mayara Lima; LRFFI, Guilherme; DA SILVA, Cristiano da Costa. **A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais**. Campinas. Campinas. Avaliação, ed. 25, Jan-abr, [2020]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/MpxxT5FmyDYkDkWtJZkpygB/. Acesso em: 22 de maio 2026

GUIMARÃES, E. N, DA SILVA, V. A, BERTOLUCCI JÚNIOR, L., FERREIRA, E. W., DE SOUZA, H. F., OLIVEIRA, A. S. A interiorização do ensino superior e a mobilidade estudantil reversa nos pequenos municípios. In: MACEDO, Fernando Cezar de ; MONTEIRO NETO, Aristides ; VIEIRA, Danilo Jorge (org.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. Brasília: IPEA, [2022]. cap. 12, p. 391-426. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/4029b4b8-f403-42f4-9a5b-374cf5b7e8b3. Acesso em: 25 maio 2026.

MONTEFUSCO, H. **Centralidades Urbanas em Foco: A implantação do COTEC e do IFG na Cidade de Goiás**. Monografia (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Goiás. Goiás, p. 71. [2025].

OKAMOTO, Carollina Hitomi de Oliveira; MARINS, Karin Regina de Castro. **Isócronas de tempo são um primeiro passo mais efetivo no planejamento de áreas adensáveis com foco na mobilidade a pé. Ambiente Construído**, v. 25, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ac/a/JXHTXLrQGVZPSnHNVsVyVDm/?lang=pt. Acesso em: 26 mai. 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/s1678-86212025000100814.

SOUSA, F. E. de, & FREIESLEBEN, M. (2018). **A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. Revista Da FAE, 21(2), 163–178. Disponível em: https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/571. Acesso 22 de maio 2026.

LITERATURA, LIBERTAÇÃO E EXPRESSÃO CULTURAL: A VOZ COLETIVA DE NOÉMIA DE SOUSA EM *SANGUE NEGRO*[1]

Franklin Ribeiro Vieira[2]
2002franklinribeiro@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Josilene Silva Campos[3]
josicampos@ueg.com, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo estudar a identidade coletiva moçambicana durante o colonialismo português a partir dos poemas de Noémia de Sousa[4]. E analisar as características dessa construção identitária na poesia da "Mãe dos poetas moçambicanos" bem como destacar os elementos de expressão cultural que são resultados. Tais pontos são importantes para entendermos a relevância, inovação e resistência da poeta.

Entre os anos de 1948 e 1951, Noémia teve uma intensa produção poética, marcada pelo engajamento político, denúncia das injustiças do sistema colonial português e pela valorização da identidade negra e africana. A partir dos poemas de Noémia de Sousa publicados na obra *Sangue Negro,* propomos analisar como a autora constrói representações sobre identidade negra e expressões culturais em seus textos. O nosso objetivo é compreender quais elementos a poeta recorre para pensar o que é ser africano em uma sociedade colonial marcada pela violência racial. Dentre importantes referências teóricas desse trabalho, destacamos Francisco Noa, especialmente por este considerar que a voz poética de Noémia de Sousa transcende os limites egoístas, instituindo-se, de certo modo, como uma voz de aspiração plural e universalista (NOA, 2016, p. 170). Deste modo, as perguntas de pesquisa que direcionam este estudo são: Qual a importância da cultura para o coletivo? Como a autora estabelece, através das expressões culturais, a identidade em seus poemas?

---

[1] Este estudo é parte do trabalho desenvolvido no programa de Iniciação Científica da UEG.
[2] Graduando do Curso de Letras - Português/Inglês.
[3] Orientadora deste trabalho. Docente do Curso de História. Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP).
[4] Carolina Noémia Abranches de Sousa Soares, nasceu em 20 de setembro de 1926, em Catembe, Moçambique, e faleceu em 4 de dezembro de 2002, em Cascais, Portugal. Filha de pai moçambicano com ascendência africana, portuguesa e goesa, e mãe de origem europeia (germânica). Foi uma importante poeta, tradutora, jornalista e revolucionária da "geração da negritude" moçambicana. A exaltação da mulher, a cultura africana como protagonista e a denúncia da opressão colonial portuguesa são temas centrais em sua escrita.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, centrada na análise literária da obra *Sangue Negro*, de Noémia de Sousa. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender, em profundidade, os aspectos simbólicos, culturais e identitários presentes na produção poética da autora, especialmente no contexto do colonialismo português em Moçambique.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Manuel Ferreira (1989) a literatura Africana pode ser dividida em quatro momentos fundamentais para ser entendida: (1) O escritor em estado de alienação, o indivíduo procura uma narrativa olhando para fora. (2) O escritor fica consciente da realidade, o indivíduo toma como referencial a sua própria condição. (3) O escritor com seus discursos de revolta. (4) A reconstrução da identidade africana. Quando analisamos a produção de Noémia de Sousa, percebemos que seus poemas estão preocupados em realizar uma denúncia contra a violência colonial bem como refletir sobre a situação dos moçambicanos.

Nas produções de Noémia de Sousa a identidade negra aparece de diversas formas, bem como o clamor de revolta, a esperança na fraternidade, a valorização da cultura e, sobretudo, a musicalidade como arma da resistência. Esses elementos aparecem, em conjunto e dissolvidos entre elementos como violência física, trabalho forçado, desumanização, negligência e restrição social[5].

No poema *Patrão*[6], podemos observar que é através da situação de trabalho forçado que a poeta vai construir a identidade do eu lírico. Conforme observamos no trecho a seguir:

Patrão, patrão, oh meu patrão!
Porque me bates sempre, sem dó,
com teus olhos duros e hostis,

[5] As principais identificadas são: a obrigatoriedade do passe para andar nas ruas e a proibição das manifestações culturais.
[6] Noémia de Sousa, "Patrão", em *Sangue negro* (São Paulo: Editora Kapulana, 2016), 70-72.

com tuas palavras que ferem com setas,
com todo o teu ar de desprezo motejador
por meus atos forçadamente servis,
e até com a bofetada humilhante da tua mão?

Oh, mas porquê, patrão? Diz-me só:
que mal te fiz?
(Será o ter eu nascido assim com esta cor?)

O poema supracitado constrói uma narrativa relacionada, explicitamente, ao trabalho forçado, um dos métodos utilizados pelo colonialismo em África para exercer opressão e justificar a violência. Os versos nos apresentam uma voz poética de um questionador subserviente. Para o colonizador, sua condição enquanto negro é de sub-humano, é a condição de doméstico que lhe é atribuída, em primeira partida, por Noémia. Depois, há a construção de ocupação, é uma atribuição de orgulho, história e identidade.

> É por esta via que os poemas de Noémia de Sousa introduzem na poesia moçambicana um discurso simultaneamente lírico (no sentido que lhe atribui Paul Valéry de desenvolvimento de uma exclamação) e épico, o que vai determinar o seu papel de vanguarda estética e justificar mais tarde a sua inclusão no discurso africano moderno. (MENDONÇA, 2016, p. 191)

A reivindicação da terra e do território se mostra presente, o negro entende o que lhe foi tomado. Não é uma exigência apenas da terra, é a exigência do fim do domínio parasitário colonial aos corpos e mentes africanos.

Ah patrão, eu levantei
esta terra mestiça de Moçambique
com a força do meu amor,
com o suor de meu sacrifício,
com os músculos da minha vontade!
Eu levantei-a, patrão
pedra por pedra, casa por casa,
árvore por árvore, cidade por cidade,
com alegria e com dor!

Eu a levantei!

Ao final da poesia, ela provoca seu leitor, estimula e entrega solução.

E tu bates-me, patrão meu!
Bates-me…
E o sangue alastra, e há-de ser mar…
Patrão, cuidado,
que um mar de sangue pode afogar
tudo… até a ti, meu patrão!
Até a ti…

Na última estrofe do poema, há duas análises que consideramos importantes. A primeira reforça uma ideia individual de ameaça, é o aviso de uma finalização violenta daquela opressão. Será o propriamente dito derramamento do sangue do antagonista da narrativa, o colonizador. A segunda, a revolta, a fagulha de esperança do eu lírico que recebe constantemente desprezo. A revolta é o desfecho para essa incansável vida de humilhação e dor aos seus companheiros moçambicanos. É nesta última interpretação que procuro pensar o eixo central da minha pesquisa. Temos uma voz coletiva, que transcende o ego e parte de uma experiência individual para se tornar uma coletividade negra identitária, neste caso moçambicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Noémia de Sousa é para Pires Laranjeira, a "ânsia de absoluto, mística de fusão com o povo e o continente" (LARANJEIRA, 1995, p. 499). A conexão entre povo e continente, proposta por Laranjeira, é muito bem trabalhada na obra completa da "Mãe dos poetas moçambicanos", essa relação é o legado dela na literatura africana, sendo também o suporte intelectual contra a mão esmagadora do colonialismo. Em outras palavras, o que nos foi deixado é a literatura que denunciou as violências por parte da Europa, Noémia não se tornou omissa devido à retaliação e ao medo.

Pensar e estudar a poesia de Noémia de Sousa é trabalhar uma ferida ainda não sanada na memória de Moçambique, é, também, entender como ela se fez escudo para

seu povo. Ela trabalha sua literatura na prática da coletividade.[7] A poeta escrevia suas poesias para jornais e nisso entendia como estratégia a poesia vocálica, visto que, a maioria da população não sabia ler. Assim, ela prova, com genialidade, como a oralidade de sua literatura vai além de uma simples projeção.

O retrato do passado e essa relação na poesia, faz Noémia mais do que coletiva, sua arte é o grito de uma mulher que ecoa infinitamente. Dessa forma, sigo com encanto proclamando aos quatro cantos o poder e audácia de uma mulher que não aceitou as amarras de um sistema que sub humanizou os seus.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Manuel. Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Biblioteca Breve, 1989.

LARANJEIRA, Pires. Literaturas africanas de expressão portuguesa: formação e desenvolvimento das literaturas. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. Voz, origem, corpo, narração - poesia de Noémia de Sousa. In: Oralidades e escritas nas literaturas africanas. Lisboa: Ed. Colibri, 1998.

MENDONÇA, Fátima. Moçambique, lugar para a poesia. In: SOUSA, Noémia de. Sangue negro. São Paulo: Kapulana, 2016. p. 183–194.

NOA, Francisco. Noémia de Sousa: a metafísica do grito. In: SOUSA, Noémia de. Sangue negro. São Paulo: Kapulana, 2016. p. 169–174.

SOUSA, Noémia de. Sangue Negro. Série Vozes da África. São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

[7] Segundo Ana Mafalda Leite (1998, p. 107), “toda a poesia da autora aspira a ser vocal, escapando assim ao exílio silencioso da escrita”.

Realização
Parceiros
Apoio

CERRADO ONÍRICO: A MONTAGEM ENSAÍSTICA DE SILÊNCIO (2006)

Luca Manso Fraietta
Lucamanso403@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Rafael de Almeida
rafaeldealmeida@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa dedica-se a explorar como filmes ensaísticos brasileiros constroem, por meio da montagem, uma atmosfera onírica capaz de ressignificar e reimaginar as paisagens do Cerrado. O foco, portanto, é em compreender como a montagem ensaística transforma as paisagens do Cerrado e do Sertão em matéria simbólica e fabulatória, ao apropriá-las como parte dessa atmosfera onírica. Nesse sentido, nos debruçamos sobre o filme ensaístico, *Silêncio* (Sérgio Borges, 2006). A obra habita um espaço fronteiriço entre o documentário e o ficcional, apresentando um enredo vago que chama atenção aos contrastes entre a natureza do Cerrado e o ambiente urbano. Sua estrutura também é fragmentada e seus personagens são silenciosos, salvo poucas enunciações poéticas que sobrepõem o filme, aproximando-o do ensaístico.

Considerando o aspecto onírico da obra em questão, me pergunto como as práticas ensaísticas presentes no filme levantado operam de forma a reorganizar e/ou reimaginar as paisagens do Cerrado. Adicionalmente, me questiono sobre o próprio papel dessas paisagens e do território no filme para além de sua ambientação e/ou representação, ou seja, como as práticas ensaísticas deslocam o estatuto da imagem para fortalecer seus aspectos dialéticos e fabulatórios? Logo, uma vez que as imagens deixam de existir como simples documentações e representações realistas do território, me interessa investigar como o filme reinventa, a partir de práticas do filme-ensaio (fragmentação, montagem, enunciação subjetiva), sua relação com as paisagens e com o Cerrado, flexionando-o como material de sua atmosfera onírica.

Assim, parto da hipótese de que a montagem ensaística manifesta o universo do sonho, aproximando formalmente as obras a descrições psicanalíticas dos sonhos, de forma a multiplicar e potencializar os símbolos, metáforas e reflexões pessoais presentes no filme. *Silêncio* (2006), ao adotar técnicas ensaísticas, constrói uma atmosfera onírica que flexiona as paisagens do Cerrado, não como representações objetivas, mas como símbolos de um imaginário subjetivo, permitindo uma reimaginação desse território a partir de uma perspectiva abertamente subjetiva e lacunar que alude a real complexidade deste território. As paisagens, então, cumprem um papel duplo ao construírem a atmosfera onírica, na medida que permitem um acesso a traços da subjetividade dos realizadores, ao mesmo tempo que comentam e refletem sobre as próprias paisagens. Ou seja, o filme cria reflexões oníricas, através das paisagens, que influenciam nossa percepção das mesmas dialeticamente

Isso exposto, o objetivo geral do estudo é explorar os meios em que as práticas ensaísticas criam uma atmosfera onírica capaz de ressignificar e reimaginar as paisagens do Cerrado. Desse modo, configuram-se como objetivos específicos:; Elucidar como a montagem ensaística está relacionada à construção de uma estética

Realização
Parceiros
Apoio

onírica; Investigar como a atmosfera onírica potencializa a fabulação do território ao incorporar as paisagens do Cerrado; Realizar uma análise fílmica do filme pensando na singularidade do seu gesto de montagem.

METODOLOGIA

Metodologicamente, amparo o estudo em uma pesquisa bibliográfica de largo espectro, envolvendo autores que se dedicam especificamente ao filme-ensaio (Antonio Weinrichter, Català Domènech, Laura Rascaroli, Timothy Corrigan, William C. Wees, Theodor W. Adorno), buscando uma melhor compreensão da linguagem ensaística. Paralelamente, mostra-se necessário um estudo específico referente à atmosfera e às paisagens do Cerrado (Antón Corbacho Quintela, Carlos Rodrigues Brandão, Anne Cauquelin, Inês Gil, José Gil). Em um segundo momento, proponho uma aproximação com uma bibliografia específica para a compreensão do sonho, seja através de pensadores que também se comunicam com o filme-ensaio, como Gilles Deleuze e Jacques Derrida, e/ou de autores que exploram o sonho especificamente, como Freud, Mark Blagrove e Julia Lockheart, a fim de melhor compreender o funcionamento do sonho e aproximar, de maneira mais precisa e substancial, da prática da montagem ensaística.

Assim, o primeiro aspecto que deve ser levado em conta neste projeto é a opção de colocar o filme em primeiro plano. Nesse sentido, temos a análise fílmica como o procedimento metodológico básico a ser aplicado nesse processo, fazendo uso da proposta de análises fílmicas sugeridas por Francis Vanoye e Annes Goliot-Lété (2006). Por meio delas, pretendo formular as principais questões que guiarão a investigação da hipótese. Assim, dado uma decupagem prévia de segmentos específicos da obra, proponho uma investigação formal e analítica do filme em questão a fim de elucidar as operações efetuadas pelo realizador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da dificuldade em sua categorização, o filme-ensaio é caracterizado, de forma relativamente consistente, por um ponto de vista pessoal que, através de um constante autoquestionamento, guia a estrutura do filme (Corrigan, 2015). Esse ponto de vista explicitamente subjetivo pode se manifestar de diversas formas, mas é comumente associado à figura de um sujeito enunciador, que guia o discurso do filme através de seus questionamentos e reflexões. Segundo Corrigan, uma "persona real ou ficcional cujas buscas e questionamentos moldam e dirigem o filme no lugar de uma narrativa tradicional e frequentemente complicam a aparência documentária do filme" (Corrigan, 2015, p. 33). Logo, para além da presença de uma enunciação, identificamos essa pessoalidade do discurso, que confunde o caráter documental ou ficcional da obra, como um dos elementos chave da estruturação do filme-ensaio.

O filme-ensaio preza por estabelecer uma relação dialética entre espectador e realizador, incentivando, na medida em que o ensaísta projeta suas experiências sobre as diversas paisagens ou territórios, que o espectador faça o mesmo. Segundo Josep M. Català Domènech, "a dissertação ou a narrativa perdem o receptor caso se afastem da sua linha argumentativa; enquanto o ensaio retém o receptor, mesmo que ele pareça se afastar com suas próprias divagações" (Domènech, 2022, p. 20,

Realização
Parceiros
Apoio

tradução nossa). Paradoxalmente, o filme-ensaio torna-se universal ao abraçar sua subjetividade, ganhando forças na medida em que fragiliza seu próprio discurso.

Nesse sentido, entende-se que, além de manifestar-se de forma a borrar as fronteiras entre o documental e o ficcional, "de suas origens literárias até suas revisões cinematográficas, o ensaístico descreve as atividades de múltiplos níveis de um ponto de vista pessoal como uma experiência pública" (CORRIGAN, 2015, p.17). Logo, além de se afastar das práticas do cinema clássico, o ensaio fílmico preza por uma subjetividade explícita manifestada em suas técnicas, expressando inquietações subjetivas, internas, através de imagens públicas, externas. Ou, "uma reflexão mediante imagens, realizada através de uma série de ferramentas retóricas que se constroem ao mesmo tempo que o processo de reflexão". (Domenèch, 2005, p. 133, tradução nossa). Portanto, se o ensaístico preocupa-se em manifestar esse processo de reflexão através de uma esfera pública, vale também explorar que esfera é essa, o que ela diz sobre o filme e o que o filme diz sobre ela.

Torna-se importante, portanto, não se limitar às representações realistas, científicas, biológicas do Sertão e do Cerrado, mas sim, explorar o imaginário e os símbolos que se formam ao redor de suas múltiplas paisagens. Dessa forma, ao prezar pela criação de paisagens oníricas, "estamos em presença de uma atmosfera abstrata que ultrapassa as referências espacio-temporais convencionais" (Gil, 2005, P.145). Logo, argumenta-se que, visto a capacidade da atmosfera fílmica de estabelecer ou condicionar as relações dos personagens e/ou enunciadores com seus meios, os filmes ao criarem uma atmosfera onírica, através de operações ensaísticas de montagem, são capazes de estabelecer representações mais abstratas e sensíveis que, portanto, ultrapassam modelos cinematográficos convencionais.

Desse modo, compreende-se que "a atmosfera manifesta-se como um fenómeno sensível ou afectivo e rege as relações do homem com o seu meio" (Gil, 2005, P.141). Logo, o cinema, através de diferentes operações (profundidade de campo, enquadramento, narrativa, montagem, etc.) é capaz de transmitir atmosferas específicas e, portanto, estabelecer relações diversas entre seus personagens e/ou enunciadores com seus meios. Nesse sentido, argumentamos aqui que essa conexão misteriosa e discursiva entre imagens ocorre de modo a criar uma *atmosfera onírica,* capaz de ressignificar e reimaginar a relação com nosso meio, com nossas paisagens.

O estudo do filme não apenas contribui para o entendimento das produções audiovisuais que tematizam o sertão-cerrado, mas também possibilita leituras que desafiam as histórias oficiais através desses processos de fabulação. Desse modo, o estudo da obra permitiu um acesso a questões culturais pertinentes ao cerrado ao mesmo tempo que auxiliou no entendimento do próprio cinema, e do filme-ensaio, como ferramenta de ressignificação e reimaginação do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, compreende-se que Silêncio (2006) mobiliza as práticas do filme-ensaio para construir uma atmosfera onírica capaz de deslocar o estatuto das imagens do Cerrado para além de sua dimensão documental ou representacional. Através de uma montagem fragmentada, subjetiva e reflexiva, o filme transforma as paisagens em matéria sensível e simbólica, articulando memória, fabulação e imaginação em

Realização
Parceiros
Apoio

torno do território sertão-cerrado. Assim, argumenta-se que a atmosfera onírica não atua apenas como elemento estético, mas como um procedimento ensaístico que reorganiza dialeticamente a relação entre sujeito, imagem e paisagem, permitindo que o Cerrado emerja como espaço de reflexão, experiência e invenção poética.

O presente estudo está em desenvolvimento através do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

AGRADECIMENTOS: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e contou com o apoio do Entre-Imagens – Laboratório de Cinema e Arte

Referências

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: Adorno, T. W, **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. p. 15–45.

BLAGROVE, M.; LOCKHEART, J. **The Science and Art of Dreaming**. [s.l.] Taylor & Francis, 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Gerais, o Sertão, o Cerrado: algumas anotações sobre um jardim**. Goiânia, Agosto, 2003.

CATALÀ, Josep. Film-ensayo y vanguardia. In: TORREIRO, Casimiro; CERDÁN, Josetxo (orgs.). **Documental y vanguardia**. Madrid: Cátedra, 2005.

CATALÀ DOMÈNECH, Josep Maria. **News of the end of the world: The essay film as mentality.** Comparative Cinema, v. 10, n. 18, p. 117–138, 2022. DOI: https://doi.org/10.31009/cc.2022.v10.i18.02

Cauquelin, Anne. **A invenção da paisagem.** Tradução de M. Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CORRIGAN, Timothy. **O filme-ensaio: desde Montaigne e depois de Marker**. Campinas: Papirus, 2015.

FREUD, S. **Freud (1916 - 1917) - Obras completas volume 13**. [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S**. Freud (1900) - Obras completas volume 4.** [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2019.

GIL, I. (2005) A atmosfera como figura fílmica. In: **Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico**. Covilhã, pp. 141-146

QUINTELA, Antón Corbacho. **Do Sertão Ao Cerrado Do Planalto Central: Uma Questão De Nomenclatura.** Revista UFG, Goiânia, v. 12, n. 9, 2017. Disponível em: https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48342. Acesso em: 20 abr. 2026.

RASCAROLI, Laura. **The personal camera: Subjective cinema and the essay film.** London: Wallflower Press, 2009.

WEES, William. **Recycled images: The art and politics**. New York: Anthology Film Archives, 1997.

WEINRICHTER, Antonio. **La forma que piensa: Tentativas en torno al cine-ensayo.** Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura y Turismo, Institución Príncipe de Viana, 2007.

WEINRICHTER, A. (2015). UM CONCEITO FUGIDO. NOTAS SOBRE O FILME-ENSAIO. In: Hucitec, ed. 1, **O Ensaio no Cinema: Formação de um quarto domínio das imagens na cultura audiovisual contemporânea.** São Paulo, pp.42-91.

ENTRE TERRITÓRIO, FÉ E MEMÓRIA: O ENCONTRO DAS COROAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO COMO PRÁTICA DE PRODUÇÃO CULTURAL EM GOIÁS

Victor Massimiliano Setti da Penha
settivictor@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Raimunda Sousa Mello
melloraimunda85@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Mariane Ferreira Santos
marianeferreira76@icloud.com, Universidade Estadual de Goiás
Maria Idelma Vieira D'Abadia
maria.dabadia@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

As festividades do Divino Espírito Santo constituem uma das mais duradouras manifestações da religiosidade popular brasileira, possuindo origens vinculadas às tradições católicas portuguesas medievais e sendo incorporadas ao contexto brasileiro durante o período colonial. No estado de Goiás, tais celebrações adquiriram forte enraizamento histórico e cultural, especialmente em cidades tradicionais, nas quais articulam fé, memória coletiva, sociabilidade e pertencimento territorial.

Nesse contexto, o Encontro Estadual das Coroas do Divino Espírito Santo emerge como importante manifestação cultural contemporânea. Realizado em sua décima edição nos dias 11 e 12 de abril de 2026, na cidade de Goiânia. O evento reuniu comitivas provenientes de diversos municípios goianos, constituindo um espaço de convergência simbólica no qual religiosidade, identidade territorial e cultura popular se entrelaçam.

A origem do encontro remonta ao ano de 2014, na cidade de Jaraguá, a partir de um sonho vivenciado por José Francisco da Silva, conhecido como "Zeca Imperador", no qual diversas coroas do Divino Espírito Santo encontravam-se reunidas em um mesmo espaço. Posteriormente, essa experiência simbólica materializou-se na criação do evento, que passou a circular por diferentes municípios do estado.

Ao longo de sua trajetória, o encontro consolidou-se como circuito cultural itinerante, reunindo cidades como Pirenópolis, Goiás, Cristalina, Corumbá de Goiás, Niquelândia, Crixás, Pilar de Goiás, São Francisco de Goiás, dentre outras, fortalecendo a preservação das tradições do Divino Espírito Santo no território goiano.

A pesquisa dialoga com Clifford Geertz (1989), ao compreender a cultura como sistema de significados compartilhados; com Milton Santos (2006), na análise das territorialidades produzidas pelo encontro; com Pierre Bourdieu (1989), a partir

Realização
Parceiros
Apoio

das relações entre práticas culturais e capital simbólico; e com Stuart Hall (2006), no que se refere aos processos de construção identitária.

Dessa forma, o trabalho objetiva analisar o X Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo enquanto prática de produção cultural e territorial em Goiás, evidenciando sua relevância para a preservação do patrimônio imaterial e para a construção de identidades coletivas.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, orientada pela perspectiva interpretativa das ciências sociais. O estudo foi desenvolvido a partir de trabalho de campo realizado durante o X Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo, ocorrido em Goiânia, nos dias 11 e 12 de abril de 2026, na disciplina: Diversidade Cidadania e Direitos do curso de Geografia, UnUCSEH – Nelson Abreu Junior - UEG.

Como principal técnica de investigação, utilizou-se a observação participante, compreendida como instrumento fundamental para apreensão das práticas culturais em seu contexto de realização. Foram realizados registros fotográficos panorâmicos, respeitando critérios éticos de não identificação individual, além de conversas informais com participantes, representantes de comitivas e organizadores do evento.

Destaca-se a interlocução com o geógrafo e professor Guilherme Veiga de Siqueira, presidente da Associação Vilaboense de Tradições, cuja contribuição permitiu compreender aspectos organizacionais e a lógica de participação voluntária das comitivas.

Além disso, procedeu-se ao levantamento das cidades participantes, à análise de documentos institucionais e à sistematização de informações relativas às edições anteriores do encontro. A análise dos dados foi conduzida por meio da articulação entre os elementos empíricos observados em campo e referenciais da antropologia cultural, da geografia social e dos estudos culturais.

Tal abordagem permitiu a construção de uma análise situada, sensível às dimensões simbólicas, territoriais e sociais da prática cultural observada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de campo evidenciou que o Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo ultrapassa a condição de celebração religiosa, configurando-se como manifestação cultural complexa, marcada pela articulação entre tradição, territorialidade e pertencimento coletivo.

A narrativa fundadora do evento, associada ao sonho ocorrido em Jaraguá, revela a centralidade do simbólico na constituição das práticas culturais. A reunião das coroas, inicialmente concebida no plano do imaginário, materializa-se no encontro concreto das comitivas oriundas de diferentes municípios goianos. Nessa perspectiva, a manifestação pode ser compreendida à luz das reflexões de Clifford Geertz (1989), para quem a cultura constitui um sistema de significados socialmente compartilhados.

Realização
Parceiros
Apoio

Tal dimensão simbólica manifesta-se de forma concreta durante a realização do encontro, especialmente na disposição cerimonial das coroas e na organização coletiva das comitivas. Mais do que objetos religiosos, as coroas assumem papel central na representação das identidades culturais vinculadas às festividades do Divino Espírito Santo, funcionando como elementos de memória, continuidade e reconhecimento comunitário. Sua reunião em um mesmo espaço sintetiza, simbolicamente, a articulação entre tradição, fé e pertencimento territorial que caracteriza o evento, como se apresenta na figura 1.

Figura 1 – Coroas do Divino Espírito Santo reunidas durante o X Encontro, em Goiânia (2026).

Fonte: Acervo do autor. Goiânia – abril/2026

A circulação das coroas e das comitivas evidencia a formação de uma rede cultural itinerante que conecta diferentes territórios do estado de Goiás. Participaram da edição realizada em Goiânia representantes de aproximadamente vinte municípios, demonstrando a amplitude territorial e a capacidade de mobilização do encontro.

Sob a perspectiva da geografia social, tal dinâmica pode ser interpretada como processo de produção de territorialidades. Conforme propõe Milton Santos (2006), o espaço geográfico é produzido pelas relações sociais nele estabelecidas. Assim, o município sede deixa de constituir apenas espaço físico e transforma-se temporariamente em território simbólico compartilhado ao agregar as diferentes coras e suas representações provenientes dos municípios reunidos como se vê na configuração formada na figura 2 como reverência simbólica para o ápice do evento.

Figura 2 – Vista panorâmica do X Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo, evidenciando a concentração das comitivas e a organização territorial do evento, em Goiânia (2026).

Fonte: Acervo do autor. Goiânia – abril/2026

As comitivas, ao se deslocarem de suas cidades de origem, transportam não apenas símbolos religiosos, mas também práticas culturais, memórias e identidades locais. O encontro, nesse sentido, promove circulação cultural e fortalece vínculos de pertencimento entre os participantes, reafirmando indubitavelmente o caráter coletivo da tradição.

O evento também evidencia a permanência das manifestações populares tradicionais no contexto contemporâneo, demonstrando a capacidade de adaptação das práticas culturais sem ruptura com seus referenciais simbólicos fundamentais. Nesse aspecto, a manifestação contribui para a preservação do patrimônio cultural imaterial goiano, fortalecendo memórias coletivas e formas de pertencimento territorial.

O trabalho de campo também revelou que o encontro é sustentado por forte participação comunitária. Em depoimento informal, o geógrafo Guilherme Veiga de Siqueira destacou que as comitivas participam do evento, em grande medida, de forma voluntária, motivadas pela devoção religiosa e pelo compromisso com a preservação das tradições culturais. Segundo o depoente, os próprios integrantes frequentemente arcam com os custos de deslocamento e participação.

Ao mesmo tempo, observa-se crescente institucionalização do encontro, especialmente a partir do reconhecimento promovido pela Lei Estadual nº 22.650/2024, que instituiu o Circuito do Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo no calendário cultural goiano. A presença da Igreja Católica, evidenciada pela celebração religiosa conduzida por autoridades eclesiásticas, bem como o apoio do poder público municipal e estadual, demonstram a consolidação do evento enquanto patrimônio cultural e religioso no estado de Goiás.

Tal dinâmica revela que o encontro também opera como espaço de reconhecimento social e produção de capital simbólico, conforme discutido por Pierre Bourdieu (1989), especialmente na valorização das funções tradicionais exercidas pelos participantes das festividades.

A dimensão experiencial também se mostrou significativa durante o trabalho de campo. Em conversa com um folião oriundo da cidade de São Francisco de Goiás,

Realização
Parceiros
Apoio

participante pela primeira vez do encontro, observou-se forte sentimento de pertencimento e entusiasmo diante da futura realização do evento em seu município. Tal dimensão afetiva reforça as reflexões de Stuart Hall (2006), acerca dos processos de construção identitária, nos quais os sujeitos se reconhecem em práticas culturais compartilhadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do X Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo permitiu compreendê-lo como manifestação cultural complexa, na qual se articulam religiosidade popular, territorialidade, memória coletiva e produção de identidades.

A narrativa fundadora associada ao sonho de seu idealizador evidencia a centralidade do simbólico na constituição das práticas culturais, enquanto a circulação das coroas e das comitivas demonstra a formação de uma rede territorial marcada pelo compartilhamento de tradições e experiências.

Além disso, o encontro evidencia a coexistência entre participação comunitária, devoção religiosa e institucionalização cultural, articulando práticas tradicionais e reconhecimento oficial sem descaracterizar sua essência popular. A atuação conjunta das comitivas, da Igreja Católica e do poder público demonstra a consolidação da manifestação enquanto patrimônio cultural vivo, preservado sobretudo pelo engajamento coletivo e pela continuidade das práticas transmitidas entre gerações. Nesse sentido, o Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo afirma-se como importante prática de produção cultural em Goiás, contribuindo para a preservação do patrimônio imaterial e para o fortalecimento dos vínculos identitários e territoriais entre os participantes.

Por fim, o estudo reforça a importância de abordagens interdisciplinares na análise das manifestações culturais populares, especialmente aquelas relacionadas à religiosidade e às formas de construção coletiva do pertencimento social. Assim, o Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo afirma-se não apenas como manifestação religiosa, mas como prática viva de produção de sentido, na qual fé, território e identidade continuam a se entrelaçar na experiência social contemporânea.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOIÁS. Lei nº 22.650, de 30 de abril de 2024. Institui o Circuito do Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

Fontes orais:

ENTREVISTA concedida por Guilherme Veiga de Siqueira aos autores durante o X Encontro das Coroas do Divino Espírito Santo. Goiânia, abr. 2026.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ATIVIDADE TEMPO-COMUNIDADE: VIVÊNCIA NA ALDEIA SÃO MARCOS

Derotina Helecir de Brito Alvarenga
derotinabrito@gmail.com, Universidade Federal de Goiás

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este trabalho apresenta um relato de experiência realizado durante uma atividade tempo-comunidade na disciplina de mesmo nome, do curso Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional Goiás. O local visitado foi a Aldeia São Marcos, no município de Barra do Garças no estado de Mato Grosso.

A visita foi entre os dias 28 e 30 de maio de 2024. A saída foi da cidade de Goiás às 14:15 horas com destino Aldeia São Marcos passando por Itapirapuã, Jussara, Aragarças, Barra do Garças e General Carneiro, chegamos na Aldeia às 21:30 horas. O grupo foi formado por cinco professores e 22 discentes. O objetivo da visita foi conhecer o cotidiano da aldeia, bem como a realidade de alguns xavantes discentes do LEdoC.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A pesquisa teve caráter qualitativo e foi baseada na convivência com a comunidade Xavante durante os dias da visita. As informações foram obtidas por meio de observações, conversas com moradores, registros em diário de campo e fotografias feitas durante as atividades. Também foi realizado um pequeno levantamento sobre as condições de moradia, acesso à água, assistência social e composição da população da aldeia. A análise foi feita a partir das experiências vividas no local, buscando compreender a realidade da comunidade, seus principais desafios e a importância dos saberes tradicionais e do cotidiano indígena.

Realização
Parceiros
Apoio

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

No dia 29/05/2024 participei da missa às 6:15 da manhã na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, que fica localizada junto ao complexo das Missões Salesianas, padre Douglas é um dos responsáveis, pelas ações da Igreja Católica e cuida de 56 Aldeias naquela região, juntamente com Padre Beator, padre Alfredo e mestre Tarley e o diácono Gabriel e 4 freiras que para além do catolicismo, as ações humanitárias são frequentes nessas Aldeias, assistência alimentar, Educação, saúde.

Após a missa visitamos toda Aldeia e nos deparamos com algumas pessoas nas portas das casas, por sinal estava um pouco frio e conversamos com alguns moradores dentre eles, senhor José Maria de 54 anos que nos concedeu uma fala bem precisa sobre a omissão do governo para com os moradores desta Aldeia, onde uma das maiores reivindicação dos moradores Xavante da Aldeia São Marcos como: Casa de Alvenaria com banheiro e vaso sanitário, em sua fala deixa claro o descaso com essa população tão desassistida, destacou também a falta de respeito com eles e com a natureza, segundo ele a defesa do povo e do meio ambiente é direito de todos.

Foto 1: Altar da igreja.

Fonte: Derotina Brito, 2024.

Visitamos a escola mas ela estava fechada, pois os professores tinham ido a Cidade receber o pagamento no final do mês, nas cidades de Barra do Garça e General Carneiros.

Munduruku (2020, p. 48), nos mostra que:

Realização
Parceiros
Apoio

> a educação é muito concreta, mas é ao mesmo tempo, mágica. Ela se realiza em diferentes espaços sociais que nos lembram sempre que não pode haver distinção entre o dia a dia dos afazeres e aprendizados e a mágica da própria existência que se afirma nos sonhos e na busca da harmonia cotidiana. O que pode parecer contraditório à primeira vista segue uma lógica bastante compreensível e não são negações dos vários modos de coexistência, mas um modo de a mente operacionalizar o que temos a pensar e viver. (MUNDURUKU, 2020, p. 48)

Foto 2: José Maria, morador da aldeia, e Derotina.

Fonte: Ana Carla, 2024.

Foto 3: A escola.

Fonte: Derotina Brito, 2024.

Realização
Parceiros
Apoio

Segundo o autor os povos originários o simples fato de existir já é um aprendizado, o viver naquele espaço, a troca de palavras, a lida do cotidiano, o sentar na porta das casas trocar saberes ancestrais é aprendizado, a simplicidade de uma Gincana em que você molha a bucha de água e enche uma garrafa de dois litros é aprendizado, percebemos o envolvimento e compromisso dos concorrentes em vencer a prova e a busca pela vitória, vitória essa sem prêmio financeiro, mais por um prêmio de sonhos de conquista, com garra determinação e muito sorriso no rosto por uma disputa em forma de brincadeira lúdica.

No dia 30/05/2024 juntamente com o professor Hélio, Joaquim, Luan, Alexamer e Derotina, fizemos um pequeno mapeamento dessa Aldeia no sentido de levantar os principais anseios dessa população, como destaca sr. José Maria, "Somos um povo desassistido", foi uma experiência muito enriquecedora,

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Esta experiência serviu para entender como a comunidade São Marcos retrata a sua luta no cotidiano pela sobrevivência e permanência nesse espaço, nessa terra que mesmo com tantas faltas, é o porto seguro dessa etnia. Nesse mapeamento da Aldeia São Marcos destacamos das 54 casas feitas de palha de buriti, 5 estavam fechadas, a maioria das pessoas possui CAD único e sua principal fonte de renda é o bolsa família programa do Governo Federal, nessa Aldeia possui um posto de saúde que fornece assistência médica e odontológica aos moradores e para as Aldeias vizinhas.

Funari (2011, p. 30), mostra que

> Um primeiro meio de conhecer um grupo humano qualquer, e em particular uma comunidade indígena, consiste em mergulhar no seu cotidiano, numa imersão que permita perceber como o mundo pode ser visto e vivido de outra maneira. A Forma mais óbvia e direta de conhecer os povos originários é portanto, conviver com eles (a chamada" experiência etnográfica"). (FUNARI, 2011, p. 30)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o levantamento de dados, percebe-se que todas as casas reclamaram da falta de um banheiro com vaso sanitário, pia para lavar vasilha, tanque para lavar as roupas e uma caixa d'água na casa para facilitar a lida do cotidiano, pois a água vem das

Realização
Parceiros
Apoio

caixas do poço artesiano no período da manhã, por isso eles colocam água nas vasilhas, como reservatório para a utilização no dia a dia, cada casa possui uma torneira.

Foto 4: Casas.

Fonte: Derotina Brito, 2024.

A Aldeia São Marcos possui 23 idosos, pessoas portadoras de necessidade especiais 05 e nenhuma delas recebem benefício do governo, ou seja, aposentadoria, 05 viúvas, 29 jovens entre moças e rapazes e os rapazes estão reclusos, saem de sua casa de reclusão quando participa da missa e da procissão realizada na Aldeia, inclusive tive a oportunidade de participar de todas as missas e procissão realizadas pelos salesianos. É interessante destacar a quantidade de mulheres 119 e homens 82 e crianças o futuro dessa Aldeia 158 no total, esta experiência muito contribuiu pra minha vida acadêmica, pessoal e profissional, agradecimento aos meus colegas da etnia Xavante do terceiro período e primeiro período e toda equipe do curso de Licenciatura em educação do Campo da Universidade Federal de Goiás.

Referências

FUNARI, Pedro Paulo; PINON, Paula**. A temática indígena na escola**: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.

MUNDURUKU, Daniel. **Sobre saberes e utopias**. 2. ed. Lorena: UK'A, 2020.

Realização
Parceiros
Apoio

Corpo, memória e resistência: as representações da experiência colonial das mulheres moçambicanas em *Sangue Negro* de Noémia de Sousa

Giovanna Messias de Bessa
giovanna.23@aluno.ueg.br – *Universidade Estadual de Goiás*
Prof.ª Dr.ª Josilene Silva Campos
josicampos@ueg.br – *Universidade Estadual de Goiás*

INTRODUÇÃO

A literatura africana de língua portuguesa constitui um importante espaço de elaboração crítica das experiências históricas produzidas durante o colonialismo, especialmente no que diz respeito às formas de resistência construídas pelos sujeitos colonizados. Por meio da literatura, diferentes autores transformaram a palavra em instrumento de denúncia, memória e afirmação identitária, produzindo narrativas capazes de tensionar o discurso colonial e reivindicar a humanidade dos povos africanos silenciados pela dominação europeia. Nesse contexto, a poesia de Noémia de Sousa ocupa posição central na formulação desses discursos produzindo uma poética anticolonial em Moçambique.

Seus poemas foram escritos entre as décadas de 1940 e 1950 e publicados pela primeira vez em 2001, na obra *Sangue Negro*, seu texto emerge em um contexto político marcado pela intensificação da violência colonial portuguesa em Moçambique. Os poemas evidenciam como este domínio estruturava-se por meio da exploração econômica, da segregação racial e da imposição de hierarquias culturais que buscavam controlar os corpos e silenciar as vozes africanas. Conforme analisa Frantz Fanon, o colonialismo opera pela desumanização sistemática do sujeito colonizado, produzindo violências que ultrapassam o campo material e atingem também as subjetividades, (FANON, 1979).

Nesse contexto colonial, a mulher negra ocupa uma posição específica, marcada pela sobreposição de opressões raciais, coloniais e patriarcais. Seu corpo torna-se espaço de exploração e disciplinamento, mas também de resistência e preservação da memória coletiva. É a partir desse olhar que a literatura de Noémia de Sousa transforma essas experiências em linguagem poética, convertendo a palavra em instrumento de denúncia e resistência.

Realização
Parceiros
Apoio

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as representações feminina em *Sangue Negro*, considerando as categorias: corpo, memória e resistência como elementos centrais da experiência colonial. Para tanto, foram analisados os poemas "*Moças das docas"*, "*Se quiseres me conhecer"* e *"Poema para um amor futuro",* A escolha se justifica por entendermos que esses textos condensam os principais eixos temáticos da pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. Foram consideradas as especificidades relacionadas às reflexões sobre História e Literatura como campos complementares de análise na pesquisa histórica.

O corpus principal da investigação é a obra *Sangue Negro*, de Noémia de Sousa. Apesar da obra inteira ter sido considerada para o estudo, restringimos nossa análise aos poemas: *"Moças das docas", "Se quiseres me conhecer"* e *"Poema para um amor futuro"*. Foram realizados levantamento bibliográfico sobre a temática do colonialismo português, literatura moçambicana e representação feminina, dialogando com autores como Frantz Fanon, Edward Said, Inocência Mata e Francisco Noa, Leila Hernandez, José Luíz Cabaço.

Posteriormente, desenvolvemos a análise textual dos poemas selecionados, observando as representações de elementos relacionados ao corpo feminino negro, memória histórica e resistência à violência colonial e como estes articulam com o momento histórico vivenciado redimensionando nossa compreensão sobre o período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises desenvolvidas evidenciaram que a poesia de Noémia de Sousa construiu a subjetividade feminina negra a partir da articulação entre violência colonial, memória histórica e resistência. Nos poemas analisados, o corpo feminino aparece como espaço de inscrição da exploração colonial, mas também como território de afirmação identitária e elaboração política.

No poema *"Moças das docas"*, a autora representa mulheres submetidas à marginalização e à violência social produzidas pelo colonialismo. Os versos apresentam mulheres que saem dos bairros pobres em busca de sobrevivência e retornam marcadas

Realização
Parceiros
Apoio

pela exploração e pelo abandono. Ao afirmar que aquelas mulheres possuem "Sombrias, corpos floridos de feridas incuráveis" (SOUSA, 2016, p. 81), a poeta evidencia como o colonialismo transforma o corpo feminino negro em espaço de sofrimento e exclusão.

Em "*Se quiseres me conhecer",* a construção identitária ocorre por meio das marcas corporais e simbólicas da violência colonial. A voz poética apresenta um corpo atravessado pela escravidão e pelo racismo: "corpo tatuado de feridas visíveis / e invisíveis pelos chicotes da escravatura (...)" (SOUSA, 2016, p. 40).

As cicatrizes tornam-se marcas da experiência histórica colonial, mas também sinais de permanência e resistência. Ao afirmar-se como "África da cabeça aos pés", a voz poética transforma a experiência individual em experiência coletiva, fazendo do corpo feminino metáfora da própria história africana.

Já em *"Poema para um amor futuro",* Noémia de Sousa constrói uma voz poética marcada pela esperança e pelo desejo de viver um futuro diferente da realidade colonial. Mesmo atravessada pela dor e pela luta, a mulher negra apresentada no poema ainda preserva a capacidade de amar, sonhar e imaginar uma vida construída a partir da liberdade e da partilha. O amor projetado pela poeta não aparece ligado ao luxo ou à idealização romântica, mas à identificação humana e afetiva entre dois sujeitos marcados pela mesma experiência histórica, conforme observamos na passagem. "Suas mãos, como as minhas, / estarão calejadas do dia a dia/ e seus olhos terão reflexos de aço/como os meus." (SOUSA, 2016, p. 51).

Ao longo do poema, percebe-se que a esperança de um futuro melhor permanece viva mesmo diante da violência colonial. A voz poética deseja amar, construir uma família e viver plenamente, mas entende que isso só poderá acontecer quando existir paz e liberdade. Dessa forma, Noémia de Sousa constrói uma subjetividade feminina marcada não apenas pela resistência, mas também pelo desejo profundamente humano de continuar vivendo e imaginando futuros possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que a obra *Sangue Negro*, de Noémia de Sousa, constitui importante espaço de elaboração crítica da experiência colonial moçambicana, especialmente no que diz respeito às vivências das mulheres. As análises evidenciaram que a subjetividade feminina negra na obra é construída a partir da articulação entre violência histórica, memória e resistência, transformando o corpo

Realização
Parceiros
Apoio

feminino em território político e simbólico. A poesia da autora rompe com representações passivas da mulher negra, afirmando-a como sujeito histórico capaz de resistir, narrar sua experiência e projetar futuros emancipatórios.

Além de contribuir para os estudos sobre literatura moçambicana e colonialismo português, a pesquisa reafirma a importância da literatura como fonte histórica e espaço de produção de conhecimento sobre experiências silenciadas pelos discursos coloniais. Os textos produzidos durante esse período nos abrem possibilidades de analisar esse período a partir de olhares, subjetividades e sentimentos construídos pela literatura.

REFERÊNCIAS

FANON, **Frantz.** ***Os condenados da terra.*** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MATA, Inocência. **Ambíguas experiências e vivências: representações do feminino nas literaturas africanas (um percurso diacrónico).** *Journal of Lusophone Studies*, v. 8, n. 2, p. 9-29, 2024.

NOA, Francisco. ***Uns e outros na literatura moçambicana: ensaios.*** São Paulo: Kapulana, 2017.

SAID, Edward W. ***Cultura e imperialismo.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUSA, Noémia de. ***Sangue Negro.*** São Paulo: Kapulana, 2016.

CONTOS, FÁBULAS E FOLCLORE: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE CRISPINIANO TAVARES E SUA OBRA[1]

Larissa Silva e Artiaga[2]
larissaartiagajornalismo@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Mary Anne Vieira Silva[3]
mary.silva@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

Nascido em Ilhéus, Bahia, em 28 de outubro de 1855, o baiano Crispiniano Tavares é considerado pela historiografia literária goiana (França, 1975; Denófrio e Silva, 1992; Teles, 1993; Martins, 1999), como um dos iniciadores do conto literário no estado de Goiás e também como um dos pioneiros nos estudos de folclore (Silva, 2008; Talarico, 2008; Silva, 2005).

Sua obra, "Contos Inéditos", foi publicada pela primeira vez, postumamente, em 1910, pela Livraria do Século XXI, em Uberaba, Minas Gerais. No entanto, os contos foram republicados na edição crítica realizada pelo historiador Basileu França, em 1975[4].

Engenheiro de Minas diplomado pela Escola de Minas de Ouro Preto, Crispiniano Tavares instalou-se na cidade de Uberaba, Minas Gerais, por volta do ano de 1887, para trabalhar como engenheiro fiscal da Companhia Mogiana. Seu primeiro contato com o estado de Goiás deu-se no ano de 1883, quando empreendeu estudo científico para a Companhia de Mineração Goiana[5].

Além de engenheiro, Tavares era também geólogo, jornalista, professor e agrimensor. A respeito desta última profissão, eram frequentes suas vindas à Goiás, em especial ao sudoeste goiano, onde mediu e mapeou fazendas, principalmente nas cidades de Jataí e Rio Verde.

A coleta das informações advinha das viagens à trabalho nas quais o engenheiro percorria longos quilômetros no "lombo de burro". Da experiência como técnico, Crispiniano retirou a inspiração para registrar os costumes do povo, conforme ele mesmo nos relata na introdução do conto "O Davi Caçoada": "eu sou daqueles que

---

[1] Pesquisa vinculada à dissertação de Larissa Silva e Artiaga, discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - TECCER, da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

[2] Mestranda oriunda do TECCER/ UEG, Anápolis,Goiás, Brasil.

[3] Orientadora. Doutora em Geografia (UFG) e docente do TECCER/UEG, Anápolis, Goiás,Brasil.

[4] FRANÇA, Basileu Toledo. **Contos, fábulas e folclore**. (Edição crítica da obra Contos Inéditos, de Crispiniano Tavares). 2ª edição. Goiânia: Oriente, 1975.

[5] TAVARES, Chrispiniano. Companhia de Mineração Goyana: relatório apresentado pelo engenheiro de minas Chrispiniano Tavares. Revista de Engenharia. Rio de Janeiro, 1, 1883. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709743&Pesq=%22Chrispiniano%20Tavares%22&id=56801721089&pagfis=1140> Acesso em: 26 mar. 2026.

Realização
Parceiros
Apoio

pensam que descrevendo os indivíduos como eles são, como eles trabalham, como eles dizem, como eles sentem, contribui-se ao vivo para o estudo dos costumes dos povos", França (1975, p.28).

A despeito de sua contribuição intelectual e profissional, Crispiniano Tavares viveu apenas 51 anos. Ele morreu assassinado, no dia 13 de fevereiro de 1906, na cidade de Rio Verde, Goiás, pelas mãos de seu auxiliar, José Bento de Godói, que também faleceu no conflito. Trata-se de um crime passional. Apesar de ser casado com Antônia Felicíssima, Crispiniano se envolveu em um relacionamento com a esposa de José Bento de Godói, que buscou vingança.

Além de contos, Crispiniano teria escrito ainda algumas poesias românticas mas elas foram destruídas após sua morte por seu sobrinho afim, o engenheiro Glycon de Paiva, que considerava os textos atentatórios à memória de Antônia Felicíssima Tavares, a esposa que foi traída por Crispiniano (Martins, 1999). As poesias desapareceram com o tempo, mas os contos permaneceram como legado.

Denófrio e Silva (1992), ao propor uma Antologia do Conto Goiano, ressaltam o pioneirismo de Tavares ao elencá-lo entre os iniciadores do conto literário em Goiás. As autoras, todavia, o colocam ao lado de um outro escritor, o padre Zeferino de Abreu, autor da obra Contos Reaes, publicada também no ano de 1910.

O pioneirismo de Tavares é também abordado por pesquisadores que se dedicaram a observar o desenvolvimento dos Estudos de Folclore em Goiás. Um dos principais trabalhos nesse sentido é o de Mônica Martins da Silva (2008), que apesar de delimitar o recorte temporal entre 1940 e 1980, menciona os primeiros autores dedicados a coletar informações sobre o folclore goiano.

Contudo, o autor que já era pouco conhecido na década de 1970, como bem assinalou França (1975), continua praticamente desconhecido nos dias de hoje. Sob essa hipótese, empreendemos revisão bibliográfica com o objetivo de investigar qual o estado da arte das pesquisas sobre Crispiniano Tavares e seus contos.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa do tipo exploratória de abordagem qualitativa, uma vez que o objeto pesquisado é pouco conhecido[6]. Conforme Barros (2005), a revisão bibliográfica é uma etapa essencial à pesquisa pois, além de que ninguém desenvolve um trabalho totalmente do zero, revisar um determinado assunto contribui para que o pesquisador possa identificar lacunas e repetições que possivelmente aparecerão ao longo do estudo.

Segundo Lakatos e Marconi (2006), a pesquisa bibliográfica abrange tudo aquilo que já foi publicado a respeito do tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc. Em se tratando de publicações, as etapas de uma pesquisa bibliográfica incluem identificação das fontes, localização, compilação e fichamento.

---

[6] GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. Atlas, 4ª edição, São Paulo, 2002.

Realização
Parceiros
Apoio

De acordo com Gil (2002), os primeiros passos de uma pesquisa bibliográfica correspondem à escolha do tema e à realização de um levantamento bibliográfico preliminar. Uma vez que o objetivo da revisão bibliográfica é conhecer o estado da arte dos estudos a respeito do escritor Crispiniano Tavares e da obra Contos, Fábulas e Folclore, pergunta-se: "Qual a atual situação das pesquisas associadas ao livro Contos, fábulas e folclore e a Crispiniano Tavares?". Parte-se da ideia inicial de que existe uma carência de estudos que vinculam o livro e o autor ao diálogo interdisciplinar entre Geografia e Literatura.

A localização das fontes deu-se, inicialmente, por meio de bases de dados digitais tais como: Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Banco de Dissertações e Teses do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Repositório Institucional da Universidade Federal de Jataí (UFJ), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pantheon - Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Google Acadêmico e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Tais bases de dados foram escolhidas por também serem representativas de instituições de ensino localizadas em estados nos quais Crispiniano Tavares viveu, como Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais. No intuito de facilitar a busca nas referidas bases de dados, as seguintes palavras-chave foram selecionadas: Chrispiniano Tavares; Crispiniano Tavares.

A escolha do nome do escritor, com duas grafias diferentes, com a letra H e sem a letra H, deve-se a um contraste checado na própria edição crítica de Basileu França: nos documentos anexos o nome de Tavares consta com H, porém, no texto da edição crítica de Basileu França, exprime-se a escrita sem H. Por essa razão ambas as grafias foram assumidas como palavras-chave.

Além disso, em fevereiro de 2026, a autora entrou em contato com Arquivo Público de Uberaba, que disponibiliza o envio de documentos digitalizados via e-mail. Uma vez feita a solicitação de pesquisa acerca de dados sobre a vida e obra de Chrispiniano Tavares, o Arquivo Público de Uberaba disponibilizou recortes de jornais e livros, dados sobre a história da Quinta da Boa Esperança, além do inventário do escritor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, identificou-se mais de 40 citações ao nome do escritor - incluindo as grafias "Chrispiniano" e "Crispiniano", nas bases de dados pesquisadas. Com relação aos trabalhos que citam a grafia "Chrispiniano Tavares", o conteúdo dos temas diz mais a respeito da faceta técnica de Tavares e suas contribuições para os melhoramentos urbanos das cidades de Uberaba e Ouro Preto, com destaque para Mantovani (2007), com a dissertação "Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG (1885-1897)", que analisa os impactos causados pelo advento da ferrovia no espaço urbano da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais.

Realização
Parceiros
Apoio

Curiosamente, os resultados que dão para "Crispiniano Tavares" revelam a faceta intelectual de Tavares enquanto literato. É o caso, por exemplo, de Silva (2008)- que menciona Crispiniano Tavares entre os pioneiros dos Estudos de Folclore em Goiás - e da própria edição crítica de Basileu França, que traz a grafia do nome do escritor sem a letra "h".

No entanto, os resultados mais expressivos acerca de dados biográficos foram encontrados nos recortes de jornais disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nessa plataforma, a pesquisa considerou periódicos pertencentes aos estados brasileiros nos quais Chrispiniano viveu: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. A Bahia registrou apenas um resultado para a palavra-chave "Chrispiniano Tavares" e nenhum resultado para "Crispiniano Tavares".

Todavia, no Rio de Janeiro foram identificadas 100 ocorrências- ou referências- à "Chrispiniano Tavares" em mais de 30 periódicos, sendo a maior parte dos registros do Jornal do Commercio, Revista de Engenharia, Diário do Rio de Janeiro e O Paiz. O conteúdo das publicações é variado e vai desde notas sobre conferências realizadas por Chrispiniano no Club de Engenharia, artigos sobre geologia e mineralogia, a até mesmo uma acusação de assassinato feita contra ele.

No estado de Minas Gerais, a palavra-chave "Chrispiniano Tavares" alcançou 83 ocorrências, sendo a maioria delas nos periódicos Minas Geraes : Orgam Official dos Poderes do Estado, Liberal Mineiro, A União : Orgão do Partido Conservador, e Jornais de Ouro Preto : Orgão do Partido Conservador. Através dos recortes de jornais mineiros é possível apreender parte da vida pública de Tavares enquanto engenheiro fiscal da mogyana, engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, Geólogo e Jornalista, além de aspectos de sua vida pessoal, como por exemplo, suas relações de amizades e inimizade políticas e a produção agrícola da chácara Quinta da Boa Esperança.

Em Goiás, estado no qual Chrispiniano foi assassinado em 1906, a busca utilizando a palavra-chave "Crispiniano Tavares" na Hemeroteca encontrou apenas um resultado, um artigo assinado por C.Ignacio Xavier da Silva e publicado em "A Informação Goyana", em 1923, intitulado "Jazidas Petrolíferas em Goyaz", no qual o autor cita o "saudoso" engenheiro Chrispiniano Tavares.

Já a pesquisa utilizando a grafia "Crispiniano Tavares" obteve 12 ocorrências em jornais fluminenses, cinco ocorrências em periódicos mineiros e três ocorrências em Goiás. Enquanto no Rio e em Minas os resultados caíram drasticamente, em Goiás o número saltou de uma para três ocorrências, talvez pelo fato do autor ter sido mais conhecido entre os goianos por causa da edição crítica de Basileu França e não exatamente por seus trabalhos técnicos.

A Pesquisa Bibliográfica compreendeu ainda os recortes de jornais e o inventário de Chrispiniano Tavares, enviados por e-mail à pesquisadora pelo Arquivo Público de Uberaba. Em relação ao questionamento sobre o estado da arte dos estudos sobre Tavares e seus contos, cumpre afirmar que, embora não faltem citações sobre a vida pública do escritor em múltiplas instâncias, não há estudos específicos direcionados à sua biografia ou à análise de seus contos, sendo esta uma lacuna a ser preenchida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a comprovação, via revisão bibliográfica, da inexistência de estudos diretamente focados em Crispiniano e na obra Contos, fábulas e folclore, cumpre-se a

Realização
PPGEO
Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio
Parceiros
Universidade Estadual de Goiás
INSTITUTO FEDERAL Goiano Campus Rio Verde
Apoio
FAPEG
Universidade Estadual de Goiás
GOIÁS

ideia de que há uma carência de pesquisas sobre o autor e sua obra.

Revela-se, a partir disso, uma discrepância; reconhece-se o escritor como iniciador do conto literário em Goiás, mas pouco se produz sobre ele em termos acadêmicos. Neste ponto, identifica-se uma lacuna, acentuada por certo reconhecimento a nível social dado a Tavares, que atualmente figura entre os patronos da Academia Goiana de Letras (AGL) – Cadeira de número 37.

Dito isso, acredita-se que este estudo apresenta relevância acadêmica ao possibilitar não somente a ampliação das pesquisas sobre Crispiniano Tavares, um dos pioneiros do conto literário em Goiás, como presta-se ao crescimento de trabalhos em diversas áreas, tais como: Literatura, Geografia, História e Antropologia.

AGRADECIMENTOS:

Agradece-se à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Prp) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) pela concessão de bolsa de mestrado, fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradece-se ainda à orientadora, prof. Drª. Mary Anne Vieira Silva e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - TECCER, da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Referências

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

DENÓFRIO, Darcy França, SILVA, Vera M. Tietzmann (Orgs). **Antologia do conto goiano I**: dos anos dez aos sessenta. Goiânia: CEGRAF, 1992.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Contos, fábulas e folclore**. (Edição crítica da obra Contos Inéditos, de Crispiniano Tavares). 2ª edição. Goiânia: Oriente, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. Atlas, 4ª edição, São Paulo, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário Biobibliográfico de Goiás**. Rio de Janeiro: Master, 1999.

OLIVEIRA, Guilherme Talarico de. **"De peneira e batêia só se consegue tutaméia"**: as identidades e a comissão goiana de folclore (1948-1978). 2008. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/OLIVEIRA__Guilherme_Talarico_de.pdf> Acesso em 07 de jan.de 2026.

SILVA, Mônica Martins. **A escrita do folclore em Goiás**: uma história de intelectuais e instituições (1940-1980). 2008. 321 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade

de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7681> Acesso em 07 de jan.2026.

SILVA, Mônica Martins. História, narrativas e representações na escrita do folclore em Goiás. ANPUH – XXIII Simpósio de História, Londrina, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_f70d6ff20ec644ce90633ead3c8beb28.pdf> . Acesso em: 25 mai.2026.

TAVARES, Chrispiniano. Companhia de Mineração Goyana: relatório apresentado pelo engenheiro de minas Chrispiniano Tavares. Revista de Engenharia. Rio de Janeiro, 1, 1883. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709743&Pesq=%22Chrispiniano%20Tavares%22&id=56801721089&pagfis=1140> Acesso em: 26 mar. 2026.

TELES, Gilberto Mendonça. **Estudos goianos**. A poesia em Goiás. 2ª edição revista. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983. v. 1, 510p. (Coleção Documentos Goianos, 13).

MATERIAL DIDÁTICO: A CULTURA AFRICANA E INDIGENA POR MEIO DA LITERATURA.

Alice Novais Montalvão Nunes
Alce.ueg@gmail.com, Universidade Estadual do Goiás
Thaís Stefany Pereira dos Santos
thais.santos@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A população brasileira é em sua maioria constituída de uma população com raízes afro e indígena, e mesmo com a Lei 10.659/03 e a Lei 11.645/08, responsáveis pela obrigatoriedade do ensino de cultura indígena e afro no ensino básico, há uma carência em relação ao conhecimento daquilo que constitui a cultura e identidade dessas comunidades no Brasil. No ensino básico percebe-se uma falta de conteúdos plurais, além de ainda ter pouca orientação para o professor sobre como tratar desses temas em suas aulas. Tendo isso em vista, houve o início da elaboração de um material didático com o objetivo de preencher essa lacuna ainda existente. A finalidade do trabalho é dar suporte e facilitar o entendimento das aplicações de algumas obras literárias em sala de aula e não dar um manual rígido para seguir passo a passo.

A literatura foi escolhida como direcionadora das discussões pois ela é parte da retomada de narrativa de diversos grupos. Ou seja, a história como um território de poder silenciou diversas vozes ao longo do tempo, vozes essas que só começaram a ter relevância a partir do século XX, após um processo intenso de lutas e reivindicações. Como professores de história temos que reconhecer a importância desses processos e ensinar aos alunos não só o que foi dito ao longo do tempo, mas aquilo que foi apagado e se possível, ajuda-los a reconhecer maneiras de ampliar o olhar para além do explicito.

As artes surgem então como uma boa forma para explorar esse universo, por elas podemos investigar diferentes relatos e dar espaço para o subjetivo. Além de que elas são lugares receptivos para os que não tem espaço para suas narrativas nas disputas de poder que existem na narrativa histórica. Segundo o autor Moçambicano João Paulo Borges Coelho,

Realização
Parceiros
Apoio

> [...] Há de ter em conta que, sempre que os caminhos para se chegar a substancia do passado estão fechados, surge inevitavelmente um novo e poderoso instrumento chamado imaginação. Na arte, tal qual nas ciências sociais e humanidades, a imaginação é um instrumento fundamental para preencher o vazio criado pela negação da experiência. (COELHO, 2015, p.164)

Assim, a literatura é um instrumento que foi utilizado como preenchedor das lacunas criadas pela falta de reconhecimento de certas identidades. É por ela que o oprimido tem espaço para expressar o que foi sufocado. É por páginas e letras que o silenciado sangra sua voz[1], expressa suas raízes culturais, dá ao mundo seus sentimentos e cores. É pela literatura que a história e cultura de determinados grupos respira.

Para além disso, sua utilização como maneira de ensino expande o entendimento de outras maneiras de ver o mundo e de o narrar. A literatura sensibiliza o aluno por não se restringir a uma linguagem formal e uma verdade baseada somente em fatos destituídos de significação pessoal, ao contrário de datas puras e nomes vazios, ela cria empatia, entendimento e afinidade. Dá importância ao olhar do outro e firma a história na realidade.

Levando em conta também, as teorias de Rusen sobre o ensino de história, a literatura é então um ótimo meio de criar consciência histórica enquanto firma na vida prática olhares plurais. E ainda por meio dela podemos ensinar os alunos a como usar diferentes fontes para a análise histórica. Ainda mais considerando que estudar África e povos indígenas em sala de aula exige ir além de um ensino engessado, compreende-se que por trás de cada acontecimento existem pessoas e histórias que foram, muitas vezes, apagadas. Aí que entra a literatura, ela nos ajuda justamente nisso: dá voz a quem foi silenciado e mostra a riqueza e a diversidade do continente e culturas de um jeito vivo e próximo.

[1] Em referência ao dito por Conceição Evaristo no conto *A gente combinamos de não morrer*. EVARISTO, Conceição Evaristo. "A gente combinamos de não morrer". In: EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. p. 99-106.

METODOLOGIA

A elaboração do material didático parte de um estudo qualitativo, desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas voltadas para o ensino-aprendizagem de História, literatura e relações étnico-raciais em sala de aula. O material tem caráter paradidático, e foi elaborado com base na leitura e análise de obras literárias africanas e indígenas, com o intuito de identificar as inúmeras possibilidades de utilização pedagógica dessas narrativas, promovendo uma reflexão crítica sobre como a narrativa histórica foi construída. Por enquanto o foco é em Moçambique e na cultura Munduruku, mas há intuito de expansão no futuro.

Para fundamentar a pesquisa, foram utilizados autores que discutem o ensino de História e a importância de múltiplas narrativas, como Jörn Rüsen, e especificamente João Paulo Borges Coelho, que discute como a literatura é um instrumento capaz de resgatar memórias históricas silenciadas. Além disso, para compor o material foram utilizados textos de autores moçambicanos que relacionam a literatura com o contexto histórico, como Mia Couto, Noémia de Sousa e José Craveirinha.

No que se refere à Literatura Indígena, o foco principal foi a obra *O Karaíba* de Daniel Munduruku, que exemplifica como a literatura atua na retomada de acontecimentos históricos sob a perspectiva de sujeitos que foram marginalizados pela História. Além disso, utilizou-se também o livro *A Terra Dos Mil Povos* de Kaká Werá que tem como objetivo apresentar as relações indígenas com a natureza, a ancestralidade, bem como o processo histórico a partir do olhar dos povos originários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização do material didático contribui para a ampliação das discussões acerca da presença indígena e africana no ensino de História. Aproximando os estudantes da literatura por meio das obras selecionadas, despertando o interesse pelas diferentes perspectivas culturais e sociais de sujeitos frequentemente marginalizados no ensino tradicional. Nesse sentido, autores como Mia Couto, Noémia de Sousa, Daniel Munduruku e Kaká Werá possibilitam refletir sobre a memória, oralidade, identidade e

Realização
Parceiros
Apoio

ancestralidade dentro dos processos históricos, que são frequentemente vistos sob um olhar eurocêntrico.

As atividades propostas presentes no material estimulam interpretações críticas por parte dos alunos, para que se vejam inseridos nesses processos históricos e reconheçam a pluralidade cultural presente na História. O material também auxilia o docente na abordagem das temáticas indígenas e africanas, auxiliando em abordagens que ultrapassam o ensino engessado e tradicional presente na rede de ensino básica, em que muitas vezes estes assuntos são abordados somente no contexto da colonização do Brasil.

O material aqui mencionado ainda está em processo de finalização, correção e adaptação, então não houve seu uso efetivo em sala de aula para entender de fato como foi o retorno de sua aplicação. Entretanto, pretende-se que este seja usado em oficinas no ensino básico quando for encerrado para ver a resposta dos alunos e também, haverá a mostra a professores para que estes deem suas opiniões sobre a usabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração do material didático, foi possível perceber como a literatura pode atuar como ferramenta para o ensino de História, pois ela atua mantendo a memória e se relaciona diretamente com o fato histórico. Ainda que fictícias, essas obras atuam como meio de compreensão dos processos para além da narrativa histórica tradicional e eurocentrada, dando lugar a vozes silenciadas e ressignificando a narrativa histórica. Ou seja, é possível abranger o olhar do aluno quando utilizamos diferentes fontes no ensino.

REFERÊNCIAS

COELHO, João Paulo Borges. **Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique.** Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 106, p. 153-166, maio 2015. Disponível em: http://rccs.revues.org/5926. Acesso em: 17 maio 2026.

COUTO, Mia**. A menina sem palavra: histórias de Mia Couto**. São Paulo: Boa Companhia, 2013. ISBN 978-85-65771-06-1.

COUTO, Mia. **O fio das missangas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CRAVEIRINHA, José. **Xigubo.** Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1964.

EVARISTO, Conceição. **A gente combinamos de não morrer.** In: EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. p. 99-106.

JECUPÉ, Kaká Werá. A **terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio.** São Paulo: Peirópolis, 1998.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUNDURUKU, Daniel. **O Karaíba: uma história do pré-Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2010.

SOUSA, Noémia de. **Sangue negro**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2001.

Realização
Parceiros
Apoio

SABERES E SABORES QUE CONTAM HISTÓRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM GASTRONOMIA

Raul César Ferreira Brandão
raulcesa2015@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG-Caldas Novas)
Graziella De Souza Prado
graziellasprado@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG-Caldas Novas
Isis Pereira Coutinho-Degani
isis.coutinho@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG-Caldas Novas)

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto de extensão "Saberes e Sabores que Contam História" é viabilizado pelo curso de gastronomia da Universidade Estadual de Goiás - unidade Caldas Novas. Seu objetivo é despertar memórias afetivas conectadas à alimentação, através da leitura de livros, de diálogos que ligam textos e lembranças com a escrita de narrativas próprias. Buscando nesse processo, consolidar uma relação entre universidade e sociedade, prezando pela gastronomia, saberes culturais, desenvolvimento do pensamento crítico e reconhecimento dos participantes enquanto agentes produtores de conhecimentos, e ainda promover a troca e partilha de saberes com a comunidade interna e externa.

Inicialmente os participantes do projeto realizaram uma curadoria em livros, buscando trechos provocativos que pudessem nortear os temas discutidos no encontro com a comunidade. O encontro foi pensado para que o público experimentasse a confluência entre as literaturas brasileiras e a gastronomia presentes em suas vidas. Buscando estimular o público, para que possam escrever sua própria história, usando os trechos e perguntas provocativas a fim de evocar seus sentimentos e lembranças quando se fala de comida. É um convite a mostrar a preciosidade de suas vivências.

Para registro será solicitado a escrita de uma história particular ligada a uma receita. Através desse compartilhamento, é possível ensinar e aprender com base nas experiências vividas e adquiridas durante nossas vidas, e que ficaram guardadas na memória. Os relatos serão reunidos e selecionados para que ao final do projeto tenha-se a criação de um e-book cheio de sabores e saberes.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

O projeto se desenvolve como uma iniciativa de curricularização da extensão e conta com a participação de uma docente orientadora, discentes do curso de gastronomia e pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Caldas Novas. A comunidade universitária da unidade anseia para que as produções ultrapassem os muros e alcancem a sociedade.

Sendo o único campus com o curso de gastronomia da região de ensino público e gratuito, a extensão torna-se fundamental para o diálogo com a comunidade caldas-

Realização
Parceiros
Apoio

novense, expandindo as fronteiras da universidade. O projeto, com sua função primordial baseada no que se torna imprescindível, movimentos que permitam que a população se reconheça dentro deste território como sujeitos e produtores de conhecimentos e saberes que contam a história dos trânsitos desta cidade feita a muitas mãos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A comida não é somente o que alimenta o corpo, mas nutre a alma, traduz o pensamento e sentimentos para a cozinha. A literatura nos remonta a vivências de outros indivíduos, trazendo memórias e nos levando a uma viagem não apenas no tempo, mas a diferentes lugares e culturas. A seguir, iremos compartilhar a dinâmica estruturada para a realização da extensão.

Realizamos uma curadoria dos textos onde os discentes em duplas ou trios realizaram a leitura de algumas obras literárias que abordassem sobre algum viés a comensalidade. Assim, destacariam os momentos do texto que poderiam ser utilizados para o encontro com a comunidade. Foram escolhidos os textos de acordo com a tabela 1.

Sala	Livro	Autor
Comida de Resistência	Quarto de Despejo	Carolina Maria de Jesus
	Olhos d'Água	Conceição Evaristo
Comida de Alma	Comida de Alma	Nina Horta
Comida de Território	Dona Flor e Seus Dois Maridos	Jorge Amado

A culminância do projeto será uma experiência imersiva onde a comunidade será convidada a mergulhar no universo das memórias que atravessam a comida. Serão estruturadas três salas temáticas denominadas (comida de alma, comida de território e comida de resistência.), haverá um guia para cada grupo que irá adentrar a cada sala, como quem pede licença para visitar a casa. Em cada sala haverá uma dupla de Mestre de Cerimônia, como quem conduz a experiência naquela casa-sala. A Experiência sensorial envolve uma decoração que remete às abordagens temáticas de cada sala e uma comida que remeta aos sentimentos a serem evocados.

Após essas salas temáticas, os grupos serão conduzidos a uma quarta sala onde as pessoas poderão escrever suas memórias com suas receitas associadas àquele momento. Como um doce que é feito nas festas de fim de ano, uma comida para quando se está doente, um biscoito que é preparado em dia de chuva etc. para o projeto. Haverá discentes que auxiliarão na produção dos textos, sanando dúvidas e até identificando possíveis histórias para compor o ebook. .

Todas as histórias contadas serão lidas pelos discentes do projeto, observando a diversidade das histórias e seu conteúdo, bem como uma possibilidade real de reprodução

das receitas. Esta etapa pode incluir testes na cozinha, pois muitas vezes as receitas nunca foram escritas ou quantificadas, pois muitos registros de receitas são aprendidos pela oralidade e com medidas caseiras. Algumas dessas histórias, poderão ser de preparos de pessoas que não se encontram mais presentes para esclarecer possíveis dúvidas, assim esse "modos de fazer" terá se perdido no tempo.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A curricularização da extensão é uma oportunidade para que os discentes possam alinhar conhecimento teórico em ações práticas junto à comunidade que geram impactos sociais e culturais Desenvolvendo habilidades como a comunicação, trabalho em equipe e liderança. Socializando o conhecimento acadêmico que atravessa os muros da universidade e se conecta com a comunidade local valorizando e reconhecendo os saberes populares. compartilhando vivências e construindo um espaço seguro que acolha a riqueza cultural que está presente no cotidiano das pessoas.

Uma perspectiva que oferta ao aluno que ingressa no ensino superior um mundo de possibilidades de construir o conhecimento através de um projeto de extensão. Onde o protagonismo da ação de extensão é do extensionista, ofertando a autonomia guiada e construindo seu saber-fazer diante dos desafios que surgem na execução de cada etapa. Isso permite uma maturidade que contribui para sua capacitação na formação acadêmica e a experiência de diálogo e ação.

Neste contexto se descobre suas vocações e interesses, um propósito que motiva o aprendizado e a difusão de experiências, contribuindo com sua bagagem profissional, crescimento pessoal e disseminação de conhecimentos, essa união entre universidade e comunidade permite uma visão nova sobre os saberes populares presente no cerrado brasileiro, e o conhecimento empírico da cultura goiana.

Além disso, os saberes comunitários podem ser popularizados através da divulgação de receitas que habitualmente são repassadas apenas pela oralidade. A reunião das histórias em um e-book pode ser um passo para que mais projetos de divulgação possam ser viabilizados e que aumente a participação da comunidade dentro da academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pode-se observar que há inúmeros ganhos quando a academia estreita laços com a comunidade. Estimula a leitura, criatividade, a produção escrita e científica. Isso impacta a comunidade apresentando uma comunicação entre literatura e gastronomia e as tradições, como forma de se reconhecer e expressar, mostrando que a arte pode ser subjetiva e aplicada a distintas áreas. É necessário a valorização e viabilização desses projetos pela comunidade acadêmica, ampliando as áreas de participação da ciência.

REFERÊNCIAS

Realização
Parceiros
Apoio

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

HORTA, Nina. Não é sopa: crônicas e receitas de comida. São Paulo: DBA, 2007.

AMADO, Jorge. Dona Flor e Seus Dois Maridos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Realização
Parceiros
Apoio

A PSIQUIATRIA E O COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS QUILOMBOLAS NA ESCOLA[1]

Ronivaldo de Oliveira Rego Santos
ronivaldo.santos@ueg.br, Docente UEG – Campos Belos
Aldira Martins da Costa
aldiramartins23@outlook.com, UEG – Campos Belos
Cleide Ribeiro de Oliveira
ribeirocleide918@gmail.com, UEG – Campos Belos
Gildehi Santos do Carmo
santosgildehi8@gmail.com, UEG – Campos Belos
Lavinnia Marcelly Soares Silva Assunção
lavinniamarcellyassuncao@gmail.com, UEG – Campos Belos
Stephany Eduarda Pereira Santos
stephanyeps12@gmail.com, UEG – Campos Belos

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são, de modo geral, uma representação de resistência, de criatividade, de formas diferentes de convivência, de organização coletiva. Contudo, com a expansão de formas denominadas de modernização e progresso (Laval; 2016; Vila Real, 2018; Machado, 2025) vem sofisticadamente dando uma roupagem nova para formas antigas de exclusão.

Nesse contexto, é fundamental pensar o papel das disciplinas de saberes *psi*, em especial a psiquiatria e a psicologia, no contexto da observação sobre desenvolvimento e o comportamento das pessoas nas comunidades tradicionais. Mais sistematicamente, compre refletir sobre como isso ocorre no interior da instituição escolar. Não se trata aqui de recusar ou demonizar esses saberes, mas, sim de tomar os cuidados necessários, fazer uma reflexão epistemológica séria, para não fazer desses saberes, novas formação dominação e discriminação racial, como tão bem nos alertou Fanon (2008) em *Pele negra, máscaras Brancas* e Moffatt (1980) em *Psicoterapria do Oprimido*.

Mais especificamente, o que interessa neste trabalho é pensar sobre como as formas de diagnóstico e medicalização da vida estão se apresentando nas comunidades tradicionais, em especial no contexto das comunidades quilombolas da região nordeste de Goiás.

METODOLOGIA

[1] Trabalho desenvolvido como resultado parcial do Projeto de Pesquisa: DA EUGENIA À PSIQUIATRIZAÇÃO DA INFÂNCIA: UMA CONTRA-HISTÓRIA DA INCLUSÃO ESCOLAR EM GOIÁS, sedeado na UEG – Unidade Universitária de Campos Belos.

Realização
Parceiros
Apoio

O trabalho parte de uma perspectiva qualitativa, especificamente, neste caso, a partir da revisão de literatura, analisando, entre outros, um recente estudo que tenta mostrar que há prevalência de TDAH em crianças. Trata-se, portanto, de analisar qual o ponto de partida desta pesquisa e quais os perigos de se aplicar indiscriminadamente instrumentos diagnósticos que tem a pretensão de serem universais.

Deve-se destacar que o trabalho investigativo ainda está em andamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há um clássico texto de Walter Benjamin, *Sobre o conceito de História*, no qual, ele vai dizer que o solo para a construção do progresso é sempre enxarcado de sangue. Se trocarmos o nome progresso pelo nome civilização, por melhoramento ou afins, nos aproximares de práticas as mais cruéis, no que diz respeito ao modo como o colonizador imperialista afetou e afeta as terras e povos colonizados. No clássico e denso estudo sobre o modo como o colonialismo atravessa o sujeito colonizado, *Pele negra, máscaras brancas,* Frantz Fanon (2008, p. 132) argumenta que:

> Há identificação, isto é, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de branco. Ele recarrega o herói, que é branco, com toda a sua agressividade– a qual, nessa idade, assemelha-se estreitamente a uma dádiva: uma dádiva carregada de sadismo. Uma criança de oito anos que oferece alguma coisa, mesmo a um adulto, não saberia tolerar uma recusa. Pouco a pouco se forma e se cristaliza no jovem antilhano uma atitude, um hábito de pensar e perceber, que são essencialmente brancos.

Ora, o autor está nos mostrando que os impactos da colonização nos povos colonizados são de caráter ao mesmo tempo psicológico e ideológico. Reorganizando esse argumento em termos freirianos, trata-se de uma sociedade que forja o oprimido para senhor em ser opressor. É nesse contexto que Machado (2025) destaca que ainda há muitas estratégias utilizadas pelo imperialismo para continuar construindo e inferiorizando os grupos que, não sendo mais colonos, ainda sofrem com os longos efeitos da colonização. Além dos marcadores mais comuns, como o cabelo e a própria cor da pele o autor destaca uma preocupação com o currículo e com a estruturas escolar.

Ora, mas, há outras formas que o opressor, o colonizador, utiliza-se das chamadas formas civilizatórias, modernizadoras, "científicas", para tentar convencer que as crianças precisam ter os seus comportamentos controlados, normalizados. Entre estas formas está a forma do diagnóstico psiquiátrico: TDAH. Em pesquisa realizada em

Realização
Parceiros
Apoio

2011, no interior do Departamento de Ciências da Saúde da UFG, aponta que há uma prevalência de crianças e adolescentes com TDAH.

Um dos argumentos gira em torno de uma hipótese degenerascionista, que remonta à primeira metade do século XX, momento no qual se expandia pelo Brasil os preceitos eugenistas. Partindo de uma leitura descritiva, Carvalho (2011) não destaca que essas leituras são hoje superadas. Ainda assim, demarca que a psiquiatria tem uma relação direta com argumentos e teses racistas.

> "[...] embora jamais duvidasse da inferioridade mental inata dos negros, embasado em sua experiência clínica, Nina-Rodrigues ressalvou que estes seriam, sim, capazes de produzir uma psicopatologia complexa e elaborada, desde que viessem de certos grupos africanos culturalmente "superiores" – como os sudaneses –, ou tivessem um nível educacional elevado, ou fossem produto de mestiçagem com brancos, o que elevaria a sua capacidade intelectiva. Portanto, entende-se porque para ele era tão importante uma classificação racial que diferenciasse corretamente os tipos puros dos mestiços" (Carvalho, 2011, p. 29).

Embora a autora na sequência faça um comentário em defesa dos avanços e conhecimentos modernos, não parece ser suficiente para contrapor o longo argumento de Nina Rodrigues: "É óbvio que, à luz dos conhecimentos modernos, tais afirmações não se sustentam. Nina– Rodrigues, provavelmente, não soube diferenciar entre as variáveis "etnia" e "condição socioeconômica" e as confundiu em sua influência sobre os sintomas comportamentais e cognitivos" (Carvalho, 2011, p 29-30). Nina Rodrigues era um homem do seu tempo, um erudito, não se confundiria. Ademais, condição socioeconômica e questão de raça/etnia no Brasil nesse período era questões sinônimas.

Desta feita, por mais que essa argumentação tenha como fio condutor um certo humanismo, é preciso ter certas reservas com a tentativa de encaixar grupos atravessados por outros epistemologias em critérios civilizatórios que rejeitam essas vicências. Universalizar uma noção de saúde mental a partir de um critério ou de critérios de um saber que está mormente à serviço do colonizador, não parece o mais adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, os próximos passos da pesquisa que está em andamento é mapear os efeitos de ações como estas e se de fato as instituições escolares das comunidades tradicionais estão servindo a que tipo de produção de subjetividade que tende a normalizar as crianças com base em padrões europeu ou estadunidense ou se há uma

Realização
Parceiros
Apoio

preocupação em pensar o comportamento considerando as especificidades e os modos de viver locais, comunitários.

Referências

CARVALHO, Karla Cristina Naves de. *Prevalência de sinais e sintomas do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em crianças e adolescentes da cidade de Cavalcante-GO que se identificam como Kalunga*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

MOFFATT, Alfredo. *Psicoterapia do oprimido*: ideologia e técnica da psiquiatria popular. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

LAVAL, Christian *A escola não é uma empresa*: o neoliberalismo em ataque ao ensino público; tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MACHADO, Adelino Soares Santos. *Alfabetização e/ou iniciação escolar*: os direitos humanos da criança quilombola Kalunga. 2025. 3041 f. Tese (Doutorado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

REAL, Rosolindo. *Ser Kalunga*: Entre a Modernidade e a Tradição. Trabalho de Conclusão de Curso Stricto Sensu (Stricto Sensu) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Cidade de Goiás, 2018.

CIDADE DE GOIÁS: FIAÇÃO SUBTERRÂNEA COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DA VISIBILIDADE DO PATRIMÔNIO MUNDIAL.

Amanda Sueli Madeira Pereira
profamandamadeira@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Clara Naomi Ozaki Leme Cabral
clara_naomi@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Ailson da Silva Fernandes
profailsonfernandes@gmail.com, Universidade Federal de Goiás
Amanda Alves Borges
amanda.borges@usp.br, Universidade de São Paulo
Cássio Yan Faleiro Silva.
cassioyf@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio histórico, em sua essência, busca salvaguardar a integridade e a autenticidade de bens culturais para as futuras gerações. Na Cidade de Goiás, antiga Vila Boa e primeira capital do estado, essa missão é magnificamente cumprida através de intervenções urbanísticas que realçam sua beleza intrínseca, sendo tombado pelo Iphan em 1978 e reconhecida como Patrimônio Mundial em 2001 (IPHAN, 2014 apud CASTRO, 2023). A paisagem cultural Vilaboense, caracterizada por uma arquitetura colonial vernacular e ruas de pedra, encontra na fiação subterrânea um poderoso aliado para a plena revelação de sua estética.

O foco deste estudo reside na excelência visual e na valorização estética que a fiação subterrânea proporciona para a contemplação dos monumentos históricos da Cidade de Goiás. Longe de ser apenas modernização, essa intervenção permite que a beleza original da paisagem cultural seja plenamente apreciada. A ausência de postes e cabos aéreos não apenas embeleza, mas também resgata a narrativa histórica que cada edifício conta, sem interrupções visuais. A justificativa para esta pesquisa pauta-se na incipiência de estudos empíricos específicos sobre o sistema de fiação subterrânea na cidade de Goiás.

Diante desse cenário, o objetivo geral deste trabalho é analisar como a implementação da fiação subterrânea na Cidade de Goiás eleva a valorização da paisagem cultural, realçando a beleza e a autenticidade dos monumentos, também, busca-se identificar o histórico de implantação desse sistema na cidade e avaliar os impactos positivos dessa intervenção em monumentos icônicos, como a Igreja do Rosário e a Igreja da Boa Morte.

METODOLOGIA

A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo. O estudo estrutura-se a partir de uma

Realização
Parceiros
Apoio

revisão sistemática da literatura científica e documental, utilizando bases de dados como Scielo e Scopus.

Além da revisão teórica, a pesquisa incorpora o método de relato de experiência baseado em uma visita de campo realizada pelos autores. Durante a atividade in loco, foram realizados registros fotográficos de pontos estratégicos do centro histórico: a Igreja do Rosário e a Igreja da Boa Morte. A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, confrontando as observações de campo com o arcabouço teórico sobre estética urbana e preservação do patrimônio cultural, buscando sintetizar como a "invisibilidade" da rede elétrica potencializa a "visibilidade" da memória histórica, revelando a beleza intrínseca dos monumentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fiação subterrânea transcende a mera inovação técnica em engenharia elétrica, configurando-se como uma ferramenta estratégica de planejamento urbano que eleva a preservação patrimonial a um novo patamar estético. Gonçalves (1994) argumenta que a fiação e o espaço ocupado pela arborização são fatores físicos cruciais na determinação da estética de uma cidade, e a ocultação dos cabos elétricos permite que a paisagem cultural seja lida em sua plenitude.

Na Cidade de Goiás, a implantação da rede subterrânea foi um marco decisivo, intrinsecamente ligada à candidatura da cidade ao título de Patrimônio Mundial. Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, o IPHAN, em colaboração com o governo estadual e a prefeitura, coordenou a remoção sistemática de postes e fios elétricos de todo o centro histórico. Delgado (2005) enfatiza que essa intervenção foi uma das condições essenciais para que Goiás atendesse aos critérios da UNESCO, visando desfazer o emaranhado de fios que antes obscurecia as fachadas coloniais e impedia a apreciação de sua riqueza arquitetônica. Cavalcante (2023) complementa que tal empreendimento exigiu um rigoroso acompanhamento arqueológico, dada a densidade histórica do subsolo de Vila Boa, que guarda vestígios do período minerador do século XVIII.

De acordo com Oliveira et al. (2026), a remoção da poluição visual em sítios tombados não apenas resolve um problema, mas eleva a clareza da identidade urbana e a qualidade da experiência estética. Ao enterrar a fiação, promove-se uma verdadeira restauração da paisagem, um conceito que se alinha às teorias de Cesare Brandi sobre a restauração como um ato de reconhecimento do valor histórico e estético da obra. Dessa forma, a fiação subterrânea atua como um suporte invisível que garante a sua integridade e permitindo que o observador estabeleça uma conexão direta e desimpedida com a arquitetura vernacular.

As análises dos registros fotográficos realizados na Cidade de Goiás revelam uma notável valorização do espaço público e dos monumentos após a implementação da fiação subterrânea. Conforme a figura 1, o elemento central na fotografia é a Igreja do Rosário, reconstruída no século XX em estilo neogótico (Prado, 2014). A desobstrução visual é evidente ao longo de seu

Realização
Parceiros
Apoio

percurso, permitindo que a torre e o frontispício se imponham com sua monumentalidade original.

Figura 1 - Rua Moretti Foggia e, ao fundo, a Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Acervo dos autores (2026) e IBGE.

De acordo com a figura 2, na Igreja da Boa Morte, edificação histórica que, segundo Guerino (2022), passou por um intenso processo de tombamento e musealização, consolidando-se como Museu de Arte Sacra em 1969. Além de resguardar o acervo patrimonial da cidade, a entrada da construção constitui o cenário de um dos maiores eventos religiosos do Brasil: a Procissão do Fogaréu. Nesse contexto, a implantação do cabeamento subterrâneo é amplamente aprazível, pois cria um cenário idealizado do passado, livre das interferências visuais contemporâneas, o que enriquece a imersão cultural do visitante.

Realização
Parceiros
Apoio

Figura 2 - Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Fonte: Acervo dos autores (2026) e IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas perspectivas teóricas e as observações de campo realizadas neste estudo confirmam que a fiação subterrânea é um elemento fundamental na valorização e preservação da identidade cultural da Cidade de Goiás. A transição do sistema aéreo para o subterrâneo não se limitou a uma melhoria técnica, foi um ato deliberado de salvaguarda do patrimônio imaterial e material.

O estudo demonstra que a Cidade de Goiás se estabelece como um modelo inspirador de gestão urbana que harmoniza o progresso com a conservação. A fiação subterrânea, ao tornar-se invisível, permitiu que a história e a arquitetura se tornassem plenamente visíveis e apreciáveis. Como encaminhamento futuro, sugere-se a realização de pesquisas empíricas que quantifiquem o aumento da satisfação turística e a percepção de beleza pelos moradores, a fim de consolidar ainda mais os benefícios estéticos e culturais dessa intervenção. Conclui-se que a fiação subterrânea é uma estratégia exemplar que, ao sublimar a infraestrutura, eleva a experiência estética e a conexão com o rico legado histórico de Vila Boa de Goiás.

Realização
Parceiros
Apoio

REFERÊNCIAS

DELGADO, A. F. Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade". Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 117-136, 2005.

CASTRO, Jaslane Maria. A importância do patrimônio arqueológico e da educação patrimonial em obras de infraestrutura urbana e restauro em cidades históricas: estudo de caso sobre a Cidade de Goiás (2014 – 2018). 2023. 156 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2023. Disponível em: http://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/1486. Acesso em: 3 jun. 2026.

CAVALCANTE, S. C. G. P. Gestão do acervo em louças: o inventário do patrimônio arqueológico sob guarda do Núcleo de Arqueologia-UEG, projeto fiação subterrânea de energia elétrica. 2023. Disponível em: https://search.proquest.com/openview/27a68eac327457636f6306685d66f959/1?pq-origsite=gscholar. Acesso em: 05 jun. 2026.

GONÇALVES, W. Ante. Arte, ciência e tecnologia na arborização urbana. In: Paisagem, Ambiente – Ensaios 6. São Paulo, FAV, 1994. p. 9-17.

GUERINO, R. J. Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte da cidade de Goiás: do espaço sagrado a construção do espaço de memórias. Repositório de Anais da ANPUH-GO, *[S. l.]*, p. 676/688, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Histórico do município de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/historico. Acesso em: 3 jun. 2026.

OLIVEIRA, T. D. et al. Influência da poluição visual na preservação do patrimônio arquitetônico: percepções a partir da área urbana central de Ijuí/RS. Vivências, 2026. Disponível em: http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/1592. Acesso em: 05 jun. 2026.

PRADO, Paulo Brito do. Patrimônio Inquirdo: Por uma história de memórias subterrâneas nos sertões de Goiás em 1930. Em Tempo de Histórias, Brasília, Brasil, n. 24, 2014.

DIVERSIDADE E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA FUNGA DO JARDIM BOTÂNICO DA UEG DE QUIRINÓPOLIS, GOIÁS, BRASIL

Nilande Viana da Cruz
nilandeviana@hotmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás - Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS)
Gustavo da Silva Soares
gus.soares.bio@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás - Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS)
Silaine Ferreira de Souza Chaves
silaineferreirachaves@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás - Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS)
Maria Vitória da Silva Machado
mariavitoriamachado54@gmail.com, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás - Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis, Curso de Ciências Biológicas
Isa Lucia de Morais
isa.morais@ueg.br, Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Estadual de Goiás - Campus Sudoeste: Sede Quirinópolis, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS) e Curso de Ciências Biológicas
Francisco J. Simões Calaça
calacafjs@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Central - Sede: Anápolis - CET - Henrique Santillo

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Cerrado destaca-se como um dos biomas mais ricos em diversidade biológica, incluindo a diversidade de fungos. Entretanto, a funga desse bioma ainda é pouco estudada e seu conhecimento incipiente (Adámoli *et al.*, 1987; Ribeiro; Walter, 2008; Maia *et al.*, 2015). Estima-se que a diversidade de fungos do Cerrado seja elevada (cerca de 3.8 milhões de espécies) devido às altas taxas de endemismo e à riqueza característica de regiões tropicais (Hawksworth; Lücking, 2017). Assim, estudos nesse bioma são essenciais para a compreensão da biodiversidade, ecologia, conservação e potencial biotecnológico desses organismos.

Os fungos desempenham funções ecológicas fundamentais, como decomposição da matéria orgânica e simbiose com plantas (Crowther et al., 2012; Gadd, 2017; Frey, 2019). Além disso, diversas espécies possuem potencial econômico, alimentar, medicinal e biotecnológico (Prescott *et al.*, 2018; Meyer *et al.*, 2020; Silva-Neto *et al.*, 2020).

Considerando a importância ecológica da funga e o status de *hotspot* do Cerrado, ampliar o conhecimento desses organismos pode contribuir para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e subsidiar políticas de conservação.

Realização
Parceiros
Apoio

Nesse contexto, o presente estudo objetiva documentar a biodiversidade de macrofungos do Jardim Botânico da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Quirinópolis e seu potencial econômico.

METODOLOGIA

A coleta dos macrofungos foi realizada no Jardim Botânico da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis, GO, localizado nas coordenadas 18°27′12.2″S e 50°26′18.8″O.

A área amostral possui aproximadamente 120 × 140 m e foi subdividida em um *grid* 6 × 6, totalizando 36 parcelas de 20 × 20 m. As coletas foram realizadas entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, durante o período chuvoso, totalizando 12 dias de amostragem com cerca de 7 horas diárias.

A coleta seguiu os protocolos de Fidalgo e Bononi (1984). Os espécimes foram acondicionados em sacos de papel *kraft,* transportados ao Herbário José Ângelo Rizzo (JAR), submetidos à herborização e incorporados ao fungário. A identificação das morfoespécies foi realizada principalmente com auxílio das chaves de Putzke e Putzke (2018).

A importância econômica das espécies foi investigada por meio de buscas na base Google Acadêmico, utilizando termos relacionados aos potenciais de uso combinados aos nomes das principais famílias amostradas.

A diversidade da comunidade de macrofungos foi avaliada pelos índices de Shannon-Wiener (H'), equitabilidade de Pielou (J') e dominância de Simpson (1-D). A suficiência amostral foi analisada por meio da curva de acúmulo de espécies, gerada pelo método aleatório, com 999 permutações. Todas as análises foram realizadas no software R versão 4.4.0 (R CORE TEAM, 2024), com auxílio do Pacote Vegan (Oksanen *et al.*, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram amostrados 508 indivíduos de macrofungos representados por nove ordens, 25 famílias, 38 gêneros e 45 espécies. A ordem Agaricales concentrou a maior diversidade, reunindo 15 famílias, seguida por Polyporales e Boletales, com duas famílias cada. As demais ordens Auriculariales, Dacrymycetales, Geastrales, Hymenochaetales, Xylariales e Liceales foram representadas por uma única família cada.

A ordem Agaricales constitui o maior grupo de fungos formadores de cogumelos. Atualmente são reconhecidos 38 famílias e 332 gêneros dentro dessa ordem (Wijayawardene *et al.*, 2022). Além de sua elevada diversidade, apresenta a mais ampla variedade de estratégias ecológicas em Basidiomycota, incluindo espécies decompositoras de madeira e de matéria orgânica, formadoras de ectomicorrizas, associadas a insetos e patógenas de raízes (Cho *et al.*, 2025).

A família Agaricaceae foi a mais representativa da ordem Agaricales. Ela reúne fungos predominantemente sapróbios, responsáveis pela decomposição de matéria orgânica em solos, serrapilheira, esterco e madeira morta. Essa família agrupa fungos de ampla distribuição geográfica, caracterizando-se por conter representantes de expressivo valor nutracêutico, bem como de interesse comercial (Barros *et al.*, 2008).

Realização
Parceiros
Apoio

Outras famílias representativas foram Marasmiaceae e Mycenaceae, compostas predominantemente por decompositores primários da serrapilheira. Suas espécies são bases ecológicas cruciais para a ciclagem de nutrientes e representam um vasto banco genético ainda pouco explorado para a descoberta de novas drogas antibióticas (Alves *et al.*, 2012).

A ordem Polyporales apresenta elevada diversidade taxonômica, sendo composta por 20 famílias e 181 gêneros no total (Wijayawardene *et al.*, 2022). Este grupo assume a função insubstituível de decompositoras primárias da necromassa lenhosa, sendo o agrupamento biológico mais crítico para a manutenção da ciclagem biogeoquímica do carbono em ecossistemas florestais (Li *et al.*, 2023)

A família Polyporaceae é a maior família em sua ordem com 60 gêneros descritos (Wijayawardene *et al.*, 2022) e foi a mais representativa deste estudo com 10 espécies. Essa família reúne fungos conhecidos popularmente como "orelhas-de-pau" e são especializados em decomposição de madeira morta. No que tange ao potencial econômico, essa família é notória por abrigar basidiomicetos lignolíticos de podridão branca capazes de degradar compostos recalcitrantes, corantes e poluentes industriais, substâncias essas muito resistentes a degradação natural (Pointing, 2001).

A ordem Boletales é uma das mais diversas entre os fungos, reunindo 15 famílias e um total de 143 gêneros. Dentro desse conjunto, destaca-se Boletaceae, a família mais representativa, com 95 gêneros reconhecidos (Wijayawardene *et al.*, 2022). Entretanto, essa elevada diversidade foi pouco refletida neste levantamento, uma vez que a família foi representada por apenas uma espécie. A família Boletaceae desempenha um papel duplo como parceiro micorrízico essencial para o desenvolvimento de florestas e como fonte de alimento de altíssimo valor agregado (Barros *et al.*, 2008).

A curva de acúmulo de espécies indicou uma tendência de estabilização da riqueza de macrofungos ao longo do aumento do esforço amostral, sugerindo que a maior parte das espécies presentes na área de estudo foi registrada. Embora apresente tendência à estabilização, a ausência de assíntota sugere a existência de espécies raras ainda não registradas, possivelmente devido à variação temporal da frutificação em função de fatores ambientais. Assim, amostragens adicionais em diferentes períodos podem ampliar o registro da diversidade local.

A comunidade de macrofungos registrada apresentou índice de diversidade de Shannon-Wiener (H') de 3,09 nats. Valores acima de 3 sugerem uma comunidade bem estruturada e com boa heterogeneidade ambiental. Diante desse resultado, pode-se inferir que, embora o Jardim Botânico da UEG se encontre no perímetro urbano, para a diversidade funga no local ele pode ser considerado um ambiente conservado (Magurram, 2004). A equitabilidade de Pielou (J' = 0,81) revelou distribuição relativamente uniforme dos indivíduos entre as espécies, sugerindo ausência de dominância excessiva por parte de poucos táxons. Esse padrão é corroborado pelo índice de Simpson (1-D = 0,92), que reflete baixa dominância e alta probabilidade de que dois indivíduos escolhidos aleatoriamente pertençam a espécies diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jardim Botânico da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em Quirinópolis, apresenta área com rica representatividade de macrofungos, mesmo inserido em um

Realização
Parceiros
Apoio

contexto urbano. A riqueza registrada, associada à alta diversidade, elevada equitabilidade e baixa dominância, indica uma comunidade fúngica bem estruturada e ecologicamente equilibrada. A predominância de ordens como Agaricales e Polyporales evidencia a disponibilidade de diferentes substratos e nichos ecológicos, especialmente relacionados à decomposição de matéria orgânica e madeira, sugerindo que a área mantém condições ambientais capazes de sustentar múltiplas estratégias ecológicas. Nesse sentido, mesmo sob influência antrópica, o Jardim Botânico atua como um importante refúgio de biodiversidade fúngica no ambiente urbano, reforçando seu papel como área estratégica para conservação, pesquisa e monitoramento da micobiota do Cerrado.

AGRADECIMENTOS: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Referências

ADÁMOLI, J. *et al*. - Caracterização da região dos cerrados. In: Goedert, W.J.; ed. **Solos dos cerrados: tecnologias e estratégias de manejo**. [Planaltina: - Embrapa-CPAC] São Paulo: Nobel, 1987. p. 33-98.

ALVES, M. J.; FERREIRA, I. C. F. R.; DIAS, J.; TEIXEIRA, V.; MARTINS, A.; PINTADO, M. A review on antimicrobial activity of mushroom (Basidiomycetes) extracts and isolated compounds. **Planta Medica**, v. 78, n. 16, p. 1707-1718, 2012.

BARROS, L.; CRUZ, T.; BAPTISTA, P.; ESTEVINHO, L. M.; FERREIRA, I. C. F. R. Wild and commercial mushrooms as source of nutrients and nutraceuticals. **Food and Chemical Toxicology**, v. 46, n. 8, p. 2742-2747, 2008.

CHO, M.; YOO, Y.; LEE, S. H.; KWON, D. Y.; KIM, C.; KWON, S. L.; KIM, J.-J. Six Unrecorded Species of Agaricales (Agaricomycetes, Basidiomycota) from Mudeungsan National Park in Korea. **Mycobiology,** v. 53, n. 4, p. 421–434, 19 jun. 2025.

CROWTHER, T. W.; BODDY, L.; JONES, T. H. Functional and ecological consequences of saprotrophic fungus–grazer interactions. **The ISME Journal**, v. 6, p. 1992–2001, 2012.

FREY, S. D. Mycorrhizal fungi as mediators of soil organic matter dynamics. **Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics**, v. 50, p. 237–259, 2019.

GADD, G. M. The geomycology of elemental cycling and transformations in the environment. **Microbiology Spectrum**, v. 5, n. 1, 2017.

HAWKSWORTH, D. L.; LÜCKING R. Fungal diversity revisited: 2.2 to 3.8 million species. **Microbiology Spectrum**, v. 5, n. 4, pp. 1–17, 2017.

LI, T.; CUI, L.; SONG, X.; CUI, X.; WEI, Y.; TANG, L.; MU, Y.; XU, Z. Wood decay fungi: an analysis of worldwide research. **Journal of Soils and Sediments**, v. 22, n. 6, p. 1688–1702, 2022.

MAGURRAN, A. E**. Measuring biological diversity**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 256 p.

MAIA, L. C. *et al*. Diversity of Brazilian Fungi. **Rodriguésia**, v. 66, n. 4, p. 1033–1045, 2015.

MEYER, V.; BASENKO, E.Y.; BENZ, J.P. *et al.* Growing a circular economy with fungal biotechnology: a white paper. **Fungal Biology and Biotechnology**, v. 7, n. 1, pp. 1–23, 2020.

OKSANEN, J. *et al*. **Vegan**: Community Ecology Package**.** R package version 2.6-4, 2022. Disponível em: https://CRAN.R-project.org/package=vegan. Acesso em: 14 mar. 2026.

POINTING, S. B. Feasibility of bioremediation by white-rot fungi. **Applied Microbiology and Biotechnology**, v. 57, n. 1-2, p. 20-33, 2001.

PRESCOTT, T.; WONG, J.; PANARETOU, B.; BOA, E.; BOND, A.; CHOWDHURY, S.; ØSTERGAARD, L. Useful fungi. In: WILLIS, K.J. (org.). **State of the World's Fungi 2018**. Royal Botanic Gardens Kew, 92 p., 2018.

PUTZKE, J.; PUTZKE, M. T. L. **Cogumelos (Fungos Agaricales l. s.) no Brasil**. LupaGraf, Santa Cruz do Sul. 2018.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing.** Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2024. Disponível em: https://www.R-project.org. Acesso em: 15 mar. 2026.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. (org.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília, DF: Embrapa Cerrados; Embrapa Informação Tecnológica, 2008. v. 1, p. 152–212.

SILVA-NETO, C. M.; PINTO, D. S.; SANTOS, L. A. C.; CALAÇA, F. J. S. & ALMEIDA, S. S. Food production potential of Favolus brasiliensis (Basidiomycota: Polyporaceae), an indigenous food. **Ciência e Tecnologia de Alimentos** (*online*), p. 1–6, 2020.

WIJAYAWARDENE, N. N.; HYDE, K. D.; AL-ANI, L. K. T.; TEDERSOO, L.; HAUSCHEL, D.; ZHAO, R. L.; MARGARITESCU, S. *et al.* Outline of Fungi and fungus-like taxa–2021. **Mycosphere**, v. 13, n. 1, p. 53-453, 2022.

Geopolítica e a migração árabe para Cerrado

Marcos Augusto Marques Ataides
E-mail: marcos.ataides@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás - UEG

Roseli Martins Tristão Maciel
E-mail: roseli.maciel@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás – UEG

INTRODUÇÃO

.A presente pesquisa analisa a **geopolítica** como elemento central na dinâmica migratória das populações árabes para o Brasil, com ênfase no estado de Goiás. A geopolítica, entendida como o estudo das relações de poder no território e de suas consequências, permite compreender como disputas imperiais e conflitos históricos no Oriente Médio influenciaram fluxos migratórios significativos ao longo do século XX. O processo de ocupação do Cerrado contou com a presença significativa de imigrantes árabes, cuja atuação se destacou especialmente no comércio itinerante entre diferentes cidades e povoados da região. Esses comerciantes, conhecidos como mascates, desempenharam papel fundamental na circulação de mercadorias, na integração econômica de áreas rurais e urbanas e na formação de redes sociais que contribuíram para o desenvolvimento local. A identidade árabe no Cerrado consolidou-se, inicialmente, por meio dessa prática comercial, que exigia deslocamentos constantes, capacidade de negociação e adaptação às condições adversas do interior brasileiro. Entretanto, esses imigrantes passaram a ser identificados popularmente pelo apelido de "turcos", uma designação equivocada, mas amplamente difundida no imaginário social brasileiro. Tal denominação está relacionada ao fato de que muitos dos imigrantes provenientes do Líbano e da Síria viviam sob a dominação do Império Otomano e, ao ingressarem no Brasil, eram registrados oficialmente como súditos turcos, independentemente de sua verdadeira nacionalidade, identidade étnica ou pertencimento religioso. Esse processo de rotulação revela não apenas a falta de conhecimento da sociedade brasileira sobre a complexidade do Oriente Médio, mas também a forma como relações de poder e dominação geopolítica influenciaram a construção das identidades desses grupos no contexto migratório. Apesar do estigma associado ao termo, os árabes estabeleceram-se de maneira sólida no Cerrado, contribuindo para a economia regional, para a diversidade cultural e para a formação de laços comunitários

Realização
Parceiros
Apoio

que permanecem até os dias atuais. Ao longo da história, fatores como o controle territorial, a expansão do capitalismo e os interesses estratégicos das potências globais desempenharam papel determinante na configuração dos grandes deslocamentos populacionais. Esses elementos, articulados às disputas geopolíticas e às transformações econômicas internacionais, contribuíram para a intensificação dos fluxos migratórios provenientes do Oriente Médio. Nesse contexto, dois marcos geopolíticos são fundamentais para compreender a imigração árabe para Goiás. O primeiro refere-se ao declínio e posterior fim do Império Otomano, no início do século XX, evento que desestruturou antigas formas de organização política e econômica na região e impulsionou a saída de populações libanesas, sírias e palestinas em direção a diferentes países, entre eles o Brasil. O segundo marco diz respeito à criação do Estado de Israel, em 1948, seguida de sucessivos conflitos armados — como a Guerra de Independência, a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Yom Kippur — que agravaram tensões territoriais, religiosas e identitárias, intensificando a migração de árabes para outras partes do mundo. Esses acontecimentos, inseridos em um cenário de disputas geopolíticas globais, contribuíram diretamente para a formação das comunidades árabes no Brasil e, de modo particular, no estado de Goiás, onde esses imigrantes encontraram oportunidades econômicas e condições favoráveis para reconstruir suas vidas. Assim, este estudo tem como objetivos a busca da compreensão como fatores geopolíticos, econômicos e religiosos contribuíram para a formação da comunidade árabe em Goiás, analisando as articulações nos processo globais e realidades locais.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem **qualitativa**, fundamentada em **análise bibliográfica** histórico geopolítica dos fatos apresentados . Os procedimentos metodológicos incluem:

- Levantamento de obras clássicas e contemporâneas sobre geopolítica, migrações e Oriente Médio, com destaque para Said (2003), Papper (2016) e Sahium (2025), Nunes (2020)
- Análise de estudos sobre a imigração árabe no Brasil e, especificamente,em Goiás .
- Interpretação dos eventos geopolíticos que influenciaram os fluxos migratórios, como o fim do Império Otomano e a criação do Estado de Israel.

Realização
Parceiros
Apoio

- Sistematização das informações coletadas, buscando estabelecer relações entre geopolítica, capitalismo, religião e migração.

A metodologia visa integrar teoria geopolítica e análise histórica, permitindo compreender os processos migratórios como fenômenos complexos e multidimensionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo evidenciou a complexidade envolvida na interpretação da dinâmica geopolítica articulada aos fatores econômicos que influenciam os processos migratórios. A análise geopolítica permite compreender como a dominação territorial, exercida por diferentes impérios e potências ao longo da história, moldou identidades, deslocamentos populacionais e relações de poder. Nesse contexto, a religião também se apresenta como instrumento de legitimação política e territorial, assim como a invisibilização étnica imposta por impérios dominantes, que frequentemente apagaram ou homogeneizaram identidades diversas sob classificações genéricas.

A chamada "questão árabe" revela-se particularmente complexa, uma vez que os povos da região possuem múltiplas etnias, tradições e identidades culturais. Embora a língua árabe constitua um forte elemento de coesão cultural, há diferenças significativas entre libaneses, sírios, palestinos, jordanianos e outros grupos. A forma genérica com que esses povos foram historicamente tratados é resultado direto das práticas imperialistas, tanto do Império Otomano quanto das potências europeias, que impuseram classificações simplificadoras e, muitas vezes, distorcidas.

No Brasil, e especialmente no estado de Goiás, as primeiras levas de imigrantes árabes foram compostas majoritariamente por cristãos oriundos do Líbano e da Síria, que se estabeleceram inicialmente em cidades como Anápolis e, posteriormente, em Goiânia. Esses grupos encontraram no comércio e na mobilidade territorial oportunidades de inserção econômica e social, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Os fatores econômicos globais também desempenharam papel decisivo nesse processo. A descoberta e exploração de petróleo em diversos países árabes do Oriente Médio, ao longo do século XX, provocou profundas transformações políticas e sociais, gerando instabilidade e, em muitos casos, a expulsão ou deslocamento forçado de

milhares de pessoas. A criação do Estado de Israel, em 1948, e sua influência geopolítica na região intensificaram ainda mais esses movimentos migratórios. A guerra civil libanesa, agravada pela intervenção israelense na década de 1980, impulsionou a vinda de novos grupos libaneses para o Brasil, incluindo Goiás. De forma semelhante, a guerra civil na Síria, iniciada em 2011, levou diversas famílias sírias a buscar refúgio em cidades goianas, como Anápolis e Goiânia.

A questão palestina também se faz presente na história migratória do estado. Desde 1948, ano marcado pela Nakba — termo árabe que significa "catástrofe" e que designa o deslocamento forçado de centenas de milhares de palestinos —, Goiás recebeu imigrantes palestinos que buscavam reconstruir suas vidas longe dos conflitos. O registro da chegada de um palestino a Anápolis nesse mesmo ano simboliza a inserção desse grupo na formação social e cultural do estado.

Assim, a imigração árabe para Goiás deve ser compreendida como resultado de processos geopolíticos globais, conflitos regionais, transformações econômicas e estratégias de sobrevivência que atravessam gerações. Esses movimentos contribuíram para a diversidade cultural, religiosa e econômica do estado, deixando marcas profundas na identidade regional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, ainda é preliminar, pois a pesquisa será desenvolvida com mais profundidade no decorrer do doutora/TECCER, mas é possível destacar a influência de fatores geopolíticos e capitalistas globais no território goiano , esses f atores produzem novas formas de perceber a relações de poder que estão se consolidando com projetos geopolíticos internacionais como a aliança, Israel/EUA, e as resistência que surgem no território do Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Tradução de Carmen C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Tradução de André Villalobos. São Paulo: Loyola, 2004.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da geopolítica? Poder. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

NUNES, Heliane Prudente. A imigração árabe em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 2000.

PAPPÉ, Ilan. A limpeza étnica da Palestina. Tradução de Luis Gustavo Soares. São Paulo: Sundermann, 2016.

PAPPÉ, Ilan. Dez mitos sobre Israel. Tradução de Bruno Cobalchini Mattos. Rio de Janeiro: Tabla, 2022.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo:Atica , 1993.

A CHEGADA DA ESTRADA DE FERRO EM GOIÁS: DO REARRANJO NAS ESTRUTURAS POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO À INCORPORAÇÃO DO SUL GOIANO PELO CAPITALISMO

Hugo Alves Godoi
godoi.alveshugo@gmail.com, *Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH*
Hislene Santos Felinto Oliveira
felintooliveira45@gmail.com, *Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH*

INTRODUÇÃO

Objetivando a plena análise e compreensão da formação territorial do estado de Goiás, sobretudo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, partimos de um contexto que, conforme Oliveira e Paiva (2018), é marcado pelo isolamento econômico, baixa integração aos mercados nacionais e predominância de atividades agropecuárias extensivas voltadas ao consumo local. A escassez de meios de transporte/vias de acesso dificultava a circulação de mercadorias e pessoas, limitando a economia regional.

A expansão ferroviária no Brasil – e no mundo, como um todo – está ligada ao avanço do capitalismo, sendo parte de um processo mais amplo de modernização associado às revoluções industriais e à necessidade de ampliação dos fluxos de produção e circulação. Nesse sentido, a estrada de ferro em Goiás surge articulada aos interesses do capital nacional e internacional, sendo um elemento de integração do estado ao mercado nacional e, posteriormente, ao mercado internacional, visto que ao final do século XIX até meados da metade do século XX, Goiás encontrava-se em isolamento – econômico e geográfico –, com suas atividades voltadas à agricultura de subsistência, com pouquíssima ou nenhuma integração regional, nacional ou mundial.

As estradas de ferro são compreendidas como os primeiros e principais elementos desenvolvimentistas e progressistas da humanidade. Este fenômeno é pontuado por Oliveira e Paiva (2018), onde as ferrovias podem ser consideradas como "[...] o prelúdio da atual era da globalização ao proporcionar a expansão do comércio e do capitalismo no mundo com a redução das distâncias geográficas que separavam os povos [...]". (Oliveira; Paiva, 2018, p. 41). Ou seja, a ferrovia torna-se o próprio desenvolvimento socioeconômico no mundo e, sobre nosso recorte, em Goiás.

A chegada da estrada de ferro representa um marco histórico fundamental, na medida em que rompe com o isolamento geográfico e inaugura novas possibilidades

Realização
Parceiros
Apoio

de integração econômica e espacial. Marinho e Dantas (2018) expõem que a implantação da rede ferroviária alterou a configuração econômica do território goiano e influenciou diretamente o processo de urbanização e modernização da região sul do estado, e dele como um todo. Assim, a ferrovia deve ser compreendida não apenas como uma infraestrutura de transporte, mas como um agente de transformação territorial e socioeconômica.

Direcionando o foco à Goiás, a dinâmica capitalista ganha maior expressividade no sul do estado, onde a ferrovia promove profundas mudanças estruturais. Tais transformações envolvem tanto a reorganização das atividades econômicas – com a intensificação da produção voltada ao mercado – quanto a reconfiguração das relações de poder, evidenciando um rearranjo das elites políticas e econômicas. A ferrovia, portanto, atua como um agente de modernização, urbanização e incorporação do território ao modo de produção capitalista, ainda que esse processo seja permeado por contradições e desigualdades.

METODOLOGIA

O presente resumo tem seus passos metodológicos fundamentados na revisão bibliográfica dos textos de alguns autores, como Rodriguez (2017), Marinho e Dantas (2018), Oliveira e Paiva (2018), além da dissertação de Borges (2018). Baseando nas obras destes autores citados, respalda-se a compreensão e análise das transformações ocorridas no espaço geográfico de Goiás, no sul goiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Oliveira e Paiva (2018) teorizam que, antes da chegada da estrada de ferro no estado, Goiás era caracterizado por uma economia pouco dinâmica, com baixa densidade populacional e limitada integração aos centros consumidores, como do Sudeste brasileiro. A produção agropecuária era voltada majoritariamente para a subsistência, sem grande inserção no mercado nacional. Com implantação da Estrada de Ferro Goiás, esse cenário começa a se modificar. Sendo assim, Borges (2018) situa a chegada da ferrovia primeiro na região sul e sudeste de Goiás, em meados 1911-1913, por ser uma região que detinha estruturação ferroviária mais desenvolvida e implantada.

A ferrovia, conforme os autores acima citados, “reduziu as distâncias entre lugares, permitindo o acesso mais rapidamente entre os centros produtores e os mercados consumidores” (Oliveira; Paiva, 2018, p. 40). Tal aspecto acaba promovendo

Realização
Parceiros
Apoio

uma nova lógica de circulação e integração territorial. Além disso, os trilhos conectaram Goiás a importantes centros econômicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, restabelecendo relações comerciais que haviam sido enfraquecidas desde o período da mineração.

Adentrando no setor econômico, a estrada de ferro desempenhou função fundamental e decisiva viabilizando o escoamento produtivo daquilo que era oriundo das atividades econômicas goianas, o que estimulou a modernização produtiva e proporcionou os primórdios da monocultura exportadora. A melhoria nos transportes possibilitou a ampliação das trocas comerciais e a inserção de Goiás na lógica capitalista de produção.

Padua (2008 *apud* Borges, 2018) teoriza sobre como a ferrovia promoveu certa "valorização fundiária, aumento do contingente populacional e notória urbanização em toda a área da ferrovia" (Padua, 2008, *apud* Borges, 2018). Conforme Borges (2018), a ferrovia também contribuiu para a diversificação das atividades econômicas, favorecendo o surgimento de novos serviços e o fortalecimento do comércio. Em cidades como Anápolis (GO), sua chegada representou a solução para problemas logísticos e impulsionou o desenvolvimento regional.

Em sua teorização, Rodriguez (2017) nos apresenta alguns aspectos sobre como a chegada da estrada de ferro no estado de Goiás também provocou mudanças significativas nas estruturas políticas, para além dos aspectos econômicos, de urbanização e modernização. O controle dos fluxos econômicos passou a redefinir as relações de poder, deslocando a centralidade política para regiões mais dinâmicas economicamente.

Esse processo está diretamente relacionado aos interesses das elites locais e nacionais, que viam na ferrovia um instrumento de modernização e expansão econômica. Conforme destacado por Rodriguez (2017), "Todavia, é preciso assinalar que a ferrovia cortava o cerrado goiano em função dos interesses do sistema capitalista de produção, ou seja, ela nasceu de fora para dentro do estado" (Rodriguez, 2017, p. 70)

A transferência da capital goiana é um claro exemplo, indo de Goiás (GO) para Goiânia (GO), deixando o Noroeste de Goiás (conforme as regiões de planejamento), e direcionando-a para mais próximo da região central, sul e sudeste do estado, onde o desenvolvimento está presente. Um fator é que a chegada da ferrovia foi tardia devido à influência oligárquica da época, outro elemento causador da mudança da

capital, visando a dissolução de tal poderio, fundamentado pelo "governo modernista" de Vargas.

Devido aos fortes impedimentos proporcionados pela elite oligárquica, a implantação da ferrovia exigiu a atuação do Estado e de outros grupos políticos influentes, evidenciando a articulação entre poder político e interesses econômicos na construção da infraestrutura ferroviária. Tal aspecto evidencia ainda mais o que foi exposto no parágrafo anterior.

A região sul do estado de Goiás foi a principal beneficiada pela implantação ferroviária, onde vai se tornar um espaço de estratégias e integrações ao mercado e, consequentemente, ao mercado capitalista. A estrada de ferro então possibilitou a formação e o crescimento de diversas cidades, além de intensificar o processo de urbanização e aproximar a região da modernidade vendida pelo capitalismo.

Marinho e Dantas (2018), teorizam sobre como a estrada de ferro "influenciou o seu processo de urbanização, provocando significativas transformações no cotidiano da sociedade goiana à época." (Marinho; Dantas, 2018, p. 2013). Nesse sentido, cidades surgiram ou foram profundamente transformadas a partir da presença dos trilhos. Por fim, a urbanização esteve diretamente associada à modernização do espaço, com a implantação de infraestrutura, serviços e atividades comerciais. Esse processo refletiu a incorporação do território goiano à lógica capitalista, marcada pela produção para o mercado e pela intensificação dos fluxos.

Apesar dos avanços, o processo de modernização trazido pela ferrovia foi marcado por pontuais contradições. Assim como todo e qualquer processo que envolva "benefícios" atende aos interesses de alguns, a expansão ferroviária atendeu prioritariamente aos interesses do capital e daqueles que o detém, gerando intensas desigualdades regionais e sociais, ou seja, fundamenta os aspectos desiguais de benesses para alguns e problemas para muitos.

A própria implantação da ferrovia ocorreu em regiões pouco povoadas e com baixa viabilidade econômica imediata, sendo sustentada por expectativas de progresso futuro. Além disso, o desenvolvimento gerado não foi homogêneo, beneficiando principalmente áreas específicas do território. Outro aspecto relevante diz respeito à imposição de um modelo de desenvolvimento associado à lógica capitalista, que alterou modos de vida e relações sociais, muitas vezes de forma desigual e excludente.

Realização
Parceiros
Apoio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada da estrada de ferro em Goiás constitui um marco fundamental na transformação do território goiano, promovendo sua integração ao mercado nacional e ao sistema capitalista. A ferrovia foi responsável por profundas mudanças nas estruturas econômicas, ao viabilizar a circulação de mercadorias e estimular a produção voltada ao mercado, e nas estruturas políticas, ao redefinir as relações de poder e fortalecer novas elites regionais.

No sul goiano, devido à maior proximidade com a região sudeste do Brasil, esses impactos foram ainda mais evidentes, resultando na incorporação da região ao capitalismo e na intensificação do processo de urbanização e modernização, evidenciadas pelo escoamento de produções. No entanto, tais transformações ocorreram de forma desigual, evidenciando as contradições inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista.

A estrada de ferro deve ser compreendida como um agente de integração e modernização, mas também como um elemento que reproduz desigualdades e atende aos interesses do capital e daqueles que o detém e, consequentemente, detém poder sobre aqueles que não o têm. Sendo assim, a ferrovia acaba configurando-se como um dos principais vetores de reorganização do espaço geográfico goiano.

REFERÊNCIAS

BORGES, L. C. R. **Nos trilhos da Ferrovia Goyaz**: transformações urbanas e econômicas no município de Anápolis (1851-1970). 87 f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento e planejamento territorial). – Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, 2018.

MARINHO, R. H. R.; DANTAS, D. A formação da Estrada de Ferro Goiás e a urbanização no Sudeste Goiano na primeira metade do século XX. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 213-234, maio 2018. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/53282. Acesso em: 20 mar. 2026.

OLIVEIRA, H. A. de; PAIVA, H. C. de. A Estrada de Ferro Goyaz e seus Impactos na Cidade de Ipameri e no Estado de Goiás (1913-1930). **Expedições**, Morrinhos, v. 9, n. 4, p. 40-58, dez. 2018. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/pt_BR/issue/view/399. Acesso em: 22 fev. 2026.

RODRIGUEZ, H. S. A importância da estrada de ferro para o estado de Goiás. **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 11, p. 69-74, ago. 2017. Disponível em: https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48387. Acesso em: 24 mar. 2026.

O PUBLICADOR GOYANO (1885–1889) e a inteligência artificial: primeiras experiências de analise discursiva assistida em um periódico abolicionista goiano do século XIX

Euzenir Moreira de Souza
Mestranda pela Universidade Estadual de Goiás (UEG)
E-mail: euzenir.souza@aluno.ueg.br

Alison Carlos Filgueiras
Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa (UFP-PT).
E-mail: alison.filgueiras@ueg.br

INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso a acervos históricos digitalizados tem possibilitado novas formas de investigação no campo das Ciências Humanas, sobretudo no âmbito das pesquisas voltadas ao patrimônio documental, à memória social e às humanidades digitais. Em Goiás, a digitalização de periódicos oitocentistas representa importante avanço para a preservação e difusão de fontes históricas fundamentais à compreensão dos processos políticos, sociais e culturais que marcaram a formação histórica regional. Nesse contexto, o jornal *O Publicador Goyano* (1885–1889), disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, constitui fonte privilegiada para a compreensão dos debates acerca da abolição da escravidão, das disputas em torno da cidadania e das representações sociais construídas no final do século XIX.

Considerado importante patrimônio documental do Cerrado goiano, o periódico reúne registros que permitem compreender aspectos da cultura política, dos discursos sociais e das relações de poder em circulação na então província de Goiás. De acordo com os autores Filgueiras, Gouveia e Braga (2024), o avanço da tecnologia mudou a forma como o patrimônio cultural é preservado e acessado.

> Com a revolução tecnológica experimentada nas últimas décadas, a Internet e outras novas tecnologias têm desempenhado um papel cada vez mais significativo. A digitalização, em particular, tornou-se uma ferramenta essencial na preservação e disseminação do patrimônio cultural já que permite que coleções sejam acessíveis a um público global, além de garantir a preservação de itens que podem estar sujeitos à deterioração física. Esta prática tem se tornado uma prioridade para muitas instituições culturais, que buscam maneiras de modernizar seus acervos e torná-los mais acessíveis ao público. (FILGUEIRAS; GOUVEIA; BRAGA, 2024)

Entretanto, o trabalho com periódicos históricos ainda enfrenta desafios relacionados ao volume documental, à deterioração física das fontes, às falhas nos processos de digitalização e às limitações do reconhecimento óptico de caracteres (OCR), frequentemente comprometido por rasuras, apagamentos, desgaste do papel e baixa legibilidade de determinadas edições.

Diante desse cenário, a presente pesquisa, ainda em andamento e vinculada ao aprofundamento investigativo em nível de mestrado, propõe uma reflexão metodológica sobre o uso de modelos de linguagem baseados em Inteligência Artificial (IA) como ferramenta auxiliar na leitura, categorização e análise preliminar de discursos presentes nas edições de *O Publicador Goyano* entre 1885 e 1889. O objetivo consiste em investigar potencialidades e limites do emprego das IAs no tratamento de fontes históricas oitocentistas, problematizando tanto as contribuições da tecnologia para a organização e exploração de acervos documentais quanto seus limites interpretativos diante das especificidades do conhecimento histórico.

Nesse sentido, parte-se da hipótese de que a Inteligência Artificial pode atuar como instrumento de apoio à pesquisa histórica, favorecendo processos iniciais de leitura, identificação temática, organização de dados e reconhecimento de recorrências discursivas, sem, contudo, substituir a análise crítica, contextual e interpretativa desempenhada pelo pesquisador.

Paralelamente, o desenvolvimento recente das humanidades digitais tem estimulado reflexões sobre o uso de tecnologias computacionais e modelos de linguagem no tratamento de grandes massas documentais, especialmente na identificação de padrões discursivos, organização temática e sistematização de informações. Contudo, o uso dessas tecnologias exige postura crítica diante de seus limites epistemológicos, uma vez que modelos de IA operam por reconhecimento estatístico de linguagem, não sendo capazes de compreender plenamente elementos fundamentais da análise histórica, tais como silenciamentos, ironias, disputas contextuais, historicidade dos conceitos e relações implícitas de poder.

Assim, a investigação propõe compreender a Inteligência Artificial não como substituta da interpretação historiográfica, mas como instrumento auxiliar capaz de potencializar leituras preliminares, ampliar possibilidades investigativas e contribuir para processos de curadoria digital e organização do patrimônio documental do Cerrado goiano.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de caráter metodológico-exploratório, desenvolvida a partir da análise preliminar das edições do jornal *O Publicador Goyano* publicadas entre os anos de 1885 e 1889, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O recorte temporal justifica-se pela centralidade do periódico nos debates relacionados à crise do sistema escravista, ao movimento abolicionista e às disputas políticas e sociais que marcaram os anos finais da escravidão em Goiás.

O corpus documental é composto por edições digitalizadas do periódico, selecionadas conforme sua legibilidade, pertinência temática e disponibilidade no acervo digital. Durante a fase inicial da pesquisa foram observados desafios recorrentes relacionados à materialidade documental, especialmente páginas deterioradas, falhas de impressão, rasuras, manchas, apagamentos e limitações decorrentes do reconhecimento óptico de caracteres (OCR), fatores que impactam diretamente a leitura automatizada e a extração de informações textuais.

No intuito de explorar possibilidades metodológicas para ampliação da leitura documental, de maneira experimental e comparativa, buscando observar diferenças no desempenho analítico diante de fontes históricas oitocentistas. Foram realizados testes preliminares com dois modelos de Inteligência Artificial generativa, entre eles *ChatGPT (OpenAI)*, e *Gemini (Google)* selecionados por sua capacidade de processamento textual, síntese de conteúdo, reconhecimento de padrões linguísticos e interpretação contextual assistida e por terem versões gratuitas disponíveis na internet. A experiência consistiu na submissão de fragmentos textuais extraídos das edições do jornal, acompanhados de comandos orientados (*prompts*) destinados à identificação de categorias discursivas e recorrências temáticas.

Entre os comandos utilizados, destacam-se solicitações voltadas à identificação de discursos relacionados à escravidão, emancipação, alforrias, crimes, trabalho, relações sociais e disputas políticas, bem como tentativas de categorização de matérias jornalísticas, Entre os principais tipos de prompts utilizados, destacam-se:

a) identificação temática e categorização discursiva:
"Analise o trecho abaixo e identifique referências a escravidão, emancipação, trabalho, relações sociais, violência e disputas políticas."

b) interpretação de linguagem histórica:
"Explique o significado possível deste vocabulário no contexto do século XIX em Goiás, evitando interpretações anacrônicas."

c) síntese documental:
"Produza uma síntese dos temas centrais deste fragmento jornalístico, destacando possíveis relações com o movimento abolicionista."

Além dos comandos textuais, também foram realizados testes comparativos entre plataformas, observando aspectos como coerência interpretativa, capacidade de contextualização histórica, sensibilidade diante da linguagem oitocentista, tendência à generalização interpretativa e frequência de respostas anacrônicas.

Importa ressaltar que a Inteligência Artificial foi utilizada exclusivamente como ferramenta auxiliar de leitura, organização e apoio interpretativo inicial, não sendo considerada mecanismo autônomo de produção de conhecimento histórico. A análise crítica dos dados permaneceu subordinada ao olhar historiográfico, à contextualização documental e à confrontação com referenciais teóricos e historiográficos pertinentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os testes preliminares realizados evidenciaram potencialidades importantes da Inteligência Artificial no tratamento de periódicos históricos, sobretudo no que se refere à organização inicial de grandes volumes documentais e à identificação de recorrências discursivas. Entre os resultados observados, destaca-se a capacidade da ferramenta em auxiliar na sistematização temática de conteúdos dispersos, permitindo localizar, agrupar e sugerir categorias relacionadas a temas recorrentes no periódico, como escravidão, emancipação, crimes, entre outros.

A ferramenta demonstrou relativa eficiência na elaboração de sínteses preliminares de textos extensos, na identificação de palavras-chave e na sugestão de conexões temáticas entre diferentes edições, favorecendo processos iniciais de exploração documental. Em um contexto de pesquisa envolvendo periódicos extensos, frequentemente deteriorados e de leitura difícil, tais funcionalidades podem contribuir significativamente para o gerenciamento do corpus documental e para a formulação de hipóteses investigativas.

Todavia, os testes também evidenciaram limitações substantivas da Inteligência Artificial diante das especificidades da análise histórica. Observou-se dificuldade na interpretação de ironias, ambiguidades discursivas, jogos de linguagem característicos da escrita oitocentista e sentidos historicamente situados, especialmente em matérias cuja compreensão depende de referências implícitas ao contexto político, social e cultural goiano do século XIX.

Além disso, verificaram-se limitações na identificação de silenciamentos históricos e de estruturas discursivas relacionadas às desigualdades raciais e sociais, sobretudo em situações nas quais determinados sujeitos aparecem de forma indireta, invisibilizada ou mediada por linguagem normativa própria da época. Em diversos casos, o modelo apresentou tendência à simplificação interpretativa, produzindo leituras excessivamente generalizantes ou anacrônicas, exigindo constante mediação crítica do pesquisador.

Outro limite identificado refere-se às próprias condições materiais das fontes. As falhas do OCR, decorrentes do desgaste físico dos exemplares, ocasionam perda de palavras, fragmentação textual e erros de transcrição, impactando diretamente a qualidade das interpretações assistidas por IA. Tais obstáculos evidenciam a necessidade de curadoria documental e revisão humana constante durante o processo investigativo.

Assim, os resultados preliminares indicam que a Inteligência Artificial apresenta maior potencial como instrumento de apoio à exploração inicial de acervos históricos do que como ferramenta interpretativa autônoma, demonstrando utilidade em processos de triagem, categorização e organização de informações, desde que submetida ao crivo metodológico da pesquisa histórica.

Realização
Parceiros
Apoio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência metodológica aqui apresentada permite refletir sobre os usos possíveis da Inteligência Artificial no tratamento de fontes históricas e do patrimônio documental do Cerrado goiano, particularmente em pesquisas desenvolvidas a partir de periódicos digitalizados. Os testes preliminares indicam que modelos de linguagem podem contribuir para ampliar possibilidades de acesso, leitura e organização de acervos históricos, favorecendo processos de curadoria digital, sistematização temática e formulação de hipóteses investigativas.

Contudo, também se evidenciou que o uso dessas tecnologias exige postura metodológica cautelosa, uma vez que a interpretação histórica permanece dependente da contextualização crítica, da historicização dos discursos e da capacidade analítica do pesquisador diante das complexidades do documento histórico.

Dessa forma, compreende-se a Inteligência Artificial como instrumento complementar ao trabalho historiográfico, potencialmente útil para pesquisas em andamento e para processos de democratização do acesso ao patrimônio documental, mas incapaz de substituir o olhar crítico e interpretativo necessário à produção do conhecimento histórico. Espera-se que o aprofundamento desta investigação, no âmbito da formação em nível de mestrado, permita compreender de maneira mais ampla as possibilidades, limites e implicações epistemológicas do uso de Inteligência Artificial em pesquisas históricas desenvolvidas a partir de periódicos oitocentistas goianos.

Referências:

FILGUEIRAS, Alison Carlos; GOUVEIA, Feliz; BRAGA, Juliana. **Guará: um sistema para integração e curadoria digital em centros de memória no estado de Goiás.** Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais, Iporá, GO, v. 13, n. 5, p. 77-102, 2024.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [s.d.]. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 27/05/2026.

Realização
Parceiros
Apoio

ENTRE MEMÓRIA E ACESSIBILIDADE: O MUSEU PALÁCIO CONDE DOS ARCOS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO CULTURAL NA CIDADE DE GOIÁS (GO)

Mestranda Rafaela Galego Dias
E-mail: rafaelagalegod@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Orientador: Prof. Dr. Alison Carlos Filgueiras
E-mail: alison.filgueiras@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano
E-mail: ricardo.rotondano@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

O Museu Palácio Conde dos Arcos, localizado no centro histórico da cidade de Goiás (GO), constitui um dos principais marcos da memória política e cultural do estado de Goiás. O edifício, que sediou o governo da antiga província a partir do século XVIII, integra o conjunto arquitetônico reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial em 2001. Além de seu valor histórico e simbólico, o museu representa um importante espaço de preservação da memória coletiva e das narrativas patrimoniais da antiga capital goiana (UNESCO, 2001).

Entretanto, embora o patrimônio cultural seja compreendido como bem coletivo, a experiência de acesso aos espaços históricos ainda revela desigualdades relacionadas à acessibilidade cultural e física. No caso do Museu Palácio Conde dos Arcos, as características arquitetônicas do edifício ainda evidenciam desafios relacionados à acessibilidade e à inclusão de diferentes públicos. Assim, o patrimônio torna-se plenamente visível, mas nem sempre plenamente acessível ou experienciável por todos os corpos (Pesavento, 2008).

Nesse sentido, a acessibilidade cultural deve ser compreendida para além das adaptações técnicas. A acessibilidade cultural envolve um conjunto de medidas, atitudes e estratégias voltadas à garantia do direito de participação nos espaços culturais, promovendo acolhimento, autonomia e fruição para diferentes públicos (Sarraf, 2018).

Dessa forma, democratizar o acesso ao patrimônio significa reconhecer que os bens culturais pertencem à coletividade e devem ser usufruídos de maneira equitativa. Inegavelmente imerso dentro de um campo de disputa, no qual distintos atores sociais se relacionam para atribuir-lhe sentido (Rocha, 2020), o debate acerca do patrimônio cultural que não se propõe dialógico e inclusivo, abarcando o pleno acesso e a participação efetiva de distintos grupos sociais – especialmente, das minorias sociais – acabam por reproduzir lógicas excludentes e centralizadoras (Souza; Oliveira, 2025).

O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios da acessibilidade cultural no Museu Palácio Conde dos Arcos, discutindo as relações entre patrimônio cultural, memória, inclusão social e direito à cidade na cidade de Goiás (GO). De modo breve, serão aferidos os condicionantes físicos, estruturais e culturais do referido museu atendem aos anseios de inclusão dos mais distintos grupos sociais – com especial enfoque para as pessoas com deficiência –, numa lógica patrimonial que ampare a diferença e a diversidade.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentando-se em revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo e observação direta simples das

Realização
Parceiros
Apoio

visualidades arquitetônicas presentes no Museu Palácio Conde dos Arcos. O estudo dialoga com autores que discutem patrimônio cultural, acessibilidade, memória e direito à cidade, utilizando contribuições de Lefebvre (2001), Pesavento (2008), Gonçalves (2015), Chuva (2020) e Sarraf (2018).

Também foram analisadas legislações e documentos relacionados à acessibilidade e aos direitos culturais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015 e a ABNT NBR 9050/2020. Além disso, a pesquisa considera os debates contemporâneos sobre acessibilidade cultural em instituições museológicas e patrimoniais, especialmente aqueles voltados à democratização da fruição cultural.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de observação direta simples, sem interferência da pesquisadora nas atividades desenvolvidas no local, possibilitando a identificação e o registro de elementos arquitetônicos relacionados à acessibilidade, tais como desníveis, escadas, circulação interna e condições de acesso aos diferentes ambientes do museu. Os dados obtidos por meio da observação foram articulados ao referencial teórico e aos documentos normativos analisados, permitindo compreender os desafios da acessibilidade cultural em espaços patrimoniais históricos (Marconi & Lakatos, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Museu Palácio Conde dos Arcos constitui um importante símbolo da memória política e administrativa da cidade de Goiás. Sua arquitetura colonial, preservada ao longo de sucessivas restaurações, reforça a valorização histórica do edifício enquanto patrimônio cultural. Contudo, a permanência de escadas e desníveis arquitetônicos evidencia dificuldades de acesso que comprometem o acesso e a circulação de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.

Observa-se que as barreiras arquitetônicas no Museu Palácio Conde dos Arcos iniciam-se já no acesso externo ao edifício, uma vez que a calçada apresenta um degrau elevado, seguido por outro desnível na entrada principal. No interior do palácio, a circulação também é marcada pela presença de escadas laterais à direita e à esquerda, além de degraus distribuídos em diferentes ambientes internos. Na área externa e no quintal do museu, os desníveis naturais do terreno resultam igualmente em escadas para acesso às partes mais elevadas do espaço. Essas características demonstram como a configuração arquitetônica do edifício limita a mobilidade, a autonomia e a experiência de circulação de diferentes públicos, sobretudo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Nesse contexto, a acessibilidade cultural revela-se como dimensão essencial dos direitos culturais e da cidadania. Os espaços culturais devem oferecer condições de alcance, percepção, entendimento e participação social, garantindo experiências inclusivas e democráticas (Sarraf, 2018). A autora destaca que a acessibilidade não beneficia apenas pessoas com deficiência, mas amplia as possibilidades de uso e pertencimento para toda a coletividade.

A ausência de adequações acessíveis no Museu Palácio Conde dos Arcos evidencia uma contradição recorrente nas políticas patrimoniais brasileiras: enquanto o patrimônio é reconhecido como bem coletivo e espaço de memória, parte da população permanece impedida de experienciá-lo plenamente. Tal situação demonstra que a

Realização
Parceiros
Apoio

preservação estética frequentemente se sobrepõe às necessidades contemporâneas de inclusão social (Pesavento, 2008).

Além das barreiras físicas, o próprio modo como os espaços patrimoniais são organizados produz exclusões simbólicas. As visualidades arquitetônicas do museu reforçam uma experiência seletiva do patrimônio, na qual determinados corpos circulam com autonomia enquanto outros encontram limitações permanentes. Nesse sentido, as práticas preservacionistas podem contribuir para processos de invisibilização social, sobretudo quando ignoram princípios de acessibilidade e desenho universal (Gonçalves, 2015).

A acessibilidade cultural deve envolver não apenas adaptações arquitetônicas, mas também estratégias de mediação, comunicação sensorial e democratização da experiência museológica (Sarraf, 2018). Recursos táteis, materiais multissensoriais, audiodescrição, sinalização acessível e ações educativas inclusivas constituem possibilidades fundamentais para ampliar a participação nos espaços culturais.

A discussão torna-se ainda mais relevante em cidades históricas tombadas, como a cidade de Goiás, onde os discursos de preservação frequentemente são utilizados para justificar a permanência de obstáculos físicos. Entretanto, pensar o patrimônio em perspectiva democrática exige superar práticas conservadoras e elitistas, incorporando diferentes formas de existência, circulação e participação social (Chuva, 2020).

Assim, refletir sobre a acessibilidade cultural no Museu Palácio Conde dos Arcos significa reconhecer que o patrimônio não pode permanecer restrito à contemplação estética. O museu deve ser compreendido como espaço vivo e coletivo, capaz de acolher diferentes experiências e corporalidades no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que o Museu Palácio Conde dos Arcos, apesar de sua relevância histórica e simbólica, ainda apresenta barreiras arquitetônicas que limitam o acesso pleno de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Tal situação revela que a preservação patrimonial continua marcada por práticas excludentes que dificultam a democratização dos espaços culturais.

Desse modo, a acessibilidade cultural deve ser compreendida como dimensão fundamental dos direitos culturais e do direito à cidade, exigindo a conciliação entre preservação histórica e inclusão social. Garantir o acesso democrático ao patrimônio significa reconhecer que a memória coletiva pertence a toda a sociedade e não apenas a determinados grupos sociais.

Conclui-se que preservar o patrimônio histórico não significa apenas conservar edificações, mas garantir condições para que diferentes sujeitos possam experienciar, ocupar e produzir sentidos nesses espaços. Um patrimônio desvinculado das pessoas e das experiências sociais perde sua dimensão viva e coletiva (Pesavento, 2008).

A implementação de políticas acessíveis em espaços patrimoniais, como o Museu Palácio Conde dos Arcos, não compromete a preservação histórica, mas amplia as possibilidades de participação, pertencimento e fruição cultural. Democratizar o patrimônio implica transformá-lo em espaço verdadeiramente plural, inclusivo e acessível.

Realização
Parceiros
Apoio

AGRADECIMENTOS:

À Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), e ao professor Dr. Alison Carlos Filgueiras pelo incentivo à pesquisa e à produção acadêmica.

REFERENCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *ABNT NBR 9050:2020: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (org.). *Seminários DEP/FLUP*. Porto: Universidade do Porto, 2020. p. 16-35.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Fronteiras, Dourados, v. 10, n. 17, p. 9-17, 2008.

ROCHA, A. M. M. Quando o patrimônio se movimenta: memória e identidade como estruturantes da ação coletiva. In: OLIVEIRA, G. M. C.; VIEIRA, K. M. A. (ed.). *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação* [online]. Mossoró: EdUFERSA, 2020, pp. 33-45.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência: benefícios para todos. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 6, p. 23-36, 2018.

SOUZA, Roberto Silva de; OLIVEIRA, Maria Gabriela Magalhães. Democratização do patrimônio: análises de teorias dos espaços participativos na gestão cultural brasileira. *Revista Foco*, v. 18, n. 5, p. 1-13, 2025.

LUZEIRO

Isabella Fonseca de Almeida Brito
isabella.brt@gmail.com, UEG
Rafael de Almeida
rafaeldealmeida@ueg.com.br, UEG

SINOPSE DO VÍDEO

O vídeo acompanha o processo de criação das obras *Lampejo* e *Pyrophorus*, cujo processo envolve a pintura manual de vaga-lumes sobre vidros de conserva vazios e sobre uma caixa acrílica iluminada. Alternadas com as imagens do fazer artístico, surgem depoimentos coletados em entrevistas sobre a memória da presença abundante dos vaga-lumes no Cerrado e reflexões sobre seu sumiço. Sobrepondo arte contemporânea e memória ambiental, a narrativa propõe uma alternância do processo da pintura às imagens de monoculturas extensivas de milho, e assim constrói de forma poética uma reflexão sobre as transformações ecológicas e afetivas no Cerrado.

CONTEXTO E SUJEITOS ENVOLVIDOS

O Cerrado, bioma que ocupa 23,3% do território brasileiro (IBGE, 2019), vem sendo sistematicamente transformado nas últimas décadas. A expansão da fronteira agrícola, o uso intensivo de agrotóxicos, a iluminação artificial crescente e as mudanças no uso do solo alteraram radicalmente as paisagens naturais e culturais do interior goiano.

Ao escolher os vaga-lumes como ponto de partida desta pesquisa, a proposta volta o olhar ao pequeno, ao efêmero, reconhecendo neles uma potência de resistência. Como observa Georges Didi-Huberman (2011), a partir da metáfora inicialmente estabelecida por Pasolini os vagalumes são imagens de sobrevivência: brilham em meio à escuridão, mesmo quando quase ninguém mais os vê. Essa imagem dialoga com a cultura caipira e com as formas de vida que resistem, ainda que silenciadas pela lógica hegemônica do agronegócio e pela homogeneização do espaço rural.

Nesse contexto, aproxima-se da reflexão de Ailton Krenak ao afirmar que:

> [...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, 2019, p. 16)

A devastação ambiental também produz rupturas culturais e subjetivas, nas identidades dos povos que compartilham o mesmo território que as espécies que resistem a ela. A sobrevivência dos vaga-lumes é o ponto de partida para uma pesquisa em arte, que surge com o objetivo de elaborar sobre as subjetividades de perdas ecológicas e suas contrapartidas culturais.

Realização
Parceiros
Apoio

O vídeo será produzido a partir da pesquisa artística desenvolvida pela artista visual Isabella Brito, natural do estado de Goiás. A produção dialoga com memórias autobiográficas e coletivas relacionadas à paisagem rural do Cerrado e à presença dos vaga-lumes em ambientes rurais. Participam da narrativa relatos e percepções sobre mudanças ambientais associadas ao avanço das monoculturas, à iluminação artificial e às transformações do território.

Para as entrevistas, constarão os depoimentos de João Carlos, agricultor na zona rural do município de Goianápolis – GO, que fala sobre a transformação dos arredores de sua chácara nas últimas décadas e o desaparecimento não só dos vaga-lumes como de outras espécies de insetos. Também narra sobre os cupinzeiros iluminados que já existiram na paisagem de Goianápolis e que não se avistam mais. Um outro depoimento que fará parte é o de Francisca Aparecida, de 89 anos de idade, que fala sobre a sua infância na fazenda e sobre as brincadeiras com os vaga-lumes, e como a instalação da primeira lâmpada elétrica na casa mudou o comportamento desses insetos.

Em paralelo aos depoimentos, filmagens acompanham uma lavoura extensiva de milho em Goianápolis – GO durante seus estágios finais de crescimento, maturação e colheita mecanizada. Além disso, fotografias antigas da fazenda ilustram partes do depoimento de Francisca. A construção sonora do vídeo terá papel importante na narrativa, utilizando sons ambientes noturnos, silêncios, ruídos de animais e vento como elementos capazes de produzir uma experiência sensorial ligada à memória do Cerrado.

O processo artístico das obras *Lampejo* e *Pyrophorus* parte de uma necessidade de elaborar sobre o desaparecimento dos vaga-lumes como metáfora para a memória e cultura das pessoas que vivem o Cerrado em transformação. Em *Lampejo*, é retomada a brincadeira infantil da lanterna de vaga-lumes, através da pintura com tinta vinílica e fosforescente sobre vidros de conserva vazios. O trabalho foi exposto ao público em março de 2026, no Barranco Ateliê em Anápolis – GO. Em *Pyrophorus,* a pintura se dá sobre um suporte neutro: uma caixa de acrílico transparente retro iluminada por fita de LED ultravioleta. Neste suporte, os vaga-lumes pintados brilham e apenas sua presença, deslocada de seu ambiente natural, é o suficiente para a efetividade simbólica da peça. O trabalho foi exposto ao público durante a FARGO – Feira de Arte Goiás em maio de 2026, como parte do Prêmio Estímulo Rogério Ranulfo.

OBJETIVOS DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

A produção busca registrar e compartilhar uma reflexão poética e crítica sobre o desaparecimento dos vaga-lumes no Cerrado, utilizando a prática artística como forma de memória e elaboração sensível da perda ambiental. Através da produção e exposição das obras de arte produzidas durante a pesquisa, o público é capaz de retomar experiências e memórias de infância e refletir sobre como a degradação do Cerrado impacta também a cultura e os modos de vida dos que o habitam. O curta pretende aproximar arte contemporânea e questões ecológicas, valorizando narrativas afetivas ligadas ao território e estimulando reflexões sobre a biodiversidade.

RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS DE PARTILHA E COM A DEFESA DO CERRADO

O vídeo dialoga com experiências e memórias compartilhadas sobre a relação entre pessoas, paisagem e biodiversidade no Cerrado. Ao abordar o desaparecimento dos vaga-lumes e associá-lo às transformações provocadas pela expansão intensiva da fronteira agrícola, a produção propõe uma reflexão sobre os impactos ambientais e culturais da degradação do bioma.

O vídeo compõe uma pesquisa que é simultaneamente artística e acadêmica, e sua produção evidencia a potência das linguagens artísticas em mobilizar temas urgentes ligados à conservação ambiental, valorizando os saberes populares, as experiências coletivas e as formas de relação com o território que resistem aos processos de homogeneização ambiental e cultural.

INFORMAÇÕES SOBRE O VÍDEO

Duração: aproximadamente 5 minutos.

Formato: documentário experimental

REFERÊNCIAS

DIDI-HUBERMAN, Georges. Sobrevivência dos vagalumes. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DUTRA e SILVA, Sandro; BARBOSA, Altair Sales. Paisagens e fronteiras do Cerrado. Estudos Ibero-Americanos, v. 46, n. 1, p. 1–18, 2020.

IBGE. Biomas do Brasil – Mapa interativo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PASOLINI, P. P. O vazio do poder na Itália (o artigo dos vaga-lumes). Corriere della Sera, Milão, 1 fev. 1975.

JOSÉ TEODORO E A POESIA POPULAR NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA-GO

Lucas Pires Ribeiro
lucas.ribeiro@ueg.br, UEG, Câmpus Cora Coralina

Valtuir Moreira da Silva
valtuir.silva@ueg.br, UEG, Câmpus Cora Coralina

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta uma reflexão sobre a trajetória de vida e a poesia popular de José Teodoro. Natural do município de Bambuí, interior de Minas Gerais, José Teodoro migrou com a família para o interior do estado de Goiás no início da década de 1960. Mais precisamente para a região Olhos D'Água, município de Itapuranga-GO. No contexto da migração, encontrava-se na fase da adolescência. Acreditamos que a inserção da família no território goiano estabelece uma relação direta com uma política desenhada pelo Governo Vargas no final da década de 1940: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Política sustentada, conforme defende Denis Castilho (2012), na perspectiva de integração do território, na interiorização do Capital e uma tentativa que, no decorrer do processo histórico, demonstrou-se frustrada de reforma agrária.

Mesmo a inserção do poeta, no interior do estado de Goiás, tendo ocorrido no início da década de 1960, defendemos a hipótese de que, de forma direta ou indireta, a propaganda de um solo fértil para o plantio, cuidado e colheita dos gêneros alimentícios de primeira necessidade no Mato Grosso goiano alcançou a família de José Teodoro, proporcionando a migração para a referida localidade no contexto em tela. A hipótese não se apresenta isoladamente, especialmente quando se leva em consideração, com base na pesquisa de Silva (2008), a forte inserção de inúmeras famílias das mais diferentes regiões de Minas Gerais no município de Itapuranga-GO no contexto da década de 1950. Durante uma entrevista para o livro *Inventário das Referências Culturais de Itapuranga,* identificou-se que o período de adolescência de José Teodoro não se diferencia muito da trajetória de vida da maioria dos adolescentes, especialmente porque esteve envolvido nos afazeres da roça goiana: plantio e cultivo dos víveres.

Se no período da adolescência identifica-se uma trajetória de vida parecida com a de tantos outros atores sociais da roça goiana, a pesquisa apresenta uma reflexão mais específica sobre o cotidiano de José Teodoro. A saber, a sua relação com a poesia popular. Relação que se inicia no período da infância, quando, no final da década de

Realização
Parceiros
Apoio

1950, escreve o primeiro poema. Na oportunidade, um poema dedicado às professoras de uma escola primária no interior de Minas Gerais. No tempo presente, José Teodoro, considerando-se um autodidata, escreveu mais de 500 poemas, que versam sobre os mais diferentes temas: meio ambiente, cultura camponesa, catolicismo popular, valorização da educação pública, folguedos populares, entre outras temáticas. Apesar de ter uma quantidade considerável de poemas escritos, constata-se um distanciamento da pesquisa acadêmica. Atualmente, a única referência a José Teodoro é um ensaio publicado no livro *Inventário das Referências Culturais de Itapuranga.*

Diante das considerações, além da originalidade da pesquisa, vislumbrando outras possibilidades de leitura e interpretação, analisamos mais detalhadamente a documentação histórica disponível - poemas -, procurando compreender tanto os sentidos quanto os significados que José Teodoro elabora para interpretar a realidade cotidiana. Uma realidade marcada por muitas dificuldades socioeconômicas, mas que encontra nos poemas um meio de compreensão e de posicionamento político e social. Por último, sendo um dos objetivos da pesquisa, procuramos entender os fatores que resultam na invisibilidade de José Teodoro por uma parcela considerável da sociedade itapuranguense. Invisibilidade que pode ser mais bem identificada no fato de setores importantes do tecido social não o reconhecerem na condição de poeta, submetendo-o a um processo tanto de ridicularização quanto de escárnio.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa esteve orientada na análise qualitativa e histórico-documental. Conforme mencionado, José Teodoro escreve poemas desde o período da infância e, atualmente, com mais de oitenta anos de idade, mantém a prática da escrita como uma atividade frequente do cotidiano. No decorrer da vida, escreveu mais de quinhentos poemas. A partir da análise histórico-documental, promovemos uma imersão na poesia de José Teodoro, analisando quais temas estão mais presentes na literatura. Procuramos refletir sobre o quanto esses temas estão associados aos desdobramentos da vida. Na pesquisa, analisando as fontes disponíveis - poemas -, constatou-se que os temas mais presentes estão associados à preservação ambiental, ao catolicismo popular, à defesa frequente da educação pública. Identificou-se que muitos poemas versam sobre os folguedos populares do município de Itapuranga: Festa do povo e Folias de Reis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O historiador Darnton (2015), no livro *O Grande Massacre de Gatos,* defende a tese de que o historiador antropológico entende que, assim como os filósofos, as pessoas do cotidiano produzem sentidos e significados para as realidades às quais estão inseridas. Se valendo das experiências e vivências tecidas no cotidiano, essas pessoas constroem suas próprias filosofias de vida. Na maioria das circunstâncias, os sentidos e os significados se expressam nas manifestações artísticas e culturais. Utilizando como referencial teórico conceitos e categorias da História Cultural, da Micro-história e do Patrimônio Cultural, iniciamos a pesquisa tendo como fonte os poemas de José Teodoro. Compreendemos o poeta na condição de um representante da poesia popular que, apesar dos espaços diminutos, continua circulando no município de Itapuranga.

O poeta estabelece uma relação longínqua com a poesia, iniciando no período da infância. No contexto da pesquisa, com mais de 80 anos de idade, continuava escrevendo os poemas regularmente. Na entrevista concedida para o livro *Inventário das Referências Culturais de Itapuranga,* quando indagado sobre as influências na arte poética, afirmou que aprendeu por conta própria, não tendo uma influência específica. Quando realizamos a análise da documentação - poemas -, não identificamos uma referência direta, mesmo quando de uma análise comparada com a poesia popular. Apresentando uma hipótese, acreditamos que a construção do enredo narrativo de José Teodoro está relacionada às vivências/experiências costuradas no cotidiano. Os poemas são elaborados a partir da capacidade de observação e de uma imaginação única para tecer cada palavra que estará presente na arte poética.

Guardadas as proporções, identificamos no poeta traços do narrador artesanal analisado por Walter Benjamin (2012). Segundo o filósofo, o narrador retira o que conta tanto das experiências vivenciadas quanto das histórias ouvidas. José Teodoro utiliza alguns dos saberes do narrador artesanal. Inicialmente, mencionamos que existe uma invisibilidade ou um silenciamento por parte da sociedade itapuranguense quando o assunto se refere ao poeta. Muitos setores não o consideram um representante da poesia. Na pesquisa, levantamos hipóteses para entender o fenômeno. A primeira está relacionada ao fato de que, historicamente, construiu-se uma leitura que associou cultura aos setores hegemônicos da sociedade. Cultura como sinônimo de elite. Destarte, às camadas populares não era possível fazer cultura, mas somente a possibilidade de consumo cultural.

Realização
Parceiros
Apoio

A hipótese levantada, cultura como sinônimo de elite, diante das observações empíricas, tem poucas condições de se sustentar no tempo presente, especialmente porque parece muito mais uma compreensão acadêmica do que uma leitura predominante no tecido social. Nesse ensejo, defendemos uma hipótese que, possivelmente, reúne condições de explicar o porquê da invisibilidade, construída por setores da sociedade, para com a poesia de José Teodoro. Por meio da análise histórico-documental, constatamos que os poemas se caracterizam pela inserção de muitos temas dentro de um mesmo enredo poético. A inserção temática dificulta a compreensão dos ouvintes. Historicamente, para os poetas populares, demonstrou-se fundamental a existência de uma comunidade narrativa. Segundo Lima (2005), a comunidade se apresenta enquanto um coletivo de pessoas que demonstra a maior atenção para o enredo narrativo. Sem a existência da comunidade, a arte narrativa fica comprometida.

Na condição de José Teodoro, a comunidade narrativa existe, porém a quantidade de pessoas inseridas pode ser considerada diminuta. Durante a análise histórico-documental, entendemos que a poesia de José Teodoro tem uma dificuldade para circular na sociedade em decorrência da multiplicidade de temas – meio ambiente, catolicismo popular, folguedos populares, educação, entre outros – que estão presentes dentro de um mesmo poema. A inserção das temáticas dificulta a compreensão. Porém, defendemos a tese de que a inserção de vários temas se apresenta como um fator de autenticidade e originalidade do poeta, evidenciando um fenômeno constatado no início da análise. Ou seja, a trajetória artística segue uma tendência muito particular.

Durante a construção da pesquisa, não procuramos analisar a qualidade das poesias de José Teodoro. O objetivo estava em identificar na trajetória de vida e no contato com a poesia, construída a partir das vivências e das experiências cotidianas, elementos e valores característicos da poesia popular. Durante o contato e a análise das fontes, identificamos que a poesia possui muitos significados para José Teodoro. Porém, um demonstrou-se muito presente. A saber, os poemas como uma possibilidade de interpretação, compreensão e posicionamento diante da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou parte da trajetória de vida de José Teodoro, especialmente a inserção no território goiano no início da década de 1960. Tecendo considerações sobre a condição de vida de uma criança na roça goiana, analisamos a relação de José

Realização
Parceiros
Apoio

Teodoro com a poesia, identificando que essa relação se inicia no período da infância no interior de Minas Gerais. No tempo presente, o poeta assina mais de quinhentos poemas. A partir de um contato com as fontes, elaboramos uma análise histórico-documental, com o intuito de entender os temas que estão mais presentes nos poemas. Constatou-se uma inserção maior sobre temas relacionados ao catolicismo popular, ao meio ambiente, aos folguedos populares e uma defesa recorrente da educação pública.

A inserção de temas dentro de um mesmo poema, dificultando a construção de uma comunidade narrativa, demonstra tanto a autenticidade quanto a originalidade de José Teodoro. O poeta encontra-se nessa pesquisa na condição de um representante da poesia popular. Nos valendo dessas considerações e de uma relação longeva com a documentação histórica, nesse momento estamos trabalhando na organização de um livro, com o objetivo de publicá-lo no ano vindouro. Com a publicação, procuraremos apresentar os poemas de José Teodoro para uma quantidade maior de pessoas, aumentando a comunidade narrativa, demonstrando a relevância dos poemas para a circulação de uma poesia popular no município de Itapuranga-GO.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO Brasil. **Élisée. Rev. Geo. UEG.** Goiânia, v.1, n.1, p. 117-139, jan/jun, 2012.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In:* BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: **ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª edição. Tradução de Sérgio Paulo Roaunet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Tradução de Sônia Coutinho. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LIMA, Francisco Assis de Sousa. **Conto popular e comunidade narrativa**. 2ª edição. São Paulo: Terceira Margem; Recife: Massangana, 2005.

LIMA, Luana Nunes Martins; RIBEIRO, Lucas Pires; SILVA, Valtuir Moreira da. **Inventário das Referências Culturais de Itapuranga (IRCI)**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2024.

SILVA, Valtuir Moreira da. **Itapuranga e a (re)invenção da História.** Goiânia: Vieira, 2008.

TRANSFORMAÇÕES NO USO DO SOLO E A PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA NO SUL GOIANO: JANDAIA, ACREÚNA E INDIARA (1970-2024)

Luis Carlos Dorneles Lima

luiscarlosdorneles@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás

Leonardo Gomes Costa

Leonardo.costa@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

José Carlos de Souza

jose.souza@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

Divina Aparecida Leonel Lunas

divinalunas@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A reconfiguração do espaço rural brasileiro ao longo do século XX é marcada pela transição de uma estrutura predominantemente camponesa para um mosaico dominado pelo agronegócio globalizado. No Cerrado goiano, esse processo foi intensificado por políticas estatais de modernização, como o POLOCENTRO e o II PND, que visavam transformar o bioma em uma fronteira estratégica de commodities (Castro, 2004). De acordo com Santos (2002), o território deve ser compreendido como um campo de forças onde os "objetos técnicos" e as "ações" redefinem constantemente a paisagem rural. Nesse contexto, a substituição de culturas tradicionais e da policultura familiar pela monocultura tecnificada, especialmente a cana-de-açúcar, alterou profundamente a dinâmica territorial de municípios como Jandaia, Acreúna e Indiara. Segundo Delgado (2012), essa mudança reflete a subordinação da agricultura ao capital financeiro e ao complexo agroindustrial, gerando impactos diretos na soberania alimentar e na estrutura fundiária regional. O objetivo deste trabalho é analisar historicamente como a expansão sucroalcooleira redefiniu o uso do solo e as relações sociais na microrregião do Vale do Rio dos Bois entre 1970 e 2024.

METODOLOGIA

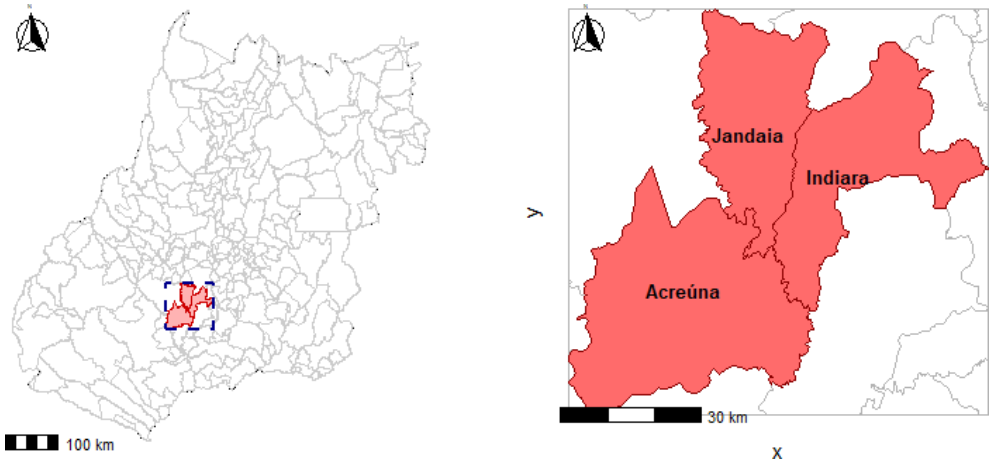
A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem quanti-qualitativa, utilizando o método histórico-geográfico para compreender as transformações espaciais ocorridas no sudoeste goiano (Santos, 2002). O percurso metodológico envolveu o levantamento de dados secundários junto ao IBGE (Pesquisa Agrícola Municipal)

e à CONAB, cobrindo o arco temporal de 1980 a 2024. Para a análise da estrutura fundiária, foram consultados dados do INCRA e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), permitindo o cálculo do Índice de Gini para medir a desigualdade na posse da terra (Silva, 2023). A visualização cartográfica da expansão agrícola foi realizada através do processamento de dados do MapBiomas em ambiente de programação R, focando na transição do uso e cobertura da terra (Rosa, 2019). Complementarmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática sobre modernização agrícola e história regional de Goiás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da hegemonia do setor sucroenergético, os municípios de Jandaia, Acreúna e Indiara possuíam uma organização agrária baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência (Neto, 2015). A formação dessas localidades está intrinsecamente ligada à abertura de eixos rodoviários federais e estaduais que funcionaram como vetores de povoamento e integração do interior goiano ao projeto nacional (Cavalcanti; Barreira, 2012). Jandaia, por exemplo, teve sua origem em 1929 com a doação de terras para uma capela dedicada a Santa Luzia, enquanto Indiara consolidou-se a partir da década de 1950 com a construção da GO-060 (IBGE, 2026). Nesse período, a terra era um local de reprodução social onde a unidade familiar geria policulturas de arroz, feijão e milho voltadas ao mercado local (Freitas et al., 2024).

Figura 1: Mapa dos três municípios da região sul: Jandaia, Indiara e Acreúna



Fonte: Autores (2026) – Software R

A partir da década de 1970, o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) introduziu incentivos fiscais que viabilizaram a conversão do Cerrado em áreas mecanizáveis de cana-de-açúcar (Reis; Silva; Peixoto, 2019). A instalação da Usina DENUSA no início da década de 1980 em Jandaia atuou como o principal agente

estruturador dessa transição, promovendo a substituição gradual de pastagens e roças por canaviais (Franco, 2015). Conforme apontam Oliveira et al. (2022), a chegada das destilarias alterou o perfil do emprego rural e a divisão territorial do trabalho, integrando municípios pequenos às cadeias globais de biocombustíveis.

A modernização não ocorreu de forma equânime, resultando em uma forte concentração da posse da terra. Embora os minifúndios sejam numericamente superiores, representando cerca de 76% dos imóveis, os grandes latifúndios detêm mais de 60% da área total (Silva, 2023). O Índice de Gini para Acreúna, estimado em patamares próximos a 0,80, evidencia uma estrutura fundiária altamente desigual

(INCRA, 2024). Este processo de expansão territorial das commodities pressiona a agricultura familiar, transformando a paisagem diversificada em uma monocultura contínua que muitos autores classificam como "desertos verdes" de baixa biodiversidade (Alves, 2010).

Apesar da pressão do agronegócio, o espaço rural ainda é palco de resistências culturais manifestadas na "geografia da festa". Tradições como a Folia de Reis em Indiara e a festa de Nossa Senhora da Abadia em Jandaia funcionam como mecanismos de reafirmação identitária (Halfeld, 2004). Esses momentos de comensalidade suspendem a lógica mercantil do tempo industrial imposta pelas usinas, preservando laços de solidariedade que são fundamentais para a permanência simbólica dos sujeitos no campo (Brandão, 1989). A manutenção desses ritos demonstra que o território vivido resiste à total homogeneização técnica (Santos, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos municípios de Jandaia, Acreúna e Indiara entre 1970 e 2024 revela uma transformação radical de sua base produtiva e social. A especialização na produção sucroenergética e de grãos (soja e milho) inseriu a região no mercado global, mas ao custo da redução da diversidade agrícola alimentar e do aumento da concentração fundiária (Delgado, 2012). Conclui-se que a expansão da cana-de-açúcar redefiniu o território goiano, exigindo uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento atual e a necessidade de políticas que protejam a agricultura de base familiar e as expressões culturais do Cerrado.

AGRADECIMENTOS: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e ao PPG-TECCER/UEG pelo suporte à pesquisa.

Referências

ALVES, V. C. A modernização da agricultura e a formação do complexo soja em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é religião popular. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, S. S. A modernização da agricultura em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

HALFELD, M. A geografia da festa: tradição e território. São Paulo: Hucitec, 2004. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, E. The land structure of the state of Goiás. GEOUSP, v. 27, 2023.

IMAGINÁRIO URBANO E CINEMA DOCUMENTAL EM GOIÂNIA: O CASO DO CURTA-METRAGEM "LEBLON MARISTA" (2016)

Marcelina Gorni
marcelinagorni@ufg.br, doutoranda PPG-TECCER-UEG
Geórgia Cynara Coelho de Souza
georgia.cynara@ueg.br, orientadora PPG-TECCER-UEG

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se em pesquisa de doutorado que investiga a formação do imaginário urbano mediante a identificação e análise de filmes documentários sobre direito à cidade, urbanidade e vivências nas cidades do Cerrado goiano, particularmente em Goiânia. A pesquisa concentra-se em filmes que tratam de segregação socioespacial urbana, das desigualdades dela decorrentes e das distintas formas de acesso, apropriação de territórios urbanos e lutas por justiça socioespacial. Em Goiânia, apesar de ser uma capital jovem, observa-se um processo acelerado de urbanização e crescimento desordenado, frequentemente impulsionado por interesses econômicos e imobiliários, que tem produzido profundas desigualdades socioespaciais.

É nesse contexto que o presente trabalho se debruça sobre o curta-metragem "Leblon Marista" (2016, 10' 15"), realizado por Fabrício Cordeiro e Luciano Evangelista. A análise fílmica busca identificar e caracterizar as principais questões urbanas representadas no filme, compreender de que modo a cidade é nele retratada e de que maneira o imaginário social urbano coletivo integra as escolhas artísticas dos realizadores. Busca-se ainda demonstrar como o documentário elabora e torna explícitos valores simbólicos, fantasias e desejos de uma camada da população de alta renda habitante de Goiânia. O imaginário social urbano de se viver em um bairro nobre de uma famosa cidade praiana aparece como um desejo apropriado pela incorporadora como estratégia de marketing e vendas de apartamentos.

METODOLOGIA

Além do referencial teórico sobre direito à cidade, o trabalho se apoia na observação e análise fílmica — examinando escolhas estéticas, de conteúdo, enquadramentos, fotografia, som, montagem e edição — a fim de compreender como tais imagens se articulam com as questões urbanas em pauta. Para o conceito de imagem e imaginário urbano, recorre-se à historiadora cultural Sandra Jatahy Pesavento (2002). Adotamos ainda Gilbert Durand (2012), que realizou um trajeto antropológico do imaginário ao realizar extensivo estudo da produção cultural humana. A nossa reflexão teórico-conceitual passa ainda pela questão do direito à cidade através de autores como Henri Lefebvre (2006) e David Harvey (1992). E desdobra-se no entendimento da cidade como palco de espetáculos da vida cotidiana, em que vivências, desejos e momentos de lazer são convertidos em mercadorias a

Realização
Parceiros
Apoio

serviço dos interesses econômicos do setor imobiliário em expansão em Goiânia (Guy Debord, 1997).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curta-metragem "Leblon Marista" (2016) é um convite à reflexão sobre imaginário, fetichização e desejo de habitar e vivenciar um lugar diferente daquele em que se vive. O filme começa ainda em tela preta, com o som do mar e das ondas batendo na praia ao fundo. Em seguida, corta para a imagem de um imenso painel, aparentemente feito de material vinílico, que reproduz a fotografia de uma praia, com pessoas e guarda-sóis. A imagem aparece rapidamente e, depois, há um novo corte para o enquadramento do alto de um coqueiro, acompanhado por uma ambiência sonora festiva, típica de fim de semana. Na sequência, surge brevemente um enquadramento fechado dos pés de pessoas caminhando pelo que aparenta ser a calçada da praia do Leblon, no Rio de Janeiro, seguido por um trecho de areia com conchas do mar em primeiro plano. Logo depois, o filme retorna à música ambiente de fim de semana, mostrando os pés de pessoas jogando vôlei e futevôlei na quadra de areia. Gradualmente, o filme desloca-se para enquadramentos fechados de uma quadra de vôlei de areia, uma rede sendo montada, pessoas jogando, crianças brincando ao lado e pequenos coqueiros ou palmeiras que, por sua baixa estatura, parecem ter sido colocados ali recentemente. Ao longo do filme, a maior parte do som aparenta ser capturada no local, sem voice over ou trilha over, com exceção do som do mar batendo na praia, que aparece e desaparece em diferentes momentos.

As imagens se desenrolam lentamente, em longas tomadas de câmera estática que enfatizam a observação de uma rotina cotidiana. Predominam enquadramentos fechados e sons ambientes — pessoas conversando e se divertindo ao som de música — sempre com o som do mar ao fundo. Esse som não é captação direta: ele não está fisicamente presente, mas é evocado para o imaginário do espectador — o que o torna plenamente adequado ao filme. Trata-se, nos termos de Pesavento (2002), de uma representação que opera sobre o sensível: o imaginário urbano não é a cidade real, mas a cidade desejada, aquela que se constrói por imagens, sons e narrativas que moldam percepções e afetos antes mesmo da experiência concreta do lugar.

Percebe-se que o início da obra é montado com o claro intuito de mesclar cenas, sons e imagens muito próximas de situações reais que poderiam ter sido retiradas de uma praia do Rio de Janeiro, ou não. Elas se alternam com imagens e sons capturados in loco na quadra de vôlei montada na Rua 145, no Setor Marista. Os enquadramentos da paisagem urbana goiana aparecem mesclados com cenas que poderiam ter sido captadas na praia, tornando parcialmente indiferenciados, nesse primeiro momento, os dois ambientes e explorando a ambivalência da situação inusitada: a potencial "presença" de uma praia — vivências praianas — em meio à metrópole goianiense.

Aos 1'55", a câmera inicia um travelling panorâmico horizontal à altura da cintura, da direita para a esquerda, percorrendo toda a extensão do ambiente: o painel com imagens de praia ao fundo, jogadores de vôlei, brinquedos, toldos, cadeiras, *food trucks* e um outdoor com os dizeres "Venha se divertir com a gente", convidando as pessoas para o evento que de lançamento do condomínio vertical que ali será construído. Esse movimento se estende até os 3'25" e é somente nesse momento que

Realização
Parceiros
Apoio

trechos da paisagem urbana da Rua 145 começa a se tornar visível, coincidindo com o auge das atividades: pessoas sentadas às mesas, consumindo nos *food trucks* e jogando ao som de música alta.

Em seguida, o filme corta para uma vista aérea das quadras ainda vazias, antes do evento de lançamento, acompanhada pelos sons típicos da cidade em movimento — carros, buzinas, trânsito. Iniciam-se então os preparativos: pessoas montam a rede de vôlei, outras fotografam próximas ao painel com a imagem da praia, enquanto o som do mar ressurge gradualmente, em volume baixo, mesclado a sons de pássaros e conversas — estes últimos, provavelmente, capturados diretamente no local.

Conforme o dia avança e a festa toma forma, a câmera se desloca para um condomínio vertical vizinho, quase concluído, e foca em um imenso cartaz com a inscrição "Compre aqui seu hotel de luxo". Em outro outdoor, o rosto de uma jovem loira de olhos azuis reforça a promessa da fantasia: "O sol é todo seu!". O filme então corta para um conjunto de palmeiras que aparecem atrás de cabos de fiação elétrica, gerando uma paisagem que é simultaneamente urbana e praiana — imagem que funciona como metáfora precisa da situação retratada: uma estrutura inserida em meio à metrópole, mas que carrega a promessa de uma vida à beira-mar. O contraste se aprofunda ao considerarmos que essas palmeiras não são nativas do bioma do Cerrado e foram transplantadas de fora — tal como o próprio sonho de habitar uma praia luxuosa do Rio de Janeiro, em pleno Centro-Oeste. Harvey (2014) argumenta que o capital urbano opera precisamente por meio dessa produção de distinção simbólica: a cidade não é apenas um espaço de acumulação econômica, mas um campo em que se fabricam geografias imaginárias capazes de agregar valor de mercado a territórios por meio do desejo e da exclusividade.

Na parte final do filme (aos 8'25"), o som do mar ganha volume e a câmera passa a explorar em close trechos específicos do grande painel vinílico. O zoom progressivo revela figuras humanas pixelizadas e deformadas pela baixa resolução da impressão fotográfica em escala monumental. Enquadradas ao som do mar, tais figuras adquirem contornos fantasmagóricos, distorcidos e irreais — como se, ao terem sido extraídas de seu contexto original, tivessem sido congeladas e transportadas para participar de um ritual em outro contexto.

O filme encerra com o enquadramento de um outdoor da própria incorporadora: uma montagem com imagens da praia do Leblon, seu calçamento, redes de vôlei na areia, o contorno do Morro Dois Irmãos e uma jovem de chapéu e óculos escuros em primeiro plano. Aparecem ainda, em destaque, o símbolo e o nome do empreendimento imobiliário: “Leblon Marista”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos primeiros minutos, torna-se progressivamente claro que se trata de uma quadra de areia instalada em pleno Setor Marista, a mais de mil quilômetros da praia do Leblon. No entanto, as referências a coqueiros e os ícones associados a uma praia de alto padrão carioca estão presentes o tempo todo. O filme intensifica os contornos de fantasia ao enquadrar os jogadores de vôlei diante de um imenso painel que reproduz fotografias da praia do Leblon, fazendo com que o mar azul retratado ao fundo pareça a extensão espacial real daquela área de quadras de areia. O filme, assim,

Realização
Parceiros
Apoio

brinca com nossa percepção o tempo todo: estamos no meio da cidade de Goiânia, mas imersos e envolvidos por todos os lados por imagens ampliadas da praia do Leblon.

O mais interessante é perceber que esse "cenário" cria a ilusão de um espetáculo completamente distinto do contexto urbano em que aquela área da cidade está efetivamente inserida. Eliminam-se, da visão e da percepção dos usuários, as possibilidades de conexão visual direta com a paisagem do entorno imediato das quadras — um miolo de quadra na Rua 145, no Setor Marista de Goiânia —, e as pessoas são mentalmente transportadas para uma espécie de "realidade alternativa". Essa realidade aproxima-se de uma sala interativa de museu contemporâneo, de uma sala de espetáculos isolada, de um parque temático da Disney World ou, de maneira ainda mais intensa e dramática, da situação representada no filme de ficção "O Show de Truman" (1998).

Na verdade, o filme trabalha com os desejos e fantasias de uma população de classe alta de habitar um bairro chique e praiano, tal qual o Leblon. Manejar fantasias e desejos de deslocamento em relação à realidade material habitada, explorando modos de morar e existir fora do comum, carregados de "exclusividade" e privilégios, constitui uma estratégia de marketing recorrente das incorporadoras de empreendimentos imobiliários na cidade de Goiânia. Entre essas estratégias, observam-se propagandas de edifícios com nomes de parques, que anunciam extensões como academias de luxo, áreas de lazer, churrasqueiras, piscinas, saunas, brinquedotecas ou até mesmo praças e parques — muitas vezes públicos — apresentados como parte do empreendimento. Tais estratégias não vendem apenas a metragem quadrada do apartamento e suas áreas comuns; vendem também o sonho e a fantasia de morar em um lugar "fora" da correria cotidiana da cidade convencional. Vendem a ideia e a possibilidade concreta de que essa parcela privilegiada da população habite um verdadeiro "oásis" idílico de tranquilidade e prazer em meio à turbulência, ao burburinho e à poluição urbanas. É comum encontrarmos, nesses anúncios, imagens e referências a lugares naturais, verde exuberante, áreas de convivência coletivas e privativas, lazer, prática de esportes e entretenimento. Vende-se o apartamento, mas vende-se também o clube e o tempo de lazer.

É nesse contexto que a espetacularização da vida cotidiana teorizada por Debord (1997) se aplica com precisão. O contexto e a contiguidade espacial em relação ao entorno do lugar onde aquela situação acontece tornam-se menos importantes do que as imagens, representações e símbolos ali colocados. As pessoas usufruem aquele espaço não como habitantes de um território urbano no Cerrado goiano, mas como banhistas em uma praia carioca — experimentando uma realidade alternativa mediada pelo espetáculo. A aparência do painel de vinil substitui, ainda que momentaneamente, a experiência da cidade concreta.

AGRADECIMENTOS:

O presente trabalho conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradecemos ainda a todos os membros do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (PPG–TECCER–UEG) e do Laboratório Universitário de Memória Audiovisual

(LUMINAV–UEG), no âmbito dos quais a presente pesquisa de doutoramento se desenvolve.

Referências

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DURAND, G. As estruturas antropológicas do imaginário. 4a. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HARVEY, David. Cidades rebeldes : do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre, 2a. ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

Filmes:

LEBLON Marista (2016): curta-metragem. Realização: Fabrício Cordeiro; Luciano Evangelista. Desenho e edição de som: Vasconcelos Neto. Cartaz: Maurício Campos. [S. l.]: Bebop Filmes, 2017. 1 vídeo online. Publicado no YouTube em 11 mar. 2018.

O SHOW de Truman (1998). Direção: Peter Weir. Roteiro: Andrew Niccol. [S. l.: s. n.], 1 filme (103´), son., color. Título original: *The Truman Show*. Lançamento no Brasil: 30 out. 1998.

Realização
Parceiros
Apoio

MATERNIDADE COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: O COTIDIANO DE MÃES UNIVERSITÁRIAS NO CERRADO DE CAMPOS BELOS

Luciana Nogueira da Silva
luciana.nogueira@ueg.br, *Universidade Estadual de Goiás*
Muryelle Pereira de Santana
muryellemartins@gmail.com, *Universidade Estadual de Goiás*
Leiliane Rodrigues da Silva
leilinhaleoday2000@gmail.com, *Universidade Estadual de Goiás*
Igor Senhor Serafim
igorsenhor4@gmail.com, *Universidade Estadual de Goiás*

INTRODUÇÃO

A expansão do acesso de mulheres ao ensino superior brasileiro nas últimas décadas, sobretudo nas licenciaturas, não foi acompanhada, na mesma medida, por políticas de permanência sensíveis às suas condições concretas de vida. Entre essas mulheres, as estudantes que também são mães enfrentam uma sobreposição de jornadas — os estudos, o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos — historicamente atribuída às mulheres em razão de uma suposta vocação natural para a maternidade (Pontes et al., 2022). Como sintetiza Beauvoir (2016, p. 11), "ninguém nasce mulher: torna-se mulher", de modo que os papéis de cuidado não decorrem de uma essência feminina, mas de uma construção social. No interior do país, em territórios marcados pela distância, pela escassez de transporte e pela ausência de equipamentos de apoio, esse desafio assume contornos ainda mais agudos.

Tomando o Cerrado de Campos Belos, no Nordeste Goiano, como território de análise, este trabalho compreende a maternidade vivida na universidade como um território de resistência: um espaço cotidiano em que as estudantes-mães reinventam estratégias para permanecer no ensino superior apesar das barreiras materiais e simbólicas. O objetivo geral é traçar o perfil das mães estudantes da Unidade Universitária da UEG em Campos Belos e analisar suas condições de permanência. Como objetivos específicos, busca-se: (i) caracterizar o público feminino discente da unidade; (ii) descrever a rotina, as redes de apoio e as principais dificuldades das estudantes-mães; e (iii) identificar suas demandas por políticas institucionais de acolhimento.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa, de abordagem qualiquantitativa e caráter exploratório, desenvolveu-se em duas etapas. Na primeira, levantou-se o perfil discente da Unidade Universitária de Campos Belos a partir de dados do sistema acadêmico, com o propósito de localizar o público feminino e, dentro dele, as estudantes que são mães. Na segunda etapa, aplicou-se um questionário semiestruturado, composto por nove questões abertas, a 22 estudantes-mães dos cursos de Pedagogia e Agroecologia. As perguntas abrangeram o número e a idade dos filhos, a rotina diária, as motivações para o ingresso no curso, as dificuldades de frequência, as redes de apoio, a recepção das crianças na universidade, a percepção sobre o acolhimento institucional e o sentido da graduação para o futuro da família.

As respostas fechadas (número de filhos, existência de rede de apoio e avaliação sobre o preparo da universidade) foram tabuladas por frequência; as respostas abertas foram submetidas à análise de conteúdo, com agrupamento temático dos relatos de rotina, dificuldades e demandas. Para preservar a identidade das participantes, adotou-se a designação “mãe estudante” seguida de numeração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) é uma instituição pública presente em todo o estado de Goiás, com forte vocação para a formação de professores: as licenciaturas concentram a maior parte das matrículas, com destaque para o curso de Pedagogia. Esse perfil reflete um traço histórico do ensino superior público brasileiro, a presença majoritariamente feminina no corpo discente, sobretudo nas licenciaturas, expressão da trajetória de luta das mulheres pelo acesso à educação.

Na Unidade de Campos Belos, o perfil discente confirma essa tendência. No ano letivo de 2026, a unidade conta com 108 discentes matriculados para 120 vagas, registrando taxa de ocupação superior a 80% e relativa estabilidade ao longo da última década. O alunado é etariamente diverso, distribuído de forma equilibrada entre os 18 e os 59 anos, predominantemente solteiro e com expressiva maioria feminina, concentrada nos cursos de Pedagogia e Agroecologia. É nesse público feminino que se localiza o recorte deste trabalho: as estudantes-mães.

Entre as 22 estudantes-mães que responderam ao questionário, a grande maioria cursa Pedagogia e duas, Agroecologia. O número de filhos varia de um a quatro, predominando duas crianças por mãe (doze casos), e duas participantes estavam gestantes. A rotina é descrita de forma recorrente como "cansativa", "corrida", "sobrecarregada" e "exaustiva". Várias relataram acordar por volta das 5h30, conciliando trabalho remunerado, afazeres domésticos e aulas no período noturno; uma delas resume a tensão ao afirmar que sente "falhar" por não dar atenção aos filhos nem nos fins de semana. Duas estudantes mencionam filhos com deficiência ou transtorno do espectro autista, o que amplia a demanda de cuidado.

As dificuldades de permanência concentram-se em três eixos: o transporte e o deslocamento, agravados para quem mora em outras cidades e enfrenta longas esperas pelo ônibus; o cansaço acumulado da dupla ou tripla jornada; e, sobretudo, a questão do cuidado dos filhos durante as aulas. Quanto à rede de apoio, treze estudantes declararam contar com algum suporte — em geral o cônjuge, a mãe ou a sogra —, três relataram apoio apenas intermitente, e cinco afirmaram não ter rede alguma, chegando a deixar os filhos sozinhos ou a levá-los consigo todos os dias. Essas estratégias improvisadas evidenciam que a permanência depende, hoje, quase exclusivamente do esforço privado das mulheres e de suas famílias. Tal divisão desigual do cuidado reflete o caráter socialmente construído dos papéis de gênero, que, como observa Louro (2008, p. 18), são forjados "através de inúmeras aprendizagens e práticas" em diversas instâncias sociais e culturais.

A avaliação sobre o preparo institucional é quase unânime: dezoito das vinte e duas participantes afirmaram que a universidade não está preparada para acolher mães estudantes. A demanda mais recorrente é a criação de um espaço apropriado — descrito como "salinha", "brinquedoteca" ou "maternal" — com a presença de uma pessoa responsável por monitorar as crianças enquanto as mães assistem às aulas ou realizam provas. Relatos pontuais de situações desconfortáveis, como ter de colocar um bebê para dormir no chão por falta de estrutura, ou ser interrompida durante a apresentação de um seminário, reforçam a necessidade dessa política. Ainda assim, a recepção de colegas e professores foi descrita majoritariamente como acolhedora. Pensar tais políticas conecta-se à concepção de hooks (2013, p. 25), para quem "a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender" — uma educação que, para ser inclusiva, precisa remover as barreiras concretas à permanência.

Realização
Parceiros
Apoio

Apesar das barreiras, as falas revelam a graduação como projeto de futuro e ato de resistência. Para as participantes, o curso representa "esperança de dias melhores", "mudança de vida" e exemplo de perseverância para os filhos; muitas associam a escolha da Pedagogia à própria experiência materna e ao desejo de contribuir com a educação local. Essa articulação entre vida, território e formação confirma que o território "não é um dado neutro nem um ator passivo" (Santos, 2001, p. 80), mas o espaço vivido em que as estudantes-mães constroem suas estratégias de permanência. Como observam Pontes et al. (2022), o apoio social — familiar e institucional — é determinante para evitar a evasão e garantir a permanência com dignidade dessas mulheres no ensino superior. Nessa direção, a aposta das estudantes na educação como caminho de transformação ecoa a convicção de Freire (1996, p. 77) de que "mudar é difícil, mas é possível".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil discente da UEG — Campos Belos, majoritariamente feminino, e a escuta das estudantes-mães revelam que a maternidade vivida na universidade constitui, de fato, um território de resistência. Diante da sobrecarga de jornadas, das distâncias e da fragilidade das redes de apoio, essas mulheres permanecem no ensino superior à custa de um esforço individual que deveria ser partilhado pela instituição. A percepção quase unânime de que a universidade não está preparada para acolhê-las indica uma lacuna concreta de políticas de permanência.

A partir das demandas das próprias estudantes, aponta-se como encaminhamento prioritário a implantação de um espaço de acolhimento infantil na unidade — uma brinquedoteca ou maternal com pessoal responsável —, articulado a políticas de auxílio que aliviem a pressão do trabalho remunerado sobre a rotina das mães. Experiências semelhantes em outras instituições públicas demonstram a viabilidade dessas ações. Pesquisas futuras poderão ampliar a amostra, incorporar a perspectiva de estudantes-pais e acompanhar longitudinalmente os efeitos dessas políticas sobre a permanência, de modo a fazer da universidade um espaço efetivamente inclusivo no Cerrado de Campos Belos.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Pró-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

PONTES, Viviane Vidigal de; QUEIROZ, Fábia Sousa de; NASCIMENTO, Jefferson Silva do; FONSECA, Fábio Dias Teixeira. **Transição para a maternidade na trajetória acadêmica: estratégias de reparação dinâmica do self e de resistência no campo social de jovens universitárias.** Estudos de Psicologia (Campinas), v. 39, e200190, 2022.

UEG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. BI UEG: painel de indicadores institucionais. Anápolis: UEG, [2019]. Disponível em: https://dados.ueg.br/pentaho/api/repos/dashboard/app/index.html. Acesso em: 4 jun. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

A TECNOLOGIA SOCIAL CSA NO ASSENTAMENTO OZIEL: RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO, COMUNIDADE E SUSTENTABILIDADE

Ailton dos Santos Cunha
ailton.cunha@edu.mt.gov.br
PPGEO – UEG – Cora Coralina

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este relato de experiência foi desenvolvido a partir das observações e relatos de experiência na participação da aula de campo desenvolvida no assentamento Oziel Alves em Planaltina DF na disciplina Agroecologia no cerrado do curso de Mestrado do PPGEO 2026, no dia 17 de maio de 2026.

A pesquisa tem como objetivo compartilhar a experiência vivenciada junto aos assentados denominada CSA (Comunidade que Sustenta Agricultura), que é uma Tecnologia Social em que a produção local de alimentos é sustentada pela comunidade.

Conforme apresentação de um dos produtores parceiros da Tecnologia Social denominada, CSA Flor de Lótus, é possível destacar que a mesma é composta por uma rede de pessoas unidas pelo cuidado com a terra, com a vida e com a comunidade, possibilitando produzir e consumir alimentos agroecológicos de forma justa, valorizando a agricultura familiar local.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A Tecnologia Social CSA desenvolvida no Assentamento Oziel Alves em Planaltina DF, foi elaborada a partir do desenvolvimento do método de Construção da Capacidade Criativa Creative Capacity Building (CCB) é uma metodologia de designe que tem como objetivo desenvolver a capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico de baixo custo nas comunidades (GOUZY et al., 2019), que tem como objetivo principal desenvolver junto aos moradores do assentamento, que vivem da agricultura familiar tecnologias de baixo custo que sejam apropriadas ao seu uso diário.

Realização
Parceiros
Apoio

Por estar localizado junto a áreas da agricultura comercial moderna de grande escala, essa metodologia de construção de tecnologias voltadas as necessidades diárias dos agricultores, vem sendo um importante instrumento de produção e resistência junto aos intemperes que a agricultura moderna os impõe.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O desenvolvimento da Tecnologia Social CCB no assentamento Oziel Alves possibilita aos agricultores desenvolver a agroecologia em sua prática diária de produção de alimentos. A construção e formação da CSA começou em 2018 com 16 agricultores empenhados em fazer uma agricultura voltada a produção de alimentos saudáveis e de respeito ao trabalho com a terra.

Entretanto deve-se esclarecer que "as CSAs são uma estratégia de economia solidária baseada na associação colaborativa entre agricultor e grupos de consumo, os coagricutlores, em que estes passam a apoiar diretamente a prática da produção agrícola em troca de cestas de alimentos." (GOUZY et al., 2019. p. 111) é constituída por uma comunidade que sustenta a agricultura, são pessoas de diferentes denominações de alto poder aquisitivo que escolhem bancar a produção de alimentos saudáveis.

É antes de tudo uma relação de confiança e parceria na qual o agricultor apresenta seus custos, produz alimentos orgânicos de qualidade, e os coagricultores se comprometem a financiar a produção, dividir tarefas de apoio à comunidade e usufruir das colheitas semanais. Conforme palavras de um agricultor deste processo "são pessoas que prezam pela alimentação saudável, troca de experiências e vivência com a agricultura."

Conforme relato de um dos agricultores da CSA Flor de Lótus a dificuldade inicial era referente ao escoamento do que era produzido até a cidade. Assim, com a criação da CSA, ocorreu a solução deste problema, pois os coagricultures financiaram a compra de uma kombi para o agricultor escoar a produção até a cidade. O agricultor que participa deste processo é obrigado a manter-se atualizado referente as práticas agroecológicas, realizar cursos e formações que possibilitem desenvolver práticas sustentáveis e rentáveis de produção de alimentos.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A produção de alimentos aliada a prática agroecológica possibilita a comercialização de produtos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos, configurando um modo de vida comprometido com a qualidade de vida e saúde. (SILVA, BALESTRIN e BRANDENBURG, 2018). A agroecologia enquanto ciência que envolve esses saberes e práticas do campo é descrita por Silva, Balestrin e Branderburg como:

> A agroecologia compreendida como uma prática e como uma ciência fundamenta-se em um referencial agrícola, em que considera o equilíbrio dos agroecossistemas diferenciando-se da lógica produtivista e mercantil. Ela vem fazendo parte do projeto agrícola do MST, que lhe atribui um significado específico: seja pela sua característica técnico-científica, seja pela compreensão de uma dinâmica social envolvendo outras lutas que se somam ao projeto agrícola. (SILVA, BALESTRIN e BRANDENBURG, 2018. p. 88).

Conforme descreve os autores a agroecologia é uma ciência que envolve à consolidação de uma agricultura em conexão com os ecossistemas e a sustentabilidade, voltada especificamente para à segurança alimentar das populações que vivem no espaço urbano e rural. Neste processo o agricultor familiar camponês é o que mais tem proximidade com esta proposta, pois preserva muitos saberes da ancestralidade assim como mantém forte conexão com a natureza. (SIlVA, BALESTRIN E BRANDERBURG, 2018).

Os agricultores que vivem no assentamento Ozil Alves e participação da CSA Flor de Lótus desenvolvem um trabalho de produtividade de alimentos em comunhão com a terra e com os coagricultores. Além da necessidade de aperfeiçoar sua forma de lidar com a terra constantemente, com o melhoramento e aprimoramento das técnicas de produção através de cursos e oficinas direcionadas a essa necessidade, os agricultores também interagem com os coagricultores seguindo os princípios da gestão participativa, democrática e rotativa, promovendo assim o contato dos coagricultores com a terra, promovendo o cultivo de interações harmônicas com a natureza e entre as pessoas.

Dentre os princípios importantes desse modelo de gestão e uso da terra voltada a produção local de alimentos saudáveis deve-se destacar: a produção orgânica local e

Realização
Parceiros
Apoio

direta sem atravessadores, na qual os produtos são vendidos diretamente aos coagricultores, sem margem para o desperdício de alimentos e valorização do preço final dos produtos. Os coagricultores que financiam a CSA Flor de Lótus, acabam por valorizar o agricultor e sua produção, tem apreço com a comida saudável e com o bem-viver social. A imagem a seguir mostra um canteiro produtivo em uma propriedade da comunidade CSA Flor de Lótus:

Figura 01 – Canteiro com hortaliças.

Fonte: Próprio autor, 2026.

Na imagem acima é possível ver várias hortaliças, representado a policultura de alimentos, é perceptível a rotatividade da produção com canteiros em estágios diferentes de produtividade, mantendo assim a produção constante de alimentos durante todo o ano. Esse sistema vigora, pois os agricultores tem de enviar aos coagricultores (que são 90 atendidos pela CSA local) semanalmente uma cesta contendo diversos tipos de hortaliças. Cada agricultor recebe o pagamento mensal da entrega dos alimentos, na qual o preço a ser pago é definido coletivamente entre agricultores e coagricultores, mantendo assim um dos princípios da CSA de gestão participativa, onde todos opinam e decidem juntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia além de usar práticas que não são danosas ao homem e à natureza, privilegia o saber ligado à terra. O agricultor familiar camponês configura-se assim, como um importante ator social na construção da agroecologia. Nesse sentido, a produção de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos, configura um modo de vida comprometido com a qualidade de vida e saúde.

A produção agroecológica além de ser um sistema produtivo é também uma opção política de vida, de produção e de concepção social. Os coagricultores tornan-se parceiros dos produtores de alimentos saudáveis, fazendo valer os princípios de gestão participativa, cultivo de interações harmônicas com a natureza e as pessoas e postura de responsabilidade socioambiental em todas as ações.

Como expressou um agricultor da CSA Flor de Lótus se "Vive pelo apreço e não pelo preço", ou seja, para o agricultor trabalhar e viver em contato com a terra não é mais uma simples tarefa cotidiana, mas sim, um ato de amor e prazer em manter relações saudáveis de produção prezando pelo bem estar social da relação homem e natureza, sempre valorizando a defesa da agricultura familiar e dos saberes tradicionais.

REFERÊNCIAS

GOUZY, BARRETO, CARVALHO, RIBEIRO, SCATOLINI JUNIOR, SOARES, ASSIS e SERRA. **Expectativas e Percepções Sobre os Impactos da Metodologia de Construção da Capacidade Criativa em duas Comunidades Rurais**. Revista Brasileira de Agroecologia | Vol.14 | Nº. 2 Esp. | Ano 2019 | p.108-123

SILVA da A. Silvana, BALESTRIN N. Luzia, BALESTRIN e BRANDENBURG Alfio. **A Agroecologia como um projeto em construção nos movimentos dos Trabalhadores Sem Terra – MST.** Revista GeoPantanal • UFMS/AGB • Corumbá/MS • N. 24 • 85-98 • jan./jun. 2018

Realização
Parceiros
Apoio

TRAJÉTORIA, ARTESANATO E FÉ DE DONA MARIA BATISTA. CONSTRUINDO ARTE ATRAVÉS DO CERRADO GOIANO.

Lídia Soares da Costa
lidia.costa@aluno.ueg.br . Universidade Estadual de Goiás.
Ana Caroline Ribeiro Florentino
anacarolineribeiroflorentino@gmail.com. Programa de pos graduação em geografia - PPGEO. Campus Coralina

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido aborda a trajetória de vida, a produção artesanal e a dimensão da fé presentes no trabalho desenvolvido por Dona Maria Batista, artesã vinculada às tradições culturais do Cerrado Goiano. O estudo busca compreender como o artesanato produzido a partir de elementos naturais do Cerrado representa não apenas uma prática econômica e de sustentabilidade, mas também uma expressão cultural, identitária e de fé. A pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos sobre cultura popular, identidade, memória, território e artesanato tradicional, destacando a relação entre saberes e preservação ambiental. A metodologia utilizada baseia-se em revisão bibliográfica, análise qualitativa e abordagem descritiva, considerando os conhecimentos populares como patrimônio cultural imaterial. Os resultados evidenciam que a produção artesanal de Dona Maria Batista ultrapassa o aspecto utilitário, configurando-se como manifestação de resistência cultural, valorização do Cerrado e continuidade que se iniciou desde a infância e aprimorou de forma sustentável junto com seu companheiro Paulo Fernando Vieira (In memorian). Observa-se ainda que a fé constitui elemento central na construção de sua identidade e na relação estabelecida com a natureza e o fazer artesanal. Conclui-se que o trabalho da artesã representa importante instrumento de preservação cultural e ambiental, contribuindo para o fortalecimento das identidades locais e para a valorização do patrimônio cultural do Cerrado Goiano.

O artesanato tradicional constitui importante manifestação cultural das comunidades brasileiras, sendo responsável pela preservação de saberes, memórias e identidades construídas historicamente. Em diferentes regiões do país, homens e mulheres desenvolvem práticas artesanais vinculadas ao território, à natureza e às experiências socioculturais transmitidas entre gerações. Nesse contexto, o Cerrado Goiano destaca-se como espaço de grande riqueza cultural e ambiental, no qual o artesanato representa uma forma de expressão simbólica e resistência cultural.

O Cerrado, considerado um dos principais biomas brasileiros, apresenta grande diversidade natural e cultural. Além de sua relevância ecológica, o bioma abriga comunidades tradicionais que estabelecem profundas relações com a terra, utilizando recursos naturais de forma sustentável para a produção de alimentos, remédios caseiros e artesanato. Dessa forma, dona Maria Batista produz a partir de elementos encontrados no Cerrado revela uma conexão entre natureza, cultura e identidade.

É nesse cenário que se insere a trajetória de Dona Maria Batista, artesã que transforma elementos naturais do Cerrado em arte, preservando tradições culturais e reafirmando valores identitários e de sustentabilidade construídos ao longo de sua vida. Seu trabalho

representa mais do que uma atividade econômica: trata-se de uma prática carregada de memória, fé e pertencimento cultural.

A relação entre fé e artesanato também constitui elemento fundamental em sua trajetória. A espiritualidade aparece como força motivadora do trabalho manual, orientando práticas cotidianas e fortalecendo os vínculos entre a igreja e a comunidade. O fazer artesanal torna-se, portanto, uma manifestação de resistência cultural e de valorização das raízes locais.

De acordo com Canclini (1983), as manifestações culturais populares representam importantes formas de resistência diante dos processos de homogeneização cultural impostos pela modernidade. Nesse sentido, o artesanato tradicional não deve ser compreendido apenas como objeto decorativo ou comercial, mas como expressão de saberes coletivos e práticas sociais construídas historicamente além dos fins terapêuticos tratando corpo, alma e a mente.

Além disso, autores como Hall (2006) destacam que a identidade cultural é continuamente construída por meio das experiências sociais e culturais vivenciadas pelos sujeitos. Assim, a trajetória de Dona Maria Batista evidencia a relação entre identidade, memória e território, reforçando a importância da valorização das culturas tradicionais.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória, o artesanato e a dimensão da fé presentes na vida e obra de Dona Maria Batista, seu trabalho realizado em seu ateliê, evidencia a importância de sua produção artesanal para a valorização cultural do Cerrado Goiano.

Figura 01. Ateliê.

Realização
Parceiros
Apoio

2. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e bibliográfica, fundamentada em estudos relacionados à cultura popular, artesanato tradicional, identidade cultural, memória social e religiosidade.

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais ampla das experiências, significados e práticas socioculturais presentes na trajetória de Dona Maria Batista. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais considerando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências.

A construção do estudo ocorreu por meio de levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, e conversas e relatos, vivências relacionados ao artesanato tradicional e à cultura popular do Cerrado. Também foram considerados estudos sobre patrimônio cultural imaterial, memória coletiva e identidade cultural.

A análise descritiva permitiu compreender como os elementos naturais do Cerrado são transformados em arte, destacando a relação entre natureza, criatividade e tradição. Além disso, buscou-se compreender a importância da fé e da espiritualidade na construção da identidade da artesã e em sua relação com o trabalho manual. Dona Maria levou sua arte não só aqui no Brasil, como mostra na imagem 2 mas também para outros países e culturas. Onde além de levar seu trabalho, ela compartilha saberes e ajuda outras mulheres a se beneficiar positivamente dessa arte.

Figura 2

A pesquisa fundamenta-se ainda na valorização dos saberes populares como formas legítimas de produção de conhecimento. Nesse contexto, o artesanato tradicional é

Realização
Parceiros
Apoio

entendido como patrimônio cultural que expressa experiências históricas, sociais e simbólicas. E na junção de fé e arte, Dona Maria leva para campos missionários, não só aqui em nossa região, mas para outros estados sua fé e uma nova oportunidade de geração de renda para outras famílias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a trajetória de Dona Maria Batista está profundamente vinculada à cultura do Cerrado Goiano e aos saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Sua produção artesanal representa uma prática que integra memória, identidade, trabalho e espiritualidade.

O artesanato desenvolvido pela artesã utiliza elementos naturais encontrados no Cerrado, transformando sementes e cascas das sementes, fibras, folhas secas e outros materiais em peças carregadas de significado cultural. Essa prática revela uma relação de respeito e pertencimento ao território, demonstrando conhecimentos tradicionais sobre a utilização sustentável dos recursos naturais.

Segundo Diegues (2000), os conhecimentos tradicionais constituem importantes formas de interação entre comunidades e natureza, contribuindo para a preservação ambiental e para a manutenção das identidades culturais. Nesse sentido, o trabalho artesanal de Dona Maria Batista ultrapassa o aspecto estético, tornando-se uma prática de valorização do Cerrado e de preservação dos saberes populares.

Observa-se também que o artesanato funciona como instrumento de resistência cultural diante das transformações sociais e econômicas contemporâneas. Em um contexto marcado pela industrialização e pela produção em massa, o trabalho manual preserva técnicas tradicionais e fortalece a identidade cultural local.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à presença da fé na trajetória da artesã. A espiritualidade aparece como elemento fundamental na construção de sua relação com o trabalho, com a natureza e com a comunidade. O fazer artesanal é percebido como dom, missão e expressão de gratidão.

A relação entre religiosidade e cultura popular é discutida por Brandão (1989), ao afirmar que as manifestações culturais tradicionais frequentemente incorporam elementos simbólicos e espirituais que fortalecem os vínculos coletivos e as experiências comunitárias.

No caso de Dona Maria Batista, a fé representa força motivadora diante das dificuldades enfrentadas ao longo da vida, influenciando diretamente sua produção artística e sua visão de mundo. O artesanato torna-se, assim, expressão de esperança, resistência e continuidade cultural.

A pesquisa evidencia ainda que o reconhecimento do trabalho artesanal é fundamental para a valorização das culturas tradicionais do Cerrado. Muitas vezes invisibilizados pelas dinâmicas econômicas dominantes, os artesãos desempenham importante papel na preservação da memória coletiva e do patrimônio cultural brasileiro.

Realização
Parceiros
Apoio

Nesse contexto, torna-se necessário ampliar políticas públicas de incentivo ao artesanato tradicional, promovendo ações de valorização cultural, geração de renda e preservação ambiental. O fortalecimento das práticas artesanais contribui não apenas para o desenvolvimento econômico local, mas também para a manutenção das identidades culturais regionais.

Além disso, o estudo demonstra que o Cerrado deve ser compreendido não apenas como bioma natural, mas também como espaço de produção cultural e simbólica. As experiências vivenciadas por Dona Maria Batista revelam a importância da relação entre ser humano, natureza e cultura na construção das identidades locais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender a importância da trajetória de Dona Maria Batista como expressão da cultura popular do Cerrado Goiano. Sua produção artesanal representa muito mais do que uma atividade econômica, configurando-se como manifestação de identidade, memória, sustentabilidade, resistência cultural e espiritualidade.

A pesquisa demonstrou que o artesanato tradicional constitui importante instrumento de preservação dos saberes populares e valorização das culturas regionais. Ao transformar elementos naturais do Cerrado em arte, Dona Maria Batista reafirma a relação entre natureza, cultura e pertencimento territorial.

Também foi possível identificar a presença significativa da fé em sua trajetória, influenciando sua forma de viver, produzir e se relacionar com a comunidade. A espiritualidade aparece como elemento de fortalecimento pessoal e coletivo, contribuindo para a continuidade das tradições culturais.

Dessa forma, conclui-se que o reconhecimento e a valorização do trabalho artesanal são fundamentais para a preservação do patrimônio cultural imaterial e para o fortalecimento das identidades locais. O estudo reforça ainda a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização dos artesãos e à preservação cultural do Cerrado.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as discussões sobre cultura popular, artesanato tradicional e patrimônio cultural, reconhecendo a importância dos saberes construídos pelas comunidades tradicionais brasileiras.

5. AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho não seria possível sem reconhecer a grandiosidade da trajetória de Dona Maria Batista. Mais do que uma artesã do Cerrado Goiano, Dona Maria representa a força da mulher brasileira que transforma a dor em resistência, a simplicidade em arte e a fé em esperança.

Sua história carrega a beleza de quem aprendeu a construir caminhos através das próprias mãos, transformando elementos do Cerrado em expressões de cultura, memória e identidade. Cada peça produzida por Dona Maria carrega marcas de sua vivência, de sua dedicação e, principalmente, de sua alma. Seu artesanato não nasce apenas da

criatividade, mas da sensibilidade de uma mulher que encontrou na arte uma forma de espalhar amor, acolhimento e pertencimento.

Como mãe, Dona Maria revela a essência do cuidado, da proteção e da sabedoria transmitida através das gerações. Como mulher, inspira pela coragem, pela humildade e pela capacidade de permanecer firme mesmo diante das dificuldades da vida. E como artesã, eterniza no artesanato os saberes do Cerrado, mantendo viva uma cultura que resiste através do tempo.

Sou profundamente grata por ter tido o privilégio de conhecer Dona Maria não apenas como artista, mas como ser humano. Conhecê-la foi encontrar uma pessoa iluminada, cuja fé não apenas a resgatou em momentos difíceis, mas também se tornou fonte de força e esperança para todos aqueles que têm a oportunidade de caminhar ao seu lado. Sua espiritualidade transborda em gestos, palavras e na maneira como enxerga a vida, acolhendo pessoas e espalhando luz por onde passa.

Dona Maria Batista não constrói somente artesanato; ela constrói afetos, memórias e inspirações. Sua trajetória merece ser reconhecida, valorizada e eternizada como exemplo de resistência cultural, amor ao próximo e fé inabalável.

6. REFERENCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Realização
Parceiros
Apoio

ILHAS DO CERRADO, FRAGMENTAÇÃO AMBIENTAL E RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL CENTRAL

José Victor Sousa Santos
Josevictorkt@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Fernando Lobo Lemes
fernando.lemes@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Isabella Chistina da Mota Bolfarini
isabella.bolfarini@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O Cerrado é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando grande biodiversidade vegetal e animal, além de desempenhar papel fundamental na manutenção dos recursos hídricos brasileiros, entretanto, o avanço da urbanização, da expansão agrícola e dos projetos de ocupação territorial intensificados ao longo do século XX provocou profundas transformações no bioma, resultando em processos de fragmentação ambiental.

Nesse contexto, emerge o conceito de "ilhas do Cerrado", entendido como a formação de fragmentos isolados de vegetação nativa cercados por áreas urbanizadas, monoculturas, rodovias ou outras intervenções humanas, essas ilhas representam não apenas a redução física do bioma, mas também a ruptura da conectividade ecológica e das relações históricas entre sociedade e natureza, a fragmentação compromete o fluxo genético das espécies, altera dinâmicas ambientais e intensifica processos de degradação ecológica.

A construção de Brasília e a interiorização do território nacional constituem um dos marcos históricos desse processo, a expansão urbana da capital federal contribuiu significativamente para a reorganização espacial do Cerrado e para a formação de áreas naturais isoladas em meio ao crescimento urbano, o espraiamento urbano de Brasília pode ter intensificado a fragmentação da paisagem do Cerrado ao redor da cidade, contribuindo para a redução da continuidade ambiental do bioma.

Dessa forma, este trabalho busca compreender como as "ilhas do Cerrado" se constituíram historicamente e quais são seus impactos ambientais e territoriais, a pesquisa propõe analisar a fragmentação do bioma como resultado das políticas de ocupação e modernização do território, refletindo sobre os efeitos dessas transformações na paisagem e na biodiversidade do Cerrado.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, orientada por discussões da História Ambiental e da Geografia, o estudo parte da análise de obras que discutem a fragmentação do Cerrado, os impactos da urbanização e a reorganização territorial do Brasil Central.

Além da bibliografia teórica, serão utilizados artigos científicos, relatórios ambientais e documentos institucionais relacionados à conservação da biodiversidade e aos processos de fragmentação ecológica, também serão analisados estudos sobre corredores ecológicos e conectividade ambiental, entendidos como estratégias de mitigação do isolamento dos fragmentos naturais.

A análise concentra-se no período compreendido entre a Missão Cruls, no final do século XIX, e a consolidação de Brasília ao longo do século XX, buscando compreender como a ocupação territorial contribuiu para a formação das "ilhas do Cerrado".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados indicam que a fragmentação do Cerrado se intensificou nas últimas décadas em decorrência da expansão urbana, da abertura de áreas agrícolas e da ocupação desordenada do território, esse processo promoveu a redução da cobertura vegetal contínua e a formação de fragmentos isolados, caracterizando as chamadas "ilhas do Cerrado".

No caso de Brasília, a urbanização acelerada alterou significativamente a paisagem natural do Planalto Central, o crescimento urbano e a criação de vias de circulação contribuíram para o isolamento de áreas de vegetação nativa, comprometendo a conectividade ecológica e dificultando o deslocamento de espécies animais e a dispersão de sementes.

As "ilhas do Cerrado" revelam, portanto, uma nova configuração territorial marcada pela separação entre os fragmentos naturais e os espaços urbanizados, esse isolamento provoca impactos sobre a biodiversidade, afetando especialmente espécies que dependem de áreas contínuas de vegetação, além disso, a fragmentação altera relações ecológicas fundamentais para a manutenção do equilíbrio ambiental.

Outro aspecto importante refere-se à dimensão simbólica dessas ilhas, os fragmentos remanescentes do Cerrado tornam-se vestígios de uma paisagem anteriormente mais ampla e integrada, evidenciando as transformações produzidas pelo

Realização
Parceiros
Apoio

avanço da modernização territorial, nesse sentido, as "ilhas do Cerrado" representam não apenas um fenômeno ecológico, mas também uma expressão histórica das mudanças nas relações entre sociedade, território e natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das "ilhas do Cerrado" permite compreender como os processos de ocupação e urbanização do território contribuíram para a fragmentação do bioma e para a reorganização da paisagem natural do Brasil Central, a construção de Brasília aparece como um marco importante dessas transformações, intensificando o isolamento dos fragmentos de vegetação nativa e alterando dinâmicas ecológicas fundamentais.

Mais do que remanescentes ambientais, as "ilhas do Cerrado" expressam os impactos históricos da modernização territorial sobre a biodiversidade e sobre as formas de relação entre sociedade e natureza, assim, discutir a fragmentação do Cerrado significa também refletir sobre preservação ambiental, memória territorial e sustentabilidade.

Dessa forma, o estudo espera contribuir para ampliar o debate acerca da conservação do Cerrado, ressaltando a importância da conectividade ecológica e da preservação dos fragmentos remanescentes do bioma.

AGRADECIMENTOS: À CAPES, pelo apoio financeiro, ao orientador Prof. Dr. Fernando Lobo Lemes e co-orientadora Profa. Dra. Isabella Christina da Mota Bolfarini, pelo acompanhamento e incentivo, e ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), pelo incentivo à pesquisa e à produção científica voltada às discussões sobre território, memória e meio ambiente no Cerrado brasileiro.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Corredores ecológicos*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Acesso em: 20 maio 2026.

CORRÊA, Bruno Senna; LOUZADA, Júlio Neil Cassa. Bioma cerrado, fragmentação florestal e relações ecológicas com a avifauna. *Revista Agrogeoambiental*, 2010.

GOULART, Adriano Avila et al. Fragmentação da vegetação de Cerrado entre os anos de 1984 e 2011 no Parque Estadual do Cerrado e em sua zona de amortecimento. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Jaila Raiane Barbosa de et al. Análise da fragmentação da vegetação para a avaliação de potenciais corredores ecológicos na bacia hidrográfica urbana do Ribeirão Anicuns, Goiânia-GO. *Revista de Geografia*, 2024.

THE CONTRIBUTION of Brasília's urban sprawl to the fragmentation of the Brazilian Cerrado around the city. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 2021.

APRENDER COM O CERRADO: EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL EM VISITAS GUIADAS À TRILHA DO TATU

Cléver Marcelo Teixeira de Lima
clever.e.andreia@gmail.com, PPG PEC, Universidade Estadual de Goiás, SEDUC
Mirley Luciene dos Santos
mirley.santos@ueg.br, PPG PEC, Universidade Estadual de Goiás
Juliana Simião Ferreira
juliana.ferreira@ueg.br, PPG PEC, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O Cerrado é reconhecido como uma das regiões de maior biodiversidade do planeta, desempenhando papel fundamental na manutenção dos recursos hídricos e na conservação da diversidade biológica brasileira. Apesar de sua relevância ecológica, esse bioma ainda é frequentemente abordado de forma superficial nos processos educativos, contribuindo para a construção de conhecimentos fragmentados e pouco contextualizados sobre sua biodiversidade e importância socioambiental (Bizerril, 2003). Nesse contexto, os espaços não formais de educação têm se destacado como ambientes capazes de complementar o ensino escolar, promovendo experiências de aprendizagem mais contextualizadas e significativas.

Entre esses espaços, as trilhas ecológicas vêm sendo amplamente utilizadas em ações de educação ambiental e educação científica por possibilitarem o contato direto com a natureza e a observação dos fenômenos em seu contexto real. Diferentes estudos destacam o potencial educativo das trilhas para a construção de conhecimento (Selem, 2014), para o estabelecimento de relações entre conhecimentos científicos e experiências vivenciadas pelos estudantes (Oliveira; Nishida, 2011) e para a promoção de experiências sensoriais e afetivas que favorecem a construção de vínculos com o ambiente (Carvalho; Boçon, 2004). Dessa forma, as trilhas constituem espaços de aprendizagem que integram dimensões cognitivas, emocionais e sociais, ampliando as possibilidades de construção do conhecimento científico e de sensibilização ambiental. A mediação pedagógica desempenha papel central nesse processo, uma vez que auxilia os participantes na interpretação dos fenômenos observados, na formulação de hipóteses e na construção de explicações sobre os elementos presentes no ambiente. Assim, a observação deixa de ser uma atividade meramente contemplativa para tornar-se uma experiência investigativa e formativa. Portanto, as trilhas materializam ambientes favoráveis à mediação de conhecimentos, à ampliação de percepções e à produção de interpretações do ambiente (Pin; Rocha, 2020).

Partindo do problema de pesquisa — quais são as contribuições das visitas guiadas à Trilha do Tatu para a educação científica e a sensibilização ambiental de estudantes do Ensino Fundamental? —, este estudo teve como objetivo analisar as contribuições dessa experiência para a ampliação dos conhecimentos sobre a biodiversidade do

Realização
Parceiros
Apoio

Cerrado e para o desenvolvimento de percepções relacionadas à conservação ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa, e foi realizada na Reserva Ecológica do Cerrado (REC), localizada no Campus Central da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em Anápolis (GO). A área abriga o Laboratório de Ecologia e Educação Científica (LabEduC) e a Trilha do Tatu, espaços utilizados em atividades de ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica voltadas à valorização da biodiversidade do Cerrado. Participaram do estudo 38 estudantes de duas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual do município de Anápolis. A participação ocorreu mediante autorização dos responsáveis legais e assinatura dos respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

A produção dos dados ocorreu por meio de observação participante, registros fotográficos e aplicação de questionários pré e pós-visita. Os instrumentos continham questões abertas e fechadas relacionadas ao conhecimento sobre o Cerrado, experiências anteriores em espaços não formais e interesse por temáticas ambientais. O questionário pós-visita buscou identificar as aprendizagens construídas, as percepções dos estudantes acerca da experiência e sua compreensão sobre a importância da conservação do bioma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A visita foi realizada em maio de 2025 e estruturada em atividades desenvolvidas tanto na Trilha do Tatu quanto no LabEduC. Inicialmente, os estudantes participaram de uma apresentação sobre os objetivos da atividade e orientações de segurança. Em seguida, foram organizados em grupos menores e acompanhados por monitores ao longo do percurso, onde realizaram observações sobre espécies vegetais do Cerrado, adaptações morfológicas, relações ecológicas e características das fitofisionomias presentes na REC. Durante o percurso, os monitores utilizaram estratégias de mediação fundamentadas em questionamentos, problematizações e observações dirigidas, estimulando a interpretação dos fenômenos observados e sua relação com conteúdos escolares. Após a trilha, os participantes desenvolveram atividades no LabEduC envolvendo coleções biológicas, modelos didáticos, observação de organismos conservados, pelúcias de insetos aquáticos e uso de lupas e microscópios.

Os resultados do questionário pré-visita evidenciaram conhecimentos prévios superficiais sobre o Cerrado. Embora 58% dos estudantes afirmassem possuir algum conhecimento sobre o bioma, 42% declararam conhecer pouco ou nada sobre sua biodiversidade. As respostas concentraram-se principalmente na identificação de espécies da fauna e flora e em características gerais do ambiente, como clima seco e vegetação com troncos retorcidos. Poucos participantes demonstraram compreensão mais aprofundada sobre aspectos ecológicos ou sobre a importância ambiental do Cerrado. Esses resultados corroboram as observações de Bizerril (2003), que aponta a recorrente abordagem superficial do bioma nos processos educativos formais.

Realização
Parceiros
Apoio

Apesar dessas limitações conceituais, os estudantes demonstraram interesse em ampliar seus conhecimentos sobre a biodiversidade e a conservação ambiental. Sob a perspectiva da aprendizagem significativa proposta por Ausubel (2003), tais conhecimentos prévios constituem importantes subsunçores para a construção de novos significados, favorecendo a incorporação de conceitos científicos mais complexos.

A análise dos questionários pós-visita revelou contribuições relevantes para a aprendizagem científica dos participantes. Os estudantes relataram aprendizagens relacionadas ao reconhecimento da biodiversidade local, às adaptações das plantas ao ambiente, às relações ecológicas, às características das fitofisionomias do Cerrado e à importância da conservação dos recursos naturais.

As respostas demonstraram avanços na compreensão de temas como formação de galhas, interações entre insetos e plantas, funções ecológicas dos fungos, adaptações associadas à caducifolia e diferenças entre grupos de artrópodes. Além disso, os participantes passaram a reconhecer relações entre organismos e ambiente, evidenciando a construção de conhecimentos contextualizados e associados às experiências vivenciadas durante a atividade.

Esses resultados reforçam o papel dos espaços não formais na promoção da educação científica. Segundo Marandino (2008), a observação direta dos fenômenos favorece a articulação entre conceitos científicos e situações concretas, enquanto Jacobucci (2008) destaca que experiências em ambientes naturais ampliam as possibilidades de investigação, interpretação e compreensão dos fenômenos estudados. Na Trilha do Tatu, a aprendizagem ocorreu por meio da interação entre estudantes, mediadores e ambiente, favorecendo processos ativos de construção do conhecimento.

Além dos aspectos cognitivos, a experiência contribuiu para processos de sensibilização ambiental. Os estudantes relataram sentimentos de curiosidade, admiração e entusiasmo diante das paisagens observadas, destacando especialmente a diversidade vegetal e as interações ecológicas presentes nos ambientes de Mata Seca e Mata de Galeria. Tais vivências ampliaram a percepção do Cerrado como um bioma diverso e relevante para a conservação da biodiversidade.

De acordo com Carvalho (2012), a sensibilização ambiental envolve a articulação entre conhecimentos, emoções e valores, favorecendo o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e responsabilidade em relação ao ambiente. Essa dimensão foi evidenciada pelo reconhecimento unânime da importância da atividade para a educação ambiental e pelo interesse de todos os participantes em vivenciar experiências semelhantes no futuro.

Os resultados também estão em acordo com Pin e Rocha (2020), ao demonstrarem que as trilhas ecológicas promovem simultaneamente aprendizagens conceituais e processos de valorização da biodiversidade. A integração entre observação em campo, atividades laboratoriais e mediação pedagógica mostrou-se especialmente relevante para aproximar teoria e prática, potencializando a compreensão dos conteúdos científicos e fortalecendo atitudes favoráveis à conservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que as visitas guiadas à Trilha do Tatu constituem uma estratégia eficaz para a promoção da educação científica e da sensibilização

Realização
Parceiros
Apoio

ambiental. A experiência possibilitou a ampliação dos conhecimentos dos estudantes sobre a biodiversidade do Cerrado, favorecendo a compreensão de conceitos ecológicos, adaptações biológicas e relações entre os organismos e o ambiente.

Além da dimensão cognitiva, a atividade promoveu experiências de caráter afetivo e sensorial que contribuíram para fortalecer vínculos com o bioma e ampliar a percepção sobre a importância de sua conservação. A articulação entre observação direta da natureza, atividades laboratoriais e mediação pedagógica qualificada mostrou-se fundamental para tornar os conteúdos científicos mais concretos, contextualizados e significativos.

Conclui-se que a Trilha do Tatu representa um espaço não formal de elevado potencial educativo, capaz de integrar educação científica e educação ambiental, contribuindo para a formação de estudantes mais conscientes e comprometidos com a conservação do Cerrado. Os resultados reforçam a relevância de iniciativas que promovam o contato direto com a biodiversidade e evidenciam a importância dos espaços não formais como complementares ao ensino de Ciências na educação básica.

AGRADECIMENTOS: À FAPEG pela concessão de auxílio financeiro (Chamada Pública 12/2025) e ao Programa Institucional de Incentivo à Extensão (PIIEx) da UEG.

Referências

AUSUBEL, David Paul. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O cerrado nos livros didáticos de geografia e ciências. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 192, p. 56-60, abr. 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; BOÇÓN, Roberto. *Educação ambiental e práticas pedagógicas*. Curitiba: UFPR, 2004.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. *Revista em Extensão*, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 55-66, 2008.

MARANDINO, Martha. *Educação em museus: a mediação em foco*. São Paulo: GEENF/FEUSP, 2008.

OLIVEIRA, Suênia Cibelle Costa; NISHIDA, Alberto Kioharu. A interpretação ambiental como instrumento de diversificação das atividades recreativas e educativas das trilhas do Jardim Botânico Benjamim Maranhão (João Pessoa, Paraíba, Brasil). *Turismo: Visão e Ação*, Itajaí, v. 13, n. 2, p. 166-185, maio/ago. 2011.

PIN, José Renato de Oliveira; ROCHA, Marcelo Borges. As trilhas ecológicas para o ensino de ciências na educação básica: olhares da perspectiva docente. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, e250062, 2020.

SELEM, Sérgio Luiz de Oliveira. Trilha interpretativa como instrumento para educação ambiental: estudo no entorno do Parque do Cinqüentenário, Maringá-PR. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá.

ANÁLISE AMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROETEÇÃO INTEGRAL DO CERRADO GOIANO

Ustane Ester França Liarte Viana
ustanefranca@gmail.com , UEG UNUCSEH
José Carlos de Souza
jose.souza@ueg.br , UEG UNUCSEH
Mariane Ferreira Santos
marianeferreira76@icloud.com ,UEG UNUCSEH

INTRODUÇÃO

O Cerrado trata-se do segundo maior bioma do território brasileiro, possuindo uma rica biodiversidade e uma ampla variedade de paisagens naturais. Entretanto, o bioma apresenta crescentes taxas de desmatamento, principalmente por conta do avanço das atividades agrícolas e da expansão da pecuária (Miziara, 2006; Souza; Martins; Druciaki, 2020). Estima-se que cerca de metade da cobertura natural de Cerrado já tenha sido perdida, o que demonstra o alto nível de degradação ambiental ao longo das últimas décadas e apesar de sua grande importância ecológica, o Cerrado é bioma brasileiro com o menor número de áreas protegidas por unidades de conservação.

De acordo com o mapeamento realizado pelo Projeto MapBiomas, que analisa o uso e a cobertura da terra no Brasil, aproximadamente 47,9% das áreas do Cerrado são classificadas como de uso antrópico, ou seja, quase metade do bioma está ocupada por atividades humanas (MapBiomas, 2025). Tal fato demonstra a importância da criação e manutenção das unidades de conservação, pois o avanço das atividades econômicas resultou na perda significativa da vegetação nativa e consequentemente de sua biodiversidade.

Dentre as 24 unidades de conservação do estado de Goiás, doze são caracterizadas como unidades de proteção integral, significando que nesses locais não se é permitido a exploração direta dos recursos naturais ou ocupação humana permanente, somente permitidas atividades como pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo controlado, sempre com o objetivo principal de preservar os ecossistemas naturais (BRASIL, 2000).

Assim, este trabalho propõe fazer uma caracterização das fitofisionomias das Unidades de Conservação de proteção integral do domínio do Cerrado, no estado de Goiás, bem como avaliar as condições ambientais destas áreas protegidas.

METODOLOGIA

O estudo proposto neste trabalho se aplica à análise ambiental das doze unidades de conservação de proteção integral que ocorrem no Cerrado goiano. Foram levantados dados de criação destas unidades, áreas e foram mapeadas e quantificadas as fitofisionomias de Cerrado que ocorrem em cada UC. As bases de dados para mapeamento foram levantadas na plataforma do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (https://www.terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/vegetation) e a

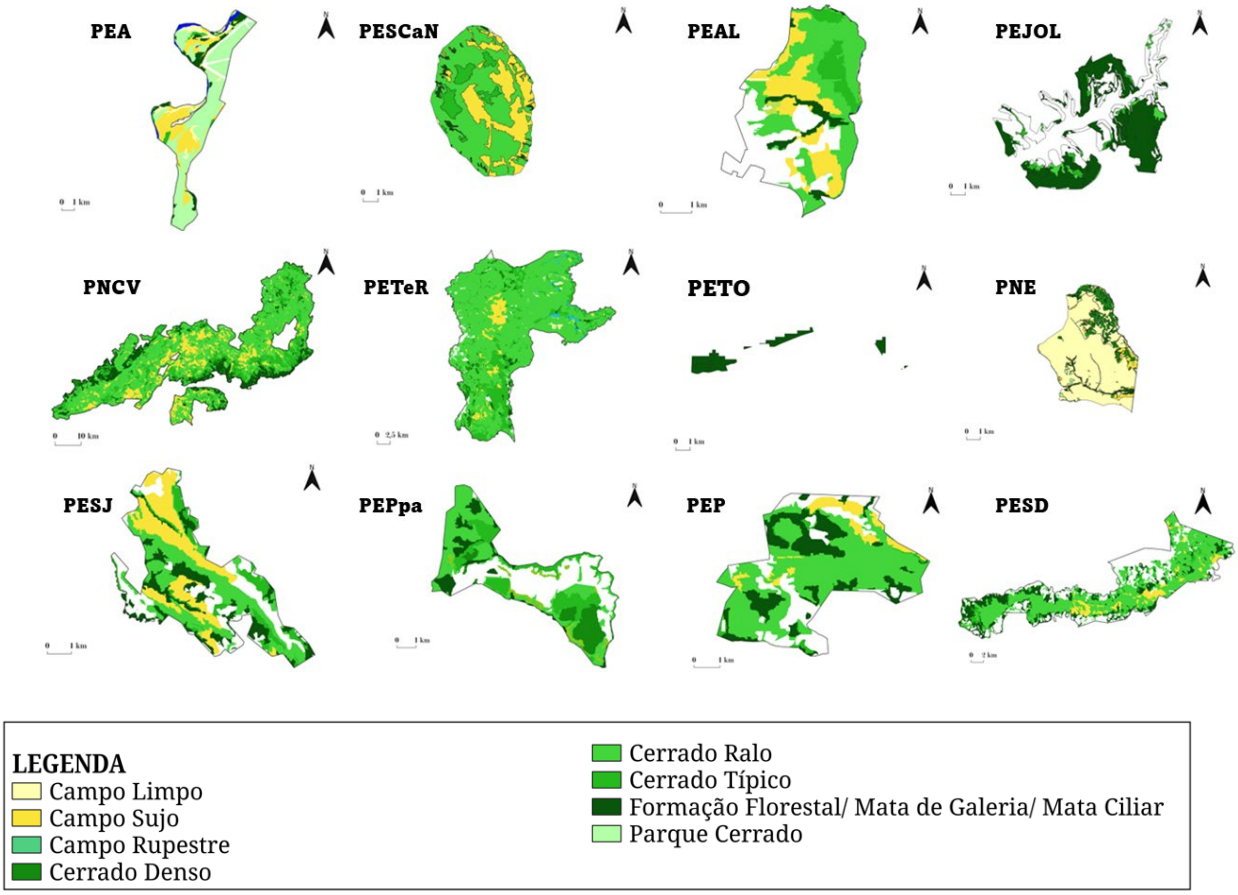
Realização
Parceiros
Apoio

caracterização conceitual de cada fitofisionomia foi feita com base em Ribeiro e Walter (1998).
O levantamento dos aspectos ambientais das unidades se deu por meio das bases cartográficas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e disponibilizadas no Banco de dados e Informações ambientais - https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As unidades de conservação proteção integral de Goiás estão no domínio fitogeográfico do Cerrado e dentro dessas áreas é possível encontrar diferentes fitofisionomias, que correspondem às diversas formas de vegetação presentes no bioma, apresenta-se Formação Campestre, Florestal e Savânica, destacando-se em específico a formação florestal, que está presente em todas as unidades e o Cerrado Ralo, uma das formações savânicas.
No mosaico de mapas apresentados na figura do Mapa 1 estão as 12 UC de proteção integral do Cerrado goiano com a representação das fitofisionomias que ocorrem em cada área e no gráfico 1 estão os quantitativos em área de cada tipo de vegetação de Cerrado que ocorre em cada UC. Como pode ser observado no gráfico há um predomínio nas UC de cerrado ralo e campo limpo, que representam consecutivamente, tipos vegetacionais do grupo savana e campos de cerrado.
O cerrado ralo se caracteriza por conter baixa densidade de árvores e arbustos com ocorrência de plantas herbáceas. Nos campos limpos de cerrado ocorrem predominantemente vegetação graminosa e herbácea, em algumas condições estão associadas a solos hidromórficos, áreas conhecidas como veredas (Ribeiro; Walter, 1998).

Mapa 1 - Fitofisionomias das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Cerrado Goiano.

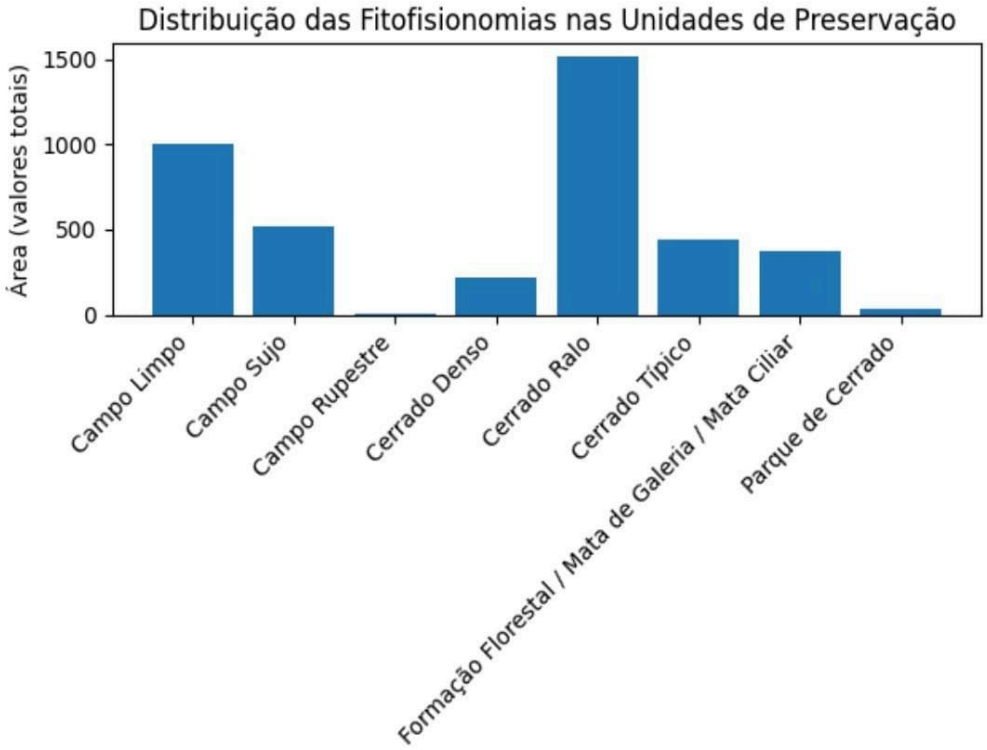


As UC analisadas foram: Parque Estadual do Araguaia (PEA), Parque Estadual do Descoberto (PEAL), Parque Estadual João Leite (PEJOL), Parque Estadual de Paraúna (PEPpa), Parque Estadual dos Pireneus (PEP), Parque Estadual Serra de Caldas Novas (PESCaN), Parque Estadual da Serra Dourada (PESD), Parque Estadual Serra de Jaraguá (PESJ), Parque Estadual Telma Ortegal (PETO), Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR), Parque Nacional das Emas (PNE) e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

Como como se observar no gráfico 1, a fitofisionomia Cerrado Ralo é a cobertura natural predominante na Unidades de Conservação. Este tipo de Cerrado se caracteriza por conter baixa densidade de árvores e arbustos com ocorrência de plantas herbáceas, com cobertura arbórea de 5% a 20% e altura média de 2 a 3 metros. Nos campos limpos de cerrado ocorre predominantemente vegetação graminosa e herbácea, em algumas condições estão associadas a solos hidromórficos, áreas conhecidas como veredas (Ribeiro; Walter, 1998).

Gráfico 1 - Distribuição das fitofisionomias de Cerrado por UC em Km²

Realização
Parceiros
Apoio



O Campo Limpo é a segunda fitofisionomia mais recorrente nas unidades e se caracteriza por aprestar predominantemente vegetação herbácea, com pouquíssimos arbustos e ausência de árvores, encontra-se em diversas posições topográficas e podem também ocorrem em solos hidromorficos, como áreas de veredas (Ribeiro; Walter, 1998).

O Cerrado do estado de Goiás já é uma fronteira agrícola consolidada, onde as atividades do agronegócio provocaram perda significativa da cobertura natural de Cerrado e consequentemente da biodiversidade. Os usos predominantes da terra no estado são as coberturas de pastagens e plantio de soja, milho e cana-de-açúcar, atividades estas que provocam muita pressão e efeito de borda nas áreas protegidas.

Com a expansão das atividades do agronegócio, as áreas protegidas que foram legalizadas estão predominantemente em estruturas geológicas mais complexas, em relevos ondulados a fortemente ondulados, onde ocorrem cambissolos e neossolos litólicos. Estas condições indicam áreas com alta fragilidade ambiental e que não apresentam aptidão agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram a importância das geotecnologias no monitoramento das unidades de conservação, por meio delas é possível analisar de forma quantitativa as áreas nativas ainda existentes no bioma do cerrado, que devido ao agronegócio foram desmatadas em grande escala. Tal fato reforça a importância das unidades de conservação, pois, elas auxiliam na preservação da biodiversidade do bioma, além disso ao se comparar com o bioma amazônico, o número apresentado dessas unidades é bem menor, demonstrando a relevância dessas unidades.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 17 mar. 2026

MAPBIOMAS – Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil. Coleção 10 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil. Disponível em: https://mapbiomas.org. Acesso em: 17 mar. 2026.

MIZIARA, Fausto. Expansão de fronteiras e ocupação do espaço no Cerrado: o caso de Goiás. Natureza viva Cerrado. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

RIBEIRO, J. F; WALTER, B. M. T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. (ed.). **Cerrado: ecologia e flora**, v. 2. Brasília: EMBRAPA-CERRADOS, 2008.

SOUZA. J. C.; MARTINS, P. T. A.; DRUCIAKI, V. P. Uso e cobertura do solo no Cerrado: panorama do período de 1985 a 2018. Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás, v.9, n.2, jul./dez. 2020.

CERRADO EM DISPUTA: INCENTIVOS FISCAIS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM GOIÁS

Márcio Dourado Rocha
marcio.dourado@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Glauber Lopes Xavier
glauber.xavier@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Milena D'ayala Valva
milena.valva@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O Cerrado ocupa lugar central na história recente da expansão econômica brasileira. Ao longo das últimas décadas, o bioma foi progressivamente incorporado às estratégias nacionais e regionais de crescimento econômico, sobretudo por meio da modernização agropecuária, da expansão industrial e da interiorização de investimentos. Esse processo não pode ser compreendido como mero desdobramento espontâneo das forças de mercado. Como demonstrou Becker (2005), a ocupação das fronteiras internas brasileiras esteve profundamente associada à ação planejadora do Estado, responsável por criar infraestruturas, normativas e mecanismos institucionais capazes de reorganizar o território segundo determinadas racionalidades de desenvolvimento.

No caso goiano, a atuação estatal assumiu formas variadas, entre as quais a política de incentivos fiscais ocupa posição de destaque. Frequentemente apresentada como instrumento de dinamização econômica, geração de empregos e redução de desigualdades regionais, a renúncia fiscal consolidou-se como um mecanismo recorrente de intervenção pública voltado à atração e manutenção de empreendimentos privados. Entretanto, reduzir essa política a um instrumento técnico de gestão tributária obscurece sua dimensão territorial.

A partir da perspectiva de Santos (2006), o território não constitui suporte neutro sobre o qual políticas econômicas se realizam, mas resultado histórico da articulação entre técnica, normas, poder e usos sociais. Nessa chave, os incentivos fiscais podem ser compreendidos como instrumentos que interferem concretamente na organização espacial da economia.

A incorporação do Cerrado goiano a circuitos produtivos de maior densidade técnica e econômica intensificou disputas em torno dos usos do território. Como observa Porto-Gonçalves (2006), os conflitos territoriais contemporâneos não se restringem à posse material da terra, mas envolvem projetos distintos de apropriação, organização e significação dos espaços. Nesse contexto, discutir a política fiscal significa também discutir quais territorialidades são fortalecidas, quais centralidades são reproduzidas e quais formas de uso do território permanecem marginalizadas.

Esta pesquisa de doutorado investiga de que modo a política de incentivos fiscais implementada pelo Estado de Goiás participa da produção seletiva do espaço no Cerrado goiano. O problema central consiste em compreender como a racionalidade fiscal, formulada sob o discurso do desenvolvimento regional,

Realização
Parceiros
Apoio

territorializa-se por meio de mecanismos tributários que favorecem determinados setores econômicos e reforçam hierarquias espaciais preexistentes. O objetivo do estudo é analisar a relação entre renúncia fiscal, seletividade territorial e reorganização espacial no estado de Goiás, tomando o Cerrado como território empírico de observação da ação estatal.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem quanti-qualitativa, articulando análise documental, levantamento de dados públicos e interpretação territorial das informações produzidas pelo Estado. O referencial teórico está fundamentado na Geografia Crítica e na Economia Política do Território.

A contribuição de Santos (2006) orienta a compreensão da política fiscal como técnica normativa que se realiza de maneira desigual no espaço, acoplando-se a densidades econômicas e infraestruturais preexistentes. Lefebvre (1991) oferece a noção de produção social do espaço, permitindo compreender políticas econômicas como práticas que reorganizam relações sociais territorializadas. Raffestin (1993) contribui para a leitura do território como expressão de relações de poder materializadas espacialmente. Becker (2005) oferece suporte para a interpretação da ação estatal como elemento estruturador da ocupação e reorganização territorial no Brasil.

Empiricamente, a investigação concentra-se na trajetória institucional dos principais programas de incentivo fiscal em Goiás, especialmente Fomentar, Produzir e ProGoiás, bem como na análise dos Relatórios de Renúncia Fiscal produzidos pelo Estado entre 2020 e 2024. Foram sistematizados dados relativos ao volume total da renúncia fiscal, sua composição tributária e sua distribuição territorial por municípios e setores econômicos. O tratamento analítico não busca estabelecer causalidade linear entre incentivo fiscal e transformação territorial, mas identificar padrões espaciais consistentes entre a distribuição dos benefícios tributários e a estrutura produtiva estadual. A hipótese que orienta a pesquisa sustenta que a política de incentivos fiscais opera como mecanismo seletivo de territorialização econômica, contribuindo para a reprodução de centralidades já consolidadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados indicam que a política de incentivos fiscais ocupa posição estrutural na estratégia econômica do Estado de Goiás. Entre 2020 e 2024, a renúncia fiscal estadual passou de R$ 8,96 bilhões para R$ 17,7 bilhões, alcançando, neste último ano, o equivalente a 41,2% da Receita Corrente Líquida estadual. Trata-se de magnitude expressiva, incompatível com a interpretação da renúncia como instrumento periférico da política econômica.

Outro aspecto relevante diz respeito à composição tributária da renúncia. A predominância do ICMS, responsável por aproximadamente 94% a 95% dos valores renunciados nos anos mais recentes, revela que o núcleo da política fiscal incide diretamente sobre os principais circuitos de produção e circulação de mercadorias. Isso significa que seus efeitos tendem a se materializar com maior intensidade em localidades dotadas de infraestrutura logística, integração produtiva e capacidade empresarial já consolidadas.

Realização
Parceiros
Apoio

A distribuição territorial dos incentivos refora essa leitura. Municípios como Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis concentram volumes significativamente superiores aos observados em outras localidades do estado. Quando essa distribuição é confrontada com indicadores de valor adicionado industrial, observa-se forte convergência entre os territórios mais beneficiados pela política fiscal e aqueles que já ocupam posições centrais na economia estadual.

Esse padrão permite interpretar a política fiscal para além da linguagem administrativa da competitividade e da atração de investimentos. A seletividade observada não parece constituir efeito colateral da política, mas expressão de sua própria racionalidade territorial. Como argumenta Santos (2006), as técnicas não se distribuem de forma homogênea no espaço; elas se realizam de acordo com as possibilidades materiais e institucionais de cada lugar. Nesse sentido, a renúncia fiscal opera de maneira mais eficaz onde já existem condições favoráveis à acumulação.

Essa dinâmica aproxima-se da leitura proposta por Becker (2005) sobre o papel do Estado na produção de espacialidades econômicas orientadas por estratégias de desenvolvimento. Em Goiás, a política de incentivos não atua apenas como mecanismo de estímulo empresarial, mas como instrumento de reorganização territorial, influenciando a localização de atividades produtivas, reforçando centralidades urbanas e redefinindo padrões de uso econômico do território.

Inserido no contexto do Cerrado, esse processo adquire relevância específica. O debate sobre o bioma frequentemente concentra-se em seus aspectos ecológicos, o que é compreensível diante da intensidade das transformações ambientais observadas nas últimas décadas. Contudo, a dimensão fiscal da ação estatal permanece relativamente menos explorada, embora seja parte importante dos mecanismos que sustentam determinadas formas de ocupação econômica. O Cerrado, neste estudo, aparece não apenas como bioma, mas como território historicamente incorporado a projetos de desenvolvimento que articulam infraestrutura, incentivos públicos e reorganização produtiva.

A análise não permite afirmar, isoladamente, que a política de incentivos seja responsável, por si só, pelas transformações territoriais observadas. No entanto, os dados sustentam a interpretação de que ela integra um conjunto de instrumentos estatais que favorecem a consolidação de determinados circuitos econômicos e a reprodução de hierarquias espaciais. Em vez de promover desconcentração territorial ampla, a política tende a reforçar seletivamente centralidades econômicas já estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite compreender a política de incentivos fiscais em Goiás como dimensão constitutiva da ação territorial do Estado. Longe de representar simples instrumento técnico de administração tributária, a renúncia fiscal revela-se mecanismo capaz de interferir na organização espacial da economia, orientando fluxos de investimento, favorecendo determinados setores e reforçando centralidades produtivas.

Ao tomar o Cerrado goiano como território empírico de observação, a pesquisa evidencia que as disputas contemporâneas sobre o bioma não se limitam aos

Realização
Parceiros
Apoio

conflitos fundiários ou às transformações ambientais mais visíveis. Elas também se manifestam por meio de instrumentos institucionais aparentemente abstratos, como políticas tributárias, regimes especiais e incentivos econômicos que condicionam formas específicas de uso do território.

A contribuição deste trabalho para o Festival do Cerrado reside justamente na ampliação desse debate. Discutir a defesa do Cerrado implica também examinar os mecanismos públicos que orientam sua reorganização econômica. Tornar visível a dimensão territorial da política fiscal permite deslocar a discussão para além das narrativas convencionais de desenvolvimento regional, interrogando quais interesses são priorizados, quais territorialidades são fortalecidas e quais formas de ocupação permanecem secundarizadas.

Como desdobramento da pesquisa, pretende-se aprofundar a análise espacial da distribuição da renúncia fiscal, articulando-a a indicadores econômicos, padrões de uso do território e processos históricos de reorganização produtiva no estado de Goiás.

AGRADECIMENTOS: À Universidade Estadual de Goiás (UEG) pela concessão da bolsa de doutorado que viabiliza o desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos; Secretaria-Geral de Governo. Relatório de renúncia fiscal 2024. Goiânia: IMB/SGG, 2024.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL EM ANÁPOLIS-GO: DESAFIOS E COMPREENSÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO

Elza Gabriela Godinho Miranda
elza.miranda@ifg.edu.br, *Instituto Federal de Goiás – Câmpus Anápolis*

INTRODUÇÃO

Para compreendermos mais sobre a cultura de um lugar e suas expressões podemos analisar o patrimônio histórico, artístico, cultural, reconhecido pelo município, estado ou união. Na Constituição Federal de 1988, a denominação histórico e artístico foi substituída por Patrimônio Cultural, definido como

> um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana. (IPHAN, [2014])

O patrimônio material está dividido em arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A relevância pode ser considerada também em nível estadual e municipal. O tombamento de bens culturais materiais, o inventário, os serviços e obras de manutenção, intervenção e restauração são ações de proteção ao patrimônio cultural previstas pelo governo estadual (SECULT, 2012).

Em Anápolis, Goiás, o patrimônio cultural material tombado está registrado exclusivamente por leis municipais, em um processo tardio, todos posteriores à década de 1980 (CARVALHO; VALVA, 2018). Recentemente, a Lei Municipal nº 4.251, de 4 de janeiro de 2023, instituiu a Política Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Anápolis, estabelecendo o interesse público na identificação, inventário, tombamento, proteção, restauração, conservação, valorização e divulgação do Patrimônio Cultural Tombado. No entanto, a divulgação dessas informações sobre o tombamento, sua importância e a história desses bens, não se dá de forma clara e acessível à população.

Objetivando reunir, sistematizar e disponibilizar esses dados de forma sintética e atualizada até a presente data, apresentamos a relação dos 18 bens materiais tombados pelo do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural de Anápolis e uma breve descrição histórica de cada um deles.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir da pesquisa documental das leis municipais em Anápolis referentes ao Patrimônio Cultural e pela revisão bibliográfica de publicações locais sobre a temática. As leis de reconhecimento de patrimônio cultural, histórico e artístico no município datam de 10 de julho de 1984, com o reconhecimento do primeiro patrimônio, o Mercado Municipal Carlos de Pina como parte do Patrimônio Histórico Municipal, até a mais recente, Lei Ordinária nº 4.544, de 23 de abril de 2026, que tomba o Jardim Botânico, no Bairro Jundiaí, inaugurado em 14 de dezembro de 2023. Nesses mais de 40 anos, foram identificados 18 bens materiais tombados como Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural de Anápolis, cadastrados com uma breve descrição, data de construção, lei de reconhecimento e data de publicação, visando garantir a publicização desses dados e o acesso à população.

Realização
Parceiros
Apoio

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro tombamento de patrimônio em Anápolis, se deu pela Lei Municipal nº 25, de 10 de julho de 1984, que estabeleceu como parte do Patrimônio Histórico o Mercado Municipal Carlos de Pina, construído no final da década de 1940 no centro da cidade e inaugurado em 1951, com arquitetura Art Déco, para funcionar como feira coberta para venda de produtos hortifrutigranjeiros ao longo das décadas de 50 e seguintes (MORAIS, 2023). O estilo de construção fazia parte do movimento de modernização da cidade e "apagamento" dos traços rurais, com a readequação das fachadas das casas do centro da cidade.

O segundo decreto de tombamento só viria sete anos depois, com a Lei nº 1.824, de 03 de janeiro de 1991, reconhecendo de uma só vez quatro Patrimônios Históricos Municipais: os prédios onde funcionavam a Cadeia Pública, IML e Polícia Técnica (Rua 14 de Julho); a Estação Ferroviária (Praça Americano do Brasil); o prédio do Fórum (Praça Bom Jesus) e do Museu (Rua Coronel Batista) (PAULA; SOARES, 2017).

O prédio construído para abrigar a primeira cadeia pública de Anápolis, na esquina da Rua 14 de Julho é da década de 1930, e só em 1990 a Escola de Artes foi transferida para lá. A Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente, localizada também no centro, foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1935 e com ela Anápolis se tornou o maior centro comercial de Goiás, com grande importância na construção de Goiânia e posteriormente de Brasília, pois levava mão de obra e mercadorias para as obras da Nova Capital. Com estilo eclético foi tombada em homenagem ao prefeito José Fernandes Valente pela Lei nº 2.736, de 21 de junho de 2001.

Objeto da mesma lei, o antigo Fórum da cidade, construído em 1938, também em estilo Art Déco, localizado na Praça Bom Jesus, já havia sido nomeado pela Lei nº 513 de 1975 de Dr. José Fernandes Valente. Posteriormente foi sede da Prefeitura e hoje abriga o Centro Cultural Ulisses Guimarães com vários equipamentos culturais.

A lei ainda reconheceu a importância do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho na preservação da história local e seu acervo relacionado à história da cidade e da região. O Museu foi construído em 1951 inicialmente como residência da família de José da Silva Batista, primeiro intendente de Anápolis. Depois teve diversas ocupações servindo como casa e comércio, sede do colégio Dom Bosco, residência para aluguel e enfim em 1971 ocorreu a instalação do Museu pela Lei Municipal nº 261, através da Fundação Educacional e Cultural de Anápolis.

Ao longo dos anos 2000, foram aprovadas mais quatro leis, que tombaram outros cinco bens da cidade. A Lei Municipal nº 2.725, de 05 de abril de 2001, tombou o coreto da Praça James Fanstone, reconstruído na década de 1940, em estilo Art Déco, em frente ao Hospital Evangélico, no Centro. Anteriormente havia um outro coreto, no estilo neoclássico, construído em 1926, que foi demolido e substituído pelo atual. Na época serviu de palco para artistas e músicos locais e como palanque político. Atualmente é usado com finalidade comercial com o funcionamento de uma lanchonete (PEREIRA; GODINHO, 2021).

A Casa e memorial JK está localizada no Aeroporto de Anápolis e foi tombada como Patrimônio Histórico em maio de 2001, pela Lei Municipal nº 2.732, ratificada pela Lei nº 2.952, de 28 de abril de 2003. A casa foi o local onde o presidente da república Juscelino Kubitschek, em 1956, assinou os documentos que davam início às obras da construção de Brasília. Em 30 de junho de 1958, houve a inauguração do monumento com as iniciais "JK" ao lado da casa, que hoje se encontra fechada à população.

Com a Lei nº 3.171, de 7 de dezembro de 2005, foram tombados os prédios dos Colégios Couto Magalhães, fundado em 1932, e o Colégio Antensina Santana, fundado em 1945. O colégio Couto Magalhães começou numa casa alugada no centro da cidade, no Largo da Matriz Santana.

Realização
Parceiros
Apoio

Em 1936 virou um internato para estudantes vindos de outras cidades e em 1939 começou a oferecer ensino médio, chamado à época de ginásio. Nos anos 1960 o colégio foi transferido para um lugar novo com uma arquitetura moderna no bairro Boa Vista. O Colégio Estadual Antensina Santana foi o primeiro ginásio escolar de Anápolis e foi construído no estilo Art Déco, onde antes funcionava a antiga cadeia pública em um edifício anterior, demolido na reestruturação urbana. Foi inaugurado em 1947 e nomeado em homenagem a uma professora da época.

Outro patrimônio reconhecido é a fonte luminosa da Praça Bom Jesus, inaugurada no ano de 1967 no aniversário de 60 anos de Anápolis como um símbolo de força da cidade. Passou por reformas em 2012, que mantiveram o traçado da fonte, apesar das modificações da praça, pois já havia sido tombada como Patrimônio Histórico pela Lei Municipal nº 3.230, de 13 de abril de 2007.

Como bem material natural tombado em Anápolis temos o Morro da Capuava, pela Lei nº 3.882, de 28 de dezembro de 2016, reconhecido como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, pela sua relevância paisagística favorecida pela altitude. Localizado no bairro Bom Sucesso, o lugar se tornou ponto de encontro de jovens e comunidades de diversas expressões religiosas e visitantes da cidade. O tombamento já havia sido aprovado em 1997, mas no ano de 2012, a Lei Municipal nº 2.913 revogou o tombamento feito àquela época.

Nos últimos anos o número de bens tombados aumentou consideravelmente. A Estação Ferroviária General Curado e a casa do chefe da estação, situadas no Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA, foram tombadas pela Lei nº 3.803, de 18 de dezembro de 2015, apesar de permanecerem fechadas e inativas. O conjunto arbóreo das Praças Dom Emanuel e Americano do Brasil, tombados pela Lei nº 3.798, de 01 de dezembro de 2015, de forma controversa, por se tratar de elementos vivos da paisagem urbana e evidentemente finitos.

Posteriormente a Estação Ferroviária Engenheiro Castilho, pela Lei nº 3.955, de 05 de abril de 2018, igualmente abandonada; a Praça dos Romeiros, no Jardim Alexandrina pela Lei nº 4.249, de 03 de janeiro de 2023, marco simbólico de uma tragédia local ocorrida em 1998, um acidente rodoviário com romeiros da cidade; o painel artístico da fachada externa do Centro Administrativo Adhemar Santillo, inaugurado em 7 de agosto de 2024 e tombado em seguida pela Lei nº 4.413, de 31 de outubro de 2024; a Biblioteca Municipal, na Praça Americano do Brasil pela Lei Ordinária nº 4.439, de 15 de abril de 2025 e o Jardim Botânico, no Bairro Jundiaí, inaugurado em 14 de dezembro de 2023 e tombado pela Lei Ordinária nº 4.544, de 23 de abril de 2026, sendo o registro mais recente.

Apesar do registro de todos esses patrimônios e das respectivas leis municipais, ainda resta a documentação no Livro de Tombo do município, o que não ocorre desde 2008. Ainda carecemos de um política mais clara no registro do patrimônio cultural e de procedimentos técnicos devidamente acompanhados pelo poder público, de forma que possam ser amplamente divulgados e incentivados, garantindo a valorização, a manutenção e a preservação desses bens e sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável o reconhecimento do patrimônio municipal pelas leis e mobilização do poder legislativo no sentido de valorização das expressões e símbolos materiais da história e da cultura do município. No entanto, a lei sozinha não garante a proteção, conservação e manutenção que também fazem parte do instrumento do tombamento. A valorização da identidade e da memória precisa vir acompanhada de regulamentação específica, que estabeleça a destinação de recursos para ações de manutenção e recuperação da estrutura física, a organização e publicização de informações e registros, a definição dos papéis e responsabilidades do poder público e sociedade

Realização
Parceiros
Apoio

civil nos usos e preservação do patrimônio, além da educação patrimonial que contribua na construção da relação da sociedade com os elementos simbólicos da sua história.

Esperamos aprofundar esse estudo com as informações sobre o patrimônio imaterial em Anápolis, dialogando sobre a sua importância no reconhecimento e na preservação de tradições, expressões, festividades praticadas no município e como precisam ser feitas para de fato contribuir para o registro e documentação dessas expressões.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao Instituto Federal de Goiás – Câmpus Anápolis, ao Curso de Produção Cultural do IFG/Universidade Aberta do Brasil – UAB, ao Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Saberes Populares e Ambientais do Cerrado – NuSASER e aos professores da disciplina de Turismo e Estratégias Territoriais no Cerrado Goiano, do Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais do Cerrado – TECCER pela motivação na retomada desse estudo.

Referências

CARVALHO, Mariana Almeida Soares; VALVA, Milena d'Ayala. **Diálogo entre planejamento e preservação: estudo do Plano diretor de Anápolis e a área de localização dos bens imóveis tombados em Anápolis.** Anais do V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás (CEPE/UEG): Ciência para redução de desigualdades. v. 5. 2018. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/12700. Acesso em 14 maio 2026.

IPHAN. **Bens Tombados**. [2014]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em: 11 maio 2026.

MORAIS, Fernanda. **Descobrindo o patrimônio cultural de Anápolis**. Vídeo. YouTube, 29 jun. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tp0jPyBH8-o&t=125s. Acesso em: Acesso em: 15 maio 2026.

PAULA, Éder Mendes de; SOARES, Murillo Oliveira Soares. **As políticas públicas de preservação e tombamentos dos espaços**: breve genealogia da legislação patrimonial de Anápolis. n.4 v.2. 2017: Científic@ - Multidisciplinary Journal - ISSN 2358-260X. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321879075_As_politicas_publicas_de_preservacao_e_tombamentos_dos_espacos_breve_genealogia_da_legislacao_patrimonial_de_Anapolis/fulltext/5a37d7430f7e9b7c486f55b6/As-politicas-publicas-de-preservacao-e-tombamentos-dos-espacos-breve-genealogia-da-legislacao-patrimonial-de-Anapolis.pdf?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 15 maio 2026.

PEREIRA, Maria Eduarda Gomes; GODINHO, Rangel Gomes. **Inventário dos usos do Patrimônio Cultural de Anápolis (GO/BRASIL)**. Seminário de Iniciação Científica do IFG, 2021. Disponível em: https://www.bing.com/ck/a?!&&p=e16dde8cb71ab070ffc163289b59b92915461ab523c5b2a006272a48b2371a40JmltdHM9MTc3ODgwMzIwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=082cb464-5c92-6a54-1203-a33d5ded6b66&psq=rela%c3%a7%c3%a3o+de+patrim%c3%b4nio+tombado+em+an%c3%a1

polis&u=a1aHR0cHM6Ly9wZXJpb2RpY29zLmlmZy5lZHUuYnIvc2ljdGkvYXJ0aWNsZS9kb3dubG9hZC8xODU3LzE1MDAvNTAzOA. Acesso em: Acesso em: 11 maio 2026.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS. **Turismo**. [2026]. Disponível em: https://www.anapolis.go.gov.br/turismo/. Acesso em: 11 maio 2026.

SECULT GOIÁS. **Obras e patrimônios históricos**. 2 ago. 2012. Disponível em: https://goias.gov.br/cultura/obras-e-patrimonios-histo/. Acesso em: 15 maio 2026.

SILVA, Anderson. **Patrimônio Histórico e Artístico Municipal**. Apresentação de Slides Slideshare. Disponível em: https://pt.slideshare.net/slideshow/patrimnios-tombados-no-municpio-de-anpolisgopptx/251643937#147. Acesso em: 15 maio 2026.

SIQUEIRA, Alice Lôbo de; GODINHO, Rangel Gomes [et. al]. **Caracterização do patrimônio cultural material tombado no estado de Goiás**. Relatório Final PIBICTI – IFG, Edital nº 08/2019. IFG, 2020.

UNIEVANGÉLICA. **O patrimônio histórico de Anápolis**. Revista Educação e Mudança. ISSN 2237-5805. p. 1. Disponível em: https://ptdocz.com/doc/1972240/o-patrim%C3%B4nio-hist%C3%B3rico-de-an%C3%A1polis. Acesso em: 15 maio 2026.

QUALIFICAÇÃO SUPERIOR NOS MUNICÍPIOS DO CENTRO-OESTE: EVIDÊNCIAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ESPACIAIS (2000, 2010 e 2022)

Isadora de Paula Vieira Alencar
isadoralencar@live.com, Universidade Estadual de Goiás
Leticia Duarte Pereira de Castro
letcia.duarte@gmail.com, Universidade Federal de Goiás
Divina Aparecida Leonel Lunas
divalunas@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Flavia Rezende Campos
flaviarezende@ufg.br, Universidade Federal de Goiás

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o Brasil passou por mudanças expressivas na estrutura e no acesso ao ensino superior, processo também observado na região Centro-Oeste. A expansão das universidades federais, a criação e ampliação das universidades estaduais, a implantação dos Institutos Federais, a interiorização da educação pública, a implementação de políticas afirmativas e a ampliação de programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) contribuíram para alterações no perfil social dos estudantes que ingressam e concluem cursos superiores. Estudos indicam que essas transformações favoreceram a ampliação do acesso de grupos historicamente submetidos a desigualdades educacionais, entre eles mulheres e população negra, produzindo mudanças relevantes na configuração social e territorial brasileira (Hasenbalg; Silva, 2003; Ribeiro, 2017).

Entretanto, os efeitos dessas transformações não ocorreram de maneira uniforme entre os municípios do Centro-Oeste, uma vez que condições econômicas, características demográficas e dinâmicas territoriais influenciam a formação e a permanência das oportunidades educacionais. A incorporação da dimensão espacial torna-se relevante nesse contexto, considerando a persistência de desigualdades regionais que se manifestam em diferentes escalas e interferem na distribuição de recursos, infraestrutura e acesso à educação superior.

Diante desse cenário, o presente estudo analisa os padrões de qualificação superior nos municípios da região Centro-Oeste nos anos de 2000, 2010 e 2022, considerando fatores socioeconômicos, demográficos e territoriais, com destaque para as variáveis relacionadas à proporção de mulheres e da população negra. Para isso, emprega-se o Modelo Espacial de Durbin (Spatial Durbin Model – SDM), que considera a existência de interdependência espacial entre os municípios ao incorporar efeitos associados às características socioeconômicas e demográficas observadas em áreas vizinhas. O objetivo consiste em compreender de que maneira fatores socioeconômicos, demográficos e territoriais influenciam a qualificação superior nos municípios da região Centro-Oeste, comparando os padrões observados nos anos de 2000, 2010 e 2022.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

O estudo adota abordagem quantitativa e espacial para analisar os padrões de qualificação superior nos municípios da região Centro-Oeste nos anos de 2000, 2010 e 2022. A unidade de análise corresponde aos municípios dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A base de dados foi construída a partir de informações secundárias provenientes do Censo Demográfico e do Produto Interno Bruto dos Municípios, obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como do Censo da Educação Superior, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), reunindo variáveis socioeconômicas, demográficas, territoriais e relacionadas à educação superior. A variável dependente corresponde à taxa municipal da população com ensino superior completo (*taxa_sup*). As variáveis explicativas estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas no modelo SDM (2000, 2010 e 2022)

Variável	Descrição
taxa_sup	Taxa municipal de população com ensino superior
logpib_capita	PIB per capita (log)
logpop	População municipal (log)
taxa_conc	Taxa de concluintes de graduação
ipes	Presença de instituição pública de ensino superior
prop_mulheres	Proporção de mulheres
prop_negros	Proporção de população negra
lags espaciais	Defasagens espaciais das variáveis

Fonte: elaboração própria.

A análise espacial foi realizada por meio do Modelo Espacial de Durbin (*Spatial Durbin Model* – SDM), apropriado para dados que apresentam dependência espacial ao incorporar efeitos associados tanto à variável dependente quanto às características observadas em áreas vizinhas. A matriz de pesos espaciais foi construída com base na distância entre os centroides municipais, adotando-se o critério dos cinco vizinhos mais próximos (k=5). Essa especificação permite estabelecer relações espaciais entre municípios a partir da proximidade geográfica, possibilitando estimar efeitos diretos e indiretos (*spillovers*) das variáveis explicativas sobre a qualificação superior. A modelagem adotada possibilita identificar interações territoriais e verificar de que maneira características presentes em determinados municípios influenciam municípios vizinhos.

Foram estimados modelos SDM em estruturas de *cross-section* independentes para os anos de 2000, 2010 e 2022, permitindo comparar os padrões observados entre os períodos analisados. A escolha do modelo baseou-se em testes de restrição entre especificações espaciais alternativas (SDM, SAR e SEM), que indicaram maior adequação do modelo SDM para os dados analisados. A significância estatística das variáveis foi avaliada por meio de testes Z. Adicionalmente, a consistência dos resultados foi verificada mediante testes de robustez envolvendo alterações na estrutura da matriz espacial, substituindo-se a especificação inicial (k=5) por sete

Realização
Parceiros
Apoio

vizinhos mais próximos (k=7), bem como pela exclusão das capitais da região, com o objetivo de verificar a estabilidade dos sinais e da significância das estimativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir dos modelos espaciais estimados para os anos de 2000, 2010 e 2022 estão apresentados no Quadro 2 e evidenciam diferenças nos padrões de distribuição territorial da qualificação superior nos municípios do Centro-Oeste. Os coeficientes associados às variáveis socioeconômicas e demográficas indicam associação entre a taxa municipal da população com ensino superior e características estruturais dos municípios analisados. A variação no número de observações decorre de alterações na malha municipal do Centro-Oeste entre os períodos analisados.

Quadro 2 – Qualificação superior nos municípios do Centro Oeste (2000, 2010 e 2022)

Variável	2000		2010		2022	
Efeito	Direto	Indireto	Direto	Indireto	Direto	Indireto
logpib_capita	0,190*** (0,089)	0.0442 (0.0626)	0.3457*** (0.0603)	0.0440 (0.1059)	0.5359*** (0.1121)	-0.1730 (0.1740)
logpop	0,298*** (0,039)	-0.0964 (0.0734)	0.2495*** (0.0798)	-0.1690 (0.1236)	1.3056*** (0.2017)	-0.4902 (0.3588)
taxa_conc	0,298 (0,046)	0.1363* (0.0740)	0.1267** (0.0572)	0.0550 (0.1281)	0.2393** (0.1024)	0.2710 (0.2387)
ipes	0,027*** (0,033)	-0.3063 (0.2256)	0.8885*** (0.1863)	-0.5767 (0.4383)	1.0883*** (0.3293)	-0.6206 (0.7396)
prop_mulheres	0,240*** (0,047)	-0.0648 (0.0670)	0.4711*** (0.0721)	-0.1898* (0.1051)	0.8598*** (0.1179)	-0.2201 (0.1835)
prop_negros	-0,051 (0,041)	0.0115 (0.0575)	-0.1451* (0.0828)	0.0968 (0.1067)	0.8540*** (0.1527)	0.1900 (0.3017)
AIC	879,67		1438,6		1910,9	
p < 0,001	0		0		0	
amostras	446		466		466	

Fonte: elaboração própria.
Obs.: 1. *, ** e *** = níveis de significância p < 0,1, p < 0,05 e p < 0,01.
2. Desvios-padrão entre parênteses.

O PIB per capita apresentou coeficientes positivos e estatisticamente significativos nos três períodos analisados, indicando associação entre maior nível de renda municipal e maiores proporções de população com ensino superior. Em 2022, esse efeito apresentou magnitude superior à observada em 2000 e 2010, sugerindo fortalecimento da relação entre condições econômicas locais e qualificação superior. A variável população também apresentou efeito positivo e significativo ao longo dos períodos analisados, indicando que municípios mais populosos tendem a concentrar maiores proporções de indivíduos com ensino superior.

Entre as variáveis demográficas, a proporção de mulheres apresentou coeficientes positivos e significativos em todos os anos analisados, indicando associação consistente entre maior participação feminina na população municipal e maiores taxas de qualificação superior. Esse resultado acompanha transformações observadas nas últimas décadas relacionadas à ampliação da presença feminina em

Realização
Parceiros
Apoio

diferentes espaços educacionais e profissionais. Estudos apontam que a inserção das mulheres passou por mudanças importantes ao longo do tempo, associadas a transformações demográficas, redução do tamanho das famílias e ampliação das oportunidades de participação social e econômica (Guimarães; Brito; Barone, 2016; Ministério do Trabalho e Emprego, 2025).

A variável *prop_negros* apresentou alterações entre os períodos analisados. Em 2000, o coeficiente apresentou sinal negativo sem significância estatística, enquanto em 2010 tornou-se negativo e significativo, indicando associação inversa entre a proporção de população negra e a taxa municipal de população com ensino superior nesses períodos. Em 2022 observa-se alteração desse padrão, com coeficiente positivo e significativo, sugerindo associação positiva entre maior proporção de população negra e maiores taxas de qualificação superior.

Essa alteração pode estar associada às transformações ocorridas no acesso ao ensino superior ao longo do período analisado, incluindo a expansão institucional e políticas de inclusão implementadas nas últimas décadas. Os resultados observados dialogam com a literatura sobre desigualdades educacionais no Brasil, que identifica mecanismos historicamente associados à reprodução de desigualdades de acesso entre diferentes grupos sociais (Hasenbalg; Silva, 2003; Ribeiro, 2017).

A análise espacial evidencia que a distribuição da qualificação superior apresenta heterogeneidade territorial entre os municípios do Centro-Oeste. Os efeitos espaciais observados sugerem que características presentes em municípios vizinhos podem influenciar os padrões locais de qualificação superior, indicando a existência de interdependência espacial entre as áreas analisadas. A redução da significância de alguns efeitos indiretos em determinados períodos sugere alterações nos padrões espaciais observados ao longo dos anos analisados.

Os testes de robustez confirmaram a estabilidade dos resultados, preservando direção e significância das principais variáveis. A alteração da estrutura da matriz espacial, substituindo a especificação inicial baseada em cinco vizinhos mais próximos (k=5) por sete vizinhos mais próximos (k=7), produziu resultados semelhantes aos observados no modelo principal. A exclusão das capitais também preservou os padrões gerais das estimativas, indicando que os resultados não dependem exclusivamente de uma única especificação espacial ou de observações específicas. Os testes de restrição entre especificações espaciais alternativas (SDM, SAR e SEM) indicaram maior adequação do modelo SDM para os dados analisados, reforçando a pertinência da modelagem adotada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos padrões de qualificação superior nos municípios do Centro-Oeste nos anos de 2000, 2010 e 2022 evidencia que fatores socioeconômicos, demográficos e territoriais apresentam associação significativa com a distribuição da população com ensino superior na região. O PIB per capita e o tamanho populacional mantiveram efeitos positivos consistentes ao longo dos períodos analisados, indicando a relevância das condições estruturais dos municípios na configuração das oportunidades educacionais. As variáveis demográficas também apresentaram resultados relevantes: a proporção de mulheres mostrou associação positiva em todos os períodos analisados, enquanto a proporção de população negra apresentou

Realização
Parceiros
Apoio

alteração no padrão observado entre os anos considerados, passando de coeficientes negativos para positivos.

A análise espacial evidenciou a presença de interdependência territorial entre os municípios do Centro-Oeste, indicando que características observadas em áreas vizinhas podem influenciar os padrões locais de qualificação superior. Dessa forma, os resultados reforçam a importância da incorporação da dimensão espacial na compreensão das desigualdades educacionais, considerando a existência de heterogeneidades territoriais na distribuição da qualificação superior.

Os resultados observados dialogam com a literatura sobre desigualdades educacionais no Brasil, especialmente no que se refere às diferenças históricas de acesso entre grupos sociais. Os padrões identificados para a população negra nos primeiros períodos analisados são compatíveis com discussões sobre mecanismos cumulativos de desigualdade educacional (Hasenbalg; Silva, 2003), enquanto as alterações observadas em 2022 podem estar associadas a transformações institucionais e à ampliação de políticas de inclusão e expansão do ensino superior ao longo das últimas décadas (Ribeiro, 2017).

Como encaminhamento para pesquisas futuras, destaca-se a incorporação de variáveis relacionadas à qualidade da oferta educacional, mercado de trabalho e outras dimensões socioeconômicas que possam contribuir para ampliar a compreensão dos padrões identificados. Em conjunto, os resultados apresentados reforçam a relevância da abordagem espacial para a análise da qualificação superior no Centro-Oeste e demonstram a importância de considerar fatores territoriais na compreensão das desigualdades educacionais.

Referências

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Programa Universidade para Todos – PROUNI**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho.** Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, mar. 2025.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A.; BARONE, L. S. **Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, n. 90, p. 17–38, 2016.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

IBGE. Censo Demográfico 2000: resultados do universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

IBGE. Censo Demográfico 2010: resultados do universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IBGE. Censo Demográfico 2022: resultados do universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

IPEA. **IPEAData**: sistema de dados e indicadores sociais, econômicos e territoriais. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. Disponível em: IPEAData. Acesso em: 24 maio 2026.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Desigualdades de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

Silvicultura do eucalipto no Cerrado brasileiro: implicações ambientais, sociais, econômicas e territoriais

Miridiam Pereira Serafim
miridiamserafim@gmail.com mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
José Carlos de Souza
jose.souza@ueg.br - Docente do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Divina Aparecida Leonel Lunas
divalunas@gmail.com - Docente do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Tathiana Rodrigues Salgado
tathiana.salgado@ueg.br - Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

O bioma Cerrado ocupa aproximadamente 24% do território brasileiro e desempenha papel fundamental na manutenção da biodiversidade, na regulação climática e no abastecimento hídrico nacional. Considerado a "caixa d'água do Brasil", o Cerrado abriga importantes nascentes e aquíferos que alimentam grande parte das bacias hidrográficas do país. Apesar dessa relevância ecológica, o bioma vem sendo historicamente submetido a intensos processos de ocupação econômica e transformação territorial, especialmente a partir da modernização da agricultura ocorrida nas décadas de 1970 e 1980.

Nesse contexto, a expansão da silvicultura do eucalipto tornou-se uma das principais formas de uso do território no Cerrado brasileiro. Impulsionada por incentivos fiscais, políticas públicas e pela crescente demanda por celulose, carvão vegetal e energia, a monocultura do eucalipto consolidou-se como atividade estratégica para o agronegócio e para os setores industriais ligados à exportação. O cultivo passou a ocupar extensas áreas anteriormente cobertas por vegetação nativa, transformando profundamente a paisagem e a dinâmica socioambiental do bioma.

A expansão da silvicultura no Cerrado está diretamente associada à lógica do capitalismo agrário, marcada pela mercantilização da terra, pela concentração fundiária e pela inserção do território nas dinâmicas globais de produção. O Estado brasileiro desempenhou papel decisivo nesse processo ao promover políticas de crédito rural, investimentos em infraestrutura e incentivos ao setor florestal. Instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária foram fundamentais para o desenvolvimento de tecnologias voltadas à adaptação de cultivos às características do Cerrado, favorecendo sua integração ao mercado internacional de commodities.

Embora o eucalipto seja frequentemente apresentado como alternativa sustentável devido à sua rápida taxa de crescimento e à capacidade de sequestro de carbono, diversos estudos apontam que os monocultivos florestais produzem impactos ambientais significativos. Entre os principais problemas destacam-se a redução da biodiversidade, alterações nos ciclos hidrológicos, degradação do solo e intensificação de conflitos territoriais. Além disso, comunidades tradicionais, pequenos agricultores e populações rurais frequentemente enfrentam processos de desterritorialização e restrições de acesso à terra e à água.

Os discursos que legitimam a expansão do eucalipto geralmente enfatizam a eficiência produtiva e o desenvolvimento econômico regional, minimizando os impactos socioambientais decorrentes da monocultura. Nesse sentido, autores como Ruas e Schettino (2022) criticam a construção da ideia de "desertos verdes", termo utilizado para descrever grandes extensões homogêneas de monoculturas florestais que reduzem a diversidade ecológica e simplificam a paisagem natural.

Diante dessas contradições, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente a expansão da silvicultura do eucalipto no Cerrado brasileiro, discutindo suas implicações ambientais, econômicas, sociais e territoriais. Busca-se compreender de que forma o avanço dessa atividade interfere na dinâmica ecológica do bioma e nas relações sociais estabelecidas no território, considerando os debates científicos contemporâneos sobre sustentabilidade, desenvolvimento regional e justiça territorial.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise crítica de artigos científicos, teses, dissertações e livros especializados que discutem a expansão da silvicultura do eucalipto no Cerrado brasileiro. A metodologia adotada permitiu compreender as múltiplas dimensões envolvidas no processo de ocupação territorial pelo eucalipto, articulando aspectos ambientais, econômicos, sociais e políticos.

Inicialmente, realizou-se o levantamento das principais produções acadêmicas relacionadas ao tema, priorizando estudos que abordassem os impactos da monocultura sobre os recursos hídricos, a biodiversidade, os solos e as populações locais. Foram selecionadas referências consideradas relevantes na literatura nacional, tais como os trabalhos de Klink e Machado (2005), Delgado (2012), Costa e Oliveira (2019), Cruz et al. (2023), Ruas e Schettino (2022), entre outros autores que investigam a dinâmica territorial do Cerrado e os efeitos socioambientais da silvicultura.

A pesquisa também analisou estudos de caso realizados em diferentes regiões do Brasil, especialmente aqueles voltados à relação entre o cultivo do eucalipto e os recursos hídricos. Foram examinados trabalhos desenvolvidos no Médio Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e no Vale do Paraíba, em São Paulo, que investigaram a influência das plantações sobre a redução das vazões dos cursos d'água e a recarga de aquíferos. Esses estudos contribuíram para compreender como os impactos ambientais variam conforme as características climáticas, hidrológicas e territoriais de cada região.

Além da análise documental, o estudo buscou interpretar criticamente os discursos de sustentabilidade associados à expansão da silvicultura empresarial. Foram consideradas as narrativas produzidas por agentes econômicos e institucionais que apresentam o eucalipto como solução ambientalmente sustentável, contrastando-as com evidências científicas independentes e com as percepções de comunidades locais e pesquisadores da área ambiental.

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada para compreender os conflitos territoriais e as disputas simbólicas relacionadas ao uso do Cerrado, permitindo analisar o território não apenas como espaço produtivo, mas como campo de relações de poder e interesses divergentes. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou uma interpretação ampla e crítica da problemática estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a expansão da silvicultura do eucalipto no Cerrado está profundamente relacionada à lógica de modernização conservadora da agricultura brasileira e à consolidação do agronegócio exportador. A incorporação do bioma às cadeias produtivas globais intensificou a transformação da paisagem natural em extensas áreas de monocultura mecanizada, subordinando o território às exigências econômicas do mercado internacional.

Do ponto de vista ambiental, os impactos sobre os recursos hídricos constituem uma das principais controvérsias associadas à expansão do eucalipto. Diversos estudos apontam que a elevada demanda hídrica da espécie pode comprometer a recarga de aquíferos, reduzir vazões de rios e alterar a dinâmica natural de infiltração da água no solo. Em regiões de monocultivo extensivo, observou-se rebaixamento do lençol freático e diminuição da disponibilidade de água para comunidades locais.

Pesquisas desenvolvidas no Vale do Jequitinhonha demonstraram que a substituição da vegetação nativa por eucalipto altera significativamente o balanço hídrico regional. O aumento da evapotranspiração e a modificação da estrutura do solo comprometem a capacidade natural do Cerrado de atuar como área de recarga hídrica. Tais alterações são especialmente preocupantes devido à importância estratégica do bioma para o abastecimento das principais bacias hidrográficas brasileiras.

Além dos impactos sobre a água, verificou-se intensa perda de biodiversidade decorrente da homogeneização da paisagem. O Cerrado apresenta elevada diversidade fitofisionômica, responsável pela manutenção de inúmeras espécies endêmicas. Entretanto, a implantação de monoculturas reduz drasticamente a variedade de habitats naturais e compromete interações ecológicas fundamentais para o equilíbrio ambiental.

Outro aspecto relevante refere-se à degradação dos solos. O manejo intensivo das plantações, associado ao uso de maquinário pesado e à repetição dos ciclos produtivos, provoca compactação, erosão e redução da matéria orgânica. Consequentemente, ocorre perda de fertilidade e aumento da dependência de insumos químicos para manutenção da produtividade, aprofundando os processos de degradação ambiental.

Realização
Parceiros
Apoio

Em relação ao discurso de sustentabilidade, observou-se que o argumento do sequestro de carbono é frequentemente utilizado para legitimar a expansão da silvicultura. Embora o eucalipto apresente elevada capacidade de fixação de carbono, estudos indicam que esse benefício é limitado quando se considera a supressão da vegetação nativa e a perda dos estoques de carbono presentes no solo do Cerrado. Assim, o balanço climático positivo atribuído às plantações torna-se questionável diante dos impactos ambientais acumulados.

Os resultados também evidenciam importantes impactos socioeconômicos e territoriais. Apesar da geração de empregos e da ampliação das cadeias produtivas ligadas à indústria florestal, os benefícios econômicos concentram-se principalmente em grandes grupos empresariais. Comunidades tradicionais, agricultores familiares e populações rurais enfrentam perda de acesso à terra, restrições ao uso dos recursos naturais e processos de desterritorialização.

A concentração fundiária constitui uma das principais consequências da expansão do eucalipto no Cerrado. Grandes empresas florestais controlam extensas áreas de terra, reforçando desigualdades históricas e intensificando conflitos pelo uso do território. Em muitos casos, comunidades tradicionais veem seus modos de vida ameaçados pela redução das áreas agricultáveis e pela escassez de água.

Outro ponto importante refere-se às controvérsias científicas e sociais relacionadas ao cultivo do eucalipto. Estudos mostram divergências entre os discursos empresariais, que minimizam os impactos ambientais, e pesquisas independentes que apontam alterações significativas nos sistemas hídricos e ecológicos. Essas disputas revelam que os conflitos associados à silvicultura não se limitam à dimensão material, mas envolvem também disputas políticas e simbólicas sobre os sentidos da sustentabilidade e do desenvolvimento territorial.

Portanto, os resultados demonstram que a expansão do eucalipto no Cerrado representa um processo marcado por contradições. Embora contribua para a dinamização econômica regional, o modelo de produção baseado na monocultura intensiva produz impactos ambientais expressivos e amplia desigualdades sociais e territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a expansão da silvicultura do eucalipto no Cerrado brasileiro constitui um processo complexo e contraditório, articulado às dinâmicas do capitalismo agrário e à lógica de ocupação intensiva do território. Embora a atividade seja frequentemente apresentada como alternativa sustentável e economicamente eficiente, os resultados evidenciam que seus impactos ambientais e sociais são amplos e significativos.

Do ponto de vista ambiental, observou-se que a substituição da vegetação nativa por monoculturas florestais compromete funções ecológicas essenciais do Cerrado, especialmente a conservação da biodiversidade, a manutenção dos recursos hídricos e a estabilidade dos solos. A elevada demanda hídrica do eucalipto, associada à

simplificação da paisagem e à degradação dos ecossistemas, reforça a necessidade de maior controle ambiental sobre a expansão da atividade.

Na dimensão socioeconômica, verificou-se que os benefícios econômicos gerados pela silvicultura concentram-se majoritariamente em grandes grupos empresariais, enquanto comunidades locais enfrentam perda de acesso à terra, à água e aos recursos naturais. Tal dinâmica aprofunda desigualdades sociais e evidencia fragilidades nas políticas públicas de ordenamento territorial e justiça social.

Além disso, os discursos de sustentabilidade associados ao eucalipto revelam importantes contradições, sobretudo quando os impactos ambientais são minimizados em favor da lógica produtivista e do crescimento econômico. A análise crítica da literatura demonstra que a sustentabilidade não pode ser compreendida apenas sob a ótica da eficiência econômica ou do sequestro de carbono, mas deve considerar os limites ecológicos do território e os direitos das populações que nele vivem.

Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas ambientais e mecanismos de gestão territorial que promovam o uso racional dos recursos naturais, assegurem a proteção do Cerrado e garantam a participação das comunidades locais nos processos decisórios. Instrumentos como o ICMS Verde podem contribuir para a conservação ambiental quando articulados a estratégias efetivas de justiça territorial e desenvolvimento sustentável.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem estudos empíricos sobre os impactos da silvicultura em diferentes regiões do Cerrado, especialmente no que se refere à dinâmica hídrica, aos conflitos territoriais e às transformações socioeconômicas provocadas pela expansão do eucalipto.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às instituições de pesquisa e aos autores que contribuíram para o desenvolvimento das discussões sobre o Cerrado brasileiro e os impactos da silvicultura do eucalipto, especialmente às universidades e centros de pesquisa que disponibilizam estudos científicos voltados à compreensão das dinâmicas ambientais, sociais e territoriais do bioma.

Referências

BARRETO, Clarisse A. *Eucalipto, água e sociedade: a construção de representações no Vale do Paraíba, SP*. 2019. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

COSTA, Beatriz Souza; OLIVEIRA, Márcio Luís. Florestas plantadas de eucalipto no Brasil: uma cultura nociva aos recursos hídricos? *Veredas do Direito*, v. 36, p. 123-141, 2019.

CRUZ, José Elenilson et al. Expansão da silvicultura do eucalipto em áreas do Cerrado: fatores condicionantes e implicações econômicas, sociais e ambientais. *Revista Mirante*, Anápolis, v. 16, n. 1, p. 241-262, 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.

LIMA, Walter de Paula. Impacto ambiental do eucalipto. São Paulo: USP, 1993.

RUAS, Ana Carolina Pereira; SCHETTINO, Stanley. Ainda, sobre os paradigmas associados ao cultivo do eucalipto no Cerrado. In: *Pesquisas agrárias e ambientais*. 2022.

O CERRADO COMO PATRIMÔNIO VIVO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRESERVAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA AZUL (MT)

Mestranda Fernanda Alencar de Souza Ribeiro
E-mail feralencarms@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Profa. Dra. Janete Rego Silva

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro constitui um dos biomas mais importantes do país, destacando-se tanto por sua expressiva biodiversidade quanto por sua relevância histórica, cultural e paisagística. Entretanto, apesar dessa riqueza ecológica e sociocultural, o bioma enfrenta constantes ameaças decorrentes da expansão urbana, do avanço do agronegócio, da exploração desordenada dos recursos naturais e da fragilidade de políticas públicas voltadas à preservação ambiental e patrimonial. Refletindo esse cenário crítico, o Relatório Anual do Desmatamento (RAD 2023), do MapBiomas, apontou um aumento de 67,7% na supressão vegetal do Cerrado em relação a 2022. Com mais de um milhão de hectares devastados, o Cerrado consolidou-se como o bioma mais desmatado do país em 2023.

Diante desse cenário de degradação, torna-se necessário compreender o Cerrado não apenas como espaço natural ou reserva de recursos biológicos, mas como território de memória, pertencimento e sociobiodiversidade. A destruição de suas paisagens nativas ultrapassa os impactos ecológicos, configurando ameaça direta ao patrimônio cultural e às relações identitárias construídas historicamente pelas comunidades em interação com o território.

Nesse contexto, insere-se o Parque Estadual da Serra Azul (PESA), localizado no município de Barra do Garças, Mato Grosso. A unidade de conservação abriga cachoeiras, trilhas, formações rochosas, nascentes e paisagens de relevante valor ambiental, turístico e cultural, constituindo importante patrimônio natural do Cerrado mato-grossense. Além de sua relevância ecológica, o parque configura-se como espaço de memória, pertencimento e construção da identidade territorial da região do Araguaia.

Dessa forma, o presente artigo busca discutir a relação entre Educação Patrimonial, geoconservação e gestão do patrimônio natural no Cerrado, a partir das reflexões sobre o Parque Estadual da Serra Azul (MT). Busca-se compreender de que maneira as práticas educativas e a valorização da paisagem podem contribuir para o fortalecimento da consciência patrimonial, da participação social e da preservação do patrimônio natural enquanto patrimônio cultural e espaço de memória coletiva. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento e análise de livros, artigos científicos, dissertações, documentos institucionais e legislações voltadas às discussões sobre patrimônio cultural e natural, preservação ambiental e sociobiodiversidade no contexto do Cerrado brasileiro.

MARCO TEÓRICO

A ampliação do conceito de patrimônio nas últimas décadas possibilitou reconhecer que os bens naturais também possuem valores culturais, simbólicos e

Realização
Parceiros
Apoio

identitários atribuídos socialmente. Conforme aponta Márcia Chuva (2012), o patrimônio resulta de construções históricas e sociais marcadas por disputas de memória, identidade e reconhecimento. Dessa forma, o patrimônio natural ultrapassa a ideia de preservação ambiental estritamente ecológica e passa a envolver relações afetivas, culturais e territoriais construídas pelas comunidades em interação com a paisagem.

Ao discutir natureza e preservação do patrimônio natural, Aziz Ab'Sáber (2003) compreende a paisagem como herança produzida pela interação entre processos naturais e ações humanas ao longo do tempo. Nesse sentido, a paisagem do Cerrado deve ser entendida como patrimônio vivo, marcado pelas relações históricas estabelecidas entre sociedade, natureza e cultura.

Essa relação entre paisagem e identidade territorial encontra sustentação teórica no conceito de geodiversidade. Segundo Lima e Pinto Filho (2018), a geodiversidade representa a diversidade dos elementos naturais abióticos, como rochas, minerais, formas de relevo, águas e solos, fundamentais para a manutenção da vida e da dinâmica ambiental. Para José Brilha (2005), o patrimônio geológico integra o patrimônio natural e deve ser reconhecido como elemento essencial da conservação ambiental, da educação e do desenvolvimento sustentável. Assim, a geoconservação emerge como conjunto de ações voltadas à preservação da geodiversidade e das paisagens naturais, articulando proteção ambiental, educação e participação social.

Nesse cenário, a Educação Patrimonial apresenta-se como ferramenta de valorização cultural e fortalecimento do pertencimento. Conforme destaca Simone Scifoni (2017), a Educação Patrimonial deve ultrapassar práticas meramente informativas, promovendo ações críticas, participativas e emancipatórias capazes de aproximar a população de seus patrimônios culturais e naturais.

Dessa forma, as unidades de conservação, como o Parque Estadual da Serra Azul, constituem importantes espaços educativos voltados à construção de uma consciência patrimonial e ambiental integrada, fortalecendo vínculos entre comunidade, memória e território.

METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter interdisciplinar, fundamentada em estudos relacionados ao patrimônio natural, Educação Patrimonial, geodiversidade, geoconservação, paisagem cultural e gestão do patrimônio.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento e análise de livros, artigos científicos, dissertações, documentos institucionais e legislações voltadas às discussões sobre patrimônio cultural e natural, preservação ambiental e sociobiodiversidade no contexto do Cerrado brasileiro.

Foram utilizados autores dos campos do patrimônio cultural, geografia, geoconservação e Educação Patrimonial, buscando compreender de que maneira as práticas educativas podem contribuir para a valorização do patrimônio natural e para o fortalecimento das relações de pertencimento e preservação no contexto do Parque Estadual da Serra Azul em Barra do Garças MT, inserido no bioma cerrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realização
Parceiros
Apoio

As discussões bibliográficas desenvolvidas neste estudo evidenciam que a preservação do Cerrado ultrapassa a dimensão estritamente ambiental, exigindo uma compreensão ampliada do patrimônio natural enquanto espaço de memória, pertencimento e construção identitária. A literatura analisada demonstra que as paisagens naturais do Cerrado constituem referências culturais e simbólicas fundamentais para as comunidades que historicamente estabelecem relações de vivência, reconhecimento e apropriação do território.

Nesse contexto, o Parque Estadual da Serra Azul (PESA), localizado em Barra do Garças (MT), apresenta-se como importante patrimônio natural do Cerrado mato-grossense, reunindo elementos ambientais, geológicos, paisagísticos e culturais que contribuem para a formação da identidade territorial da região. As reflexões propostas por Aziz Ab'Sáber (2003) permitem compreender a paisagem como herança produzida pela interação entre sociedade e natureza ao longo do tempo, reforçando a compreensão do Cerrado enquanto patrimônio vivo e espaço de memória coletiva.

Os estudos sobre patrimônio cultural e patrimônio natural também evidenciam a necessidade de superar perspectivas preservacionistas restritas apenas à conservação ecológica. Conforme destaca Márcia Chuva (2012), o patrimônio constitui uma construção social e histórica marcada por disputas simbólicas, processos de reconhecimento e atribuição de valor. Dessa forma, o patrimônio natural não pode ser compreendido apenas como recurso ambiental, mas também como elemento cultural, identitário e afetivo.

As discussões sobre geodiversidade e geoconservação reforçam essa perspectiva ao demonstrar que os elementos naturais abióticos como relevo, rochas, águas e formas da paisagem, possuem valores científicos, educativos, culturais e simbólicos. Para Brilha (2005), a geoconservação deve estar articulada à educação e à valorização social da paisagem, contribuindo para fortalecer práticas sustentáveis de preservação do patrimônio natural.

Nesse sentido, os achados teóricos desta pesquisa indicam que a Educação Patrimonial constitui importante ferramenta de valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do Cerrado. Conforme discutem Simone Scifoni e Tolentino (2016), a Educação Patrimonial deve ultrapassar práticas meramente informativas ou conservacionistas, promovendo processos críticos, participativos e reflexivos capazes de fortalecer a consciência patrimonial e os vínculos de pertencimento entre comunidade e território.

A análise bibliográfica também evidencia que as unidades de conservação podem constituir importantes espaços educativos voltados à valorização da sociobiodiversidade e da memória territorial. Nesse contexto, o Parque Estadual da Serra Azul apresenta potencial para o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial capazes de aproximar preservação ambiental, valorização cultural e participação social.

Logo as reflexões teóricas desenvolvidas neste estudo apontam para a importância da implementação de práticas educativas voltadas à valorização do patrimônio natural do Cerrado, especialmente por meio de ações que promovam o reconhecimento da paisagem enquanto elemento cultural e identitário. Entre as possibilidades discutidas na literatura destacam-se:

- Trilhas interpretativas voltadas à valorização da paisagem e da geodiversidade;

- Atividades de geoeducação em unidades de conservação;
- Inventários participativos envolvendo comunidade e escolas;
- Oficinas de Educação Patrimonial;
- Rodas de conversa sobre memória, território e pertencimento;
- Produção de materiais educativos sobre patrimônio natural e cultural;
- Fortalecimento do diálogo entre comunidade, instituições educativas e órgãos ambientais.

Além disso, a pesquisa evidencia que a preservação do Cerrado depende diretamente da articulação entre educação, participação social e políticas públicas de conservação. Conforme aponta Juliana Santilli (2005), a proteção da biodiversidade deve ocorrer de forma integrada à valorização das práticas culturais, dos saberes locais e das relações historicamente construídas entre sociedade e natureza.

Assim, conclui-se que a Educação Patrimonial possui papel fundamental na preservação do patrimônio natural do Cerrado, ao contribuir para a construção da consciência patrimonial, da valorização da memória coletiva e do fortalecimento das relações de pertencimento com o território. Nesse sentido, reconhecer o Cerrado como patrimônio natural e cultural implica compreender suas paisagens não apenas como recursos ambientais, mas como heranças coletivas carregadas de significado histórico, cultural e identitário para as populações que nele vivem.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), à orientadora Profa. Dra.Janete Rego Silva pela contribuição e incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Ab'Sáber. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002*. Dispõe sobre a obrigatoriedade de Programas de Educação Patrimonial nos processos de licenciamento ambiental e arqueologia de contrato. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2002.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Portaria nº 137, de 6 de abril de 2016*. Dispõe sobre diretrizes de proteção ao patrimônio arqueológico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 abr. 2016.

BRILHA, José. *Património geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage, 2005.

CHUVA, Márcia Chuva. Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. *Educação patrimonial: inventários participativos*. Brasília: IPHAN, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2009.

LIMA, Fabiano da Silva; PINTO FILHO, Francisco de Assis. Geodiversidade: conceitos e aplicações no ordenamento territorial. *Revista de Geociências do Nordeste*, Caicó, v. 4, n. 1, p. 34-48, 2018.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do IPHAN. *Revista CPC*, São Paulo, n. 27, p. 10-36, 2019. Disponível em: DOI Revista CPC. Acesso em: 25 maio 2026.

SANTILLI, Juliana Santilli. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SCIFONI, Simone Scifoni. Desafios para uma nova educação patrimonial. In: MORAES, Ana Lúcia de; SCIFONI, Simone (org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. p. 23-40.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Repositório Institucional UFG*. Goiânia: UFG, [s.d.]. Disponível em: Repositório Institucional UFG. Acesso em: 25 maio 2026.

Queimadas no Cerrado Goiano (2015–2024): Padrões Espaciais, Tendências e Relação com a Estrutura da Paisagem

Thallys Orestes Sousa Filho
thallysprofessor@gmail.com, UEG - Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas - Nelson de Abreu Júnior

Fernando Mendonça Filho
fernandomendonca123321@gmail.com, UEG - Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas - Nelson de Abreu Júnior

José Carlos de Souza
jose.souza@ueg.br, UEG - Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas - Nelson de Abreu Júnior

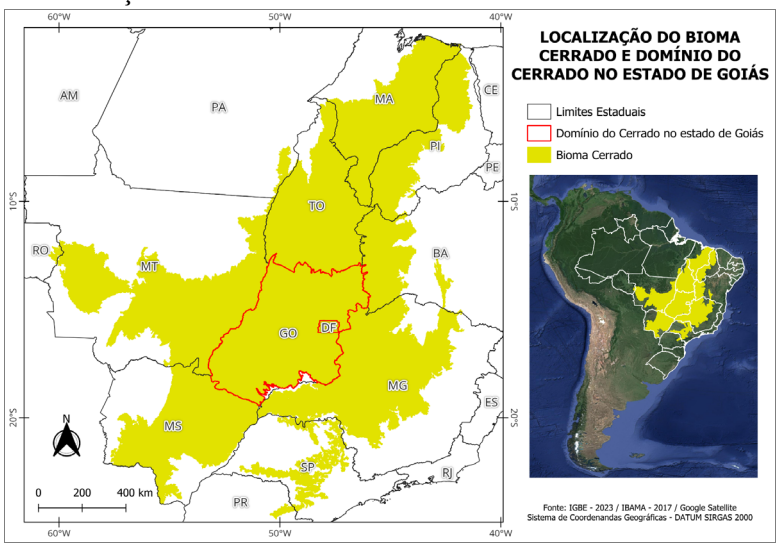
INTRODUÇÃO

O bioma Cerrado está localizado predominantemente no Planalto Central brasileiro, destacando-se como um hotspot de biodiversidade, pois abriga uma grande quantidade de espécies endêmicas e características ecológicas únicas (Myers et al., 2000). O bioma ocupa cerca de 23% do território nacional, distribuindo-se de forma contínua entre os estados de Goiás, Tocantins, Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Bahia, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Ademais, suas formações se distribuem em altitudes que variam entre 600 a 1600m e suas fitofisionomias configuram-se em um mosaico de paisagens naturais, que são compostas por Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca, Cerradão como formações florestais. Cerrado denso, típico, ralo e rupestre que compõem as formações savânicas, assim como as veredas, parque de cerrado e palmeiral; além dos campos sujo, limpo e rupestre (Walter; Ribeiro, 2008). O estado de Goiás está inserido quase integralmente no Bioma Cerrado, salvo por uma pequena porção de Mata Atlântica no extremo sul do estado (Mapa 1). Cerca de 329 mil km² dentro do território goiano estão inseridos no domínio do Cerrado, ocupando cerca de 97% da área total do estado (MMA, 2018).

Realização
Parceiros
Apoio

Mapa 1 - Localização do Cerrado no Brasil e sua extensão no estado de Goiás.



No que se refere às condições climáticas, predomina no Cerrado um clima tropical sazonal, marcado pela alternância bem definida entre duas estações ao longo do ano: uma estação chuvosa, que ocorre predominantemente entre os meses de outubro e abril, e uma estação seca, que se estende de maio a setembro. Essa sazonalidade climática exerce forte influência sobre a dinâmica ecológica do bioma, condicionando tanto a estrutura da vegetação quanto o funcionamento dos ecossistemas associados (Ribeiro; Walter, 2008, Ab'Sáber, 2003).

O cerrado sendo um dos maiores biomas do Brasil, tem enfrentado problemas de degradação ambiental que afeta de forma direta sua biodiversidade, assim como a dinâmica do uso da terra, muito diretamente causada pelas queimadas induzidas (Alho, 2005). Contudo, as ocorrências naturais de fogo no cerrado são consideradas um fator ecológico, pois tais eventos agem como um modelador que atua na estrutura vegetal e em suas fitofisionomias savânicas como, por exemplo, a rebrotagem de plantas e a quebra de dormência de sementes e o controle de biomassa seca. (Miranda, H.; Bustamante; Miranda, A., 2002)

METODOLOGIA

O mapeamento e a quantificação das ocorrências de queimadas foram realizados a partir dos dados de focos ativos (alertas) detectados por sensoriamento remoto. Essas informações foram obtidas junto ao Banco de Dados de Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (BDQ/INPE, 2025), disponíveis na plataforma BDQueimadas, bem como no Projeto Queimadas – Monitoramento de Focos Ativos por Estado, também mantido pelo Instituto Nacional de Pesquisas

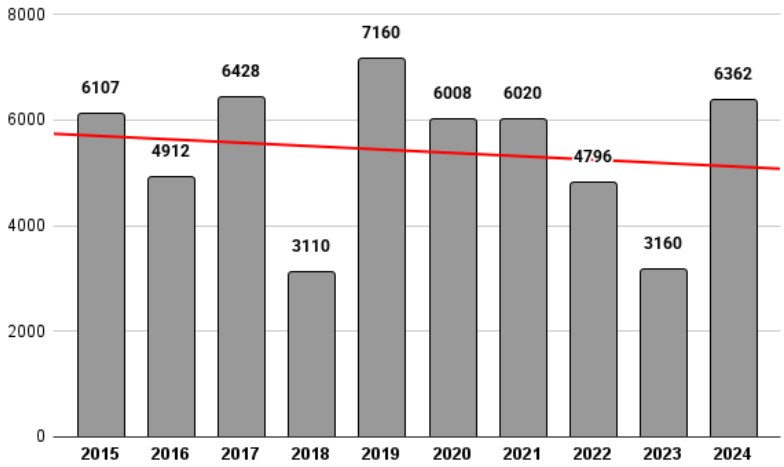
Espaciais. Ambas as plataformas oferecem um sistema abrangente de monitoramento das ocorrências de fogo na vegetação e do risco de queimadas nos diferentes biomas brasileiros, disponibilizando sínteses numéricas atualizadas em periodicidade mensal. A escala temporal da análise compreendeu o período de 2015 a 2024, abrangendo os últimos dez anos de dados referentes ao mapeamento de uso e cobertura da terra disponibilizados pelo MapBiomas, especificamente na Coleção 10 (Mapbiomas, 2025).

Esses dados foram obtidos por meio do plugin OpenTopography DEM Downloader, integrado ao software QGIS (versão 3.22), empregado no processamento e na geração dos produtos cartográficos. Para a análise das condições climáticas, foram consultadas as Normais Climatológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), referentes ao período de 1991 a 2020, contemplando médias mensais de precipitação, umidade relativa do ar e temperaturas máximas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a análise do gráfico 1, durante o período de 10 anos, o cerrado goiano teve cerca de 54,063 incidências de queimadas, destaca-se o ano de 2019 no qual teve o maior índice de alertas segundo o BDQueimadas (2025). O ano de menor índice foi o de 2018 com apenas 3110 focos registrados neste ano. Nota-se que ao decorrer das décadas, pode-se afirmar que as incidências de fogo no cerrado Goiano foram reduzidas.

Gráfico 1 – Totais de focos de queimadas no Cerrado Goiano (2015 a 2024).
Fonte: BDQueimadas(2026).

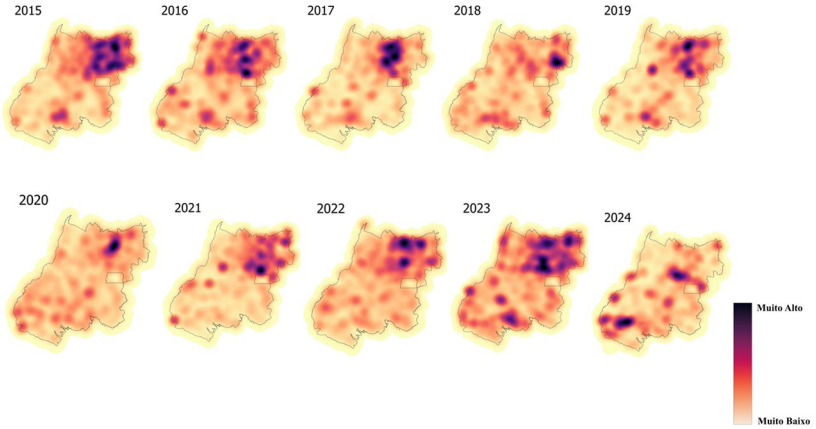


Realização
Parceiros
Apoio

Elaborado pelo autor.

No mosaico de mapas apresentado a seguir (Mapa 1), observa-se que a maioria dos focos de incêndio se concentram na região nordeste do Estado, tal região que está sofrendo com a expansão das atividades de agricultura e pecuária. Cabe ressaltar que é na região nordeste do estado que estão as mais extensas áreas de Cerrado ainda preservadas. Nota-se que os maiores índices se focalizam na região nordeste entre 2015 a 2013, para o ano de 2024, foram registrados focos na região sudeste, uma região já consolidada para a agricultura e pastagem.

Mapa 2: Densidade de áreas Kernel de focos de queimadas entre 2015 a 2024.



Fonte: BDQeimadas/INPE (2026). Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bioma Cerrado está entre os biomas que mais perdeu cobertura vegetal no Brasil nos últimos anos, um desses fatores está diretamente associado às queimadas. No estado de Goiás, as regiões norte e nordeste foram as mais afetadas pelas queimadas nos últimos anos, isso se justifica devido ao avanço de atividades agropecuárias na região. Vale ressaltar que essas regiões são onde se localizam as áreas preservadas de cerrado, o que se configura em uma ameaça não somente à biodiversidade como aos povos tradicionais que habitam a região.

AGRADECIMENTOS:
Ao CNPq e a Universidade Estadual de Goiás pela concessão de bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) ao primeiro autor.

Referências

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira**: atualização 2018. Brasília: MMA, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDiA)**. Mapeamento de Recursos Naturais (MRN). Escala 1:250 000, Versão 2023.

MIRANDA, H. S; BUSTAMANTE, M. M. C.; MIRANDA, A. C. The Fire Factor. In: OLIVEIRA, P.S.; MARQUIS, R.J. (orgs) **The cerrados of Brazil**: Ecology and natural history of a neotropical savanna. New York: Columbia University Press, 2002. p. 51 – p. 68.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, Londres, v. 403, n. 6772, p. 853–858, 2000.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 10 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/ . Acesso em: 23 mar. 2026.

WALTER, B. M. T.; RIBEIRO, J. F. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (org.). **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. p. 151–212.

MUSEU COUROS E TURISMO CULTURAL: ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL EM FORMOSA-GO

Bárbara de Almeida Tavares Borges
barbaraatb1@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Isadora de Paula Vieira Alencar
isadoralencar@live.com, Universidade Estadual de Goiás
Alessa Junghans
alessa.junghans@gmail.com, Universität Hamburg
Divina Aparecida Leonel Lunas
divalunas@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Jean Carlos Vieira Santos
svcjean@yahoo.com.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

As discussões sobre turismo cultural e patrimônio têm ampliado a compreensão dos espaços culturais enquanto elementos associados à valorização territorial, à circulação simbólica e ao fortalecimento das identidades locais. Nessa perspectiva, os museus assumem papel que ultrapassa a preservação de acervos, passando a atuar como espaços de memória, educação e mediação cultural, estabelecendo relações entre patrimônio, cidade e sociedade (Santos; Carmo, 2023). Conforme discutido por Castrogiovanni (2002), o turismo também participa da produção e reorganização dos espaços, influenciando formas de apropriação territorial e construção de imagens sobre as cidades.

No município de Formosa-GO, o Museu Couros constitui importante espaço de preservação da memória e da cultura local. Fundado em 1996, o espaço integra o Centro de Cultura, Tradição e Turismo de Formosa, reunindo acervo relacionado à história regional, às práticas culturais e às experiências cotidianas da população formosense (Guirra, 2022; Soares, 2024). Além do espaço museológico, o centro cultural abriga teatro e galeria de artes, constituindo importante equipamento cultural do município.

Embora o museu apresente relevância patrimonial e cultural, ainda permanecem questões relacionadas à sua inserção nas dinâmicas do turismo local e à articulação entre patrimônio, estratégias de valorização territorial e políticas culturais. Tais aspectos tornam-se particularmente relevantes ao considerar as diferentes formas pelas quais espaços culturais são apropriados socialmente, reconhecidos pela população e incorporados às dinâmicas turísticas dos municípios. Diante desse cenário, torna-se pertinente compreender como o Museu Couros é percebido socialmente e quais potencialidades e desafios podem estar associados à sua atuação no contexto do turismo cultural.

A partir dessas questões, o presente estudo busca discutir o papel do Museu Couros nas estratégias territoriais de valorização patrimonial e turismo cultural em Formosa-GO, analisando percepções sociais sobre o espaço, suas potencialidades e desafios institucionais.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, observação direta, aplicação de questionário on-line e realização de entrevistas semiestruturadas. O estudo teve como foco o Museu Couros, localizado no município de Formosa, no estado de Goiás (Figura 1), buscando compreender sua relação com aspectos associados ao patrimônio cultural, à memória e ao turismo cultural.

Figura 1 – Fachada do Museu Couros de Formosa no estado de Goiás

Fonte: Registro fotográfico das autoras (2026).

As entrevistas foram realizadas presencialmente com Leonidas da Silva Pires, fundador do Museu Couros, e com André Fábio de Souza, museólogo voluntário da instituição. As narrativas abordaram aspectos relacionados à criação do museu, formação do acervo, relação com a comunidade, preservação patrimonial, atividades desenvolvidas e desafios associados à valorização cultural e ao turismo.

Também foi aplicado questionário on-line junto à população do município de Formosa, totalizando 60 respostas coletadas durante o mês de maio de 2026. O instrumento contemplou questões relacionadas ao conhecimento do espaço museológico, percepções sobre patrimônio cultural, memória, turismo e potencialidades do museu para o município. Para a construção deste artigo, foram selecionadas questões específicas do formulário relacionadas ao reconhecimento social do Museu Couros, às formas de conhecimento do espaço e à percepção dos participantes acerca de seu potencial turístico.

Os dados obtidos foram organizados e analisados de forma descritiva, buscando identificar elementos que contribuam para a compreensão das relações entre patrimônio cultural, turismo e valorização territorial no contexto do município em questão.

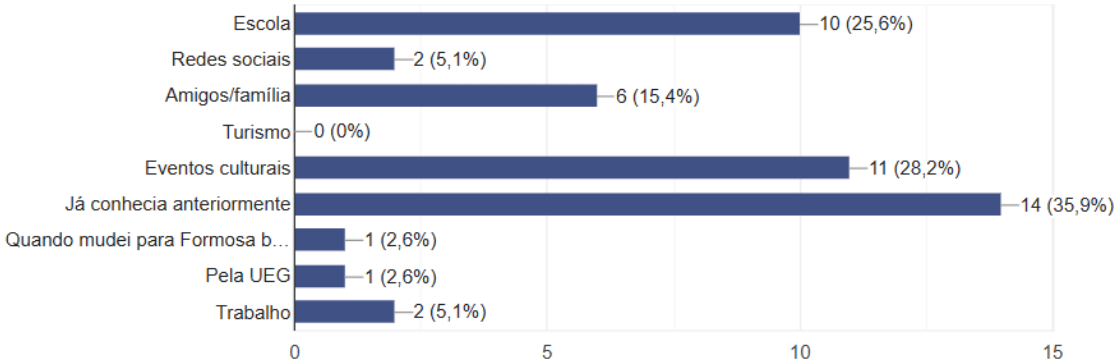
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados permitem identificar aspectos relevantes sobre a relação entre o Museu Couros e as percepções sociais associadas ao patrimônio cultural e ao turismo em Formosa. Inicialmente, observa-se

Realização
Parceiros
Apoio

que as formas de conhecimento do espaço estão predominantemente relacionadas às experiências locais e às redes de sociabilidade. Entre os participantes, destacam-se respostas associadas ao conhecimento prévio do museu, participação em eventos culturais, experiências escolares e contatos por meio de familiares e amigos. Em contrapartida, nenhum respondente indicou ter conhecido o Museu Couros por motivações diretamente relacionadas ao turismo, demonstrado pela Figura 1.

Figura 2 – Formas de conhecimento do Museu Couros pelos participantes da pesquisa



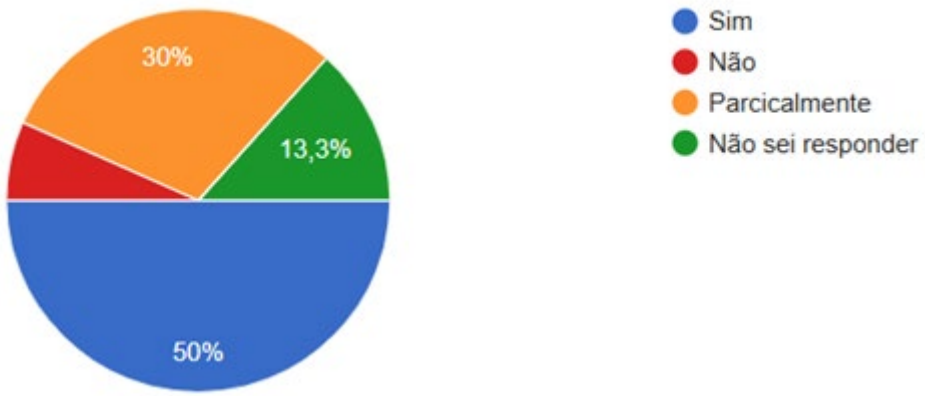
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados coletados por meio de questionário aplicados em maio de 2026.

Esse resultado sugere que a inserção do museu ocorre predominantemente por meio de experiências cotidianas vinculadas ao território local, às instituições educacionais e às relações sociais estabelecidas pelos indivíduos. Nesse sentido, as formas de acesso ao espaço parecem estar associadas a mecanismos de circulação cultural internos à própria cidade, indicando limitada articulação do museu enquanto atrativo inserido nas dinâmicas formais do turismo municipal.

Entretanto, os resultados apresentam outro elemento relevante. Quando questionados sobre a contribuição do Museu Couros para o potencial turístico de Formosa, 50% dos participantes afirmaram que o espaço contribui diretamente para o turismo local, enquanto parcela adicional reconheceu contribuição parcial (Figura 2). Esse resultado demonstra que, embora o museu não seja acessado predominantemente por motivações turísticas, existe reconhecimento social de sua capacidade de fortalecer a atratividade cultural do município.

Realização
Parceiros
Apoio

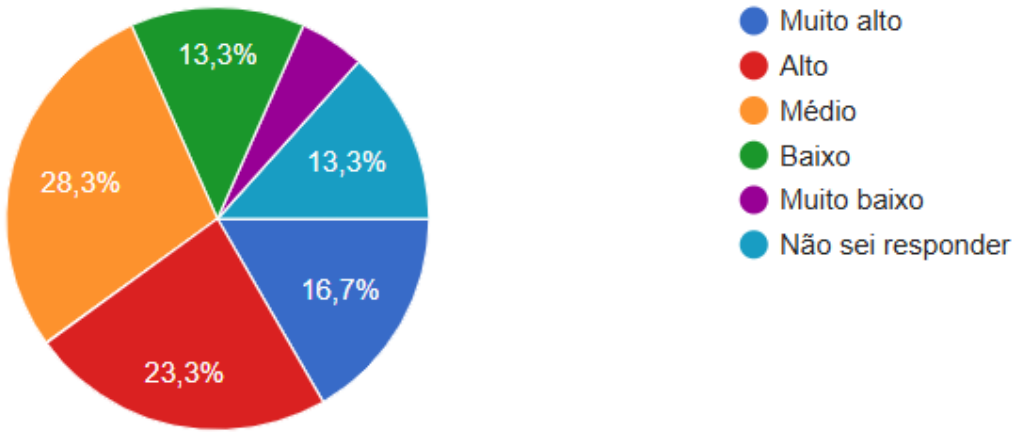
Figura 3 – Percepção dos participantes sobre a contribuição do Museu Couros para o potencial turístico de Formosa



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados coletados por meio de questionário aplicados em maio de 2026.

Essa percepção torna-se ainda mais evidente ao analisar a avaliação do potencial turístico do museu. A maior parte dos participantes concentrou suas respostas entre potencial turístico médio, alto e muito alto (Figura 3). Esses dados permitem identificar uma diferença entre a forma como o espaço é atualmente apropriado pelos sujeitos e a percepção sobre suas possibilidades futuras de inserção nas dinâmicas turísticas locais.

Figura 4 – Avaliação do potencial turístico do Museu Couros pelos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados coletados por meio de questionário aplicados em maio de 2026.

Tal cenário pode indicar a existência de potencialidades ainda parcialmente exploradas, especialmente no que se refere à articulação entre patrimônio cultural, políticas culturais e estratégias de turismo. Conforme discutido por Castrogiovanni (2002), o turismo participa da construção e reorganização dos espaços, influenciando formas de apropriação territorial e produção de significados sobre os lugares. Assim, a valorização de equipamentos culturais pode contribuir para ampliar experiências relacionadas à memória e à identidade local.

As entrevistas realizadas com o fundador do Museu Couros e com o museólogo voluntário também reforçam essa discussão ao evidenciarem desafios relacionados à divulgação do espaço, fortalecimento de ações permanentes de educação patrimonial e ampliação da integração entre instituições culturais, comunidade e gestão pública. Esses elementos sugerem que a consolidação do Museu Couros enquanto espaço articulado ao turismo cultural depende não apenas da existência do patrimônio, mas também de estratégias institucionais capazes de ampliar sua circulação e visibilidade no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu discutir o papel do Museu Couros enquanto espaço de preservação patrimonial e suas possíveis relações com o turismo cultural em Formosa (GO). Os resultados obtidos indicam que o museu possui reconhecimento social associado à preservação da memória, à valorização da cultura local e às atividades educativas desenvolvidas junto à comunidade. As percepções identificadas também evidenciam o reconhecimento de seu potencial para contribuir com a valorização turística do município.

Os resultados revelaram aspectos relevantes relacionados às formas de apropriação social do espaço. As formas de conhecimento do museu mostraram-se predominantemente associadas às experiências locais, às atividades escolares, aos eventos culturais e às redes de sociabilidade. Esse aspecto sugere que sua inserção nas dinâmicas do turismo local ainda ocorre de forma limitada, indicando possibilidades de fortalecimento de estratégias voltadas à divulgação, à ampliação de ações culturais e à integração entre patrimônio e turismo.

As entrevistas realizadas também permitiram identificar desafios relacionados à manutenção das atividades, à ampliação da visibilidade institucional e ao fortalecimento de ações permanentes de educação patrimonial. Esses elementos reforçam a importância de iniciativas que promovam maior articulação entre instituições culturais, comunidade, universidades e gestão pública.

Por fim, considera-se que o Museu Couros apresenta potencial relevante enquanto espaço de valorização patrimonial e cultural no município de Formosa, estado de Goiás. Como encaminhamentos futuros, sugere-se o aprofundamento de pesquisas relacionadas às percepções dos visitantes, às experiências de turismo cultural e às possibilidades de integração entre patrimônio, políticas culturais e estratégias de desenvolvimento turístico local.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG TECCER/UEG). Agradecemos também ao Museu Couros de Formosa-GO, aos entrevistados e aos participantes da pesquisa pela disponibilidade e colaboração com o estudo.

Referências

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo**. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida et al. Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23–29.

GUIRRA, Daniel. **Do museu histórico ao biográfico: uma proposta de requalificação do Museu Couros de Formosa (1996–2019).** 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

SANTOS, Michael Douglas dos; CARMO, Lucas Rodrigues do. Lugares de memória e história: a formação de acervos museológicos: uma questão de justiça? **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 22, n. 2, p. 170–182, 2023.

SOARES, Marcelo Enéas de Melo. **Patrimônios (in) visíveis da Fundação Museu Couros em Formosa/GO: patrimônio cultural, educação patrimonial e experiências narrativas.** 2024. 141 f. Dissertação – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2024.

AVALIAÇÃO DO ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CHAPADA DOS VEADEIROS: PERSPECTIVAS DOS PARTICIPANTES E DO EMPRESARIADO

Amanda Alves Borges
amanda.borges@usp.br, PPGTUR USP e Observatório do Turismo de Goiás
Carlos Henrique Pereira de Freitas
carlos.economia@outlook.com, Observatório do Turismo de Goiás
Alysson Galvão Correia Da Silva
correia.galvao@discente.ufg.br, IESA UFG e Observatório do Turismo de Goiás
Ana Luisa Lopes Sales
ana_sales@discente.ufg.br, *IESA UFG e Observatório do Turismo de Goiás*
Mikaelle Lima Souza
mikaelle@discente.ufg.br, *IESA UFG e Observatório do Turismo de Goiás*
Laura Cândido Amaral
lauramaraldesign@gmail.com, Turismo IFG e Observatório do Turismo de Goiás

INTRODUÇÃO

O Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros constitui-se como uma importante iniciativa de valorização, afirmação e resistência das culturas tradicionais e populares. Com o objetivo de promover, valorizar e salvaguardar o patrimônio cultural imaterial brasileiro, o encontro reúne povos indígenas, quilombolas e mestres da cultura popular em um espaço de troca, reconhecimento e fortalecimento cultural. Realizado na Vila de São Jorge, o evento celebrou, em 2025, seus 25 anos de trajetória, consolidando-se como um espaço de encontro entre mestres e mestras das culturas tradicionais, povos indígenas, artistas e público diverso. Sua programação, composta por cortejos, oficinas, shows, rodas de prosa, feira de artesanato e produtos da sociobiodiversidade, amplia a visibilidade de saberes, práticas e expressões culturais de diferentes grupos e comunidades (Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2025).

A relevância deste estudo está em compreender o evento para além da manifestação cultural, mas também como fenômeno turístico e territorial. No campo do turismo cultural, entende-se que a motivação central do visitante está relacionada a aprender, descobrir, experimentar e consumir atrativos e produtos culturais tangíveis e intangíveis em um destino (UN Tourism, 2019). Já autores como Greg Richards (2007) e Margarita Barretto (2007) contribuem para pensar as relações entre cultura, patrimônio, experiência turística e identidade, enquanto Rita de Cássia Ariza da Cruz (2007) e Milton Santos (2006) oferecem bases para interpretar o turismo como prática socioespacial, vinculada à produção do espaço, aos usos do território e à valorização dos lugares. Assim, a articulação entre turismo cultural e geografia do turismo mostra-se adequada para refletir sobre a realidade da Chapada dos Veadeiros.

Com base nisso, o presente estudo tem como objetivo avaliar o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros a partir das perspectivas dos

Realização
Parceiros
Apoio

participantes e do empresariado, buscando compreender seus efeitos sobre a imagem do destino, a satisfação do público e a dinâmica socioeconômica local.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo da presente pesquisa, buscou-se identificar o perfil e o nível de satisfação dos participantes do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, bem como compreender a perspectiva empresarial da Vila de São Jorge acerca dos impactos do evento. A pesquisa com os participantes foi realizada nos anos de 2022, 2023 e 2025, o que possibilitou uma análise comparativa das avaliações da imagem do destino e do Encontro ao longo do tempo. Já em 2025, pela primeira vez, o estudo passou a incluir também a percepção dos empresários da Vila de São Jorge, ampliando a compreensão dos efeitos do festival sobre a dinâmica econômica local.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, realizada pelo Observatório do Turismo de Goiás, departamento de pesquisa da Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo), em colaboração com a Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

A coleta de dados ocorreu de forma presencial e online. Durante o evento, entre os dias 15 e 20 de setembro, dois pesquisadores realizaram aplicação presencial junto aos participantes e aos estabelecimentos da Vila de São Jorge, por meio de abordagem direta. Em seguida, a coleta foi complementada por formulário digital até o dia 10 de outubro. A amostra de 2025, definida por conveniência, foi composta por 259 participantes do evento e 50 empresários do distrito de São Jorge. Os instrumentos continham perguntas abertas e fechadas, e os dados foram organizados em planilha eletrônica para elaboração de tabelas, gráficos e nuvens de palavras. Os resultados foram sistematizados em dois relatórios complementares, um voltado aos participantes e outro à percepção dos empresários, os quais podem ser consultados integralmente em Goiás Turismo (2025a) e Goiás Turismo (2025b).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os participantes do evento, observou-se predominância do público feminino (58,3%), com idade média de 41 anos e elevado nível de escolaridade, uma vez que 33,6% possuíam ensino superior e 29,7%, pós-graduação. O gasto médio individual foi de R$1.497,86, considerando hospedagem, alimentação, transporte, entre outros. Esse perfil indica um público com maior capital cultural e potencial de consumo, o que suscita questionamentos sobre o alcance social do evento, especialmente no que se refere à participação de públicos com menor renda e escolaridade. Nesse ponto, a discussão proposta por Barretto (2007) é pertinente, pois permite refletir que a valorização cultural no turismo não elimina, por si só, desigualdades de acesso.

A procedência dos respondentes evidenciou o alcance geográfico do evento: 83% não eram moradores locais, sendo que 35,3% eram de Goiás, 28,2% do Distrito Federal, 36,5% de outros 24 estados brasileiros e 1,5% de outros países. Entre os não residentes, 84,7% pernoitaram no destino, com média de cinco dias de permanência; 55,5% ficaram hospedados em hotel e 58,6% utilizaram veículo próprio para chegar ao evento. Além de impactar diretamente a cadeia de serviços turísticos, sobretudo hospedagem, alimentação, mobilidade e comércio, esses dados mostram que o evento concentra o fluxo no próprio

Realização
Parceiros
Apoio

município, já que 88,8% dos não residentes declararam não pretender visitar outro destino, o que reforça sua centralidade, mas também indica potencial ainda pouco explorado de integração regional do turismo na Chapada. Essa centralidade pode ser compreendida à luz da geografia do turismo, uma vez que, como discutem Cruz (2007) e Santos (2006), o turismo produz usos específicos do território, reorganiza fluxos e reforça determinados lugares como polos de atração e consumo.

Quanto às motivações de participação, observou-se um equilíbrio entre trabalho (50,6%) e lazer/turismo (49,4%) como principal interesse no evento. Esse resultado indica que o festival opera em uma lógica híbrida, ao reunir tanto os agentes culturais das comunidades que se deslocam para atuar profissionalmente no evento, quanto participantes que comparecem na condição de público, motivados pelo interesse em assistir às atividades e vivenciar a experiência cultural.

Na pesquisa com os participantes, os resultados mostram que a percepção geral do evento permaneceu positiva, embora alguns desafios estruturais persistam. Na escala de 1 a 5, em 2025, a nota geral do evento foi 4,4, acima de 2022 (4,0) e abaixo de 2023 (4,8). Já a imagem do destino obteve nota total de 4,1, repetindo 2022 e superando levemente 2023 (4,0). Houve melhora em itens como sinalização nas rodovias (4,2), informações turísticas (4,2) e limpeza urbana (4,1), mas alguns aspectos seguiram com notas menores, como preços dos produtos consumidos (3,2) e internet (3,5).

Na avaliação específica do evento, destacaram-se comunicação (4,4), programação (4,5), diversidade cultural (4,6) e participação do público (4,4). Por outro lado, a acessibilidade para pessoas com deficiência manteve nota 3,9, sem avanço em relação a 2023, indicando a necessidade de maior atenção a esse aspecto. Esses resultados reforçam que, embora o evento seja bem avaliado em sua dimensão cultural, a experiência turística também depende de condições concretas de infraestrutura, acolhimento e uso do território, como discutem Cruz (2007) e Santos (2006).

Quanto à perspectiva do empresariado, os impactos negativos do evento foram considerados praticamente inexistentes por 92% dos empresários da Vila de São Jorge, havendo apenas menções pontuais à necessidade de maior atenção ao fornecimento de energia. A maioria dos entrevistados era composta por proprietários de empreendimentos (68,0%), enquanto 32,0% eram funcionários, com destaque para o setor de lojas de artesanato e produtos em geral (28,0%). Entre os empresários, 78,0% perceberam aumento no número de clientes durante o evento, e o crescimento médio da demanda foi de 38,0%, indicando aumento da atividade econômica. Além disso, 92,0% afirmaram que o Encontro ajuda a movimentar a economia local. Esses dados reforçam a compreensão de que eventos culturais também funcionam como indutores de circulação econômica e de valorização do lugar.

Por outro lado, 86,0% dos empresários disseram não ter gerado novos empregos em razão do evento, sugerindo que o aumento da demanda foi absorvido majoritariamente pela estrutura já existente. Também chama atenção o fato de 56,0% do empresariado não ter participado de nenhuma atividade do Encontro, o que indica que, embora os efeitos econômicos sejam reconhecidos, ainda há espaço para ampliar a articulação entre a programação cultural e o setor produtivo local.

Os dados qualitativos reforçam esse quadro. Na opinião dos empresários, os shows, a diversidade cultural e oficinas são os aspectos que mais chamam a atenção dos

clientes, enquanto os principais efeitos positivos para os negócios foram o aumento da de vendas e clientes. Além disso, 68,0% consideraram que o impacto financeiro do evento foi melhor do que em outros períodos do ano. Quanto à data, 70,0% avaliaram positivamente a mudança de julho para setembro, embora 16,0% avaliaram negativamente, sugerindo o retorno a julho.

De modo geral, o nível de satisfação do evento foi alto. O índice de recomendação entre os participantes foi de 98,8%, e 42,5% afirmaram ter conhecido o evento por meio de amigos e familiares, evidenciando a força da circulação boca a boca. Quanto à percepção de que o evento fortalece a imagem do destino, 94,98% dos participantes responderam afirmativamente, percepção que é ainda mais expressiva entre os empresários, dos quais 100% reconheceram a contribuição do evento para a valorização da Chapada dos Veadeiros como destino cultural e turístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros se consolida como importante mecanismo de valorização cultural, fortalecimento da imagem do destino e dinamização econômica local. Os achados mostram que a principal força do evento está na valorização dos saberes tradicionais e na oferta de experiências culturais, aspecto que contribui para diferenciar a Chapada dos Veadeiros no cenário turístico-cultural. Nesse sentido, a mudança da data de realização, de julho para setembro, mostrou-se estratégica para reduzir efeitos da sazonalidade e favorecer a distribuição do fluxo turístico em período distinto da alta temporada.

De modo geral, o evento foi bem avaliado por participantes e empresários, especialmente no que se refere à programação, à diversidade cultural, à capacidade de atrair fluxo turístico e movimentar a economia local. Ao mesmo tempo, os dados indicam que sua continuidade, em médio e longo prazo, depende não apenas da potência simbólica e cultural que o caracteriza, mas também de melhorias mais consistentes em infraestrutura, acessibilidade, qualificação dos serviços e controle de custos.

Como encaminhamento futuro, recomenda-se dar continuidade à pesquisa no monitoramento do evento, com aprimoramento do instrumento de pesquisa para distinguir com maior precisão os diferentes perfis de participantes, especialmente aqueles que se deslocam ao Encontro por lazer/turismo e aqueles que participam vinculados ao trabalho para apresentação de suas comunidades.

Também se mostra pertinente a realização de investigações específicas junto aos moradores locais, com vistas a ampliar a compreensão sobre os efeitos do evento no território e o grau de pertencimento da comunidade aos processos de produção e organização. Tal abordagem possibilita avaliar o potencial de fortalecimento de práticas de turismo de base comunitária, mais autênticas e participativas, ancoradas no protagonismo local.

Outra frente relevante consiste em aprofundar a análise sobre o alcance social do Encontro, diante de indícios de concentração em um público mais escolarizado. Ademais, a expressiva presença feminina entre os participantes e a importância das mulheres na produção, transmissão e preservação dos saberes tradicionais evidenciam a pertinência de estudos específicos sobre sua participação no evento, seja como público, empreendedoras, expositoras, artistas ou lideranças culturais. Ressalta-se que o

questionário aplicado ao empresariado não contemplou a variável gênero, recomendando-se sua inclusão em futuras pesquisas, a fim de dimensionar a participação feminina nos negócios.

Também se recomenda a ampliação da pesquisa para eventos similares realizados no estado de Goiás, como a Tenda Multiétnica, durante o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), na cidade de Goiás, sobre a qual ainda não há registros de pesquisa. A produção de estudos comparativos entre iniciativas com propostas culturais afins pode contribuir para qualificar a compreensão sobre seus impactos turísticos, sociais, culturais e territoriais, além de subsidiar o planejamento e o fortalecimento dessas ações. Desse modo, o aprofundamento dessas agendas de pesquisa tende a favorecer não apenas o aprimoramento dos eventos, mas também o fortalecimento da cultura e do turismo no estado de Goiás.

AGRADECIMENTOS: O Observatório do Turismo de Goiás agradece à Goiás Turismo, à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás e à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico pelo apoio, viabilização da pesquisa e hospitalidade durante o Encontro de Culturas. Agradecemos também aos respondentes da pesquisa e expressamos nosso reconhecimento aos mestres e mestras das culturas tradicionais, povos indígenas, artistas, demais agentes culturais e organizadores, que mantêm vivo o Encontro como espaço de cultura, memória e resistência.

Referências

BARRETTO, Margarita. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CHAPADA DOS VEADEIROS. *XXV Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros*. [S. l.], 2025.

GOIÁS TURISMO. *Perfil e satisfação do participante do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros 2025*. Goiânia: Observatório do Turismo de Goiás, 2025b. Disponível em: <...>. Acesso em: 2 maio 2026.

GOIÁS TURISMO. *Visão empresarial: avaliação e retornos do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros 2025*. Goiânia: Observatório do Turismo de Goiás, 2025a. Disponível em: <...>. Acesso em: 2 maio 2026.

RICHARDS, Greg (ed.). *Cultural tourism: global and local perspectives*. New York: Routledge, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: EdUSP, 2006.

UN TOURISM. *UNWTO tourism definitions*. Madrid: UN Tourism, 2019.

O CINEMA COMO AFIRMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO: O DESASTRE COM O CÉSIO 137 E A CONSTRUÇÃO DE UM ROTEIRO DE LONGA-METRAGEM

Helena Maria Braz dos Santos[1]
hmbrazdossantos@aluno.ueg.br, UEG
Geórgia Cynara Coelho de Souza[2]
georgia.cynara@ueg.br, UEG

INTRODUÇÃO

Em março de 2026 foi lançada na Netflix a minissérie Emergência Radioativa. Criada por Gustavo Lipzstein, produzida pela produtora Gullane e com direção de Fernando Coimbra, a minissérie tem como objetivo retratar os acontecimentos do acidente com o Césio-137 de forma ficcional pela perspectiva dos físicos e profissionais que atuaram na linha de frente da operação Césio. A narrativa acompanha um físico chamado Márcio, que retorna a Goiânia para o aniversário de seu pai e acaba se encontrando no centro do desastre nuclear após a ligação de um colega médico que suspeita que seus pacientes possam estar sofrendo de Síndrome Aguda da Radiação.

Considerado como o maior acidente radiológico do mundo fora de uma usina nuclear, o acidente com o Césio-137 ocorreu em setembro de 1987 na cidade de Goiânia e matou quatro pessoas devido ao contato direto com a substância, Leide das Neves; Maria Gabriela Ferreira; Israel Batista do Santos e Ademilson Alves de Souza. Além disso, foram monitoradas 112.800 pessoas, das quais 249 apresentaram sinais de contaminação, de acordo com dados informados pelo Governo do Estado de Goiás[3]. No entanto, o acidente radiológico deixou marcas mais profundas e permanentes na história de Goiás e seus habitantes.

A antropóloga Telma Camargo da Silva (2004, p.212) considera como desastre o acidente envolvendo o Césio-137 pois "[...] provocou transtornos na ordem cultural, política e econômica da cidade ao mesmo tempo que revelou a vulnerabilidade de determinados grupos sociais em face das consequências danosas do uso da tecnologia nuclear". A repercussão do acidente abalou a forma como o mundo enxergava Goiânia, e por consequência, Goiás, gerando uma onda de rejeição por parte do restante do país.

Por esse motivo, é possível considerar que a magnitude do acidente afetou de forma significativa a identidade cultural não apenas da cidade de Goiânia, mas também do estado de Goiás. Jeffrey C. Alexander, no livro Cultural trauma and collective

[1] Aluna de pós-graduação do TECCER, UEG.

[2] Professora do curso Cinema e Audiovisual da UEG e do TECCER, UEG; orientadora

[3] Informação retirada do site <https://goias.gov.br/saude/historia-do-cesio-137-em-goiania/>

Realização
Parceiros
Apoio

identity (2004, p.) define como trauma cultural quando um coletivo de pessoas passa por um evento terrível que deixa marcas permanentes e inesquecíveis. Dessa forma, é possível afirmar que, ao menos no momento em que ocorreu, o acidente radiológico em Goiânia foi um trauma cultural, afetando milhares de pessoas ao mesmo tempo de formas diferentes.
Stuart Hall analisa, em seu livro A identidade cultural na pós-modernidade (1992), o conceito de "identidade nacional". O autor afirma que uma das características da pós-modernidade é a criação de uma identidade vinculada aos Estados nacionais. No entanto, ao adaptar esse conceito a uma realidade brasileira, é possível considerar que cada estado pode ter sua própria identidade regional, dadas as particularidades históricas e culturais de cada região. Nesse contexto, textos como "Por uma identidade cultural para Goiás: uma análise da revista Goianidade (1992)", de Rildo Bento de Souza, e "A identidade cultural do goiano" (2011) de Nasr Fayad Chaul, são exemplos de que a identidade cultural do povo goiano já vem sendo pensada no que diz respeito às suas particularidades culturais próprias.

Nesse contexto, o audiovisual é uma importante ferramenta na construção simbólica da memória e identidade cultural goiana, uma vez que produz e dissemina representações sobre o território e sua história. Através das obras audiovisuais produzidas a respeito do acidente com o Césio-137, o evento é lembrado, reinterpretado e ressignificado, participando ativamente na construção da memória coletiva e dos sentidos atribuídos ao acidente.

Assim, esse trabalho propõe analisar como diferentes representações audiovisuais do acidente com o Césio-137 constroem sentidos distintos sobre o território goiano e sua identidade cultural, articulando essa análise ao desenvolvimento de um roteiro de longa-metragem. Parte-se da hipótese de que existem diferenças nas representações feitas por realizadores goianos e não-goianos, que obras externas se limitam a reencenação, enquanto obras internas constroem narrativas diversas usando como tema central o acidente radiológico. Para isso, serão analisadas obras de realizadores goianos e não-goianos sobre o acidente com o Césio-137 para analisar as diferenças entre as narrativas.

A representação é uma das partes essenciais para a construção de uma identidade cultural, de acordo com Stuart Hall. Para ele, um dos pilares da identidade nacional reside na representação. Hall define representação como "utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo para o mundo ou representá-lo para outras pessoas." (Hall, 2017, p.31) Assim, o audiovisual é uma linguagem na qual é possível expressar e representar narrativas através de imagens e sons. Sob esta perspectiva, esse trabalho tem como interesse compreender como o roteiro cinematográfico atua como ferramenta de construção desses signos e significados, uma vez que se trata da fundação de uma obra audiovisual.

O roteiro cinematográfico é um documento técnico e narrativo destinado à realização audiovisual. Destinado não apenas à leitura, o roteiro serve como guia para diversos profissionais que atuarão em uma produção cinematográfica. Nele se encontra a base

estrutural de uma obra audiovisual, organizando seus elementos centrais, personagens, arcos dramáticos, conflitos, espaços e ações que posteriormente serão traduzidos para a linguagem cinematográfica. Jean-Claude Carrière afirma que: "O roteiro é um instrumento, que é lido, anotado, dissecado - e descartado." (Carrière, 2015, p.120) Por esse motivo, a elaboração desses elementos é de suma importância para a construção de sentidos e representações presentes em obras audiovisuais. Dessa forma, essa pesquisa deseja compreender como diferentes representações audiovisuais constroem sentidos diferentes a respeito da identidade cultural goiana e da memória do acidente com o Césio-137 interligando pesquisa bibliográfica, análise fílmica e reflexões práticas.

METODOLOGIA

Essa pesquisa aborda uma abordagem qualitativa, utilizando análise fílmica e pesquisa bibliográfica como principais procedimentos metodológicos. A partir da análise e comparação das obras, busca-se compreender como seus elementos narrativos constroem diferentes representações sobre Goiás, o acidente com o Césio-137 e sua memória traumática. As obras utilizadas para análise são o longa-metragem Césio 137 - O Pesadelo de Goiânia (1990), a minissérie Emergência Radioativa (2026), assim como os curta-metragens Algo do que fica (2017) e Azul (2025), representando respectivamente obras externas e internas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de ainda se encontrar em estágio inicial, a análise preliminar das obras mencionadas demonstram uma tendência à reconstrução factual em obras de realizadores não-goianos. Estas obras se comprometem a entregar uma reconstituição — fiel ou não — do acidente radiológico, entregando ao público uma história com começo, meio e fim bem delimitados.

Já as obras produzidas por realizadores goianos não optam pela reconstrução do acidente, mas sim o usam como tema central que impulsiona a narrativa. Essas obras levam os personagens e a trama para o presente, ou reinterpretam o passado e abordam temas como luto, família, memória, além da tragédia já conhecida do acidente com o Césio-137. Essas obras também introduzem novos personagens, ampliando as identificações possíveis com o desastre.

Como caráter prático deste trabalho o roteiro de longa-metragem intitulado Didico, refletirá, na prática, as reflexões teóricas apresentadas pela pesquisa. Assim como Algo do que fica (2017) e Azul (2025), Didico pretende explorar o acidente com o Césio-137 não somente como um acontecimento alojado no passado, mas sim com uma memória viva que é carregada todos os dias no âmago das personagens centrais. O uso da ficção permite uma flexibilidade criativa e narrativa para explorar elementos simbólicos e traumáticos que envolvem esse elemento da identidade goiana. A narrativa gira em torno de Clara, uma jovem de 17 anos que retorna à sua cidade natal, Goiânia, ao lado de sua mãe, Joana, pela primeira vez desde que nasceu. Ao chegar à casa da avó, Josefina, percebe uma ausência gritante na atmosfera familiar: seu avô, Didico. Instigada a compreender o mistério sobre o que aconteceu

Realização
Parceiros
Apoio

com o avô e as estranhas dinâmicas que atravessam aquela casa, Clara inicia uma investigação que revela a ligação de sua família com o acidente radiológico com o Césio-137.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, esse trabalho teve como objetivo compreender como as representações audiovisuais do acidente com o Césio-137 atuam na construção simbólica da identidade cultural de Goiás. Após uma análise preliminar das obras audiovisuais selecionadas, foi possível concluir que as representações não-goianas do acidente utilizam a reencenação dos fatos — fiel ou não, — para construir uma narrativa que tem como obra final uma apresentação cronológica do acidente para o público. Já as obras de realizadores goianos usam o acidente com o Césio-137 como tema central, podendo construir uma narrativa no presente ou um passado ficcional, articulando também temas como memória, luto e família. Foi apresentado também, um pouco da narrativa do roteiro do longa-metragem Didico, proposto por esse trabalho como desdobramento criativo das reflexões feitas anteriormente.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. Cultural trauma and collective identity. Berkeley: University of California Press, 2004.

ALGO DO QUE FICA. Direção: Benedito Ferreira. Brasil, 2017.

AZUL. Direção: Eduprea. Brasil, 2025.

CARRIÈRE, Jean-Claude; BONITZER, Pascal. Prática do roteiro cinematográfico. São Paulo: JSN Editora, 2015.

CÉSIO - O PESADELO EM GOIÂNIA. Direção: Roberto Pires. Brasil, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do goiano. Goiânia: Editora UFG, 2011.

Emergência Radioativa. Criação: Gustavo Lipzstein. Direção: Fernando Coimbra. Produção: Netflix, 2026.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Saúde. História do Césio-137 em Goiânia. Disponível em: https://goias.gov.br/saude/historia-do-cesio-137-em-goiania/. Acesso em: 20 maio 2026.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2017.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

SILVA, Telma Camargo da. Desastre como processo social: o caso do acidente com o Césio-137 em Goiânia. Goiânia: Editora UFG, 2004.

SOUZA, Rildo Bento de. Por uma identidade cultural para Goiás: uma análise da revista Goianidade (1992). 2017.

O DINHEIRO NÃO NASCE EM ÁRVORE, MAS NASCE EM ÁGUAS": ANÁLISE DO RECONHECIMENTO DA POTENCIALIDADE ECONÔMICA DAS ÁGUAS TERMAIS EM GOIÁS

Raissa Rafaeli de Sousa Caetano
raissarafaelli228@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

O Estado de Goiás é reconhecido em todo o território nacional enquanto uma potência agropecuária, mas pouco estudado enquanto um estado que propicia formas de lazer variadas visto que se localiza a uma distância considerável do mar. No entanto, de forma surpreendente, Goiás se destaca por seus parques aquáticos com visibilidade nacional e até internacional.

Em 2023, o Hot Park Rio Quente esteve entre os parques aquáticos mais visitados do mundo segundo a pesquisa *Theme Index Museum Index* 2023, realizada pela *Themed Entertainment Association* (TEA) em parceria com a consultoria Aecom. Esse destaque mundial de um parque aquático goiano é um claro sinal da grande potência presente na dimensão das águas de Goiás e da relação que os goianos possuem com a água enquanto uma forma de lazer. Este trabalho se propõe a analisar como se constituiu essa relação de lazer dos goianos com as águas termais presentes em todo o território do estado no decorrer da história e de que forma elas transformaram-se de simples fontes termais no coração do país conhecidas principalmente por suas propriedades terapêuticas contra enfermidades, para grandes potências turísticas de destaque mundial através da análise histórica dos parques aquáticos.

Essa pesquisa está estruturada de forma cronológica quanto às mudanças acerca da perspectiva que se tinha das águas termais, analisando o primeiro potencial reconhecido nelas: o terapêutico. Em seguida a guinada para as potencialidades econômicas e por fim a criação dos famosos parques aquáticos de Goiás.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem sido desenvolvida através de leituras orientadas de textos teóricos como *O Homem e o mundo natural*, Keith Thomas (2010) e *O território do vazio por* Alain Corbin *(1989)*. Além disso, trabalha-se com relatos de viajantes que

Realização
Parceiros
Apoio

passaram por Goiás durante diferentes momentos históricos, como Saint Hilaire, e da busca de documentos acerca da relação dos goianos com a água em fontes documentais disponibilizadas em hemerotecas nacionais como a Hemeroteca Digital Brasileira e a Hemeroteca Digital do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Foram examinados periódicos goianos do período de 1830 a 1960, que relatem qualquer prática ou crença popular acerca das águas termais. Por fim, um agrupamento do material analisado e ordenado para seguir com as análises teóricas e a coleta de novos relatos acerca da construção da identificação do potencial econômico presente nessas termas naturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos desta pesquisa com as seleções de trechos presentes em jornais goianos, falam sobre as propriedades terapêuticas e radioativas das águas quentes de Caldas Novas e da fama das águas termais de Goiás em todo o país.

Com apoio do material analisado encontrado nas hemerotecas e das leituras teóricas como o livro *Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental* de Alan Corbin e da dissertação *Rio Araguaia: de utopia a praia dos Goianos.* de Carla Ediene da Silva Alves presume-se que a relação dos goianos com as águas termais mudou de maneira orgânica conforme se foi criando novas crenças populares e se realizando alguns estudos por médicos e curandeiros locais.

A análise documental revelou que a mística em torno das águas termais em Goiás remonta desde o século XVIII e XIX. No jornal *Goyaz*, edição nº 34 de 1886[1], identificou-se o uso do termo *'banhos milagrosos'*, o que sugere que, antes mesmo da identificação econômica dessas águas termais, a relação da população com essas águas era pautada por uma dimensão sagrada e medicinal. Outro registro encontrado foi o relato de Saint-Hilaire em uma passagem por Goiás em seu livro *Viagem à Província de Goiás* escrito em 1819 sobre as águas terapêuticas de Caldas Novas:

> [...] Essas águas gozam de grande fama em Goiás, no tratamento de moléstias de pele e de vários tipos de males. Quando por ali passei havia

[1] PEIXOTO, B. A. Gavião,Transcripção. GOYAZ, Goiás, 16 de maio de 1886, n. 34, 1886. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=246590&pasta=ano%20188&pagfis=126. Acesso em: 1 mar. 2026.

Realização
Parceiros
Apoio

> uma dezena de enfermos banhando-se em Caldas Novas, todos pertencentes a famílias pobres de Meia Ponte, Santa Luzia e Bom Fim. Às vezes, porém, costumam aparecer ali doentes de Mato Grosso e até mesmo do Rio de Janeiro. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 114)

Esses registros são marcos importantes, pois demonstram que o imaginário terapêutico e da cura medicinal já estava presente no cotidiano goiano muito antes da estruturação urbana de Caldas Novas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a pesquisa caminha agora, após uma seleção documental sobre a identidade e relação primordial dos goianos com as águas quentes de Caldas Novas, para o mapeamento da construção e identificação do potencial econômico presente nessas águas que culminará nas seguintes décadas no surgimento dos grandiosos e famosos parques aquáticos de Goiás que hoje são destaque na área do turismo. Neste trabalho, se conclui parcialmente que a relação dos goianos com suas águas termais como forma de lazer é uma construção de identidade que, através de um longo processo histórico entranhado de diferentes concepções de mundo e de ciência, se transformou em capital econômico para o Estado de Goiás e fez-se destaque internacional.

AGRADECIMENTOS:

À Universidade Estadual de Goiás (UEG) pelo apoio às atividades vinculadas ao PIVIC-UEG. Ao Programa de Auxílio a Eventos da UEG.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC) da Universidade Estadual de Goiás.

Referências

Fontes

LOYOLA, H. DE. **Caldas Novas - a maravilhosa estancia balnearia do Estado de Goiaz**. Cidade de Goiaz, 13 de outubro de 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800139x&Pesq=radioativas&id=122610478573&pagfis=105 acesso 01 de março de 2026.

MATTOS, R. J. DA C. **Escritos sobre a província de Goiás: corografia histórica, itinerário, carta corográfica**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

Realização
Parceiros
Apoio

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Bibliografia

ALVES, Carla Ediene da Silva. **Rio Araguaia: de utopia a praia dos Goianos**. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2017.

CORBIN, Alan. **Território do vazio:** a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

O MARKETING VERDE DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E A NARRATIVA PARA OCUPAÇÃO DO CERRADO: O EIXO GOIÂNIA-ANÁPOLIS.

Luiz Fábio da Costa
hapistello@gmail.com, UEG
Josana de Castro Peixoto
josana@ueg.br, UEG

INTRODUÇÃO

O cerrado goiano historicamente percebido como um território de transição e fronteira, atravessa no século XXI uma reconfiguração na ocupação urbana. O que antes era descrito por naturalistas oitocentistas como uma vastidão inóspita e "inútil" (Saint-Hilaire *apud* Mello, 2021, p. 370) até sua conversão produtiva, vem se transformando em um dos ativos mais valiosos, para o agronegócio. Embora possa cobrir uma grande fatia desse espaço, o agro divide com o mercado imobiliário, sua expansão, consumindo parte substancial dessa geografia. Entre 2010 e 2025, o estado de Goiás consolidou-se como região que agrega um modelo urbanístico segregador: os condomínios horizontais de alto e médio padrão. Este fenômeno impulsionado pela saturação dos centros urbanos, encontrou no discurso do *wellness* (bem-estar) e da sustentabilidade a retórica perfeita para a valorização do metro quadrado. No entanto por trás das promessas de viver em comunhão com a natureza, oculta-se uma rede de impactos socioambientais que desafiam o planejamento urbano e a integridade do bioma.

A problemática central deste estudo reside na contradição entre o marketing ambiental, que vende o Cerrado como um refúgio paradisíaco, e a prática da especulação imobiliária, que enfrenta os Planos Diretores e as capacidades de infraestrutura das cidades, como uma guerra de poder e controle sobre a terra. Anápolis estrategicamente posicionada no eixo logístico entre a capital federal e Goiânia, é um exemplo desse *boom* mercadológico. A cidade marcada por uma forte identidade industrial e acadêmica, vê suas franjas urbanas serem ocupadas por empreendimentos que prometem isolamento, contanto com a natureza e status, enquanto sobrecarregam as vias de acesso, impactando diretamente na mobilidade de cidades que não são planejadas, e que aguardam por décadas obras estruturais (VALVERDE, 2022), nesta expansão desordenada de pavimentar o cerrado, com os empreendimentos imobiliários.

Historicamente essa relação predatória com o território não é nova, ao analisarmos os registros de Auguste de Saint-Hilaire em 1819, percebemos que a elite goiana já buscava formas de distinção através do controle do espaço e do consumo de luxo

Realização
Parceiros
Apoio

importado, contrastando com a miséria do entorno, onde a "[...] a mesa era abundante e bem preparada, e na mesa refugiam belas pratarias e porcelanas. Não deixava de causar assombro esse luxo [...]" (Saint-Hilaire, 1975b, p. 55 *apud* Leitão; Magalhães, 2021, p. 277), porém naquela época o naturalista já alertava para sobre esse círculo vicioso da exploração da terra, onde moldavam características do cerrado, um processo inicial da degradação ambiental. Era a conversão do Cerrado em áreas urbanizadas ou pastagens artificiais, mecanismos biológicos que facilitaram a degradação do bioma:

> "(...) a remoção da mata nativa e uso do fogo abrem espaço para ingresso de espécies que não compunham a vegetação original, e que se o fogo for utilizado com certa frequência para preparo do solo para plantações poderá dar espaço ao ingresso de espécies não nativas, como o capim-gordura. Merece salientar aqui que o capim-gordura (*Melinis minutiflora* P. Beauv.) é uma gramínea de origem africana de grande potencial invasivo, [...]. Esta espécie é de difícil controle, reage bem a queimadas e compromete o estabelecimento de espécies nativas (Filgueiras, 1990; Hoffmann; Haridasan, 2008).

E nessa exploração as matas dos condomínios funcionam como um elo privativo de conexão com o estilo de vida wellness, são preservadas como vitrines estéticas dentro de muros, floreadas de narrativas mercadológicas, enquanto os bairros adjacentes e todo o entorno sobrevivem com o adensamento desordenado, conforme detalhe da figura 01, Condomínios Belas Artes e Grand Trianon em Anápolis, cercado pelos bairros Boa Vista, Bougainville, Setor Residencial das Rosas e a BR153.

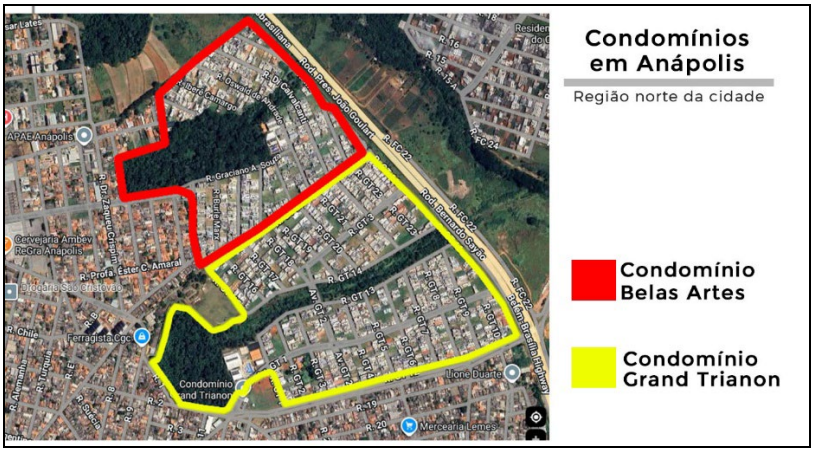


Figura 01 – Delimitação espacial dos condomínios Belas Artes e Grand Trianon na região norte de Anápolis. Fonte: Google Maps (2026)

Sob essa ótica, o marketing verde, conforme definido por Dahlstrom (2011), deveria ser uma ferramenta de gestão ética, mas, para a ocupação imobiliária no Cerrado, funciona como uma técnica de greenwashing ou maquiagem ambiental. Essa mercantilização e tentativa de controle do ecossistema reatualizam, na contemporaneidade, as heranças da racionalidade moderna investigadas por Safadi e

Realização
Parceiros
Apoio

Vila Verde (2020), as quais demonstram a persistência dos preceitos cartesianos de transformar o ser humano em "senhor e possuidor da natureza" por meio de uma lógica de dominação, divisão e utilitarismo econômico. Dias (2014) reforça que a ética nos negócios deveria guiar a competitividade, porém o que se observa é uma corrida por licenciamentos ambientais questionáveis em áreas de preservação permanente (APPs).

Este artigo propõe uma análise dessa expansão, e utiliza como recorte temporal o período entre 2010 e 2025, marcado pelo avanço das legislações urbanas e pelo salto tecnológico que permitiu a interiorização do luxo. O objetivo é demonstrar como o poder econômico molda o território, criando bolhas de sustentabilidade que na prática aceleram a degradação ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa adotada foi qualitativa, quantitativa, exploratório e documental, delimitada geograficamente ao eixo Goiânia-Anápolis (2010-2025). A investigação segui três etapas:

Revisão Bibliográfica e Histórico-Social: Reuniu os conceitos de marketing verde e *greenwashing* (Dahlstrom, 2011; Dias, 2014) à história ambiental do Brasil Central (Ribeiro, 2002) e à omissão constitucional do bioma (Dias; Miziara, 2021). Incorporou a lente epistemológica de Vila Verde e Safadi (2020) sobre os preceitos cartesianos de dominação da natureza, analisando paralelamente os diários de Saint-Hilaire (1819) para identificar as raízes do utilitarismo territorial pelas elites.

Análise Documental: Examinou o ordenamento jurídico-territorial regional, concentrando-se nas alterações legais de perímetros urbanos e nos conflitos gerados frente às diretrizes dos Planos Diretores municipais.

Levantamento Estatístico: Mapeou dados quantitativos oficiais do Censo Demográfico 2022 (IBGE) para mensurar graficamente o crescimento percentual e a concentração de domicílios em condomínios horizontais voltados ao modelo *wellness*.

Tratamento dos Dados: A convergência dos dados qualitativos e quantitativos ocorreu por meio da análise de conteúdo, correlacionando as narrativas do mercado imobiliário aos impactos socioambientais da urbanização no Cerrado goiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fundamentação teórica do marketing ambiental, segundo Dias (2014), pressupõe que as empresas, neste caso, as incorporadoras assumam uma responsabilidade social que vá além do cumprimento da lei. No mercado goiano essa responsabilidade é

Realização
Parceiros
Apoio

frequentemente transmutada em apelo estético. O termo *wellness*, que engloba saúde física e mental, é utilizado para justificar a construção de condomínios em locais cada vez mais distantes dos centros de serviço. Dahlstrom (2011) aponta que o gerenciamento de marketing verde exige uma integração profunda com a ecologia real do local; contudo, o que se observa em empreendimentos de Anápolis e Goiânia é a substituição da biodiversidade nativa por um verde planejado.

De acordo com as notas preliminares de Vila Verde e Safadi (2020), essa redução geométrica e artificial do ecossistema reflete a aplicação estrita dos preceitos de parcelamento e hierarquização mecânica da paisagem, operando sob uma perspectiva cartesiana que afasta a sensibilidade biológica do meio ambiente para tratá-lo como uma estrutura "sem qualidades" e moldada ao controle do sujeito. Saint-Hilaire em suas observações botânicas, já diferenciava a natureza real daquela modificada pela ação humana. Ele notou que a introdução de espécies exóticas, como o capim-gordura, era um indício infalível de desmatamento. Da mesma forma os condomínios atuais frequentemente utilizam espécies paisagísticas que exigem manutenção intensiva e irrigação artificial, entrando em conflito com a escassez hídrica sazonal do Cerrado, que o próprio botânico descreveu como uma estação seca severa onde "tudo o mais estava seco".

Os números do Censo 2022 confirmam a tese dessa mudança para os condomínios, ao trocar a liberdade por regras e taxas de manutenção, neste *marketing* verde. Em Goiânia o crescimento de 124,5% no número de domicílios em condomínios horizontais, reflete não apenas um aumento populacional, mas uma transformação no padrão de moradia da classe média e alta, conforme afirmado por Cardoso (2025). Esse crescimento superou a média nacional, demonstrando que Goiás está se tornando um modelo urbanístico, de narrativas *wellness*.

Em Anápolis esse movimento é potencializado pelo adensamento do Distrito Agroindustrial (DAIA). O habitante desses novos condomínios busca qualidade de vida longe da zona industrial, mas que depende da malha rodoviária para seus deslocamentos diários. E é aqui que o estrangulamento da mobilidade urbana em Anápolis acontece, intensificado pelo fluxo continuo de veículos, adensamento comercial e constantes acidentes. Essa situação crítica tem gerado a necessidade de intervenções políticas emergenciais no viaduto da BR-060, para desatar os gargalos do trânsito local (RUBENS..., 2025). Esse cenário de saturação viária demonstra que a dependência das

Realização
Parceiros
Apoio

rodovias cria um impacto de trânsito desordenado que não foi previsto nos Planos Diretores das décadas passadas, revelando a defasagem dos instrumentos de planejamento perante a velocidade da expansão imobiliária

A união com a natureza prometida no marketing ignora o fato de que o morador passará, segundo Freitas (2025), em média, duas horas por dia emitindo gases poluentes em congestionamentos para acessar os serviços básicos da cidade, conforme os indicadores detalhados no Gráfico 01.

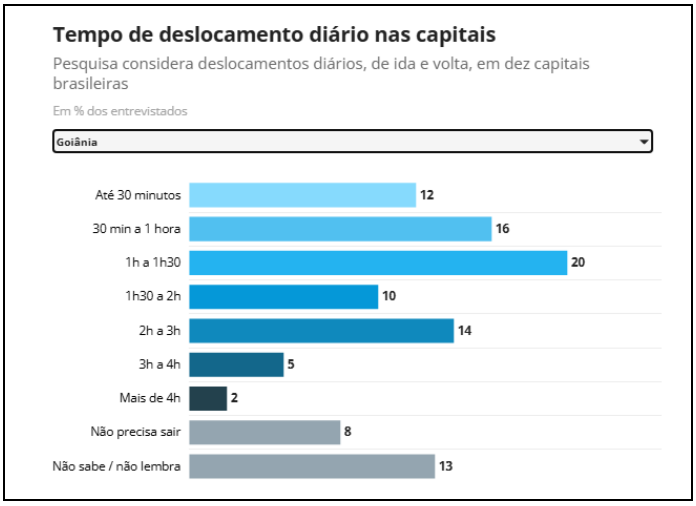


Gráfico 01 - **fonte:** FREITAS (2025)

É uma prática constante na pavimentação do cerrado, esse *modus operandi,* vai na contramão do que os especialistas em marketing ambiental defendem, onde a proposta é "(...) aumentar entre os consumidores a aceitação de ideias ecologicamente corretas, modificando suas crenças, atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente natural, o que implicará em uma real mudança na sociedade", conforme Dias (2014, p.74). Não é absorver o cerrado com narrativas de preservação, mas é mudar, conscientizando a sociedade com ações que sejam reais e percebidas a médio e longo prazo.

Ao impermeabilizar grandes extensões de terra para pavimentar ruas de condomínios, reduz-se a recarga dos aquíferos, um recurso hídrico que Saint-Hilaire já considerava vital para o abastecimento, quando constatou a escassez hídrica acompanhando a mineração em Paracatu onde, os "primeiros mineradores vieram estabelecer-se na região todos os riachos eram rodeados de matas. Elas foram derrubadas e a água se tornou menos abundante. É esse o resultado dos desmatamentos tanto na América como na Europa" (Saint-Hilaire, 1847 *apud* Ribeiro, 2002, p. 285).

Desmatamento que é um conflito presente nos Planos Diretores, que ao tentarem limitar o adensamento, para proteger os mananciais, são atropelados por interesse político e social. Algo evidenciado na exaltação da qualidade de vida urbana e ocupação planejada, que compõe a narrativa que legitima a expansão e o modelo de desenvolvimento, das cidades goianas. Publicado em um dos jornais de circulação local, o discurso político procurou blindar Goiânia de críticas estruturais, caracterizando-a como um ambiente excelente para a pavimentação do cerrado: "O contexto nacional é lamentável, mas é possível certo alívio ao dizer que Goiânia, privilegiada inclusive por sua geografia, é uma rara exceção. [...] a nossa capital é referência quando o assunto é ocupação." (Goiânia..., 2010) [1]

Embora o marketing pregue a sustentabilidade a realidade logística destes empreendimentos, situados em zonas de difícil acesso para os caminhões de lixo municipais ou em cidades que ainda não implementaram aterros sanitários adequados, é um embate generalizado. Pois a criação desses condomínios cercados por muros, suscita um problema de segurança pública e manutenção. Ao se autossegregarem, esses grupos deixam de pressionar por melhorias no espaço público geral, focando seus recursos apenas na manutenção interna dos muros. Isso gera uma cidade fragmentada onde o investimento em infraestrutura segue o capital imobiliário, deixando as periferias desassistidas, sobrecarregando o sistema público com a demanda de serviços para áreas distantes e de baixa densidade demográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomar Saint-Hilaire é essencial para entender essa maquiagem social, ele descreveu que a elite de Goiás no século XIX mantinha um padrão de luxo que assombrava quem viajava pelas estradas precárias do sertão. Esse luxo era uma forma de poder e hoje os condomínios horizontais exercem a mesma função, são monumentos à distância social, pavimentando o cerrado. A natureza vendida é uma natureza seletiva, em que Saint-Hilaire descreveu as Veredas e os Buritis com deslumbramento, chamando-os de "majestosos" e "calma do deserto". O *marketing* verde, utiliza essas imagens para comercializar o Cerrado, frequentemente ameaçando os ecossistemas de Veredas, que são fundamentais para o equilíbrio hidrológico do bioma. A

[1] Por critérios éticos de salvaguarda do pesquisador e para evitar o direcionamento de conflitos de ordem político-partidária local, optou-se pela supressão nominal de agentes políticos de legislaturas passadas em citações de jornais da época, realizando-se a entrada bibliográfica estritamente pelo título dos documentos de domínio público.

Realização
Parceiros
Apoio

fundamentação histórico-social revela que o sistema está repetindo o erro de ver o Cerrado apenas como cenário, e não como sistema vivo.

O estudo deste avanço dos condomínios horizontais especificamente no eixo Anápolis-Goiânia entre 2010 e 2025, revela que a expansão imobiliária é movida por uma lógica de mercantilização da natureza e segregação social. O *marketing* verde embora utilize conceitos de ética e bem-estar presentes em Dahlstrom (2011) e Dias (2014), atua em grande parte como uma maquiagem que oculta impactos severos ao Cerrado e à organização urbana.

Os dados estatísticos desafiam a capacidade de gestão pública, a expansão enfrenta o dilema de equilibrar seu crescimento comercial, industrial e populacional com a proteção de seu patrimônio ambiental. A fuga do rico para o condomínio horizontal é a reedição contemporânea da busca pelo isolamento e status que Saint-Hilaire observou há duzentos anos em Vila Boa e Meia Ponte.

O cerrado não pode ser reduzido apenas ao agronegócio, expansão imobiliária e as terras raras, considerados ativos de mercado, sob o risco de comprometermos, o ecossistema vital desse bioma, como a regulação hídrica e a biodiversidade. A urgência é um status continuo para o planejamento urbano no cerrado goiano, para que ele supere a lógica da especulação, onde a preservação ambiental não seja um item de luxo em um catálogo de vendas, mas uma garantia de sobrevivência e equidade para toda a sociedade, pois essa união com a natureza exige o respeito aos limites do bioma e a integração, e não a segregação urbana.

REFERÊNCIAS

Editorial, 2021.

CARDOSO, Luana. Goiânia se destaca entre as capitais brasileiras com maior número de condomínios horizontais. Disponível em: <https://www.autimob.com.br/noticias/cidades/goiania-se-destaca-entre-as-capitais-brasileiras-com-maior-numero-de-condominios-horizontais>. Acesso em: 23 março. 2026.

DAHLSTROM, Robert. Gerenciamento de Marketing Verde. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DIAS, Reinaldo. Marketing Ambiental: Ética, Responsabilidade Social e Competitividade nos Negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FREITAS, Hyndara. Morador de capitais gasta em média duas horas com deslocamentos diários; veja o tempo em cada cidade. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia /2025/09/ 22/ morador-de-capitais-gasta-em-media-duas-horas-com-deslocamentos-diarios-veja-o-tempo-em-cada-cidade.ghtml>. Acesso em: 12 março 2026.

GOIÂNIA como um bom exemplo. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Goiânia, 21 fev. 2010. Notícias. Disponível em: https://portal.al.go.leg.br/noticias/31305/goiania-como-um-bom-exemplo. Acesso em: 23 março 2026.

GOOGLE. Google Maps. Imagem de satélite da região norte do município de Anápolis, Goiás. 2026. Disponível em: https://www.google.com/maps. Acesso em: 25 maio 2026

IBGE. Censo Demográfico 2022: Aglomerados Subnormais e Domicílios em Condomínios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. In: ALIMONDA, Héctor (Coord.). Ecología Política. Naturaleza, sociedade y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 276-305.

RUBENS Otoni articula para desatar trânsito no viaduto da Havan em Anápolis. Rádio São Chico, Anápolis, 17 set. 2025. Disponível em: https://radiosaochico.com.br/rubens-otoni-articula-para-desatar-transito-no-viaduto-da-havan-em-anapolis/. Acesso em: 22 março 2026.

SAFADI, S.; VILA VERDE, G. Natureza e nuances cartesianas na busca por um conceito de Cerrado: notas preliminares. Revista Caminhos da Geografia. http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/ ISSN 1678-6343 DOI: https://doi.org/10.14393/RCG0058468

VALVERDE, Isabella. Trevo da Havan, em Anápolis, vai ganhar trincheira para aliviar o trânsito. Disponível em: <https://portal6.com.br/2022/05/17/trevo-da-havan-em-anapolis-vai-ganhar-trincheira-para-aliviar-o-transito/>. Acesso em: 22 março. 2026.

PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO JALAPÃO/TO: SABERES TRADICIONAIS E RESISTÊNCIA FRENTE À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

Leiva do Nascimento Costa
leivacostagp@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás, PPGTECCER
Divina Aparecida Leonel Lunas
divina.lunas@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás, PPGTECCER
José Carlos de Souza
jose.souza@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás, PPGTECCER

INTRODUÇÃO

A região do Jalapão, situada no leste do estado do Tocantins, está inserida na área de expansão agrícola conhecida como MATOPIBA, que abrange partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O avanço das atividades agroindustriais dentro dessa fronteira tem sido impulsionado, entre outros fatores, pela crescente demanda global por commodities, pela disponibilidade de terras relativamente planas e pelo uso intensivo de tecnologias no campo. Nesse contexto, destaca-se a expansão da monocultura da soja, que vem promovendo transformações importantes nas dinâmicas territoriais do Cerrado (Barreto, 2016).

Embora o Parque Estadual do Jalapão funcione como uma barreira à expansão direta do agronegócio devido às características naturais da região, como solos arenosos e frágeis, presença de unidades de conservação e comunidades tradicionais, essa proteção não é absoluta. Nas áreas do entorno, já se observa a presença de lavouras mecanizadas, o que evidencia uma pressão crescente sobre esse território.

Diante desse cenário, as comunidades quilombolas do Jalapão mantêm modos de vida baseados no uso sustentável dos recursos naturais, articulando práticas produtivas, culturais e sociais. Um exemplo importante é o uso do capim-dourado (Syngonanthus nitens), cujo artesanato teve origem na comunidade quilombola de Mumbuca, incorporando técnicas tradicionais de trançado indígena (Carvalho, 2021).

Mais do que uma atividade econômica, o trabalho com o capim-dourado envolve saberes tradicionais relacionados ao manejo ambiental e à transmissão de conhecimentos entre gerações. Nesse processo, as mulheres assumem papel central, tanto na produção quanto na organização social das comunidades (Sousa, 2012). Assim, o território é compreendido não apenas como espaço físico, mas também como espaço de identidade e pertencimento (Becker, 2005).

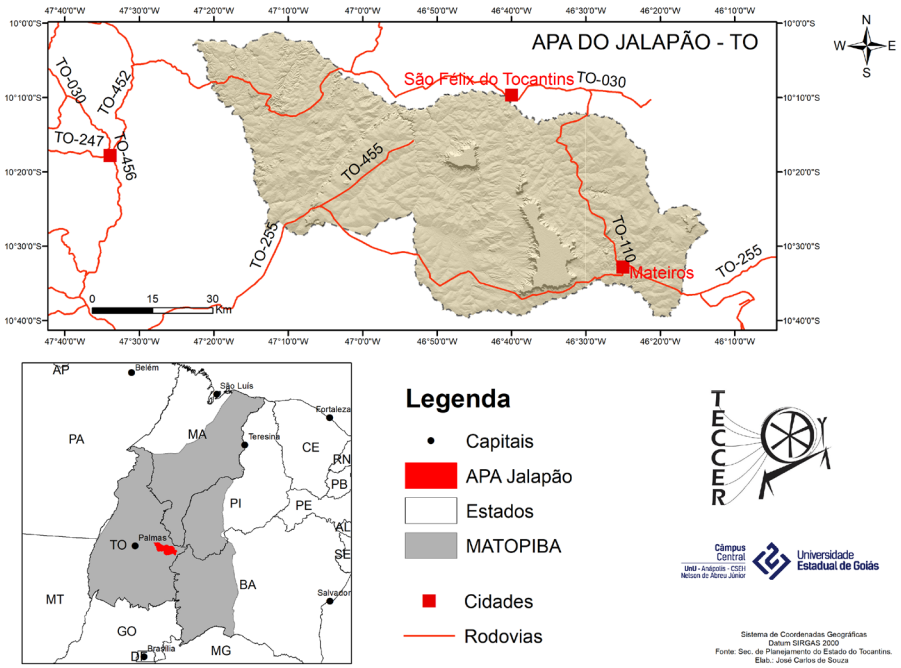
Realização
Parceiros
Apoio

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar o protagonismo das mulheres quilombolas do Jalapão, dando visibilidade e destaque aos seus saberes tradicionais como estratégias de resistência frente às transformações territoriais associadas à expansão do agronegócio na região.

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, sendo desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados estudos sobre o MATOPIBA, comunidades quilombolas, relações de gênero e territorialidade, além de pesquisas específicas sobre o Jalapão e o extrativismo do capim-dourado (Barreto, 2016; Carvalho, 2021; Sousa, 2012). No mapa 1 estão espacializadas a Região MATOPIBA e a localização da área de proteção ambiental APA do Jalapão, no estado do Tocantins, onde localiza a comunidade quilombola Mumbuca.

Mapa 1 – Localização da região do MATOPIBA e a APA do Jalapão - TO



A análise fundamenta-se em uma perspectiva crítica da Geografia, que compreende o território como espaço de disputa entre diferentes interesses (Becker, 2005), mas também como espaço de construção social e de reprodução de modos de vida. Nesse sentido, os saberes tradicionais são entendidos como formas legítimas de conhecimento, essenciais para a compreensão das dinâmicas socioambientais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que as mulheres quilombolas do Jalapão desempenham papel central na organização socioeconômica e na conservação ambiental, mesmo diante das pressões associadas à expansão do agronegócio.

Na comunidade quilombola de Mumbuca, as mulheres são responsáveis por todas as etapas do artesanato em capim-dourado, desde a coleta até a comercialização, evidenciando seu protagonismo econômico e social. O manejo da planta ocorre de forma cuidadosa, respeitando seu ciclo natural e garantindo sua regeneração, conforme práticas tradicionais já descritas na literatura (Carvalho, 2021).

Essas práticas demonstram uma lógica de uso do território distinta daquela associada ao agronegócio, priorizando o equilíbrio ecológico e a continuidade dos recursos. Além disso, o artesanato contribui para o fortalecimento da identidade cultural e da autonomia das mulheres (Carvalho, 2021). A inserção no mercado, por meio da comercialização dos produtos não representa uma ruptura com os modos de vida tradicionais, mas sim uma forma de adaptação e resiliência (WWF-BRASIL, 2024). Nesse viés, o protagonismo feminino no Jalapão - TO manifesta-se em três dimensões principais:

1. **Socioeconômica:** O artesanato tornou-se a principal fonte de renda para diversas famílias, possibilitando melhorias na qualidade de vida e autonomia econômica para as mulheres.
2. **Política e Organizacional:** A inserção em associações de artesãos permitiu que as mulheres assumissem cargos de liderança, desenvolvendo habilidades de gestão e representação política.
3. **Ambiental:** As mulheres atuam como "guardiãs do Cerrado", aplicando a dispersão das sementes e a preservação da espécie.

Apesar dessa relevância, essas comunidades enfrentam a invisibilidade imposta pelos projetos de expansão agrícola, que muitas vezes desqualificam a agricultura camponesa como sendo de "baixa produtividade" e de caráter rudimentar, para legitimar a expropriação de terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres quilombolas do Jalapão desempenham papel fundamental na conservação do Cerrado e na manutenção dos modos de vida tradicionais. Seus saberes

Realização
Parceiros
Apoio

revelam formas sustentáveis de uso do território, baseadas no respeito aos ciclos naturais e na cooperação comunitária.

As transformações associadas ao avanço do agronegócio evidenciam a existência de diferentes projetos de uso do território, muitas vezes em conflito. Dessa maneira, torna-se essencial fortalecer políticas públicas que garantam a proteção das comunidades tradicionais e evidenciem que o território quilombola não é um "vazio" e sim um espaço vivo de cultura e resistência.

As mulheres realizam em suas comunidades atividades que garantem a sua permanência no Cerrado com qualidade de vida e preservação ambiental. Desta forma, é importante que as políticas públicas estabeleçam estratégias mais eficientes para a continuidade da vida nas comunidades tradicionais contribuindo para a construção de perspectivas de desenvolvimento mais justas e sustentáveis.

Referências

BARRETO, Elizete Carvalho Fagundes. *O MATOPIBA e as comunidades camponesas: contradições e invisibilidade*. 2016. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

CARVALHO, Jéssica Cardoso. *Capim dourado: artes do cerrado e as cosmopolíticas quilombolas*. 2021. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2021.

SOUSA, Aline Tavares de. *Gênero e empoderamento: um estudo a partir das associações de artesanato de capim dourado na região do Jalapão*. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, 2012.

WWF-BRASIL. *Capim dourado se transforma em ouro nas mãos de artesãs do Jalapão*. 2024. Disponível em: https://www.wwf.org.br. Acesso em: 20 abr. 2026.

O RENASCIMENTO DE UMA CACHOEIRA: O SALTO DE CORUMBÁ EM GOIÁS

Vitória Rodrigues Campos
Vitoria.campos@aluno.ueg.br, UEG- UnUCSEH
Eliézer Cardoso de Oliveira
Ezi2006@gmail.com, UEG- UnUCSEH

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar a trajetória histórica de uma das principais atrações turísticas do estado de Goiás: o Salto do Corumbá. Localizada no município de Corumbá de Goiás, a queda d'água de 65 metros de altura possui uma história intrigante que demonstra a profunda capacidade e facilidade humana de interferir nas paisagens naturais. O estudo está inserido no projeto de pesquisa "Entre a 'nímia secura' e as cheias abundantes: a história do uso da água no cerrado goiano", que busca compreender como as sociedades que habitaram a região utilizaram seus recursos hídricos ao longo do tempo.

A relevância contemporânea deste estudo é ratificada pelo impacto global que o Salto do Corumbá alcançou. Em dezembro de 2015, a imagem de cachoeira foi escolhida para estampar a capa da reconhecida revista internacional da *National Geographic Traveler*, sendo listada entre um dos vinte destinos imperdíveis do mundo para o ano de 2016. Este reconhecimento não apenas consolidou a identidade do Salto como um patrimônio de beleza imensurável, mas também serviu como um marco simbólico desse arco de Goiás para uma economia baseada no lazer.

A problemática central reside na compreensão de como essa cachoeira teve sua "morte" no final do século XIX para dar lugar à mineração e como, no final do século XX, seu "renascimento" para atender a uma nova demanda social: o lazer e a contemplação da natureza. Buscamos investigar a transição da percepção goiana sobre as águas, que inicialmente eram vistas sob o prisma da insalubridade ou do puro extrativismo, e posteriormente adquiriram um valor simbólico e econômico voltado ao turismo e a admiração.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa de iniciação científica é dividida em três frentes principais:

Leitura Teórica: Análise de obras que discutem a relação entre o ser humano e o mundo natural, com foco na "história das sensibilidades" e no imaginário ocidental sobre a natureza. Entre as referências fundamentais estão os estudos de Alain Corbin sobre o território do vazio,

Realização
Parceiros
Apoio

Keith Thomas sobre o homem e o mundo natural e Anthony Giddens sobre a natureza humanizada.

Levantamento Documental: Investigação em arquivos da Hemeroteca Digital Brasileira e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, com foco em periódicos publicados entre 1830 e 1960. Foram analisados registros como o jornal Publicador Goiano (1885) e relatos de viajantes, notadamente os diários de Auguste de Saint-Hilaire.

Análise de Representações: Mapeamento de discursos audiovisuais e impressos contemporâneos sobre o restabelecimento do curso original do rio Corumbá em 1988 e sua subsequente exploração turística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante grande parte do século XIX, a relação dos goianos com os ambientes aquáticos era marcada pelo pragmatismo ou pelo receio. Embasada pela medicina da época, a mentalidade social via áreas úmidas e rios como focos de doenças e "miasmas". A natureza selvagem não era um local de prazer, mas um obstáculo a ser superado ou um reservatório de recursos brutos a ser explorado.

Nesse contexto, o empresário francês Alfredo Arena obteve do Governo Imperial a concessão para explorar a mineração nos rios das Almas e Corumbá. Por volta de 1882, Arena utilizou a técnica humana para desviar as águas do rio Corumbá, visando facilitar a extração de ouro. O resultado imediato foi o desaparecimento — a morte— da exuberante cachoeira que existia próximo da cidade. Curiosamente, a imprensa da época, como o Publicador Goiano, elogiava Arena como um "homem inteligente e ilustrado", vendo o desvio do rio como um sinal de progresso técnico. Entretanto, a população local reagiu de forma hostil devido à poluição das águas, chegando a atacar as minas do empresário.

A pesquisa aponta que, ao longo do século XX, ocorreu uma transformação drástica na "mente social". A água deixou de ser exclusivamente o lugar do trabalho bruto e da insalubridade para se tornar o lugar da cura, contemplação e descanso. Relatos de Saint-Hilaire já em 1819 indicavam que águas goianas eram buscadas para tratar "moléstias" da pele, sinalizando o início dessa transição para o uso medicinal e, posteriormente, recreativo e para o lazer. Essa mudança corrobora a tese de Anthony Giddens sobre a "natureza humanizada": no ambiente moderno, deixamos de nos preocupar com o que a natureza pode nos fazer (perigos, doenças) para nos preocuparmos com o que fizemos à natureza.

Realização
Parceiros
Apoio

O Salto de Corumbá permaneceu "morto" por mais de cem anos. Foi somente em 1988 que o empresário Rodrigo Borges conseguiu reverter o curso do rio ao seu leito original, permitindo que a cachoeira voltasse a existir em sua glória. Esse ato representa o ápice da ressignificação histórica: a vitória da estética e do lazer sobre o extrativismo técnico.

A consolidação dessa nova identidade como patrimônio natural mundial ocorreu em 2015, quando uma imagem do salto capturada pelo fotógrafo Victor Lima foi escolhida para a capa da revista *National Geographic Traveler*. A cachoeira, antes apagada em nome da mineração, tornou-se o símbolo máximo da beleza natural selvagem de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do Salto de Corumbá revela que paisagens naturais não são apenas dados biológicos, mas construções de identidade histórica. A morte e o subsequente renascimento da cachoeira ilustram como as prioridades humanas moldam o território. Passamos de uma visão utilitarista, que sacrificava a estética em nome do valor mineral, para uma celebração da água como capital simbólico e econômico vital para o lazer e o turismo no Cerrado. O trabalho caminha agora para o aprofundamento das fontes originais, visando entender como o discurso preservacionista atual se diferencia das resistências populares do século XIX.

AGRADECIMENTOS:

À Universidade Estadual de Goiás (UEG) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRP) pelo fomento à pesquisa através do Plano de Trabalho de Iniciação Científica.

Referências

ALVES, Carla Ediene da Silva. **Rio Araguaia: de utopia a praia dos Goianos**. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Anápolis: UEG, 2017.

BARBOSA, Yacarim Melgaço; PARANHOS, Mayra Caiado. **Turismo e os mitos das águas termais da serra de Caldas**.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1996.

GURGEL, Geraldo. **Cavalhadas, história e cachoeiras em Corumbá de Goiás**. Ministério do Turismo, 2017.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília: UnB, 2006.

PUBLICADOR GOIANO, Jornal. **Mineração do Ouro**. Cidade de Goiás, 16 ago. 1885.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. São Paulo: Edusp, 1975.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

PANC DO CERRADO

Jefferson Carlos Sanches de Faria
jefferson.faria@discente.ufj.edu.br, Universidade Federal de Jataí
Jaqueline Sanchez de Faria
jaqueline_sanchez03@hotmail.com, Universidade Federal de Jataí
Nícolas Siqueira da Silva
nicolas.silva@discente.ufj.edu.br, Universidade Federal de Jataí
Luíz Carlos Pereira Costa
luiz.costa@ifg.edu.br, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

INTRODUÇÃO

Nascido no contexto do mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o projeto PANC do Cerrado surgiu como uma metodologia ativa voltada ao ensino de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), articulando realidade aumentada, gastronomia e valorização da sociobiodiversidade do Cerrado. Fundamentado em discussões sobre soberania alimentar, educação ambiental e saberes tradicionais, o projeto dialoga com perspectivas de educação crítica e emancipadora (FREIRE, 1996), além de abordagens da Geografia Cultural e das territorialidades (CLAVAL, 2002; HAESBAERT, 2004). Os resultados obtidos no mestrado possibilitaram sua ampliação no doutorado em Geografia, consolidando-se como ação integrada de ensino, pesquisa e extensão em espaços educativos formais e não formais (FARIA, 2023). Atualmente, o estudo busca discutir os sistemas geoalimentares e as territorialidades alimentares do Cerrado, evidenciando as relações entre cultura, alimentação, biodiversidade e resistência socioterritorial. Como estratégia de continuidade das ações educativas e fortalecimento da soberania alimentar, as oficinas também promovem a distribuição de mudas de PANC aos participantes, estimulando o cultivo, a circulação de saberes e a propagação da sociobiodiversidade do Cerrado. A pesquisa também propõe a discussão do Sistema Geoalimentar (SG), entendido como articulação entre Unidades Alimentares Bioculturais (UAB), Bases Alimentares Bioculturais (BAB) e Territorialidades Alimentares Dinâmicas (TAD), buscando compreender as relações entre alimentação, cultura, território e sociobiodiversidade (FARIA, 2026).

Realização
Parceiros
Apoio

Figura 1 - Estrutura conceitual do Sistema Geoalimentar (SG), articulando Unidade Alimentar Biocultural (UAB), Bases Alimentares Bioculturais (BAB) e Territorialidades Alimentares Dinâmicas (TAD).

Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (2026).

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, participativa e interdisciplinar, articulando ensino, pesquisa e extensão. Inicialmente, no mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, foi desenvolvido um objeto de aprendizagem denominado PANC do Cerrado, utilizando realidade aumentada para o ensino de Plantas Alimentícias Não Convencionais e suas possibilidades gastronômicas (FARIA, 2023). No doutorado em Geografia, a pesquisa foi ampliada por meio da realização de oficinas participativas, rodas de conversa, apresentações de espécies alimentícias e preparações gastronômicas em diferentes espaços de educação formal e não formal, buscando valorizar os saberes locais e as experiências vividas pelos participantes, em diálogo com a perspectiva freiriana de construção coletiva do conhecimento (FREIRE, 1996). Até o momento, foram realizadas quatro oficinas: na pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, em 28 de abril de

2026; no Museu Histórico de Jataí, em 29 de abril de 2026; na graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, em 08 de maio de 2026; e na Casa do Artesão de Jataí, em 09 de maio de 2026. As ações envolveram apresentação das PANC, produções gastronômicas, degustações, aplicação do Instrumento de Coleta de Dados I e doação de mudas aos participantes. Estima-se a participação de aproximadamente 60 pessoas e a distribuição de cerca de 120 mudas. A metodologia prevê retorno aos locais participantes após 30 dias para aplicação do Instrumento de Coleta de Dados II, visando compreender os processos educativos, as territorialidades alimentares e os desdobramentos do cultivo das PANC nos espaços cotidianos.

Figura 2 – Oficina gastronômica sobre PANC realizada com estudantes da graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (2026).

Fonte: Acervo do projeto PANC do Cerrado (2026).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos no mestrado evidenciaram o potencial do objeto de aprendizagem PANC do Cerrado como ferramenta educativa para o ensino de Plantas Alimentícias Não Convencionais, contribuindo para a valorização da sociobiodiversidade do Cerrado e para o processo de ensino-aprendizagem por meio da realidade aumentada e das possibilidades gastronômicas associadas às espécies alimentícias (FARIA, 2023). O amadurecimento da proposta também pode ser

observado a partir do registro do programa de computador junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sob o processo nº BR512023002784-7, evidenciando a consolidação do objeto de aprendizagem desenvolvido no mestrado. No contexto do doutorado, os resultados preliminares demonstram a ampliação do projeto para diferentes espaços educativos formais e não formais, envolvendo estudantes da graduação, pós-graduação, grupos comunitários e instituições culturais. As oficinas possibilitaram a identificação, degustação e discussão sobre espécies alimentícias do Cerrado, promovendo reflexões acerca da soberania alimentar, valorização dos saberes tradicionais e preservação da sociobiodiversidade. Observou-se forte participação dos envolvidos nas atividades gastronômicas, rodas de conversa e distribuição de mudas, fortalecendo o interesse pelo cultivo doméstico e pela continuidade das práticas alimentares relacionadas às PANC. As ações também evidenciaram o potencial das oficinas enquanto espaços de construção coletiva do conhecimento e fortalecimento das territorialidades alimentares, aproximando cultura, alimentação e identidade territorial (CLAVAL, 2002; HAESBAERT, 2004). O projeto também recebeu reconhecimento institucional local, incluindo moção de aplausos concedida pela Câmara Municipal de Jataí em março de 2026, em virtude das ações educativas e extensionistas desenvolvidas no município. Os resultados indicam ainda o amadurecimento da proposta inicialmente centrada em objetos de aprendizagem e realidade aumentada para uma perspectiva ampliada de ensino, pesquisa e extensão voltada aos sistemas geoalimentares do Cerrado (FARIA, 2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o projeto PANC do Cerrado vem contribuindo para a valorização da sociobiodiversidade, dos saberes tradicionais e das práticas alimentares vinculadas ao Cerrado, articulando educação, cultura e soberania alimentar. As oficinas demonstraram potencial para promover processos formativos críticos e participativos em diferentes contextos educativos, aproximando os participantes das espécies alimentícias do bioma e de suas possibilidades gastronômicas, culturais e territoriais. A distribuição de mudas revelou-se importante estratégia de continuidade das ações educativas, estimulando o cultivo doméstico das PANC e fortalecendo processos de circulação de saberes e territorialidades alimentares. Como encaminhamento futuro, a pesquisa busca aprofundar a análise dos dados obtidos nos instrumentos de coleta, especialmente no que se refere às territorialidades alimentares e aos sistemas geoalimentares, ampliando as ações extensionistas, o mapeamento das PANC e a circulação de mudas e saberes em múltiplos espaços sociais do Cerrado.

Referências

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

FARIA, Jefferson Carlos Sanches de. **PANC do Cerrado**: objeto de aprendizagem com realidade aumentada para o ensino de plantas alimentícias não convencionais. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Goiás, Jataí, 2023.

FARIA, Jefferson Carlos Sanches de. **Sistema geoalimentar**. PANC do Cerrado, 2026. Disponível em: https://pancdocerrado.com.br/sistema-geoalimentar.html. Acesso em: 14 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PATRIMÔNIO AMBIENTAL EM DISPUTA: A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA DO RIO URU EM HEITORAÍ (GO)

Fernanda Nunes Ribeiro
fernandanunesribeiro13@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás.
Luana Nunes Martins de Lima
luana.lima@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás.

INTRODUÇÃO

O município de Heitoraí, antes denominado por Capelinha situa-se na região geográfica imediata de Inhumas - Itaberaí – Anicuns, ainda, integra a região intermediária de Goiânia. A área territorial da unidade corresponde a 228,615 km² no ano de 2022, sua população está estimada em cerca de 3.354 habitantes segundo o último censo do IBGE (IBGE 2022). Os municípios limítrofes são Itapuranga, Uruana, Itaguaru, Itaberaí e Cidade de Goiás. Outrora ligado a cidade de Itaberaí (representava um dos distritos de Itaberaí), emancipa-se na década de 60.

Apesar de seu crescimento, a cidade ainda se insere em um contexto agrário, preservando características da agricultura e da pecuária, estas representam as principais bases econômicas do município e dependem do Rio Uru para irrigação e manejo animal. No espaço urbano, embora o município concentre serviços, comércio e equipamentos públicos, o setor terciário não é suficiente para atender a demanda populacional na geração de empregos formais, e leva parte da população a recorrer ao campo, à informalidade ou aos municípios limítrofes em busca de empregos.

Uma característica ambiental responsável pelo desenvolvimento e progresso da cidade, ocorreu mediante aos diversificados modos de usos e ocupações da bacia hidrográfica do Rio Uru (a principal da região). Iniciando na fabricação de tijolos e telhas para a construção das casas da antiga “Capelinha”, passeando entre meio as lavadeiras de roupas, na irrigação das lavouras, nas criações de gados, nas pescas e no trivial lazer. Segundo Morais 2022, o Rio Uru sempre esteve integrado ao cotidiano da população heitoraiense, utilizado não apenas para a extração mineral, mas para atividades econômicas, alimentares e recreativas. Estabelecendo assim, desde sua fundação estreitas relações com as águas do rio.

Para além disso, o Rio Uru transcende suas dimensões físicas e econômicas, não se limita a um espaço físico destinado ao lazer, mas configura-se como um espaço de vivências, sentimento de pertencimento, trocas de experiências, e tradições culturais familiares. Ele se estabelece como um elemento de pertencimento e

Realização
Parceiros
Apoio

identidade para a comunidade local, construído a partir da relação entre homem e o espaço que habita e se materializa na bacia hidrográfica do Rio Uru.

Entretanto, a expansão urbana e o aprimoramento nas infraestruturas essenciais, foram fundamentais para promover novas interações com a região. Castilho (2004), ressalta que em meados da década de 1980, com a pavimentação da rodovia estadual GO 156, ligando Heitoraí à Itaberaí, estabeleceu-se novas relações do município com outras cidades. Nesse contexto, novos sujeitos advindos de outras localidades chegam à cidade. Mas de onde vêm essas pessoas? quais são seus interesses? São provenientes de outras cidades, inclusive de Goiânia, que almejam o contato com a natureza e a fuga dos grandes centros urbanos, e encontraram no Rio Uru a viabilidade para materializar suas expectativas do lazer privativo e do turismo. Diante desta situação Ruschmann (2000, p.164) destaca que "a extrema valorização dos aspectos econômicos do turismo tem negligenciado os estudos e a consideração dos aspectos relacionados com o meio ambiente natural, a cultura e os aspectos psicossociais das comunidades receptoras".

A dinâmica existente entre a população e o afluente assume outro caráter, portanto, as dimensões da privatização e da especulação imobiliária conquistam as rédeas. O lugar conflitua com o território. Nesse sentido, a pesquisa objetiva compreender as relações de pertencimento entre a comunidade, o patrimônio natural e cultural ali existente, bem como, de que maneira as transformações territoriais em curso repercutem sobre esses aspectos. Assim, parte-se do entendimento de que o patrimônio não se restringe somente aos aspectos materiais, mas se relaciona aos significados, memórias e relações construídas no lugar e pelos sujeitos de vivencia.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente fez-se necessário uma revisão bibliográfica da temática proposta. Com o objetivo de estruturar um referencial teórico considerável, para além disso, apreender conceitos e categorias de analises.

Posterior a isso, a pesquisa avança para o trabalho de campo nas regiões próximas a cidade, as margens do Rio Uru, onde serão feitos registros fotográficos, coletados dados para a construção de mapas e observado o processo de expansão urbana e nova dinâmica territorial às margens do Uru. Fazendo necessário avaliar a situação da área de preservação permanente, verificando se a propriedade está em conformidade com a legislação referente às matas ciliares, conforme dispõe a Lei nº 9.605/1998.

Também se fará necessário considerar como ocorre o acesso ao rio, observando se é totalmente restrito ou se existe uma passagem independente da propriedade.

Durante esse processo, torna-se pertinente aplicar um questionário de opinião pública direcionado aos turistas e moradores das regiões de ranchos. O objetivo é compreender os fatores que os levaram a frequentar esses espaços, identificando a quanto tempo ocorreu a aquisição da propriedade, verificando se foram realizados investimentos, se existe documentação regular do imóvel, entre outros aspectos relevantes.

Outra etapa importante para o desenvolvimento da pesquisa, será a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores da cidade. A faixa etária considerada abrange homens e mulheres entre 15 à 70 anos de idade. Aqui a finalidade é esquadrinhar as relações pessoais com o afluente (sejam elas recentes ou distantes), bem como os enredos e memórias que habitam o imaginário. Para conduzir as entrevistas, serão elaboradas perguntas norteadoras que favoreçam o bom andamento da coleta, tais como: idade, sexo, se já frequentou ou ainda o frequenta o rio, quais atividades que desempenha nesse espaço, quais os motivos que o impede de usufruir deste espaço, dentre outras. A etapa das entrevistas semiestruturadas tem a finalidade de formular um roteiro de perguntas básicas sobre o tema investigado. O objetivo desse tipo de pergunta seria determinar razões imediatas ou do fenômeno social. Sua importância está relacionada a fatos históricos, acontecimentos costumeiros, que esses indivíduos presenciaram, mas que por algum motivo foram negligenciados dos registros oficiais. “Vale lembrar que está consagrado que fontes orais nos contam não apenas o que o povo fez, mas o que gostaria de ter feito, o que acreditava estar fazendo e o que agora assume que fez” (MEIHY,2014). Para além disso, possibilita a criação de uma nova fonte de registro.

Tratando-se de uma pesquisa em fase inicial, os resultados apresentados possuem caráter preliminar, baseados até o momento, na revisão bibliográfica. As coletas de dados e atividades de campo estão sendo planejadas e serão desenvolvidas posteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da Bacia Hidrográfica do Rio Uru, com recorte espacial na cidade de Heitoraí-GO, evidencia que os processos de urbanização e privatização têm

Realização
Parceiros
Apoio

provocado impactos significativos tanto no patrimônio ambiental quanto no cultural. O distanciamento da população em relação ao rio, antes espaço de convivência e memória coletiva, é intensificado pela modernização (Nora, 2012), pela especulação imobiliária e pela possibilidade de fuga dos grandes centros urbanos, que transformam o acesso às margens em privilégio restrito a determinados grupos sociais. Tal realidade que pode ser verificada no atual empreendimento em construção às margens do rio, o condomínio fechado "Reserva do Uru". Segundo seu anúncio, a infraestrutura conta com mais de 500.000², contendo quadra poliesportiva, quadra de areia, playground, praia, campo de futebol, área para churrasco, redário, salão de jogos e salão de festas. Como aponta Morais (2022), as residências secundárias destinadas ao lazer acabam por limitar o acesso dos moradores locais, gerando exclusão e ruptura de vínculos identitários.

O atual cenário reforça a necessidade de compreender o afluente não apenas como recurso natural, mas como lugar de memória (Nora, 2012) e um elemento identitário da comunidade heitoraiense. Nesse sentido, o Rio Uru passa a ser palco de disputas simbólicas e materiais, em que o patrimônio ambiental e cultural se vê ameaçado pela lógica mercadológica. A este ponto, é necessário levar para a esfera da argumentação outros fatores igualmente relevantes no entendimento da temática. A saber, a economia e a política local. Ambos os agentes desempenham um papel crucial para a reprodução da situação problema. A postura omissa do poder público local e o setor de comércio agravam a problemática, ao priorizar arrecadação e autopromoção em detrimento da preservação ambiental e cultural.

Segundo CHUVA, para um bem cultural ser inserido na categoria de Patrimônio é necessário que a ele seja atribuído, "(...) sentidos e significados que o torna referência para um grupo, que se identifica com aquele bem, sendo um elo entre todos aqueles que compõem esse grupo" (Chuva, 2015). Nesse sentido, o rio se enquadra como patrimônio vivo, resultado da interação entre natureza e sociedade. Para além disso, a geodiversidade presente na região, conferem ao Rio Uru um valor científico (Morais, 2022).

Portanto, faz-se necessária a sensibilização e a mobilização da comunidade para a importância de seu patrimônio, como forma de educação patrimonial, a fim de dar voz aos moradores e de fortalecer o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, a pesquisa se insere como iniciativa necessária para dar visibilidade as tensões entre

Realização
Parceiros
Apoio

urbanização e preservação, propondo alternativas que conciliem desenvolvimento e manutenção da memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, mesmo que em estágio inicial da pesquisa, é possível perceber a importância em compreender a relação entre patrimônio ambiental e cultural da bacia hidrográfica do rio Uru, em Heitoraí-GO, e os impactos da urbanização e da privatização sobre essa paisagem. Tratando-os não apenas como um problema urbanístico, mas como um processo de exclusão social e apropriação desigual de recursos ambientais. Que resulta na ruptura de vínculos identitários e no afastamento da população de seu lugar de memória.

Desse modo, a investigação busca dar visibilidade às tensões entre o processo de urbanização, impulsionado pelo turismo de segunda residência e a necessidade de preservação do Patrimônio Ambiental heitoraiense, tomando-o como elemento importante para a manutenção da memória coletiva.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelo apoio institucional a pesquisa.

Referências

Castilho, Denis. Tempo do espaço, tempo da vida: uma leitura socioespacial de Heitoraí / Denis Castilho. – Goiânia: Editora e Gráfica Ellos, 2007. 91 p.

IBGE. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/>.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MORAIS, M. J. P. Interpretação do patrimônio geológico do Rio Uru em Heitoraí (GO) aplicada ao geoturismo. 2022. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 2022.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente. 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção Turismo).

SCIFONI, S., A Construção do Patrimônio Natural. São Paulo: FFLCH, 2008, 199p.

SCIFONI, Simone. DESAFIOS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5–16, 2016. DOI: 10.12957/teias.2017.25231. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25231. Acesso em: 31 out. 2024.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. Educação Patrimonial: inventários participativos. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15X21web.pdf.>

BRIGADEIRO DE PEQUI: INOVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA GASTRONOMIA DO CERRADO

Sérgio Luiz Gouveia Garcia
E-mail: gftyt87@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás – UEG

Soraia Rodrigues Fernandes
E-mail: soraiasrff@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás – UEG

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente relato apresenta a experiência da criação de um brigadeiro de pequi como parte da avaliação final da disciplina de Técnicas de Cozinha Profissional, do curso de Gastronomia da Universidade Estadual de Goiás, ministrada pela professora Isis Coutinho.

A proposta da atividade tinha como critério a utilização das técnicas aprendidas ao longo da disciplina, aliadas à valorização dos ingredientes tradicionais do Cerrado goiano. O pequi, normalmente associado a preparações salgadas, foi pensado em uma preparação doce inspirada no tradicional brigadeiro brasileiro e em sua popularidade em âmbito nacional.

A experiência buscou unir criatividade gastronômica, identidade regional e técnicas culinárias desenvolvidas em sala de aula, demonstrando novas possibilidades de utilização dos ingredientes típicos do Cerrado.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A disciplina integra o curso de Gastronomia da Universidade Estadual de Goiás, unidade de Caldas Novas, Goiás, região marcada pela forte cultura alimentar do Cerrado, onde o arroz com pequi representa uma tradição regional. O pequi é um ingrediente simbólico da culinária goiana, presente nos quintais e nas estradas da região, estando diretamente ligado à memória afetiva, cultural e gastronômica da população local.

O trabalho foi realizado pelos discentes Sérgio Luiz Gouveia Garcia e Soraia Rodrigues Fernandes como parte da avaliação final da disciplina do curso.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A ideia da preparação surgiu após pesquisas sobre doces brasileiros e possibilidades gastronômicas envolvendo ingredientes regionais. A intenção era transformar o pequi em uma sobremesa que mantivesse sua identidade sensorial, mas apresentasse uma nova forma de consumo.

Realização
Parceiros
Apoio

Após estudos, testes e trocas de opiniões com professores da área gastronômica, chegou-se à proposta de desenvolver um brigadeiro de pequi.

Na primeira tentativa de execução, o resultado alcançado foi satisfatório tanto em sabor quanto em textura.

Os ingredientes utilizados foram:

- 500 gramas de pequi;
- 1 lata de leite condensado;
- 200 gramas de manteiga.

Após o cozimento do pequi em calor úmido, foi realizada a extração da polpa, sendo utilizadas aproximadamente 100 gramas na preparação do brigadeiro.

O modo de preparo consistiu em derreter a manteiga na panela, adicionar a polpa do pequi juntamente ao leite condensado e mexer continuamente até atingir o ponto ideal de brigadeiro, processo que levou aproximadamente 30 minutos.

Após esfriar, os brigadeiros foram enrolados e finalizados com uma cobertura produzida a partir de coco seco ralado misturado à manteiga, polpa de pequi e castanha de pequi triturada.

Além do brigadeiro, também foi desenvolvido um chá de flor de pequi preparado através da técnica de infusão, complementando a proposta sensorial da experiência.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A experiência proporcionou importantes aprendizados relacionados à criatividade culinária, técnicas gastronômicas e valorização dos ingredientes regionais do Cerrado.

Entre os conhecimentos mobilizados durante o processo destacam-se:

- Técnicas de cocção em calor úmido;
- Manipulação e aproveitamento integral do pequi;
- Desenvolvimento de texturas na confeitaria;
- Equilíbrio de sabores intensos em preparações doces;
- Aplicação de técnicas aprendidas na disciplina de Cozinha Profissional.

O principal desafio foi equilibrar o sabor marcante do pequi em uma sobremesa, mantendo sua identidade sem que o ingrediente se tornasse excessivamente intenso.

O trabalho contribuiu para demonstrar que ingredientes regionais podem ganhar novas interpretações gastronômicas sem perder suas raízes culturais, fortalecendo a valorização da culinária do Cerrado dentro do ambiente acadêmico.

Realização
Parceiros
Apoio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do brigadeiro de pequi demonstrou como a gastronomia pode funcionar como ferramenta de valorização cultural, criatividade e inovação.

A experiência permitiu transformar um ingrediente tradicional do Cerrado em uma nova proposta de confeitaria, aproximando tradição e contemporaneidade em uma preparação que preserva os sabores e referências da cultura goiana.

O trabalho também reforçou a importância da experimentação gastronômica no ambiente acadêmico, incentivando novas possibilidades de utilização dos ingredientes regionais brasileiros.

REFERÊNCIAS

MINTZ, Sidney W. *Comida e antropologia: uma breve revisão*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, v. 16, n. 47, 2001.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). *História da Alimentação*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ANEXOS

Realização
Parceiros
Apoio

SERRA DOS PIRENEUS: A SABEDORIA POPULAR DO USO DAS PLANTAS COMO PRÁTICA PARA CONHECER E CONSERVAR O CERRADO

Sirlene Alves da Silva
sirlecorum@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás, *PPGTECCER*
Maria Jurema de Freitas Rocha
maju_f.rocha@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás, *PPGTECCER*
Maria Idelma Vieira D'Abadia
maria.dabadia@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás, *PPGTECCER*
Guilherme Alves de Siqueira
guilhermealves320@outlook.com, Universidade Estadual de Goiás, Geografia-UnUCSEH

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este relato descreve uma experiência pedagógica centrada no bioma Cerrado e nos conhecimentos populares do uso das plantas com propriedades medicinais, partindo do contexto, que a conservação do bioma decorre do conhecimento dos seus recursos, bem como da importância destes na ralação e interação de quem vive neste território. A realização da disciplina de Eletiva realizada na Escola Estadual Santo Agostinho, na cidade de Pirenópolis-Goiás, com o tema "Cerrado em foco", com ênfase na biodiversidade vegetacional do Cerrado, especificamente as plantas de propriedades medicinais, foi possível uma troca de experiências significativa entre a comunidade escolar e comunidade externa, mediada por Marineide Pereira Moreira da Silva, ou simplesmente dona Neide, uma mulher cerradeira, que detém um rico conhecimento sobre as plantas da região da Serra dos Pireneus.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A Serra dos Pireneus, estende-se entre os municípios goianos de Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá, seu ponto mais alto e principal marco, constui o Pico dos Pireneus, com 1835 metros, o segundo pico mais alto do estado, dados contidos nas anotações realizadas pela Comissão do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo belga Luiz Cruls, que estabelecera nos Pireneus pela primeira em agosto de 1892, conforme Jayme (1971, p. 312). A Serra, possui uma história importante pela remota presença de povos originários, "essa raça indígena forte, aguerrida e, desde muito antigamente, senhora dos cerrados brasileiros: os grupos Jê, vulgarizados na literatura do século XIX como os Ubirajara, os Timbira. Os famosos Tapuia, em contraposição aos Tupi do litoral" (Bertran, 2000, p. 32). Os indígenas foram os pioneiros.

Além da geografia marcante, a Serra dos Pireneus é palco de muitas outras riquezas naturais. Conforme o pesquisador Carlos Josafá de Siqueira, a Serra atua "sendo um divisor continental das bacias dos rios Tocantins e Paraná e local do nascimento do Rio Corumbá, afluente do Rio Paranaibá, e do Rio das Almas"(Siqueira, 2004, p.19). Incluí também uma rica a constituição florística, da qual, muitas espécies já foram estudadas e muitas ainda tem o que se conhecer.

Realização
Parceiros
Apoio

No contexto deste relato, na região que abarca a Serra, estão envolvidos, os estudantes da disciplina de Eletiva da Escola Estadual Santo Agostinho, tendo uma das autoras como professora responsável pelo Projeto Cerrado em Foco, desenvolvido em 2025 na Unidade Escolar, os demais como corresponsáveis de ações interdisciplinares e ainda, os erveiros, moradores e proprietários da Casa de Ervas, Marineide Pereira Moreira da Silva e Ilton Ferreira da Silva.

Nas perspectivas de estudos, A Serra dos Pireneus, possui diversas vertentes, os contextos Sociocultural e Religioso, foram os enfoques da pesquisa de mestrado da autora principal, com a investigação sobre Festa em Louvor a Santíssima Trindade que há quase um século, acontece no Morro dos Pireneus. Sob os contextos Socioambiental e Educacional, as futuras pesquisas dimensionam o Parque Estadual dos Pireneus como Unidade de Conservação, a flora local, os conhecimentos etnobotânicos envolvidos, bem como as instituições educacionais do território. Com destaque para os estudos do Cerrado, o estudante é protagonista nesse processo com formação crítica, emancipadora, já que "a educação ambiental deve ser um ato político voltado para a transformação social, tendo como eixo a cidadania e o protagonismo dos sujeitos envolvidos" (Reigota, 2011, p. 23), os referidos aspectos se conectam com a prática docente e com os projetos trabalhados no ambiente escolar.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência pautou-se em duas etapas importantes: a primeira, contou com a visita técnica de dona Neide e seu esposo, o senhor Ilton (que também conhece e ajuda no trato com as plantas do Cerrado), no ambiente escolar. Durante a visita, dona Neide, palestrou para os estudantes, apresentando os seus conhecimentos sobre diversas espécies de plantas do Cerrado, enquanto ela explicava, o senhor Ilton, demostrava ou parte do vegetal, como frutos, folhas e raízes ou os produtos manipulados a partir das plantas.

Dona Neide, além de abordar sobre os seus conhecimentos empírico do uso das plantas do Cerrado, que tem como herança dos seus antepassados, sendo enfática em dizer que os pais e os avós são de descendência indígena e foram raizeiros na Caatinga, ela também aborda a característica, a parte de uso, a forma de preparo e a dosimetria do vegetal. No que concerne ao último tópico, a senhora Neide reiterou que a consolidação do seu saber empírico resultou no convite também estendido a seu cônjuge, para colaborar na obra Medicina Popular do Centro Oeste, de Bariani Ortêncio. Esse reconhecimento é explicitado no prefácio da referida obra na qual o autor afirma: “merecem a devida consideração ao casal Ilton e Neide” (Ortencio, 2024, p.17).

Ainda na palestra, dona Neide, associou as plantas como: a agoniada (*Himatanthus drasticus*), a canela de perdiz (*Croton antisyphiliticus*), a carobinha (*Jacaranda caroba*) e o velame branco (*Mandevilla velame*), como plantas colhidas na região dos Pireneus, principalmente para trato da saúde da mulher e que ela e o esposo, fazem isso há mais de 30 anos, tomando os cuidados adequados para colher e proporcionar a continuidade das espécies no local. Dona Neide, não só oportunizou a troca dos seus conhecimentos populares adquiridos com o trato das plantas, mas também proporcionou uma aula de Ecologia, Cidadania e Educação ambiental para os estudantes.

A segunda etapa, tratou de uma visita técnica na Casa de Ervas, localizada na Rua do Carmo na cidade de Pirenópolis-Goiás, local onde dona Neide reside, manipula e comercializa os seus produtos à base de plantas do Cerrado com propriedades medicinais e, também realiza atendimentos fitoterápicos. Na oportunidade, os estudantes foram recebidos para novas experiências. Conheceram a forma, o trato e a manipulação das plantas, as fórmulas já manipuladas e suas respectivas indicações. Com muita paciência e expertise, dona Neide proferiu muitas explicações importantes, enquanto o senhor Ilton se preocupou em apresentar toda a casa, as fotos e os banners dos trabalhos do casal.

A visita de técnica demonstrou ser também uma importante metodologia a ser trabalhada de forma interdisciplinar na assimilação dos conteúdos apreendidos em sala, além da disciplina de Eletiva, houve aproveitamento também entre as disciplinas de Ciências da Natureza e Geografia. A experiência proporciona a superação da dicotomia entre teoria e prática na formação do indivíduo. Os resultados observados confirmam que a imersão experimental possibilitou uma contextualização concreta dos conteúdos curriculares, materializando o que Zabala (1998, p. 187) denomina de "situação de aprendizagem significativa", onde o conhecimento é construído mediante a interação com o objeto de estudo.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

As trocas de experiências durante os encontros descritos, constituíram-se em momentos fundamentais para a construção coletiva do conhecimento. Os resultados alinham-se com as proposições de Tardif (2014, p. 93) sobre os "saberes da experiência", que se desenvolvem mediante a reflexão compartilhada sobre as práticas educativas. A sabedoria de dona Neide foi fundamental no conhecimento das plantas do Cerrado e na interação entre os estudantes, já que sobre o “contexto da utilização dos recursos naturais desse bioma pelas populações humanas, é preciso levar em conta as relações socioculturais que estão diretamente envolvidas com a sua conservação e a importância da manutenção desse conhecimento” (Miranda et al, 2023, p. 374).

Entre os desafios atuais, os estudantes puderam experimentar com atenção vivências oportunas na formação educativa e precisas na conservação do Cerrado e de seus saberes. O que se consolida com as palavras do pesquisador Marcelo Bizerril, pois "a conservação do Cerrado passa necessariamente pelo reconhecimento e pela valorização dos saberes das populações tradicionais, que detêm um conhecimento ímpar sobre a biodiversidade” (Bizerril, 2004, p. 45). Na proposta, os elementos que integram os costumes e saberes tradicionais, se conectam com a interação destes saberes na formação da juventude pirenopolina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as práticas pedagógicas experienciais são fundamentais para um ensino significativo sobre o Cerrado. Elas não apenas consolidam o conhecimento teórico, mas também fomentam a troca de saberes, a valorização da cultura local e a formação de sujeitos mais conscientes e engajados com a conservação dos recursos naturais do bioma, com o reconhecimento do vivente e as relações sociais no território,

com preservação da sabedoria popular do povo cerradeiro, com evidência para a sabedoria da mulher cerradeira.

REFERÊNCIAS

BERTRAN, P. **História da terra e do homem do Planalto Central**: eco-história do
BIZERRIL, M. X. A. **O Cerrado: saberes e práticas na educação ambiental**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
Distrito Federal – do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.
JAYME, Jarbas**. Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: UFG, 1971.
MIRANDA, S. C.; PEIXOTO, J. C; BICALHO, P. S. S. **Natureza e saberes dos povos indígenas no Cerrado** (p. 230 a 286). In: *Goiás + 300 Reflexão e Ressignificação*: Povos originários. Goiânia, 2023.
ORTENCIO, B. **Medicina Popular do Centro Oeste.** Goiânia: Kelps, 2024.
REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
RIBEIRO, J. F.; KUHLMANN, M.; OGATA, R. S.; OLIVEIRA, M. C.; VIEIRA, D. L. M.; SAMPAIO, A. B. CERRADO: Recomposição. **EMBRAPA CERRADOS,**2022. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1146331/guia-de-plantas-do-cerrado-para-recomposicao-da-vegetacao-nativa. Constado em: 25 de maio de 2026.
SIQUEIRA, J. C, 2004. **Pirenópolis**: identidade territorial e biodiversidade. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.
ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Realização
Parceiros
Apoio

CONGADA EM ITAUÇU/GO: SABERES POPULARES, ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CERRADO

Raíssa Santos José
estoriascantadas@gmail.com; Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá; Associação dos Idosos de Itauçu / Irmandade Nossa Senhora do Rosário (Grupo de Congada/Itauçu-

Jhovana Viana Chagas Vieira
Jhovanaviana03@gmail.com; Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá

Rayane Carvalho Abreu
Rayane.h12@hotmail.com; Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência aqui apresentada tem como tema central a Congada de Itauçu–GO enquanto território educativo, espaço de memória coletiva e manifestação cultural afro-brasileira vinculada aos saberes populares do Cerrado. O trabalho busca compartilhar reflexões construídas a partir da aproximação com a Congada itauçuense, compreendendo-a não apenas como expressão festiva e religiosa, mas também como prática formativa, comunitária e de resistência cultural.

A experiência surge do interesse em reconhecer os processos educativos presentes em espaços não formais de aprendizagem, especialmente aqueles produzidos no interior das manifestações culturais populares. Nesse sentido, a Congada é entendida como espaço de transmissão de saberes, ancestralidades, valores coletivos, práticas de organização comunitária e fortalecimento identitário, articulando memória, religiosidade, musicalidade e pertencimento territorial.

Inspirada nos princípios da educação popular e da pedagogia freiriana, a proposta busca valorizar os conhecimentos produzidos pelas comunidades e pelos sujeitos envolvidos na manifestação cultural, reconhecendo a oralidade, a convivência e a participação coletiva como elementos fundamentais dos processos educativos. A experiência também dialoga com a Educação Patrimonial crítica, ao compreender o patrimônio cultural como prática viva, construída cotidianamente pelos grupos sociais e profundamente relacionada à defesa da cultura e do território do Cerrado.

A relevância desta experiência está na valorização da Congada de Itauçu como patrimônio cultural afro-brasileiro e como espaço de formação humana, capaz de contribuir para o fortalecimento da memória coletiva, da identidade cultural e das

Realização
Parceiros
Apoio

práticas comunitárias locais. Além disso, o trabalho procura ampliar o debate sobre os territórios educativos e sobre o reconhecimento das culturas populares como espaços legítimos de produção de conhecimento, resistência e transformação social.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

Pelo contexto territorial, o município de Itauçu, região do Cerrado brasileiro, território marcado pela presença de práticas culturais populares, manifestações religiosas tradicionais e fortes vínculos comunitários. Nesse contexto, a Congada de Itauçu constitui uma importante expressão da cultura afro-brasileira local, reunindo elementos de religiosidade, ancestralidade, musicalidade, memória coletiva e organização comunitária.

A Congada integra o calendário cultural e religioso do município e mobiliza diferentes sujeitos sociais, envolvendo congadeiros, famílias tradicionais, músicos, lideranças comunitárias, crianças, jovens, adultos e idosos que participam da preparação e realização das festividades. A manifestação também estabelece relações com a comunidade local, com espaços religiosos e com práticas culturais transmitidas entre gerações por meio da oralidade, da convivência e da participação coletiva.

A experiência insere-se em um contexto social e cultural marcado pela valorização da memória comunitária e pela defesa do patrimônio cultural do Cerrado. Ao mesmo tempo, dialoga com debates sobre educação popular, educação patrimonial e reconhecimento dos saberes tradicionais, especialmente aqueles produzidos fora dos espaços escolares formais. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos na Congada assumem papel fundamental na preservação das tradições, na transmissão de conhecimentos ancestrais e na construção coletiva de práticas educativas ligadas à cultura e ao território.

Além da dimensão cultural e religiosa, a experiência evidencia a importância da participação comunitária e da coletividade como elementos centrais para a continuidade da manifestação. A Congada de Itauçu revela-se, assim, como espaço de formação humana, fortalecimento identitário e produção de conhecimentos vinculados à realidade social e cultural do Cerrado goiano.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência desenvolvida em torno da Congada de Itauçu–GO fundamenta-se na observação, acompanhamento e valorização das práticas culturais, religiosas e comunitárias realizadas pelos sujeitos envolvidos na manifestação. As ações e vivências ocorreram a partir da aproximação com os espaços de organização da Congada, envolvendo momentos de preparação coletiva, ensaios, cortejos, celebrações religiosas e encontros comunitários vinculados à tradição.

A Congada mobiliza uma ampla rede de participação comunitária, envolvendo diferentes gerações na construção e continuidade da manifestação cultural. Os processos organizativos acontecem de forma coletiva, com divisão de responsabilidades entre os integrantes dos ternos, lideranças religiosas, músicos, famílias e demais participantes da comunidade. Durante os preparativos e festividades, são compartilhados conhecimentos relacionados à musicalidade, aos cantos, às danças, às vestimentas, à ritualidade e às formas tradicionais de organização da festa.

A experiência também revela a Congada como importante estratégia de resistência cultural e preservação da memória afro-brasileira no território do Cerrado goiano. Mesmo diante de processos históricos de invisibilização das culturas populares e negras, a manifestação permanece ativa como espaço de fortalecimento identitário, reafirmação da ancestralidade e valorização dos saberes tradicionais. Nesse sentido, a Congada atua como prática comunitária de resistência, mantendo vivas histórias, memórias e formas próprias de organização social e cultural.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A experiência construída junto à Congada de Itauçu–GO possibilitou importantes aprendizados relacionados à valorização dos saberes populares, da memória coletiva e das práticas culturais afro-brasileiras presentes no território do Cerrado. A convivência com os sujeitos envolvidos na manifestação permitiu compreender que os processos educativos não se limitam aos espaços escolares formais, mas também acontecem nas práticas comunitárias, nas relações intergeracionais, na oralidade, na musicalidade e nos rituais compartilhados pela comunidade.

Entre os principais aprendizados construídos, destaca-se o reconhecimento da Congada como território educativo e espaço de formação humana, no qual são transmitidos valores como respeito à ancestralidade, solidariedade, coletividade, pertencimento cultural e compromisso com a preservação das tradições. A experiência

Realização
Parceiros
Apoio

também evidenciou a importância da participação comunitária na manutenção da manifestação cultural e no fortalecimento da identidade local.

Os desafios percebidos relacionam-se principalmente aos processos históricos de invisibilização das culturas populares e afro-brasileiras, à pouca valorização institucional dessas manifestações e às dificuldades enfrentadas pelas comunidades para manter vivas suas tradições culturais. Também se observa a necessidade de ampliar políticas públicas de valorização do patrimônio cultural imaterial e fortalecer ações educativas voltadas ao reconhecimento das práticas culturais do Cerrado como espaços legítimos de produção de conhecimento.

Como contribuição, a experiência possibilitou ampliar o debate sobre educação popular, educação patrimonial e territórios educativos, reconhecendo a Congada como prática cultural capaz de promover aprendizagens significativas, fortalecer vínculos comunitários e contribuir para a defesa da cultura e da memória do Cerrado goiano. O trabalho também contribui para valorizar os saberes produzidos pelas comunidades locais, evidenciando a importância das manifestações culturais afro-brasileiras na construção coletiva de conhecimentos e na afirmação da diversidade cultural.

Além disso, a experiência fortalece o reconhecimento da Congada de Itauçu como patrimônio cultural vivo, reafirmando sua relevância para a preservação das tradições populares, para o fortalecimento das identidades comunitárias e para a construção de práticas educativas comprometidas com a valorização da cultura, da ancestralidade e da justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida junto à Congada de Itauçu–GO permitiu compreender a manifestação cultural como espaço de formação humana, produção de saberes e fortalecimento da memória afro-brasileira no território do Cerrado. Mais do que uma prática festiva e religiosa, a Congada revela-se como território educativo marcado pela ancestralidade, pela oralidade, pela participação comunitária e pela transmissão intergeracional de conhecimentos. A vivência junto à comunidade evidenciou a importância das culturas populares como formas de resistência cultural e afirmação identitária, reafirmando a necessidade de valorização dos patrimônios culturais imateriais e dos saberes construídos coletivamente nos espaços comunitários.

Além disso, a experiência contribui para ampliar o debate sobre educação popular, educação patrimonial e territórios educativos, reconhecendo a cultura como elemento fundamental para a construção de práticas educativas mais democráticas, contextualizadas e socialmente comprometidas. Como encaminhamento futuro, destaca-se a importância de fortalecer ações de preservação da memória comunitária, incentivar a participação das novas gerações na continuidade da tradição e ampliar pesquisas e iniciativas voltadas à valorização das manifestações culturais do Cerrado. Assim, a Congada de Itauçu reafirma-se como espaço de memória, resistência e produção de conhecimentos vinculados à defesa da cultura, da ancestralidade e do território.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Átila Tolentino. Educação patrimonial e cidadania: reflexões sobre práticas e políticas públicas. In: TEIXEIRA, Simonne; TORRES, Wagner Nóbrega; PORTILHO, Aline dos Santos (org.). Educação patrimonial: abordagens e atividades educativas com os patrimônios. Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2021. 20

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes para a Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN. Brasília, 2016.

CAMPOS, Fabíula Luiza Rezende; PARO, César Augusto. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola: diálogos e reflexões a partir de Paulo Freire. Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 18, n. 3, p. 255-267, set./dez. 2019. DOI: 10.14393/REP v18n32019-46138.

FERREIRA, Marcos Manoel. Congadas: manifestações culturais e os autos de fé: um conciso olhar sobre as tradições populares pelo Brasil. Revista Galo, Parnamirim, ano 1, n. 2, p. 41-56, jul./dez. 2020.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. Inventário participativo: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2016. MOURA, Tatiana Maria de; LIMA, Marco Antônio Oliveira; FRANCO, Renata Rosa. Congado: direito ao patrimônio cultural como justiça e reparação social. Cadernos Zygmunt Bauman, v. 14, n. 35, p. 23-39, 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História da PUC SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREZ, Geraldo. Educação popular segundo Paulo Freire. Bolema, Rio Claro, SP, v. 6, n. 7, 1991. ISBN 978-85-89082-23-5.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019

SILVA, Jeremias Brasileiro da. Congo, Congado, Congadas: tradição cultural afro-brasileira de resistência ao racismo e discriminação e os tempos de diásporas e escravidão. Em Tempo de Histórias, Brasília, n. 36, p. 47-65, jan./jun. 2020.

AS AGROECOLOGIAS DO ESPERANÇAR CONFLUEM COMO AS ÁGUAS DO CERRADO: Relato da Experiência no Pré-Assentamento Dom Tomás Balduíno, em Formosa/Go

Júlia Barbosa de Lima Dias

juliabarbosa@aluno.ueg.br, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Laura Sena de Freitas

laura.freitas@aluno.ueg.br, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Mariana Alves da Silva Santos

marianasilva.04@aluno.ueg.br, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência a ser relatada no III Festival do Cerrado foi construída a partir da vivência compartilhada no Pré-Assentamento Dom Tomás Balduíno, localizado no município de Formosa, e no Assentamento Oziel Alves III, em Planaltina, ambos no estado de Goiás. A atividade integrou a disciplina Agroecologia no Cerrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGeo/UEG) - Campus Cora Coralina, na linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais do Cerrado e contou com a participação de professores estudantes, pesquisadores e convidados, além de integrantes do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília – Campus Planaltina, do ERA - Pesquisa e Formação em Extensão Rural e Agroecologia - UnB e do Gwatá - Núcleo de Pesquisa em Agroecologia e Educação do Campo - Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Cora Coralina.

O presente relato se concentra nas experiências vivenciadas no Pré-Assentamento Dom Tomás Balduíno, território organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social fundamental na história das lutas pela terra, pela reforma agrária e pela justiça social no Brasil. Nesse espaço, foi possível estabelecer uma convivência mais prolongada entre a comunidade camponesa e a comunidade acadêmica, permitindo uma imersão mais profunda na realidade do território, em seus modos de vida, formas de organização coletiva e práticas produtivas de agroecologia.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

Realização
Parceiros
Apoio

Do território de acolhida, uma inspiração ao esperançar na luta

No chão do Cerrado, banhado por suas águas, o território que acolheu a experiência foi o Pré-Assentamento Dom Tomás Balduino, localizado no município de Formosa, em Goiás, em parte desapropriada da Fazenda Crixás para fins de Reforma Agrária. A comunidade conta atualmente com cerca de 210 famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, que há 11 anos reivindicam a área para o assentamento e cumprimento da função social da terra.

A primeira ocupação ocorreu em 31 de agosto de 2014, sob o nome e motivação de Dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás que dedicou sua vida à luta pela Reforma Agrária e em defesa dos povos e territórios indígenas, cofundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), falecido naquele ano. Já o primeiro despejo aconteceu em 05 de março do ano seguinte, com o compromisso do Governo Federal em assentar as famílias em um prazo de 90 dias.

Esse não foi o único compromisso violado, as roças cultivadas pelas famílias, que haviam acordado em realizar a colheita quando chegado o momento, foram pisoteadas pelo gado do suposto proprietário . Vencido o prazo estipulado, restou às famílias se mobilizarem para a segunda ocupação, a fim de pressionar o Governo para desapropriação da Fazenda Santa Mônica e efetivação do assentamento.

Com a retomada da ocupação por mais de 3.000 famílias em 21 de junho do ano seguinte, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fez um pronunciamento em que destacou a relevância do Acampamento para a história da agroecologia e da luta pela terra no Brasil: “Durante os sete meses que durou a ocupação, foi construída a maior experiência agroecológica do país, produzindo mais de 20 tipos de alimentos sem uso de agrotóxico ou transgênicos, e se estruturou uma escola para quase 100 crianças” (CNBB, 2015, grifo próprio). À época, em nota publicada pelo MST Goiás, o Movimento já considerava o Acampamento como um laboratório de agroecologia (MST, 2015).

Hoje, as famílias que ocuparam o Complexo Santa Mônica estão pré-assentadas e concentradas em um área de 3,1 mil hectares da Fazenda Crixás, após mais de dez anos distribuídas em três áreas (Crixás, Cangalha e Porteirinha). Ao final de 2025, a imissão de posse definitiva e destinação da área - muito visada por sua proximidade com a capital Brasília - ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vislumbrou o fim da espera de mais de uma década para a conquista da terra para viver e trabalhar .

Terra para vida e trabalho, na compreensão compartilhada pela comunidade, não abre mão de seu vínculo intrínseco e fundamental com o território. O sentido de vida e seus modos de existência são enraizados no solo do Cerrado, na relação de preservação mútua entre humanidade e natureza. A conservação do que constitui o bioma em sua biodiversidade e principal virtude é também a base para manutenção da vida: a água (Specian, Chaveiro e Soares, 2024).

É com a resiliência deste território-bioma Cerrado, com a força do movimento de suas águas e a rebeldia característica de sua vegetação tortuosa que as famílias do P.A. Dom

Realização
Parceiros
Apoio

Tomás se mantém na luta, não apenas pela garantia da terra, mas pela preservação de todo o sentido produzido na relação com o território e a sua continuidade.

Das redes tecidas na universidade, território de disputas

A prática da extensão universitária requer a compreensão de que este território, a universidade, não se restringe às delimitações físicas das áreas de seus campi, muito menos aos limites simbólicos que se impõe entre o conhecimento científico e o conhecimento popular.

A construção coletiva da disciplina Agroecologia no Cerrado se deu pela parceria entre a Universidade Estadual de Goiás e a Universidade de Brasília, a partir do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UEG), do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Gwatá/UEG), do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader/UnB) e do Projeto de Extensão Rural e Agroecologia (ERA/UnB).

O PPGeo se dedica à produção e divulgação científica do conhecimento geográfico acerca das dinâmicas ambientais e territoriais do Cerrado, desde seus processos naturais ou adaptados, a sua sociobiodiversidade, até os processos de apropriação - simbólica ou predatória. O Gwatá, um caminhar compartilhado, é um coletivo constituído por docentes, estudantes, técnicos e movimentos sociais do campo e da cidade para promoção de práticas de pesquisa, extensão e ensino em conhecimentos socioambientais do Cerrado.

O PPG-Mader foi concebido e teve seu primeiro processo seletivo em 2012, criado com o objetivo de contribuir com formação acadêmica para a construção do conhecimento e desenvolvimento rural sustentável. Já o ERA/UnB é um projeto com iniciativa de pesquisa por todo o país sobre as realidades rurais nos biomas brasileiros em uma perspectiva agroecológica.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A bandeira vermelha hasteada indicava que estávamos no caminho certo. A luz do sol já havia caído, mas dava para ver ao longe seu movimento anunciando a entrada para uma terra de esperançar. Nossa chegada ocorreu durante a noite e se iniciou com muito acolhimento por parte das moradoras e dos moradores, o que já revelava uma atmosfera bastante comunitária, com o fogão a lenha aceso, a presença das crianças e a expectativa pela nossa chegada.

Desde a nossa acolhida no pré-assentamento, foi possível perceber a forte dimensão comunitária que estrutura a vida local daquelas famílias. A recepção foi feita na cozinha, espaço de trocas, compartilhamento e cuidado coletivo, com comida quente e palavras acolhedoras. Em meio à malas e pessoas amontoadas, as conexões se deram de forma espontânea e orgânica, uma vez que as pessoas moradoras abriram suas casas para receber cada uma e cada um de nós. A divisão entre as famílias fluiu à medida que

as conexões eram feitas e, além disso, alguns integrantes do grupo, por já terem visitado o território anteriormente, possuíam vínculos já existentes que facilitaram as interações.

As famílias abriram seus lares para nos receber, compartilhando não apenas seus espaços físicos, como também suas histórias, experiências, conhecimentos e perspectivas de vida. As famílias, desde a acolhida, se mostraram extremamente solícitas, acolhedoras e animadas com a nossa presença, o que permitiu que, logo no dia seguinte, os laços estivessem estreitados e as pessoas se sentissem bem à vontade no território.

Nos hospedamos na casa de Ildete, que já havia recebido uma de nós em sua casa em um campo de outra disciplina oferecida pelo PPGeo/UEG. Durante as quatro noites ali fomos muito bem acolhidas. À noite, Ildete fazia chá para esquentar, já que as noites de outono no Cerrado são bem frias. Durante o dia, no momento em que não tínhamos aula, íamos até a casa... às vezes para descansar um pouco após o almoço ou buscar alguma coisa que fosse necessária. Nesses momentos, quase sempre estavam presentes suas vizinhas Carmem e Ivan, com quem Ildete estabelecia uma relação de troca, cuidado, dentre tantas outras coisas que não vimos pelo pouco tempo de estadia, mas que foi possível perceber diante da intimidade entre elas.

A organização de espaços e estruturas do Pré-Assentamento Dom Tomás Balduíno refletia a realidade de um acampamento e de um território em constante construção e resistência coletiva. As moradias foram erguidas com lona, madeira, chapas de metal e outros materiais disponíveis, que compunham uma estrutura típica de acampamento, resultado das condições de luta e permanência das famílias daquele território. Embora o espaço fosse amplo, as casas se encontravam relativamente próximas umas das outras, pela necessidade de concentração das famílias para o processo de efetivação do assentamento e fortalecimento da convivência comunitária. As residências possuíam quintais produtivos e sistemas próprios de abastecimento de água e fossas, embora nem todas dispunham de energia elétrica ou acesso à internet, evidenciando desafios ainda presentes na consolidação do assentamento.

A cozinha comunitária era o nosso principal eixo de convivência e organização coletiva. Todas as refeições durante nossa estadia eram preparadas pelos próprios moradores, que utilizavam em grande medida verduras, legumes e outros alimentos produzidos pela própria comunidade. As refeições eram momentos dinâmicos de sociabilidade, compartilhados ao ar livre, sempre cercados pela forte presença de animais e crianças da comunidade. A grande fila que se formava para servir a comida farta também se criava para a limpeza coletiva dos utensílios utilizados.

À medida em que nos conectamos, as relações de confiança e proximidade foram se fortalecendo. As atividades formativas ocorriam na plenária e continuavam na cozinha, em um diálogo fluido entre os conhecimentos científicos e os saberes populares. Na plenária, as aulas da disciplina Agroecologia no Cerrado contaram com a participação e contribuição indispensável de moradores e moradoras do pré-assentamento. As leituras propostas para a disciplina, que foram apresentadas em duplas, dialogaram com as experiências concretas de práticas agroecológicas partilhadas pela comunidade.

Realização
Parceiros
Apoio

Com a experiência no território, que em uma rigidez acadêmica seria apenas de observação, a vivência em comunidade demonstrou ser "ela própria o pensamento tornado uma atividade coletiva e subversivamente consequente" (Brandão, 2006, apud Rocha, op. cit., p.293). Alguns camponeses participaram ativamente dos debates, como Márcio, um dos coordenadores, dialogando com os textos propostos e compartilhando relatos sobre a trajetória do MST, a construção do pré-assentamento e os desafios enfrentados pelas famílias.

Em uma das aulas, recebemos como convidados Rafaela e Rogério, ambos da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) que trouxeram o debate fundamental sobre formulação e execução de políticas públicas voltadas ao campo, a começar pela Política Nacional de Agroecologia. Nos diálogos sobre a ocupação de espaços de poder e decisão, as falas expressaram também as concepções trazidas nas leituras, de que é preciso reconhecer a "agroecologia como ciência, como prática e como força política".

As leituras propostas estimularam várias perspectivas sobre a agroecologia, desde as práticas dos povos originários, as roças de quilombo (Santos, 2015) , as práticas agroecológicas no próprio MST e outros olhares sobre o conhecimento agroecológico. Os textos e as percepções confluíram com as experiências trocadas pelos sujeitos que garantiram a diversidade de vivências do grupo.

A articulação entre a teoria agroecológica e a prática territorial se aprofundou durante a realização de uma caminhada imersiva pelo pré-assentamento, guiada pelas próprias moradoras. Divididos em grupos, percorremos diferentes áreas do pré-assentamento, conhecendo sua organização espacial, as residências, os quintais produtivos, os produtos dos cultivos e disposição das fazendas. Durante o percurso, foram compartilhados conhecimentos relacionados ao cuidado com as pessoas, à conservação do Cerrado e às práticas agroecológicas desenvolvidas pelas famílias, além de relatos sobre os integrantes das famílias que se encontram longe para estudar ou trabalhar, bem como os sonhos e expectativas das famílias sem-terra.

Os relatos ouvidos durante o trajeto evidenciaram como os quintais produtivos operam enquanto estratégias de resistência alimentar e ecológica. A caminhada com uma das moradoras, Rayani Camargo , se estendeu até a represa local, possibilitando uma leitura geográfica do território frente ao contraste visual com as grandes fazendas do entorno. Ainda, uma compreensão das disputas territoriais e das diferentes formas de ocupação do Cerrado, uma vez que a maior parte do rio Crixás, que banha o território, está represada pelos arrendatários que ainda não cumpriram a ordem de desapropriação da fazenda, enquanto as famílias do acampamento dependem quase que completamente de caminhões-pipa para acesso à água potável.

A caminhada com Mel, moradora que faz parte do movimento desde a primeira ocupação, iniciou atravessando uma "pinguela" sobre o rio Crixás, feita com troncos de macaúbas, abundantes no território. Visitamos o quintal de Divino que nos mostrou orgulhoso suas roças de mandioca, cana e banana, com pés impressionantemente altos. O agricultor também apresentou algumas mudas de frutíferas que aguarda, com grande expectativa, o momento de plantar em sua parcela.

Realização
Parceiros
Apoio

Seguimos adiante em direção ao quintal de Dona Célia, passando pela casa de Jaqueline, que esquentava água em seu fogão à lenha para o banho. A moradora fez questão de nos mostrar sua perda na produção de jiló em decorrência da infestação de moscas brancas. Quando chegamos em seu quintal, ela estava borrifando um remédio natural que fez para afastar as moscas dos pés que ainda não haviam sido atingidos. E assim como ouvimos durante as aulas, sabíamos que esse era um problema recorrente, já que a infestação ocorria pelo uso de agrotóxicos utilizados na monocultura da fazenda ao lado, que atingia plantações de diversos moradores do assentamento, além de contaminar as águas do rio.

As caminhadas foram carregadas de muito diálogo, trocas e alegria entre os participantes, que além de interagirem entre si, se relacionam com a terra, as produções dos quintais, os animais, os alimentos produzidos pelos moradores e as lindas paisagens típicas do Cerrado. A convivência com a comunidade e com o território demonstrou o conhecimento de uma leituras partilhadas "a agroecologia nos convida a estarmos juntos no ciclo da vida e no ciclo da luta".

As atividades culturais também foram marcantes. Na penúltima noite, a comunidade e os visitantes reuniram-se para assistir ao filme "Sertão Serrado" e ao documentário focado na história do próprio Pré-Assentamento Dom Tomás Balduíno. Este último permitiu conhecer a trajetória de muitas das famílias presentes na comunidade, tornando visíveis as histórias de luta, resistência e conquista que deram origem ao território. O momento foi profundamente emocionante, especialmente quando Márcio, um dos coordenadores da comunidade, manifestou sua emoção diante das imagens, ressaltando que suas lágrimas não eram de tristeza, mas de alegria e orgulho pelas conquistas coletivas alcançadas através da luta do movimento social.

Presenciamos também o Seminário Terra, Raça e Classe, iniciativa organizada de forma autônoma pelo coletivo de Raça do MST em Goiás. O evento, que contou inclusive com a participação e apoio da Professora Nilza, vereadora pelo município de Formosa, pautou debates de forte teor político e social. Destacaram-se os discursos emocionantes voltados ao empoderamento feminino, à defesa da agroecologia e à resistência camponesa, intercalados por relatos de vida das moradoras.

A estrutura de debate político do Seminário esteve permanentemente entrelaçada com o afeto e a interação cotidiana do pré-assentamento. Um exemplo marcante dessa conexão afetiva se deu com Valentina, uma criança da comunidade de apenas 10 anos que, encantada com as câmeras fotográficas do nosso grupo, interagiu intensamente conosco e registrou os momentos daquele encontro sob o seu próprio olhar, utilizando pela primeira vez uma câmera profissional. As imagens registradas por Valentina são sensíveis, trata-se de uma criança comunicativa e cheia de sonhos, que com a ajuda de outros amiguinhos da comunidade se divertiram e nos encantaram com tamanho carisma e habilidade com as câmeras.

O encerramento das atividades na última noite se deu em um ato cultural de afirmação de identidade e ancestralidade, com um desfile de beleza negra, protagonizado pelos próprios moradores e moradoras, entre adultos e crianças. Os moradores participaram com entusiasmo, utilizando lindas roupas especialmente preparadas para o desfile,

pinturas corporais e expressões de valorização da identidade negra. Ao som de muita música, aplausos e celebração coletiva, o desfile constituiu um poderoso momento de afirmação cultural, autoestima e resistência para os presentes. Para nós, participantes da vivência, foi emocionante testemunhar pessoas com as quais haviam construído vínculos ao longo dos dias ocupando aquele espaço de protagonismo, celebração e empoderamento, reafirmando a força da comunidade e de suas múltiplas formas de resistência. Era um momento de alegria e confraternização.

Para Camila Alves, pré-assentada que idealizou o desfile, o MST não luta apenas pela terra, mas pelas formas de existir e conviver com a natureza em diversidade. O movimento, segundo ela, proporciona a formação política e social de cada indivíduo, aprofundando as compreensões sobre gênero, raça, classe, sexualidade e as interseccionalidades das lutas pelo Bem Viver. Na experiência pessoal de Camila, foi a partir do MST que ela teve total compreensão sobre como o racismo está intrinsecamente ligado com a questão da terra no Brasil e ainda como seu próprio corpo experiencia a racialidade, com as violências e as resistências tecidas pela negritude.

A atividade cultural foi um momento de profunda beleza e emoção coletiva, uma potente iniciativa de diversão, valorização estética e empoderamento subjetivo das crianças e adultos com os quais nós havíamos nos conectado ao longo dos dias. O sarau contou ainda com apresentações de poesias e repentes, moda de viola, roda de coco e uma apresentação de vogue performada por Roberta, pré-assentada, sem terra e travesti, que se reconheceu em sua identidade de gênero dentro do movimento, na luta pela terra.

A última noite, como todos os momentos vivenciados no pré-assentamento, foi repleta do esperançar revolucionário que projeta o futuro do território e do corpo livres, indissociáveis. A vivência foi a prova da compreensão compartilhada pelo professor do PPGEO Murilo Mendonça, que expressou que a agroecologia se inicia muito antes do cultivo, está na convivência, na prática coletiva, no compartilhar do espaço, dos saberes e sabores do território.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Ao longo de quatro dias intensos, construímos espaços de diálogo, escuta e aprendizado mútuo, nos quais conhecimentos acadêmicos e saberes populares se encontraram e se complementaram. As atividades possibilitaram ricas trocas de experiências, reflexões sobre agroecologia, território e resistência camponesa, luta pela reforma agrária, além da vivência prática de atividades cotidianas desenvolvidas pela comunidade, fortalecendo a compreensão da agroecologia para além de uma abordagem técnica ou acadêmica, mas como um modo de vida e de relação com o Cerrado, seus povos e seus territórios.

As interações cotidianas desempenharam papel importante na construção da experiência. A convivência com as crianças da comunidade contribuiu para tornar a vivência ainda mais significativa. Essas presenças constantes e os entusiasmos ajudaram a nos aproximar, produzindo momentos de afeto, espontaneidade e troca.

Realização
Parceiros
Apoio

Conforme pontuou o professor Edson (PPGeo/UEG), por contradizer a lógica capitalista, a organização camponesa sofre um profundo processo de violência que se expressa, inclusive, na negação do ser. No território, a violência estrutural é evidente: não há abastecimento de água potável e o acesso à saúde e à educação é restrito, visto que o posto de saúde e escola mais próximos localizam-se no Distrito Bezerra, que fica a 30 quilômetros de distância.

A proposta de vivência oferecida pela disciplina nos possibilitou uma aproximação concreta com os processos organizacionais construídos coletivamente por aquela comunidade, bem como com suas estratégias cotidianas de resistência, produção de saberes, agroecologia e permanência no território.

Apesar de a conquista pela terra ser marcada por repressões que tentam inviabilizá-lá, existe resistência por parte desses camponeses que lutam pela soberania alimentar. Segundo Márcio, hoje a comunidade é guardiã de uma espécie de milho desenvolvida por eles, além de mais de 35 variedades de feijão. Para ele, “não é preciso ter monocultura para ter produção e sem reforma agrária não há produção”. Essa premissa se materializou durante a pandemia, quando o então acampamento realizou doações de alimentos agroecológicos para moradores da região. Além de estreitar laços com a população do município, Márcio entende que essa foi uma ação fundamental para que a sociedade compreendesse a relevância da luta das famílias assentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto as leituras e debates em aula forneceram a base teórica sobre a agroecologia, a vivência no Pré-Assentamento Dom Tomás Balduíno consolidou nossa percepção quanto à sua dimensão política e territorial. Essa percepção converge com a análise de Silva, Balestrin e Brandenburg (2018), que, baseadas em Miguel Altieri, apontam que a agroecologia assume um "caráter de movimento social em que seus atores estão envolvidos também com causas sociais, como segurança alimentar, economia solidária, equidade entre gêneros, indo além da questão ambiental".

A experiência nos permitiu compreender que a agroecologia, no contexto do Pré-Assentamento Dom Tomás Balduíno, não se restringe a um conjunto de técnicas produtivas ou de manejo sustentável dos ecossistemas. A agroecologia se manifesta como forma de organização de vida coletiva, de resistência e de construção de autonomia no campo. Nos quintais produtivos, na cozinha comunitária, na produção de alimentos cultivados pelas próprias famílias, nos espaços comunitários de decisão e convivência e na relação de cuidado com o Cerrado, foi possível observar a agroecologia como prática cotidiana que articula a vida dos moradores, que fortalece a comunidade, a preservação e a defesa do território.

Outro aspecto marcante de nossa vivência foi a construção das conexões e relações humanas que ultrapassaram as atividades acadêmicas no campo. A convivência nas casas das famílias, os diálogos compartilhados durante as refeições e as dinâmicas de aula na plenária, a caminhada pelo território e os momentos culturais e políticos criaram vínculos de confiança, afeto e troca de saberes.

Realização
Parceiros
Apoio

A criação de vínculos dessa natureza entre a comunidade e o meio acadêmico representa uma importante contribuição da Universidade, ao promover espaços de encontro, diálogo e construção coletiva do conhecimento. Experiências como essa possibilitam romper barreiras historicamente estabelecidas entre a academia e os territórios, evidenciando que a produção de conhecimento não se limita aos ambientes institucionais e as metodologias, mas também se constrói de forma horizontal, a partir das vivências, práticas, saberes tradicionais e trajetórias de luta dos movimentos sociais e das comunidades que cotidianamente produzem e transformam seus territórios.

Diante disso, a experiência reforçou a importância da aproximação contínua entre a comunidade acadêmica, movimentos sociais e comunidades camponesas. Isso porque, os desdobramentos políticos e estruturais dessa experiência revelaram a urgência em apoiar e viabilizar espaços como o Pré Assentamento Dom Tomás Balduíno. A necessidade de fortalecer iniciativas de extensão, pesquisa agrária e intercâmbio que contribuam para a valorização dos conhecimentos produzidos nesses territórios e para a construção conjunta de alternativas sustentáveis para o Cerrado, merece ser destacada.

Por fim, o acesso restrito a direitos básicos, a força coletiva, o empoderamento manifestado em debates profundos sobre terra, raça e celebrações de identidade e beleza negra contrastam com a riqueza capitalista e as injustiças ambientais. Mais do que uma atividade acadêmica, a vivência no Pré Assentamento constituiu um processo formativo capaz de ampliar nossa sensibilidade, questionar perspectivas pré estabelecidas por este modelo hegemônico extrativista e reafirmar a agroecologia como um caminho de resistência, transformação social e defesa da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL DE FATO. Entre soja e veneno, brota um assentamento agroecológico: a vitória do Dom Tomás em Goiás. In: Brasil de Fato. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/03/27/entre-soja-e-veneno-brota-um-assentamento-agroecologico-a-vitoria-do-dom-tomas-em-goias/

CNBB. Famílias voltam a ocupar Fazenda Santa Mônica, em Corumbá de Goiás. In: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 2015. Disponível em: https://cnbbco.com/portal/familias-voltam-a-ocupar-fazenda-santa-monica-em-corumba-de-goias/

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

MST. Em Goiás, Assentamento Dom Tomás Balduíno refloresta nascente.

In: Mst Oficial. 2026. Disponível em: https://mst.org.br/2026/04/03/em-goias-assentamento-dom-tomas-balduino-refloresta-nascente/

MST. MST ocupa sede da fazenda do senador Eunício de Oliveira In: Mst Oficial. 2015. Disponível em: https://mst.org.br/2015/03/02/mst-ocupa-sede-da-fazenda-do-senador-eunicio-de-oliveira/

MST. Ocupação em Goiás é batizada com o nome de Dom Tomás Balduíno. In: Mst Oficial. 2014. Disponível em: https://mst.org.br/2014/09/01/ocupacao-em-goias-e-batizada-com-o-nome-de-dom-tomas-balduino/

ROCHA, N.J.R. A Cidade Das Palavras (Insubmissas) Comunicação Popular e Globalização Compartilhada. Coimbra, Portugal. 2020. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/96408/3/A%20Cidade%20das%20Palavras%20%28%20Insubmissas%29%20-%20TESE%20vers%c3%a3o%20final.pdf

SANTOS, A. Colonização, Quilombos modos e significados. Brasília, 2015.

SILVA, Silvana Aparecida da; BALESTRIN, Nádia Luzia; BRANDENBURG, Alfio. A agroecologia como um projeto em construção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Revista GeoPantanal, Corumbá, n. 24, p. 85-98, jan./jun. 2018.

A PRIMAZIA DOS FEIRANTES DE PIRENÓPOLIS NA PRESERVAÇÃO CULTURAL E ECONOMIA LOCAL

Maria Jurema de Freitas Rocha
maju_f.rocha@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás, PPGTECCER
Sirlene Alves da Silva
sirlecorum@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás, PPGTECEER
Prof. Dr José Carlos de Souza
jose.souza@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás, PPGTECCER
Prof. Drª Janes Socorro da Luz
Janes.luz@ueg, Universidade Estadual de Goiás, PPGTECCER

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O relato da experiência transcorre na histórica e turística cidade de Pirenópolis, localizada no estado de Goiás, inserida na rica e desafiadora região ecológica do cerrado pirenopolino. O objeto central é a feira livre, um espaço que há mais de quarenta anos atua como um polo de resistência sociocultural, segurança alimentar e dinamismo econômico para as comunidades camponesas locais. Longe de ser um mero canal de distribuição de compra e venda de produtos, a feira configura-se como um território de proteção de identidades, onde o artesanato local, a culinária tradicional (expressa nas famosas quitandas goianas) e a produção de hortifrutis frescos encontram-se com a comunidade e os visitantes.

Do ponto de vista socioespacial, a trajetória da feira reflete as tensões geradas pelo avanço do turismo em massa e pela especulação imobiliária urbana. Durante os seus mais de quarenta anos de existência, o evento ocorria estrategicamente no Largo da Igreja Matriz, no coração do centro histórico da cidade, depois transferida para um espaço frente ao cemitério municipal por anos e transferida para o Largo da Matriz, permanecendo por nove anos. Essa localização garantia uma interação sistêmica entre os moradores locais e o fluxo de turistas, consolidando uma receita financeira estável para as famílias produtoras.

Contudo, sob a justificativa de requalificação urbana e revitalização da Praça Central, a Prefeitura municipal fez a retirada das árvores no Largo da Igreja Matriz, contrariando até mesmo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que aplicou multa e culminou no remanejamento forçado dos feirantes para uma região de menor apelo econômico e sem estrutura física.

Essa transferência arbitrária provocou uma redução drástica nas margens de lucro dos agricultores, alterando a dinâmica de sociabilidade tradicional. No cenário contemporâneo, este território de resistência enfrenta a concorrência desproporcional de formatos permanentes de comércio varejista modernos, como supermercados de grande porte, impulsionados pelo crescimento populacional urbano, decorrente do êxodo rural (Coêlho; Pinheiro, 2009).

Com o terreno desfigurado e a retirada da vegetação o espaço tornou-se inviável para o comércio tradicional de artesanato e a falta de diálogo prévio sobre para onde os trabalhadores seriam realocados gerou protestos locais, visto que o calor excessivo no piso de brita substituiu a vegetação, inviabilizando a permanência no local.

Neste ecossistema tensionado, destaca-se a primazia dos feirantes, que dependem da feira e que representa a principal ou única fonte de sustento. O turismo

Realização
Parceiros
Apoio

afeta profundamente a realidade desses feirantes, impondo um complexo desafiador de gerenciar o encarecimento do custo de vida local e a exigência de adaptar o paladar e as mercadorias ao público flutuante, sem que isso resulte no apagamento de suas matrizes culturais ancestrais.

Contrapondo à homogeneização do agronegócio de grande escala, a feira de Pirenópolis Goiás resiste por meio da distribuição de produtos originados a partir de métodos essencialmente artesanais e de base familiar. Godoy e Anjos (2007) ressaltam que a feira se apresenta como um canal de distribuição de produtos diferenciados, cuja produção é feita a partir de métodos "artesanais" o que não acontece na produção em escala feita pelos grandes proprietários, que abastecem os demais canais de comercialização. Assim, a possibilidade de encontrar produtos a preços mais acessíveis e naturais pode ser um importante atrativo às feiras, o que faz da produção e comercialização de alimentos orgânicos uma nova alternativa para manutenção e expansão das feiras-livres.

CONTEXTO TERRITORIAL E POPULAÇÃO ENVOLVIDA

Por se constituir um território de resistência sociocultural e econômica na região do Cerrado, a feira livre é tencionada pelo turismo de massa e especulação imobiliária após seu remanejamento compulsório do centro histórico para o entorno da rodoviária. O ecossistema é protagonizado por cerca de 64 famílias feirantes, dessas, grande parte são pequenos agricultores familiares, majoritariamente chefiados por famílias, que enfrentam a concorrência de grandes supermercados e a falta de investimentos em infraestrutura, buscando na produção orgânica e artesanal a manutenção de suas atividades.

Figura 01- Feira livre de Pirenópolis Goiás

Fonte: a autora

Realização
Parceiros
Apoio

Figura 02- Largo da Matriz com a presença da vegetação

Fonte: Blog: Adriano Curado

Figura 03- Largo da Matriz após a retirada da vegetação

Fonte: O Popular

Realização
Parceiros
Apoio

Figura 04- Produtos

Fonte: a autora

Figura 05- Produtos

Fonte: a autora

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A feira livre de Pirenópolis, atua há mais de quarenta anos como um território de identidade de comunidade tradicional e econômica, salvaguardando identidades camponesas através da venda de artesanato, quitandas tradicionais e hortifrutis. Mais que "populações" em sentido demográfico do termo, elas são e se representam em diferentes modalidades de comunidades, acreditamos que a expressão, comunidades tradicionais, as qualifica de forma mais adequada Cunha (2009). São consideradas instituições do povo, instituídas mediante valores socioculturais, representando também espaços de interação e reprodução dos dogmas destas pessoas Silva (2006). Apesar das tensões geradas pelo turismo de massa, especulação imobiliária e um remanejamento

Realização
Parceiros
Apoio

forçado de sua área histórica, o espaço se mantém por meio da comercialização familiar, transição para produção orgânica e o protagonismo familiar.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A resistência histórica aos espaços populares mantêm sua função sociocultural por décadas, mesmo sem pouco ou quase apoio institucional, a transição para a produção orgânica funciona como uma estratégia de sobrevivência e diferenciação de mercado que protege o artesanato e as quitandas tradicionais, que preserva a cultura local da homogeneização do consumo sobre o avanço do turismo de massa que gentrifica espaços, remanejando forçadamente os trabalhadores, a concorrência desigual em que enfrentam, a pressão de grandes redes de supermercados varejistas, além da sobrecarga dos feirantes que conciliam o sustento à inflação e a alta do custo de vida, contribuindo com a oferta de alimentos frescos, saudáveis, a promoção de métodos agrícolas familiares de base agroecológica, contra o modelo do agronegócio, a geração de renda direta e a autonomia financeira para as e comunidades camponesas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira livre de Pirenópolis, atua como um polo de resistência sociocultural e econômica, salvaguardando identidades, o artesanato e a culinária tradicional da comunidade local, contra os impactos do turismo de massa e da especulação imobiliária. A experiência revela que, mesmo após um remanejamento compulsório e sob a concorrência do varejo moderno, a produção familiar, o protagonismo dos feirantes e a transição para métodos agroecológicos asseguram a soberania alimentar e a resistência do modo de vida camponês.

REFERÊNCIAS

COÊLHO, J. D.; PINHEIRO, J. C. V. Grau de organização entre feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e Ocara, no Ceará In: **Congresso de Economia e Sociologia Rural**, 47. Porto Alegre. Anais...Porto Alegre: SOBER, 2009.

CUNHA Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo, Editora Cosac Naify, 2009.

GODOY, W.I: ANJOS, F.S. **O perfil dos feirantes ecológicos de Pelotas-RS**. Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 20007b.

SILVA, Ligia Betânia Wanderley. **A Feira Livre em Pedras de Fogo- PB. João Pessoa**: Universidade Federal da Bahia, (Monografia) Bacharelado em Geografia, 2006.

Realização
Parceiros
Apoio

TÍTULO DO TRABALHO

OS CADÁVERES DE SIRON

Nome do Autor
Rondinelli Linhares de Oliveira

icaroeros2025@gmail.com ; Universidade Estadual de Goiás – UNUCSEH; TECCER, Linha III

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Apresenta-se este relato de experiência, resultado das discussões acerca da interdisciplinaridade proposta pelo TECCER, como movimento dissertativo-reflexivo desenvolvido a partir da visita a uma exposição individual do artista multimídia Siron Franco.
Pensando nas futuras linhas a serem redigidas para a dissertação que vem sendo orientada pelo Professor Doutor Ademir Luiz da Silva e que é o atual titular da disciplina "Seminário de Pesquisa", e que abordará, grosso modo, dentre muitas questões, a modernidade artística em Goiás, este texto, além de narrar de maneira muito breve a visitação, pretende, como fruto das impressões que me foram causadas na fruição com as obras expostas, analisar, comentar e até discutir a poética sironiana. Neste sentido, o título do presente texto dá de maneira propositalmente grotesca a pista do que se trata: as vítimas presentes e eternizadas nas obras do artista. Assim, comprometido em sobrepujar o relato puro e simples e desenhar para o trabalho um caráter acadêmico, existe aqui a tentativa de contextualização concatenada a citações retiradas de entrevistas, tese e livro.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A visita, aqui tomada como experiência aconteceu recentemente, na Vila Cultural Cora Coralina, espaço cultural situado no centro de Goiânia e que faz divisa com os fundos do Teatro Goiânia. Deste processo de fruição participei de modo individual, mas em um breve futuro, na aula da disciplina de Turismo e Estratégias Territoriais no Cerrado Goiano (ministrada pelos professores Janes Socorro da Luz, Jean Carlos Vieira e Milena D'ayala Valva) já fui escalado a, na ocasião, guiar o grupo das pessoas que compõem a turma.

Realização
Parceiros
Apoio

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A visita ocorreu dia 08 de maio do corrente ano, no período de algumas horas da manhã, a partir da abertura da instituição ao acesso que se deu às 09 horas.

Adotei como metodologia, além da observação, o registro fotográfico e por escrito, como fontes primeiras para pensar a estruturação de um texto futuro. Texto este que agora existe dividido em parágrafos, com considerações, questionamentos, apontamentos e citações, e em alguma possível apresentação, as imagens poderão servir como mais uma ferramenta.

Neste texto discuto de forma analítica obras que fazem parte de um núcleo onde Siron apresenta como foco de sua poética os desdobramentos do acidente radioativo do Césio-137. Discuto elementos formais, cromáticos, simbólicos presentes nos referidos trabalhos do artista. A escolha por escrever sobre a exposição de Siron, além de estar ligada de alguma maneira ao meu objeto de pesquisa para a dissertação final de Mestrado, justifica-se também pela valorização da produção artística regional deste artista que extrapola os limites do Cerrado goiano e apresenta-se como um dos maiores nomes vivos da cena contemporânea das artes visuais.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A visita à exposição me oportunizou, além de fruir com as obras de Siron, pensar: as escolhas formais e expositivas determinadas pelo curador e pelos organizadores, a importância da Vila Cultural Cora Coralina enquanto espeço cultural difusor das artes visuais em Goiânia e, ainda, pensar de modo mais fundo a verticalidade do peso de Siron para o cenário goiano, uma vez que ele é artista de projeção internacional. Um desafio, dentre tantos outros, que vale ressaltar é o de escolher quais obras sironianas incluir em meu objeto de pesquisa.

As contribuições são uma via de mão dupla: a visita colaborou e continuará colaborando com o meu processo de pesquisa para a confecção da dissertação; e eu, primeiramente como aluno do Mestrado, guiarei meus colegas na já referida aula de campo da disciplina de Turismo e Estratégias Territoriais no Cerrado Goiano que faremos ao espaço da Vila. Como arte-educador, poderei compartilhar com meus alunos os conhecimentos adquiridos direta ou indiretamente ligados ao processo.

Realização
Parceiros
Apoio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visitar na cidade de Goiânia a Vila Cultural Cora Coralina em uma manhã de sexta-feira foi uma experiência que me reaproximou da capital depois de longo tempo sem me deslocar para lá. Além disso, houve ainda a oportunidade de fruir com um expressivo conjunto de obras do artista goiano Siron Franco e neste processo, pensar a sua relevância para o cenário das artes visuais. Não obstante, a ocasião e tudo o que a desenhou fez com que eu pensasse sobre minha produção enquanto artista e na atual conjunção, em minha produção acadêmica junto ao TECCER - UEG – LINHA III. Ficou evidente que um relatório de experiência não se limita a si mesmo; pode-se expandir em congruência com a teoria.

REFERÊNCIAS

ZOBARAN, Sergio. **Siron Franco, anos 60 – Artista dispensa apresentação. Em 12 perguntas & respostas: Siron!** - São Paulo, SP: Casa Vogue, número 264, 2007.

HENRIQUE, Paulo. **Grandes nomes da Arte Goiana. Anápolis, GO:** Secretaria de Educação / Diretoria de Cultura, 2007.

ARAÚJO, Lucinha; Regina Echeverria. **Preciso dizer que te amo**. São Paulo, SP: Globo, 2001.

ARYA, Rina. **Quando a obra se torna Queer: Ambiguidade em Bacon.** São Paulo, Sp: Francis Bacon – A beleza da carne, 2024.

ADES, Dawn. **Siron Franco. Figuras e Semelhanças. Pinturas – 1968-1995.** Rio de Janeiro, RJ: Index,1995.

VIEIRA, Emílio. **O Expressionismo em Bernardo Élis e Siron Franco.** Goiânia, GO: UFG, 2000.

Realização
Parceiros
Apoio

PROJETO DO CERRADO AO CORAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA COM O ENSINO FUNDAMENTAL I, NA CIDADE DE PIRENÓPOLIS

Phelipe Augusto Silva Santos
pha.philos@gmail.com
Mestre e Doutorando em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPGCR PUC GOIÁS), Docente da Escola Municipal Luciano da Silva Peixoto (EMLSP - SEDUC Pirenópolis) e da Universidade Estadual de Goiás (CEAR - UEG)

Luana Peixoto Godoi Lobo
luanalobo3131@gmail.com
Mestranda no Programa de Pós-graduação de Ensino em Ciências pela Universidade Estadual de Goiás (PPEC UEG), possui graduação em Pedagogia (UEG) e graduação em Matemática (UEG). Docente da Escola Municipal Luciano da Silva Peixoto (EMLSP - SEDUC Pirenópolis)

Rafael Inácio Gomes
rafaelinaciogomes@gmail.com
Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e em Letras (Português e inglês) pela UniEvangélica. Especialista em Língua Portuguesa (UFMG), em Psicopedagogia Clínica e Instituição (UniEvangélica) e em Linguagem e Educação Escolar (UEG). Docente da Escola Municipal Luciano da Silva Peixoto (EMLSP - SEDUC Pirenópolis)

Wellington Eduardo Moreira
wellingtonemoreira@gmail.com
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UNB), licenciado em Ciências Biológicas (UNIDESC) e Pedagogia (UNINTER), Especialista em Robótica Educacional e ensino de Matemática (UFCAT). Docente da Escola Municipal Luciano da Silva Peixoto (EMLSP - SEDUC Pirenópolis)

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto "Do Cerrado ao Coração: saberes tradicionais que cuidam do corpo e da alma" constitui uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Luciano da Silva Peixoto, localizada em Pirenópolis (GO). A proposta articula educação, cultura e meio ambiente, tomando o Cerrado como espaço de produção de saberes, memórias e práticas de cuidado. A experiência emerge da necessidade de aproximar os estudantes de seu território (fauna e flora), valorizando conhecimentos tradicionais frequentemente invisibilizados no currículo escolar. Ao mobilizar práticas como cultivo de plantas medicinais, rodas de conversa com raizeiros, visitas guiadas (COEPI, AVALON, Morro dos Pirineus, Fazenda Babilônia), produção de textos e desenhos, o projeto busca promover uma

Realização
Parceiros
Apoio

formação integral, que reconheça o corpo, a natureza e a cultura como dimensões indissociáveis do processo educativo.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A experiência ocorre na cidade de Pirenópolis, território marcado pela forte presença de tradições culturais, religiosas e ambientais vinculadas ao bioma Cerrado. Trata-se de um contexto em que saberes populares, como o uso de plantas medicinais e práticas de cuidado comunitário, convivem com dinâmicas contemporâneas de urbanização e turismo. As famílias atendidas pela escola, em sua maioria, organizam-se em rotinas de trabalho intensas, o que impacta o acompanhamento da vida escolar das crianças e o acesso a determinadas experiências culturais. Soma-se a isso a presença ainda limitada de espaços públicos voltados ao lazer, à cultura e à convivência, fazendo com que grande parte do tempo livre das crianças se concentre em atividades mediadas por telas, como celulares e televisão.

Nesse contexto, a escola assume um papel ampliado, funcionando não apenas como espaço de ensino, mas como lugar de encontro, convivência e experimentação. Ao mesmo tempo, percebe-se um certo descompasso entre algumas propostas encaminhadas pelos órgãos centrais da educação e a realidade vivida no território, o que demanda dos professores um esforço constante de mediação, adaptação e ressignificação das práticas pedagógicas. Assim, é nesse cenário que o projeto se insere, buscando de alguma forma fortalecer a relação entre escola e território, a partir de experiências que valorizem o entorno, os saberes locais e o contato direto com o mundo vivido.

Dessa maneira, ao propor atividades que envolvem o corpo, a natureza e a coletividade, a iniciativa procurou ampliar as possibilidades de experiência das crianças, criando outros percursos formativos que ultrapassem o cotidiano mais restrito e diversifiquem seus modos de aprender e de se relacionar com o mundo. Participam do projeto estudantes do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, professores, equipe gestora da escola e membros da comunidade local, especialmente raizeiros, cozinheiros tradicionais e parceiros institucionais. A escola se configura, assim, como espaço de mediação entre diferentes formas de conhecimento, aproximando-se da ideia de

educação como prática situada e relacional, conforme defendido por Rufino, em que o aprender se dá na relação com o território e com o outro.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto foi estruturado a partir de ações interdisciplinares desenvolvidas ao longo do primeiro semestre do ano letivo de 2026, envolvendo estudantes dos 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. As atividades foram organizadas de modo a articular conhecimento, prática e experiência, tomando o território como referência central do processo educativo. Uma das ações foi a criação do herbário escolar, construído coletivamente pelos estudantes. Nesse processo, foram pedidos aos pais e alunos que trouxessem espécies de ervas medicinais, assim foram realizadas etapas de coleta, identificação e catalogação de ervas medicinais presentes no cotidiano da comunidade. As plantas foram organizadas com seus respectivos nomes, usos tradicionais e modos de preparo, constituindo um material pedagógico vivo, produzido pelos próprios alunos.

Também foram realizadas visitas guiadas em diferentes espaços do município (COEPI, AVALON, Morro dos Pirineus, Fazenda Babilônia), permitindo que as crianças ampliassem seu contato com o ambiente natural e com saberes locais. Essas saídas se configuraram como momentos importantes de observação, escuta e registro, fortalecendo a relação entre conhecimento escolar e experiência vivida. Outra frente significativa do projeto foi o plantio de mudas de ervas medicinais na escola e nas casas de cada aluno – foram entregues três mudas (alecrim, manjericão, erva cidreira) para que cada estudante pudesse plantar em sua casa junto com a família. Contribuindo para a revitalização da horta e para que cultivo de plantas passe a integrar a rotina dos estudantes, que acompanharam seu crescimento, cuidados necessários e usos possíveis.

Paralelamente, foram propostas atividades de produção de textos e desenhos, nas quais os alunos registraram suas vivências, aprendizados e percepções sobre o projeto. Como forma de incentivo e valorização do engajamento, foi estabelecida uma premiação: o estudante que mais se destacasse na participação e nas produções receberia uma bicicleta (foram ganhadas 13 bicicletas, uma para cada turma). Como culminância das ações, foi realizada a Feira dos Saberes Tradicionais, momento de socialização das experiências vividas ao longo do projeto. A feira reuniu a comunidade escolar e local, contando com exposições dos materiais produzidos pelos alunos, apresentação de ervas

medicinais e seus usos, além de partilhas de conhecimentos por parte de convidados da comunidade. Desse modo, portanto, o projeto se constituiu como um conjunto articulado de práticas que envolvem o fazer, o observar, o registrar e o compartilhar.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A experiência evidenciou, de forma contundente, a necessidade de pensar a educação para além dos limites físicos da escola. Ao deslocar as práticas pedagógicas para o território e para o encontro com outros saberes, reafirma-se a compreensão de que o processo educativo não se esgota no espaço da sala de aula. Nesse sentido, dialoga-se com a perspectiva de Freire, ao reconhecer que a

> [...] compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 1989, p. 9).

Tal afirmação ilumina a compreensão de que aprender implica, antes de tudo, compreender, interpretar e atribuir sentido às experiências vividas. Um dos principais aprendizados do projeto foi justamente o reconhecimento de que os saberes trazidos pelos estudantes e por suas famílias, muitas vezes construídos no cotidiano, nas práticas de cuidado, no uso de plantas medicinais e nas relações comunitárias, precisam ser ouvidos, respeitados e valorizados como parte legítima do processo educativo.

No entanto, a implementação de uma proposta dessa natureza não se dá sem desafios. Um deles diz respeito à necessidade de sensibilizar e envolver o coletivo docente, demonstrando que práticas pedagógicas mais abertas ao território não significam perda de rigor, mas, ao contrário, podem potencializar aprendizagens. Há, nesse processo, o esforço constante de evitar que as ações se reduzam a atividades pontuais ou superficiais, um “oba-oba”, garantindo que sejam, de fato, experiências formativas consistentes e com intencionalidade pedagógica. Outro desafio relevante refere-se às condições materiais e logísticas. Ainda que haja apoio institucional, não é simples mobilizar uma escola com mais de 300 crianças, para a realização de visitas de campo, organização de exposições e acompanhamento das diversas atividades

propostas. Tais ações exigem planejamento, articulação e um trabalho contínuo de acompanhamento pedagógico, o que demanda tempo, energia e recursos.

Apesar dessas dificuldades, as contribuições da experiência são evidentes. Destacam-se o envolvimento dos estudantes, a participação das famílias e a abertura para novas experiências de aprendizagem. A escola se transforma em um espaço mais vivo, onde o aprender se conecta com a realidade, com o território e com os afetos. Nesse sentido, a experiência reafirma que investir em práticas educativas contextualizadas e sensíveis ao cotidiano dos alunos não apenas é possível, mas necessário e, sobretudo, vale a pena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida no projeto "Do Cerrado ao Coração" evidencia a potência de uma prática educativa que se constrói em diálogo com o território, com os sujeitos e com os saberes que emergem do cotidiano. Ao promover o encontro entre escola, comunidade e natureza, o projeto quis contribuir para ampliar o sentido do aprender, deslocando-o de uma lógica restrita à transmissão de conteúdo para uma perspectiva mais viva, relacional e significativa. Nesse horizonte, aproxima-se da concepção de educação defendida por Freire, especialmente no que se refere à formação para a autonomia. Como afirma o autor,

> [...] é preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (Freire, 1996, p. 47).

A experiência demonstra que, quando os estudantes são convidados a participar ativamente do processo educativo, a investigar, experimentar, registrar e partilhar saberes, eles se colocam como sujeitos do conhecimento, desenvolvendo não apenas habilidades cognitivas, mas também responsabilidade, pertencimento e consciência de si e do mundo. Como encaminhamento futuro, aponta-se a importância de dar continuidade às ações, consolidando práticas que ultrapassem os muros da escola e se afirmem como experiências educativas permanentes. Investir em propostas dessa

Realização
Parceiros
Apoio

natureza é apostar em uma educação que forma sujeitos críticos, sensíveis e capazes de agir no mundo com maior autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cavalhadas de Pirenópolis: cultura, festa e identidade*. Goiânia: UFG, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.

A LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO NO CERRADO: UM RELATO SOBRE A FESTA DA COLHEITA DO ARROZ NO ASSENTAMENTO PAULO GOMES EM 2026

Eduardo Alves de Oliveira
eduardo.884@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Jemima Tosta Vieira
jemimatosta@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Murilo Mendonça Oliveira de Souza
murilo.souza@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Durante a manhã do dia 26 de janeiro de 2026 ocorreu no assentamento Paulo Gomes, localizado no município de Itapuranga/GO, a tradicional festa da colheita do arroz. Uma experiência onde nós pudemos compartilhar junto com a comunidade que nos acolheu com as vitórias que a luta pela terra nos revela, mas também pudemos sentir os desafios e os enfrentamentos que os camponeses passam perante as políticas anti-reforma agrária.

Em primeiro momento pudemos comungar junto à comunidade com o café da manhã preparado pela mesma, logo após foram feitas a contextualização histórica do processo de luta e conquista do território. Em seguida partimos para a plantação comunitária do arroz, antes de iniciarmos a colheita junto à comunidade a mesma contextualizou o cultivo, da sua importância para o fortalecimento para a comunidade e a luta pela terra. Após esse momento partimos para a colheita do arroz com as ferramentas utilizadas pelos camponeses.

Nesse momento nós sujeitos fora do território pudemos vivenciar uma pequena porcentagem das conquistas e lutas que os assentados do assentamento Paulo Gomes constroem, como também pudemos sentir as contradições que o Estado constrói perante ao campesinato brasileiro.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

O assentamento Paulo Gomes localiza-se no município de Itapuranga, na região noroeste do estado de Goiás. A ocupação do território ocorreu em 2010 marcando a insurgência e luta dos camponeses que fizeram esse movimento nessa região. Itapuranga é um município marcado pelos conflitos e conquistas na luta pela reforma agrária,

Realização
Parceiros
Apoio

vários agentes de movimentos e pastorais sociais do campo são grandes contribuintes para essa luta pela terra.

> Inúmeros conflitos por terra marcam a história de produção do espaço agrário itapuraguense. O município, assim como Cidade de Goiás (antiga Goiás Velho) é também conhecido por conquistas camponesas, espontânea e/ou organizadas por movimentos sociais, com o destaque de figuras religiosas como o falecido Dom Tomás Balduíno. (Cunha, 2022, p. 10)

As organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são fundamentais para a estruturação da luta campesina. São organizações que alimentam as bases dando forças e estruturando os assentados na luta pela terra. Assim, como outras organizações parceiras como o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÀ) da Universidade Estadual de Goiás, e organizações do Estado.

Os sujeitos envolvidos são camponeses assentados pela reforma agrária (**Figura 1**) no assentamento Paulo Gomes, ou como popularmente conhecido como (Curral de Pedra). São os "Paridos da Terra", pois de acordo com Silva (2025) esses são os sujeitos estranhos em suas próprias casas, que enfrentam os cercamentos do capital no campo agrário brasileiro.

Figura 1- Ilustração de um assentado do assentamento Paulo Gomes com as ferramentas de colheita

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Esses são os sujeitos "paridos da terra" que diante os desafios que perpassa na luta pela terra insurgem perante ao sistema que os cercam. É através da esperança que

Realização
Parceiros
Apoio

criam forças para continuarem firmes na terra onde nasceram, ou foram adotados. E assim, em forma afetiva cuidam dessa terra, ela os alimenta e eles alimentam ela.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência foi marcada pelo sentimento em viver as ações coletivas construídas pela comunidade. Primeiro chegamos pela manhã, fomos acolhidos com abraços e sorrisos, partilhamos o café ao mesmo tempo construindo conversação sobre as lutas e conquistas de um povo que alimenta e são alimentados pela terra.

Em meio a essa descrição, participamos do momento de mística e interversões construídas pela comunidade, trazendo o momento para a realidade em que os assentados vivem perante seu território. Ao centro da plenária estavam sementes, bandeiras, terra, ferramentas de trabalho, e fotografias, que fazem o resgate da memória viva, simbolizando as lutas e conquistas dos camponeses.

Após esse momento fomos até a plantação comunitária de arroz, onde reunidos, a comunidade expõe a vitória da produção do arroz. Nos é colocado também os desafios que passam tanto por conta do clima, quanto ao cercamento de bases do agronegócio que cada vez mais chega perto do território. Por fim, foi nos dadas as foices, ferramentas manuais que os mesmos utilizam para a colheita do arroz.

Em meio as plantações do arroz os assentados nos mostraram como utilizar as foices, assim, cada um dos presentes pegaram as ferramentas e começaram a fazer a colheita, foram feitos os montes e um grupo recolhia esse monte para colocar na lona onde seria limpo. Outro grupo ficou responsável em bater as ramas de arroz, e assim, fazer a limpeza do mesmo, o separando das palhas.

Logo depois desse momento onde pudemos vivenciar uma parte da colheita do arroz coletivamente, retornamos a plenária central, espaço de reuniões e decisões da comunidade, foram feitas falas potentes sobre a luta pela terra e a soberania alimentar, como também muitas músicas e comida, festejando as conquistas da luta pela terra.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

O aprendizado que carregamos é o de vivenciar a celebração e luta como ocorreu nessa participação do festejo da colheita do arroz, que simboliza os frutos que as conquistas da luta pela terra entregam a esses sujeitos do campesinato. Também

Realização
Parceiros
Apoio

carregamos a importância do trabalho coletivo, como também o de permanecer na esperança mesmo diante os conflitos impulsionados pelo capital.

Diante a isso, os desafios encontrados são marcados pela falta de acesso a políticas públicas para a permanência e produção no assentamento. Falta de apoio para adquirir ferramentas e equipamentos, limitando as condições de trabalho. Um exemplo, é a necessidade de acesso a equipamentos como o tratorito que poderia auxiliar no preparo do solo e em outras etapas do cultivo. A falta de apoio por parte do Estado demonstra como os camponeses produzem mesmo em condições desiguais de trabalho, sustentando práticas de cultivos com base na insurgência, cooperação mutua e afetividade com território.

As contribuições se baseiam no entendimento de que a colheita do arroz no assentamento Paulo Gomes, é baseada nas práticas camponesas de trabalho coletivo, partilha e tradição, o que diferencia da lógica mecanizada de exportação de commodities do agronegócio, a colheita é realizada de forma braçal com uso de ferramentas simples, como foices e cutelos. Exigindo grande esforço físico dos camponeses e camponesas, mas mostra a comunhão com a terra, a organização comunitária e a vínculo com o alimento. Dessa forma, é um momento de fortalecimento entre as universidades, movimentos sociais, camponeses, de defesa do território, onde os visitantes puderam ouvir os trabalhadores, conhecer as produções realizadas pelos assentados.

Após a colheita, o arroz retirado é divido entre os camponeses, vendidas em feiras locais e também destinada à doação. Dessa forma, a produção do arroz do assentamento Paulo Gomes, cumpre várias funções, é alimento para as famílias, e que gera renda, e reforçando a solidariedade com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciar o festejo da colheita do arroz no assentamento Paulo Gomes (Curral de Pedra), nos reafirma que a cada grão de arroz colhido pelas mãos que derrama o suor de luta carrega a força da insurgência e o de colher a esperança. Nos mostra que para além da celebração da produção, esse momento simboliza a coletividade da diversidade de sujeitos presentes, como os próprios assentados, professores, técnicos, e apoiadores da luta, que em torno de um mesmo propósito revela o fortalecimento da luta pela terra e da soberania alimentar.

Realização
Parceiros
Apoio

Um momento que aprendemos com a comunidade é que no ato de colher em coletivo é expressado vida, nos revelando que a terra, quando partilhada, semeada, e cuidada, gera não só alimentos, mas a dignidade, a memória, e a força geradora que se carrega. Então viver esse festejo nos deu a clareza do quanto a luta pela terra se faz necessária pela soberania alimentar, e pela dignidade para que todas e todos tenham direitos à terra.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Josiane Leite CARTOGRAFIAS EXISTENCIAIS DE MULHERES DO PRÉ ASSENTAMENTO PAULO GOMES (ITAPURANGA – GO). Itapuranga-GO, 2022. Disponível em: https://repositorio.ueg.br/jspui/bitstream/riueg/4983/2/MG21798%200031-2022.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2026.

SILVA, Edson Batista. **Os Paridos da Terra**. 1. ed. Anápolis, GO: Editora UEG, 2025. Disponível em: cdn.ueg.edu.br/source/mestrado_academico_em_geografia__campus_cora_coralina_337/conteudo/10968/2025_OSPARIDOSDATERRA_EBOOK1.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2026.

IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE AÇÕES DE INCUBAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO IFG – CÂMPUS ANÁPOLIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alessandra dos Santos Silva
alessandra.silva@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás, Núcleo Incubador Anápolis
Elza Gabriela Godinho Miranda
elza.miranda@ifg.edu.br, Instituto Federal de Goiás - Câmpus Anápolis, Núcleo Incubador Anápolis
Andréia Farina de Faria
andreia.faria1@ifg.edu.br, Instituto Federal de Goiás - Câmpus Anápolis, Núcleo Incubador Anápolis
Layse Vieira dos Santos
contato.laysevs@gmail.com, Instituto Federal de Goiás - Câmpus Anápolis, Núcleo Incubador Anápolis
Alexandre Camargo de Souza
alexandrecamargodesouza6@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás, Núcleo Incubador Anápolis
Thiago Eduardo Pereira Alves
thiago.alves@ifg.edu.br, Instituto Federal de Goiás - Câmpus Anápolis, Núcleo Incubador Anápolis

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A economia solidária fundamenta-se em princípios de cooperação, autogestão e geração de renda, constituindo uma alternativa voltada ao fortalecimento de iniciativas coletivas e ao desenvolvimento local (SINGER, 2002). De forma complementar, as incubadoras atuam no apoio à estruturação e desenvolvimento de empreendimentos em estágio inicial, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica (ANPROTEC, 2012). Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Anápolis desenvolveu, entre os anos de 2024 e 2025, ações voltadas à economia solidária e à incubação de empreendimentos sociais, culturais e tecnológicos.

As atividades tiveram início com a criação da Feira de Troca e Economia Solidária, realizada mensalmente e aberta à participação da comunidade externa por meio de chamada pública e formulário eletrônico de inscrição. A partir desses cadastros, foi possível identificar o perfil dos participantes e suas principais demandas. A Feira faz parte do Programa de Extensão Ciclo de Formação e Promoção do Bem-Estar para Mulheres, realizado no IFG Anápolis desde agosto de 2021 promovendo ações de geração de renda para mulheres da comunidade. O presente trabalho apresenta o processo de implantação e consolidação dessa iniciativa por meio da atuação do Núcleo Incubador, destacando os desafios enfrentados, os aprendizados construídos e as contribuições observadas ao longo do desenvolvimento das atividades.

Realização
Parceiros
Apoio

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

As ações foram desenvolvidas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, envolvendo a comunidade acadêmica e externa de Anápolis e região. As iniciativas foram direcionadas principalmente a pequenos empreendedores da economia popular e solidária, como artesãos, produtores de alimentos caseiros, artistas e prestadores de serviços. Os dados dos participantes foram obtidos por meio de formulários eletrônicos preenchidos durante as inscrições da Feira de Troca e Economia Solidária. Ao todo, participaram 66 empreendedores, com predominância do público feminino (87%) e maior concentração na faixa etária entre 30 e 49 anos.

Também foi identificado que a maior parte dos participantes não possuía vínculo prévio com o IFG (92%), evidenciando a capacidade da ação em aproximar a instituição da comunidade externa, uma das finalidades das atividades de extensão. Em relação às áreas de atuação, destacou-se a presença de atividades relacionadas ao artesanato, produção alimentícia caseira e economia criativa, geralmente desenvolvidas em empreendimentos individuais e de pequena escala.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A iniciativa teve início em 2022, com a realização da Feira de Troca e Economia Solidária no IFG. A feira foi organizada com periodicidade mensal e concebida inicialmente como um espaço destinado à comercialização de produtos, troca de experiências e fortalecimento de iniciativas vinculadas à economia solidária e a sua promoção junto à comunidade interna.

Com o desenvolvimento das atividades, observou-se que a feira também poderia funcionar como instrumento de aproximação entre a instituição e empreendedores locais, permitindo identificar demandas relacionadas à geração de renda, organização produtiva e necessidade de apoio técnico, oferecidos no processo de Incubação. A partir desse contato inicial, começaram a ser realizadas ações de acompanhamento de alguns empreendimentos participantes, ainda de maneira não formalizada, configurando uma etapa prática de pré-incubação. Esse processo possibilitou compreender melhor o perfil dos empreendedores atendidos e testar estratégias de acompanhamento antes da implementação oficial do Núcleo Incubador.

Em 2024, foi lançado um edital de incubação em fluxo contínuo, porém não houve inscrições. A ausência de adesão evidenciou dificuldades relacionadas à linguagem utilizada, à compreensão do conceito de incubação e à distância entre os processos institucionais da realidade do público atendido. Diante disso, o processo foi reformulado em 2025, buscando tornar os critérios mais acessíveis e adequados às características dos empreendedores participantes. Atualmente, o Núcleo Incubador acompanha iniciativas de diferentes áreas, incluindo projetos de caráter social, cultural e tecnológico, como o Coletivo Sabor e Saber, a Cooperativa de Doulas do Estado de Goiás e a Associação de Usuários, Profissionais e Familiares da Saúde Mental de Anápolis. O Coletivo Sabor e Saber foi criado a partir da organização de produtoras de alimentos participantes da Feira e hoje gerenciam a cantina do Câmpus Anápolis do IFG, em um processo formativo de incubação residente, que visa o desenvolvimento das habilidades gerenciais e todo o processo de produção e comercialização de alimentos. O acompanhamento do coletivo e

Realização
Parceiros
Apoio

demais incubações passou a ocorrer por meio de reuniões periódicas, realizadas semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, conforme as necessidades de cada empreendimento.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Um dos principais desafios foi a baixa adesão inicial ao processo de incubação, evidenciada pela ausência de inscrições no primeiro edital. Isso mostrou a necessidade de adaptar a linguagem institucional e aproximar as ações da realidade dos empreendedores. Nesse contexto, a Feira de Troca e Economia Solidária teve papel fundamental no fortalecimento do vínculo entre a instituição e a comunidade, além de possibilitar a identificação de demandas relacionadas à formalização, organização financeira e estratégias de comercialização.

Outro aprendizado importante foi compreender que os processos de incubação precisam considerar as especificidades sociais, econômicas e organizacionais dos empreendedores, especialmente daqueles vinculados à economia popular e solidária. O processo também demonstrou a importância da escuta dos participantes e da adaptação das estratégias de incubação às realidades dos empreendimentos acompanhados. As atividades realizadas contribuíram para fortalecer iniciativas locais de geração de renda e ampliar a aproximação entre o IFG e a comunidade, consolidando espaços de troca de conhecimentos, apoio técnico e desenvolvimento coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas no IFG – Câmpus Anápolis mostraram que a articulação entre economia solidária e incubação pode contribuir para fortalecer empreendimentos de base social, tecnológica e cultural, ampliando a aproximação entre a instituição e a comunidade externa.

O vínculo entre feira solidária, pré-incubação e incubação possibilitou a criação de espaços de formação, troca de experiências e acompanhamento de empreendimentos em diferentes estágios de desenvolvimento. Os resultados observados indicam que a continuidade e reforço dessas ações podem ampliar o impacto social das iniciativas, consolidando o IFG e o Núcleo Incubador como espaço de apoio a práticas econômicas solidárias e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Estudo, análise e proposições sobre as incubadoras de empresas no Brasil**: relatório técnico. Brasília, DF: ANPROTEC, 2012.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Homo Juridicus: Educação em Direitos Humanos e a Formação Extensionista para a Cidadania – Relato de Experiência

Maellen Hyarane Ferreira Sousa
mhyarane@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Isadora Santana Barbosa Scalabrini
Isadora.scalabrini@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Caio Alexandre Negrão
caio.negrao@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Apesar da assinatura de tratados e convenções internacionais que versam sobre a proteção dos Direitos Humanos, no Brasil, as violações ainda são correntes, consequência, muitas vezes do desconhecimento popular sobre a existência e o significado de seus próprios direitos. Nesse sentido, o projeto *Homo Juridicus*: Educação em Direitos Humanos, com o escopo de cumprir os objetivos e diretrizes do Programa Nacional em Direitos Humanos (PNDH), foi elaborado em uma pareceria entre os cursos oferecidos pela Unidade Universitária de Jaraguá da Universidade Estadual de Goiás (UnU/UEG Jaraguá). Este relato de experiência apresenta as ações planejadas e executadas por extensionistas universitários, referentes a projeto estabelecido em parceria com uma escola da rede pública estadual na cidade de Jaraguá-GO; com o objetivo de disseminar o conhecimento científico e filosófico sobre os direitos humanos.

O tema central, Direitos Humanos, foi subdividido em três eixos, pensados a partir de demandas da comunidade local e possibilidades epistemológicas da UnU/UEG Jaraguá: teoria geral dos direitos humanos, educação financeira como direito ao desenvolvimento e educação patrimonial como direito à cultura. O eixo de teoria geral dos direitos humanos tem a condução sob a responsabilidade dos acadêmicos do curso de Direito, enquanto a educação financeira está sob a responsabilidade dos acadêmicos de Ciências Contábeis e a educação patrimonial aos cuidados dos acadêmicos de Pedagogia.

Dessa forma, o principal objetivo da ação extensionista é a troca de conhecimento entre alunos do ensino médio e os alunos do ensino superior, atendendo ao "compromisso das universidades públicas com a promoção dos direitos humanos" (Brasil, 2018, p. 24), bem como à ideia de extensão como "interação dialógica" entre os envolvidos no projeto de extensão (Feloniuk, 2025, p. 2). Por consequência, busca-se a promoção da cidadania para o desenvolvimento social e individual e o combate a estigmas, preconceitos e práticas discriminatórias acerca da temática. Destaque-se que o pleno exercício da cidadania só pode ocorrer a partir no momento em que o conhecimento de direitos e deveres da população fomente uma atuação popular consciente (Faria, 2015, p. 77).

Além disso, a capacitação do projeto possibilitou aos discentes a elaboração de diálogos acerca da valorização e preservação da biodiversidade e saberes do Cerrado Goiano, compreendendo que a proteção ambiental e cultural também integram o rol de direitos humanos. Desse modo, desenvolveu-se o entendimento de que a preservação

Realização
Parceiros
Apoio

ambiental contribui para a manutenção da cultura e identidade social, assim como para o bem-estar das comunidades. Essa articulação de temáticas aparentemente distintas distintas se vinculam pelo destaque à importância da promoção da dignidade humana.

O os extensionistas do curso de Direito, subdividiram-se em quatro subtemas: introdução aos direitos humanos, diversidade étnico-racial, diversidade cultural e proteção ambiental. Até o presente momento do projeto, foram elaborados materiais didátidos e discutidas estratégias de ensino, com o objetivo realizar uma transposição didática dos conteúdos acadêmicos a uma linguagem acessível aos estudantes de ensino médio.

A escolha dos subtemas buscaram sintetizar a compreensão da teoria geral dos direitos fundamentais, introduzindo as normas jurídicas e conceitos filosóficos que justificam a atuação dos poderes públicos na tutela de determinados grupos sociais, além da atuação desses próprios grupos sociais em suas demandas ao Estado. A discussão sobre a diversidade étnico-racial, diversidade cultural e proteção ambiental buscou contribuir para a valorização das diferenças e para o combate às práticas discriminatórias presentes na história brasileira. Dessa forma, os temas foram conectados aos artigos 1º, inciso III; 3º, inciso IV; e 5º, *caput* e inciso I, da Constituição Federal (Brasil, 1988), que estabelecem a dignidade da pessoa humana, a promoção do bem de todos e o princípio da igualdade como princípios e garantias fundamentais do próprio Estado brasileiro. Por fim, a temática ambiental, com foco no Cerrado Jaraguese, ampliou a reflexão acerca da valorização e preservação do meio ambiente, por constituir espaço cultural e contar com recursos naturais essenciais à garantia da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

Ao desenvolver estratégias para a transmissão dos conteúdos à comunidade escolar identificou-se um desafio aos acadêmicos de Direito, haja vista que o curso de Direito, por se tratar de um curso de Bacharelado, não possui a formação orientada para a prática docente. Os extensionistas, além dos conhecimentos pertinentes a sua formação, precisaram desenvolver habilidade de metodologia de ensino, comunicação e didática, a partir de discussões com o grupo de professores e demais estudantes envolvidos no projeto de extensão, o que exigiu reflexão sobre estratégias de abordagem dos temas, academicamente debatidos, para uma linguagem mais quotidiana.

Vale acrescentar que, em virtude de obras públicas, tanto na escola a ser atendida quanto na própria universidade, o cronograma precisou ser alterado, o que gerou atrasos na execução de algumas ações do projeto. Tal situação demonstra como questões administrativas e burocráticas, por vezes, influenciam fortemente no cumprimento da implementação de políticas públicas, gerando até mesmo a inefetividade de algumas dessas políticas. No caso em tela, a situação tornou possível o amadurecimento do pensamento critico sobre a temática, pela dilação dos prazos dos acadêmicos extensionistas, que puderam reelaborar conceitos a partir de uma reflexão mais acurada.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A experiência foi desenvolvida no contexto acadêmico da UnU/UEG Jaraguá, por meio da promoção de debates e capacitação, voltada aos Direitos Humanos, que decorre de uma demanda antiga da população, que há anos requeria a instalação de um curso de Direito na cidade, o que contava com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Jaraguá.

Realização
Parceiros
Apoio

Nesse sentido, o território da onde a UnU/UEG Jaraguá está localizado, por suas características históricas, culturais e sociais, que o debate em Direitos Humanos se torna algo de grande relevância, em especial a partir da integração entre a comunidade interna e externa da universidade. Inserido integralmente no bioma Cerrado, elemento constitutivo de sua paisagem e com amplas discussões ambientais, culturais e econômicas, esse território, com suas serras, nascentes, áreas de produção agropecuária e manifestações culturais locais, expressam uma relação permanente entre o homem, a terra e as lutas inerentes à "Savana Brasileira".

A partir das observações dos extensionistas, identificou-se a necessidade de um projeto que abordasse a temática dos Direitos Humanos, baseado em eixos temáticos relacionados às demandas da comunidade jaraguense e aos conhecimentos comuns aos três cursos da Unidade Universitária de Jaraguá, buscando interligá-los e apresentá-los à população. A reunião de discentes e docentes dos cursos de Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia, atende não apenas à necessidade de uma formação interdisciplinar da universidade, mas serve para apresentar diferentes perspectivas do ensino dos direitos humanos, aliando a perspectiva jurídica com questões envolvendo valorização cultural e do desenvolvimento econômico. Assim, os participantes foram responsáveis por interligar e explanar as vertentes debatidas ao longo do projeto à comunidade.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto "*Homo Juridicus*: Educação em Direitos Humanos" tem início, ao menos do ponto de vista dos extensionistas, com o processo seletivo dos discentes universitários, que apresentaram uma carta aos coordenadores do projeto, indicando a motivação discente para trabalhar com extensão universitária, apenas dez alunos de cada curso foram selecionados para o projeto.

Na sequência, foi divulgado o processo seletivo para a concessão de bolsa de extensão. Apesar de a unidade contar com outros projetos de extensão, apenas o presente projeto foi contemplando com duas bolsas, o que indica a relevância e atualidade do projeto. Um terceiro momento, no desenvolvimento do projeto de extensão foi a organização de reuniões para apresentação, capacitação e execução do projeto.

Depois de apresentado o projeto, a escola atendida, foram realizados encontros para capacitação dos extensionistas, com reuniões formativas, materiais de estudo e debates, visando de contextualizá-los acerca da temática, que, posteriormente, deveria ser alvo da transposição didática necessária à disseminação dos conteúdos no ensino médio. No processo, os discentes compreenderam como funciona um projeto de extensão universitária e aprofundaram seus conhecimentos no Programa Nacional em Direitos Humanos (Brasil, 2018).

Enquanto os discentes se preparavam para o primeiro encontro com os alunos, iniciaram-se os imprevistos: o auditório da UnU/UEG Jaraguá, onde se desenvolveriam as palestras, entrou em reformas, que se estendem para além do que foi inicialmente anunciado; e a escola atendida, também passa por reformas, inviabilizando a utilização de seu espaço como alternativa. Após algumas deliberações, o grupo decidiu por utilizar outros espaços da UnU/UEG Jaraguá, entretanto, novas obras inviabilizaram a alternativa. A substituição do público-alvo não é uma alternativa, tendo em vista as tratativas e compromissos assumidos com a direção da escola, Colégio Estadual em Período Integral (CEPI) São José, bem como o escopo do próprio projeto.

Realização
Parceiros
Apoio

A escolha dos estudantes da rede estadual de ensino médio como público-alvo possibilita que multipliquem a importância do conhecimento adquirido, resultando no reconhecimento, pelo indivíduo, de que é titular e promotor de seus direitos. Além disso, incentivando o protagonismo estudantil já presente no ambiente escolar, conscientizando-os para uma postura participativa e ética em relação aos Direitos Humanos. É importante destacar que essa é a primeira edição do projeto, que selecionou um público reduzido com vistas a entender as limitações e possibilidades de atuação na educação em Direitos Humanos na cidade de Jaraguá.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

O projeto partiu da premissa de que todos os extensionistas contam com conhecimento básico em Direitos Humanos e Cidadania, pois seu conteúdo consta de um componente curricular comum a todos os cursos, qual seja, a disciplina de "Diversidade, cidadania e direitos", que tem como um dos temas de sua ementa a educação em direitos humanos. A capacitação fornecida pelos coordenadores do projeto, portanto, contribuiu para consolidação de um conhecimento já adquirido, relacionados aos Direitos Humanos, o que alia ensino e extensão.

Também há na unidade um grupo de estudos relacionado à temática Direitos Humanos e Educação, que conta também com integrantes dos três cursos envolvidos, garantindo interdisciplinaridade, além de fechar o tripé sobre o qual se assenta a universidade pública brasileira. A interdisciplinaridade compreende, ainda, a capacidade de integrar questões sociais, culturais e ambientais, sendo capaz de promover debates e reflexões que se espera incentivar na comunidade.

O projeto suscita debates sobre a temática ecológica, cultural e social, tudo relacionado aos Direitos Humanos. Os saberes populares, as lendas, as tradições e as atividades econômicas moldaram a identidade do povo goiano também contribuem para a troca de saberes, orientando os extensionistas à ideia de extensão como comunicação e não como sobreposição de saberes (Feloniuk, 2025). Reconhece-se, portanto, a importância dos saberes e identidades locais como contributos à educação em Direitos Humanos.

Os desafios enfrentados durante o projeto, como as reformas realizadas na unidade acadêmica, atrasaram o cronograma das atividades, ainda assim, foi possível promover a organização teórica e a reflexão crítica aprofundada sobre os temas relacionados ao projeto, de modo a garantir que a execução do projeto possa ocorrer de forma ainda mais acertada. Apesar dos desafios enfrentados, foi possível interligar os eixos temáticos e compreender sua complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "*Homo Juridicus*": Educação em Direitos Humanos demonstrou ser uma importante ferramenta para a formação dos estudantes secundaristas e universitários, contribuindo para que exerçam sua cidadania em plenitude. O aprofundamento em questões étnico-raciais, culturais e ambientais possibilitou um olhar mais preciso sobre o próprio Cerrado goiano, sua história e demografia. A experiência evidencia que a promoção da dignidade humana e da cidadania exige conhecimento e compreensão dos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea.

As etapas de formação e organização do projeto ultrapassaram a compreensão dos temas como algo simbólico e monótono, evidenciando sua presença na realidade

cotidiana. Nesse sentido, a extensão no curso de Direito se coloca como fundamental, não apenas à comunidade, que se beneficia dos conhecimentos produzidos pela academia, mas pela própria universidade, que atende a sua própria função social, democratizando o acesso ao conhecimento que é produzido coletivamente, também com participação de atores das mais diversas instituições sociais.

Os preconceitos, presentes muitas vezes entre os próprios universitários, envolvendo a temática dos Direitos Humanos impedem a efetividade desses direitos, o que o projeto pretende demonstrar; situação que coloca em risco o povo e seu território, que se torna permeável às mais variadas formas de violação. Nessa toada, o Cerrado Goiano destaca-se não apenas como patrimônio natural, mas também como berço de direitos relacionados à cultura, à dignidade humana e ao acesso a recursos essenciais, o que deve nortear as próximas etapas do projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 05 jun. 2026.

BRASIL. Comitê de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf. Acesso em: 5 jun. 2026.

FARIA, Juliete Prado de. Extensão universitária como mecanismo de desenvolvimento educacional e social no Brasil. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 75-82, jan./mar. 2015. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4158/2380. Acesso em: 5 jun. 2026.

FELONIUK, W. História do conceito de Extensão Universitária: aspectos normativos e políticos da atuação universitária brasileira na sociedade. **InterAção**, [*S. l.*], v. 16, n. 2, p. e88748, 2025. DOI: 10.5902/2357797588748. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/88748. Acesso em: 5 jun. 2026.

POVOS INDÍGENAS DO CERRADO: TERRITÓRIA, VIDA E NATUREZA

Yara Goncalves Santos Pereira
yara.pereira@ueg.br – Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Lorranne Gomes da Silva
lorranne.silva@ueg.br – Universidade Estadual de Goiás (UEG)

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente texto apresenta um relato de experiência vinculado a uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, iniciada em 2025, intitulada "O Cerrado brasileiro na perspectiva dos povos indígenas: território, vida e sustentabilidades outras".

A pesquisa busca compreender como diferentes povos indígenas que vivem no bioma percebem as dimensões socioculturais, ambientais e territoriais do Cerrado, bem como suas proposições para a construção de políticas públicas e ações voltadas ao bem viver em seus territórios.

A experiência aqui relatada não se limita apenas à produção acadêmica, mas se constitui também a partir de um percurso de escuta, encontros e construção coletiva de conhecimento com lideranças indígenas de diferentes regiões do Cerrado. Nesse sentido, o texto tem como objetivo compartilhar reflexões sobre o desenvolvimento da pesquisa, destacando as vivências, os aprendizados e os desafios encontrados ao longo desse caminho.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A pesquisa se insere no bioma Cerrado, território que ocupa aproximadamente 24% do território brasileiro e abriga uma expressiva diversidade sociocultural e ambiental. Para além de sua relevância ecológica, o Cerrado é casa de muitos povos, comunidades e sujeitos que mantêm relações profundas com a terra, a água, os animais e os seres que compõem esse ambiente.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são lideranças e representantes de diferentes povos indígenas distribuídos em estados como Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí e Distrito Federal. Trata-se de uma diversidade de contextos territoriais, históricos e culturais, que evidenciam a pluralidade de experiências e formas de relação com o Cerrado.

Realização
Parceiros
Apoio

A aproximação com esses sujeitos ocorre por meio de redes de articulação, indicações e participação em espaços coletivos, como eventos, encontros e atividades interculturais. Um desses momentos foi a participação no Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), na Tenda Multiétnica (2025), que se configurou como espaço importante de escuta, diálogo e realização de entrevistas presenciais com diferentes povos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A pesquisa é orientada pela metodologia da Investigação Ação Participativa (IAP). Para Fals Borda (1987), uma importante referência deste estudo, trata-se de uma abordagem metodológica que busca envolver os atores sociais no processo de pesquisa, promovendo a participação ativa e a co-construção de conhecimento.

Para Quinteiro Weir (2010), a Pesquisa-Ação Participativa, enquanto prática político-metodológica, rompe com a colonialidade do saber, fortalecendo as epistemologias indígenas e a autonomia dos povos. A IAP, deve estar vinculada às lutas coletivas, permitindo que os sujeitos da pesquisa sejam também produtores de conhecimento e protagonistas de suas próprias histórias.

Até o momento, foram estabelecidos contatos com lideranças indígenas de diferentes regiões do Cerrado, resultando na realização de entrevistas presenciais e remotas. Entre os povos já ouvidos estão representantes dos povos Tapuia, Avá-Canoeiro, Karajá, Xavante, Xacriabá, Canela, entre outros.

As entrevistas, realizadas tanto em espaços presenciais quanto virtuais, constituem momentos de troca, escuta e aprendizado. Durante esses encontros, as lideranças compartilham suas percepções sobre o Cerrado, suas experiências territoriais, os desafios enfrentados e as estratégias de resistência construídas em seus contextos.

A participação na Tenda Multiétnica, durante o FICA, (2025), possibilitou o contato direto com diferentes povos, além de vivências em rodas de conversa, atividades culturais, exposições e momentos de diálogo intercultural. Esse espaço se revelou como um território de encontro de saberes, onde diferentes vozes se expressam e constroem coletivamente reflexões sobre o presente e o futuro do Cerrado.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Realização
Parceiros
Apoio

A experiência da pesquisa tem evidenciado que escutar os povos indígenas implica deslocar formas tradicionais de produção de conhecimento, reconhecendo outras epistemologias e modos de compreender o mundo. Nesse sentido, conforme discutido por Fals Borda (1987) e Brandão (2006), a Investigação Ação Participativa se mostra como uma abordagem fundamental, ao possibilitar relações mais horizontais e dialógicas entre pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Entre os principais aprendizados, destaca-se a compreensão do território como dimensão viva, que articula natureza, cultura, espiritualidade e modos de existência. As falas das lideranças apontam para uma concepção em que não há separação entre ser humano e natureza, perspectiva também presente nas reflexões de Ailton Krenak. A ideia de separar os humanos da natureza é uma violência moderna. “Nós, povos indígenas, sabemos que a terra não é um recurso: ela é nossa mãe, nosso corpo, nossa vida” (Krenak, 2019, p. 26).

As falas das lideranças também evidenciam que o Cerrado é compreendido não apenas como um bioma, mas como território de vida, memória, espiritualidade e identidade. Elementos como alimentação, medicina tradicional, cultura e território aparecem de forma indissociável nas narrativas, reforçando uma visão integrada entre natureza e existência.

Os indígenas relatam as diferentes pressões vivenciadas em seus territórios. Entre os principais desafios mencionados estão o avanço do agronegócio, da mineração, das queimadas e de outras atividades que ameaçam o Cerrado e impactam diretamente suas formas de vida, subsistência e práticas tradicionais de cuidado e cura.

Durante as entrevistas, também emergiram reflexões sobre a ausência de políticas públicas efetivas voltadas às realidades indígenas. Muitos representantes mencionaram a necessidade de projetos que fortaleçam a autonomia e a subsistência das comunidades, como iniciativas voltadas à produção artesanal, alimentação e geração de renda dentro dos próprios territórios.

Os desafios da pesquisa também se fazem presentes, especialmente no que se refere ao respeito ao tempo dos povos, à construção de confiança, às dificuldades de acesso e à necessidade de uma escuta sensível e comprometida. Além disso, a ausência de dados oficiais sobre os povos indígenas no Cerrado e as constantes pressões territoriais evidenciam um contexto de invisibilizarão e vulnerabilidade.

Como contribuição, a pesquisa busca fortalecer a visibilidade das vozes indígenas, reconhecendo seus saberes como fundamentais para a construção de alternativas sustentáveis e para a defesa do Cerrado. Ao evidenciar essas narrativas, o trabalho contribui para o debate

Realização
Parceiros
Apoio

acadêmico, político e social, ampliando a compreensão sobre o bioma a partir daqueles que historicamente o habitam e são seus guardiões milenares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia que pesquisar o Cerrado a partir da perspectiva dos povos indígenas é reconhecer esse território como espaço sagrado e território de vida. Trata-se de compreender que os conhecimentos produzidos nesses territórios são fundamentais para repensar as relações entre sociedade e natureza, especialmente diante das crises socioambientais contemporâneas.

O percurso da pesquisa, ainda em andamento, aponta para a importância de fortalecer espaços de diálogo intercultural, valorizar os saberes indígenas e promover a construção coletiva de conhecimentos comprometidos com o bem viver. Como propõem Reis e Andrade (2018), é preciso romper com as condições colonizadas da epistemologia e construir um pensamento que valorize os saberes locais, articulando cultura, política e economia de forma integrada e libertadora.

Defender o Cerrado implica, necessariamente, defender os povos que nele vivem, seus territórios, suas culturas e seus modos de existência. Nesse sentido, o relato apresentado reafirma a necessidade de uma ciência mais sensível, ética e comprometida com a transformação social e com a construção de futuros plurais.

REFERÊNCIAS

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO. **Pesquisa participante**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUINTEIRO WEIR, José Ángel. La investigación acción participativa (IAP) como herramienta de trabajo en contextos interculturales: una experiencia con pueblos indígenas. ***Alteridades***, Ciudad de México, v. 20, n. 39, p. 65–77, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74716195006. Acesso em: 14 maio. 2026.

AILTON, Krenak. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Realização
Parceiros
Apoio

REIS, M. de N., & ANDRADE, M. F. F. de. (2018). O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**. 17(202), 01-11.

DE CANTOS EM ENCANTOS: DIÁLOGOS ENTRE TECNOLOGIAS SOCIAIS E SABERES TRADICIONAIS NO VÃO DE ALMAS KALUNGA (16 a 19 de abril de 2026)

Isadora de Paula Vieira Alencar
isadoralencar@live.com, Universidade Estadual de Goiás
Alessa Junghans
alessa.junghans@studium.uni-hamburg.de, Universität Hamburg
Divina Aparecida Leonel Lunas
divalunas@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Roseli Martins Tristão Maciel
roselitristaomaciel@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Glauber Lopes Xavier
glauber.xavier@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Maria Idelma Vieira D'Abadia
maria.dabadia@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente relato de experiência analisa a expedição realizada à Chapada dos Veadeiros (GO), no período de 16 a 19 de abril de 2026, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPGTECCER). A atividade esteve vinculada ao projeto "Implantação das Tecnologias Sociais a partir da Metodologia da Rede de Energia das Mulheres da Terra", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) Edital Nº13/2024.

A experiência tem como eixo central a articulação entre tecnologias sociais e saberes tradicionais no território Kalunga, evidenciando práticas construídas a partir do protagonismo das mulheres e de suas formas próprias de organização, produção e cuidado. Trata-se de uma ação que se insere em um processo contínuo de construção coletiva, consolidado por meio de encontros, vivências e expedições anteriores, sendo esta correspondente à IV expedição realizada no território.

Nesse sentido, a expedição expressa uma trajetória relacional sustentada pelo diálogo, pela confiança e pela valorização dos saberes locais, elementos fundamentais para a construção de iniciativas territorialmente situadas e socialmente enraizadas.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A experiência ocorreu no território da comunidade quilombola Kalunga, especificamente no Vão de Almas, localizado no município de Cavalcante (GO), na Microrregião da Chapada dos Veadeiros. Reconhecido como patrimônio cultural desde 1991 (Lei Estadual nº 11.409), o território abrange uma extensa área de Cerrado e reúne comunidades distribuídas entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e

Realização
Parceiros
Apoio

Teresina de Goiás, configurando-se como um dos mais relevantes espaços de permanência e reprodução de modos de vida tradicionais no estado (ALEGO, 2021).

Em escala estadual, Goiás possui 59 comunidades quilombolas registradas pela Fundação Cultural Palmares, o que corresponde a cerca de 0,77% do total nacional. Nesse conjunto, o território Kalunga se destaca não apenas por sua extensão — estimada em aproximadamente 262 mil hectares (Brasil, 2025) —, mas também por seu reconhecimento como Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA), evidenciando sua importância sociocultural e ambiental.

Nesse contexto, o território se caracteriza por uma expressiva diversidade sociocultural, marcada por modos de vida tradicionais e estratégias históricas de resistência, especialmente vinculadas à permanência no território e à continuidade de saberes ancestrais. Schmitt *et al*. (2002) reforça que a relação simbiótica entre território e identidade é central para sua resistência.

As participantes centrais desta vivência foram mulheres Kalungas, com destaque para Vera Kalunga e Fiota Kalunga, irmãs e referências na comunidade. Ambas carregam trajetórias profundamente conectadas aos saberes tradicionais do Cerrado, especialmente no que se refere ao uso de plantas medicinais, práticas de cuidado e produção agrícola.

Fiota Kalunga, raizeira de descendência, agricultora e extrativista, constrói seu conhecimento a partir de uma linhagem familiar de mulheres que atuaram como parteiras e guardiãs de saberes tradicionais. Sua atuação envolve a produção de alimentos e derivados do Cerrado, como farinhas, óleos, polpas de frutos e preparados medicinais, articulando subsistência, cultura e cuidado (Museu do Cerrado, 2021).

Vera Kalunga, por sua vez, também filha de raizeira e neta de parteira, transita entre os saberes ancestrais e a formação técnica em enfermagem, atuando como aprendiz no campo de parteira e como conhecedora das plantas medicinais e práticas de cultivo (Museu do Cerrado, 2020).

As observações evidenciam que, no interior da Comunidade Kalunga, coexistem distintas estratégias de organização da vida cotidiana. Vera, mantém um intercâmbio mais frequente com o meio urbano, deslocando-se para comercializar seus produtos, enquanto Fiota, embora também estabeleça esse tipo de relação, permanece mais presente na dinâmica comunitária. Ambas utilizam o espaço comercial, Armazém Kalunga organizado pela Associação Quilombola Kalunga-AQK, como local próprio de comercialização da produção dessas mulheres pertencentes ao território, fato vivenciado na segunda expedição à Cavalcante. Essa variação nas formas de inserção indica a inexistência de um modelo único de reprodução social, revelando a presença de múltiplos arranjos organizativos que devem ser considerados na análise.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Nesta ocasião, foi possível acessar diretamente o Vão de Almas e realizar visitas às residências de Vera e Fiota Kalunga, o que proporcionou uma imersão mais profunda na realidade cotidiana dessas mulheres. Durante a vivência, foram observadas as condições de vida, as formas de organização produtiva, os sistemas de cultivo, o uso de recursos naturais e as estratégias de reprodução social baseadas na articulação entre trabalho, cultura e território. As atividades incluíram conversas, trocas de saberes,

Realização
Parceiros
Apoio

caminhadas pelo território e acompanhamento das práticas produtivas e medicinais desenvolvidas pelas moradoras.

Como pode ser observado na Figura 1, a paisagem do Vão de Almas evidencia a presença do Cerrado em sua forma conservada, com vegetação nativa e continuidade ecológica. Essa configuração reforça a relação entre o território e a preservação dos recursos naturais, elemento central para a reprodução dos modos de vida tradicionais na comunidade. Segundo Feitosa *et al*. (2021), o território constitui um elemento central para as comunidades quilombolas, pois assegura sua reprodução material e a manutenção de saberes tradicionais, práticas simbólicas e formas próprias de organização econômica e social.

Em complemento, a Figura 2 apresenta o espaço de moradia na comunidade, caracterizado por construções com cobertura de palha e uso de materiais locais. Observa-se uma estrutura simples e integrada ao ambiente, com presença de área aberta ao redor da residência, evidenciando formas de habitar que dialogam diretamente com os recursos disponíveis no território e com as condições ambientais do Cerrado.

Figura 1 – Paisagem do Território Kalunga no Vão de Almas, Chapada dos Veadeiros (GO)

Fonte: Acervo da pesquisa (2026).

Figura 2 – Espaço de moradia na comunidade Kalunga, Vão de Almas

Fonte: Acervo da pesquisa (2026).

Essa relação entre território e formas de habitar também se desdobra nas práticas produtivas desenvolvidas no cotidiano da comunidade. Como pode ser observado na Figura 3, o espaço doméstico abriga não apenas atividades de cuidado, mas também processos de produção e armazenamento de alimentos e derivados do Cerrado, evidenciados pela presença de utensílios e produtos destinados à comercialização. A disposição desses elementos no ambiente revela uma organização funcional voltada tanto

Realização
Parceiros
Apoio

para o consumo quanto para a geração de renda, indicando a articulação entre trabalho doméstico e atividade produtiva no interior do território.

Na Figura 4, observa-se Dona Fiota Kalunga manuseando uma peneira com algodão-do-cerrado, apontando práticas associadas ao extrativismo e ao beneficiamento de recursos da região. Essa atividade remete a saberes tradicionais transmitidos entre gerações e reforça o papel das mulheres na manutenção de práticas produtivas e medicinais vinculadas ao território.

Figura 3 – Organização do espaço doméstico e armazenamento de alimentos no território Kalunga

Fonte: Acervo da pesquisa (2026).

Figura 4 – Dona Fiota Kalunga: prática extrativista do algodão-do-cerrado no Vão de Almas

Fonte: Acervo da pesquisa (2026).

As vivências no Vão de Almas evidenciam a riqueza dos saberes tradicionais e das práticas produtivas desenvolvidas pelas mulheres Kalungas, além da importância da construção de relações contínuas entre universidade e comunidade. Nesse sentido, a atuação do PPGTECCER se insere em uma perspectiva comprometida com o diálogo, o respeito aos modos de vida locais e a valorização dos conhecimentos territorialmente situados.

Esse compromisso se materializa, no âmbito do projeto financiado pela FAPEG, na proposta de implementação do kit de bomba solar. Trata-se de um processo que busca articular inovação tecnológica às dinâmicas locais e aos saberes tradicionais, contribuindo para o fortalecimento da autonomia produtiva das mulheres e para a melhoria das condições de vida na comunidade. Dessa forma, a experiência reafirma o papel da universidade pública como agente na construção de soluções socialmente referenciadas,

Realização
Parceiros
Apoio

baseadas na produção de conhecimentos e no fortalecimento de iniciativas que emergem dos próprios territórios.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A construção de relações de confiança ao longo do tempo mostrou-se elemento central para o desenvolvimento de ações em territórios tradicionais. O contato prévio com a comunidade, estabelecido em expedições anteriores, foi determinante para a qualidade das interações e para a abertura ao diálogo nesta nova etapa, permitindo uma inserção mais sensível às dinâmicas locais.

Entre os principais aprendizados, destaca-se a compreensão de que os saberes tradicionais, especialmente aqueles mobilizados pelas mulheres Kalungas, constituem sistemas complexos de conhecimento, profundamente enraizados no território e fundamentais para a sustentabilidade local. Tais saberes articulam práticas produtivas, cuidado e manejo dos recursos naturais, contribuindo para a construção coletiva de conhecimentos e para o fortalecimento de abordagens comprometidas com a defesa do Cerrado, ao valorizar práticas produtivas sustentáveis e formas próprias de organização.

Por outro lado, também se evidenciam desafios. O acesso ao território do Vão de Almas, realizado por meio de trajetos longos e dependentes de veículos específicos, em função das condições das estradas, configura um fator limitante tanto para a presença contínua de pesquisadores, técnicos e demais atores quanto para a implementação e o acompanhamento de iniciativas no território. Soma-se a isso a necessidade de articulação entre as tecnologias sociais propostas e as condições concretas de vida da comunidade, evitando soluções descontextualizadas ou que não dialoguem com as práticas já existentes.

Durante as conversas, emergiu o tema do turismo em comunidades Kalunga vizinhas. Vera ressaltou os ganhos econômicos decorrentes dessa atividade; entretanto, foram igualmente mencionados efeitos adversos, como o acúmulo de resíduos, a degradação da qualidade da água e a concentração dos rendimentos em agentes externos. Tal ambivalência revela as contradições inerentes à inserção dessas comunidades em circuitos turísticos, evidenciando o tensionamento entre geração de renda e sustentabilidade socioambiental. Nesse contexto, a expansão do turismo coloca em pauta a necessidade de estratégias que articulem desenvolvimento local, gestão ambiental e maior controle comunitário sobre os benefícios gerados.

As observações de campo indicam, ainda, a persistência de carências em condições básicas na comunidade. Tanto na avaliação das moradoras quanto na análise empírica, intervenções simples mostram-se capazes de produzir impactos relevantes no cotidiano. A instalação de filtros de água, por exemplo, configura uma medida de efeito imediato sobre a qualidade de vida. Esse quadro reforça que, para além de estratégias estruturais mais complexas, ações de baixo custo e rápida implementação podem desempenhar papel central na promoção do bem-estar local, sobretudo quando articuladas às dinâmicas e necessidades do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência no Vão de Almas evidencia que a efetividade de iniciativas voltadas a territórios tradicionais está associada à sua capacidade de dialogar com as dinâmicas locais e de reconhecer os saberes existentes como parte constitutiva das soluções propostas. Nesse contexto, as tecnologias sociais assumem maior potencial quando orientadas por processos situados, sensíveis às condições territoriais e às formas próprias de organização da comunidade. A coexistência de estratégias distintas dentro do território mostra que soluções precisam ser flexíveis e adaptadas às realidades locais.

A centralidade das mulheres Kalungas, observada ao longo das atividades, evidencia seu papel na condução de práticas produtivas, no manejo dos recursos do Cerrado e na sustentação das dinâmicas sociais do território. Esse protagonismo aponta para a necessidade de que ações futuras incorporem, de forma estruturante, sua participação nos processos de decisão e implementação. No contexto do turismo, sua atuação mostra-se ainda mais estratégica, podendo orientar modelos que articulem geração de renda, preservação ambiental e valorização cultural.

Por fim, destaca-se que o avanço e a consolidação dessas ações estão diretamente condicionados à existência de mecanismos de fomento que assegurem sua continuidade. O apoio institucional e o financiamento público desempenham papel fundamental para viabilizar iniciativas que promovam autonomia produtiva, valorização dos saberes tradicionais e melhoria das condições de vida em territórios quilombolas como o Kalunga.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS (ALEGO). **Comunidade Kalunga, com suas tradições e cultura, é mostrada na série Nossa História.** 2021. Disponível em: https://portal.al.go.leg.br/noticias/120038/comunidade-kalunga-com-suas-tradicoes-e-cultura-e-mostrada-na-serie-nossa-historia-das-redes-sociais-da-alego. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos.** Brasília: INCRA, 2 abr. 2025. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/850880296/Relacao-de-Processos-de-Regularizacao-de-Territorios-Quilombolas-Abertos-02-04-2025. Acesso em: 1 jul. 2025.

FEITOSA, Francisco Rodrigues Silva; CASTILHO, Carlos José Martins de; LACERDA, Rafael dos Santos. **Comunidades quilombolas e políticas públicas: invisibilidade ou inclusão?** Revista IDeAS, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 44–64, 2021. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/12633. Acesso em: 22 abr. 2025.

MUSEU DO CERRADO. **Fiota Kalunga.** Disponível em: https://museucerrado.com.br/medicina/raizeiras-e-raizeiros/fiota-kalunga/. Acesso em: 22 abr. 2026.

MUSEU DO CERRADO. **Vera – Parteira Kalunga aprendiz.** Disponível em: https://museucerrado.com.br/culturas-cerratenses-mulheres-do-cerrado-parteiras-parteiras-vera/. Acesso em: 22 abr. 2026.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 10, p. 1–20, jun. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrdk/. Acesso em: 1 jul. 2025.

VIVÊNCIA AGROECOLÓGICA NO PRÉ-ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO (FORMOSA-GO)

Jéssica Rodrigues Pereira
rodrigues.jessica@unb.br, Núcleo de Estudos em Agroecologia da Universidade de Brasília (NEA/UnB)
César Adriano de Souza Barbosa
cesar.barbosa@unb.br, Núcleo de Estudos em Agroecologia da Universidade de Brasília (NEA/UnB)
Flaviane de Carvalho Canavesi
flavianecanavesi@unb.br, Programa do Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília (MADER/FUP/UnB)

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Trata-se de uma experiência didático-pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina (PPGMADER/FUP/UnB), por meio da disciplina *Agroecologia: princípios e bases científicas*, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/UEG), por meio da disciplina *Agroecologia e Cerrado.* Para promover a participação de extensionistas e lideranças do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), foi criado, em parceria como Projeto Pesquisa e Formação em Extensão Rural e Agroecologia (ERA/UnB), vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia da Universidade de Brasília (NEA/UnB), um curso de extensão.
As disciplinas e o curso foram ofertados simultaneamente para estudantes da pós-graduação de ambos os programas, com extensionistas rurais e integrantes do MST do acampamento (considerado um pré-assentamento) Dom Tomás Balduíno, local onde aconteceu a vivência imersiva entre os dias 13 e 17 de maio de 2026. O pré-assentamento está localizado no distrito de Bezerra, município de Formosa/GO, e possui uma trajetória de 11 anos de resistência, aguardando a regularização da terra e a concretização do tão sonhado assentamento.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

Participaram da vivência integrantes do MST do acampamento Dom Tomás Balduíno, atualmente considerado um pré-assentamento, que aguardam a liberação dos Contratos de Concessão de Uso (CCU), documento emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que transfere provisoriamente a posse dos lotes aos beneficiários. Há 11 anos essas famílias encontram-se acampadas na Fazenda Crixás, localizada no distrito de Bezerra, em Formosa-GO. São cerca de 200 famílias, remanescentes de outros dois acampamentos nas fazendas Cangalha e Porteirinha, na mesma região, todas remanescentes da ocupação da fazenda Santa Mônica, uma das propriedades do ex-senador Eunício de Oliveira localizada no município de Corumbá/GO. Esse acampamento chegou a abrigar cerca de 3 mil famílias (Comissão Pastoral da Terra, 2020). Apesar de estarem acampados há 11 anos, morando sob a lona, destacam-se pela produção de base agroecológica, com preservação de diversas

Realização
Parceiros
Apoio

variedades de sementes crioulas, e comercialização tanto por cestas como nas feiras no distrito de Bezerra e na cidade de Formosa.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge juntamente com a luta pela democracia, após 21 anos de ditadura empresarial-militar no Brasil. Em meio ao contexto das campanhas pelas "Diretas Já", mobilização em defesa do direito da população de eleger o Presidente da República, a discussão em torno da Reforma Agrária é retomada. Nesse mesmo período, ocorreu também a organização de diferentes frentes de luta, como o Partidos dos Trabalhadores (PT), em 1982, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Entre 20 e 22 de janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel/PR. O Movimento, portanto, não possui um dia específico de fundação, mas esse encontro é considerado marco inicial da sua construção (Mazin; Esteva; Stédile, 2016).

A experiência foi desenvolvida com os(as) pós-graduandos(as) do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UEG), cuja área de concentração é "Estudos ambientais e territoriais do Cerrado" com o objetivo de contribuir para a produção e divulgação do conhecimento geográfico a respeito das questões ambientais e territoriais do bioma Cerrado, especialmente focado no Goiás e/ou Centro-Oeste brasileiro.

Também participaram Pós-graduandos(as) do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER/FUP/UnB), que tem como objetivo geral contribuir para a construção do conhecimento e promoção do desenvolvimento rural sustentável, por meio da qualificação em nível de mestrado acadêmico de profissionais capazes de organizar, fomentar e propor caminhos estratégicos para a busca interdisciplinar e intersetorial de soluções aos problemas ambientais atinentes ao processo de desenvolvimento no país, especialmente em regiões da Savana (Cerrado) e Amazônia brasileiras, ao mesmo tempo contribuindo para a formação de pesquisadores(as) e docentes.

Participaram ainda extensionistas rurais, por meio do Projeto de Pesquisa e Formação em Extensão Rural e Agroecologia (ERA/UnB), projeto vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia da Universidade de Brasília (NEA/UnB), em parceria com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Dater/SAF/MDA).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A atividade desenvolvida durante cinco dias no acampamento Dom Tomás Balduíno foi considerada uma vivência agroecológica, pois além de abordar os conteúdos definidos nas ementas das disciplinas e do curso, também proporcionou uma imersão na vida cotidiana dos(as) acampados(as) e na trajetória histórica do MST.

Ao todo, participaram 15 estudantes do PPGEO/UEG, 13 do PPG MADER/FUP/UnB e 4 extensionistas rurais pelo projeto ERA/UnB, dos quais 3 vieram do estado da Paraíba para participar do curso. Também participaram diversos acampados(as), que ao longo da vivência se revezaram nas atividades. Dentre as atividades realizadas, destacaram-se as leituras e debates de artigos científicos. Citamos a seguir alguns temas e bibliografia utilizada na atividade: Cerrado de bioma a território (Chaveiro, 2020), (Barbosa, 2021); Agroecologia como ciência, prática e movimento (Guhur; Silva 2021); Movimentos sociais, campesinato, povos e populações tradicionais, (Souza, 2013); Políticas públicas, Redes e articulações (Giraldo, 2022); Agroecologia no Cerrado e Transição

Realização
Parceiros
Apoio

Agroecológica (Altieri, 2020), (Gliessman, 2018), (Sauer; Balestro 2009). Detaque também para as rodas de diálogos com depoimentos das lideranças do MST, coordenadores(as) e acampados(as) contando suas experiências, vividas ao longo de todos esses anos de resistência e perseverança.

Além disso, percorremos o território do acampamento Dom Tomás Balduíno, em uma caminhada transversal, atividade em que os(as) participantes da vivência foram divididos em três grupos, guiados por lideranças do acampamento, para conhecer a realidade do território, suas roças, os barracos e quintais, as fontes de captação de água, as criações de animais e observar o máximo da paisagem local.

Esse acampamento na Fazenda Crixás é conhecido como Área 1, onde as famílias acampadas vivem em moradias improvisadas, próximas umas das outras, com pequenos quintais, numa estrutura tipo vila. Hoje, esta Área 1 reúne remanescentes de outras duas Áreas: 2 (Fazenda Cangalha) e 3 (Fazenda Porteirinha) que também permaneceram acampados por 11 anos e desde o ano passado foram remanejados, recomeçando suas vidas na Fazenda Crixás. Assim, uma das principais observações foi a diferença nas moradias e, consequentemente, dos cultivos daqueles que já residiam na Fazenda Crixás (Área 1) e dos que chegaram há pouco mais de um ano. Nas moradias das famílias que já estavam acampadas, identificamos diversas frutíferas em produção, como: graviolas, limões, mangas, bananeiras, um sistema produtivo já mais bem formado. Já nas moradias dos(as) que tiveram que se somar à Área 1, por motivos da iminente emissão da concessão de uso, não foi possível identificar esse tipo de cultivo, já que tiveram que deixar para trás todo investimento produtivo, prejuízo atribuído à lentidão da regularização fundiária. Ainda assim, impressionam o cuidado com as moradias (barracas) e o cultivo, considerando o pouco tempo de chegada nesta "área".

Durante a vivência, os(as) estudantes ficaram alojados(as) nas barracas de lona dos(as) acampados(as), e todas as refeições foram realizadas coletivamente. As refeições foram preparadas voluntariamente pelos(as) próprios(as) acampados(as), sendo que muitos dos alimentos servidos também haviam sido cultivados por eles(as). Tivemos a oportunidade de adquirir diversos produtos do acampamento, entre eles, variedades de feijão, farinha de mandioca, doces e sementes crioulas, contribuindo, assim, para a geração de renda das famílias acampadas.

Durante a vivência, aconteceu também a noite cultural de encerramento das atividades, organizada pelo coletivo dos(as) acampados(as), com a colaboração de diversos(as) pós-graduandos(as). A programação contou com diferentes expressões artísticas e também com um desfile da beleza negra, envolvendo crianças e suas famílias. Foi possível perceber, nos seus rostos a felicidade de vivenciar esse momento de expressão cultural coletiva, concebido como um espaço de pertencimento e fortalecimento coletivo.

Por meio do projeto ERA/UnB, foi possível certificar todos(as) que participaram tanto da organização quanto do curso de extensão, incluindo os acampados(as).

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Entre os aprendizados proporcionados pela vivência no acampamento (pré-assentamento) Dom Tomás Balduíno, destacamos que o ensino da Agroecologia se torna mais completo por meio desse tipo de imersão presencial, em um contexto real de aprendizagem. Outro aprendizado importante, foi perceber que unir em uma atividade participantes provenientes de diferentes realidades como: pós-graduandos(as), extensionistas rurais, acampados(as) e professores(as), ampliou o nível dos debates,

Realização
Parceiros
Apoio

especialmente nas correlações estabelecidas com as discussões propostas nas disciplinas a partir de bibliografia prévia indicada para leitura e debate.

Quanto aos desafios, o principal deles, foi a logística, considerando o deslocamento de estudantes de diferentes localidades. Os(as) pós-graduandos(as) do PPGEO/UEG vieram do Câmpus Cora Coralina, no município Cidade de Goiás/GO, os(as) do MADER/FUP/UnB vieram em sua maioria, de Planaltina/DF, juntamente com as extensionistas rurais que partiram da Paraíba e logo de Brasília/DF.

Ao final da vivência, ficou nítida a satisfação dos(as) participantes, bem como o reconhecimento da importância de fazer parte da história do acampamento (pré-assentamento) Dom Tomás Balduíno, além de todo aprendizado construído nessa convivência. Os relatos produzidos a partir dessa experiência, no âmbito das disciplinas e do curso, farão parte da avaliação final dos(as) estudantes e cursistas e deverão ser publicados pelo projeto ERA/UnB no 3º volume do Livro "Relato de Experiências em Extensão Rural e Agroecologia" destacando a relevância da extensão universitária.

Aprender Agroecologia imerso no Cerrado, em um acampamento do MST, considerado pré-assentamento, constitui uma experiência de grande intensidade para a formação de pesquisadores(as) e/ou extensionistas. Embora alguns(as) participantes já tivessem vivências em assentamentos, conviver, ainda que por poucos dias, com o movimento em plena atividade, lutando pela posse da terra, produzindo e comercializando alimentos saudáveis, foi uma oportunidade inesquecível de vivenciar a Agroecologia em sua prática concreta. O acampamento Dom Tomás Balduíno, como território dissidente, também possibilita a constituição de redes alternativas de comercialização. Nesse contexto, a Agroecologia se efetiva como prática, movimento, política e ciência (Silva; Souza, 2019). O acampamento produtivo Dom Tomás Balduíno é um território dissidente dado o enfrentamento das prerrogativas formais da propriedade privada capitalista. Os territórios dissidentes envolvem práticas espaciais insurgentes, entendidas como a práxis, o conjunto estruturado de ações para transformação da realidade (Souza, 2013a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atividades como esta vivência de Agroecologia em um acampamento (pré-assentamento) do MST, imerso no Cerrado, ainda em processo de reivindicação da posse da terra, produzindo alimentos saudáveis, comercializando em feiras e por meio de cestas, além de realizar doações para a população, revelam que a extensão universitária pode gerar conteúdos e proporcionar um ambiente para o ensino e a aprendizagem da Agroecologia e da Extensão Rural.

Neste contexto, a construção do conhecimento geográfico e agroecológico acerca das questões ambientais e do desenvolvimento rural sustentável oportuniza aos(às) participantes um aprendizado prático, fundamentado na observação e na leitura do ambiente, complementado pelo estudo teórico das bases científicas, por meio da análise e debate do referencial teórico proposto nas ementas das disciplinas e do curso.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Dimensiones ecológicas de la agricultura campesina latinoamericana In: BARRENO, Richard; GARGALLO, Laura (org.) Agroecología: ciencia, pratica y movimiento para alcanzar la soberania alimentária. Socla: Quito, 2020 p. 119 a 125.

BARBOSA, Altair Salles. Bioma Cerrado. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al.(org.). Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão popular, 2021. p. 169-174.

CHAVEIRO, Eguimar Felicio. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre a produção de riqueza e desigualdade social. Revista Elisée, v. 9, n. 2, jul./dez. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Comissão Pastoral da Terra Regional Goiás alerta para o risco de violência em acampamento no município de Formosa/GO. Goiânia, CPT Goiás, 2020. 3 p. Disponível em: www.cptnacional.org.br Acesso em: 5 de dez. de 2020.

GIRALDO, Omar Felipe. Multitudes agroecológicas. Universidad Nacional Autónoma de México, 2022. cap 3 Bloques agroecológicos e intersecciones de lucha de los pueblos.

GLIESSMAN, Steve. Defining agroecology. Agroecology and Sustainable Food Systems, v. 42, n. 6, 2018. p. 599-600.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nivia. Agroecologia. P. 59-72 In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. (org.). Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressãopopular, 2021.

MAZIN, Ângelo Diogo; ESTEVAM, Douglas, STÉDILE, Miguel Enrique. História do MST: A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, , SR, edição revisada, 2016.

SAUER, Sergio., BALESTRO, Moisés. V. (Org.). Agroecologia: os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

SILVA, Edson Batista da; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Agroecologia e geografia agrária: aproximações a partir dos conceitos de território e campesinato. In: CHELOTTI, Marcelo Cervo; MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). Temas em Geografia Rural. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019. 27-46.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território e (des)territorialização. In: Autores (org.) Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a, p. 77-110.

UM DOCE RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorena Oliveira Ribeiro Couto
lorena.couto@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Profa. Dra. Janes Socorro da Luz
janes.luz@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A história na qual este relato está inserido iniciou-se há mais de uma década, com o início de um relacionamento em que a culinária interiorana de doces sempre esteve presente. Desde a primeira visita à casa dos futuros sogros, havia uma farta mesa com doces, inclusive o tradicional doce de ovos. Essa recepção foi preparada para acolher uma visita, mas, além disso, as iguarias demonstravam acolhida e afeto, pois, além de nutrir o corpo, os alimentos podem trazer inseridas outras mensagens.

Se considerarmos um ambiente mais tradicional, o afeto raramente é verbalizado, e a comida ocupa esse lugar. É através dela que se demonstram sentimentos, com prato cheio, cuidado no preparo e até no gesto de oferecer. A comida vira uma forma silenciosa de demonstrar carinho, aceitação e gentileza, e isso se torna um laço entre as pessoas. Tanto é que, após este primeiro encontro, houve muitos outros em que o alimento foi base para uma profunda troca de ensinamentos e afetos.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

No interior de Goiás, ainda é muito comum presenciar mulheres no preparo de alimentos, e os doces são parte dessa rica culinária. Em Gameleira de Goiás, onde se passa o presente relato, há a tradicional Feira Livre Municipal, iniciada em agosto de 2025 e realizada na primeira sexta-feira de cada mês. A feira tornou-se uma tradição mensal para reunir a comunidade, movimentar a economia e oferecer cultura local, sendo espaço de venda da produção de doces e outros produtos. Esse ambiente serve para socializar e valorizar a produção local.

A cultura tradicional do Estado de Goiás também possui forte vínculo com a religiosidade, incluindo a região mencionada, que se fortaleceu como comunidade após uma grande seca, quando todos se reuniam para rezar o terço debaixo de uma árvore chamada “gameleira”. Ainda hoje, parte dessa tradição permanece, e as festas dedicadas aos santos normalmente também são espaços para comercializar e disseminar a cultura local dos doces artesanais. Faz parte desse território, ainda, um distrito conhecido como Mucambinho, inserido nesse contexto cultural.

Passando aos personagens deste espaço, neste relato há figuras que merecem destaque pela produção de doces tradicionais. Assim, referencia-se uma fazenda em Gameleira, onde um casal produz doces para venda e também atua na produção de rapadura e moça-branca no engenho, herança da cultura familiar que se tornou a principal fonte de renda da família, possibilitando a criação dos filhos e sua sobrevivência.

Também se registra como doceira tradicional a Sra. Divina Francisca dos Santos (*in memoriam*), que produzia doces para as festas familiares e para consumo. Entre os

Realização
Parceiros
Apoio

doces feitos em seu fogão a lenha, destacava-se o tradicional doce de ovos, preferido de seu marido, Sebastião Couto dos Santos (*in memoriam*). Havia ainda um doce conhecido como ameixinha, feito com queijo, além de iguarias como curau e doce de casca de laranja. Para se deleitar, também havia bolos de mandioca e pamonhas.

Por tudo que está neste registro, é importante que o conceito de patrimônio cultural se mostre claramente, pois, para além da história de um momento, há um registro para a posteridade, e isso está intrinsecamente relacionado ao entendimento de que patrimônio cultural insere práticas e memórias tanto quanto o acervo material.

Este texto, que será referenciado no Espaço de Partilha 3 – Patrimônio, Educação Patrimonial e Gestão do Patrimônio no Cerrado, fortalece-se em conceitos como o de Almeida, pois, para ele, a revista onde fez a publicação se compara a uma casa onde há cheiros, memórias e ruídos. Depois, ele fala sobre a importância da História que, em sua fala, "resgatamos, interpretamos e difundimos para proteger e preservar as mais diversas dimensões e expressões do nosso patrimônio cultural" (ALMEIDA, 2012, p. 7).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Como essas histórias se entrelaçaram ao Festival do Cerrado? Uma certa estudante goiana iniciou um relacionamento, há algum tempo, com seu atual marido, e isso a levou a participar desse ambiente onde a tradição dos doces é parte da vivência familiar. Quando houve a pretensão ao matrimônio, a recepção aos convidados foi pensada para ser uma acolhida e troca de afetos, e cada detalhe foi planejado para isso, desde as vestimentas ao local, pois, apesar de os noivos residirem em Anápolis, a cerimônia aconteceu no Mucambinho, onde residia a família do futuro marido, na igreja que frequentavam.

Entre os preparativos, um momento marcante foi a definição do cardápio, pois, nesse momento, a mãe do noivo se ofereceu para preparar a sobremesa em conjunto com a tia do noivo. Todo o preparo foi feito pelas mãos calejadas e carinhosas de quem se alegrava por esse evento, trazendo sabor e uma parte viva da tradição que acompanha gerações.

A tia do então noivo, conhecida por seus doces na região da Gameleira — cidade que fica a cerca de 50 km de Anápolis — foi uma das protagonistas desse processo. Dona de um talento raro e respeitado, é doceira tradicional, daquelas que aprenderam observando as avós mexerem tachos de cobre e ainda seguem a mesma lógica do tempo cuidadoso da roça.

No cardápio das sobremesas havia doce de laranja-da-terra, doce de mamão em pedaços, doce de leite e doce de mamão com leite. Foi preparada uma linda exposição para degustação na festa do casamento, em que os doces foram colocados em travessas e servidos fartamente, após serem executados com perfeição em cada etapa, como quem realiza um ritual, trazendo ainda hoje, tantos anos depois, um misto de conforto e nostalgia.

As visitas que ocorreram na fazenda próxima da cidade citada, durante esse período de relacionamento, permitiram que fosse presenciado o preparo da rapadura de modo tradicional, no antigo tacho de cobre. Porém, mais do que observar o processo, há as

Realização
Parceiros
Apoio

histórias que são contadas enquanto as abelhas ficam próximas, também sentindo o odor doce que impregna todo o ambiente. Durante esses diálogos, nesse espaço antigo e artesanal, é possível perceber que muitas das técnicas usadas ali são as mesmas de décadas atrás. Nada de máquinas modernas: o trabalho é igualmente físico e emocional.

No dia do casamento, ao ver a mesa pronta, a sensação foi de encantamento com tanta beleza e a certeza de saber que o paladar se agradaria de forma inigualável, pois, além de sabor, foram criadas lembranças que durariam para sempre, como de fato ocorreu. Tantos anos depois, ainda é possível sentir aquela emoção. Não eram apenas doces, eram gestos, memórias, raízes e afeto. Os convidados não apreciaram apenas os sabores, mas uma parte viva da cultura da Gameleira e da família que agora possuía novos membros.

Esse relato faz perceber que a tradição não é apenas aquilo que herdamos, mas aquilo que aceitamos viver junto com o outro. E os doces produzidos nessas datas tão especiais, preparados com tanto zelo, tornam-se mais do que parte da festa: tornaram-se parte de uma nova história, que se perpetua no tempo, sendo contada e recontada entre a família e também compartilhada pela sua importância na transmissão de um patrimônio cultural.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A lembrança do aprendizado é enevoada pelas memórias que fazem os olhos lacrimejarem; hoje, pelas recordações preciosas, e antes, pela ardência causada pela densa fumaça escura que saía do fogareiro a lenha. O fruto dessa experiência ocorreu entre risadas e o calor do fogão encerado da antiga cozinha, que tinha suas paredes pretas pela fumaça, demonstrando que muito já havia sido feito ali.

Os desafios deste relato são manter a história local viva em toda sua originalidade; respeitar as histórias daqueles que contribuem para a formação desse território tão rico em cultura; disseminar a cultura local e os personagens que estão para além dos livros, mas presentes nas histórias da região; e, por fim, demonstrar que pessoas comuns, em seus dias rotineiros e em sua vida simples no interior, constroem tradições e culturas que se estendem para além de suas humildes casas.

Este registro anseia contribuir disseminando o Cerrado para além de produtos como o pequi e a pamonha, culturalmente já reconhecidos como referências. Esses elementos já são ponto pacífico quando se faz referência ao território; porém, essa rica savana oferece muitos outros elementos naturais utilizados para produzir diversos produtos. Entre eles, merecem destaque aqueles utilizados na preparação dos doces locais, seja a cana-de-açúcar para produção da tradicional rapadura e moça-branca; o cajuzinho-do-cerrado, que produz uma iguaria ímpar; a laranja-da-terra, que, após um processo elaborado e complexo, produz um doce singular; e o mamão, fruto famoso, mas cujo caule muitos desconhecem ser utilizado em um preparo que produz um quitute de sabor suave e doce.

Para além dos alimentos, são ofertadas vivências nesses preparos culinários, que contribuem todos os dias para a riqueza regional, desenvolvendo um patrimônio histórico material e imaterial do Cerrado para a construção do conhecimento, pois

Realização
Parceiros
Apoio

reunir-se para a elaboração das sobremesas cria vínculos familiares e comunitários, e o repasse do conhecimento torna-se cultura que, com o decorrer do tempo, transforma-se em marca local.

Mas, para que haja um marco referencial, é necessário que um tempo fique no passado e outro se inicie. Essa é uma teoria que Manoel Luiz Salgado Guimarães aborda no sentido originário de que "Patrimonializar significou a ruptura do presente com o passado [...]" (CHUVA, 2012, p. 16). Esse trecho foi extraído da apresentação de Márcia Chuva, comentando as reflexões dele na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, e vem ao encontro do que está proposto quando se fala em memórias e identidades, tendo o Cerrado como cenário. No trecho selecionado, o autor fala sobre a importância de se preservar as marcas desse tempo que ficou na memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste registro pode provocar doces e até dolorosas recordações, pois permite retornar a certo tempo e lugar e sentir novamente expectativa, ansiedade e também revisitar memórias que estavam adormecidas. Desde aqueles dias de partilha e confraternização até os dias atuais, alguns já não estão mais aqui, pois terminaram suas histórias, enquanto outros personagens vão surgindo. Porém, aqueles que partiram permanecem vivos através de sua herança genética ou das memórias que criaram, que foram além das receitas.

Fazer doces não é somente o preparo de um prato; vai muito além. Há ingredientes que não são adquiridos no supermercado: a tradição e os vínculos perpassam o tempo e se tornam história em muitas histórias e, nesse ciclo interminável, transformam-se em patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Fernando de. Apresentação. In: REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *História e Patrimônio*. n. 34. Brasília: IPHAN, 2012. p. 7.

CHUVA, Márcia. História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. In: REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *História e Patrimônio*. n. 34. Brasília: IPHAN, 2012. p. 16.

MÃE CINÉZIA: MATRIPOTÊNCIA CERRADEIRA DO QUILOMBO KALUNGA

Marta Faria da Silva
martalungaria@gmail.com, Casa Memória da Mulher Kalunga
Cristiane Rosa Lopes
cristiane.lopes@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás/Universidade Federal de Goiás

INTRODUÇÃO

No território quilombola Kalunga, localizado no bioma Cerrado, assim como em outras comunidades tradicionais, a produção de conhecimentos ocorre principalmente por meio da oralidade e da convivência entre gerações. Nos terreiros, ao redor das fogueiras e nos espaços coletivos da comunidade, rodas de conversa se formam, e histórias, memórias e experiências são compartilhadas, fortalecendo vínculos e garantindo a continuidade de saberes e fazeres construídos ao longo do tempo. Esses espaços constituem importantes *loci* de manutenção e atualização de conhecimentos, linguagens e aprendizagens, especialmente entre povos cujas formas de ensinar e aprender estão profundamente vinculadas à experiência comunitária e à ancestralidade (Rezende, 2021).

Entre as anciãs que mantêm vivos esses saberes e fazeres ancestrais, destaca-se Cinézia dos Santos Roza, conhecida no território Kalunga como Mãe Cinézia. A denominação "mãe" é tradicionalmente atribuída às parteiras quilombolas como forma de respeito e reconhecimento às mulheres que cuidam das gestantes e de seus bebês (Watson, 2022). Parteira, benzedeira e raizeira, Mãe Cinézia é reconhecida como uma das mais importantes referências da parteria tradicional Kalunga e, aos 104 anos de idade, é também a parteira mais velha do território.

As mulheres Kalunga, como Mãe Cinézia, são guardiãs do Cerrado, são o "princípio matripotente, um enfrentamento à *patriz de poder colonial* (Almeida, 2022) e à *agropatriz de poder colonial* (Lima Neto, 2025), que, por onde passam, invadem e destroem os territórios e os povos" (Rezende, 2026, p. 177). É um enfrentamento que ganha força pela oralidade, pois, como pontua Nêgo Bispo, o pensamento dos quilombolas se sustenta na oralidade. "Porque a oralidade é viva, está sempre em movimento, é fôlego, é ar, é vento, a palavra é som, vibra. A escrita não vibra" (Santos, 2020, p. 13).

Ao discutir as narrativas oralizadas como *loci* epistêmicos, afetivos e pedagógicos para o povo cerradeiro, Tânia Rezende (2021) destaca seu papel na ativação das memórias e na preservação de conhecimentos historicamente transmitidos e atualizados nas rodas de conversa nas comunidades. Segundo a autora, a narrativa oralizada configura-se como um mecanismo de "enfrentamento ao memoricídio", por isso, "narrar e valorizar as narrativas são maneiras de resistir e de enfrentar as violências epistêmicas e pedagógicas da modernidade colonialidade ainda vigentes e constantemente fortalecidas" (Rezende, 2021, p. 43).

Realização
Parceiros
Apoio

Nessa direção, este trabalho tem como objetivo visibilizar e discutir narrativas oralizadas de Mãe Cinézia relativas a práticas ancestrais de parteria entre mulheres quilombolas Kalunga, buscando compreender como tais narrativas tensionam a "história única" (Adichie, 2009) sobre o parto seguro e as imagens de controle (Collins, 2019; Bueno, 2020) que incidem sobre os saberes tradicionais de parteria.

Trata-se de um trabalho vinculado ao projeto de pesquisa "Pluralismo Sociolinguístico e Epistêmico de Mulheres Quilombolas Kalunga" (Lopes, 2025), desenvolvido em parceria entre a Casa Memória da Mulher Kalunga, localizada em Cavalcante (GO), e o Obiah – Grupo Intercultural de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás. O projeto tem como objetivo organizar uma base empírica de saberes de mulheres quilombolas Kalunga que possa subsidiar a concepção de programas de letramentos, de materiais didáticos e pedagógicos e de práticas interculturais para a sala de aula de línguas, contribuindo para a promoção de justiça epistêmica em contextos formais de educação.

METODOLOGIA

Tendo como referencial teórico e inspiração a obra da socióloga nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2016, 2021), Rezende (2026, p. 179) desenvolve o conceito de matripotência cerradeira, compreendido como "uma perspectiva científica de fundamentos afro-pindorâmicos, corporificada e espiritualizada".

> É uma epistemologia e é uma abordagem à linguagem que partem do corpo-voz cerradeiro, que consideram os saberes ancestrais cerradeiros como centrais para a construção de sentidos, de conhecimento e de conceitos teóricos, a partir das cosmopercepções e das significações de mundo, principalmente, das mulheres do Cerrado (Rezende, 2026, p. 179).

A construção do material empírico para este trabalho tem como base principal narrativas oralizadas de Mãe Cinézia, produzidas em uma roda de conversa (Roza, 2025) realizada em fevereiro de 2025, em sua casa, na comunidade quilombola Diadema, localizada no município de Teresina de Goiás, no território Kalunga.

A escuta empática, ética e étnica constitui o principal fundamento metodológico deste estudo, orientando os compartilhamentos a partir da reciprocidade, do cuidado e da promoção de conflitos de percepção (Rezende, 2026). Além das narrativas produzidas nessa roda de conversa, também foram mobilizadas transcrições de narrativas oralizadas de Mãe Cinézia presentes em pesquisas acadêmicas que abordam os saberes e fazeres das parteiras Kalunga (Silva, 2014; Marinho, 2015; Santos, 2015; Watson, 2022, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, os sentidos atribuídos ao nascimento no território Kalunga encontram-se atravessados por diferentes cosmopercepções sobre o cuidado, a gestação, o parto e o resguardo. De um lado, permanecem vivos saberes ancestrais construídos e transmitidos entre gerações de mulheres quilombolas; de outro,

Realização
Parceiros
Apoio

fortalece-se uma narrativa associada à lógica moderna/colonial/patriarcal que atribui ao conhecimento biomédico e ao ambiente hospitalar a exclusividade da legitimidade e da segurança para o nascimento, contribuindo para o epistemicídio dos saberes das parteiras tradicionais (Watson, 2022; 2025).

Para discutir essa tensão, apresento, a seguir, três excertos das narrativas oralizadas de Mãe Cinézia. No primeiro, ela relembra o início de sua formação como parteira, aos 10 anos de idade, revelando como os saberes ancestrais de parteria eram transmitidos de geração em geração entre as mulheres Kalunga.

> **Excerto 1:** Porque quem me ensinou foi minhas vó. Minhas bisavós e minhas vós. Que tudo, era... Era sabido, nesse ponto, né? Quando eu era a mocinha crescendo, toda a partesia, elas me levavam. Chegava ali, elas não deixava eu entrar dentro daquele lugar não. Deixava não, eu ficava de fora. Ficava ali mesmo, de fora. A hora que eu saía, nós saía, ela saía me ensinando. As coisinhas tudo, ensinando, como é que era, como é que era pra fazer, como é que não fazia. Fui aprendendo, né? E botando a minha ideia. (Roza, 2025)

No excerto 1, Mãe Cinézia evidencia que a aprendizagem da parteria ocorria por meio de processos de convivência e participação nas práticas comunitárias de cuidado. Contudo, nos excertos 2 e 3, ela manifesta preocupação com a continuidade desses saberes, afirmando que as gerações mais jovens já não demonstram interesse em aprender o ofício da parteria e passam a depositar sua confiança exclusivamente no hospital.

> **Excerto 2:** Eu vou falar assim: eu vou justamente, com fé em deus e vou qualquer hora do dia e da noite que precisar de mim eu tô em pé, enquanto eu puder fuçar eu vou, vou deixar pra vocês e vocês não quer, mas vocês vai arrepender no dia de amanhã, que vocês tá reproduzindo, cês vai ficando na idade, os véi se acabando tudo, nenhum num tem o saber, fiado em mim e só ni hospital?! Não, cês não vai ficar fiado em hospital não, que hospital é vez por outra. Se dá a dor na boca da noite, ocê não tem quem carrega, não tem um carro, não tem nada. (Cinésia, 2019 apud Watson, 2022)

> **Excerto 3:** Mas mesmo assim, mas o dom, o jeito que eu peguei, ficou tudo, tudo na ideia, né? Aí pegou, tive um monte, cento e oitenta filhos, bastaram tudo nesses braços. Cento e oitenta. Mas pedia no mesmo dia, pra mode uma aprender. Mas ninguém quis. Ninguém quis. Ninguém pediu, não. Dizia que elas não dava conta. Que esse negócio de pega menino é de arrebentar a mulher. (Roza, 2025)

Essas narrativas de Mãe Cinézia evidenciam uma ruptura nos processos intergeracionais de transmissão dos saberes de parteria. Ao relatar que procurou ensinar mulheres mais jovens, mas não encontrou interesse em dar continuidade ao ofício, a parteira chama atenção para o enfraquecimento de práticas ancestrais que, durante gerações, foram compartilhadas por meio da convivência e da participação nas atividades de cuidado. Sua preocupação não se restringe à continuidade do ofício da parteria, mas também ao fato de que muitas mulheres passaram a depender exclusivamente do atendimento hospitalar, apesar das dificuldades de acesso enfrentadas pelas comunidades quilombolas, por causa da distância e da escassez de transporte.

Realização
Parceiros
Apoio

Ao mesmo tempo, suas narrativas tensionam a ideia de que apenas o hospital e o conhecimento biomédico são capazes de garantir segurança ao nascimento. Mãe Cinézia afirma não ser contrária aos partos hospitalares; contudo, questiona a dependência exclusiva dessas instituições e a crescente desvalorização dos saberes das parteiras tradicionais. Ao destacar que realizou mais de 180 partos ao longo de sua trajetória, sem registrar mortes de gestantes ou bebês, sua narrativa apresenta evidências da eficácia e da relevância histórica desses conhecimentos no contexto comunitário. Nesse sentido, suas narrativas desafiam a "história única" (Adichie, 2009) contemporânea que associa o parto seguro exclusivamente ao ambiente hospitalar e ao saber biomédico.

É nesse contexto que se tornam visíveis as imagens de controle (Collins, 2019; Bueno, 2020), que operam não apenas no plano discursivo, mas também por meio de mecanismos institucionais. As normativas estatais que estabelecem o hospital como espaço privilegiado e legítimo para a realização dos partos contribuem para produzir a percepção de que os saberes das parteiras tradicionais são insuficientes ou inseguros, enquanto o conhecimento biomédico é apresentado como a única alternativa confiável para o nascimento. Como observa Watson (2022, 2025), esse processo integra a consolidação de uma monocultura do parto e nascimento, que se sustenta pela deslegitimação das parterias tradicionais e pela desterritorialização do nascimento. Ao trazer para o centro da discussão sua experiência como parteira, Mãe Cinézia não nega a importância do hospital, mas questiona a exclusividade que lhe foi atribuída, reafirmando a legitimidade do modo ancestral Kalunga de partejar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas oralizadas de Mãe Cinézia evidenciam que os conhecimentos de parteria entre as mulheres quilombolas Kalunga continuam presentes, mesmo diante das transformações ocorridas nos modos de nascer e cuidar ao longo das últimas décadas. Ao rememorar sua trajetória como parteira, benzedeira e raizeira, Mãe Cinézia mantém a palavra viva e vibrante, circulando conhecimentos construídos coletivamente entre gerações de mulheres Kalunga, e tensionando a narrativa única sobre o parto seguro.

Nesse sentido, a trajetória de Mãe Cinézia revela a matripotência cerradeira como um princípio sustentado pelas mulheres que cuidam, ensinam, acolhem e mantêm vivos os conhecimentos de suas comunidades. Suas narrativas sobre a parteria Kalunga são espaços de luta para a defesa e continuidade da memória coletiva e para a promoção da justiça epistêmica.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Tradução: Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [2009].

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Entrevista: Nego Bispo. [Entrevista cedida a] Gabriel Galo. Papo de Galo, revista nº 3, 21 jun. 2020. Disponível em: https://papodegalo.com.br/entrevista-nego-bispo/ Acesso em: 19 de fevereiro de 2026.

Realização
Parceiros
Apoio

BUENO, Winnie. *Imagens de controle* – um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.
COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
LOPES, Cristiane Rosa. Projeto de Pesquisa: Pluralismo Sociolinguístico e Epistêmico de Mulheres Quilombolas Kalunga. Faculdade de Letras, UFG, 2025.
MARINHO, Cássia Pereira. Saberes e Fazeres das Parteiras Kalunga das comunidades Diadema e Ribeirao dos Bois, Teresina – GO. 2015. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo). Universidade de Brasília.
OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. Matripotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *What gender is motherhood?* Changing Yorùbá ideals of power, procreation, and identity in the age of modernity. New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 57-92.
OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres:* construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
REZENDE, Tânia. Narrativas do cerrado: as vozes das matas para uma educação linguística antirracista. *Língu@ Nostr@,* v. 9, n. 1, p. 38-58, 2021.
REZENDE, Tânia Ferreira. Tensionamento geo-ontoepistêmico-linguístico entre o patriarcado e a espiritualidade da mulher negra. *Revista Mosaico-Revista de História*, v. 16, n. 1, p. 57-71, 2023.
REZENDE, Tânia *et al.* Enredamentos em pesquisas cá do Cerrado do Brasil Central: Esticando a conversa com Tânia Rezende. In: SILVESTRE, Viviane P. V.; PESSOA, Rosane R. Pesquisa enredada em educação linguística crítica = Entangled research in critical language education, Anápolis, GO: UEG, 2026, p. 169-193.
ROZA, Cinézia dos Santos. Roda de conversa com Marta Faria da Silva (Marta Kalunga), Tânia Ferreira Rezende, Cristiane Rosa Lopes e Tarcílio Roberto Lima Neto. Comunidade Quilombola Diadema, Teresina de Goiás, 12 fev. 2025.
SANTOS, Suziana de Aquino. Os Saberes e Fazeres das Parteiras Kalunga da Chapada dos Veadeiros. YouTube, 2 de junho de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wWiLEtL6Oe8&list=PLTRTdszv8ZQhgyIwVCDp4fVVTuUe07fkP&index=2 Acesso em 20 abril de 2025.
SILVA, Paola Camargo Santos. Águas Kalunga: a propósito da Comunidade quilombola Ribeirão dos Bois. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Goiás.
WATSON, Juliana Floriano Toledo. Diálogo Sobre Justiça Reprodutiva e Parteria Tradicional. *Revista Temporis(ação):* periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 25, N. 02, p. 01-22, jul./dez., 2025.
WATSON, Juliana Floriano Toledo. Parições e Partejares na história de Cavalcante-GO: epistemicídio, monocultura do parto e justiça reprodutiva. 2022. Tese (Doutorado em Bioética). Universidade de Brasília.

TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL NAS FESTAS DE CONGADA EM URUTAÍ (GO)

Cássio Yan Faleiro Silva
cassioyf@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás - (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO
Amanda Sueli Madeira Pereira
profamandamadeira@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Cora Coralina/PPGEO
Lázaro Ignacio da Silva Costa
lazarois.costa@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Cora Coralina/PPGEO

INTRODUÇÃO

As manifestações culturais populares constituem importantes formas de construção de identidades, territorialidades e memórias coletivas. No estado de Goiás, as festas de congada se destacam como expressões culturais marcadas pelo sincretismo religioso, pela ancestralidade afro-brasileira e pela resistência de práticas tradicionais diante das transformações sociais contemporâneas. Segundo Souza (2014), as congadas surgiram vinculadas às irmandades negras formadas durante o período colonial e escravista brasileiro, consolidando-se posteriormente como importantes manifestações culturais em diversas regiões do país.

As congadas representam não apenas práticas religiosas, mas também espaços de afirmação identitária e resistência cultural. Para Costa (2006), essas celebrações estão ligadas ao catolicismo popular e preservam elementos da ancestralidade africana por meio do sincretismo religioso. As festas funcionam como espaços de fortalecimento da identidade dos devotos, de reafirmação do pertencimento coletivo (Ferreira, 2020) e de delimitação de territórios (Kinn, 2021).

No município de Urutaí (GO), a congada consolidou-se historicamente a partir dos processos de ocupação territorial relacionados à expansão da estrada de ferro no sudeste goiano e às migrações provenientes do estado de Minas Gerais (Silva, 2016). Atualmente, a festividade mobiliza moradores locais, migrantes retornantes e visitantes, fortalecendo os vínculos sociais e a memória coletiva da comunidade. Entretanto, as transformações socioespaciais contemporâneas e os deslocamentos populacionais têm produzido desafios à continuidade das tradições culturais populares.

Nesse contexto, torna-se fundamental investigar como os sujeitos envolvidos na organização e celebração das festas de congada atuam na preservação dessa manifestação cultural em Urutaí (GO), sobretudo pesquisas bibliográficas que possam compilar informações pertinentes ao tema.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada nos referenciais da geografia cultural a partir de conceitos como memória, cultura, território e lugar. Segundo Damascena (2011), o território deve ser compreendido a partir das relações sociais, culturais e simbólicas estabelecidas pelos sujeitos no espaço vivido, dialogando, também, com a ideia de pertencimento pelo lugar, conceituado como Topofilia (Tuan, 1980).

O município de Urutaí (GO), de acordo com IBGE (2022), Instituto de Geografia e Estatística, está localizado no Sul Goiano, na microrregião de Pires do Rio, com 3.553

Realização
Parceiros
Apoio

habitantes e uma área de 623,821 km². Dessa forma, constitui o recorte espacial da investigação, tendo como foco principal os sujeitos envolvidos na realização das festas de congada, desde o quando se deu início a celebração, passando pelos sujeitos que ainda mentem viva a memória cultural, como os festeiros, cozinheiras comunitárias e participantes da celebração.

Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico sobre cultura popular, territorialidades religiosas, memória coletiva e congadas no, dando enforque principal para o estado de Goiás, utilizando produções acadêmicas de autores como Abdala (2011), Rosendahl (2013), Silva (2018), Ferreira (2020) e Silva (2025). O afunilamento desse levantamento buscou reunir trabalhos que abordaram sobre a história das congadas no município de Urutaí, por se tratar de uma celebração de menor proporção, que pode perder espaço para outros eventos de viés mercadológico. Após o levantamento bibliográfico e análise detalhada desses manuscritos academicos, foram identificados e descritos elementos que demonstram como os sujeitos atuam na perpetuação da memória cultura popular tradicional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das pesquisas bibliográficas indicam que as festas de congada em Urutaí (GO) desempenham importante papel na construção da identidade culturais e religiosas do município Abdala (2011), Rosendahl (2013), Silva (2018), Ferreira (2020) e Silva (2025). Silva (2018) apresenta como festividade revela ser espaço de reafirmação identitária, preservação da memória coletiva e fortalecimento dos vínculos sociais entre diferentes gerações a partir de registros historiográficos e entrevistas com os participantes da festa, onde várias pessoas desempenhem atividades ligadas a celebração no decorrer do ano.

A existência de uma resistência para manter a tradição viva também é apresentada nos registros de entrevista realizados por Silva (2018), onde ela utiliza falas dos festeiros para demostrar como os elementos da festa são passados de geração para geração, como exemplo a escolha das pessoas que lideram os grupos de congadas. A autora deixa perceptível que o saber popular é transmitido e ensinado a partir de vivências e compartilhamento de experiências entre as pessoas mais velhas e mais jovens.

Outro ponto que deve ser evidenciado em alguns dos trabalhos utilizados para a pesquisa bibliográfica, Silva (2018) e Silva (2025), são o papel fundamental das mulheres na produção e participação da festividade. As mulheres têm conquistado cada vez mais espaço para poder trabalhar em prol da tradição cultural das festas de congada em Urutaí (GO), papel esse que ficava mais restrito as em cuidar da organização da festa, da cozinha, das fardas e do enfeite das bandeiras e dos mastros, agora na concepção de Silva (2025) há possibilidades de uma mulher ser capitã de um terno de congo.

Por mais que sejam espaços por vezes invisibilizados, as cozinhas comunitárias aparecem como espaços centrais nos processos de manutenção da tradição, funcionando não apenas como locais de preparo de alimentos, mas também como ambientes de sociabilidade e transmissão de memórias, não somente nas congadas, mas também em outras celebrações. Abdala (2011) ressalta que as práticas alimentares presentes nas festas populares possuem importante papel na manutenção dos saberes tradicionais.

As territorialidades produzidas pela congada extrapolam os limites físicos dos espaços religiosos. Conforme Rosendahl (2013), as territorialidades religiosas são fortalecidas pelas experiências coletivas construídas no lugar sagrado e pelos itinerários percorridos pelos grupos sociais. Assim, ruas, praças e residências tornam-se espaços temporariamente ressignificados pela presença da festa e das práticas culturais coletivas.

Realização
Parceiros
Apoio

Observa-se que a congada ultrapassa o caráter estritamente religioso, configurando-se também como manifestação cultural marcada pela resistência histórica pela valorização dos saberes e celebrações populares. Para Silva e D'Abadia (2014), as festas religiosas constituem importantes objetos de estudo da geografia cultural, pois produzem e reproduzem significados capazes de fortalecer identidades e territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As festas de congada em Urutaí (GO) constituem importantes expressões culturais de resistência, memória e territorialidade no contexto do Cerrado goiano. Mais do que manifestações religiosas, essas celebrações representam formas coletivas de preservação da ancestralidade, fortalecimento dos vínculos comunitários e reafirmação das identidades culturais locais.

A pesquisa indica que a manutenção da tradição depende diretamente da atuação dos sujeitos envolvidos na organização da festa, especialmente daqueles que atuam nos bastidores, como cozinheiras, festeiros e organizadores dos ternos de congada. Esses agentes desempenham papel fundamental na transmissão dos saberes culturais entre as gerações e na continuidade das práticas festivas.

Os resultados indicam que, mesmo diante das transformações socioespaciais contemporâneas, a congada permanece como importante referência simbólica para os moradores de Urutaí, funcionando como elemento de reconexão com o território e com a memória coletiva.

A baixa disponibilidade de bibliografia relacionada as festas de congada do município de Urutaí (GO), demonstram a necessidade de identificar e registrar festividades de menor escala, a fim de preservar o patrimônio local e a identidade de populações que são cada vez mais submetidas uma expressão cultural mercadológica em detrimento das manifestações tradicionais.

Espera-se que a pesquisa contribua para ampliar as discussões sobre cultura popular, territorialidades religiosas e patrimônio cultural no âmbito da Geografia, além de fortalecer iniciativas de valorização das manifestações culturais tradicionais do estado de Goiás.

AGRADECIMENTOS: Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), aos sujeitos envolvidos nas festas de congada em Urutaí (GO), às comunidades que mantêm viva essa importante manifestação cultural do Cerrado goiano e aos pesquisadores que dedicam suas carreiras aos estudos culturais.

Referências

ABDALA, Mônica Chaves. Saberes e sabores: tradições culturais populares do interior de Minas e de Goiás. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, p. 125-158, 2011.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **As raízes da Congada**: a renovação do presente pelos Filhos do Rosário. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DAMASCENA, Adriane Álvaro. Territórios da identidade: os negros e a congada. **Geonordeste**, Aracaju, v. 1, p. 11-36, 2011.

Realização
Parceiros
Apoio

SILVA, Sandra Inácio da. **A congada em Pires do Rio e Catalão**: uma manifestação cultural. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

FERREIRA, Marcos Manoel. Congada de Catalão (GO): o sincretismo da festa popular na perspectiva dos devotos. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 13, p. 6-17, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urutaí. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/urutai. Acesso em: 01 jun. 2026.

KINN, Marli Graniel. Território de criação étnico-religioso dos negros congadeiros de Uberlândia. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, Eunápolis, v. 2, n. 4, p. 259-277, 2021.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da religião. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 103-118.

SILVA, Cleonice de Fátima da. **CONGADA E GÊNERO**: Um Estudo da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Urutaí-GO. 2025. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação (História) - Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio.

SILVA, Mary Anne Vieira; D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. A Geografia e o Sagrado: Festa de Nossa Senhora do Rosário em Goiás. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 3, p. 198-214, 2014.

Silva, Pereira da Silva. **CONGADA**: Manifestação da Cultura Popular em Urutaí-GO. 2018. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação (História) - Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis negros no Brasil escravista**: história da Festa de Coroação de Rei Congo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values**. New York. Columbia University Press, 1980.

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE O CERRADO: UMA ANÁLISE COMPUTACIONAL POR MINERAÇÃO DE TEXTOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA HISTORIOGRÁFICA

Ronaldo Ferreira da Silva
Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER) – UEG

Edvilson Cerqueira Silva Júnior
Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER) – UEG

Poliene Soares dos Santos Bicalho
Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG TECCER) - UEG

Fernando Lobo Lemes
Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG TECCER) - UEG

INTRODUÇÃO

A produção historiográfica sobre o Cerrado acumulou, ao longo das últimas décadas, um extenso volume de documentos que registram disputas discursivas, projetos de ocupação territorial e perspectivas diversas sobre o bioma-território. Analisar esse conjunto textual por métodos hermenêuticos tradicionais impõe limitações cognitivas ao pesquisador, tornando impraticável a identificação de padrões, tendências e silenciamentos em larga escala.

A técnica da Leitura Distante (*Distant Reading*), elaborada por Franco Moretti (2000; 2013), propõe justamente o afastamento do objeto de leitura não como obstáculo, mas como forma de conhecimento: extraindo menos detalhes e mais relações, padrões e formas entre obras. Esse método encontra suporte operacional nas Humanidades Digitais (HD), campo interdisciplinar que adota métodos e técnicas computacionais para apoiar estudos nas ciências sociais e humanas.

Este trabalho tem por objetivo analisar a produção historiográfica sobre o Cerrado, com foco na sua ocupação territorial, a partir de um recorte textual específico, utilizando mineração de textos (Aranha, 2006; Pezzini, 2016) e ferramentas computacionais para mapear tendências e a evolução das narrativas acadêmicas. Parte-se das hipóteses de que com a geopolítica da ocupação (Steinberger, 1997), *(i)* houve uma mudança semântica intencional do termo "Sertão" para "Cerrado", com o propósito de reinventar discursivamente o território como categoria econômica voltada à produção de *commodities*; e de que *(ii)* existe um distanciamento vultoso nas narrativas entre os movimentos desenvolvimentistas e as Comunidades Tradicionais que habitam o bioma-território.

Realização
Parceiros
Apoio

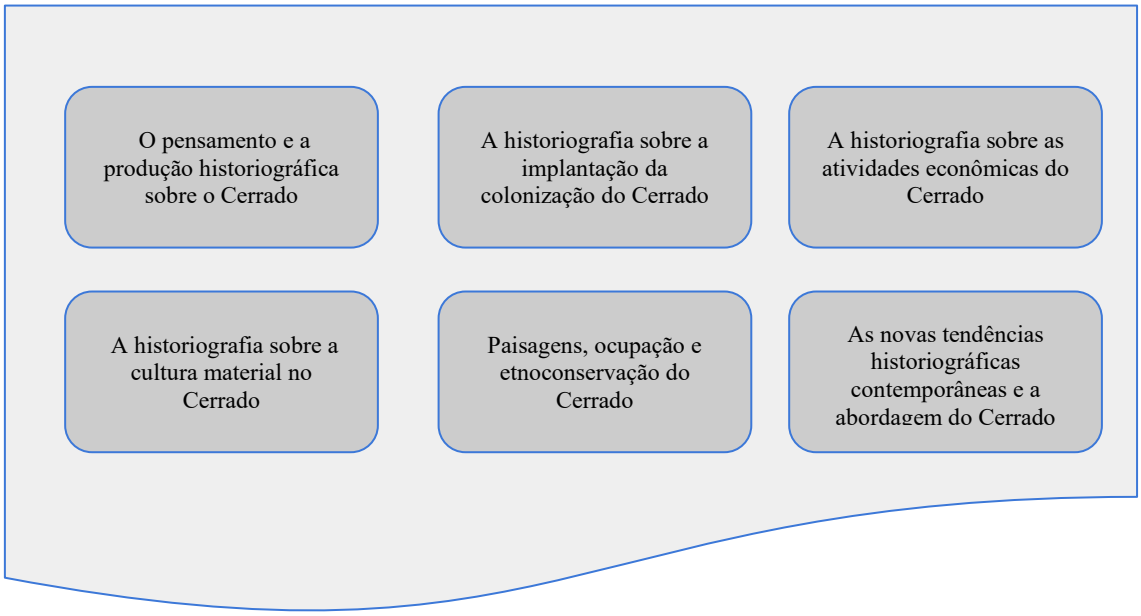
A relevância do estudo reside na sua capacidade de evidenciar, por meio de dados quantitativos, os mecanismos discursivos que sustentam a invisibilização de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) nas narrativas dominantes sobre o Cerrado, contribuindo para a compreensão crítica das disputas territoriais e epistêmicas que atravessam a defesa desse bioma-território.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem mista: qualitativa para análise documental e construção do arcabouço teórico, e quantitativa por meio de ferramentas e métodos computacionais para análises estatísticas aplicadas ao corpus textual. Fundamenta-se no conceito de Leitura Distante (Moretti, 2000) e nos aportes das Humanidades Digitais (Burdick, 2020).

O corpus foi constituído a partir das referências bibliográficas e artigos da disciplina "Múltiplos olhares sobre o Cerrado: pesquisas, estudos e abordagens", do Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER/UEG), ofertada no semestre 2025/2, organizados em seis eixos temáticos (Figura 1). Obras complementares foram incorporadas por critérios de relevância semântica e densidade teórica. O conjunto resultou em 23 documentos históricos – artigos, livros, teses e documentos estatais – publicados entre 1958 e 2021, perfazendo aproximadamente 2.400 páginas. O estudo se configura como Prova de Conceito (PoC - *Proof of Concept*), validando a metodologia para replicação em corpus mais amplos.

Figura 1. Eixos temáticos para organização do corpus analisado



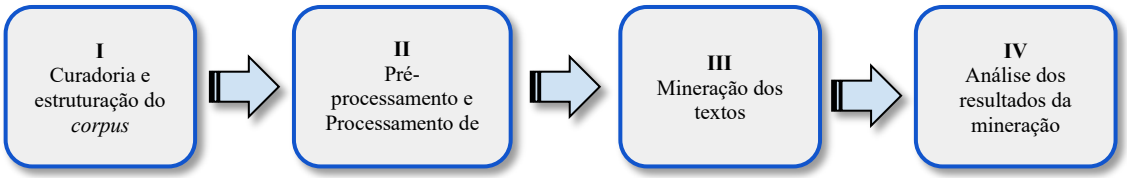
Fonte: Os Autores (2026)

Os procedimentos metodológicos foram organizados em quatro etapas (Figura 2): *(i)* curadoria e estruturação do corpus; *(ii)* pré-processamento e Processamento de

Realização
Parceiros
Apoio

Linguagem Natural (PLN); *(iii)* mineração de textos; e *(iv)* análise e interpretação dos resultados.

Figura 2. Etapas da análise documental



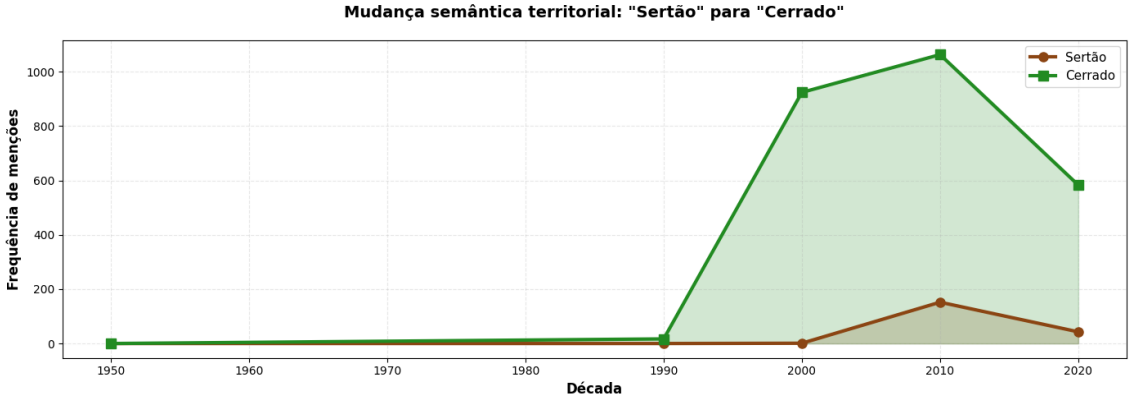
Fonte: Os Autores (2026)

Nas etapas II e III foram empregadas ferramentas computacionais. Na etapa de pré-processamento (Sakthi, 2021), os textos foram submetidos a limpeza de ruído via Expressões Regulares (RegEx), tokenização com remoção de *stopwords* e lematização, utilizando as bibliotecas Python NLTK e spaCy. Documentos digitalizados receberam tratamento via OCRmyPDF com motor Tesseract. Para a mineração (etapa III), foram empregadas três técnicas computacionais: *(i)* análise lexical por TF-IDF (*Term Frequency-Inverse Document Frequency*), com a biblioteca Scikit-learn, para identificar a assinatura discursiva de cada período ou autor; *(ii)* Modelagem de Tópicos por LDA (*Latent Dirichlet Allocation*), via biblioteca Gensim e pyLDAvis, para descoberta de temas latentes e silenciamentos; e *(iii)* Reconhecimento de Entidades Nomeadas (NER) com spaCy, para espacialização das narrativas e identificação de zonas de silêncio geográfico na literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os termos "Sertão", "Cerrado" e "Povos Tradicionais" registraram, respectivamente, 196, 2.636 e 1.560 menções no corpus. A análise temporal confirmou a hipótese de mudança semântica: o termo "Cerrado" passou a predominar nas narrativas simultaneamente ao crescimento do termo "agricultura", evidenciando a correlação moderada de 0,413 (em uma escala que varia entre +1 a -1) entre ambos. Em 1958, no documento relativo ao Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, o termo "Cerrado" não aparece sequer uma vez; em 2010, apenas o livro Cerrados: perspectivas e olhares registra 661 ocorrências. Esse deslocamento semântico valida a tese de Vicentini (2016) e Chaveiro e Barreira (2010): o território deixou de ser o "Sertão" (cultural, simbólico, humano) para ser catalogado cientificamente como "Cerrado" (bioma, recurso, *commodity*), facilitando sua inserção na lógica do mercado global (Figura 1).

Figura 3. Mudança semântica territorial



Fonte: Os Autores (2026)

A presença dos Povos Tradicionais em 87% dos documentos analisados (20 de 23) refutou, nos limites deste estudo, a hipótese de silenciamento absoluto. Contudo, a análise de correlação revelou ausência de relação dialógica entre "visão desenvolvimentista" e "preservação socioambiental": as menções ocorrem em documentos e épocas distintas, configurando dois mundos narrativos paralelos que raramente se encontram. O documento técnico-estatal "O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80" (2000) menciona "Cerrado" 110 vezes, "agricultura" 39 vezes e "povos tradicionais" apenas uma vez. Já o livro Cerrados: perspectivas e olhares (2010) registra 661, 102 e 237 menções, respectivamente, evidenciando a reação acadêmica crítica que trouxe os povos para o centro dos debates.

A modelagem de tópicos permitiu agrupar os dez *clusters* identificados em dois eixos: *(i)* visão desenvolvimentista e *(ii)* visão socioambiental. A análise dos dados por década aponta que os anos 2000 concentraram a invisibilização quase consensual das populações tradicionais nos documentos de planejamento, enquanto a década de 2010 emerge como ponto de virada, momento em que as duas visões começaram a se cristalizar e se opor frontalmente. A visibilidade nas narrativas acadêmicas, contudo, não implica reconhecimento da autonomia dos PCTs: os povos são frequentemente mencionados como objetos passivos ou vítimas das narrativas desenvolvimentistas, raramente como sujeitos portadores de conhecimentos válidos para pensar alternativas de resistência e conservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise computacional confirmou que o Cerrado foi discursivamente reinventado como categoria científica e econômica, suplantando a noção cultural de "Sertão" para viabilizar sua inserção na lógica capitalista global. Essa transição não é apenas semântica: é a materialização de um projeto de poder que reconfigurou o território

Realização
Parceiros
Apoio

em unidade funcional para produção de commodities agrícolas, apagando deliberadamente a dimensão humana e cultural do bioma-território.

A pesquisa evidencia uma forma sofisticada de invisibilização dos Povos Tradicionais: a menção passiva. Mesmo nos documentos críticos predomina uma lógica reativa, focada no diagnóstico dos danos, sem sistematizar os saberes tradicionais como alternativa epistemológica legítima. Os conhecimentos originários são frequentemente folclorizados – tratados como patrimônio cultural a ser "preservado", mas não como racionalidades válidas para orientar políticas públicas de uso e gestão territorial.

Do ponto de vista metodológico, a Prova de Conceito demonstra que as ferramentas das Humanidades Digitais e da mineração de textos oferecem potencial significativo para a análise da historiografia do Cerrado, podendo ser replicadas em corpus mais amplos. A articulação entre Leitura Distante e interpretação crítica configura um paradigma investigativo capaz de revelar estruturas discursivas invisíveis à leitura humana linear (Jockers, 2013), contribuindo para a produção de conhecimento comprometido com a defesa do Cerrado como bioma-território e com o reconhecimento dos sujeitos que nele vivem, resistem e produzem cultura.

REFERÊNCIAS

ARANHA, C.; PASSOS, E. A tecnologia de mineração de textos. RESI - Revista Eletrônica de Sistemas de Informação, n. 2, 2006.

BURDICK, A. et al. Um breve guia para as Humanidades Digitais. TECCOGS - Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, São Paulo, n. 21, p. 69-98, jan./jun. 2020.

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de cerrado. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia: Vieira, 2010. p. 15-34.

JOCKERS, M. L. Macroanalysis: Digital Methods and Literary History. University of Illinois Press, 2013.

MORETTI, F. Conjectures on World Literature. New Left Review, n. 1, p. 54-68, jan./fev. 2000.

MORETTI, F. Distant Reading. London: Verso, 2013.

PEZZINI, A. Mineração de textos: conceito, processo e aplicações. Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí – REAVI, v. 5, n. 8, p. 1-13, dez. 2016.

SAKTHI, U. Text Mining: Concepts, Process and Applications. Journal of Critical Reviews, v. 7, n. 5, p. 875-880, 2021.

SHIKI, S. et al. Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia: UFG/UFU, 1997.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

Realização
Parceiros
Apoio

STEINBERGER, M. Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica. Brasília: IPEA, 1997.

VICENTINI, Y. Tal sertão, qual cerrado? Goiânia: PUC Goiás, 2016.

ENTRE ECOLOGIA E CULTURA: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O MANEJO TRADICIONAL DO FOGO POR POVOS INDÍGENAS

Maria Luisa Dias Batista
marialuisad687@gmail.com, UEG-RENAC
Hélida Ferreira da Cunha
cunhahf@ueg.br, UEG-RENAC

INTRODUÇÃO

O fogo é frequentemente associado à degradação ambiental, à perda da biodiversidade e aos incêndios. No entanto, em diversos ecossistemas, ele constitui um componente natural e recorrente da dinâmica ecológica, exercendo papel fundamental na estruturação da paisagem e na manutenção da biodiversidade (Bowman *et al*., 2009; Archibald *et al*., 2018). Em ambientes savânicos, como o Cerrado, o fogo atua na organização espacial da vegetação, influenciando o equilíbrio entre diferentes fitofisionomias e processos ecológicos, como regeneração de espécies, ciclagem de nutrientes e manutenção da heterogeneidade da paisagem (Coutinho, 2006; Pivello *et al.,* 2021).

Apesar desse reconhecimento, políticas de conservação baseadas na supressão total do fogo foram amplamente consolidadas ao longo do século XX, especialmente em áreas protegidas. Tais estratégias, ao desconsiderarem o papel ecológico e cultural do fogo, contribuíram para o acúmulo de biomassa seca e para a intensificação de incêndios de grande escala e difícil controle (Pivello *et al*., 2021; Pausas; Keeley, 2021). Nesse sentido, torna-se necessário compreender o manejo do fogo a partir de diferentes perspectivas históricas, ecológicas e culturais.

Antes mesmo de esse papel ecológico ser amplamente reconhecido pela ciência, diferentes povos indígenas já utilizavam o fogo como tecnologia de manejo territorial. Esses conhecimentos tradicionais, transmitidos entre gerações, promovem a pirodiversidade e a variação espacial e temporal das queimadas, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e para a distinção da paisagem (Mistry *et al*., 2019). As práticas indígenas de uso do fogo atendem a múltiplos objetivos, como abertura de áreas de cultivo, caça, proteção contra incêndios de maior escala, rituais e comunicação territorial, sendo orientadas por protocolos culturais, regras sociais e observações ambientais refinadas (Mistry; Bilbao; Berardi, 2016; Eloy *et al*., 2019).

Nesse contexto, o manejo indígena do fogo não pode ser compreendido apenas como prática de queima, mas como um sistema socioecológico que articula cultura, território, conservação da biodiversidade e modos próprios de relação com a natureza. Além disso, esse conhecimento pode ser compreendido como patrimônio cultural e ambiental, por estar associado à produção e manutenção de paisagens, modos de vida e valores sociais e simbólicos (Nikolakis; Roberts, 2020; Scifoni, 2020). Diante disso, este estudo teve como objetivo sistematizar a produção científica sobre o manejo tradicional do fogo por povos indígenas em ecossistemas

Realização
Parceiros
Apoio

savânicos da América do Sul, avaliando suas dimensões ecológicas, socioculturais e territoriais, bem como suas implicações para a conservação da biodiversidade.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida como uma revisão sistemática, seguindo as diretrizes do protocolo PRISMA 2020. A pergunta norteadora foi elaborada com base na estratégia PCC (População, Conceito e Contexto), conforme proposta por Peters *et al*. (2020) para revisões de natureza exploratória. Nesse enquadramento, a População correspondeu aos povos indígenas; o Conceito envolveu o manejo tradicional do fogo, as percepções socioculturais e os regimes de queima; e o Contexto abrangeu os ecossistemas de savana da América do Sul.

As buscas foram realizadas nas bases Web of Science, Scopus e SciELO. Foram utilizados termos em inglês combinados por operadores booleanos, aplicados aos campos de título, resumo e palavras-chave. A expressão geral de busca incluiu: “indigenous people” OR “Indigenous fire” OR “Indigenous fire management” AND “traditional fire use” OR “fire management” OR “cultural burning” OR “traditional burning” OR “Indigenous Burning” AND “savanna” OR “Cerrado”. Foram considerados apenas artigos científicos.

Na etapa inicial, foram identificados 84 registros. Após a remoção de duplicatas, restaram 59 estudos únicos. Em seguida, os títulos e resumos foram avaliados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Foram excluídos estudos sem relação direta com povos indígenas, com foco exclusivamente em modelagem ambiental ou climatológica, sem relação direta com as dimensões socioculturais do uso do fogo ou conduzidos fora da América do Sul. Após a leitura completa dos textos, 18 estudos atenderam aos critérios estabelecidos e foram incluídos na síntese final.

Para cada artigo selecionado, foram extraídas informações sobre autores, ano de publicação, país, povo indígena analisado, objetivos, métodos empregados, descrição das práticas de uso do fogo e principais implicações ecológicas e socioculturais. Os diferentes termos utilizados nos estudos foram agrupados em cinco categorias analíticas: fogo indígena tradicional, fogo indígena em mosaico, queima prescrita associada ao Manejo Integrado do Fogo (MIF), fogo de baixa severidade e incêndios antrópicos não tradicionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 18 estudos incluídos abrangeram publicações entre 2005 e 2025, sem aplicação de filtro temporal. As pesquisas ocorreram principalmente no Brasil e na Venezuela, além de estudos desenvolvidos na Bolívia, na Guiana e de uma síntese de escopo global. Os trabalhos analisaram povos indígenas como Pemón, Xavante, Krahô, Chiquitano, Kadiwéu, Makushi e Wapichan, além de estudos que abordaram múltiplas etnias ou povos indígenas de forma agregada.

Os resultados indicaram que o fogo indígena tradicional foi a categoria mais recorrente, presente em 11 dos 18 estudos analisados (tabela 1). Os autores identificaram o fogo indígena em mosaico em 3 estudos, enquanto a queima prescrita associada ao Manejo Integrado do Fogo apareceu em 2 estudos, principalmente em contextos institucionais e de políticas públicas. Além disso, 2 estudos destacaram

Realização
Parceiros
Apoio

explicitamente o fogo de baixa severidade como uma característica importante dos regimes analisados.

Categoria principal de fogo	Nº de estudos	Interpretação principal
Fogo indígena tradicional	11	Práticas culturais de manejo territorial, caça, cultivo, proteção e uso ritual.
Fogo indígena em mosaico	3	Queimas descontínuas que favorecem a heterogeneidade da paisagem e reduzem incêndios extensos.
Queima prescrita associada ao MIF	2	Integração entre saberes tradicionais e políticas institucionais de manejo do fogo.
Fogo de baixa severidade	2	Regimes de queima menos intensos, associados à conservação e à redução de incêndios severos.

Fonte**:** Elaborado pela autora, com base nos estudos incluídos na revisão sistemática.

Os estudos evidenciaram que o manejo indígena do fogo constitui uma tecnologia socioecológica, integrada aos sistemas de conhecimento, à organização social e às práticas culturais dos povos indígenas em ecossistemas savânicos da América do Sul (Mistry; Bilbao; Berardi, 2016; Eloy et al., 2019). Diferentemente das concepções que associam o fogo exclusivamente à degradação ambiental, os trabalhos revisados demonstraram que as queimas indígenas seguem normas culturais, planejamento territorial e ciclos ecológicos locais, configurando regimes de fogo distintos daqueles associados à agropecuária intensiva e ao desmatamento (Pivello, 2011; Durigan; Ratter, 2016).

A literatura analisada também destacou a importância do fogo indígena em mosaico. A distribuição espacial descontínua das queimas, especialmente em territórios indígenas com controle territorial efetivo, favorece a coexistência de diferentes estágios sucessionais da vegetação, amplia a diversidade de habitats e contribui para a resiliência dos ecossistemas (Welch et al., 2013; Welch; Coimbra Jr., 2021). Evidências globais indicam que regimes de fogo associados ao manejo indígena se relacionam frequentemente a maiores níveis de biodiversidade e à menor intensidade dos incêndios (Hoffman et al., 2021).

Outro aspecto relevante envolveu a relação entre manejo do fogo e soberania territorial. Os estudos mostraram que, em territórios onde os povos indígenas mantêm controle efetivo sobre a terra, os regimes de queima tendem a apresentar menor severidade, maior heterogeneidade espacial e menor ocorrência de incêndios de grande escala (Welch et al., 2013; Welch; Coimbra Jr., 2021). Essa relação dialoga com a perspectiva do socioambientalismo, que reconhece a indissociabilidade entre diversidade biológica e diversidade cultural, bem como o papel dos povos indígenas na proteção e gestão dos bens socioambientais (Santilli, 2005).

A revisão também demonstrou que experiências de integração entre conhecimento indígena e políticas institucionais, como o Manejo Integrado do Fogo, contribuíram para a redução de incêndios severos e para o fortalecimento da governança territorial em diferentes contextos. Essas experiências indicam que

Realização
Parceiros
Apoio

políticas públicas de manejo do fogo precisam respeitar os contextos socioculturais locais e reconhecer o protagonismo indígena (Durigan; Ratter, 2016; Oliveira et al., 2022). Assim, o manejo indígena do fogo deve ser compreendido como prática ambiental, social, política e cultural.

Do ponto de vista metodológico, os estudos analisados também apontaram limites em abordagens baseadas exclusivamente em sensoriamento remoto ou em métricas espaciais de área queimada. Trabalhos que integraram etnografia, dados históricos e análises ecológicas demonstraram que avaliações descontextualizadas podem interpretar erroneamente os regimes indígenas de queima e reforçar narrativas de degradação ambiental (Welch; Brondizio; Coimbra Jr., 2022). Portanto, compreender o manejo tradicional do fogo exige abordagens integrativas, capazes de articular dados ecológicos, territoriais, históricos e socioculturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática evidencia que povos indígenas da América do Sul manejam o fogo em ecossistemas savânicos por meio de práticas culturalmente reguladas, associadas à manutenção da heterogeneidade da paisagem, à redução da severidade dos incêndios e à conservação da biodiversidade. Os estudos analisados mostram que esses regimes de fogo diferem dos incêndios vinculados à agropecuária intensiva, ao desmatamento e à supressão prolongada do fogo.

Os resultados reforçam que devemos compreender o fogo não apenas como agente de degradação, mas também como elemento ecológico e cultural, historicamente associado à dinâmica do Cerrado e de outros ambientes savânicos. Nesse sentido, o manejo indígena do fogo constitui um patrimônio cultural e ambiental, fundamental para estratégias contemporâneas de conservação, adaptação às mudanças climáticas e governança territorial.

Concluímos que as políticas públicas de manejo do fogo precisam reconhecer o protagonismo dos povos indígenas, respeitar seus conhecimentos, territórios e práticas tradicionais. A integração entre ciência, políticas institucionais e saberes indígenas contribui para construir formas mais justas, eficazes e sustentáveis de convivência com o fogo.

AGRADECIMENTOS: À Universidade Estadual de Goiás (UEG), ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), pelo apoio institucional e pelo incentivo à participação neste evento.

REFERÊNCIAS

ARCHIBALD, S. et al. Biological and geophysical feedbacks with fire in the Earth system. *Environmental Research Letters*, v. 13, n. 3, p. 033003, 2018. DOI: https://doi.org/10.1088/1748-9326/aa9ead.

BOWMAN, D. M. J. S. et al. Fire in the Earth system. *Science*, v. 324, n. 5926, p. 481-484, 2009. DOI: https://doi.org/10.1126/science.1163886.

COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. *Acta Botanica Brasilica*, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006.

DE MORAES FALLEIRO, R.; TRINDADE SANTANA, M.; RIBAS BERNI, C. Regimes de fogo e conservação no Cerrado. In: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Manejo integrado do fogo: experiências e desafios*. Brasília: ICMBio, 2016. p. 88-101.

DURIGAN, G.; RATTER, J. A. The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation. *Journal of Applied Ecology*, v. 53, n. 1, p. 11-15, 2016. DOI: https://doi.org/10.1111/1365-2664.12559.

ELOY, L. et al. Manejo do fogo por povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 49, p. 1-22, 2019.

HOFFMAN, K. M. et al. Conservation of Earth's biodiversity is embedded in Indigenous fire stewardship. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 118, n. 32, e2105073118, 2021. DOI: https://doi.org/10.1073/pnas.2105073118.

MISTRY, J. et al. New perspectives in fire management in South American savannas: the importance of intercultural governance. *Ambio*, v. 48, n. 2, p. 172-179, 2019.

MISTRY, J.; BILBAO, B. A.; BERARDI, A. Community owned solutions for fire management in tropical ecosystems: case studies from Indigenous communities of South America. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 371, n. 1696, 2016. DOI: https://doi.org/10.1098/rstb.2015.0174.

NIKOLAKIS, W. D.; ROBERTS, E. Indigenous fire management: a conceptual model from the literature. *Ecology and Society*, v. 25, n. 4, p. 1-20, 2020.
OLIVEIRA, M. R. et al. Indigenous brigades change the spatial patterns of wildfires, and the influence of climate on fire regimes. *Journal of Applied Ecology*, v. 59, n. 5, p. 1279-1290, 2022.

PAUSAS, J. G.; KEELEY, J. E. Wildfires and global change. *Frontiers in Ecology and the Environment*, v. 19, n. 7, p. 387-395, 2021. DOI: https://doi.org/10.1002/fee.2359.

PIVELLO, V. R. The use of fire in the Cerrado and Amazonian rainforests of Brazil: past and present. *Fire Ecology*, v. 7, n. 1, p. 24-39, 2011. DOI: https://doi.org/10.4996/fireecology.0701024.

PIVELLO, V. R. et al. Understanding Brazil's catastrophic fires: causes, consequences and policy needed to prevent future tragedies. *Perspectives in Ecology and Conservation*, v. 19, n. 3, p. 233-255, 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.pecon.2021.06.002.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SCIFONI, S. A natureza na preservação do patrimônio cultural paulista: a contribuição de Aziz Nacib Ab'Saber. *Anais do Museu Paulista*, v. 28, e26, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e26.
WELCH, J. R. et al. Indigenous burning as conservation practice: neotropical savanna recovery amid agribusiness deforestation in Central Brazil. *PLoS ONE*, v. 8, n. 12, e81226, 2013. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0081226.

WELCH, J. R.; BRONDIZIO, E. S.; COIMBRA JR., C. E. A. Remote spatial analysis lacking ethnographic grounding mischaracterizes sustainability of Indigenous burning regime. *Biota Neotropica*, v. 22, n. 1, e20211335, 2022.

WELCH, J. R.; COIMBRA JR., C. E. A. Indigenous fire ecologies, restoration, and territorial sovereignty in the Brazilian Cerrado: the case of two Xavante reserves. *Land Use Policy*, v. 104, 105394, 2021.

DORMIR E SONHAR: NARRATIVAS EM CONSTRUÇÃO

Danyella Cristina Machado Teixeira
danyella@aluno.ueg.br, UEG - Universidade Estadual de Goiás
Plauto Simão de Carvalho
plauto.carvalho@ueg, UEG - Universidade Estadual de Goiás
Sabrina do Couto de Miranda
sabrina.couto@ueg, UEG - Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o sono foi compreendido predominantemente sob uma perspectiva biomédica, associado ao descanso fisiológico e à recuperação do organismo. Entretanto, diferentes estudos têm demonstrado que dormir e sonhar constituem experiências atravessadas por dimensões emocionais, culturais, simbólicas e históricas. Em "O Oráculo da Noite" Sidarta Ribeiro (2019) argumenta que os sonhos acompanham a humanidade desde tempos ancestrais, participando da elaboração da memória, da imaginação e da produção de sentidos sobre a vida cotidiana. Para o autor, os sonhos não podem ser reduzidos a eventos aleatórios do cérebro, pois operam também como espaços simbólicos de reorganização emocional e interpretação da experiência humana (Ribeiro, 2019).

Essa perspectiva torna-se especialmente relevante quando observada em contextos comunitários no Cerrado. Trata-se de um território que tem passado por intensas transformações ambientais e sociais nos últimos 50 anos. Daí a relevância desse tipo de investigação.

A presente pesquisa integra a dissertação intitulada "Sono e sonhos no Cerrado: uma perspectiva socioambiental" e busca compreender de que forma os relatos sobre sono e sonhos de mulheres de uma comunidade do Cerrado expressam mudanças sociais e ambientais ao longo do tempo. A investigação parte da compreensão de que o sonhar constitui uma prática social e simbólica, atravessada por afetos, crenças, memórias e experiências territoriais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa com foco compreensivo. Para tanto, trabalhou-se com mulheres acima de 60 anos da Comunidade do Cachimbo, localizada em Posse, Goiás. A escolha da comunidade parte da vivência pessoal da primeira autora marcada pela proximidade familiar e afetiva com os moradores da região.

Para a construção dos dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas com base em um questionário composto por questões que abordam o contexto pessoal, social, econômico, sono

Realização
Parceiros
Apoio

e sonhos das participantes. As questões éticas foram priorizadas e todos as participantes assentiram para participar da pesquisa, para tanto houve esclarecimentos e coleta de assinaturas. Além disso, as entrevistas foram acompanhadas por uma representante da comunidade garantindo a lisura de todo o processo.

Neste resumo expandido apresenta-se a análise parcial da primeira entrevista realizada com a participante identificada como AA01. A análise dos dados foi realizada por meio da Teoria Fundamentada nos Dados (*Grounded Theory*), metodologia desenvolvida inicialmente pelos sociólogos Anselm Strauss e Juliet Corbin, voltada à construção analítica de interpretações a partir dos dados empíricos (Strauss; Corbin, 2008).

O processo analítico iniciou-se pela codificação aberta, etapa em que fragmentos da narrativa foram examinados minuciosamente para identificação de sentidos recorrentes presentes nas falas da entrevistada. Posteriormente, os códigos foram agrupados em subcategorias e categorias analíticas mais amplas, permitindo compreender relações.

Por fim, destaca-se que ferramentas de inteligência artificial generativa foram utilizadas exclusivamente para auxiliar na revisão linguística deste resumo expandido, sem substituição da análise interpretativa, da construção teórica e das reflexões desenvolvidas pela autora da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme propõe Ribeiro (2019), os sonhos e os estados do sono não podem ser compreendidos apenas como processos fisiológicos, pois carregam elementos da memória, da imaginação e da elaboração emocional da experiência humana. Na entrevista analisada, essa dimensão torna-se evidente na forma como a participante atribui sentidos aos sonhos, mobiliza práticas religiosas diante do medo e relaciona o sofrimento emocional às dificuldades de dormir.

A organização analítica dos dados foi estruturada em três eixos temáticos: sono, ambiente e sonhos, estes não representam categorias isoladas, mas dimensões que se atravessam continuamente na narrativa da participante, revelando a complexidade das relações entre subjetividade, espiritualidade, memória ambiental e experiência cotidiana no contexto do Cerrado.

As análises se basearam em trechos da fala da Participante AA01: "*Eu não tô muito boa no sono; Quando eu sento aqui aí eu cochilo até. Aí quando deito no quarto não tenho sono; Eu só deito mais de 22h horas; Acordo 5h e pouco. Tem hora que eu queria arranjar*

Realização
Parceiros
Apoio

um remédinho para ver se eu durmo melhor; Às vezes se a gente tiver preocupar com alguma coisa, aí acaba o sono; O médico me falou que eu tô com ansiedade e nervoso; Em vez de você dormir, você vai sentar e rezar".

A partir dos trechos apresentados acima, tem-se percepção de sono ruim; dormir tarde; desejo de medicação para dormir; preocupação tira o sono; diagnóstico de ansiedade; oração diante da preocupação. A dificuldade para dormir não aparece dissociada das preocupações cotidianas, mas profundamente vinculada aos estados de ansiedade e "nervoso" mencionados durante a entrevista. Nesse sentido, o sono deixa de ocupar apenas uma função fisiológica e passa a expressar tensões emocionais e formas de sofrimento vividas pela participante.

A presença simultânea do discurso médico, ao mencionar o diagnóstico de ansiedade, e das práticas religiosas demonstra que diferentes racionalidades coexistem na interpretação do sofrimento. A oração surge como prática de reorganização subjetiva diante da impossibilidade do descanso, revelando que o cuidado emocional também é produzido por meio de experiências simbólicas e espirituais. Essa dimensão dialoga diretamente com as reflexões de Ribeiro (2019) ao compreender o sono e os sonhos como experiências atravessadas por memória, emoção e elaboração subjetiva.

Os aspectos ambientais foram analisados conforme trechos da fala da Participante AA01: "*Hoje tem árvore de todo canto.; De primeira tinha fruta do mato. Hoje você não vê mais nada disso; IBAMA deu fé, parece que tá botando pra plantar de novo; Tinha muito pé de pequi só que derrubaram; As brigas acabaram. Tem mais paz".* A partir das respostas tem-se aumento da arborização; desaparecimento de espécies; transformação social da comunidade. O desaparecimento das "frutas do mato" e dos pés de pequi evidencia transformações ambientais percebidas subjetivamente como perdas. A fala "*hoje você não vê mais nada disso*" expressa mais do que uma alteração ecológica; ela carrega uma sensação de ruptura entre passado e presente.

Ao mesmo tempo, a participante reconhece movimentos de reflorestamento e mudanças nas relações sociais da comunidade, indicando que a memória ambiental não é construída apenas pela nostalgia, mas também pela percepção de transformação contínua do território. Nesse aspecto, o Cerrado aparece como espaço vivo de produção de sentidos, atravessando lembranças, afetos e experiências coletivas.

A relação entre ambiente, memória e subjetividade aproxima-se das discussões propostas por Ribeiro (2019), especialmente ao compreender que experiências humanas

Realização
Parceiros
Apoio

relacionadas ao sonho e à memória não se dissociam dos contextos culturais e territoriais nos quais os sujeitos estão inseridos.

Os relatos sobre sonhos demonstram que a experiência onírica ocupa lugar significativo na produção de sentidos da participante. Segue trechos da fala da Participante AA01 "*Quando eu sonho um sonho que não é bom mesmo, eu levanto [...] e vou rezar; Sonhar com cobra; Tem de rezar*". Assim tem-se oração após sonho; animal associado ao medo; ritual religioso. O sonho aparece como experiência simbólica dotada de efeitos emocionais concretos, especialmente quando associado à figura da cobra, elemento culturalmente relacionado ao medo e à ameaça.

A necessidade imediata de rezar após o sonho revela que a experiência onírica ultrapassa os limites do sono e produz repercussões na vigília. O sonho não é interpretado como evento aleatório ou biologicamente irrelevante, mas como manifestação que exige interpretação e resposta ritual. Nesse sentido, rezar funciona como prática de proteção e reorganização emocional diante do medo provocado pela experiência onírica.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões desenvolvidas por Ribeiro (2019), nas quais os sonhos são discutidos como experiências ancestrais de elaboração simbólica da realidade. A narrativa da participante evidencia que o imaginário dos sonhos permanece articulado às crenças, aos afetos e às formas culturalmente compartilhadas de interpretar o sofrimento e a proteção espiritual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste resumo reiteram que o sono e o sonho atuam como sismógrafos altamente sensíveis das transformações ambientais e sociais, demonstrando que o sofrimento psíquico decorrente das mudanças no Cerrado invade diretamente o espaço do descanso noturno. A subjetividade da participante evidencia uma vulnerabilidade ao adoecimento (ansiedade), mas também revela a potência das táticas tradicionais de cura e manejo comunitário mediadas pela oração.

Como encaminhamentos futuros e desdobramentos da pesquisa, aponta-se para a necessidade de expandir a amostragem teórica e realizar a codificação seletiva com novos atores da comunidade, visando consolidar uma categoria central que explique como o repertório místico-religioso e a memória ambiental dessas mulheres operam como instrumentos de resiliência psicológica frente à devastação do bioma.

Realização
Parceiros
Apoio

A análise da primeira entrevista permitiu compreender que o sono e os sonhos, para além de fenômenos fisiológicos, constituem experiências atravessadas por memória, espiritualidade, sofrimento emocional e relações com o território. A narrativa da participante evidencia que as dificuldades relacionadas ao dormir não podem ser dissociadas das preocupações cotidianas, das transformações sociais vividas pela comunidade e das formas culturalmente construídas de interpretar o sofrimento.

Os sonhos emergem como experiências simbólicas carregadas de afetos e significados, produzindo práticas de proteção espiritual e reorganização emocional. Ao mesmo tempo, as memórias sobre o Cerrado revelam vínculos afetivos profundos com a paisagem e demonstram que as mudanças ambientais também repercutem subjetivamente nos modos de lembrar, sentir e narrar a vida comunitária.

AGRADECIMENTOS

À participante da pesquisa pela generosidade em compartilhar suas experiências, memórias e percepções sobre o sono, os sonhos e o território.

À CAPES pela concessão de bolsa de estudos para a primeira autora.

Referências

RIBEIRO, Sidarta. **O Oráculo da Noite: a história e a ciência do sono.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: PDF Grounded Theory Strauss e Corbin. Acesso em: 24 maio 2026.

A TRILHA DE CORA CORALINA COMO UM ESPAÇO DE MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DOS SABERES CULTURAIS NO CONTEXTO DO CERRADO GOIANO

Jeferson Carvalho Mateus
Jefersoncarvalhomateus@gmail.com, UniEvangélica

INTRODUÇÃO

A preservação da memória e dos saberes culturais constitui um importante mecanismo de valorização das identidades regionais e das experiências históricas construídas nos territórios do Cerrado brasileiro. Nesse sentido, o presente trabalho propõe discutir "A Trilha de Cora Coralina como um espaço de memória e valorização dos saberes culturais no contexto do Cerrado Goiano", estabelecendo como recorte analítico os conceitos de memória social, patrimônio cultural, identidade cultural e saberes populares. Em meio às transformações sociais, econômicas e culturais que impactam os modos de vida tradicionais, torna-se necessário reconhecer espaços e práticas capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento e preservar as narrativas associadas à história local. Assim, os espaços de memória e as manifestações culturais assumem relevante papel na conservação das experiências coletivas, especialmente quando articulados à valorização do patrimônio cultural e das identidades regionais vinculadas ao território goiano

Associada a esse legado cultural, a Trilha de Cora Coralina, localizada na Cidade de Goiás, constitui-se como um espaço de memória e valorização cultural, reunindo elementos históricos, simbólicos e patrimoniais relacionados à vida e à obra da escritora. Mais do que um percurso turístico, a trilha representa um espaço de experiências culturais que possibilita o contato com paisagens, construções históricas, ruas, becos e referências presentes nas narrativas da autora. Esses espaços contribuem para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento das identidades culturais associadas ao Cerrado goiano.

A discussão proposta neste estudo compreende o Cerrado não apenas como um bioma, mas também como um território cultural marcado por saberes, práticas sociais, memórias e formas de resistência historicamente construídas pelas populações locais. Nessa perspectiva, a valorização dos patrimônios culturais materiais e imateriais torna-se fundamental para a preservação das experiências culturais e dos modos de vida associados ao território goiano. A memória social, o patrimônio cultural e a identidade cultural são entendidos como elementos interligados, responsáveis pela construção do sentimento de pertencimento e pela continuidade das tradições culturais transmitidas entre gerações.

Diante disso, o presente trabalho parte da seguinte problemática: de que maneira a Trilha de Cora Coralina contribui para a preservação da memória e para a valorização dos saberes culturais no contexto do Cerrado goiano? A pesquisa tem como objetivo analisar a trilha como um espaço de memória e valorização cultural, destacando suas contribuições para a preservação dos saberes e das identidades culturais do Cerrado. Especificamente, busca-se compreender a relação da Trilha de Cora Coralina e os saberes culturais goianos, discutir a importância da trilha na preservação da memória

Realização
Parceiros
Apoio

coletiva e refletir sobre sua contribuição para a valorização do patrimônio cultural regional.

O trabalho encontra-se organizado em três momentos principais. Inicialmente, são discutidos os conceitos de memória, patrimônio cultural e identidade cultural, estabelecendo os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa. Em seguida, analisa-se a Trilha de Cora Coralina como espaço de memória e valorização cultural, evidenciando sua contribuição para a preservação cultural e para o fortalecimento das identidades associadas ao Cerrado goiano.

1. MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL

A memória constitui um importante elemento de construção das identidades coletivas e da preservação das experiências históricas compartilhadas pelos grupos sociais. Para Pierre Nora (1993), os lugares de memória surgem como mecanismos de preservação simbólica das experiências sociais, especialmente em contextos marcados pelas transformações da modernidade e pelo risco de apagamento cultural. Nesse sentido, a memória ultrapassa a dimensão individual, assumindo caráter coletivo e socialmente construído.

O patrimônio cultural relaciona-se diretamente à preservação dessas experiências e identidades coletivas. Conforme discutido por Néstor García Canclini (1994), o patrimônio cultural não se restringe aos monumentos e edificações históricas, abrangendo também práticas culturais, saberes populares, oralidades, tradições e manifestações culturais construídas historicamente pelas comunidades. Dessa forma, a preservação patrimonial envolve tanto os bens materiais quanto os patrimônios imateriais associados aos modos de vida e às experiências culturais dos sujeitos.

No contexto do Cerrado goiano, a identidade cultural está relacionada às vivências do interior, às relações comunitárias, às tradições populares e às formas de interação com o território. Segundo Stuart Hall (2006), as identidades culturais são produzidas historicamente e transformam-se continuamente a partir das experiências sociais e das representações culturais compartilhadas pelos sujeitos. Assim, a cultura do Cerrado expressa-se nas práticas cotidianas, na culinária, na oralidade, nas festas populares e nos saberes transmitidos entre gerações.

Além disso, o território deve ser compreendido como espaço de construção cultural e social. Para Milton Santos (2006), o território é resultado das relações sociais produzidas historicamente pelos sujeitos, envolvendo dimensões materiais e simbólicas. Dessa maneira, compreender o Cerrado como território cultural implica reconhecer as experiências, memórias e formas de pertencimento associadas aos modos de vida das populações locais.

2. CORA CORALINA E OS SABERES CULTURAIS DO CERRADO

A obra de Cora Coralina representa uma importante expressão da cultura popular goiana e dos saberes associados ao Cerrado. Seus escritos valorizam o cotidiano, os modos de vida do interior e as experiências das populações simples, transformando memórias individuais e coletivas em importantes registros culturais. Conforme observa Walter Benjamin (1987), a narrativa possui importante papel na transmissão das experiências humanas, permitindo a preservação das vivências e saberes compartilhados entre gerações.

As histórias, receitas, lembranças e relatos presentes em seus textos revelam práticas culturais vinculadas ao interior goiano e aos modos de vida do Cerrado. Segundo Paulo Freire (1996), os saberes populares constituem formas legítimas de conhecimento produzidas a partir das experiências sociais e culturais vividas pelos

Realização
Parceiros
Apoio

sujeitos em seus territórios. Nesse sentido, a literatura de Cora Coralina valoriza conhecimentos historicamente invisibilizados pelas narrativas dominantes.

Cora Coralina em suas discussões estabelece profunda relação com as paisagens e territorialidades do Cerrado. As ruas, os becos, os rios e os espaços urbanos da Cidade de Goiás aparecem em suas narrativas como elementos vivos da memória cultural regional. De acordo com Milton Santos (2006), o território carrega marcas das experiências históricas e das relações culturais desenvolvidas pelos sujeitos ao longo do tempo. Dessa forma, a escrita da autora transforma o cotidiano em patrimônio cultural, preservando simbolicamente experiências e identidades associadas ao Cerrado goiano.

A obra de Cora Coralina contribui, portanto, para a valorização dos saberes culturais do Cerrado ao registrar práticas, experiências e narrativas que compõem a identidade regional. Sua literatura constitui uma forma de resistência cultural frente aos processos de apagamento das tradições locais, reafirmando a importância da memória e da cultura popular na preservação das identidades culturais goianas.

3. A TRILHA COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO CULTURAL

A Trilha de Cora Coralina constitui-se como um importante espaço de memória e valorização cultural no contexto do Cerrado goiano. Ao percorrer os espaços relacionados à trajetória da autora, a trilha promove experiências de aproximação com a história, a literatura e as manifestações culturais. Conforme argumenta Pierre Nora (1993), os lugares de memória funcionam como referências simbólicas capazes de preservar experiências históricas e fortalecer o sentimento de pertencimento coletivo.

A trilha também favorece a valorização dos saberes populares retratados na obra de Cora Coralina. As narrativas relacionadas à culinária, à oralidade, às tradições comunitárias e às experiências cotidianas do interior goiano permanecem vivas por meio das práticas culturais associadas ao percurso. Conforme discutido por Paulo Freire (1996), os saberes populares constituem formas legítimas de conhecimento e devem ser reconhecidos como elementos fundamentais da cultura e da identidade dos povos.

Segundo Paulo Freire (1996), os processos educativos devem partir das experiências culturais e sociais dos sujeitos, valorizando os conhecimentos produzidos nos territórios e nas vivências coletivas. Nesse sentido, a trilha contribui para aproximar visitantes e moradores da história local e da cultura regional.

Além disso, a trilha fortalece processos de preservação cultural ao articular patrimônio, literatura, memória e território. Conforme aponta Stuart Hall (2006), as identidades culturais são continuamente reconstruídas a partir das representações, das memórias e das experiências compartilhadas socialmente. Assim, a Trilha de Cora Coralina atua como espaço de resistência cultural frente aos processos de descaracterização das identidades regionais e de apagamento das tradições locais.

Portanto, a trilha ultrapassa a dimensão turística, constituindo-se como um espaço de preservação da memória coletiva e de valorização dos saberes culturais associados ao Cerrado goiano. Ao promover o contato com as experiências, narrativas e patrimônios relacionados à trajetória de Cora Coralina, a trilha reafirma a importância da memória cultural na construção das identidades sociais e territoriais do povo goiano.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico e análise documental acerca da relação entre memória, patrimônio cultural, identidade cultural e valorização dos saberes populares no contexto do Cerrado goiano. Conforme

Realização
Parceiros
Apoio

destaca Antônio Carlos Gil (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador compreender e analisar diferentes contribuições teóricas já produzidas sobre determinado tema, permitindo aprofundamento conceitual e construção do referencial analítico da investigação.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a interpretação dos significados, das experiências culturais e das representações simbólicas presentes nos espaços de memória relacionados à trajetória de Cora Coralina. Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, crenças e relações sociais, permitindo compreender fenômenos culturais e sociais em sua complexidade.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações e produções acadêmicas que discutem memória, patrimônio cultural, identidade cultural, território e saberes populares.

Além da pesquisa bibliográfica, o estudo utiliza análise documental de materiais relacionados à trajetória da Trilha de Cora Coralina, considerando registros históricos, documentos institucionais, produções culturais e informações vinculadas à preservação patrimonial da região. Conforme argumenta Marli André (1984), a análise documental permite compreender aspectos históricos, culturais e sociais presentes nos registros produzidos pelas instituições e pelos grupos sociais.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando compreender os sentidos culturais e simbólicos atribuídos à trilha enquanto espaço de memória e valorização cultural. Nesse processo, observou-se as relações entre patrimônio, memória, identidade e território presentes nos espaços associados à trajetória de Cora Coralina, considerando a contribuição desses elementos para a preservação cultural do Cerrado goiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a Trilha de Cora Coralina se constitui como um importante espaço de preservação da memória e valorização dos saberes culturais no contexto do Cerrado goiano. A análise realizada demonstra que os espaços vinculados a Trilha de Cora Coralina, ultrapassam a dimensão turística e assumem significativa função cultural, simbólica e patrimonial, contribuindo para a conservação das experiências históricas e das identidades regionais.

Observou-se que a trilha promove a valorização da memória coletiva ao possibilitar o contato com elementos históricos, culturais e afetivos relacionados à vida e à obra de Cora Coralina. Os becos, ruas, construções históricas, paisagens e referências culturais presentes no percurso atuam como marcas materiais e simbólicas da memória social goiana. Conforme discutido por Pierre Nora (1993), os lugares de memória desempenham importante papel na preservação das experiências coletivas e na manutenção das identidades culturais, especialmente em contextos marcados pelas transformações sociais e pelo risco de apagamento cultural. Conforme argumenta Paulo Freire (1996), os saberes populares representam formas legítimas de conhecimento produzidas nas experiências sociais e culturais dos sujeitos.

A pesquisa também permitiu compreender a trilha fortalece processos de valorização das identidades regionais ao preservar narrativas e experiências relacionadas aos modos de vida do interior goiano. Conforme discutido por Milton Santos (2006), o território é resultado das relações sociais e culturais construídas historicamente pelos sujeitos, carregando marcas simbólicas das experiências vividas pelas comunidades.

Dessa forma, os resultados obtidos evidenciam que a Trilha de Cora Coralina desempenha importante papel na preservação da memória coletiva e na valorização dos saberes culturais associados ao Cerrado goiano. Ao articular patrimônio, território, identidade cultural e experiências sociais, a trilha reafirma a relevância dos espaços de memória como instrumentos de preservação cultural e fortalecimento das identidades regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender a Trilha de Cora Coralina como um importante espaço de memória e valorização dos saberes culturais no contexto do Cerrado goiano. Os resultados evidenciaram que os espaços vinculados a Trilha, ultrapassam a dimensão turística e assumem significativa função cultural e patrimonial, contribuindo para a preservação das experiências históricas, das narrativas coletivas e das identidades regionais. A Trilha de Cora Coralina também se destaca por valorizar os saberes populares, as tradições, a oralidade e os modos de vida do interior goiano, fortalecendo a memória cultural associada ao Cerrado.

Além disso, o estudo demonstrou que a trilha contribui para processos de educação patrimonial e fortalecimento do sentimento de pertencimento cultural, ao aproximar visitantes e moradores da história e das referências culturais da região. Dessa forma, a Trilha de Cora Coralina reafirma a importância dos espaços de memória na preservação do patrimônio cultural e das identidades culturais do Cerrado goiano, contribuindo para a valorização das manifestações culturais regionais e para a continuidade simbólica dos saberes transmitidos entre gerações.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

Realização
Parceiros
Apoio

MÃOS QUE MOLDAM: Patrimônio Cultural e as Artes Plásticas na Cidade de Goiás

Mestranda Maria Carolina Costa Ferreira
E-mail marycarol2401@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro
E-mail keley.carneiro@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

Muito já se conhece dos grandes nomes das artes vilaboenses que fizeram e fazem sua história na arte, e suma relevância para contexto cultural da Cidade de Goiás, tais como Goiandira do Couto, Veiga Valle, Amaury Meneses, Octo Marques, Di Magalhães, Auriovane D'vila, Guará e outros que merecem sim o reconhecimento que possuem, mas aqui se pretende dar ênfase a arte vilaboense e ao artista silenciado que muitas das vezes não vive de sua arte e sim faz dela um complemento por falta de valorização daqueles que estão no poder público.

A arte na Cidade de Goiás-GO possui um vasto campo a ser considerado, tais como: cerâmica, escultura, música, teatro, literatura, bordado, pintura e tantas outras formas de expressar a arte que compõem o Patrimônio Cultural Vilaboense. O artista vilaboense é influenciado pelo meio em que vive, suas obras destacam desde os aspectos físicos da cidade quanto os culturais. Essa influência se dá ao fato de adaptação ao que o comercio exige no momento, os artistas não mantêm em um estilo único, são multifacetados para sobreviver da arte.

Tem-se como base fundamental o referente artigo da Constituição Federal Brasileira: "Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". A partir desse trecho nota-se que segundo a Constituição os Artistas aqui trabalhados, segundo a lei, têm como seu direito o "Reconhecimento e Registro na Legislação" que muitas vezes poucos conseguem o registro, o que se é necessário para o registro? O porquê do não reconhecimento dos artistas plásticos vilaboenses como pertencentes ao Patrimônio Imaterial?

Conforme a Constituição Federal de 1988 é notável a existência de meios que deveriam Conhecer, Identificar e Registrar todo o tipo de manifestação cultural artística que faça parte da história e do cotidiano de um povo para que estas manifestações artísticas não fiquem apenas na memória de uma pequena parte da população e sim que estas mostras possam ser passadas para a geração futura permitindo assim que a cultura popular não caia no esquecimento, e para que este fato não ocorra existe o Registro de Bens de Natura Imaterial que executa o papel de registrar os bens imateriais como uma forma de proteger os mesmos, e é nesse momento que adentra os artistas plásticos que fazem parte do Patrimônio Imaterial e é de seu direito o registro, mas não ocorre dessa maneira.

O registro dos artistas aqui referidos, não iria apenas beneficiá-los pessoalmente e sim a Cidade de Goiás em um geral sendo que passará a ser conhecida por completa e não apenas uma pequena parte, contudo gerará o aumento do fluxo comercial em maior expansão. Para tanto o quesito principal desta pesquisa é a valorização dos artistas plásticos que vivem na cidade de Goiás e que fazem parte da cultura popular, e das formas de expressões influenciadas pelo meio em que vive.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, revisão bibliográfica e documental, fundamentada em revisão acerca do Patrimônio Cultural em suas três vertentes: Material, Imaterial e Natural, se utiliza de autores consolidados no campo do Patrimônio Cultural.

Se observa a construção de novas perspectivas sobre o tema que articula artistas plásticos anônimos e o silenciamento do Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade de Goiás-GO. Considerando a escassez de estudos que abordem essa inter-relação, empregou-se duas fontes metodológicas como principais: a oralidade e a pesquisa bibliográfica.

A utilização da oralidade ocorreu de modo que enriqueceu a investigação a partir do discurso dos próprios artistas. Essa etapa permitiu compreender as trajetórias individuais e coletivas dos mesmos, ampliando o entendimento sobre o fazer artístico na cidade. Por meio desse processo, buscou-se construir uma nova percepção acerca dos artistas plásticos vilaboense, incorporando novos conceitos, experiências e vivências.

As fontes bibliográficas (livros, artigos científicos, periódicos, decretos, informações via internet, entre outros), a partir de especialistas no tema "Patrimônio Cultural Imaterial" abrirá um leque de possibilidades a serem discutidas, pesquisadas e analisadas ao que se refere ao artista plástico como pertencente ao Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade de Goiás, de modo que as bibliografias facilitam o diálogo entre o objeto de pesquisa e a fonte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos a partir da análise do oficio dos artistas e o modo que o Patrimônio Cultural em suas três vertentes: Material, Imaterial e Natural é evidenciado em suas obras. A investigação sobre o processo de invisibilidade e silenciamento dos artistas anônimos da Cidade de Goiás-GO fora outro ponto, buscando compreender suas práticas, trajetórias e reconhecimento, demonstrando a ausência de políticas públicas de valorização e promover a construção de um inventário cultural que contribua para a preservação difusão da memória artística dos anônimos.

Segundo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000, "Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências." (IPHAN, Decreto 3.551, 2000, P.1), O Registro dos bens culturais de natureza imaterial é previsto por lei, mas é muito pouco conhecido por parte dos detentores do Patrimônio Imaterial, que por sua vez não reconhecem o valor cultural da sua arte do seu trabalho e de sua história.

Seguindo esse contexto de desconhecimento da legislação, nesse momento que adentra os artistas plásticos que fazem parte do Patrimônio Imaterial e é de seu direito o registro, mas não ocorre dessa maneira. O registro dos artistas aqui referidos, não iria apenas beneficiá-los pessoalmente e sim a Cidade de Goiás em um geral sendo que passará a ser conhecida por completa e não apenas uma pequena parte, contudo geraria o aumento do fluxo comercial em maior visibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste artigo, foi descrita a importância das políticas de salvaguarda do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, perpassando pelo caminho carregado de percalços pelo direito ao Patrimônio Cultural Brasileiro, visto

Realização
Parceiros
Apoio

que ainda se enfrenta desafios para a proteção do mesmo. Os artistas plásticos fazem parte identidade de Goiás, fazem parte dos saberes e fazeres vilaboenses. Seu trabalho precisa ser reconhecido e valorizado como patrimônio imaterial, somente dessa maneira o artista vilaboense se sentira pertencente, como detentor do patrimônio.

Pelegrini (2009), ressalta que "Patrimônio é o legado que se recebe do passado, que é vivenciado por nós no presente e que se conduz ao futuro". Para que haja a perpetuação deste legado as Leis de direito ao patrimônio devem ser postas em prática, como por exemplo Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que nem mesmo os artistas plásticos aqui citados conhecem sua existência. O mesmo fora criado em 2000 pelo IPHAN e abriu um leque de possibilidades para fazer o registro de bens, ainda não reconhecidos, e o registro é o primeiro passo para a ampliação dos bens de natureza Imaterial, ampliando também a noção de preservação.

Vem-se abordar a importância que o Patrimônio Imaterial possui, e que a valorização vem dar mais estima a cada artista que carrega o conhecimento em seus ombros e em sua vida, para que cada um desses artistas olhem sua trajetória e veja a importância de seu trabalho e tenha a consciência de seu valor próprio, pois muitas das vezes a falta da valorização faz com que inúmeros artistas não acreditem em seu potencial e principalmente que eles mesmos não valorizem seu próprio trabalho.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), aos artistas vilaboenses que são a base dessa pesquisa pela contribuição e incentivo para a realização deste trabalho.

REFERENCIAS:

BRASIL. DECRETO nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. IPHAN

CAMPOS,Yussef Daibert Salomão de. Desafios propostos pela Constituição de 1988 ao patrimônio cultural. In: SCHLLE, A.R. (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Nº 35. Brasília: IPHAN, 2017, p. 203-211.

COSTA, MARLI LOPES; CASTRO, RICARDO VIEIRALVES. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estudos de Psicologia 2008, 13(2), 125-131.

FERREIRA, Maria Carolina. Artistas plásticas anônimos da Cidade de Goiás: Patrimônio Imaterial. TCC (Graduação). UEG/GOIÁS. Cidade de Goiás. 2015.

PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do Patrimônio Imaterial Brasileiro na Contemporaneidade. História (São Paulo). 2008, v. 27, n. 2.

PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural: Conhecendo um pouco mais. In: *Patrimônio Cultural*: consciência e preservação. SP: Brasiliense, 2009.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

ÚTERO DA NAÇÃO: MATERNIDADE CIENTÍFICA, PUERICULTURA E DISCURSO EUGÊNICO EM GOIÁS (1940-1950)

Elilza Rodrigues Correia Lira
E-mail: elilzarodrigues@gmail.com, Doutoranda na Universidade Federal de Goiás (UFG)
Anna Beatriz Oliveira Castro
E-mail: annabcastr@gmail.com, Graduanda na Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

Na década de 1920 popularizou-se, por todo o Brasil, um discurso higienista e médico que tinha por foco central a criança que um dia sustentaria o sonho patriótico. Esse processo refletiu as profundas transformações sociais e políticas impulsionadas pelo desejo de modernização e inserção do país no cenário internacional, já fortemente ancoradas no movimento sanitarista e higienista. A autoridade científica, representada na figura do médico, tornou-se então a principal ferramenta propagandista da regeneração do povo brasileiro cujo maior estigma era ser atrasado. É justamente nessas condições em que a eugenia encontra seu caminho para as políticas do Estado brasileiro a partir de 1920, adotando majoritariamente a pioneira francesa neolamarckista.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de descentralizar a produção historiográfica sobre o higienismo e a eugenia no Brasil, voltando o olhar para as especificidades de Goiás. Enquanto a maioria dos trabalhos voltados à eugenia no projeto patriótico se volta para São Paulo e Rio de Janeiro, compreender como as políticas e discursos de maternidade científica chegaram ao interior do país – especialmente a Goiás – permite dimensionar a difusão e adesão ao projeto de reconstrução nacional.

METODOLOGIA

A metodologia empreendida na pesquisa foi revisão bibliográfica e análise documental. Em primeiro plano, a revisão bibliográfica abrangeu maternidade científica, eugenia neolamarckista e projetos de Estado, apoiada em autores como Almeida e Stepan. No mesmo sentido, para abordar os estudos de gênero, desenvolveu-se uma comparação entre teorias de Judith Butler e Joan Scott articuladas também com

Realização
Parceiros
Apoio

a bibliografia geral. De maneira complementar, houve o levantamento e análise documental de fontes educacionais e políticas do Estado de Goiás, materiais de circulação dos discursos higienistas em Goiás, dentre os quais está a *Revista de Educação*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do sujeito político feminino no Brasil entre as décadas de 1920 e 1940 deve ser analisada à luz dos mecanismos que simultaneamente a legitimavam e a ocultavam. Tendo em vista essa discussão, Judith Butler afirma que "[...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento" (Butler, 2018, p. 16). Sendo assim, o discurso médico-maternalista do período opera precisamente segundo essa lógica: constrói-se a mãe moderna – higiênica, científica, patriótica – como sujeito feminino mais legítimo, obviamente resultando na exclusão de todas aquelas que simplesmente não praticam um determinado modo de conduta ou não possuem as condições de o fazer.

Também sobre a mulher brasileira de dado período, diz Almeida (2007, p. 161) que é ela a responsável por educar, primariamente, a infância, numa espécie de esteio da família e da Pátria na mesma medida. Adiciona ainda que:

> A procriação era o objetivo de sua vida, e para esse fim as educavam desde a infância. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença na maternidade e sua função domesticadora: a mãe cuida, ampara, protege, ama e educa (Almeida, 2007, p. 161).

A puericultura, diferente dos anteriores, emerge como conceito complementar da eugenia, e sua popularização no Brasil esteve ligada à ênfase que se dava ao bem-estar infantil e à saúde materna. "A Liga de Hygiene Mental afirmou que a eugenia estava estreitamente vinculada à puericultura e ao matrimônio" (Stepan, 2004, p. 352), e, assim, maternidade, eugenia e puericultura passaram a andar de braços dados no Brasil das décadas de 1920 e 40. Terá sido assim nas especificidades do sertão goiano?

> Quase em paralelo, a Profa. Ana Carolina Soares, com a genial produção *Receitas de (in)felicidade e pedagogias dos sentimentos*, ao discorrer sobre a

Realização
Parceiros
Apoio

> delimitação jurídica do espaço social da mulher e as consequências do casamento na vida da mulher pelo olhar da *Revista Feminina*, chega à conclusão similar à dos autores prévios: "[...] cabia à mulher, como responsabilidade perante a nação, o sucesso no desempenho das atividades de mãe e esposa" (Soares, 2022, p. 103).

O ápice dessa narrativa e seus empreendimentos foram os pouco conhecidos concursos de robustez infantil. Esses eventos traduziam o discurso médico em experiência emocional e cívica: mães competindo com seus filhos, médicos julgando corpos segundo padrões científicos, prêmios e certificados atestando a robustez – e, por extensão, a competência da mulher na prática da puericultura. O concurso era, ao mesmo tempo, evento de saúde pública, espetáculo cívico e dispositivo pedagógico.

> Associando os destinos do Brasil ao sentido de uma nova identidade nacional em curso, projetava-se no futuro uma nação mais homogênea, como pensava o mexicano José de Vasconcelos com seu conceito de "raça cósmica", mas também os adeptos da teoria do branqueamento racial brasileiro, tese comum entre os intelectuais das primeiras décadas do século XX (Germinatti; Souza, 2024, p. 103).

Ou seja, havia uma ideologia amplamente difundida que associava o branqueamento à superação da degeneração moral e racial. No entanto, esse tipo de constatação bate diretamente contra afirmações como "A criança não deveria ser gorda, mas robusta, não importava seu sexo ou sua cor, eram todas consideradas brasileiras, filhas legítimas de uma terra fértil e produtiva [...]" (Almeida, 2007, p. 166).

Apesar de toda essa discussão, poucos são os vestígios que sobreviveram ao tempo no estado de Goiás. De qualquer forma, sabemos que havia uma mesma iniciativa para combater o atraso e este era mais associado à educação (Nepomuceno; Guimarães, 2007, p. 101). Maria de Araújo Nepomuceno e Maria Teresa Guimarães enumeram eventos que, mesmo que de maneira sucinta, deixam clara a integração da mentalidade de Goiás com os demais estados, exemplo esperado sendo o "Colégio Sant'Anna [...] considerado lócus de preparação das jovens virtuosas para as atividades de "mãe" e de "esposa" [...]" (Nepomuceno; Guimarães, 2007, p. 107).

A análise preliminar das fontes localizadas em Goiás evidencia que os discursos médico-sanitários e pedagógicos circularam articulados a um projeto mais amplo de modernização social, que encontrou na educação um importante espaço de circulação e conformação de novos hábitos, condutas e sensibilidades. Nesse contexto, a

Realização
Parceiros
Apoio

modernização educacional assumiu papel decisivo na conformação de novas sensibilidades e práticas escolares, atribuindo à escola e à formação docente a responsabilidade pela incorporação de saberes científicos considerados indispensáveis à transformação dos hábitos individuais e coletivos, como evidenciam tanto o *Programma de Ensino para as Escolas Primarias* (1930) quanto as discussões presentes na *Revista de Educação* (1937), periódico oficial da Diretoria Geral do Interior que veiculava orientações pedagógicas e debates sobre organização escolar e higiene infantil.

Nesse sentido, como observa Pinto (2017), "os programas de ensino configuraram numerosos dispositivos de educação do corpo em variadas dimensões da escola primária", constituindo uma proposta de educação corporal que se aproximava "das expectativas da sociedade brasileira no projeto de escolarização em curso no país" (p. 11-12). Os programas de ensino e as publicações educacionais revelam, assim, a incorporação de práticas orientadas à difusão de princípios de higiene, puericultura e moralização social.

Embora as investigações ainda estejam em fase inicial, os elementos analisados até o momento permitem afirmar que Goiás participou da circulação nacional desses ideários, apropriando-se de discursos já consolidados em centros como Rio de Janeiro e São Paulo. As especificidades locais, contudo, indicam a necessidade de aprofundar a análise documental para compreender de que maneira tais prescrições foram reinterpretadas, institucionalizadas e materializadas no contexto goiano entre as décadas de 1920 e 1950.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico e documental realizado até o momento demonstra a pertinência da investigação proposta e evidencia a existência de um campo ainda pouco explorado para a análise da circulação dos ideários eugênicos e puericulturais em Goiás. Os resultados preliminares indicam que tais discursos estiveram articulados à formação feminina e à escolarização como estratégias de normatização social e conformação de papéis socialmente atribuídos às mulheres. O aprofundamento da análise das fontes permitirá compreender com maior precisão os modos pelos quais essas concepções foram apropriadas no contexto goiano e suas implicações para a construção histórica das relações entre maternidade, infância e projeto nacional.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à comissão organizadora do evento pela valiosa oportunidade de apresentar e debater os resultados desta pesquisa.

Referências

ALMEIDA, J. S. de. Imagem feminina e maternidade: o concurso de robustez infantil em São Paulo (1928). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 218, jan. 2007. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.88i218.769.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. E-book.

GERMINATTI, F. T.; SOUZA, V. S. de. Eugenia e questão racial na Primeira República. *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 47, p. 96-118, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2022v27n47.63668.

GOYAZ (Estado). *Programma de ensino para as escolas primarias*. Goyaz, 1930. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99660. Acesso em: 30 maio 2026.

GOYAZ (Estado). Diretoria Geral do Interior. *Revista de Educação*. Goyania, ano I, n. 1, set./out. 1937a.

GOYAZ (Estado). Diretoria Geral do Interior. *Revista de Educação*. Goyania, ano I, n. 2, nov./dez. 1937b.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. Políticas públicas de interiorização da educação em Goiás nas décadas de 1930 e 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 97-120, jan./abr. 2007.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Corpo e escolarização em Goiás (1925-1930): os programas de ensino para a escola primária. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. *Anais eletrônicos [...]* São Luís: ANPED, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT02_925.pdf. Acesso em: 30 maio 2026.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Receitas de (in)felicidade e pedagogias dos sentimentos:* lições de comportamento no Brasil do início do século XX. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. 268 p.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 330-391.

PROJETO RIOS INVISÍVEIS (GO): A COPRODUCAO DE CONHECIMENTO TRANSFORMATIVO EM PLANEJAMENTO URBANO

Wagner de Souza Rezende
wagnerrezende@ufg.br, Universidade Federal de Goiás
David Alves Finotti
finotti_david@ufg.br, Universidade Federal de Goiás
Nome do Terceiro Autor
julia_freire@discente.ufg.br, Universidade Federal de Goiás

INTRODUÇÃO

No contexto global das mudanças climáticas, o projeto Rios Invisíveis de Goiás, uma proposta interinstitucional iniciada em 2024, tem se desenvolvido com o objetivo principal de planejar, colaborativamente, o futuro do Córrego Prata, afluente do Rio Vermelho, na cidade de Goiás. Pretende-se, assim, discutir criticamente o papel da coprodução de informação transformativa na reconfiguração das relações de poder que estruturam o espaço urbano e regimes de cidadania em territórios vulneráveis (Hill et al, 2020; Mehta et al, 2025). Argumenta-se que a coprodução de informação, quando orientada por um regime ético voltado à justiça espacial, torna-se um dispositivo privilegiado para a emergência de ontologias forjadas na luta contra formas históricas de dominação (Rolnik, 2019; Holston, 2013). Trata-se de uma iniciativa local, no contexto de uma microbacia hidrográfica, que reivindica o direito à natureza (e à justiça climática), ao articular diversos atores políticos para (re)imaginar relações sustentáveis entre cidade e natureza, por meio de interfaces teóricas, metodológicas e prático-sensíveis (Tucci, 2008; Tundisi, 2008).

Atualmente atravessado por uma paisagem de estigma e invisibilização, o córrego é reconhecido pela população local como símbolo de resistência, memória e identidade (Acselrad e Viegas, 2021; Almeida, 2010). Fundamentada nas tecnologias e políticas participativas, a proposta visa resgatar os traços de memória urbana que conectam este curso d'água ao imaginário local por meio de diagnóstico socioambiental, plano de recuperação das margens e ação de educação ambiental.

METODOLOGIA

Este artigo se fundamenta em uma abordagem qualitativa, interdisciplinar e participativa, centrada na análise da experiência prática do Projeto Rios Invisíveis, realizado no município de Goiás, com foco na bacia hidrográfica do Córrego Prata. A metodologia adotada foi construída a partir de processos colaborativos de escuta, leitura e intervenção no território, envolvendo a comunidade local, estudantes, professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento. No contexto das atividades da pesquisa, seguimos os fundamentos a pesquisa-ação, adaptadas de Thiollent (2005), Pimenta (2005) e Barbier (2002). Foram utilizadas ferramentas de mapeamento participativo e cartografia afetiva como estratégia de reconhecimento coletivo da paisagem (Rezende, 2021), por meio de oficinas, caminhadas ecológicas, rodas de conversa e dinâmicas sensoriais. Tais ações permitiram identificar pontos de

Realização
Parceiros
Apoio

degradação ambiental, áreas de nascente, práticas antrópicas de risco e elementos de valor cultural, simbólico e ecológico atribuídos ao córrego pelos moradores e participantes das atividades. Além das dinâmicas de campo, o projeto também produziu registros cartográficos, croquis, desenhos e relatos orais que contribuíram para a composição de narrativas integradas entre memória, paisagem e diagnóstico socioambiental. Os resultados apresentados na próxima seção emergem da análise desses materiais, cruzando observações de campo, registros sensíveis e a experiência coletiva de construção do conhecimento ambiental e territorial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alinhado com o debate sobre práticas qualitativas de pesquisa e extensão e orientado por uma abordagem construtivista e participativa, o projeto está dividido em quatro etapas, enfatizando a coprodução de informações transformativas ((Hill et al, 2020; Mehta et al, 2025); Arnstein, 1969). De acordo com Rezende (2022), temos as seguintes práxis: a) estratégica, associada às articulações políticas das controvérsias por meio de redes sociotécnicas; b) insurgente, que permite pensar e agir de modo contra hegemônico orientando-se segundo a perspectiva do espaço relacional; c), reflexiva, que organiza os processos de tomada de decisão, tornando explícitas vozes alternativas; e, finalmente, d) expressiva, que refere-se, principalmente, à estruturação do engajamento dos diversos atores envolvidos.

Foi elaborada uma cartografia das vivências cotidianas na microbacia do Córrego Prata, por meio do mapeamento colaborativo das condições de vulnerabilidade ambiental e social com a participação dos moradores locais que se apropriam das margens dos rios. Utilizamos como ferramentas de levantamentos de dados os questionários, as entrevistas e etnografia visual. Adicionalmente, foi realizado um Protocolo de Avaliação Rápida em toda a extensão deste corpo d'água (Silva et al, 2021; Silva-Neto et al, 2024). Finalmente, foram organizados workshops para sensibilização, capacitação e engajamento da comunidade local na implementação das estratégias propostas para a regeneração e a conservação das microbacias dos rios urbanos. Cabe ressaltar que a equipe interdisciplinar é composta por arquitetos e urbanistas, geógrafos, biólogos e técnicos educativos, reforçando a necessidade de abordagens transversais frente a desafios complexos.

Os resultados da expedição evidenciaram uma forte tensão sociocultural e política, onde córrego é ao mesmo tempo um lugar de memória e um espaço de descarte, símbolo da ausência de saneamento básico e de políticas efetivas de planejamento urbano. A primeira ação concreta do projeto foi uma expedição exploratória ao Córrego Prata que marcou o início das atividades de campo e revelou um cenário de abandono: esgoto a céu aberto, lixo acumulado e ocupações irregulares em Áreas de Preservação Permanente (APP). Simultaneamente, entrevistas com moradores revelaram memórias afetivas, resgatando o córrego como espaço de convívio e pertencimento. Durante todas as etapas do projeto, foram conduzidos mapeamentos fotográficos, com registro ao nível do solo e por meio de drone, que envolveu a identificação das nascentes, desvios, barreiras e condições de degradação.

Realização
Parceiros
Apoio

Para entender como enfrentar os desafios socioambientais, foi adotada uma estratégia pautada na criatividade, na participação democrática e na sensibilidade ao contexto local, especialmente por meio de oficinas de cartografia afetiva, nas quais os moradores desenharam mapas mentais, revelando pontos de memória, pertencimento e degradação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas intensificou-se a ocupação ilegal e desordenada das margens do Córrego Prata, comprometendo seu ecossistema e acelerando o desequilíbrio ambiental. Invisibilizado pelo processo de urbanização, ele carrega em seu leito não apenas esgoto e resíduos sólidos, mas também histórias, memórias e afetos de uma comunidade que se organiza em torno da sua existência, da sua materialidade, ainda que precária, como forma de resistência ao plano de canalização. Diante das transformações urbanas de Goiás, cidade que é patrimônio mundial da Unesco, situada no bioma Cerrado, a gestão das águas urbanas evidencia políticas ambientais fragmentadas, desiguais e desacopladas da realidade local.

A experiência do projeto, voltado ao reconhecimento e à requalificação do Córrego Prata, evidenciou que os processos de transformação urbana e ecológica são mais efetivos e legítimos quando estruturados a partir da escuta ativa e do protagonismo comunitário. O mapeamento participativo e as ações de educação territorial desempenharam papel central na construção de um diagnóstico sensível e coletivo, capaz de integrar dimensões técnicas, afetivas, ecológicas e culturais da paisagem. Mais do que instrumentos de levantamento, esses processos constituíram espaços de escuta, negociação e produção compartilhada de conhecimento, nos quais moradores, técnicos e pesquisadores puderam reconhecer conflitos, potencialidades e prioridades a partir de múltiplos olhares.

A participação ativa da comunidade qualificou a tomada de decisões ao deslocar o projeto de uma lógica exclusivamente técnica para um processo coproduzido, no qual as escolhas projetuais passaram a refletir demandas reais, memórias territoriais e práticas cotidianas de uso do espaço. A comunidade local, por sua vez, manifesta sentimentos ambíguos, oscilando entre esperança e ceticismo. Durante as rodas de conversa, surgem sugestões como a criação de um parque linear e a realização de mutirões para a limpeza das margens — propostas que revelam o desejo de apropriação e cuidado coletivo, mas que também expõem a dificuldade de transformar essas iniciativas em políticas públicas permanentes e não apenas em ações pontuais. No campo técnico-científico, discute-se a adoção de Soluções baseadas na Natureza (SbN) como forma de conter o assoreamento, recuperar a vegetação ciliar e tratar os efluentes urbanos. No entanto, a carência de recursos e os entraves burocráticos colocam em risco a continuidade dessas propostas e a efetividade das ações planejadas. No âmbito do Projeto Rios Invisíveis, esses processos tiveram reflexos diretos na definição das áreas prioritárias de intervenção, na hierarquização das ações e na escolha de soluções baseadas na natureza mais adequadas a cada trecho do território. O envolvimento comunitário fortaleceu o

reconhecimento dos cursos d'água como elementos estruturadores da paisagem e do cotidiano urbano, ampliando o senso de pertencimento e corresponsabilidade sobre sua preservação. Como resultado, o projeto passou a incorporar estratégias mais sensíveis à realidade local, com maior potencial de apropriação social, sustentabilidade no longo prazo e legitimidade política, consolidando-se como uma ação de requalificação ambiental e urbana construída de forma coletiva. O futuro do Córrego Prata depende, assim, de um equilíbrio delicado: manter viva a memória afetiva que o ancora na identidade do território, enquanto se pressiona por transformações estruturais que garantam sua regeneração. O renascimento do córrego não se medirá apenas por metros de mata recuperada ou por melhorias nos índices de qualidade da água, mas sobretudo pela reconquista de seu lugar simbólico: de um rio invisibilizado a um marco de reconciliação entre cidade e natureza.

AGRADECIMENTOS: Pesquisa e Extensão parcialmente financiadas com recursos da FAPEG, FUNAPE e Bolsa de Extensão da PROEC - UFG.

Referências

ACSELRAD, H.; VIEGAS, R. N. Cartografía Social en Brasil y en la América Latina: desafíos epistemológicos y metodológicos de mapeos contra-hegemónicos de los espacios y territorios. **Cuadernos de Geografía**, v. 30, p. 197-211, 2021.

ALMEIDA, M. Cultura, paisagens e patrimônio cultural: reflexões desde o Brasil Central. **Revista GEOgrafias**, v. 6, n. 2, p. 158-172, 2010.

ARNSTEIN, S. A ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planner**s, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 216-224, 1969. Disponível em: https://www.tandfonline.com/toc/rjpa19/35/4. Acesso em : 10/01/2021.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PIMENTA, S. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set./dez. 2005.

REZENDE, W. Imagine a cidade: Práxis plurais e a produção de lugares compartilhados. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 32–49, 2022. DOI: 10.5935/cadernospos.v22n1p32-49.

SILVA, R. V., ALVES, V. D. S., NETO, A. V., BATISTA, R. M., SOUZA, C. A. Aplicação de um protocolo de avaliação rápida nas margens do rio Paraguai, Cáceres/MT, Brasil. **Revista de Estudos Ambientais**, 23(2), pp. 23-34, 2021.

SILVA-NETO, Carlos de Mello. SILVA, Janete, REZENDE, Wagner. (manuscrito). Relatório técnico – vegetação do Córrego do Prata. Instituto Federal de Goiás, 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

TUCCI, C. E. M. Águas urbanas. **Estudos avançados**, v.22, n.63, p.1-16, 2008.

TUNDISI, J. G. et al. Conservação e uso sustentável de recursos hídricos. In: BARBOSA, F. A. (Org.) **Ângulos da água**: desafios da integração. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.157-83.

PADRÃO DE CIANOBACTÉRIAS NO RIBEIRÃO FUNIL DE PORANGATU -GO

Breno Henrique da Silva Barbosa
brenohenriquedsbpessoal@gmail.com, UEG
Amon Chrystian de Oliveira Teixeira
amom.teixeira@ueg.br, UEG

INTRODUÇÃO

A água é um recurso essencial para a manutenção da vida, o equilíbrio dos ecossistemas e o desenvolvimento das atividades humanas, tornando o monitoramento da qualidade da água uma importante ferramenta para a conservação ambiental e a segurança do abastecimento público. Entre os parâmetros avaliados, destacam-se as cianobactérias, organismos amplamente distribuídos em ambientes aquáticos e importantes para a dinâmica ecológica desses sistemas.

Seguindo os estudos de Fernandes et al. (2009), é possível compreender que as cianobactérias constituem um grupo de microrganismos procarióticos fotossintetizantes que atuam como importantes produtores primários nos ecossistemas aquáticos. Os autores destacam que sua ocorrência e o desenvolvimento de florações estão relacionados à interação de fatores físicos, químicos e biológicos, especialmente temperatura, pH, disponibilidade de nutrientes e luminosidade, os quais podem influenciar diretamente a qualidade da água.

Seguindo a abordagem sistêmica proposta por Christofoletti (1979), os ambientes naturais devem ser compreendidos como sistemas dinâmicos, nos quais os componentes físicos, químicos e biológicos interagem continuamente. Nesse contexto, o Ribeirão Funil, localizado no município de Porangatu – GO, constitui um importante manancial para o abastecimento público da região. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o padrão de ocorrência das cianobactérias no Ribeirão Funil entre os anos de 2021 e 2025, buscando identificar variações temporais e possíveis relações com parâmetros físico-químicos monitorados pela SANEAGO, como temperatura ambiente, temperatura da água, turbidez e pH.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa, descritiva, documental e bibliográfica. A abordagem quantitativa foi adotada por utilizar dados numéricos referentes aos parâmetros de qualidade da água monitorados pela Saneamento de Goiás S.A.

Realização
Parceiros
Apoio

(SANEAGO), possibilitando a identificação de padrões e variações temporais na ocorrência de cianobactérias no Ribeirão Funil. O caráter descritivo da pesquisa está relacionado à análise e interpretação do comportamento desses parâmetros ao longo do período estudado.

O estudo foi desenvolvido com base na abordagem sistêmica proposta por Christofoletti (1979), que compreende os ambientes naturais como sistemas dinâmicos resultantes da interação entre seus componentes físicos, químicos e biológicos. Dessa forma, a análise das cianobactérias foi realizada de maneira integrada aos demais parâmetros de qualidade da água monitorados no manancial.

A área de estudo corresponde ao Ribeirão Funil, localizado no município de Porangatu, Goiás, importante manancial utilizado para o abastecimento público da região. Foram utilizados dados secundários disponibilizados pela SANEAGO, referentes ao monitoramento da água bruta no período de 2022 a 2025.

Foram analisados os parâmetros de cianobactérias, temperatura ambiente, temperatura da água, turbidez e potencial hidrogeniônico (pH). A escolha desses parâmetros fundamenta-se nos princípios da limnologia apresentados por Esteves (2011), que destacam a influência das características físicas e químicas da água sobre os processos biológicos dos ecossistemas aquáticos.

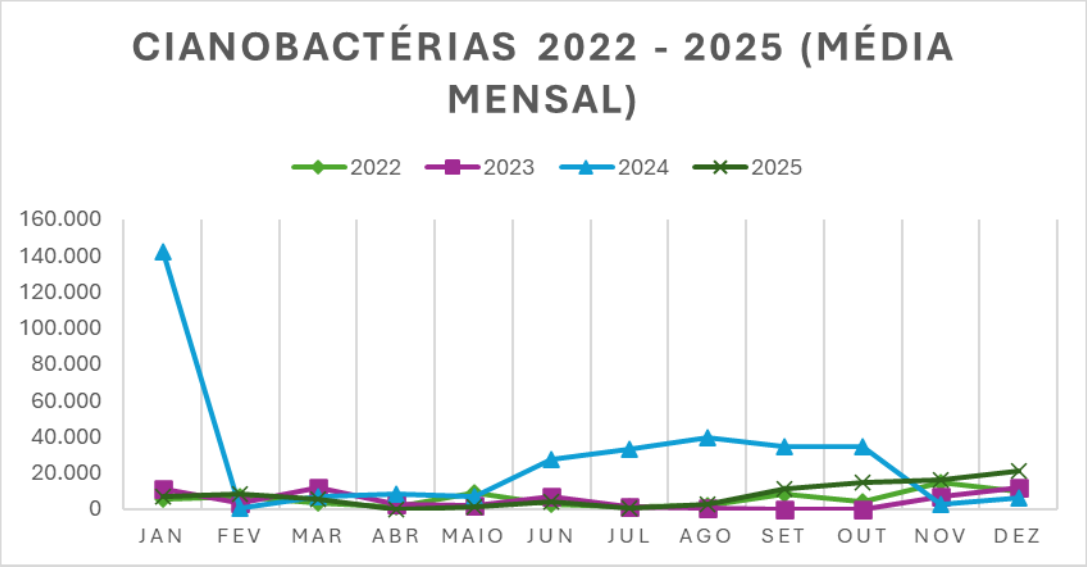
As análises laboratoriais realizadas pela SANEAGO seguiram os procedimentos descritos no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA; AWWA; WEF, 2023). Posteriormente, os dados foram organizados em tabelas e gráficos, sendo submetidos à análise descritiva para identificação de padrões temporais e possíveis relações entre a densidade de cianobactérias e os parâmetros físico-químicos monitorados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo os estudos de Fernandes et al. (2009), as cianobactérias respondem às condições ambientais presentes nos ecossistemas aquáticos. A análise dos dados referentes ao período de 2022 a 2025 evidenciou elevada variabilidade na densidade desses organismos no Ribeirão Funil, fato observado pela diferença entre a média (41.669,8 células/mL) e a mediana (9.301 células/mL), além do elevado desvio padrão (50.311,1 células/mL). Esses resultados indicam uma distribuição heterogênea dos dados, marcada pela ocorrência de eventos pontuais de alta concentração que influenciaram significativamente a série analisada.

A maior densidade de cianobactérias foi registrada em janeiro de 2024, com média mensal de 142.292 células/mL, valor substancialmente superior aos observados nos demais meses e anos do período estudado. Em contrapartida, o menor registro ocorreu em abril de 2022, com 1.397 células/mL. Observa-se ainda que o ano de 2024 apresentou as maiores médias mensais da série histórica, principalmente entre junho e outubro, período em que os valores permaneceram acima de 27.000 células/mL. A ocorrência desse pico em janeiro de 2024 coincide com um período caracterizado por elevadas temperaturas e condições hidrológicas típicas da estação chuvosa. No entanto, os dados analisados não permitem atribuir esse aumento a um único fator ambiental, indicando a necessidade de considerar a interação entre diferentes variáveis que atuam no sistema hídrico.

Gráfico 01: Média Mensal de Cianobactérias (2022 a 2025) .



Fonte: Elaborado a partir dos dados de SANEAGO (2026)

Sob a perspectiva sistêmica proposta por Christofoletti (1979), tais variações podem ser compreendidas como resultado da interação entre diferentes componentes ambientais que atuam sobre a bacia hidrográfica. Nesse sentido, conforme discutido por Esteves (2011), fatores como temperatura, turbidez, pH e condições hidrológicas exercem influência sobre os processos biológicos dos ambientes aquáticos. Além disso, características relacionadas ao uso e ocupação da terra na área de drenagem, como a presença de atividades agropecuárias, podem contribuir para alterações na dinâmica dos nutrientes disponíveis no sistema. Assim, os elevados valores observados em determinados períodos sugerem a atuação conjunta de fatores naturais e antrópicos sobre a dinâmica das cianobactérias no Ribeirão Funil, reforçando a importância da análise integrada dos parâmetros de qualidade da água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos indicam que a dinâmica das cianobactérias no Ribeirão Funil está associada à interação entre diferentes componentes do sistema aquático, incluindo condições térmicas, hidrológicas e características da bacia de drenagem. A elevada variabilidade observada ao longo do período analisado demonstra que o comportamento desses organismos não pode ser explicado por um único parâmetro ambiental. Além disso, considerando a presença de atividades agropecuárias na região, destaca-se a importância de estudos futuros que contemplem a análise de nutrientes, como nitrogênio e fósforo, visando ampliar a compreensão dos fatores que influenciam o desenvolvimento das cianobactérias no manancial.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde, força, sabedoria e perseverança ao longo desta jornada acadêmica. À minha família, pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão em todos os momentos. Ao meu orientador, Prof. Dr. Amon Chrystian de Oliveira Teixeira, pela orientação, dedicação, paciência e pelos valiosos conhecimentos compartilhados durante o desenvolvimento desta pesquisa. À Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do campus de Cora Coralina, pela oportunidade de formação e pelo suporte acadêmico proporcionado. À Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO), pela disponibilização dos dados de monitoramento da qualidade da água, fundamentais para a realização deste estudo. Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho e para minha formação acadêmica e profissional.

Referências

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION (APHA); AMERICAN WATER WORKS ASSOCIATION (AWWA); WATER ENVIRONMENT FEDERATION (WEF). Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater. 24. ed. Washington, DC: APHA Press, 2023.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

ESTEVES, F. A. **Fundamentos de limnologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

FERNANDES, V. O.; CAVATI, B.; OLIVEIRA, L. B.; SOUZA, B. D. **Ecologia de cianobactérias: fatores promotores e consequências das florações**. Oecologia Brasiliensis, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 247-258, 2009.

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. (SANEAGO). Dados de monitoramento da qualidade da água do Ribeirão Funil, Porangatu – GO, referentes ao período de 2021 a 2025. Goiânia: SANEAGO, 2025.

AS MUITAS LINGUAGENS DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO CERRADO EM GOIÁS: UMA ABORDAGEM BIOGRÁFICA COLABORATIVA

Thaís Elizabeth Pereira Batista
thaiselizpbatista@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás - UEG

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar parte da discussão realizada em uma pesquisa de doutorado realizada entre 2018 e 2022, intitulada "A Muitas Linguagens em Guerra com o Português: a língua-afeto entre mulheres negras quilombolas em luta com as ideologias linguísticas em contexto universitário". Na referida pesquisa, buscou-se identificar e discutir ideologias linguísticas (Irvine, 1989; Silverstein, 1979) mobilizadas entre jovens mulheres quilombolas que migraram no interior do estado de Goiás para estudar na universidade.

Para o contexto apresentado, buscamos discutir alguns aspectos de recursos metapragmáticos (Silverstein, 1993; Signorini, 2008) de diferenciação e hierarquização linguísticas utilizados para reforçar, atualizar, mas também para contestar ideologias linguísticas hegemônicas modernas coloniais que são materializadas nessas metapragmáticas de várias ordens como forma de manter desigualdades e hierarquizar corpos em nossa sociedade.

A relevância desta discussão está principalmente em seu caráter empirista, mas também na centralidade no processo de geração de dados, e não somente no dado em si. Para isso, a metodologia, de base qualitativa e cunho etnográfico, focou no trabalho com oficinas biográficas (Busch, 2017) e colaborativas, com geração de dados compartilhada entre as participantes, de modo a evitar o modelo de pesquisa extrativista tradicionalmente adotado pelas pesquisas linguísticas que envolvem comunidades tradicionais.

Dessa forma, as discussões apresentadas foram possibilitadas por uma série de movimentos de pesquisa e vivências coletivas em busca de desconstruir posições pré-determinadas de papéis na pesquisa e trocar conhecimentos mais diversos entre os ditos acadêmicos e tradicionais.

METODOLOGIA

Realização
Parceiros
Apoio

Reconhecendo as limitações dos modelos teóricos na produção dos conhecimentos, a pesquisa primou pelo compromisso com a empiria, produzindo um conhecimento situado (Haraway, 1988) e levando em consideração que estudos do campo aplicado da linguagem precisam realizar análises que partam do problema para a escolha dos modelos de análise e não o contrário (Pinto, 2015).

Por isso, a pesquisa amparou-se no paradigma qualitativo interpretativista (Denzin; Lincoln, 2006; Marconi; Lakatos, 2011), priorizando ferramentas de geração de dados da etnografia multissituada (Briggs, 2007), gerando dados em diferentes ambientes. Este recorte demonstrará a parte da metodologia que gerou dados a partir de oficinas narrativas biográficas e colaborativas (Keating, 2015); (Lencher, 2015), e de retrato linguístico (Busch, 2010, 2012, 2017) que visam promover a reflexão sobre os usos de repertórios linguísticos diversos, possibilitando também o fortalecimento e melhora da autoestima das pessoas que participam. Oficinas dessa natureza têm demonstrado um potencial analítico e transformador para a pesquisa linguística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A metodologia trabalhada permitiu alcançar os objetivos da pesquisa. O material gerado pelas oficinas, sobretudo por meio do trabalho com as narrativas, sejam elas desencadeadas de forma direcionada ou livre, levou as participantes a tecerem narrativas sobre diversos momentos de suas vidas.

De acordo com Ochs (2006, p. 269), as "narrativas são centrais para tecer a estrutura da vida social, pois forjam e sustentam relações sociais e constroem mundos da vida compartilhados." Elas são dialógicas e podem ser contadas em coautoria, envolvendo processos cognitivos complexos.

Um dos resultados alcançados, o qual será apresentado aqui, é a avaliação metapragmática das participantes sobre as muitas linguagens que possuem. Os dados gerados permitem perceber que as pessoas refletem e falam sobre língua em situações variadas. A língua e os repertórios são objetos de reflexão constante em diversos contextos em que foram gerados os dados para esta pesquisa. De fato, algumas oficinas biográficas, sobretudo a do retrato linguístico, incentivam diretamente a reflexão sobre o tema e sugerem que as práticas linguísticas sejam nomeadas. Porém, em outros momentos de registro, a reflexão linguística e as avaliações metapragmáticas também ocorrem, com outras formas e ênfases. Mas o que todas as oficinas têm em comum é o espaço onde foram realizadas – a universidade – e o fato de lidarem com temáticas que

Realização
Parceiros
Apoio

de alguma maneira se associam com esse ambiente e com os tipos de letramento que nele circulam, um lugar onde uma performance linguística parametrizada pela escrita é altamente valorizada, já que nesses espaços circulam ideologias de grafocentrismo por meio de metapragmáticas diversas.

Por isso, vários foram os momentos em que a língua foi objeto central de avaliação e das interações. Vários são também os objetos dessas avaliações, de modo que as participantes avaliam muitas vezes a natureza heteroglóssica (Busch, 2010) de seus repertórios, como no excerto 2 (extraído da tese) abaixo em que a participante Mariana (nome fictício) avalia que possui muitas linguagens.

Excerto 2

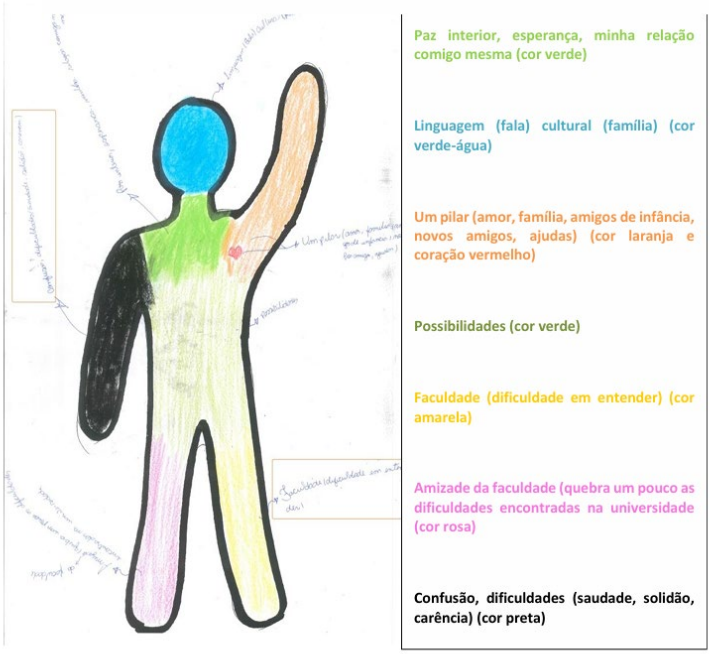
```
MA: hum Victoria que bonitinho
VI: (     )
MA: tadinho do meu tem muitas mágoas aqui @@ mágoas não muita:s é::
tendências em questão da linguagem muitas linguagens
```

Legenda: MA = Mariana; VI = Victoria.
Fonte: Oficina de retrato linguístico, Acervo da pesquisa, 03/05/2019.

A transcrição acima foi feita de uma oficina de retrato linguístico, em que a participante Mariana avalia o próprio retrato que está produzindo, dizendo em um primeiro momento que ele possui muitas mágoas. Ela refaz sua avaliação em seguida, dizendo que não são mágoas, mas são muitas tendências no que se refere à linguagem e em seguida, ela reconstrói sua avaliação, dizendo que são muitas linguagens. Dessa forma, podemos perceber como Mariana identifica a heteroglossia em suas práticas. Nesse excerto já é possível ver uma espécie de borrão entre língua e afeto (muitas mágoas e muitas linguagens) numa relação língua-afeto indissociável. Essa representação pode ser vista no produto que Mariana elaborou na oficina, apresentado na figura.

Realização
Parceiros
Apoio

Figura 9 - Retrato linguístico de Mariana em 03 mai. 2019



Fonte: Oficina de retrato linguístico, Acervo da pesquisa, 03/05/2019.

Como pode ser visto no retrato da Mariana, além de reconhecer a multiplicidade de seus repertórios linguísticos e a relação língua-afeto, ela também dá nome a esses repertórios, a exemplo do que ela nomeou como linguagem (fala) cultural e associou à família, colorindo de verde-água. Mariana, assim como as outras participantes, nomearam suas práticas linguísticas em diversos momentos de nossas interações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter muitas linguagens foi o eixo organizador das práticas linguísticas das mulheres quilombolas do Cerrado e aspecto central de suas práticas cotidianas. Esse elemento passou a ser tensionado na medida em que muitas delas deixam suas comunidades e adentram outros espaços, como a cidade, escola e a universidade.

Como apresentado, as oficinas biográficas colaborativas possuem potencial para emergir essas narrativas, reflexões, gerando um material muito rico para os estudos linguísticos. Além disso, possuem um potencial de ganho imediato para todas as pessoas envolvidas na pesquisa, que avaliam o momento como empoderador, gerador de reflexões, espaço de fala e acolhimento mútuos, possibilitador de encontros valiosos e formação de redes e construção de alianças.

AGRADECIMENTOS:

Às participantes da pesquisa, mulheres quilombolas, que se dispuseram a construir e discutir os dados da pesquisa.
À professora Dra. Joana Plaza Pinto, que orientou a pesquisa e redação da tese de doutorado.
Ao apoio financeiro da pesquisa em forma de bolsa oferecida pela CAPES durante os 4 anos da pesquisa (2018-2021).
Ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFG pelo apoio institucional.
Ao Grupo de Estudo Perspectivas linguísticas contemporâneas sobre identidade, subjetividade e conhecimento pelas discussões no processo de construção da pesquisa.

Referências

BUSCH. Brigitta. School language profiles: valorizing linguistic resources in heteroglossic situations in South Africa. **Language and Education**, v. 24, n. 4, p. 283-294, 2010.
BUSCH. Brigitta. The Linguistic Repertoire Revisited. **Applied Linguistics**, v. 33, n. 5, p. 503-523, 2012.
BUSCH, Brigitta. Biographical approaches to research in multilingual settings. In: MARTIN JONES, Marilyn; MARTIN, Deirdre (Ed.). **Researching multilingualism.** Critical and ethnographic perspectives. London e New York: Routledge, 2017. p. 46-59.
BRIGGS, Charles L. Mediating infanticide: theorizing relations between narrative and violence. **Cultural Anthropology**, v. 22, n. 3, p. 315-356, 2007.
DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2006.
HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Tradução de Mariza Corrêa. Originalmente publicado em 1988.
IRVINE, J. T. When talk isn't cheap: language and political economy. **American Ethnologist**, v. 16, n. 2, 1989, p. 248-267.
KEATING, Maria Clara. Desxenofobando: dinâmicas materiais e movimentos dos sentidos nas oficinas biográficas. In: LECHNER, Elsa (Org.). **Rostos, vozes e silêncios da imigração.** Coimbra: Almedina, 2015. Cap. 5.
LECHNER, Elsa (Org.). **Rostos, vozes e silêncios da imigração.** Coimbra: Almedina, 2015.
MARCONI; LAKATOS. **Metodologia científica.** 6 ed. revista e ampliada. 2011.
OCHS, Elinor. Narrative lessons. In: DURANTI, Alessandro (Ed.). **A Companion to Linguistic Anthropology.** New Jersey: Blackwell Publishing Ltd, 2006. p. 269-289.
PINTO, Joana Plaza. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. **DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 31, p. 199-221, 2015.
SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Situar a linguagem.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 117 148.
SILVERSTEIN, Michael. Language Structure and Linguistic Ideology. In: CLYNE, Paul R.; HANKS, William F.; HOFBAUER, Carol L. (Orgs.). **The Elements:** a parasession on linguistic units and levels. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.
SILVERSTEIN, Michael. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, John A. (Ed.). **Reflexive language:** reported speech and metapragmatics. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 33–58.

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E EFETIVIDADE

Júlio César Xaveiro dos Santos
julio.santos@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Milena d'Ayala Valva
milena.valva@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Divina Aparecida Leonel Lunas
divalunas@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil é historicamente marcado por profundas desigualdades sociais, raciais e territoriais, que impactam diretamente populações tradicionalmente excluídas, como as comunidades quilombolas. Trata-se de uma educação que carrega as marcas da desigualdade social provenientes da formação do Brasil e da consequente herança escravocrata e da elitização do acesso à educação superior (NIEROTKA; TREVISOL, 2019). Nesse contexto, as ações afirmativas emergem como instrumentos de justiça social e democratização do ensino, buscando corrigir desigualdades estruturais e promover equidade no ingresso às universidades públicas com ao menos três objetivos sociais, a saber: "construção de uma nação democrática; equidade distributiva e crescimento econômico" (ZONINSEIN, 2009, p. 68).

A literatura evidencia que tais políticas não se restringem à ampliação numérica de vagas, mas se articulam a processos mais amplos de inclusão social, reconhecimento identitário e redistribuição de oportunidades. A título de exemplo, no Estado de Goiás, a experiência da Universidade Estadual de Goiás (UEG) demonstra que a interiorização do ensino superior, aliada à adoção de políticas afirmativas, constitui estratégia relevante para ampliar o acesso educacional em regiões historicamente desassistidas (SANTOS, 2021). Além das cotas previstas em legislação estadual, a criação de programas específicos para quilombolas, como vagas suplementares, evidencia um movimento institucional de reconhecimento das especificidades socioterritoriais e das desigualdades históricas enfrentadas por esse grupo.

Apesar desses avanços, permanecem questionamentos acerca da efetividade dessas políticas, especialmente no que se refere à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes quilombolas. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar a produção científica sobre ações afirmativas voltadas à população quilombola no ensino superior público, buscando identificar avanços, limites e desafios dessas iniciativas.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza narrativa, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é reunir, descrever e analisar criticamente a produção acadêmica sobre ações afirmativas e acesso de populações quilombolas ao ensino superior.

Realização
Parceiros
Apoio

A busca foi realizada nas bases de dados *Web of Science* (WOS) e *Scopus*, selecionadas por sua relevância e abrangência internacional na indexação de periódicos científicos em diversas áreas do conhecimento. Para a recuperação dos estudos, foram utilizados descritores em língua inglesa combinados por operadores booleanos, a saber: (quilombola OR "quilombola *communities*") AND ("*affirmative action*" OR *quotas*) AND ("*higher education*" OR *university*).

Foram considerados artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, sem delimitação rígida de período inicial, priorizando produções pertinentes ao tema. Como critérios de inclusão, selecionaram-se estudos que abordassem políticas públicas, ações afirmativas e estratégias institucionais de acesso e permanência de populações quilombolas no ensino superior em instituições públicas estaduais ou federais. Foram excluídos trabalhos duplicados, estudos que não tratavam diretamente do ensino superior ou que não dialogavam com a temática das medidas afirmativas na graduação.

Após a triagem inicial, os estudos foram analisados qualitativamente, buscando identificar tendências e lacunas no debate acadêmico sobre o tema. Nesse sentido, procurou-se responder à seguinte pergunta: Como a produção científica tem analisado as políticas de ações afirmativas voltadas ao acesso da população quilombola ao ensino superior público, e quais são seus principais limites em relação à permanência e efetividade dessas políticas?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o processo de pesquisa, foram localizados na base da *Scopus* 5 artigos e na da *Web of Science* foram encontrados 11 artigos. Contudo, após a retirada dos artigos repetidos e considerando o objetivo desse trabalho em analisar artigos que tratem especificamente de ações afirmativas para ingresso e permanência de quilombolas em cursos de graduação, permaneceram 5 trabalhos, dispostos no Quadro 1.

Quadro 1 – Produções levantadas sobre o objeto de estudo.

Título	Base	Autores	Ano de publicação
Affirmative Action for Black, Indigenous and Quilombola Students at a Brazilian University	*Scopus* e WOS	LOUREIRO, Armando; CARVALHO, Carina; RODRIGUES, Marta de Oliveira Rodrigues	2024
The trajectory of quilombola students in higher education	*Scopus* e WOS	ALVES, Daniel Cardoso	2020
Ação afirmativa em cursos oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil na Universidade Federal de Tocantins	WOS	CASTORINO, Adriano	2023
Quilombolas e educação: vivências de ações afirmativas em três regiões brasileiras	WOS	GOMES, Arilson dos Santos	2018
De uma experiência (auto)biográfica à reflexão acerca dos processos de investigação das questões étnico-raciais e políticas públicas em educação	WOS	MELLO, Luíza Minho; NUNES, Georgina Helena Lima	2014

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

A análise qualitativa dos estudos selecionados permite identificar um panorama heterogêneo, porém convergente, acerca das ações afirmativas voltadas à população

Realização
Parceiros
Apoio

quilombola no ensino superior brasileiro, evidenciando tanto avanços institucionais quanto limitações estruturais dessas políticas.

O estudo de Alves (2020), ao analisar a trajetória de estudantes quilombolas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), evidencia a adoção, em 2008, de vagas suplementares como estratégia de inclusão. Os resultados indicam haver uma baixa ocupação das vagas ofertadas, além de problemas como fraudes no ingresso e elevadas taxas de evasão, revelando fragilidades nos mecanismos de controle e, sobretudo, nas políticas de permanência. Na concepção do autor, embora os quilombolas estejam sub-representados na instituição, "a presença de grupos excluídos em espaços que tradicionalmente não eram 'seus' representa o início de uma mudança nos estereótipos e a possibilidade de um novo imaginário social sobre os povos quilombolas no Brasil" (ALVES, 2020) (tradução nossa).

O trabalho de Castorino (2022), ao examinar o programa de inclusão denominado Ação Afirmativa na Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Universidade Federal do Tocantins (UFT), apresenta um modelo diferenciado de inclusão baseado na educação à distância. Esse programa tem como objetivo incluir estudantes indígenas e quilombolas, aproximando-os e criando vínculo com a UFT. A proposta busca articular universidade e território por meio da permanência dos estudantes em suas comunidades, promovendo circulação de saberes e fortalecimento local. Contudo, o estudo evidencia desafios significativos relacionados à precariedade das condições materiais, como a falta de acesso a equipamentos de informática e especialmente ao acesso às tecnologias digitais, além de limitações estruturais que impactam o desempenho acadêmico. Cabe ressaltar que, segundo o autor, apesar das condições precarizadas, o ensino na modalidade à distância e a permanência do estudante na comunidade permitem um compartilhamento de conhecimento durante o curso. "Há, nesta modalidade, uma vivência contínua tanto de cada estudante com os conteúdos e aprendizados e o cotidiano da comunidade" (CASTORINO, 2022).

Já o estudo de Loureiro, Carvalho e Rodrigues (2024) analisa políticas afirmativas em uma universidade na Bahia sob a perspectiva do multiculturalismo. Os resultados indicam que houve ampliação do ingresso de estudantes negros, indígenas e quilombolas, porém acompanhada de elevadas taxas de evasão. Os autores destacam que as políticas de ação afirmativa ainda não são plenamente eficazes, sobretudo por não promoverem mudanças estruturais nas instituições de ensino, que continuam operando sob lógicas excludentes. Para as autoras, há a necessidade de apoio financeiro para os vulneráveis socioeconômicos e de reconhecimento, de valorização e do fortalecimento do sentimento de pertencimento dos acadêmicos por meio de práticas que respeitem suas especificidades culturais, de integração de saberes acadêmicos e tradicionais e do desenvolvimento de metodologias pedagógicas específicas e o fortalecimento da formação multicultural dos docentes.

O artigo de Mello e Nunes (2014), de caráter (auto)biográfico, contribui ao evidenciar a dimensão subjetiva e identitária do acesso ao ensino superior de uma das autoras. A experiência narrada demonstra que a política de cotas representa não apenas uma oportunidade educacional, mas também um processo de reconstrução identitária e de enfrentamento das desigualdades históricas vivenciadas pelas populações

Realização
Parceiros
Apoio

quilombolas. O estudo revela, ainda, as dificuldades intergeracionais de acesso à educação formal, reforçando a necessidade de políticas educacionais específicas.

Por sua vez, Gomes (2018) apresenta experiências de ações afirmativas em três regiões brasileiras: Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Marabá, Pará; e Redenção e Acarape no Ceará. Foi destacada a diversidade de iniciativas voltadas à inclusão de quilombolas no ensino superior e em projetos educacionais. O autor evidencia que essas políticas são resultado direto das lutas dos movimentos sociais e que sua efetividade depende da articulação entre universidade, comunidade e território. Além disso, destaca a importância da valorização dos saberes tradicionais como elemento central para a construção de uma educação mais inclusiva e plural. Por fim, o autor conclui afirmando que o "protagonismo quilombola é fundamental para a superação da monocultura do saber, na construção de uma ecologia dos saberes" (GOMES, 2018).

A partir dos estudos, é possível identificar algumas tendências analíticas. Em relação aos tipos de políticas adotadas, observa-se predominância de ações baseadas em cotas, vagas suplementares e programas institucionais específicos, muitas vezes combinados com iniciativas de extensão e assistência estudantil. Quanto aos modelos de acesso, verifica-se a coexistência de diferentes estratégias, incluindo processos seletivos tradicionais com reserva de vagas, modalidades específicas de ingresso e experiências inovadoras, como a educação a distância, que se apresenta como alternativa relevante para populações territorialmente isoladas.

No que se refere aos desafios institucionais, há forte convergência entre os estudos ao apontar que as principais limitações não se concentram no acesso, mas na permanência e no sucesso acadêmico. Destacam-se problemas como evasão elevada, ausência de políticas estruturadas de acompanhamento, vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, dificuldades de acesso a recursos tecnológicos e insuficiência de transformações institucionais capazes de promover inclusão efetiva.

Por outro lado, os impactos sociais das ações afirmativas são significativos. Os estudos evidenciam que essas políticas contribuem para a ampliação do acesso ao ensino superior, o fortalecimento das identidades quilombolas, a formação de profissionais comprometidos com suas comunidades e a construção de vínculos entre universidade e território. De modo que o acesso ao ensino superior assume não apenas uma dimensão educacional, mas também social, política e simbólica.

Além disso, emerge como categoria analítica relevante a dimensão territorial das políticas, uma vez que o acesso e a permanência de estudantes quilombolas estão diretamente relacionados às condições socioterritoriais em que vivem. A articulação entre universidade e território, especialmente em experiências como a educação a distância exposta por Castorino (2022), aponta para a necessidade de compreender as ações afirmativas para além do espaço institucional, considerando suas implicações no desenvolvimento local e na reprodução social das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos termos dos textos estudados, as ações afirmativas voltadas à população quilombola no ensino superior brasileiro têm desempenhado papel relevante na ampliação do acesso, configurando-se como instrumentos importantes de democratização educacional e de enfrentamento das desigualdades históricas. Observa-se que diferentes

modelos institucionais — como cotas, vagas suplementares e programas específicos — vêm sendo implementados em distintas universidades, revelando um movimento de reconhecimento das especificidades socioculturais e territoriais dessas populações.

Entretanto, os resultados apontam que tais políticas ainda apresentam limitações significativas, sobretudo no que se refere à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes quilombolas. A elevada evasão, a ausência de políticas estruturadas de acompanhamento, as desigualdades socioeconômicas e as fragilidades institucionais indicam que o acesso, embora necessário, não é suficiente para garantir inclusão efetiva. Além disso, evidencia-se que muitas instituições de ensino superior ainda operam sob lógicas que não incorporam plenamente a diversidade sociocultural, comprometendo a consolidação de ambientes acadêmicos verdadeiramente inclusivos.

No plano acadêmico, identificam-se lacunas importantes, como a escassez de estudos específicos sobre a população quilombola, a predominância de análises centradas no acesso e a ausência de avaliações sistemáticas das políticas implementadas. Além disso, verifica-se uma limitada articulação entre ações afirmativas e a dimensão territorial das comunidades. Diante disso, torna-se fundamental o desenvolvimento de pesquisas complementares que aprofundem a compreensão das dinâmicas de permanência, analisem os efeitos das políticas ao longo do tempo e investiguem as relações entre ensino superior, território e desenvolvimento comunitário.

Assim, embora as ações afirmativas representem um avanço significativo na promoção da equidade no ensino superior, sua efetividade depende do fortalecimento de políticas integradas, que articulem acesso, permanência e reconhecimento das especificidades socioculturais das populações quilombolas, bem como do aprofundamento da produção acadêmica sobre o tema

AGRADECIMENTOS: À Universidade Estadual de Goiás pelo apoio por meio da Bolsa de Desenvolvimento e Inovação na Pós-Graduação Stricto Sensu (BISS).

Referências

ALVES, Daniel Cardoso. The trajectory of quilombola students in higher education / A trajetória acadêmica, em números, do quilombola no ensino superior. Sociologias, [S. l.], v. 22, n. 54, p. 376–381, 2020. DOI: 10.1590/15174522-98062. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/98062. Acesso em: 17 abr. 2026.

CASTORINO, Adriano. AÇÃO AFIRMATIVA NOS CURSOS OFERTADOS PELA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Revista Humanidades e Inovação, v. 9, n. 26, 2023. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8261. Acesso em: 17 abr. 2026.

GOMES, Arilson dos Santos. Quilombolas e educação: vivências de ações afirmativas em três regiões brasileiras. MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA, [S. l.], v. 17, n. 33, 2018. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/6685. Acesso em: 17 abr. 2026.

LOUREIRO, Armando; CARVALHO, Carina; RODRIGUES, Marta de Oliveira Rodrigues. Affirmative Action for Black, Indigenous and Quilombola Students at a Brazilian University. Societies, 14, 189, 2024. Disponível em:

https://www.mdpi.com/2075-4698/14/9/189/pdf?version=1727401853. Acesso em: 17 abr. 2026.

Mello, Luíza Minho; NUNES, Georgina Helena Lima. Identidade! v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/download/1814/1903&ved=2ahUKEwi1teXX__WTAxVxhJUCHXWXNbUQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw2o-HCnJQD5wYOmBbMpv1Mh. Acesso em: 17 abr. 2026.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vitório. Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira. In: Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2019.

SANTOS, Júlio César Xaveiro dos. Ação afirmativa para imigrantes em universidades públicas: o ingresso de refugiados e portadores de visto humanitário na Universidade Estadual de Goiás (2015-2020). Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Unidade de Anápolis, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

ZONINSEIN, Jonas. Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento: um novo papel para universidades públicas como gerenciadoras da ação afirmativa no Brasil? In: FERES JÚNIO, João; ZONINSEIN, Jonas. Ação afirmativa e universidade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

A HIDROPOLÍTICA NO CERRADO URBANO-INDUSTRIAL: A DISPUTA PELA ÁGUA NA GOVERNANÇA JURÍDICA DO PLANO DIRETOR DE ANÁPOLIS-GO

Agnaldo Santos de Lucena
agnaldo.lucena@ueg.br *Universidade Estadual de Goiás*
José Carlos de Souza
jose.souza@ueg.br, *Universidade Estadual de Goiás*
Divina Aparecida Leonel Lunas
divalunas@gmail.com, *Universidade Estadual de Goiás*

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro – o segundo maior bioma do planeta – e berço das águas que abastecem as principais bacias hidrográficas da América do Sul – é um território de vida, memória e de resistência. Muito antes de qualquer zoneamento urbano ou instrumento jurídico de planejamento territorial, os povos e comunidades tradicionais do Cerrado – indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de cocos babaçu, ribeirinhos e apanhadores de flores sempre-vivas – já exerciam uma governança própria sobre as águas, as veredas, as nascentes e os buritis. Nessa governança ancestral, as mulheres desempenham papel central e insubstituível: são elas as guardiãs dos saberes sobre os ciclos hídricos, as praticas de manejo das matas de galeria, os rituais de proteção das nascentes e os processos de transmissão do conhecimento tradicional sobre o bioma ás gerações seguintes (SANTOS; SILVA, 2019).

É contra esse pano de fundo – de sabedoria acumulada e de vidas radicalmente enraizadas no Cerrado – que se impõe, com toda sua brutalidade, o modelo do Cerrado Urbano-Industrial. Entende-se por Cerrado Urbano-Industrial o conjunto de dinâmicas territoriais que emergem nos núcleos urbanos e complexos industriais inseridos no bioma, onde a lógica da acumulação capitalista reconfigura o uso do espaço, dos recursos naturais e das relações de poder de forma análoga – e estruturalmente complementar – à lógica do agronegócio nas áreas rurais. Nesses territórios, o Cerrado não é apenas o pano de fundo: é o recurso disputado, a microbacia explorada, o manancial ameaçado e a comunidade expropriada de sua água.

A cidade de Anápolis-Goiás é o paradigma desse Cerrado urbano-industrial. Posicionada como um dos principais *hubs* multimodais do Brasil Central, a cidade concentra o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), O Porto Seco Centro-Oeste, a Ferrovia Norte-Sul – materializando o que Milton Santos (2000) definiu como "meio-científico-informacional", onde o território é produzido e normatizado pela lógica dos fluxos de capital e informação. Anápolis funciona, no modelo macro analisado por Xavier (2019), como o gargalo de processamento e escoamento do padrão exportador de commodities do Cerrado (MATOPIBA), internacionalizando suas contradições ambientais e sanitárias no tecido urbano. Nesse território estratégico (BECKER, 2012), a água emerge como o recurso mais disputado e mais revelador das contradições do Cerrado Urbano-Industrial, o DAIA, Gerido pela CODEGO

Realização
Parceiros
Apoio

(Companhia de Desenvolvimento de Goiás) e Polo Farmoquímico de relevância nacional, demanda volumes expressivos de água para produção e diluição de efluentes industriais. A SANEAGO (Companhia de Saneamento de Goiás S.A.) e a população urbana de Anápolis demanda o mesmo recurso para abastecimento humano, captado no Sistema Piancó. Ambos os sistemas dependem criticamente da mesma microbacia do Cerrado: a do Rio das Antas e seus afluentes (Piancó e Caldas), que se tornou, conforme documentam as Ações Civis Públicas (ACPs) do Ministério Público de Goíás (MP-GO, 2021), um território de sacrifício, marcado por escassez crônica e contaminação por efluentes industriais.

O instrumento institucional que arbitra esse conflito é o Plano Diretor Municipal de Anápolis (Lei Complementar nº 426/2019). É nesse documento jurídico que o poder institucional define, por meio do zoneamento urbano, quem tem prioridade de uso do espaço e, consequentemente, da água: a Zona de Expansão Industrial (ZEI) do DAIA ou a Zona de Proteção Ambiental (ZPA) enquanto instrumento de poder jurídico-político, arbitra, reflete e materializa a disputa territorial pela água (hidropolítica) entre o poder econômico-industrial (DAIA/CODEGO) e as demandas do poder social (abastecimento/ SANEAGO), no contexto do Cerrado Urbano-Industrial – e em que medida essa disputa apaga os saberes e os direitos das mulheres e dos povos tradicionais guardiões da sociobiodiversidade do bioma? O objetivo desse trabalho é analisar as relações de poder (institucional, econômico e social) que configuram a governança jurídica da água no Plano Diretor de Anápolis, focando na disputa hidropolítica entre o setor industrial – DAIA – e o abastecimento humano – SANEAGO – na Bacia do Rio das Antas.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa com método crítico-dialético, compreendendo o Plano Diretor como a síntese jurídica (a norma) das forças contraditórias (o conflito) que constituem o Cerrado urbano-industrial (HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2000). O delineamento é o Estudo de Caso Ùnico (Anápolis-GO), adequado a um mestrado de 24 mesesdo PPG-TECCER/UEG, Linha 1 – Dinâmicas Territoriais e Relações de Poder no Cerrado.

A coleta de dados organiza-se em duas fases complementares e concomitantes:

Fase 1 – Análise Documental (O Poder Jurídico-Institucional): concentra-se nas legislações e nos documentos que materializam o conflito hidropolítico no Cerrado Urbano-Industrial de Anápolis:

1.1 Plano Diretor de Anápolis (Lei Complementar nº 426/2019) e Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei nº 3.840/2015), com foco nos mapas de zoneamento (ZEI vs. ZPA) e sua relação territorial com a Bacia do Rio das Antas;

1.2 Ações Civis Públicas (ACPs) e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) do Ministério Público (MP-GO) referentes ao DAIA e aos mananciais da microbacia;

1.3 Relatórios operacionais da SANEAGO, (Dados de abastecimento e escassez hídrica) e dados de outorga e demanda da CODEGO-DAIA.

1.4 Atas de Audiências Públicas de revisão do Plano Diretor, disponíveis na Câmara Municipal e na Prefeitura de Anápolis, com atenção especial à presença – ou ausência – de vozes de comunidades tradicionais, mulheres e movimentos sociais nos processos participativos.

Fase 2 – Análise de Agentes (O Poder em Discurso): serão realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes-chave (amostra intencional qualificada, N=5-7) contemplando:

2.1 Poder econômico: 1-2 gestores da CODEGO e/ou Associação de Indústrias do DAIA;

2.2 Poder institucional de gestão: 1-2 gestores da Secretaria de Meio Ambiente de Anápolis;

2.3 Poder institucional de serviço: 1-2 técnicos da SANEAGO, área operacional de Anápolis;

2.4 Contrapoder social: 1 promotor de justiça do MP-GO (Curadoria do Meio Ambiente) e/ou membro do Comitê de Bacia do Rio das Antas, com atenção à inclusão de representantes de comunidades tradicionais e lideranças femininas do entorno da bacia.

Os dados serão analisados por triangulação, cruzando o que a Lei prescreve, o que os documentos registram e o que os agentes enunciam. A metodologia analítica centra é a Análise Crítica do Discurso (ACD), investigando como as narrativas de poder são mobilizadas na arena jurídica do Plano Diretor - "progresso do Cerrado Industrial não pode parar" versus "o direito à água potável e à sociobiodiversidade do Cerrado que habitamos e guardamos"

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em fase inicial (pré-projeto submetido ao PPG-TECCER em novembro de 2025). Os resultados aqui apresentados decorrem da revisão bibliográfica e da análise documental preliminar, que permitem identificar **quatro** achados estruturantes sobre a hidropolítica no Cerrado Urbano-Industrial de Anápolis.

1. O Cerrado Urbano-Industrial como face invisibilizada da crise hídrica do bioma

O Conceito de Cerrado Urbano-Industrial emerge da constatação de uqe as análises sobre o bioma tendem a privilegiar as dinâmicas rurais e agrícolas, invisibilizando as contradições que se produzem nos núcleos urbano-

Realização
Parceiros
Apoio

industriais inseridos no bioma. Em Anápolis, o Cerrado não termina onde começa a cidade: ele persiste nas microbacias que abastecem a população, nos aquíferos sob as zonas industriais e nos rios que recebem os efluentes do Polo Farmoquímico. Nomear esse fenômeno como Cerrado Urgano-Industrial é, antes de tudo, um ato político de reconhecimento: a destruição das águas do bioma tem endereço institucional, nome jurídico e responsável identificáveis.

2. As mulheres e os povos tradicionais como guardiões das sociobiodiversidade hídrica do Cerrado

Antes e além de qualquer Plano Diretor, as mulheres e os povos tradicionais do Cerrado constituem a mais antiga e eficaz forma de governança hídrica do bioma. As mulheres dos povos tradicionais - quebradeiras de coco babaçu, geraizeiras, ribeirinhas, indígenas e quilombolas – são as principais gestoras dos recursos hídricos em suas comunidades: são elas que conhecem as nascentes pelo nome, que identificam as plantas indicadoras da qualidade da água, que organizam mutirões de limpeza das veredas e que transmitem às filhas e netas os saberes sobre os ciclos das chuvas e das cheias (BANIWA, 2006. LITTLE, 2002). Essa governança feminina e comunitária da água é invisibilizada tanto pelo modelo industrial quanto pelos instrumentos jurídicos de planejamento urbano. Que não reconhecem os saberes tradicionais como fonte legítima de conhecimento sobre o território.

Os povos tradicionais do Cerrado, em suas especificidades culturais e territoriais, praticam uma relação com a água radicalmente distinta da que o modelo urbano-industrial impõe. Para os geraizeiros do norte de Minas e do oeste da Bahia, a vereda é sagrada – não como metáfora, mas como categoria ontológica que orienta práticas concretas de proteção das nascentes (NOGUEIRA, 2009). Para os quilombolas do Cerrado goiano, os córregos e rios são territórios de memória, de trabalho se de identidade coletiva. Para os povos indígenas Avá-Canoeiro e Karajá, as bacias hidrográficas do Cerrado são o próprio corpo do território. Esses saberes e práticas representam não apenas patrimônio cultural imaterial, mas epistemologicamente alternativa ao modelo hegemônico de gestão hídrica – e é exatamente essa epistemologia que o Cerrado Urbano-Industrial de Anápolis ameaça apagar.

3. A água como ciclo hidrossocial e a hidropolítica como relação de poder

A análise de Swyngedouw (2007) sobre o ciclo hidrossocial é fundamental para compreender que a escassez e a contaminação hídrica na Bacia do Rio das Antas não são fenômenos naturais: são o resultado direto das relações de poder político, econômico e jurídico que configuram o Cerrado Urbano-Industrial. As ACPs do MP-GO (2021) documentam o comportamento dos mananciais do Sistema Piancó, mas a institucionalidade municipal – expressa no Plano Diretor – segue priorizando a expansão da Zona Industrial (ZEI) sobre a Zona de Proteção Ambiental (ZPA). A água, portanto, é o objeto e o espelho da hidropolítica local: ela revela quem detém o poder de

Realização
Parceiros
Apoio

decidir quem bebe, quem produz e quem paga o custo ambiental e sanitário do modelo industrial no Cerrado.

Nesse cenário, as mulheres e as comunidades tradicionais são duplamente afetadas: como usuárias do Sistema Piancó comprometido pela poluição industrial e como sujeitos cujos saberes sobre a gestão hídrica do Cerrado são sistematicamente ignorados nas arenas institucionais de tomada de decisão. A ausência de representação de mulheres e povos tradicionais nas audiências públicas de revisão do Plano Diretor – hipótese que a pesquisa se propõe a investigar – seria a expressão mais concreta dessa dupla invisibilidade.

4. O Plano Diretor como Instrumento de governamentalidade e silenciamento epistêmico

Com base em Foucault (2008), o Plano Diretor de Anápolis é compreendido não como documento técnico neutro, mas como instrumento de governamentalidade – uma tecnologia de poder que, ao definir zonas, hierarquias de uso e prioridades territoriais, governa tanto o espaço quanto as populações que nele vivem. A análise preliminar revela como o zoneamento urbano opera para viabilizar investimentos privados (NADALIN, 2023) em detrimento das necessidades sociais de abastecimento (MARICATO, 2001), legalizando a supremacia do poder econômico-industrial sobre o direito humano à água. Mais que isso: ao não reconhecer os territórios tradicionais, os saberes femininos sobre as nascentes e as práticas comunitárias de gestão hídrica como elementos legítimos do planejamento territorial, o Plano Direto pratica um silenciamento epistêmico – apaga as formas de saber e de habitar o Cerrado que não se encaixam na lógica da ZEI e da ZPA, como se o bioma existisse apenas para ser industrializado ou preservado em zonas-tampão, e não para ser vivido, cuidado e guardado por seus povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputa pela água na Bacia do Rio das Antas em Anápolis-GO é, em sua essência, a mesma disputa que os povos tradicionais e as mulheres guardiãs do Cerrado travam em todo o bioma: a disputa pelo direito de existir, de cuidar e de decidir sobre os bens comuns – terra, água, biodiversidade, memória e futuro.

O conceito de Cerrado Urbano-Industrial, proposto por esta pesquisa, amplia o olhar sobre o bioma ao revelar que a crise hídrica do Cerrado não ocorre apenas nas fronteiras agrícolas do agronegócio, mas também nas zonas industriais das cidades que crescem sobre suas microbacias. E que o instrumento que legitima essa crise – O Plano Diretor - é uma arena de poder onde os saberes e os direitos das mulheres e dos povos tradicionais são estruturalmente silenciados.

A análise da hidropolítica no Cerrado urbano-industrial de Anápolis contribui, portanto, para três campos articulados: (i) a compreensão das dinâmicas territoriais de poder no bioma; (ii) o reconhecimento das mulheres e dos povos tradicionais como sujeitos epistêmicos e políticos legítimos na governança hídrica do Cerrado; e (iii) a crítica aos instrumentos jurídicos de planejamento urbano que, ao invisibilizar esses sujeitos, legalizam a expropriação dos bens comuns do bioma.

Como encaminhamentos futuros, a pesquisa avançará para a análise aprofundada dos documentos jurídicos (Fase 1), para a realização das entrevistas semiestruturadas com os agentes-chave (Fase 2) e para a construção da dissertação de mestrado – com o compromisso de que essa produção acadêmica seja, também ela, um ato de defesa do Cerrado e de seus guardiões.

AGRADECIMENTOS:

Ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sencu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPGSSTECCER) da Universidade Estadual de Goiás, pelo acolhimento da proposta de pesquisa, e a todas as mulheres e comunidades tradicionais que guardam as águas do Cerrado. Ao Orientador Professor Dr. José Carlos de Souza e à Coorientadora: Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas.

REFERÊNCIAS

ANÁPOLIS. Lei Complementar nº 429 de 03 de dezembro de 2019. Institui o Plano Diretor do Município de Anápolis. Diário Oficial do Município, Anápolis, GO, Edição 1266-S. 03 dez. 2019.

ANÁPOLIS. Lei Municipal nº 3.840, de 22 de dezembro de 2015. Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Anápolis e dá outras providências. Anápolis, GO: 2018

BANIWA, G. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECD; LACED/Museu Nacional, 2006.

BECJERM B, J, A Geografia e o Resgate da Geopolítica. Espaço Aberto, PPGG – UFRJ, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.

FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. Curso no Collège de France 91977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HASESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterrritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

LITTLE, Paul E. N de páginas: 32, 2002. Tema: Políticas Públicas. Subtema: Agrária, Agricultura e Agropecuária. Editora: UnB, Brasília.

AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO: A IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL DO PEQUI NO MUNICÍPIO DE GOIÁS/GO

Fernanda de Oliveira Silva
fernanda.olvisilva@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Lucilene Cesário de Oliveira Mendes
lucilenemendesg9@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Derotina Helecir de Brito Alvarenga
derotinabrito@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas por um intenso processo de transformação ambiental, com progressiva degradação dos bens naturais. O desmatamento, as queimadas, a contaminação da água e do solo com agrotóxicos, a mineração, entre outras ações, tem ocasionado impactos sobre a natureza e efeitos diretos na qualidade da vida humana. Em áreas de abrangência do Cerrado esse processo vem assumindo amplitudes ainda mais significativas, comprometendo a manutenção deste bioma em sua plenitude e a vida de povos e populações tradicionais.

A degradação acelerada das áreas naturais do Cerrado, por sua vez, coloca em risco sua biodiversidade, desde que esta é considerada uma das regiões mais biodiversas no mundo. E a diminuição da biodiversidade está diretamente conectada com o comprometimento da sobrevivência de povos indígenas, quilombolas e camponeses nestes territórios. Nesse cenário, perguntamos: Como construir ou fortalecer processos de resistência no Cerrado? Quais as práticas de convivência com este bioma que podem contribuir com sua conservação? Que contribuição o agroextrativismo pode dispor na luta pelo Cerrado e pelos Povos do Cerrado?

Na tentativa de buscar respostas para essas questões, este texto tem como objetivo geral compreender o lugar das práticas de agroextrativismo no fortalecimento da agricultura familiar camponesa e na preservação dos frutos do cerrado no município de Goiás/GO. Especificamente, o temos ainda como objetivos: entender a importância do extrativismo do Pequi para a geração de renda complementar para agricultores familiares assentados, analisar as relações de poder estabelecidas no contexto do extrativismo dos frutos do cerrado e levantar a relevância do extrativismo do Pequi para a complementação de renda entre agricultores familiares.

Esperamos que essas reflexões, ainda iniciais, possam contribuir com a discussão sobre a importância socioambiental dos frutos do cerrado, assim como para o fortalecimento da luta de povos e populações tradicionais em defesa do Cerrado, enquanto bioma e como território.

METODOLOGIA

Metodologicamente, este texto é resultado de reflexões teóricas realizadas pelas autoras no contexto da disciplina “Geografia: Natureza e Sociedade”, ofertada no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, do Campus Cora Coralina, da Universidade

Realização
Parceiros
Apoio

Estadual de Goiás (UEG), além da realização de entrevistas orais com agricultores familiares camponeses que coletam e comercializam frutos do cerrado no município de Goiás. As entrevistas foram realizadas na Feira da Agricultura Familiar, realizadas às quintas-feiras, na cidade de Goiás, ou de forma remota, com uso do aplicativo *google forms*. No total, considerando uma perspectiva qualitativa de pesquisa, foram entrevistados quatro agricultores familiares que praticam o extrativismo como complemento de renda. A conexão entre as reflexões teóricas e o trabalho de campo foram consolidadas nos resultados aqui apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Cerrado foi considerado um *Hotspot de Biodiversidade*, como a savana mais biodiversa do mundo. Isso significa que este território é, ao mesmo tempo, uma área com elevada diversidade biológica e com intensos processos de degradação, colocando tal diversidade em risco.

> O Cerrado é extremamente rico em diversidade de plantas, contando com mais de 12.000 espécies nativas catalogadas. A grande diversidade de hábitats resulta em transições marcantes entre diferentes tipologias de vegetação. Cerca de 250 espécies de mamíferos vivem no Cerrado, junto com uma rica avifauna com 856 espécies registradas. A diversidade de peixes (800 espécies), répteis (262 espécies) e anfíbios (204 espécies) também é alta. Muitas dessas espécies e suas variedades são endêmicas, não apenas para o hotspot, mas também para alguns locais específicos dentro dele. Por essas razões, o Cerrado é considerado a região de savana tropical com a maior biodiversidade do mundo (Sawyer et. al, 2018, p. 8).

Essa riqueza natural tem sido, contudo, ameaçada, por um modelo de desenvolvimento no campo que é pautado pela monocultura em larga escala, para produção de *commodities*, a partir do pacote tecnológico com sementes transgênicas, agrotóxicos, adubação química e mecanização pesada. Da mesma forma a pecuária extensiva contribuiu com esse processo de degradação. Tanto para plantio de pastagem quanto para a implantação de monoculturas a vegetação natural do Cerrado vem sendo suprimida, com destaque para a retirada de árvores produtoras de frutos nativos socioambientalmente importantes, como Pequi (*Caryocar brasiliense*), Cajuzinho do Cerrado (*Anacardium humile*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Cagaita (*Eugenia dysenterica*), Araticum (*Annona crassiflora*), Baru (*Dipteryx alata*), entre vários outros.

O município de Goiás, primeira capital do Estado de Goiás, prestes a completar 300 anos de fundação, teve como base inicial de ocupação a mineração. Posteriormente, contudo, se consolidou a atividade pecuária extensiva, desenvolvida em grandes latifúndios. Nas brechas das grandes fazendas de produção pecuária foram se apertando camponeses, que sobreviveram da produção de leite, de alguns outros alimentos e da coleta de frutos do cerrado. Nos anos 1980 essa categoria se fortaleceu a partir da luta pela terra, com a conquista de 24 assentamentos rurais, alojando mais de 700 famílias (INCRA/GO, 2026). As famílias assentadas se adaptaram à dinâmica produtiva local, assumindo, majoritariamente, a produção de leite conectada com a produção alimentos para o consumo familiar e comercialização de excedentes.

Silva e Souza (2017), em pesquisa realizada no assentamento São Carlos, no município de Goiás, levantaram os principais produtos cultivados e/ou produzidos entre agricultores familiares camponeses. Entre os cultivos destacaram-se: Milho, Mandioca, Laranja Comum, Laranja de Doce, Limão – vários tipos, Figo, Abacate, Manga, Amendoim, Abóbora – vários tipos, Banana, Goiaba, Maracujá, Cajá-Manga, Graviola, Hortaliças (Alface, Cebolinha Verde, Couve), Abobrinha, Pimentas. Além destes, foram identificados os seguintes produtos de origem animal: Leite, Queijo, Frango, Ovos, Carne Bovina, Bezerro, Carne Suína. Na mesma pesquisa, contudo, os autores identificaram a existência e uso dos seguintes frutos do Cerrado: Pequi, Baru, Jatobá, Guapeva, Gabiroba, Mamacadela, Tarumam, Mangaba, Araticum, Buriti, Macauba, Cajuzinho do Cerrado, Murici.

É possível entender, no contexto da dinâmica produtiva da agricultura familiar consolidada no município de Goiás, que a prática do agroextrativismo é elemento importante para a sobrevivência no campo, refletindo, como escreve Santilli (2009, p. 91):

> [...] as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação de ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável.

A maior parte destes frutos do Cerrado são utilizados na alimentação das famílias camponesas assentadas no assentamento São Carlos e entre os demais agricultores do município de Goiás. Quanto à comercialização, como complemento de renda familiar, destaca-se o Pequi. O processo de coleta do Pequi, contudo, envolve um diálogo difícil com os fazendeiros confrontantes ao assentamento, onde estão, normalmente, grande parte dos pés de Pequi. Na fala de um dos agricultores entrevistados, podemos identificar tal questão.

> *[...] levantava 5 horas da manhã pra catar Pequi. Mas primeiro tinha que ter autorização do fazendeiro. Ainda tinha que tomar cuidado ou correr dos búfalos, porque os búfalos de um dos fazendeiros pegava as pessoas também. Tinha que ir cedo, porque se fosse tarde já não conseguia catar mais... Catava dois sacos de Pequi no dia. Pegava dois sacos, amarrava na moto e ia pra beira do asfalto pra vender o Pequi. Vendia a lata e o saco. Era muito difícil. Tinha que vender pra comprar alimentos pra garantir a sobrevivência lá no assentamento São Carlos. O dia que não vendia tudo, escondia o saco em uma moita, catava mais e vendia no outro dia.* (Informação Verbal, Seu Reginaldo, Goiás/GO, 20 de maio de 2026).

A extrativismo do Pequi ocorre também nas parcelas das famílias assentadas, mas, na maioria das vezes, ocorre em fazendas próximas aos assentamentos rurais, tornando mais difícil tal processo. Oliveira e Scariot (2010, p. 30), destacam que: "Alguns proprietários de terras trabalham em parceria com os extrativistas, pedindo uma parte do que eles coletam dentro das fazendas em troca da permissão para coletar". Porém, em muitos outros casos, as famílias extrativistas encontram desafios para a coleta deste fruto nestas áreas.

Realização
Parceiros
Apoio

De forma geral, o Pequi pode ser comercializado *in natura* ou processado de diferentes formas. Dele podem ser extraídas, por exemplo, a madeira, o óleo, a polpa, a amêndoa (Oliveira; Scariot, 2010). Entre os agricultores familiares no município e Goiás, no entanto, a comercialização ocorre, via de regra, com o produto sem processamento. A venda ocorre às margens das rodovias, próximo aos assentamentos rurais, ou em pontos de venda ou feiras na área urbana do município de Goiás.

> *No começo do período produtivo do Pequi ele fica mais caro. Pode vender um saco por quarenta ou cinquenta reais, o prato por 10 reais e a lata por 20 reais. No meio do período, o Pequi já começa a ficar mais barato. E já no final da catada do Pequi, ele já desaparece e já não consegue vender muito mais* (Informação Verbal, Seu Vicente, Goiás/GO, 20 de maio de 2026).

Esse agricultor entrevistado relata a variação do preço do Pequi durante seu período de produção. Ele, especificamente, comercializa o produto na Feira da Agricultura Familiar, junto com outros alimentos produzidos. A comercialização do Pequi segue também uma dinâmica da oferta e demanda, sendo que em anos com muita produção o valor recebido abaixa significativamente. Ainda assim a coleta e comercialização do Pequi e de outros frutos do Cerrado tem apresentado um complemento na renda familiar de agricultores familiares assentados no município de Goiás, fortalecendo suas estratégias de manutenção no campo.

O Agroextrativismo, conectando a produção agropecuária com a coleta de frutos do Cerrado, com destaque para o Pequi, se apresenta enquanto instrumento para a permanência de camponeses no campo. A renda extra alcançada com a comercialização dos produtos extrativos auxilia na manutenção da família e no fomento de outras atividades produtivas no local de moradia. No município de Goiás, essa estratégia tem resultado no fortalecimento da agricultura familiar camponesa de forma geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extrativismo em áreas de Cerrado tem sido, historicamente, um instrumento estratégico na garantia de sobrevivência de povos e populações tradicionais. No contexto da agricultura familiar camponesa, conectado com a produção agropecuária, o agroextrativismo se conforma em estratégia essencial para a reprodução familiar no campo. No município de Goiás, que passou por um relativo processo de reorganização fundiária, com criação de vários assentamentos rurais, essa estratégia se torna ainda mais importante. A coleta e comercialização de frutos do Cerrado, com destaque para o Pequi, tem contribuído com a geração de renda extra para famílias assentadas, fortalecendo os processos produtivos agropecuários.

É importante, no entanto, que sejam fortalecidos os direitos de tais sujeitos com relação à garantia de coleta e exploração de frutos do Cerrado, além de construídas políticas públicas que garantam a proteção de espécies do Cerrado (como o Pequi) e, ao mesmo tempo, possibilitem estruturas para o processamento e agregação de valor aos produtos do cerrado, elevando o valor final dos frutos coletados.

Realização
Parceiros
Apoio

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) no processo de formação no contexto da Graduação em Geografia.

REFERÊNCIAS

INCRA/GO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Os assentamentos em Goiás*. Disponível em: https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/. Acesso em: 24 de maio de 2026.

OLIVEIRA, Washington Luis de; SCARIOT, Aldicir. *Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi*. Brasília, DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010. 84 p.

SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SAWYER, Donald; MESQUITA, Beto; COUTINHO, Bruno; ALMEIDA, Fábio Vaz de; FIGUEIREDO, Isabel; ELOY, Ludivine. *Perfil do ecossistema: hotspot de biodiversidade do Cerrado*. Brasília: Supernova, 2018. 280 p.

SILVA, Nathielly Correia da; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Agrobiodiversidade e práticas extrativistas no Assentamento São Carlos Goiás/GO. In: IV Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás, 2017, Pirenópolis. *Anais do IV Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás (CEPE/UEG)*. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2017.

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA COMO VETOR DE MODERNIZAÇÃO: IMPACTOS NA URBANIZAÇÃO E NA REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE GOIÁS

Fernando Mendonça Filho
Fernandomendonca123321@gmail.com , *Universidade Estadual de Goiás*
Thallys Orestes Sousa Filho
Thallysprofessor@gmail.com , *Universidade Estadual de Goiás*

INTRODUÇÃO

A edificação de Brasília representou um marco no processo de modernização e reordenação territorial brasileiro durante o século XX, articulando políticas de integração nacional e interiorização do desenvolvimento na esteira do governo de Juscelino Kubitschek (Mello, 2015). Durante esse tempo, a economia do país ainda estava centrada no litoral, enquanto as regiões do interior, como Goiás, ainda estavam pouco integradas.

Compreendendo iniciativas anteriores, tais como a "Marcha para o Oeste" durante o Governo Vargas, intensificou-se a ocupação do interior, instigando a construção de Brasília, conduzindo assim uma grande transformação para o território goiano, prioritariamente na urbanização, na infraestrutura e no contexto econômico (Alves, 2005; Arriel, 2017).

No que tange à disciplina da Geografia de Goiás, a apreensão desse fenômeno torna-se imprescindível para a análise da organização e reestruturação do espaço regional. O presente trabalho tem por objetivo estudar a construção de Brasília e seus reflexos na urbanização e transformação no território goiano. Com base nessa análise, as informações foram organizadas em três eixos/tópicos como premissas: O plano da construção de Brasília e seu contexto histórico; processo de construção de Brasília; impactos e mudanças da nova capital ao território goiano.

METODOLOGIA

O estudo apresenta o caráter qualitativo e é bibliográfico, sendo consultado acervos documentais e bibliográficos academicamente constituídos, referentes à construção de Brasília e à urbanização no estado de Goiás, por obras acadêmicas, artigos científicos, dissertações e teses. Para esta pesquisa foram tomadas como referência as pesquisas de Alves (2005), Videsott (2009), Arriel (2017), Mello (2015), Pádua (2008) que discutem e colaboram no tocante ao contexto histórico, processo de construção da capital e seus impactos territoriais no estado de Goiás.

A metodologia utilizada foi a revisão e análise crítica das fontes a fim de articular perspectivas teóricas relacionadas à modernização, urbanização e integração territorial, uma análise de sistema entre processos de história e de consequências no território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realização
Parceiros
Apoio

O plano da construção de Brasília em seu contexto histórico e geográfico

A edificação de Brasília deve ser analisada a partir de um longo processo histórico de interiorização do território brasileiro, que possui seu princípio até no século XIX, com diretrizes para a mudança da capital para o interior já proposta na Constituição de 1891. E surgem nesse contexto iniciativas como a "Missão Cruls", que estabeleceu os limites da área do Planalto Central tida como apropriada para a nova capital (Alves, 2005).

Durante a primeira metade do século XX, o Brasil dispunha de uma organização territorial com uma forte concentração econômica e populacional em regiões litorâneas; e áreas interiores, como exemplo o Centro-Oeste, encontrava-se regiões com certo isolamento e baixa integração econômica. Esse processo começou a ser alterado através de políticas governamentais de integração nacional, à exemplo a "Marcha para o Oeste", durante a gestão de Getúlio Vargas, e, após a criação do Plano de Metas pelo governo de Juscelino Kubitschek, fortalecendo a edificação de Brasília como vetor do desenvolvimentismo nacional (Mello, 2015). No caso de Goiás em particular, a mudança da capital estadual para Goiânia, na década de 1930, já era um sinal para um movimento de reorganização territorial e modernização do estado, prevendo o papel estratégico que a região viria a desempenhar com a edificação da nova capital federal. Este era um processo que tinha a ver com a tentativa de ruptura com as tradicionais estruturas político-econômicas e promoção de maior integração regional (Mello, 2015).

Dessa forma, Brasília aparece como parte de um projeto mais amplo de modernização e integração do território nacional, baseado em uma lógica de planejamento estatal e racionalidade técnica matemática, símbolo da modernidade e integração do espaço geográfico brasileiro (Videsott, 2009).

Processo de construção de Brasília

A edificação de Brasília teve início em 1956, sob a coordenação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), órgão responsável pelo planejamento e execução da nova cidade. Entre os principais protagonistas envolvidos, destacam-se os urbanistas Lúcio Costa, autor do plano piloto, e o arquiteto Oscar Niemeyer, responsável pelos principais projetos arquitetônicos, além do engenheiro Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP (Alves, 2005). O projeto de cidade de Brasília foi elaborado numa lógica modernista, regendo-se por princípios de funcionalidade, racionalidade e monumentalidade. A distribuição espacial da cidade, que é organizada em torno de dois eixos principais — o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário — manifesta essa concepção, associada à noção de ordem e progresso (Alves, 2005).

A construção havia sido um processo agitado no qual estiveram envolvidas uma enorme quantidade de pessoas conhecidos como "candangos", trabalhadores migrantes provenientes de diferentes regiões do país. Este fluxo populacional contribuiu para o surgimento de novos centros urbanos e na dinamização da economia local (Videsott, 2009). Entretanto, a construção de Brasília também sofreu com diversas dificuldades, como as péssimas condições de trabalho, a pressa para tornar realidade e as contradições entre o projeto idealizado e as condições sociais reais. Pensada como símbolo de modernidade e igualdade a cidade fez-se desde seu

Realização
Parceiros
Apoio

nascimento por distinções socioespaciais representadas pela diferenciação em cidades-satélites e pela segregação urbana (Alves, 2005; Videsott, 2009).

Impactos e mudanças da nova capital ao território goiano

A construção de Brasília representou, portanto, um ponto de virada na organização territorial do estado de Goiás, levando a uma reestruturação de sua base econômica, urbana e infraestrutural. A nova capital federal funcionou como um centro dinamizador, que atraiu fluxos populacionais, canalizou novos investimentos públicos e privados e fomentou a consolidação de novos polos regionais (Arriel, 2017).

A construção de Brasília transformou profundamente o território goiano, sobretudo em sua urbanização, integração regional e reorganização econômica. A nova capital federal serviu como um polo de atração populacional, de investimentos na infraestrutura e no crescimento de cidades estratégicas como Anápolis e Goiânia (Arriel, 2017). Dentre os efeitos mais significativos ressalta-se o crescimento da malha de transportes, por meio da construção e recuperação das rodovias importantes que passaram a entrar Goiás em conexão com o país; BR-010, BR-020, BR-040, BR-050, BR-060, BR-153, BR-452, BR-070 e a BR-364. Essa infraestrutura foi fundamental para a vitoriosa constituição de fluxos econômicos e para inserção do estado em dinâmicas produtivas nacionais (Arriel, 2017).

Além da malha viária, o desenvolvimento da infraestrutura de energia e comunicações foi fundamental para viabilizar o processo de urbanização e a instalação das atividades produtivas;

> "De 1950 a 1960, houve a construção de Brasília, da BR-050 e de outras estradas, a expansão da infraestrutura de energia elétrica, a implantação da usina de Cachoeira Dourada, o crescimento do consumo e da produção de materiais de construção para a nova capital federal e a delimitação do Distrito Federal. Tudo isso contribuiu para o aumento da população, não somente no Distrito Federal e na área urbana da capital do Brasil, mas também em cidades limítrofes, como em outras regiões do estado de Goiás." (Pádua, 2008, p. 37)

Com energia disponível e boas ligações territoriais, era possível atrair indústrias e formar centros urbanos e econômicos, em especial em municípios com vocação estratégica. É dentro desse cenário que se destaca a consolidação do eixo Goiânia–Anápolis–Brasília como receptor de investimentos, população e atividades econômicas. Anápolis firmou-se como polo logístico e industrial, e Goiânia cresceu ainda mais enquanto capital político-administrativa do estado. Tal configuração espacial expressa a conformação de uma nova dinâmica regional, diretamente impactada pela inserção da capital federal (Arriel, 2017).

Outro ponto relevante é a modernização e reforma do espaço agrário goiano, centrada na entrada e fortalecimento do latifúndio empresarial. Programas estatais como o POLOCENTRO receberam a ocupação produtiva do Cerrado com a mecanização da agricultura, expansão da fronteira agrícola e a integração das atividades agropecuárias e industriais. Este processo contribuiu para a formação de uma base agroindustrial dinâmica que ampliou o papel goiano na economia nacional (Mello, 2015). Ao mesmo tempo, a construção de Brasília gerou fortes fluxos

Realização
Parceiros
Apoio

migratórios – para a nova capital e para cidades goianas – com isso provocando o crescimento acelerado de cidades e municípios. Todavia, tal processo se deu de forma desigual, com problemas como a expansão urbana desordenada, a formação de periferias e o déficit de infraestrutura em algumas regiões.

O perfil dos gráficos e tabelas presentes na dissertação de Pádua (2008) apresenta a partir dos quantitativos o impacto do crescimento populacional e da urbanização em Goiás na construção de Brasília. De 1950 a 1970, a população urbana do estado passou de cerca de 245.667 para 1.237.108 habitantes, um aumento de mais de 400% em apenas 20 anos, período este que coincide exatamente com a edificação e o fortalecimento da nova capital federal. Nesse mesmo período, também a população total cresceu expressivamente, aumentando de pouco menos de 1,9 milhão em 1960 para quase 3 milhões em 1970, o que demonstra o acirramento dos fluxos migratórios na direção da região. Os gráficos também mostram que, a partir da década de 1980, o número de habitantes no meio urbano ultrapassa em muito o do meio rural e chega a ser 2 vezes maior, invertendo dessa forma o padrão demográfico e consolidando o predomínio urbano no estado.

Pode-se notar, portanto, que a construção de Brasília foi decisiva para a urbanização e desenvolvimento goiano, ao proporcionar a integração territorial, o crescimento econômico e a reorganização espacial. No entanto, tais transformações também revelam as contradições desse modelo de modernização - sancionado por desigualdades socioespaciais e distribuição seletiva dos benefícios do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, pode-se dizer que a construção de Brasília representou um marco fundamental para a modernização e integração territorial do Brasil e do estado de Goiás, na medida em que se vinculava diretamente com as estratégias de interiorização do desenvolvimento e reorganização do espaço nacional por parte do Estado. Nesse sentido, a nova capital brasileira consolidou-se não somente como uma capital política-administrativa, como também em estruturadora das novas dinâmicas espaciais e econômicas (Mello, 2015).

Em Goiás, constatou-se que a abertura de Brasília promoveu profundas mudanças no território goiano, sobretudo no que tange a expansão da malha viária, o aumento da infraestrutura energética e o reforço de núcleos urbanos estratégicos, como Goiânia e Anápolis. O resultado foi a construção de um eixo de desenvolvimento regional e um entrelaçamento muito mais vivo entre Goiás e as formas nacionais de dinamismo produtivo (Arriel, 2017).

Além disso, políticas voltadas à modernização do Cerrado e à integração entre atividades agropecuárias e industriais reforçaram o processo de urbanização e dinamização econômica do estado, evidenciando a relação entre planejamento estatal e transformação do território. Contudo, tais mudanças ocorreram de forma desigual, resultando em contrastes socioespaciais e revelando limites do modelo de desenvolvimento adotado. Dessa forma, conclui-se que a construção de Brasília foi determinante para a urbanização de Goiás, ao promover integração, crescimento e reorganização espacial, ao mesmo tempo em que expressa as contradições inerentes ao processo de modernização territorial brasileiro.

Realização
Parceiros
Apoio

Referências

ALVES, Lara Moreira. **A construção de Brasília**: uma contradição entre utopia e realidade. Encontro de História da Arte, Campinas, n. 1, p. 11–20, 2005. DOI: 10.20396/eha.12005.3586. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3586. Acesso em: 26 mar. 2026.

ARRIEL, Marcos Fernando. **A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2017. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7254. Acesso em: 26 mar. 2026.

MELLO, Marcelo de. **Brasília e Goiânia no processo de modernização produtiva do Cerrado**. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, p. 1-17, 2015. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2015v25n43p1. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/download/6965/7610/32737. Acesso em: 26 mar. 2026.

PÁDUA, Andreia Aparecida Silva de. **Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás**. 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/2847 Acesso em: 10 abr. 2026.

VIDESOTT, Luisa**. Narrativas da construção de Brasília**: mídia, fotografias, projetos e história. 2009. 297 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2009. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-10092013-145157/publico/teseluisavidesottoriginal.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

A ESTRUTURA DA PAISAGEM E O DESMATAMENTO NO CERRADO GOIANO (2015 – 2024)

Fernando Mendonça Filho
Fernandomendonca123321@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Thallys Orestes Sousa Filho
Thallysprofessor@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
José Carlos de Souza
Jose.souza@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro constitui um dos principais domínios naturais do país, ocupando cerca de 24% do território nacional e apresentando elevada biodiversidade (Coutinho, 2016). No estado de Goiás, esse bioma predomina e sustenta o desenvolvimento econômico regional.

A partir da segunda metade do século XX, entretanto, o Cerrado goiano passou por intensas transformações decorrentes da expansão da agropecuária moderna, impulsionada por políticas públicas, avanços tecnológicos e sua consolidação como fronteira agrícola. Esse processo resultou na substituição da vegetação nativa por monoculturas e pastagens, intensificando o desmatamento e a fragmentação da paisagem, com impactos sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos (Silva, 2000; Santana *et al*., 2018; Klink; Machado, 2005).

Nesse contexto, técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto têm se mostrado fundamentais para a análise das dinâmicas espaciais dessas transformações (Burrough; Mcdonnell, 1998). Assim, este estudo tem como objetivo analisar as mudanças no uso e cobertura da terra e o avanço do desmatamento no Cerrado goiano entre 2015 e 2024, contribuindo para o entendimento da dinâmica da paisagem e a identificação de áreas prioritárias para conservação.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base em técnicas de geoprocessamento e análise espacial em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizando o software QGIS. Inicialmente, foi delimitada a área de estudo correspondente ao domínio do Cerrado no estado de Goiás, com base em dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Foram utilizadas bases cartográficas provenientes de instituições oficiais, como IBGE, INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Projeto MapBiomas e de desmatamento extraídos do PRODES Cerrado (INPE, 2025).

Foram elaborados mapas temáticos e gráficos quantitativos para análise da evolução dessas classes ao longo do tempo. Para análise espacial do desmatamento, foi aplicado o estimador de densidade Kernel. Também foram produzidos mapas de declividade, solos e domínios de vegetação, com base em dados do IBGE (2012; 2023) e SRTM.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise espacial dos usos da terra demonstra um padrão bem definido de ocupação territorial. As áreas agrícolas concentram-se predominantemente na porção sul do estado, expandindo-se ao longo do tempo em direção às regiões centro-norte e

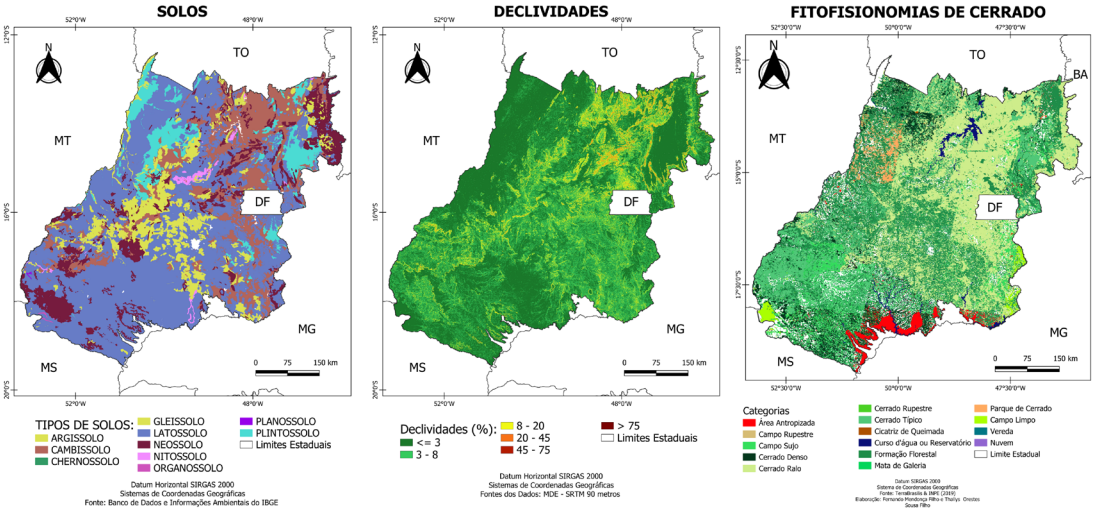
Realização
Parceiros
Apoio

leste. Já as pastagens apresentam maior concentração nas regiões centro-noroeste e nordeste, indicando uma reorganização espacial das atividades agropecuárias.

Do ponto de vista quantitativo, observa-se uma redução significativa das áreas de pastagem, que passaram de 139 mil km² em 2015 para 117,9 mil km² em 2024, representando uma perda de aproximadamente 15,2%. Em contrapartida, as áreas agrícolas apresentaram crescimento expressivo, aumentando de 67 mil km² para 91,2 mil km², o que corresponde a um acréscimo de 36,1%. Destaca-se, nesse contexto, a expansão da cultura da soja, cuja área plantada cresceu cerca de 41% no período, consolidando-se como principal vetor de transformação do uso da terra.

As coberturas naturais de Cerrado apresentaram redução, ainda que em menor magnitude, com perda de 4,4% da área total, passando de 121,6 mil km² para 117,15 mil km². A formação savânica foi a mais impactada, com redução de aproximadamente 3,7 mil km². A análise integrada dos aspectos físico-naturais (Mosaico 1) revela que as áreas mais preservadas concentram-se nas regiões norte e nordeste do estado, onde predominam relevo mais acidentado e solos menos favoráveis à mecanização agrícola, como Cambissolos e Neossolos Litólicos.

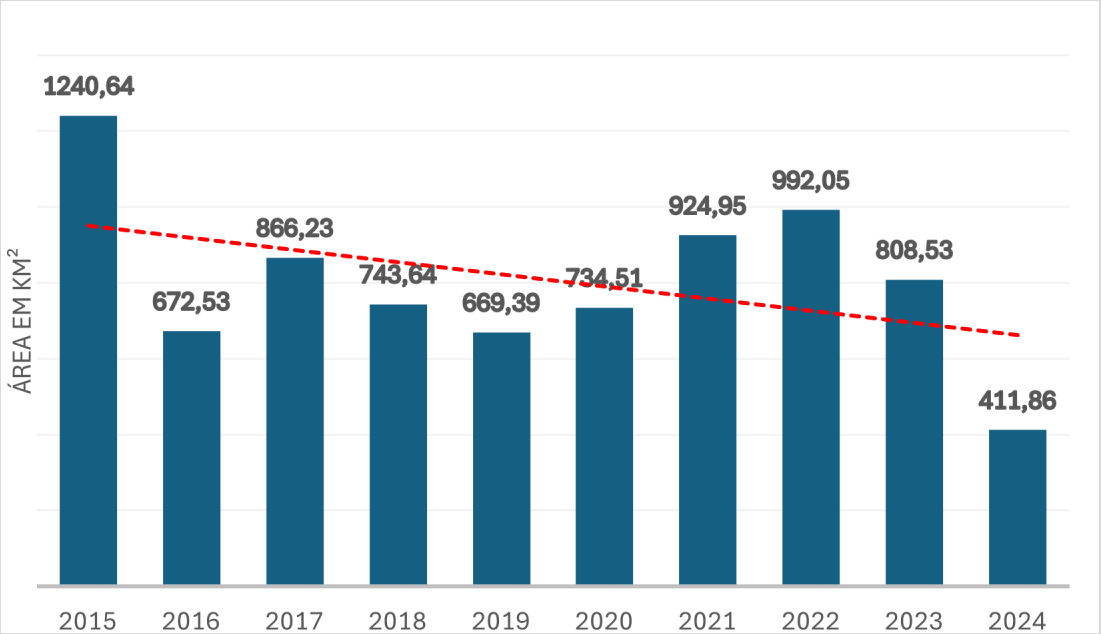
Mosaico 1 – Tipos de solos, declividades e os fitofisionomias do Cerrado Goiano



Elaboração: Fernando Mendonça Filho e Thallys Orestes Sousa Filho (2025)

No que se refere ao desmatamento, os dados indicam que aproximadamente 8.064,33 km² de Cerrado foram suprimidos entre 2015 e 2024, com média anual de 806,4 km² (Gráfico 1). Embora a tendência geral aponte uma leve redução ao longo do período, a perda acumulada permanece significativa, evidenciando a continuidade da pressão sobre o bioma. A distribuição espacial do desmatamento (Mosaico 1) evidencia que as áreas de maior ocorrência se concentram nas regiões norte e nordeste do estado, justamente onde ainda se encontram os maiores remanescentes de vegetação nativa. Em contraste, as regiões centro-sul, já amplamente ocupadas por atividades agropecuárias consolidadas, apresentam menor incidência de novos desmatamentos.

Gráfico 1: Quantificação de áreas desmatadas no Cerrado goiano em km² (2015 – 2024)

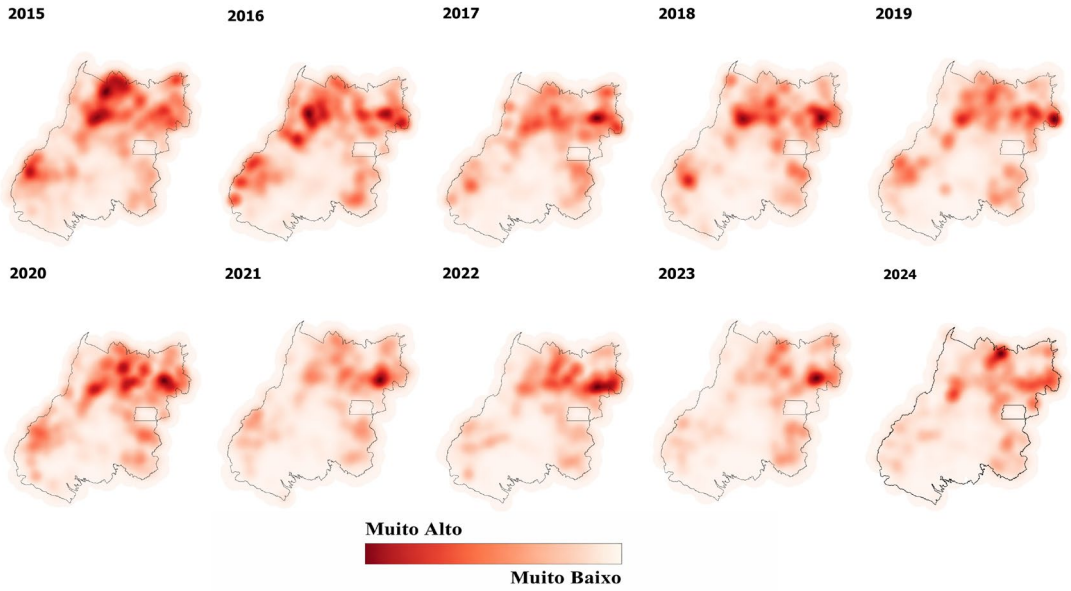


Fonte: PRODES – Cerrado/INPE (2026).
Elaborado pelo autor.

Observa-se que o ano de 2015 apresentou o maior valor da série, com 1.240,64 km², correspondendo a aproximadamente 15,4% de todo o desmatamento registrado no período. Em contrapartida, o menor valor ocorreu em 2024, com 411,86 km², representando cerca de 5,1% do total, o que evidencia uma redução expressiva de aproximadamente 66,8% em relação ao início da série histórica. Apesar dessa tendência geral de queda, há oscilações importantes ao longo do período, com destaque para os anos de 2021 e 2022, que registraram 924,95 km² e 992,05 km², respectivamente, indicando momentos de intensificação da supressão vegetal (INPE, 2024). A análise percentual anual revela que, após uma queda significativa entre 2015 e 2016 (redução de aproximadamente 45,8%), o desmatamento voltou a crescer em 2017 (+28,8% em relação a 2016), mantendo posteriormente um comportamento oscilatório até 2022. A partir desse ano, observa-se uma nova tendência de redução, com queda de cerca de 18,5% entre 2022 e 2023 e de aproximadamente 49,1% entre 2023 e 2024.

A correspondência com o mosaico de mapas de uso e cobertura da terra (Mosaico 2) mostra que as áreas com maiores níveis de desmatamento estavam concentradas em regiões de expansão agrícola recente, principalmente em áreas antes ocupadas por pastagens. Porém, também é possível notar que os desmatamentos invadem áreas de vegetação nativa, principalmente nas bordas de fragmentos de Cerrado, fruto de fragmentação e avanço das atividades agrícolas sobre áreas ainda preservadas.

Mosaico 2 – Mapas da densidade de áreas desmatadas no Cerrado goiano (2015 – 2024)



Elaborado pelo autor (2025).
Fonte: INPE (2024, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica da paisagem no Cerrado goiano entre 2015 e 2024 evidenciou a continuidade do avanço das atividades agropecuárias sobre áreas naturais, especialmente em direção às regiões norte e nordeste do estado, onde ainda se concentram importantes remanescentes de vegetação nativa. Os resultados demonstraram crescimento expressivo das áreas agrícolas, sobretudo da cultura da soja, ao mesmo tempo em que houve redução das áreas de pastagem e das coberturas naturais do Cerrado.

Os dados também revelaram que o desmatamento apresenta forte relação com os condicionantes físico-naturais, ocorrendo com maior intensidade em áreas de relevo mais favorável à ocupação e à mecanização agrícola. Nesse sentido, o uso de técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto mostrou-se fundamental para compreender a distribuição espacial das transformações na paisagem e identificar áreas sob maior pressão ambiental.

Esses resultados indicam um padrão de expansão da fronteira agrícola em direção às áreas ainda preservadas, reforçando a dinâmica de avanço sobre regiões ambientalmente mais sensíveis. Como encaminhamento futuro, destaca-se a importância da ampliação de estudos voltados à fragmentação da vegetação nativa, conectividade ecológica e monitoramento contínuo das mudanças no uso da terra, visando subsidiar estratégias mais sustentáveis de gestão do território.

Referências

BURROUGH, P. A.; MCDONNELL, R. A. **Principles of geographical information systems**. Oxford: Oxford University Press, 1998. 333 p.

COUTINHO, L. M. **Biomas brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

Realização
Parceiros
Apoio

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDiA)**: mapeamento de recursos naturais – escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: 03 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 1). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **PRODES Cerrado**: monitoramento anual da supressão da vegetação nativa no bioma Cerrado. São José dos Campos: INPE, 2025. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes. Acesso em: 03 mar. 2026.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 147–155, jul. 2005.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomas**: coleção 9 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil. São Paulo: MapBiomas, 2024a. Disponível em: https://mapbiomas.org/. Acesso em: 03 mar. 2026.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomas**: coleção 10 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil. São Paulo: MapBiomas, 2025. Disponível em: https://mapbiomas.org/. Acesso em: 03 mar. 2026

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília: Embrapa, 2008.

SANTANA, C. A. M.; REZENDE, A. V. de S.; FERREIRA, B. A.; OLIVEIRA, F. H. de; NASCIMENTO, A. L. Cerrado: pilar da agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 32–49, abr./jun. 2018.

SILVA, J. G. da. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 45–67, 2000.

REZAS EM REDES, DOCES EM TACHOS: TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO DAS FESTAS DE SÃO SEBASTIÃO NO CERRADO GOIANO

Luana Nunes Martins de Lima
luana.lima@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

As festas populares constituem importantes expressões da cultura e da organização social no espaço, sendo compreendidas, no âmbito da geografia cultural, como práticas que articulam memória, religiosidade e produção de sentidos sobre o lugar (Lima, 2022).

No contexto do Cerrado, essas manifestações assumem papel central na produção e na reprodução das identidades socioterritoriais, articulando práticas religiosas, culturais e formas de organização comunitária que se inscrevem no espaço vivido. Autores como Lagares e Almeida (2009) destacam a forte influência do calendário agrícola de produção no trabalho e na constituição dos territórios festivos rurais, enfatizando as festas como demarcadoras do tempo social de produção dos povos cerradeiros. De modo semelhante, Brandão (2007) e Santos (2008) discutem as transformações dos espaços rurais brasileiros e das dinâmicas da cultura no Cerrado a partir da tensão entre tradições camponesas e processos de modernização, evidenciando que, mesmo com a crescente inserção no mercado e a adoção de tecnologias modernas, as comunidades rurais mantêm sistemas simbólicos, éticos e sociais próprios, nos quais as relações de troca extrapolam o econômico e incorporam valores afetivos e culturais.

As experiências empíricas realizadas em festas goianas a partir do projeto intitulado "Acervo digital e inventários colaborativos: instrumentos de preservação do patrimônio e da memória das festas populares em Goiás" evidenciam que essas manifestações revelam formas de patrimônios não previamente institucionalizadas, mas que emergem das vivências e memórias dos sujeitos em sua relação com o lugar (Lima, 2024). Tais manifestações podem ser compreendidas como práticas que, para além de sua dimensão festiva, participam ativamente dos processos de valorização, reconhecimento e patrimonialização, constituindo-se como importantes referências culturais no contexto regional.

Assim, esta pesquisa privilegia uma leitura geográfica das Festas de São Sebastião, também conhecidas como "Festas do Doce" em dois municípios goianos, destacando nelas a existência de uma "comunidade de sentimento" que articula saberes locais e reforça os vínculos de pertencimento socioespacial.

Tem-se como objetivo analisar, à luz da geografia cultural, as territorialidades festivas associadas às celebrações de São Sebastião no estado de Goiás, com ênfase empírica na Festa do Doce de São Sebastião da comunidade de Flores, localizada nos municípios de Cromínia e Mairipotaba, e na Reza do Galho, no município de Aragoiânia.

Especificamente, buscou-se compreender como essas manifestações articulam religiosidade popular, cultura alimentar e redes de sociabilidade na produção e ressignificação do espaço festivo. Nesse sentido, foi preciso: 1) retomar as origens históricas e os sentidos simbólicos atribuídos às festas pelas comunidades envolvidas; 2) analisar o papel da produção e distribuição dos doces, como elemento estruturante das práticas festivas e da coesão social; 3) compreender as formas de organização coletiva e

Realização
Parceiros
Apoio

as redes de cooperação mobilizadas durante a realização das festas; 4) discutir as relações entre sagrado e profano na constituição dessas manifestações; e 5) examinar os processos de valorização, patrimonialização e os desafios contemporâneos enfrentados por essas festas.

METODOLOGIA

Como principal procedimento metodológico, adotou-se a pesquisa participante, durante as duas manifestações ocorridas no ano de 2026. A observação in loco possibilitou apreender as dinâmicas territoriais, os significados atribuídos pelos sujeitos e as formas de uso e apropriação do espaço durante o tempo festivo.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro flexível com festeiros, organizadores e participantes das duas celebrações. Essa técnica possibilitou captar narrativas, memórias e interpretações dos sujeitos envolvidos, permitindo compreender as motivações, os sentidos da devoção, as formas de participação e as transformações percebidas ao longo do tempo.

Além disso, a pesquisa de campo contemplou anotações, registros audiovisuais e fotográficos, contribuindo para a análise das práticas, dos rituais e da organização espacial das festas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Reza do Galho tem origem na década de 1950, em um contexto de estiagem severa que atingiu a região. A narrativa de seu surgimento está associada a um episódio considerado milagroso pela comunidade local: após a construção de uma cruz em uma nascente que havia secado, a água teria voltado a brotar, sendo interpretado como intervenção de São Sebastião. Esse acontecimento deu origem à construção de uma capela e ao início das práticas devocionais que, ao longo do tempo, se consolidaram como uma festa anual.

Um dos principais elementos simbólicos dessa festa é a “Reza do Galho”, prática ritual que envolve a circulação de um arranjo decorado entre as famílias da comunidade. Esse objeto não apenas indica a responsabilidade pela organização das rezas, mas também materializa relações de pertencimento e continuidade intergeracional. A dinâmica de transmissão do galho expressa uma territorialidade simbólica baseada na cooperação, na fé e na memória coletiva, evidenciando como os objetos culturais podem atuar como mediadores das relações sociais.

Outro aspecto fundamental da Reza do Galho é a centralidade da produção e distribuição de doces. Esses alimentos, preparados de forma artesanal, mobilizam saberes tradicionais e uma complexa rede de colaboração comunitária. Moradores de Aragoiânia contribuem tanto com a doação de doces prontos quanto com matéria-prima para sua confecção. Nesse contexto, os festeiros assumem papel fundamental, sendo responsáveis pela arrecadação dos insumos, pela organização da produção e pela garantia da quantidade necessária para atender ao público, evidenciando uma rede de cooperação que sustenta material e simbolicamente a realização da festa.

Do ponto de vista espacial, a festa transforma temporariamente o local onde é realizada em um centro de convergência social, reunindo moradores da zona rural e urbana, além de visitantes. A programação ritual — que inclui cantoria de foliões locais, reza do terço e leilões — organiza o espaço em torno de diferentes práticas, nas quais o sagrado e o profano coexistem. Essa coexistência, longe de representar uma contradição, evidencia a complexidade das festas populares, nas quais múltiplas formas de participação e significação se sobrepõem, conforme destaca DaMatta (1997).

Já a Festa do Doce de São Sebastião, na comunidade de Flores, possui uma origem distinta, mas igualmente marcada pela religiosidade e pela memória familiar. Trata-se de "uma promessa que virou festa". Segundo relatos de membros da família Nogueira e Rodrigues, a tradição começou no ano de 1.918 com uma promessa da bisavó da família, Guilhermina Nogueira, para que seus filhos, na época, não fossem chamados para a guerra. Tendo "recebido sua graça", dona Guilhermina passou a oferecer, todos os anos no dia de São Sebastião, arroz doce e biscoitos para os "inocentes" (crianças até 12 anos). A festa de São Sebastião, desde então, é realizada pela família Nogueira e Rodrigues como cumprimento desta promessa, mas envolve toda comunidade de Flores, moradores dos municípios de Cromínia e Mairipotaba e outros municípios do entorno.

Essa festa se destaca pela sua escala e pela intensidade da mobilização social que promove. A produção de doces ocorre ao longo de aproximadamente doze dias, envolvendo grande quantidade de voluntários e doações de insumos, como leite, açúcar e frutas. Esse processo evidencia uma organização espacial e social complexa, na qual o trabalho coletivo se articula com práticas de hospitalidade e convivência. Os momentos de preparação — que incluem refeições coletivas, rezas e danças (forrós e arrasta-pé) — são tão importantes quanto o evento principal, configurando um tempo festivo ampliado que redefine o cotidiano da comunidade.

Assim como na Reza do Galho, a produção e distribuição de doces é uma parte central da manifestação popular. A preparação em tachos de cobre, em fornos de barro construídos na propriedade do festeiro exclusivamente para o preparo dos doces, remete a técnicas tradicionais que reforçam a identidade cultural da festa. As pessoas da comunidade, fazendeiros, políticos e o comércio local doam leite, frutas, açúcar e o próprio trabalho, tanto como pagamento de promessa, como expressão de pertencimento a essa rede de solidariedade e sociabilidade. A participação aberta à comunidade e aos visitantes evidencia o caráter inclusivo e pedagógico da prática, permitindo a transmissão de saberes e a construção de vínculos sociais.

Entre os principais tipos de doces oferecidos gratuitamente em ambas as festas, destacam-se doces à base de leite, além de preparações com frutas, tais como: Leite mole; Cidra; Leite com coco; Leite com abacaxi; Leite com cidra; Leite mole com amendoim (Pingo); Mamão ralado; Coco branco; Mamão picado; Mamão com leite; Doce de pão; Goiabada; Pau de mamão com leite; Pau de mamão com coco; Ambrosia; Ameixa; Figo; Figo com mamão; Doce de leite de pingo; Casca de laranja da terra; Casca de limão; Doce de ovo de bolinha; Doce de queijo em calda.

A diversidade dos doces reflete não apenas a criatividade culinária, mas também a adaptação às condições locais, como a disponibilidade de frutas e insumos. Em alguns casos, receitas específicas ganham destaque por sua tradição, como o doce de pão na Reza do Galho, que se consolidou como alternativa diante da dificuldade de acesso a determinadas frutas nas condições climáticas do Cerrado. A preparação desses alimentos exige planejamento prévio, organização coletiva e dedicação, constituindo um dos maiores desafios enfrentados pelos festeiros. Mais do que alimentos, os doces assumem um papel simbólico fundamental: representam a partilha e a abundância, como sinal das "bênçãos recebidas".

Nessa perspectiva, as festas analisadas não se configuram como uma ruptura com o cotidiano, mas como sua continuidade, na medida em que reproduzem e tensionam as contradições sociais presentes no dia a dia ao mesmo tempo em que, do ponto de vista material, são organizadas durante todo o ciclo anual. Tal interpretação aproxima-se da leitura de Guarinello (2001) que aborda a festa como uma estrutura do cotidiano, ou produto necessário do mesmo, e de Canclini (1983), que compreende os

Realização
Parceiros
Apoio

elementos de abundância e "excesso" das festas em relação às carências e limites da vida cotidiana (Canclini, 1983).

A dimensão territorial de ambas as Festas do Doce é particularmente relevante, pois ela transforma a propriedade do festeiro em um espaço de intensa circulação e interação social. A escolha anual do festeiro, responsável por sediar o evento, faz parte de uma lógica de rotatividade e reforça o compartilhamento de responsabilidades, contribuindo para a manutenção da tradição, algo muito comum nas festas populares. Além disso, as festas atraem participantes de diferentes localidades, ampliando sua área de influência e consolidando-se como um importante polo de sociabilidade microrregional.

As territorialidades e relações entre sagrado e profano também se manifestam nas duas celebrações estudadas. Durante as práticas religiosas, como a reza do terço, ocorrem simultaneamente e no mesmo espaço o consumo de alimentos e bebidas, inclusive alcóolicas, e interações sociais diversas. Essa simultaneidade revela a festa como um espaço de múltiplas experiências, no qual diferentes temporalidades e significados coexistem (Da Matta, 1997).

As festas do doce de São Sebastião desempenham um papel importante na economia local e na valorização do patrimônio cultural. A busca por reconhecimento institucional, como a inclusão no Calendário Cívico, Cultural e Turístico de Goiás, indica uma estratégia de preservação e valorização dessas manifestações. No entanto, esse processo também implica desafios, como a necessidade de financiamento e a adaptação a novas dinâmicas socioterritoriais, uma vez que as manifestações, que são originalmente de cunho e manutenção popular, passam a ceder espaço para discursos e interesses políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da geografia cultural, ambas as festas podem ser compreendidas como práticas espaciais que produzem e reproduzem identidades, valores e relações sociais próprios do Cerrado. Nesse sentido, evidenciam que o território não se reduz a um suporte físico, mas constitui um espaço vivido, carregado de significados e continuamente construído pelas práticas culturais (Bonnemaison, 2002).

A articulação entre religiosidade, alimentação e redes de sociabilidade revela a complexidade dessas manifestações, que, para além de mecanismos de coesão social, colocam em evidência processos de patrimonialização em curso, nos quais saberes, fazeres e expressões simbólicas são seletivamente reconhecidos, ressignificados ou, por vezes, tensionados diante de dinâmicas institucionais e externas às comunidades. Assim, as festas não apenas reforçam vínculos comunitários, mas também explicitam disputas, negociações e permanências que atravessam a construção do patrimônio cultural no Cerrado.

AGRADECIMENTOS:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pelo financiamento da pesquisa intitulada "Acervo digital e inventários colaborativos: instrumentos de preservação do patrimônio e da memória das festas populares em Goiás". À Universidade Estadual de Goiás (UEG) pelo apoio e suporte técnico, que possibilitaram o desenvolvimento deste estudo e contribuíram significativamente para o avanço desta investigação.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *RURIS (Campinas, Online)*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, 2007. DOI: 10.53000/rr.v1i1.643. Disponívelem: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16758. Acesso em: 14 maio. 2026.

BONNEMAISON, J. *Viagem em torno do território.* In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z.(orgs.). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002: 83-131.

CANCLINI, Nestor. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura & sociedade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: Edusp, 2001.

LAGARES, Mirne-Gleyde. ALMEIDA, Maria Geralda de. Ambiente e apropriação do Cerrado: o uso do calendário agrícola de produção no trabalho e na conformação dos territórios festivos rurais. *Geografares* [Online], n. 7 | 2009. Disponível em: http://journals.openedition.org/geografares/21062 .

LIMA, Luana Nunes Martins de. Festas Goianas: patrimônio e memória como objetos de apreensão geógrafica. In: Eliseu Pereira de Brito; Jéssica Soares Freitas; Maria Geralda de Almeida; Mary Anne Vieira Silva; Valney Dias Rigonato. (Org.). *Abordagens Socioculturais em Geografia* (Trilogia Geografias Socioculturais). Belém: RFB, 2022, v. 3, p. 105-122.

LIMA, Luana Nunes Martins de. *Lugar e memória:* o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência. Anápolis: Editora UEG, 2024.

SANTOS, Roosevelt. *Festas:* Tradições reinventadas nos espaços rurais dos Cerrados de Minas Gerais. *Espaço e Cultura (UERJ),* v. 26, p. 1, 2008.

O CUSTO DA CESTA BÁSICA E O PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO EM ANÁPOLIS-GO (2024–2026)

Nathielle Alves de Sousa
nathielle.alves@aluno.ueg.br, Estudante do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás-UEG
Marcelo Jose Moreira
marcelo.moreira@ueg.br, Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás-UEG

INTRODUÇÃO

O município de Anápolis-GO, quarto maior em população e 4ª economia do Cerrado Goiano (Vianna; Costa, 2025), consolidou-se como um dos principais eixos econômicos, logísticos e agroindustriais da Região Centro-Oeste. No entanto, a pujança econômica capitaneada pelo setor industrial contrasta com a vulnerabilidade social da classe trabalhadora urbana. Este estudo analisa o impacto das flutuações dos preços da cesta básica de alimentos sobre o poder de compra do salário mínimo no município. Investiga-se como o custo da cesta básica de alimentos pressiona o orçamento das famílias que dependem do salário mínimo, evidenciando as assimetrias do processo de desenvolvimento regional no mercado de trabalho local. O objetivo principal deste trabalho é mostrar os resultados da Pesquisa Mensal da Cesta Básica de Alimentos de Anápolis/PMCBA, sob a perspectiva da relação entre o poder de compra do salário mínimo e demais variáveis calculadas a partir da referida pesquisa. A reprodução da força de trabalho, como tal, ou seja, a mínima condição material para que a força de trabalho possa se garantir no mundo do trabalho, passa, entre outras coisas, por conseguir se alimentar com segurança; ou melhor, em segurança alimentar e nutricional. A pesquisa das/dos economistas em formação da UEG mostra a face grotesca e ofensiva de uma forma de relação social que limita a reprodução da força de trabalho ao nível de sua subsistência.

METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza uma abordagem quantitativa e descritiva, ancorada nos dados secundários produzidos pela Pesquisa Mensal da Cesta Básica de Alimentos de Anápolis, desenvolvida pelo Centro de Estudos sobre Trabalho, Território e Desenvolvimento/CeTTeD, Programa de Extensão vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas (NEPE/UEG). O recorte temporal compreende a série de abril de 2024 a abril de 2026. A metodologia de coleta e cálculos acompanham as diretrizes da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), rastreando mensalmente o preço de 15 produtos alimentícios básicos, conforme previsto em legislação (Tabela 1).

Tabela 1 – Pesquisa Mensal da Cesta Básica de Alimentos de Anápolis - Itens que compõem a Cesta Básica da Alimentos

Alimentos	Quantidades Mínimas
Carne bovina	6kg

Realização
Parceiros
Apoio

Arroz	3kg
Feijão	4,5kg
Açúcar	3kg
Farinha de mandioca	1,5kg
Macarrão	6un
Óleo	750ml
Café em pó	600g
Manteiga	750g
Pão Francês	6kg
Leite	7,5l
Batata	6kg
Legumes (Tomate)	9kg
Frutas (Banana)	6,75kg
Ovos	60un

Fonte: PMCBA/CeTTeD-NEPE/UEG, conforme o Decreto-Lei 399 de 1938.
De acordo com o Decreto-Lei, Goiás compõe a Região 1 - Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.
*As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais. Elaboração dos autores.

A mensuração do impacto real na renda do trabalho fundamenta-se em três variáveis norteadoras: o Tempo de Trabalho Necessário, que calcula a parcela da jornada mensal padrão (220 horas) gasta exclusivamente para assegurar a alimentação individual; o impacto do preço da cesta básica de alimentos no Salário Mínimo Líquido (em percentual); e o Salário Mínimo Necessário, que realiza a projeção constitucional do gasto ideal para o sustento de uma família padrão (dois adultos e duas crianças, sendo estas equivalentes a 1 adulto para efeito do cálculo) em relação ao percentual da renda familiar dispensada com alimentação (aqui, leva-se em consideração a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017-2018, realizada pelo IBGE, que mostra que o item Alimentação representa 23,9% das despesas de uma família pertencente à faixa de renda de 0 até ¼ salário mínimo em Goiás (Satel, Sousa; Marinho, 2022)).

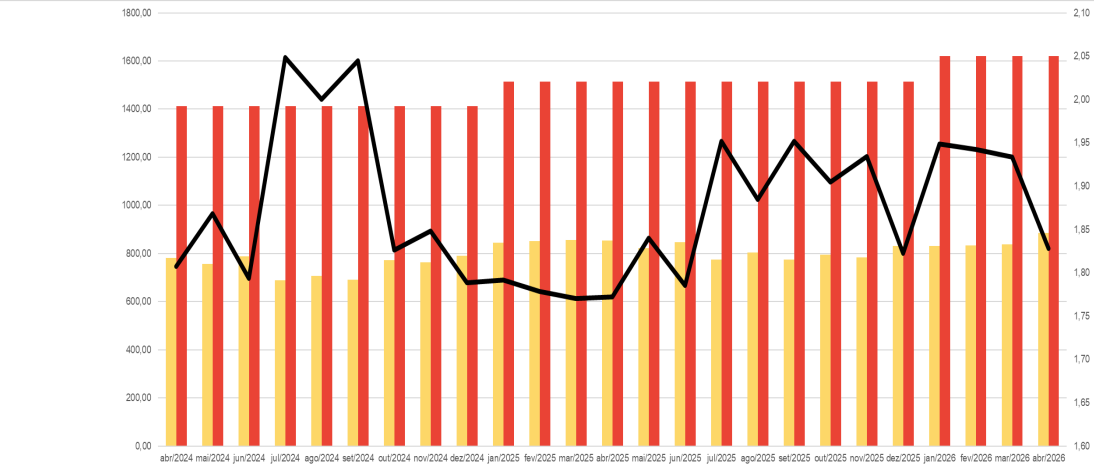
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que, no período analisado (abr/2024 = 100), o custo da cesta básica de alimentos em Anápolis variou em 13,5% enquanto o salário mínimo oficial em 14,7%. Essas variações respondem pela limitada alteração do poder de compra do salário mínimo oficial em relação ao preço da cesta básica de Anápolis: em abril/2024, o poder de compra era de 1,81 cesta básica; enquanto que, em abril/2026, foi de 1,83. Ressalta-se que o movimento errático do poder de compra mostra que as altas verificadas nos meses de julho, agosto e setembro de 2024 não se mantiveram na proporção em 2025 (Eixo da direita no Gráfico 1). Assim, a variação do custo da cesta básica (que acompanha elementos de sazonalidades na produção de alimentos e de choques externos à economia local) mostrou uma tendência recorrente de alta que superou os ganhos da valorização do salário mínimo oficial (que possui uma dinâmica de alteração mais estável ao longo do tempo). Este descompasso entre a dinâmica de variação do preço da cesta básica e a do valor do salário mínimo oficial remete à tendência de alta no valor do salário mínimo necessário (Eixo da direita do Gráfico 2), mostrando o descolamento das curvas do salário mínimo vigente com o

Realização
Parceiros
Apoio

salário mínimo necessário calculado pela pesquisa e apontando que este deveria ser até 6 vezes maior do que o piso nacional regulamentado.

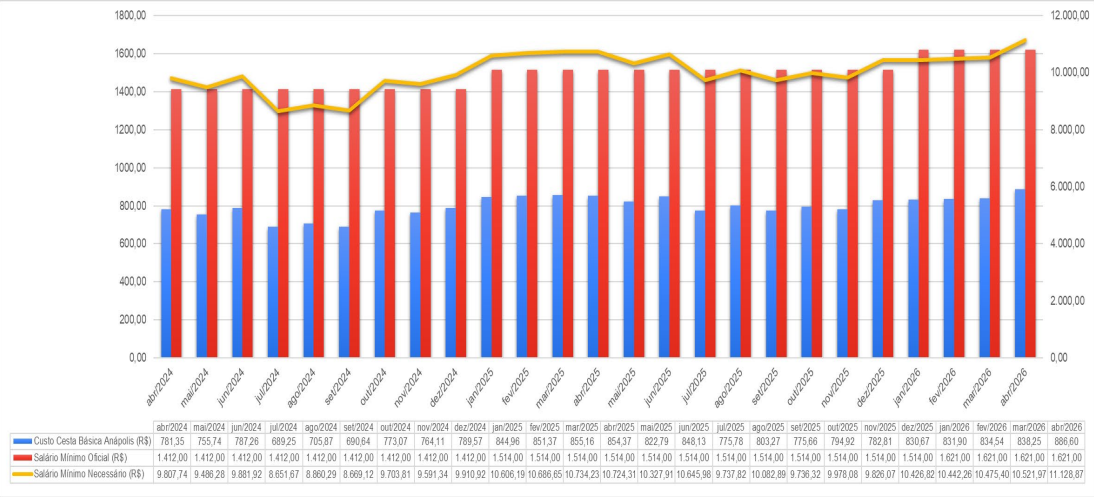
Gráfico 1 – Pesquisa Mensal da Cesta Básica de Alimentos de Anápolis – Evolução do poder de compra do salário mínimo em relação ao custo da cesta básica – abr/2024 a abr/2026



	abr/2024	mai/2024	jun/2024	jul/2024	ago/2024	set/2024	out/2024	nov/2024	dez/2024	jan/2025	fev/2025	mar/2025	abr/2025	mai/2025	jun/2025	jul/2025	ago/2025	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	jan/2026	fev/2026	mar/2026	abr/2026
Custo Cesta Básica Anápolis (R$)	781,35	755,74	787,26	689,25	705,87	690,64	773,07	764,11	789,57	844,96	851,37	855,16	854,37	822,79	848,13	775,78	803,27	775,66	794,92	782,81	830,67	831,90	834,54	838,25	886,60
Salário Mínimo Oficial (R$)	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00
Poder de compra	1,81	1,87	1,79	2,05	2,00	2,04	1,83	1,85	1,79	1,79	1,78	1,77	1,77	1,84	1,79	1,95	1,88	1,95	1,90	1,93	1,82	1,95	1,94	1,93	1,83

Fonte: PMCBA/CeTTeD-NEPE/UEG.
Elaboração dos autores

Gráfico 2 – Pesquisa Mensal da Cesta Básica de Alimentos de Anápolis – Evolução de Variáveis Selecionadas – abr/2024 a abr/2026



	abr/2024	mai/2024	jun/2024	jul/2024	ago/2024	set/2024	out/2024	nov/2024	dez/2024	jan/2025	fev/2025	mar/2025	abr/2025	mai/2025	jun/2025	jul/2025	ago/2025	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	jan/2026	fev/2026	mar/2026	abr/2026
Custo Cesta Básica Anápolis (R$)	781,35	755,74	787,26	689,25	705,87	690,64	773,07	764,11	789,57	844,96	851,37	855,16	854,37	822,79	848,13	775,78	803,27	775,66	794,92	782,81	830,67	831,90	834,54	838,25	886,60
Salário Mínimo Oficial (R$)	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.412,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.514,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00
Salário Mínimo Necessário (R$)	9.807,74	9.486,28	9.881,92	8.651,67	8.860,29	8.669,12	9.703,81	9.591,34	9.910,92	10.606,19	10.686,65	10.734,23	10.724,31	10.327,91	10.645,98	9.737,82	10.082,89	9.736,32	9.978,08	9.826,07	10.426,82	10.442,26	10.475,40	10.521,97	11.128,87

Fonte: PMCBA/CeTTeD-NEPE/UEG.
Elaboração dos autores

No que se refere aos impactos das variações do preço da cesta básica de alimentos no salário mínimo líquido, observa-se que o trabalhador anapolino precisou comprometer, em média, 58% do seu salário mínimo líquido (SML) apenas para adquirir os alimentos básicos de sobrevivência (em abr/2024, percentual de comprometimento do SML com a aquisição da cesta básica foi de 59,8%; em abr/2026, 59,1% - Tabela 2). Esse severo comprometimento do orçamento tende a gerar o chamado efeito substituição, onde as famílias reduzem o consumo de

proteínas de alto valor biológico por alimentos de menor custo e baixo valor nutricional.

Tabela 2 – Pesquisa Mensal da Cesta Básica de Alimentos de Anápolis - Comprometimento do Salário Mínimo Líquido na aquisição da Cesta Básica de Alimentos – em %

Mês/Ano	Custo Cesta Básica Anápolis (R$)	SM líquido (R$)	% SML
abr/2024	781,35	1306,10	59,82
mai/2024	755,74	1306,10	57,86
jun/2024	787,26	1306,10	60,28
jul/2024	689,25	1306,10	52,77
ago/2024	705,87	1306,10	54,04
set/2024	690,64	1306,10	52,88
out/2024	773,07	1306,10	59,19
nov/2024	764,11	1306,10	58,50
dez/2024	789,57	1306,10	60,45
jan/2025	844,96	1400,45	60,33
fev/2025	851,37	1400,45	60,79
mar/2025	855,16	1400,45	61,06
abr/2025	854,37	1400,45	61,01
mai/2025	822,79	1400,45	58,75
jun/2025	848,13	1400,45	60,56
jul/2025	775,78	1400,45	55,40
ago/2025	803,27	1400,45	57,36
set/2025	775,66	1400,45	55,39
out/2025	794,92	1400,45	56,76
nov/2025	782,81	1400,45	55,90
dez/2025	830,67	1400,45	59,31
jan/2026	831,90	1499,43	55,48
fev/2026	834,54	1499,43	55,66
mar/2026	838,25	1499,43	55,90
abr/2026	886,60	1499,43	59,13

Fonte: PMCBA/CeTTeD-NEPE/UEG.
Elaboração dos autores

O debate proporcionado pela PMCBA mostra a importância em estudar o mercado de trabalho de municípios com relativa importância econômica e populacional como Anápolis, onde o custo de vida urbano pressiona fortemente a própria reprodução da força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sistemática dos indicadores do CeTTeD-NEPE/UEG evidencia um limitado poder de compra do salário mínimo em Anápolis. A PMCBA de Anápolis aponta, como possibilidade, que a segurança alimentar da classe trabalhadora urbana encontra-se comprometida e diretamente condicionada às flutuações de preços dos alimentos básicos. Os dados sobre o Salário Mínimo Necessário mostram a restrição da renda do trabalho para alimentos em concorrência aos gastos com habitação, transporte e saúde, portanto, a incompatibilidade com os preceitos dispostos na Constituição Federal. Os dados sobre o Tempo de Trabalho Necessário para aquisição da cesta básica de alimentos mostram o comprometimento das horas

Realização
Parceiros
Apoio

disponíveis para lazer, vida em família, tempo para leituras, estudos, qualificação profissional, em função do tempo destinado à aquisição da cesta básica de alimentos. Conclui-se que a análise do mercado de trabalho em cidades com o perfil de Anápolis, é indispensável para balizar políticas públicas de valorização do salário mínimo, de abastecimento de alimentos e consequente formação de preços, de fomente à agricultura familiar local/regional e programas municipais de transferência de renda que mitiguem os impactos da inflação e assegurem a dignidade social no território, visando a segurança alimentar e uma vida além do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos apoios financeiros dos Programas Pró-Laboratórios e Pró-Projetos/Projeto Institucional Estratégico.

À equipe da Editora da UEG pelo empenho em garantir o ISSN ao Boletim Escritos de Conjuntura Econômica (publicação oficial da Pesquisa Mensal da Cesta Básica de Alimentos de Anápolis).

Às e aos estudantes do curso de Ciências Econômicas da UnUCSEH-Nelson de Abreu Júnior que compõem as equipes que estruturam a coleta de preços, a realização dos cálculos, a escrita do Boletim, a divulgação dos resultados em redes sociais e mídias locais, além de toda a dinâmica de criação e desenvolvimento da PMCBA.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. *Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*, Janeiro de 2016. Disponível em: https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos: tomada especial de preços de dezembro de 2020 e do ano de 2020. 2021. Disponível em: https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS. Pesquisa Mensal da Cesta Básica de Alimentos de Anápolis. Vários números. Escritos de Conjuntura Socioeconômica Disponível em: https://www.ueg.br/ccseh/nepe/conteudo/23809

MOREIRA, Marcelo Jose. Para que serve pesquisar economia do trabalho em Anápolis? *Goiás 246*. Disponível em: https://www.goias246.com.br/materia/124anapolis/opiniao-publica/para-que-serve-pesquisar-economia-do-trabalho-em-anapolis.html

RODRIGUES, Beatriz Felix; OLIVEIRA, Éric. Evolução do Custo da Cesta Básica em Anápolis: uma análise para o período (2024–2025). In: *Anais* do XI SEPE-Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão da UnUCSEH-Nelson de Abreu Júnior, 2025.

SATEL, Clécia Ivânia Rosa; SOUSA, Marcelo Eurico de; MARINHO, Fernanda Vitória da Mota. *Comportamento das despesas domiciliares goianas a partir das POFs 2008 e 2017*. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2022. Disponível em: https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2024/02/repositorio_2022_016_outras_publicacoes_comportamento_das_despesas_domiciliares_goianas_a_partir_das_POFs_2008_e_2017.pdf

VIANNA, P.J.B.; COSTA, R. C. *Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos – 2023*. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2025. Disponível em: https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2025/12/Boletim_057_2025_PIB_dos_municipios_goianos_2025-1.pdf

ENTRE O SERTÃO E O CONCRETO: NARRATIVAS VISUAIS NAS EMPENAS DO CENTRO DE GOIÂNIA

Matheus Henrique Fleuri Silva
matheushfs0206@gmail.com, Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER-UEG)
Milena D'Ayala Valva
Milena.valva@ueg.br, Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER-UEG)
Pedro Henrique Máximo Pereira
Prof.pedromaximo@ueg.br, Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER-UEG)

INTRODUÇÃO

A paisagem urbana contemporânea tem sido marcada por intervenções artísticas que extrapolam a dimensão puramente estética, assumindo funções simbólicas, sociais e territoriais. Nesse contexto, os murais em empenas cegas destacam-se como suportes privilegiados para a produção de narrativas visuais capazes de reconfigurar a leitura da cidade e da paisagem. Em Goiânia, essas intervenções têm se destacado como elementos de forte impacto visual e cultural, permitindo compreender, em certa medida, as contribuições destes murais para a construção de narrativas urbanas que dialogam com a memória, a identidade e os saberes tradicionais do território goiano.

Braga (2023) argumenta que a arte urbana não deve ser analisada apenas pela imagem produzida, mas pela relação que estabelece com o território, com os processos de ocupação visual da cidade e com os significados sociais da intervenção. Nessa perspectiva, os murais podem ser compreendidos como intervenções de caráter territorial, cuja potência simbólica decorre da articulação entre imagem, suporte urbano e contexto social.

A pesquisa se fundamenta em autores como Kevin Lynch (1999) e Claude Raffestin (2009) para entender como os murais influenciam a percepção da cidade. Já conceitos discutidos por Chaul (2011), Silva; Oliveira; Melo (2012); Braga (2023) sobre arte urbana, identidade e cultura do Cerrado são mobilizados para interpretar as representações visuais nos murais.

Diante desse cenário, este trabalho teve como objetivo mapear e analisar as temáticas presentes nos murais pintados em empenas de edifícios em Goiânia, buscando compreender de que forma essas representações contribuem para a construção de identidades territoriais e para a produção contemporânea da paisagem urbana.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e analítico. Foram selecionados oito murais localizados na região central de Goiânia e em áreas adjacentes, produzidos entre 2020 e 2024. O estudo teve três etapas. A primeira foi o mapeamento e a catalogação técnica das obras; na segunda etapa, as obras foram

Realização
Parceiros
Apoio

espacializada em mapa temático para análise da distribuição no tecido urbano. Por fim, na terceira etapa foi feita uma análise iconográfica e cromática das obras e a análise das interpretações temáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidenciou que os murais constituem importantes elementos de produção simbólica da paisagem urbana. Ao ocuparem grandes superfícies visíveis da cidade, transformam empenas anteriormente neutras em suportes de comunicação visual e construção identitária. Assim como reforça Claude Raffestin (2009, p.17), em que "o território não resultará, obrigatoriamente, em paisagem, sem intermediação da imaginação condicionada por um mediador peculiar", ou seja, o território é produzido pela ação humana, mas é o olhar sensível e simbólico que o transforma em paisagem.

Os temas identificados nos murais englobam questões ambientais, religiosidade, saberes tradicionais, povos quilombolas, tecnologia, ciência, desigualdade social, memória e referências ao Cerrado. Essa diversidade demonstra que os murais ultrapassam a função decorativa, assumindo papel ativo na construção de narrativas sobre a cidade e sobre o território goiano.

Nesse processo de construção de identidade goiana, a cidade de Goiânia, planejada por Atílio Corrêa Lima em 1933, com referências francesas por meio de seus desenhos de praças e avenidas, além de ideias bastante modernas de zoneamento e eficiência urbana, como os fundos de quadras, revela não apenas uma cidade em busca do novo, mas uma cidade que utiliza da arquitetura e do urbanismo para a criação da nova imagem para a capital do estado de Goiás e também a construção de uma identidade que buscou fugir de uma imagem de isolamento e atraso, sintetizadas por Chaul (2011) no conceito de "goianice" e avança para a noção de "goianidade" que emerge como um esforço de valorização cultural e reconstrução simbólica da identidade regional.

Goiânia, inserida no Cerrado, adquire camadas de "lugar de vegetação e solo, mas também de grandes complexos agroindustriais; é lugar de aldeia, mas também da metrópole" (Silva; Oliveira; Melo, 2012, p.07) e dentro dessas diversas camadas no Cerrado, os murais analisados podem ser vistos como integrantes de um processo contemporâneo de elaboração da goianidade.

Nesse sentido, os resultados sugerem que as obras não abandonam o sertão para construir uma identidade moderna, mas transformam elementos associados ao sertão em patrimônio cultural e referência identitária, promovendo processos de ressignificação do território. Além disso, os murais dialogam com a discussão de Lynch (1999), ao entender que a imagem da cidade é construída por meio de referências visuais capazes de orientar e organizar a experiência espacial e assim fortalecendo uma legibilidade urbana em Goiânia.

Ao mapear e analisar as obras, foi feito uma análise cromática que revela recorrência de tons verdes, terrosos, alaranjados e azuis, frequentemente associados ao Cerrado e aos elementos naturais da região, permitindo compreender as paletas cromáticas além de recurso estético, mas como linguagem simbólica que reforça vínculos com à natureza, cultura e identidade territorial.

Além disso, os murais revelam um cuidado dos artistas para além do "fazer arte", ao trazer denúncias, vestígios, personalidades locais, como se os murais fossem estratégias para a geração de uma paisagem no cotidiano urbano para todos e com o passar do tempo tornarem parte da imagem da cidade e das construções simbólicas.

Ao observar as cores, percebe-se uma riqueza cromática que já denota uma pluralidade artística. Visto que cores quentes tendem a afirmar presença e dinamismo, enquanto tons frios e composições monocromáticas deslocam a leitura para dimensões mais introspectivas e narrativas. Já a recorrência do verde e paletas multicoloridas aponta para uma articulação entre território, natureza e diversidade cultural, especialmente no contexto do Cerrado.

Por fim, a efetivação do processo metodológico permitiu construir um inventário sistematizado dos murais em empenas de Goiânia, identificando recorrências temáticas e cromáticas que evidenciam a relevância dessas intervenções para a compreensão da cidade contemporânea (Figura 01).

Figura 1 – Imagem das interpretações dos murais (Elaboração: *Matheus H. Fleuri Silva*, 2026)

Peregrina do Alvorecer (2022) - Wes Gama / Edifício Esplanada, rua 20 centro de Goiânia

Esse mural, em tom vermelho a pele, o artista retrata uma mulher cabocla em peregrinação, carregando uma criança junto a uma sacola de alimentos. Uma imagem colorida, potente e sensível, mas que expressa os desafios frente a fome e as dificuldades que muitas mães enfrentam para colocar o alimento na mesa.

Temáticas:
Fome, desigualdade, maternidade.

Andança (2020) - Wes Gama / Edifício Alencastro Veiga, Rua 3, Centro de Goiânia

Esse mural representa uma jovem carregando em um filtro de barro, ícone brasileiro, uma planta. Uma cena de grande significado quando observado que o futuro é a natureza e as crianças e nessas andanças para um futuro melhor, não se sabe ao certo o próximo passo

Temáticas:
Meio ambiente, joventude, devastação

Iara cabocla (2020) - Wes Gama / Rua 3, Centro de Goiânia
Esse mural observa-se uma mulher negra sorridente e em repossuo em sua cozinha, em sua volta, alimentos e bebidas. Em um paralelo, iara cabocla remete também a uma entidade espiritual cultuada na Umbanda. Ela é frequentemente descrita como uma entidade que senta na beira do rio, representando a força dos rios, a doçura e a sabedoria ancestral; atuando na limpeza de memórias, cura e purificação.

Temáticas:
religiosidade, tradições, personagem,

Geraldinho (2020) - bicicletasemfreio / Edifício Dona Chafia, Rua 3, Centro de Goiânia
Esse mural apresenta Geraldinho Nogueira, um famoso contador de causos goiano, ícone da cultura caipira. No mural, em uma pose descontraída em cores alegres, é possível vislumbrar o encanto e a alegria de ouvir mais uma das histórias de Geraldinho.

Temáticas:
Saberes tradicionais, personagem, folclore.

Sapiência (2022) - Wes Gama / Palácio da idustria, avenida tocantins
Em uma mistura de cores, vegetação e tecnologia. A obra expressa para além de sua relevância tecnológica e ambiental, é expresso uma representação social para o futuro, visto que para um pais próspero e moderno, é preciso caminha próximo dos saberes tradicionais e populares.

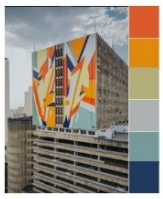
Temáticas:
ciência, tecnologia, saberes tradicionais, preservação.

Petêco - Danilo Itty / Rua 8, esquina com a Avenida Paranaíba

Esse mural é patrocinado pela Cerveja Esmera junto com a artista ganhador do concurso, sendo um painel em homenagem ao Rio Araguaia. A cena retrata na gíria goiana um "petêco", ou seja, uma festa bem animada na beira do rio com amigos, cerveja e pôr do sol.

Temáticas:
festividade, meio ambiente.

Realização
Parceiros
Apoio



Movimentos (2024) - Santhiago Selon / Parthenon Center, rua 4, centro de Goiânia

Esse mural para o artista reflete a busca incessante pela modernização da capital goiana, ao mesmo tempo em que se adapta aos novos tempos, mantendo-se relevante. Para representa tal movimento, observa-se que o artista explora uma abstração geométrica cores e formas que revela dinamismo.

Temáticas:
vida urbana, modernização.

Guardiãs do Cerrado (2024) - Hariel Revignet / Edifício Naim Rassi, rua 3, centro de Goiânia

Esse mural fez parte do projeto Festival Paredes Vivas e retrata as brigadistas Kalungas do território da Chapada dos Veadeiros. No painel, uma figura está segurando uma abafador de chamas, enquanto a outra está jogando as sementes no chão e plantando as Calliandras ou Esponjinha-vermelha. A obra apresenta também uma denúncia aos incêndios criminosos. No processo de pintura, é utilizado cinzas das queimadas de florestas dos biomas brasileiros e transformadas em tinta.

Temáticas:
Kalungas, saberes tradicionais, queimadas, preservação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os murais nas empenas de edifícios em Goiânia desempenham um papel significativo na construção simbólica da cidade. Ao incorporar temáticas relacionadas aos saberes tradicionais, ao Cerrado e figuras sertanejas, essas obras contribuem para a afirmação de uma intenção de identidade goiana que, embora no século XIX, o território tinha uma imagem de estigma e no século XX se busca uma modernização frente a ideia de sertão. Na contemporaneidade, as intervenções artísticas se ancoram em referências culturais, saberes tradicionais, além de demandas e desafios atuais. Além disso, os murais revelam uma nova camada no processo de legibilidade urbana na cidade, o estímulo a novas possibilidades de turismo e geração de economia na cidade e também revelando a crescente valorização e relevância que as intervenções artísticas podem contribuir para a cidade.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço aos meus orientadores pelas leituras atentas que guiaram a construção deste trabalho e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa, cujo apoio financeiro e institucional foi indispensável para garantir as condições necessárias para desenvolvimento pleno desta investigação.

Referências

BRAGA, Felipe Eduardo Lázaro. Arte urbana, arte contemporânea. **ARS (São Paulo**), São Paulo, v. 21, n.48, p. 1-27. 2023.

CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do goiano. **Cerrado: Revista de Estudos do Cerrado**, n. 36, p. 42-43, 2011.

HABERMAS, Jurgen**. Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1999. V.2.

RAFFESTIN, Claude. A Produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: UNESP, 2009. Disponível em: < https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-

Realização
Parceiros
Apoio

GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardosos de; MELO, Marcelo de (org.). **Território, cidades e cultura no Cerrado.** Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1999.

NEGT, Oskar. Espaço Público e Experiência. In: PALLAMIN, Vera M. (org.). **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

LUZ, Janes Socorro da. Os caminhos do desenvolvimento e modernização do território: A dinâmica territorial e a urbanização em Goiás. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardosos de; MELO, Marcelo de (org.). **Território, cidades e cultura no Cerrado.** Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012.

CAVALCANTE, Juliano. **Arte urbana: traços de liberdade e expressão.** Goiânia, 2023. Disponível em: < https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7219>. Acesso em: 04 mai. 2026

LOPES, Almerinda da Silva**.** Identidade ou identidades artísticas brasileiras? In: **COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE**, 22., 2002.

Patrimônio Musical na Cidade de Goiás: Quem o preserva?

Artur Rodrigues Nascimento
nascimentoartur21@gmail.com, *Universidade Estadual de Goiás (UEG)*

Guilherme Amaral Malta
guilherme.malta228@gmail.com, *Universidade Estadual de Goiás (UEG)*

SINOPSE DO VÍDEO

O vídeo pretende apresentar os esforços de preservação e divulgação do patrimônio musical tradicional da Cidade de Goiás, na perspectiva de músicos, musicólogos e compositores que participam desse processo, seja executando esse cancioneiro, seja através da pesquisa, da manutenção de acervos, da publicação desses documentos na internet, ou da difusão das músicas em variados espaços. A Cidade de Goiás possui um repertório musical significativamente rico, que varia entre modinhas, cantos litúrgicos, marchinhas carnavalescas, que foram registradas em diferentes meios, principalmente nos discos, tais como o projeto "Modinhas Goianas (Vilaboenses)", da pianista e professora Maria Augusta Calado. Porém, essas iniciativas permanecem desconhecidas por grande parte dos goianos, que, por isso, desconhecem também a densa cultura musical que a antiga capital do Estado carrega em sua história. Por isso, o curta-metragem pretende dar luz às ações que buscam manter viva essa memória, através de entrevistas com esses agentes.

CONTEXTO E SUJEITOS ENVOLVIDOS

Os sujeitos retratados são aqueles envolvidos na preservação da memória musical vilaboense, porém não se restringirá apenas à Cidade de Goiás, visto que há também músicos e pesquisadores de outras cidades do Estado, como Goiânia, que se dedicam a essa atividade. Serão, no geral, maestros, músicos, musicólogos. Não obstante, além daqueles especializados na música, será ouvida também a população em geral da cidade, em vista de se compreender a sua relação com esse cancioneiro tradicional, de modo que se entenda o papel das músicas no sentimento de identidade vilaboense.

Realização
Parceiros
Apoio

(Linha simples em branco)

OBJETIVOS DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

O objetivo principal da produção é dar visibilidade às ações de preservação da música tradicional da Cidade de Goiás, e assim, valorizar essa herança musical, bem como os sujeitos responsáveis por sua produção e sua circulação na atualidade. Entende-se que a musicalidade é parte fundamental da constituição da cultura e da identidade de Goiás, e que seu apagamento danifica também a compreensão da criatividade artística do povo goiano. Portanto, esperamos que com esse projeto seja possível incentivar debates sobre a urgência de iniciativas como as apresentadas, que sigam o caminho da preservação desse patrimônio cultural.

RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS DE PARTILHA E COM A DEFESA DO CERRADO

O curta-metragem se enquadra no Espaço de Partilha 3 - Patrimônio, Educação Patrimonial e Gestão do Patrimônio no Cerrado, pois busca discutir a questão da preservação, do acesso e da popularização do repertório musical tradicional da Cidade de Goiás, que constitui um patrimônio cultural da cidade e do estado, ora imaterial, ora material, quando de seu registro em partituras ou gravações físicas.

Relaciona-se com a defesa do Cerrado ao valorizar e divulgar a arte produzida em uma das cidades culturalmente mais importantes do bioma, visando impedir seu apagamento, que ocorre com o esquecimento da tradição musical local em detrimento de produções dos grandes centros econômicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, regiões estas que dominam o discurso nacional sobre a história da música brasileira.

INFORMAÇÕES SOBRE O VÍDEO

O vídeo se tratará de mini-documentário, e tem duração prevista de entre 4 e 5 minutos.

REFERÊNCIAS

CALADO, Maria Augusta. **Modinhas Goianas (Vilaboenses).** São Paulo: Discos Marcus Pereira, 1979. 1 disco de vinil.

Realização
Parceiros
Apoio

SONS DAS VERTENTES. Fontes culturais da música em Goiás 3 - Modinhas Tradicionais. 2023. Disponível em: https://www.sonsdasvertentes.ufsj.edu.br/tacape/fontes-culturais-da-m%C3%BAsica-em-goi%C3%A1s-3---modinhas-tradicionais. Acesso em: 5 jun. 2026.

ARQUITETURA VERNACULAR KALUNGA E O CERRADO: OS ENSINAMENTOS DE UMA PRÁTICA CONTEXTUAL

Rafael Fonseca Marciano
rafaelfonseca.arq@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG).
Milena d'Ayala Valva
milena.valva@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG).
Sandra Catharinne Pantaleão Resende
sandra.resende@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG).

INTRODUÇÃO

A expansão de uma produção arquitetônica descontextualizada com o local de sua inserção tem sido cada vez mais comum na contemporaneidade. A multiplicação de construções genéricas voltadas para o abastecimento do mercado imobiliário, resultam em uma produção padronizada e desconexa com a cultura das comunidades. No entanto, a arquitetura produzida por povos tradicionais permanece como resistência e continuidade da ancestralidade.

Denominada arquitetura vernacular, essa produção tem uma relação intrínseca com seu local, e segundo Wiesinieski, Andrade e Momboni (2024, p.146) no contexto brasileiro ela "expressa os saberes dos povos originários e comunidades tradicionais, que adaptam-se ao clima local e à disponibilidade de recursos existentes". Dessa forma, esse saber-fazer conectado ao ambiente em que se inserem pode inspirar as construções atuais a repensarem sua produção, não só no seu impacto cultural, mas no ambiental.

Dentro do Cerrado essa preocupação é latente, nas últimas décadas o bioma vem sofrendo ameaças à sua integridade, sendo essencial a adoção de um olhar atento e cuidadoso pela produção arquitetônica local. Por esse motivo, se faz de extrema importância a reconexão com os modos construtivos vernaculares, aprendendo lições e relações com o ambiente que há muito foram perdidas. Dessa forma, a arquitetura vernacular Kalunga pode ser um exemplo a ser observado.

A comunidade quilombola Kalunga está inserida na região nordeste do estado de Goiás, seu território compõe a região da Chapada dos Veadeiros, perpassando os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Em 1991, a área é tombada como patrimônio histórico e cultural pelo Governo de Goiás, sendo denominado de Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK). Posteriormente, no ano 2000, a área ocupada há mais de 200 anos é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo (ANDRADE et al., 2023).

Segundo Andrade et al. (2023, p.46), "os territórios quilombolas são conhecidos pelo uso comum e compartilhado da terra. [...] as terras ocupadas eram partilhadas pelas comunidades e de uso de subsistência em equilíbrio com os recursos da natureza". Esse caráter ancestral dos povos africanos e indígenas se expressa nas construções e no território, sendo marcado pela hereditariedade do conhecimento.

A partir disso, o Guia de Arquitetura Vernacular Kalunga, produzido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão "Periférico: trabalhos emergentes", da Universidade de

Realização
Parceiros
Apoio

Brasília (UnB), faz um trabalho de imersão no saber construtivo e na ocupação territorial dessa comunidade. Como resultado, se observa como a relação entre os Kalunga e o Cerrado é respeitosa e baseada na troca, culminando numa ocupação em harmonia com a natureza, promovendo sua preservação e uma vida de qualidade.

O uso da terra nas construções é marcante, sendo desenvolvida especialmente a taipa de mão e o adobe. A vivência empírica com o Cerrado ao longo de séculos de ocupação, permitiu aos Kalunga o aprimoramento dessas técnicas, aprendendo onde se extrair o melhor barro para sua produção, onde e como instalarem suas habitações de forma a aumentar o conforto dentro do bioma. Esse aprendizado precisa ser observado e assimilado pela arquitetura atual, como forma de propor novas soluções edificadas e conectadas culturalmente com o local.

Dessa maneira, a presente pesquisa visa analisar a relação estabelecida entre a arquitetura vernacular Kalunga e o Cerrado, tanto em suas técnicas construtivas quanto na sua conexão com seu entorno, observando sua exemplaridade para produção arquitetônica contemporânea dentro do Cerrado goiano. Para isso, buscou-se: analisar a região onde acontece a produção dessa arquitetura, entendendo suas características naturais e a disponibilidade de matéria-prima na região; compreender os métodos construtivos mais utilizados pelos Kalunga, a taipa de mão e o adobe; e por fim, observar a relação formal das construções com a paisagem em que se inserem.

METODOLOGIA

O presente estudo adota a abordagem qualitativa, incorporando a pesquisa exploratória como forma de analisar o que já foi discutido sobre a arquitetura vernacular Kalunga. Através da pesquisa bibliográfica, se buscou compreender a constituição dessas construções, tanto em sua estética quanto nas suas técnicas construtivas. Essa análise colaborou para uma formulação inicial acerca da relação entre o construído e a paisagem do Cerrado onde está inserido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade quilombola Kalunga começa a habitar seu território na Chapada dos Veadeiros no século XVII, onde precisaram aprender a sobreviver nesse local através de um profundo conhecimento da natureza circundante e os recursos que lhes eram oferecidos (ANDRADE et al. 2023). Conforme os estudos de Baiocchi (1999), a diversidade étnica dos Kalunga tem predominância Bantu, todavia no Brasil, esses povos afrodescendentes entram em contato com os indígenas que ocupavam a região, ampliando seu leque de conhecimento da terra ocupada e se traduzindo na sua produção arquitetônica.

A partir de sua vivência no Cerrado, os Kalunga passam a conseguir distinguir quais árvores poderiam ter sua madeira utilizada para construção de suas casas (como o jatobá, ipê, aroeira e a sucupira branca), o uso das tabocas rachadas e os galhos para a construção das paredes de taipa de mão e do conhecimento para a coleta de barro dos barrancos dos rios por terem uma resistência maior sendo ideal para fazer adobe (MEC, 2001). Apesar da riqueza de pedras na região, a prioridade do uso da terra se deu por sua vantagem de extração, seu manejo e a facilidade de

Realização
Parceiros
Apoio

expansão territorial, sendo mais simples e garantindo mais autonomia do que basear suas construções no uso das pedras (ANDRADE et al. 2023).

Sendo assim, se observa que as construções Kalunga se basearam em duas técnicas com o uso da terra: a taipa de mão e o adobe. Segundo Weimer (2012), a taipa de mão se associa às construções de pau-a-pique, consistindo no fechamento das frestas formadas entre os galhos verticais com o barro molhado, que é pressionado para dentro das frestas com a mão. Sua aplicação ocorre, geralmente, nas faces internas e externas, sendo as faces emassadas alisadas manualmente com auxílio de um pedaço de madeira.

Já o adobe, apesar de utilizar a terra, exige um manuseamento e uma maior complexidade na sua composição para ser produzido. Conhecido desde a Antiguidade na Mesopotâmia e no Egito pré-faraônico, essa técnica tem uma certa universalidade por ter se desenvolvido em todos os continentes. Feito de argila compactada e colocado para secar ao vento e/ou ao sol, adquire maior resistência e permite seu assentamento com argamassa de barro, podendo também ser assentado sem cura – menos comum por poder apresentar posteriores fissuras (WEIMER, 2012).

Ambas as técnicas incorporam os materiais oferecidos pela natureza circundante, sendo adaptadas e moldadas conforme às necessidades e ao avanço do conhecimento das comunidades. Além de seu fator técnico, é importante ressaltar como essas técnicas transcendem a escala meramente construtiva, algo que Dos Santos, De Resende e Cabral (2025, p. 26900) escrevem que "as paredes de pau a pique, as telhas de cumbuca, o chão de terra, não são apenas materiais ou soluções técnicas: são suportes de memórias, testemunhos de modos de viver e resistir".

Dessa forma, a arquitetura vernacular Kalunga não poderia escapar da contextualidade com o Cerrado. Tecnicamente, como já apontado, o uso da terra promove uma completa integração com seu entorno, sendo suas construções uma materialização do próprio ambiente inserido. O respeito com a escala da natureza circundante promove uma arquitetura que se mimetiza no local, demonstrando uma relação profunda de respeito e intimidade com o que os cerca. Andrade et al. (2025, p.04) aponta que essa arquitetura "é marcada por técnicas construtivas tradicionais, materiais locais, e geralmente se organiza espacialmente de forma mais orgânica e ligada à produção agrícola".

Assim, através do trabalho de Andrade et al. (2025), se observa uma ocupação territorial descentralizada, onde as casas se dispersam pelo território, de forma a respeitar os laços familiares, a proximidade com áreas da produção de subsistência agrícola e dos rios para o saneamento. A presença de estruturas como o jirau (utilizada para higienização de utensílios, apoio de atividades domésticas e do trabalho agrícola), galinheiros, currais e hortas suspensas espalhadas pelo terreno conforme a proximidade da realização dessas atividades é um reflexo espacial da "integração entre moradia, subsistência e cuidado com os animais" (ANDRADE et al. 2025, p.08).

Portanto, fica claro como a arquitetura vernacular produzida pelos Kalunga desenvolveu uma relação profunda com a terra ocupada. Os aprendizados ancestrais do manuseio e respeito pela natureza promoveu edificações completamente integradas à paisagem que as cerca. Por esse motivo, a valorização do saber-fazer

Realização
Parceiros
Apoio

tradicional e do conhecimento carregado por essa comunidade pode auxiliar no desenvolvimento de uma nova forma de se pensar a produção arquitetônica contemporânea. A contextualidade se prova através da integração entre "técnicas ancestrais com inovações sustentáveis, respeitando as condições ambientais, estéticas e simbólicas de cada grupo." (DOS SANTOS, DE RESENDE E CABRAL, 2025, p. 26896).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática contextual da arquitetura vernacular Kalunga, desenvolvida ao longo de séculos de ocupação do território, demonstra a importância da valorização do saber-fazer tradicional e da identidade cultural de um grupo. Esses fatores, que tem se perdido em meio à cultura globalizada atual, apontam a importância da conexão de um edifício com seu lugar de inserção, indo além de técnicas construtivas. Dos Santos, De Resende e Cabral (2025, p. 26900) apontam como essa valorização é essencial para propostas mais eficazes e respeitosas com o contexto, sendo que "a construção de moradias, por exemplo, pode integrar técnicas ancestrais com inovações sustentáveis, respeitando as condições ambientais, estéticas e simbólicas de cada grupo".

Dessa forma, se percebe como é necessária a inserção do estudo de técnicas construtivas vernaculares no ensino superior para o desenvolvimento de soluções que respondam às necessidades atuais na arquitetura. Dentro de um país tão extenso como o Brasil, as variações dos sistemas construtivos são enormes, tendo sido desenvolvida a partir de um olhar empírico e cuidadoso das comunidades para seu contexto. Assim, esse processo passa, conforme aponta Andrade et al. (2023), pela descolonização do ensino da arquitetura, que foca na importação de técnicas europeias e pouco trata da produção vernacular brasileira.

A inserção dessas técnicas nos estudos universitários pode contribuir enormemente para o desenvolvimento de novos modelos sustentáveis para a construção civil. A possibilidade de aprimoramento desses meios construtivos pode resultar em obras contextualizadas, que se inserem de forma mais harmônica no ambiente, traduzindo aspectos culturais locais e evocando memórias ancestrais que não devem ser perdidas. Por esse motivo, a compreensão do local onde cada projeto é desenvolvido se torna essencial na produção de uma arquitetura contextual contemporânea.

O respeito ao Cerrado, a preservação do saber, o uso de materiais locais associando conhecimentos antigos e novos promovem a produção de espaços com uma riqueza espacial e construtiva. Esses fatores promovem uma ligação direta com a natureza que os cerca, dando soluções adequadas às condições bioclimáticas locais. Dessa maneira, o avanço nos estudos e na valorização da arquitetura vernacular contribuirá para uma mudança no pensamento arquitetônico, promovendo uma produção contextual e culturalmente mais condizente aos seus usuários.

Referências

ANDRADE, Liza Maria Souza de, et al. **Guia da arquitetura vernacular Kalunga: difusão e preservação dos saberes tradicionais.** Brasília, DF: LaSUS FAU, 2023. PDF.

Realização
Parceiros
Apoio

ANDRADE, Liza Maria Souza de, et al. Planejamento territorial e urbanismo participativo no quilombo Kalunga: Contribuições do projeto de extensão do Laboratório Periférico. In: Encontro Latino-americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (euroELECS), 6., 2025. **Anais [...].** *[S. l.]*, 2025. p. 1–10. DOI: 10.46421/euroelecs.v6.8014. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/8014. Acesso em: 10 maio. 2026.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga: povo da terra.** Brasília: Ministério da Justiça, 1999. Disponível em: http://dspace.mj.gov.br/handle/1/13295. Acesso em: 05 de maio de 2026.

DOS SANTOS, Maxiliano Perdigão; DE REZENDE, Marco Antônio Penido; CABRAL, Mariana Petry. MEMÓRIA, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E ARQUITETURA VERNÁCULA. **ARACÊ** , *[S. l.]*, v. 7, n. 5, p. 26884–26904, 2025. DOI: 10.56238/arev7n5-341. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5349. Acesso em: 17 maio. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Uma História do Povo Kalunga**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental - MEC, 2001.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2ªed. (Coleção Raízes). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

WIESINIESKI, Livia Barros; ANDRADE, Liza Maria de Souza; MOMBONI, Talita Xavier. **Arquitetura vernacular como instrumento para entender o ecossistema urbano-turístico**. *Sociedade e Território*, Natal, v. 36, n. 1, p. 141–161, jan./abr. 2024. ISSN 2177-8396.

SABERES, TECNOLOGIAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CERRADO: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA DO FUTURO LUIZ RASSI

Charles Antônio Gonçalves Moreira
cmoreira01@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Adriana Aparecida Silva
aparecida.silva@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Flávio Monteiro Ayres
flavio.ayres@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas vêm modificando significativamente as relações sociais, econômicas, educacionais e profissionais, exigindo novas perspectivas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nesse contexto, a formação técnica deixa de estar voltada exclusivamente à preparação para o mercado de trabalho e passa a incorporar discussões relacionadas à inclusão social, democratização do conhecimento, inovação tecnológica e desenvolvimento regional.

Segundo Araújo, Nicácio e Oliveira (2021), a Educação Profissional e Tecnológica deve ser compreendida como espaço de formação humana integral, articulando ciência, trabalho, cultura e tecnologia. Os autores destacam que a EPT possui potencial para reduzir desigualdades sociais ao ampliar o acesso à formação técnica e ao conhecimento científico. Estes mesmos autores afirmam que a Educação Profissional e Tecnológica apresenta potencial para contribuir com processos de inclusão social e desenvolvimento regional.

Conforme Pelissari (2022):

> Segundo Pelissari (2022), "a perspectiva de integração curricular não ficava restrita aos aspectos técnico e científico, mas reivindicava um eixo norteador para todo o currículo do Ensino Médio, pautado nas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia" (Pelissari, 2022, p. 5).

No estado de Goiás, as Escolas do Futuro representam importantes iniciativas voltadas à articulação entre educação, tecnologia e transformação social. Essas instituições oferecem cursos profissionalizantes relacionados às demandas da sociedade digital contemporânea. Entre essas instituições destaca-se a Escola do Futuro Luiz Rassi, localizada em Aparecida de Goiânia, objeto desta pesquisa.

Realização
Parceiros
Apoio

Ainda neste contexto, outro aspecto importante refere-se às tecnologias sociais presentes nas práticas educacionais desenvolvidas pelas Escolas do Futuro. Segundo Dagnino (2014), as tecnologias sociais podem ser compreendidas como estratégias voltadas à inclusão social, democratização do conhecimento e fortalecimento comunitário, buscando soluções construídas coletivamente para atender demandas sociais. Nesse contexto, as metodologias ativas aproximam-se das tecnologias sociais ao favorecerem participação, colaboração, autonomia e protagonismo estudantil nos processos educativos. Ribeiro et al. (2023) discutem que as metodologias ativas fortalecem práticas pedagógicas mais críticas, participativas e inclusivas, ampliando as possibilidades de interação e construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, as metodologias ativas aproximam-se das tecnologias sociais ao favorecerem participação, colaboração, autonomia e protagonismo estudantil nos processos educativos. Ribeiro et al. (2023) destacam que as metodologias ativas "proporcionaram o desenvolvimento da autonomia do aluno, o envolvimento com o conteúdo estudado e sua participação ativa no processo de aprendizagem" (Ribeiro et al., 2023, p. 440).

Além disso, Sousa, Loureiro e David (2023) destacam que "a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na Educação Profissional favorece práticas pedagógicas mais dinâmicas, colaborativas e inclusivas", fortalecendo processos educativos conectados às demandas contemporâneas. Dessa forma, a pesquisa possui como objetivo geral analisar a relação entre saberes, tecnologias sociais e transformação social no contexto da Escola do Futuro Luiz Rassi no Cerrado Goiano.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental, descritiva e qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, permitindo aprofundamento teórico sobre o tema investigado. Nesse sentido, serão utilizados livros, artigos científicos, documentos institucionais e produções acadêmicas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica, tecnologias sociais e tecnologias digitais na educação.

Além da pesquisa bibliográfica, será realizada análise documental de materiais institucionais da Escola do Futuro Luiz Rassi, incluindo documentos pedagógicos,

informações sobre cursos ofertados e ações educacionais voltadas à inclusão social e formação tecnológica. A pesquisa também contará com observação das práticas educacionais desenvolvidas na instituição, considerando a experiência profissional do pesquisador na Escola do Futuro Luiz Rassi desde o ano de 2022. Conforme Lakatos e Marconi (2017), a observação possibilita aproximação direta com a realidade investigada, permitindo compreender fenômenos sociais em seus contextos cotidianos.

Os dados serão analisados de forma interpretativa, buscando compreender como os saberes tecnológicos e as tecnologias sociais presentes na Educação Profissional contribuem para transformação social no contexto do Cerrado goiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola do Futuro Luiz Rassi oferece cursos nas áreas de ciência de dados, inteligência artificial, mobile, marketing digital, desenvolvimento web, mídias digitais, empreendedorismo, inovação tecnológica e cibersegurança contribuem para desenvolvimento de competências técnicas e sociais relacionadas à inovação, criatividade, empreendedorismo e participação social (SECTI-GO, 2025). Segundo Araújo, Nicácio e Oliveira (2021), a Educação Profissional e Tecnológica deve ser compreendida como um espaço de formação humana integral, articulando ciência, trabalho, cultura e tecnologia.

Os autores destacam que a EPT possui potencial para reduzir desigualdades sociais ao ampliar o acesso à formação técnica e ao conhecimento científico. Araújo, Nicácio e Oliveira (2021) afirmam que “a Educação Profissional e Tecnológica apresenta potencial para contribuir com processos de inclusão social e desenvolvimento regional”, promovendo formação crítica e ampliação do acesso ao conhecimento tecnológico.

Além disso, as tecnologias sociais presentes nas práticas institucionais da escola podem ser compreendidas como estratégias voltadas à inclusão educacional, democratização do acesso ao conhecimento e fortalecimento das relações comunitárias. As ações de permanência estudantil, acesso gratuito à formação tecnológica, incentivo ao empreendedorismo e integração social demonstram que a Educação Profissional pode atuar como instrumento de transformação social. Dessa forma, percebe-se que os saberes tecnológicos ultrapassam a dimensão técnica e

Realização
Parceiros
Apoio

passam a atuar como instrumentos de transformação social. Contudo, estudos sobre a Educação Profissional e Tecnológica evidenciam a existência de desafios relacionados à permanência estudantil, às desigualdades sociais e ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à democratização do acesso à formação profissional.

Os resultados parciais da pesquisa demonstram que a Escola do Futuro Luiz Rassi possui importante papel na democratização do acesso à formação tecnológica e profissional no contexto do Cerrado goiano. A oferta gratuita de cursos voltados às tecnologias contemporâneas amplia as possibilidades de qualificação profissional, inclusão digital e inserção no mercado de trabalho, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que a Educação Profissional e Tecnológica desempenha importante papel na promoção da inclusão social e no fortalecimento das oportunidades formativas no contexto do Cerrado goiano. As tecnologias sociais presentes nas ações institucionais da escola fortalecem processos relacionados à permanência estudantil, democratização do acesso ao conhecimento e integração comunitária.

Dessa forma, compreende-se que a formação tecnológica não deve estar limitada apenas à preparação técnica para o mercado de trabalho, mas também comprometida com desenvolvimento humano e social. Por fim, acredita-se que a nossa pesquisa poderá contribuir para ampliação das discussões acadêmicas sobre Educação Profissional, tecnologias sociais e transformação social no contexto contemporâneo, além de fortalecer reflexões sobre o papel das Escolas do Futuro na construção de práticas educativas mais inclusivas, democráticas e socialmente comprometidas.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Escola do Futuro Luiz Rassi pelas experiências formativas proporcionadas no ambiente da Educação Profissional e Tecnológica.

Referências

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; NICÁCIO, Rosana da Silva; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: desafios contemporâneos e perspectivas formativas. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 59, n. 61, p. 1-19, 2021. Disponível em: Revista Educação em Questão. Acesso em: 8 maio 2026.

Dagnino (2014),

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. Campinas: Autores Associados, 2022.

RIBEIRO, Carla Cristina; SILVA, Joana D'Arc; FERREIRA, Marcos Vinícius. Metodologias ativas na Educação Profissional e Tecnológica: formação integral e protagonismo estudantil. *Metodologias e Aprendizado*, Blumenau, v. 6, p. 112-126, 2023. Disponível em: Metodologias e Aprendizado. Acesso em: 8 maio 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE GOIÁS (SECTI-GO). Escolas do Futuro abrem mais de 4 mil vagas para cursos gratuitos. Goiânia, 2025. Disponível em: https://goias.gov.br/inovacao/escolas-do-futuro-abrem-mais-de-4-mil-vagas-para-cursos-gratuitos/. Acesso em: 22 maio 2026.

SOUSA, Francisca das Chagas; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Solange Maria. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação Profissional: desafios e possibilidades pedagógicas. *Revista Educar Mais*, Pelotas, v. 7, p. 1-15, 2023. Disponível em: Revista Educar Mais. Acesso em: 8 maio 2026.

PATRIMÔNIO EM DISPUTA: UM OLHAR PARA AS NOVAS DINÂMICAS DO CIRCUITO DAS CAVALHADAS EM GOIÁS

Alessandra Nunes Ribeiro
alessandranunesr.anr@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás.
Luana Nunes Martins de Lima
luana.lima@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás.

INTRODUÇÃO

A encenação das Cavalhadas manifesta-se como prática folclórica e religiosa com origens que remontam ao período medieval. Ainda hoje, as representações teatrais dos confrontos entre mouros e cristãos estão presentes em diversas regiões do território brasileiro, e com intensa expressividade no estado de Goiás. Municípios como Pirenópolis, Jaraguá e Corumbá de Goiás recebem destaque tanto por seus grupos locais e comunidades religiosas, como por agentes midiáticos ou pelo poder público, através da espetacularização e fomento via políticas públicas.

Nesse contexto, a celebração adquire maior amplitude com a fixação do Circuito das Cavalhadas, realizado pelo governo estadual de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), para a expansão e resgate do folguedo em dezesseis municípios, o projeto foi lançado oficialmente no ano de 2016, com o apoio do governo estadual e da agência estadual de turismo – Goiás Turismo. Segundo dados oficiais do estado, entre os anos de 2019 e 2025 foram investidos mais de R$ 15 milhões para a realização do festejo, no ano de 2025 o circuito dispôs de R$ 4 milhões em incentivos financeiros, e em 2026 o orçamento é de R$ 5 milhões, esses recursos visam uma movimentação econômica local, bem como maior projeção nacional (Governo do Estado de Goiás, 2026).

Essa intervenção externa sugere que as Cavalhadas, enquanto tradição cultural, estão inseridas em uma complexa combinação que transcende os aspectos religiosos, simbólicos e festivos, configurando-se não apenas como herança do passado, mas como uma tradição continuamente (re)inventada. Nesse sentido, Hobsbawm e Ranger (1984) expõem que "muitas vezes, "tradições" que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas" (HOBSBAWM e RANGER, 1984, p.9). Os autores, compreendem ainda, as "tradições inventadas" como práticas reguladas por regras, elaboradas ou reelaboradas a partir de uma lógica socialmente aceita, além de serem transmitidas como uma continuidade do passado, para obtenção de legitimidade.

Assim, considera-se que as Cavalhadas no âmbito de seu circuito, constituem-se como prática cultural reinventada, com seus sentidos originais orientados e vinculados a novas intenções sociais, políticas e econômicas. Esse processo tem sido impulsionado tanto pelo poder público, quanto por instituições privadas, por vezes voltadas a valorização turística e de promoção da economia da cultura. Segundo Farias (2005) as matrizes da cultura popular deslocaram-se para uma crescente "ritualização da diversão", processo que as aproximou dos roteiros de entretenimento e turismo, também vinculados às instâncias de uma ampla comunicação.

Realização
Parceiros
Apoio

Outrossim, o circuito das Cavalhadas enquanto tradição (re)inventada, passa a dialogar com novos significados e interesses, incluindo fé, espetáculo e políticas públicas para a afirmação e projeção de uma identidade goiana. Assim, tem-se entre os objetivos do estudo, evidenciar essa manifestação da cultura popular, como um campo de disputas que abrange relações de poder entre os diversos agentes envolvidos. Assim, entre as questões norteadoras estão: De que forma o circuito das Cavalhadas reflete e reelabora a memória coletiva, a identidade cultural e os interesses dos diferentes atores envolvidos? Como a apropriação cultural e as dinâmicas institucionais voltadas ao turismo, influenciam a (re)invenção e a ressignificação dessa tradição? Em que medida essa tradição mantém ou redefine seus sentidos religiosos, simbólicos e sociais no contexto contemporâneo? Ainda, de que modo as relações de poder e pertencimento se expressam nas práticas e nas representações associadas a festividade? Por fim, as ações em torno do Circuito das Cavalhadas correspondem a uma forma de patrimonializar por conveniência ou obedecem a anseios das próprias comunidades?

Previamente constata-se a influência do poder público e um crescente interesse privado em utilizar essa manifestação como instrumento de promoção cultural e turística, buscando atrair um amplo público, desvinculado de seus significados simbólicos e que tende a percebê-las como espetáculo ou produto de consumo (MARQUES e BRANDÃO, 2015).

METODOLOGIA

Os estudos encontram-se em fase inicial e estão se desenvolvendo por uma abordagem qualitativa, visando alcançar as múltiplas dimensões do circuito das Cavalhadas. Além disso, a pesquisa utiliza uma análise geográfica escalar, justificada por Marques e Brandão (2015) afirmando que, esses estudos realizados a partir de uma micro e macro escalas possibilitam compreender os aspectos locais, ainda suas articulações regionais, revelando transformações, reproduções e ressignificações nessas manifestações.

As investigações iniciais estão estruturadas a partir de pesquisas bibliográficas, com ênfase em autores, que versam sobre as questões da cultura popular e sua captura pela mercantilização, entre eles Canclini (1983), Arantes (1990) e Lins (2011). Ainda, Hobsbawm e Ranger (1984) com as discussões sobre invenção e (re)invenção do tradicional. Também no campo do patrimônio, memória e identidade, contribuem Gonçalves (2005), Chuva (2015) e Nora (1993). Além de fontes documentais e legislativas para a análise de políticas patrimoniais em Goiás e a instituição do circuito. Conteúdos online também serão analisados como reportagens, documentos audiovisuais, páginas de divulgação, entre outros, os dados obtidos serão analisados a partir das técnicas em análise do discurso.

Outrossim, a pesquisa também inclui metodologias empíricas, como entrevistas semiestruturadas, entre os participantes, comissão organizadora das Cavalhadas locais, secretários de cultura dos municípios, Comissão Goiana de folclore, Embaixador das Cavalhadas, etc. No que se refere a coleta de dados, estão sendo realizadas pesquisas em campo com observação participante, registros audiovisuais das festividades e anotações

Realização
Parceiros
Apoio

em diários de campo, visando o levantamento e análise de informações obtidas empiricamente.

Dessa forma, a pesquisa estará ancorada em uma combinação de diversos procedimentos metodológicos, de modo que as diferentes propostas possam incorporar toda a complexidade que envolve o festejo das Cavalhadas em Goiás, e seu consequente reflexo nas políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caminho histórico das manifestações festivas e religiosas no Brasil, evidenciam desde suas origens, que elas estiveram intrinsecamente ligadas às dinâmicas de poder e hierarquia presentes no contexto colonial. Conforme Priore (1994) as festas coloniais estiveram anteriormente ligadas aos ciclos agrícolas, e eram caracterizadas por rituais de celebração das colheitas e pedidos de proteção, que posteriormente foram capturadas pelo cristianismo. Essa incorporação foi moldada pela aliança entre Igreja e Estado, que estabeleceu o ano eclesiástico e impôs um caráter religioso e moralizador às celebrações populares, servindo como ferramenta de dominação simbólica. Entre essas celebrações, destacam-se também as Cavalhadas, introduzidas pelos portugueses jesuítas com a finalidade de catequização e evangelização.

No cenário atual, essas festividades religiosas estão continuamente inseridas no contexto social, postas como expressões da cultura popular. Ainda em Priore (1994, p. 10), a dimensão festiva abarca além dos fatos religiosos, simbólicos e políticos, uma "expressão teatral de uma organização social"; em outras palavras, reflete como as pessoas vivem, acreditam e se relacionam, desempenhando uma importante função social.

Além do mais, a festa "à brasileira" como destaca Amaral (1998) adquire forte influência turística, integrando-se na contemporaneidade a um ramo de negócios promissor. Para a autora esses festejos têm adquirido uma importância segmentada em três eixos principais, o cultural propriamente dito, o da ação popular e como espetáculo, que se mostra proveitoso às economias municipais. Essa perspectiva traz à tona as transformações e contradições que permeiam as festas populares brasileiras, agora adaptadas às dinâmicas do mercado e às novas formas de consumo cultural, por vezes ainda, estão associadas aos interesses e patrocínios governamentais locais ou regionais, e com forte intencionalidade política (SANTOS e VARGAS, 2022).

Nesse contexto, as Cavalhadas no estado de Goiás não fogem a essa lógica. Os festejos são realizados através de um intenso empenho conjunto entre o poder público municipal e estadual, para a promoção de investimentos que, por sua vez, geram retornos econômicos relevantes para a economia local. Além disso, há um forte aparato midiático voltado à divulgação dessas festividades, o que contribui para atrair atenção sobre essas localidades, seja por interesses turísticos e econômicos, ou pela valorização dos elementos culturais e identitários presentes nesses municípios. Esse processo foi abordado por Miranda (2015) ao discutir sobre a espetacularização nas Cavalhadas em Pirenópolis.

No âmbito do Circuito, as análises e os resultados preliminares indicam também essas dinâmicas voltadas ao processo de (re)invenção e espetacularização dessa

Realização
Parceiros
Apoio

manifestação, tendo em vista que em alguns municípios goianos a pratica das encenações já não aconteciam por décadas. Nesses locais, tornou-se necessária a realização de um resgate cultural legitimado pelo apelo à tradição, a exemplo de Silvânia (GO), onde a festa não era realizada desde 1928, e já não dispunham de registros históricos quanto aos cavaleiros que fizeram parte no passado.

Outro indicativo importante dessa reconfiguração incide no aspecto religioso, uma vez que algumas batalhas foram deslocadas do seu contexto festivo no catolicismo popular, restringindo-se a demonstrações de arte e espetáculo, como o caso da cidade de Niquelândia (GO) que após o resgate, somente foram associadas com a Festa do Divino Espírito Santo apenas no ano de 2026. É importante ainda, destacar a alteração da data festiva em algumas localidades, por vezes, as encenações deixam de seguir o calendário religioso tradicional para se adequar ao circuito.

Além do mais, o espaço do festejo tem sido marcado por "sobreposições e coexistências que essencializam a transtemporalidade dessas manifestações culturais" (SANTOS e VARGAS, 2022), uma vez que a presença de figuras políticas e seus diversos discursos, bem como a realização de shows com cantores oriundos da indústria cultural passaram a dividir o mesmo espaço que a encenação religiosa, assim, convivem a fé, devoção tradicional e a lógica mercadológica da espetacularização. Todavia, nesta coexistência, observa-se a predominância da lógica mercadológica e a mercantilização da cultura transformando expressões simbólicas tradicionais, coletivas e identitárias em manifestações ressignificadas com propósitos de mercado e espetáculo.

Nesse contexto, a própria patrimonialização das Cavalhadas no estado constituem-se dessa mesma lógica, estando inseridas em processos de legitimação de discursos e a criação de narrativas históricas alinhadas aos interesses políticos/econômicos de grupos dominantes, efetivando-se por meio de políticas públicas, regulamentações legais e incentivos para a promoção cultural e turística, e envolvendo diferentes níveis de governo, desde estadual à municipais.

Assim, a iniciativa pelo reconhecimento como patrimônio imaterial obtido pelo registro foi articulada pelo governo estadual, que em 2019 junto aos representantes desses municípios encaminhou um pedido de registro das Cavalhadas em Goiás como patrimônio imaterial brasileiro, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Tal processo, reforça o interesse em preservar e visibilizar as manifestações culturais, mas também reforça as disputas políticas e simbólicas referentes ao que se reconhece oficialmente como patrimônio de um povo. Pois conforme Brandão (2009, p.742), "não devemos duvidar de que sempre algo pode ser feito pelas nossas culturas populares. Mas, desde que de dentro para fora. Desde que deixadas as decisões sobre o acontecer de uma cultura própria nas mãos de seus criadores, usuários locais e atores do que criam e colocam em cena para si mesmos e para os outros".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, mesmo que em estágio inicial da pesquisa, foi possível constatar que o circuito das Cavalhadas no estado de Goiás configura-se como um instrumento de política cultural, o qual atua na ampliação, ressignificação e visibilidade da manifestação no estado. O fomento e financiamento promovidos pelo poder público

Realização
Parceiros
Apoio

exemplificam essa estratégia de mercantilização da cultura popular e projeção das Cavalhadas no estado de Goiás, ao passo que, insere o folguedo nas dinâmicas turísticas, e na economia da cultura. Além do mais, a partir das categorias espetacularização e mercantilização dos bens culturais, foi possível compreender as transformações e as reinvenções da tradição presentes no circuito.

Desse modo, a instituição do circuito ultrapassa a dimensão de preservação das tradições históricas, tal como é divulgado pelo discurso oficial, antes envolve a produção de novas identidades e significados simbólicos no contexto contemporâneo. Assim, é importante ressaltar a necessidade de continuidade nos estudos, em que as próximas etapas serão fundamentais para a compreensão acerca dos atores locais e comunidades produtoras dessa expressão cultural, em como estão inseridas nesse novo formato, e como irão desenvolver a memória coletiva, identidade e pertencimento.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e à Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelo apoio financeiro e institucional a pesquisa.

Referências

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. Festa à brasileira: significados do festejar, no país que "não é sério". 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 715-746, set./dez. 2009.
FARIAS, Edson. Economia e cultura no circuito das festas populares brasileiras. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 647–688, set./dez. 2005.
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Governo de Goiás lança Circuito das Cavalhadas 2026 com investimento recorde de R$ 5 milhões. Portal Goiás.Gov.Br, 13 maio 2026. Disponível em https://geoias.gov.br/cultura/governo-de-goias-lanca-circuito-das-cavalhadas-2026-com-investimento-recorde-de-r-5-milhoes/. Acesso em: 25 de maio de 2026.
HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.
MARQUES, Luana Moreira; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 7–26, dez. 2015.
MIRANDA, Ronypeterson. A espetacularização do tradicional: a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – GO na mídia. Revista UFG, Goiânia, v. 15, n. 17, p. 1-16, jan./jun. 2015.
PRIORE, Mary Del. Festas e utopias no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.
SANTOS, Daniele Luciano; VARGAS, Maria Augusta Mundim. (Re)invenções de tradições: apropriações políticas e econômicas nas cavalgadas, vaquejadas, pegas de boi e cavalhadas de Sergipe. Revista Cerrados (Unimontes), Montes Claros, v. 20, n. 1, p. 255–271, 2022.

TÍTULO DO TRABALHO

O ESTADO E A PRODUÇÃO DO DESIGUAL: PLANEJAMENTO REGIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO CERRADO GOIANO

Clara Gomes Valério

clara.gomes.valerio@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro constitui um dos principais espaços de expansão da fronteira agrícola nacional e, simultaneamente, um dos territórios mais marcados por conflitos fundiários, pressões ambientais e desigualdades socioespaciais. Em Goiás, tais transformações se intensificaram ao longo das últimas décadas por meio da modernização produtiva, da ampliação das redes de infraestrutura e da implementação de políticas públicas voltadas ao crescimento econômico regional. Embora frequentemente associadas ao desenvolvimento, essas iniciativas têm produzido impactos territoriais desiguais, beneficiando determinados setores econômicos enquanto ampliam processos de exclusão social, concentração fundiária e vulnerabilidade socioambiental.

A partir da Geografia Crítica, compreende-se que o espaço geográfico é resultado das relações de poder estabelecidas na sociedade e que as desigualdades territoriais não constituem fenômenos naturais ou espontâneos, mas expressões concretas de processos históricos, econômicos e políticos. Nesse contexto, o Estado assume papel central na organização do território por meio da elaboração de normas, instrumentos de planejamento, incentivos econômicos e políticas públicas que orientam a apropriação e o uso dos recursos naturais.

Autores como Harvey (2005), Santos (2006), Smith (1988) e Chaveiro (2020) demonstram que a produção do espaço ocorre de maneira desigual, sendo marcada pela concentração de recursos e oportunidades em determinados territórios e grupos sociais. Dessa forma, torna-se fundamental compreender como as ações estatais participam da construção dessas desigualdades e quais são seus efeitos sobre populações que dependem diretamente dos recursos do Cerrado para sua reprodução social.

Realização
Parceiros
Apoio

O presente trabalho tem por objetivo analisar criticamente o papel do Estado na produção e reprodução das desigualdades socioespaciais no Cerrado goiano, examinando de que maneira o planejamento regional e as políticas públicas influenciam os processos de diferenciação territorial e contribuem para a configuração das dinâmicas socioeconômicas observadas no estado de Goiás.

METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter qualitativo, fundamentando-se nos referenciais da Geografia Crítica, dos estudos sobre planejamento territorial e da análise jurídico-institucional. O trabalho encontra-se em fase inicial de desenvolvimento e adota uma estratégia metodológica baseada na triangulação de procedimentos de pesquisa.

A primeira etapa consiste em revisão bibliográfica sistemática acerca da produção do espaço, desenvolvimento desigual, planejamento regional, políticas públicas e transformações territoriais no Cerrado. Paralelamente, realiza-se análise documental do arcabouço jurídico e institucional que orienta o planejamento regional em Goiás, incluindo legislações estaduais e federais, planos plurianuais, programas de desenvolvimento, instrumentos de ordenamento territorial e políticas setoriais com incidência sobre o território.

Também está previsto o levantamento de indicadores socioeconômicos, fundiários e ambientais disponibilizados por órgãos oficiais, visando identificar padrões espaciais de desigualdade e suas possíveis relações com a atuação estatal. Em etapas posteriores, a pesquisa incorporará estudo de caso em território do Cerrado goiano marcado por conflitos socioambientais, possibilitando analisar de forma mais aprofundada os efeitos concretos das políticas públicas sobre diferentes grupos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que a pesquisa possibilite identificar de que maneira o planejamento regional e as políticas públicas implementadas pelo Estado contribuam para a configuração de padrões diferenciados de desenvolvimento no Cerrado goiano. A partir da análise do arcabouço jurídico-institucional e dos indicadores socioeconômicos, fundiários e ambientais, pretende-se compreender como determinadas estratégias de desenvolvimento territorial podem favorecer processos de concentração de recursos, oportunidades e investimentos em

Realização
Parceiros
Apoio

regiões específicas, ao mesmo tempo em que produzem ou intensificam situações de vulnerabilidade em outras áreas.

Com base na literatura analisada, especialmente nos trabalhos de Harvey (2005), Santos (2006), Smith (1988), Chaveiro (2020) e Pessôa (2020), espera-se verificar que a expansão da fronteira agrícola e a modernização produtiva no Cerrado goiano estejam associadas a transformações territoriais profundas, marcadas por contradições entre crescimento econômico, conservação ambiental e justiça social.

Também se pretende evidenciar que a atuação estatal não se limita à regulação das dinâmicas territoriais, mas participa ativamente da produção do espaço por meio de instrumentos de planejamento, incentivos econômicos, investimentos em infraestrutura e políticas setoriais. Nesse contexto, a pesquisa buscará analisar como tais mecanismos influenciam a distribuição desigual dos benefícios e dos impactos decorrentes do desenvolvimento regional.

Além disso, espera-se que o estudo de caso permita compreender as experiências vividas por diferentes grupos sociais afetados por essas transformações, identificando conflitos, formas de resistência e estratégias de defesa dos territórios do Cerrado. Dessa forma, a investigação pretende contribuir para o debate sobre justiça espacial, governança territorial e os desafios da construção de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas até o momento indicam que a compreensão das desigualdades socioespaciais no Cerrado goiano exige o exame das relações entre Estado, planejamento territorial e políticas públicas. A produção do espaço não ocorre de forma espontânea, mas é influenciada por decisões institucionais que favorecem determinados interesses econômicos e modelos de desenvolvimento.

Ao investigar a atuação estatal sob uma perspectiva geográfico-jurídica, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre justiça espacial, governança territorial e defesa do Cerrado, evidenciando os desafios enfrentados por populações que vivenciam os efeitos contraditórios da modernização regional.

Realização
Parceiros
Apoio

Espera-se que o aprofundamento da investigação possibilite compreender com maior precisão os mecanismos de produção das desigualdades territoriais em Goiás, contribuindo para reflexões acadêmicas e sociais voltadas à construção de políticas públicas mais democráticas, inclusivas e ambientalmente sustentáveis para o Cerrado.

AGRADECIMENTOS:

À Universidade Estadual de Goiás (UEG), ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e à Professora Dra. Tathiana Salgado, orientadora desta pesquisa, pelo apoio, incentivo e valiosa contribuição para o desenvolvimento deste trabalho.

Referências

CASTILHO, Denis; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma análise territorial do Cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (org.). *Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. *Élisée – Revista de Geografia da UEG*, v. 9, n. 2, 2020.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O paradoxo da Revolução Verde no Cerrado. *Élisée – Revista de Geografia da UEG*, Goiânia, v. 9, n. 2, p. e922013, 2020.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EdUSP, 2006.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

DA DEVOÇÃO AO PATRIMÔNIO: DINÂMICAS E PERCEPÇÕES NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DAS CONGADAS DE CATALÃO (GO)[1]

Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro
ire.dospassos@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Luana Nunes Martins de Lima
luana.lima@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

As Congadas constituem uma das mais expressivas manifestações culturais afro-brasileiras, articulando religiosidade, memória, identidade e resistência histórica. Presentes em diversas regiões do Brasil, essas celebrações combinam elementos de origem africana, indígena e europeia, sendo tradicionalmente vinculadas à devoção a santos católicos como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia (Ferreira, 2021). No estado de Goiás, especialmente na cidade de Catalão, as Congadas assumem centralidade na construção da identidade cultural local, consolidando-se como prática simbólica de pertencimento e continuidade histórica.

Realizadas no contexto da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, as Congadas de Catalão mobilizam a comunidade ao longo de todo o ano, envolvendo diferentes sujeitos sociais, como congadeiros, festeiros, membros da irmandade e moradores. Trata-se de uma manifestação que extrapola o caráter festivo, configurando-se como espaço de preservação da memória coletiva e de reafirmação da cultura afrodescendente, historicamente marginalizada no Brasil.

Nesse cenário, destaca-se o recente processo de patrimonialização das Congadas de Catalão, iniciado formalmente em 2022, quando foi solicitado o reconhecimento da manifestação como patrimônio cultural imaterial do estado de Goiás. Esse processo envolve diferentes atores institucionais, como a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) e a Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico (SUPHA), além da participação ativa da comunidade congadeira.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as motivações, os interesses e as percepções que permeiam o processo de patrimonialização das Congadas de Catalão, considerando tanto os discursos institucionais quanto as vozes dos detentores do bem cultural. Busca-se compreender como esse reconhecimento é interpretado pelos sujeitos envolvidos, bem como suas expectativas em relação aos impactos culturais, sociais e econômicos decorrentes desse processo.

---

[1] Esse trabalho é derivado da pesquisa *"Congadas de Catalão (GO): processo, mobilizações e diálogos da patrimonialização em curso"*, defendida e aprovada no Progama de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP/ UEG) em 2025. Está vinculado ao projeto de pesquisa "*Acervo digital e inventários colaborativos: instrumentos de preservação do patrimônio e da memória das festas populares em Goiás"*, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás (FAPEG).

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em ampla revisão bibliográfica e documental, associada à investigação de campo. O estudo foi desenvolvido no âmbito da linha de pesquisa Cultura, Preservação e Identidades, articulando referenciais teóricos das áreas de patrimônio cultural, memória social, relações raciais e estudos decoloniais.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, foram realizadas análises documentais de processos institucionais relacionados à patrimonialização das Congadas, incluindo registros da SECULT e legislação pertinente ao reconhecimento de bens culturais imateriais no estado de Goiás. Também foram examinados dossiês do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ampliando a compreensão do processo em escala nacional.

A pesquisa de campo constituiu etapa fundamental do estudo, sendo realizada nos anos de 2023 e 2024, durante o período da Festa do Rosário, em Catalão, e em visitas institucionais em Goiânia. Foram conduzidas 51 entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais, incluindo congadeiros, capitães de ternos, festeiros, membros da Irmandade do Rosário, moradores e representantes da SECULT. As entrevistas foram realizadas de forma presencial por meio de aplicativos de comunicação, respeitando critérios éticos estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Além disso, utilizou-se a observação participante como técnica de investigação, permitindo acompanhar diretamente as práticas, rituais e dinâmicas sociais envolvidas na manifestação. Essa abordagem possibilitou compreender aspectos simbólicos, organizacionais e afetivos das Congadas, muitas vezes não captados apenas por meio de entrevistas.

Complementarmente, foram analisados registros audiovisuais e fotográficos, tanto de acervos institucionais quanto de arquivos pessoais de participantes, contribuindo para a construção de uma leitura sensível e contextualizada da manifestação cultural.

Como produto técnico e forma de devolutiva à comunidade, foi desenvolvido um documentário intitulado *"Nos caminhos do Rosário aos ritmos dos tambores: as Congadas de Catalão como patrimônio cultural"*, com o objetivo de registrar e dar visibilidade às narrativas dos sujeitos envolvidos no processo de patrimonialização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de patrimonialização das Congadas de Catalão é marcado por uma complexa articulação entre interesses culturais, políticos e econômicos. Por um lado, o reconhecimento como patrimônio cultural imaterial é compreendido como uma conquista simbólica importante para a valorização da cultura afro-brasileira e para o fortalecimento da identidade local. Por outro, esse processo também revela tensões e disputas relacionadas à apropriação institucional e à mercantilização da cultura.

Os dados obtidos a partir das entrevistas, da observação de campo e da análise documental indicam que o processo de patrimonialização das Congadas de Catalão (GO) ocorre de forma gradual e ainda não consolidada, sendo atravessado por diferentes percepções entre os sujeitos envolvidos. Há uma percepção majoritariamente positiva por parte dos congadeiros em relação à patrimonialização,

Realização
Parceiros
Apoio

especialmente no que diz respeito à visibilidade e ao reconhecimento social da manifestação. Muitos participantes associam o registro oficial à possibilidade de preservação das tradições, fortalecimento da cultura e acesso a políticas públicas de apoio.

Os congadeiros participantes da pesquisa destacam que as Congadas são compreendidas, acima de tudo, como uma manifestação religiosa e familiar. A participação nos ternos está frequentemente associada à herança familiar, ao cumprimento de promessas e à devoção a Nossa Senhora do Rosário. Esse dado evidencia que o sentido da prática, para os participantes, não está inicialmente vinculado à ideia de patrimônio, mas à vivência da fé e da tradição.

Nesse contexto, a noção de patrimônio aparece como uma camada posterior, muitas vezes associada a iniciativas externas ou institucionais. A análise dos documentos e das falas indica que o reconhecimento patrimonial é percebido de forma ambivalente: por um lado, como valorização e visibilidade; por outro, emergem preocupações quanto aos possíveis efeitos desse reconhecimento, como a descaracterização da festa, a intensificação da exploração turística e a interferência de agentes externos na organização da manifestação. Nesse sentido, observa-se uma tensão entre a lógica da salvaguarda cultural e os interesses econômicos associados à indústria do turismo e ao desenvolvimento local.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão política do processo. A patrimonialização das Congadas insere-se em estratégias mais amplas de valorização cultural que podem ser utilizadas como instrumentos de legitimação política e promoção institucional. A análise documental demonstra que o reconhecimento do patrimônio cultural está frequentemente vinculado a agendas governamentais e a disputas por visibilidade e recursos (Ribeiro, 2025).

Essa ambivalência pode ser analisada a partir das reflexões Canclini (1997), especialmente no que se refere aos processos de hibridação e à inserção de práticas tradicionais em circuitos institucionais e de mercado. Sua abordagem permite compreender que manifestações culturais, ao serem incorporadas a políticas de valorização e reconhecimento, passam por reconfigurações que envolvem mediações, adaptações e novas formas de circulação. Nesse sentido, a patrimonialização pode implicar tanto a ampliação da visibilidade quanto a reorientação dos significados da prática, ao aproximá-la de lógicas institucionais e culturais mais amplas. No caso das Congadas de Catalão, esse processo ainda se encontra em construção, sendo marcado por negociações entre os sentidos tradicionais da manifestação e suas novas formas de enquadramento.

A patrimonialização das Congadas de Catalão não deve ser interpretada como um processo linear ou homogêneo. Trata-se de um campo de negociações, no qual coexistem diferentes entendimentos sobre tradição, cultura e reconhecimento. Enquanto os agentes institucionais tendem a enfatizar a dimensão patrimonial, os praticantes priorizam os sentidos religiosos, familiares e identitários da manifestação. Os entrevistados mencionam mudanças na organização, na visibilidade pública e na relação com o poder público, mas essas mudanças não são necessariamente vistas como perda de tradição, e sim como adaptações às novas condições sociais do reconhecimento.

Realização
Parceiros
Apoio

Do ponto de vista teórico, os resultados dialogam com autores que problematizam o conceito de patrimônio, destacando que a seleção do que deve ser preservado não é neutra, mas atravessada por relações de poder (Choay, 2011). Nesse contexto, a participação ativa dos congadeiros torna-se fundamental para garantir que o processo de patrimonialização respeite os significados e valores atribuídos pela comunidade, conforme orienta Pelegrine (2006) e Gonçalves (2015). A atuação da Irmandade do Rosário, dos festeiros e dos capitães de terno demonstra que a patrimonialização não é apenas imposta por agentes externos, mas também mobilizada internamente como estratégia de reconhecimento e preservação (Ribeiro, 2025).

Adicionalmente, observa-se que as Congadas permanecem como espaço de resistência cultural e afirmação da identidade negra, mesmo diante de processos históricos de marginalização e racismo religioso. A manifestação continua sendo um importante mecanismo de transmissão de saberes, práticas e memórias, reforçando vínculos comunitários e promovendo a valorização da ancestralidade.

O documentário produzido como parte da pesquisa desponta-se uma ferramenta potente de registro e valorização das Congadas de Catalão, contribuindo para ampliar o debate sobre a patrimonialização e fortalecer o protagonismo dos congadeiros no processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de patrimonialização das Congadas de Catalão permite compreender que o reconhecimento de uma manifestação cultural como patrimônio imaterial envolve múltiplas dimensões e interesses, não se restringindo à preservação cultural. Trata-se de um processo dinâmico, permeado por disputas simbólicas, políticas e econômicas, que exige atenção crítica e participação social.

Os resultados indicam que, embora haja um consenso entre os participantes quanto à importância do reconhecimento, também existem preocupações legítimas em relação aos impactos desse processo. A patrimonialização pode representar tanto uma oportunidade de valorização cultural quanto um risco de descaracterização e apropriação indevida da manifestação.

Nesse sentido, destaca-se a importância de políticas de salvaguarda que priorizem a escuta e o protagonismo das comunidades envolvidas, garantindo que os processos de reconhecimento respeitem os saberes, práticas e significados atribuídos pelos próprios detentores do patrimônio.

Além disso, a pesquisa reforça a relevância das Congadas como expressão de resistência cultural e afirmação da identidade afro-brasileira, contribuindo para o debate sobre relações raciais, memória e patrimônio no Brasil contemporâneo.

Por fim, o estudo evidencia o papel fundamental da produção acadêmica e de produtos técnicos, como o documentário desenvolvido, na promoção da visibilidade e no fortalecimento das manifestações culturais populares. Ao registrar e difundir as vozes dos congadeiros, contribui-se não apenas para a preservação da memória, mas também para a construção de práticas mais inclusivas e democráticas no campo do patrimônio cultural.

Referências

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão - antologia para um combate.** Trad. João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte Editora: Fino Traço, 1ª edição, 2011.

FERREIRA, Marcos Manoel. Congada de Catalão (GO): o sincretismo da festa popular na perspectiva dos devotos. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 13, n. 1, p. 6–17, 2020. DOI: 10.18224/mos.v13i1.8078. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8078. Acesso em: 14 maio. 2026.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio:** identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 211-228, janeiro-junho, 2015.

PELEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio cultural no discurso e na lei**: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. UNESP–FCLAS–CEDAP, v. 2, n. 2, 2006, p. 72.

RIBEIRO, Irenilde dos Passos de Castro. **Congadas de Catalão (GO):** processo, mobilizações e diálogos da patrimonialização em curso. 229 f. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2025.

MULHERES QUILOMBOLAS: RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO DO CERRADO - UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Iara Barbosa Cabral
iarabcabral@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Adriana Aparecida Silva
ueg.adriana@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Flávio monteiro Ayres
flavio.ayres@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O Cerrado é conhecido por ser o segundo maior bioma da América do Sul e um dos *hotspots* de biodiversidade mais ameaçados do mundo (PEREIRA et al., 2026). Além de sua riqueza ecológica, abriga uma pluralidade de povos e comunidades tradicionais cujos modos de vida expressam identidade, territorialidade e conservação ambiental (QUEIROZ et al., 2022). Entre esses povos, se encontram as comunidades quilombolas, que forjaram identidades territoriais que articulam memória, natureza e espiritualidade, que se expressam, sobretudo, na luta pela permanência nos territórios (DOS SANTOS; KEITEL; ROCHA, 2022).

Esse modo de vida que equilibra práticas culturais e uso sustentável de recursos naturais, pode ser expresso através do conceito de sociobiodiversidade, que é a inter-relação entre a biodiversidade e a diversidade sociocultural dos povos tradicionais que habitam determinados territórios, como as comunidades quilombolas (BRASIL, 2007). Entender a sociobiodiversidade, é também reconhecer que essas comunidades, no contexto do Cerrado, contribuem diretamente para a sua conservação (SILVA; SILVA, 2024; GONÇALVES et al., 2022).

Neste processo, as mulheres quilombolas desempenham papel central, porque ao longo da história desenvolveram estratégias de proteção da cultura, do território e da biodiversidade, além de serem detentoras do conhecimento ancestral e responsáveis pela transmissão destes saberes para as futuras gerações (PONTES; SOARES, 2020; PEREIRA; ALLEGRETTI; MAGALHÃES, 2022). É sobre esse protagonismo feminino que esta revisão integrativa da literatura se debruça, buscando o que a produção científica tem encontrado sobre o papel das mulheres quilombolas na resistência e na preservação da biodiversidade do Cerrado, identificando avanços, lacunas e perspectivas para pesquisas futuras.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, orientada pela seguinte pergunta norteadora, construída a partir do modelo PCC (*Population, Concept, Context)* (PETERS et al., 2020): *Como as mulheres quilombolas do Cerrado exercem papel de resistência e contribuem para a preservação da sociobiodiversidade desse bioma?* Para a construção desta pergunta norteadora definiu-se: **P** = mulheres quilombolas; **C** = resistência e preservação da sociobiodiversidade; **C** = Cerrado.

A busca bibliográfica foi realizada no Portal Periódicos CAPES, nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Scopus e *Web of Science*. Nesta etapa, a inteligência artificial Claude foi usada como apoio para levantamento dos descritores e das melhores *strings* de busca nesta fase inicial.

Os descritores utilizados foram combinados com os operadores booleanos AND e OR, nos idiomas português e inglês. Os termos-chave (português e inglês) foram: “mulheres quilombolas”, “comunidades quilombolas”, “Cerrado”, “sociobiodiversidade”, “resistência territorial” e “conservação ambiental”. A estratégia de busca foi adaptada para cada base. Pesquisas complementares foram realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico, utilizando combinações simplificadas, como intitle:"mulheres quilombolas" Cerrado.

Foram incluídos estudos publicados entre os anos de 2010 e 2026, em português e inglês, disponíveis na íntegra e com acesso aberto. O recorte temporal se justifica pela consolidação das políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas a partir de 2010 (INCRA, 2009; BRASIL, 2010).

A seleção dos trabalhos ainda está em andamento, e acontece em quatro etapas: busca nas bases, triagem por título e resumo, leitura completa e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Foram excluídos resumos de congresso, resenhas, editoriais, estudos duplicados, qualificações e livros/capítulos não disponíveis na íntegra. Para teses e dissertações, foi usada a inteligência artificial através do NotebookLM para resumir esses trabalhos e extrair as principais informações. Esse procedimento foi adotado em razão da extensão desses documentos e da necessidade de otimizar o processo de seleção sem comprometer a pertinência das informações extraídas.

Realização
Parceiros
Apoio

Posteriormente, os dados passaram por uma análise temática indutiva para identificar as categorias temáticas recorrentes relacionadas a resistência territorial, sociobiodiversidade, preservação do Cerrado e às relações de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, foram encontrados 82 estudos, mas apenas 31 atenderam aos critérios de inclusão e exclusão. A maioria das produções é de natureza qualitativa, com predominância de pesquisas etnográficas e de história oral, e concentração em Goiás e Minas Gerais. Os estudos mais predominantes foram artigos em periódicos científicos (13), seguidos de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

As publicações foram divididas em três blocos temáticos: (1) Território, identidade e resistência; (2) Saberes tradicionais, sociobiodiversidade e conservação ambiental; e (3) Protagonismo feminino, cuidado e transmissão dos saberes.

O bloco 1 evidencia que o território é parte da identidade quilombola (memória, ancestralidade e cultura) e que a luta pela terra, principalmente frente à expansão do agronegócio, afeta os modos de vida e a conservação da biodiversidade do Cerrado. A expressão “corpo-território” revela que a exploração territorial e a exploração dos corpos femininos estão interligadas. Dessa forma, a resistência quilombola é também feminista e antirracista, enfrentando opressões raciais, territoriais, econômicas e patriarcais.

No bloco 2, os saberes tradicionais das mulheres quilombolas são instrumentos da conservação da biodiversidade do Cerrado. Práticas como o uso de plantas medicinais, o manejo de quintais, o extrativismo sustentável, o cultivo de espécies nativas e a transmissão oral desses conhecimentos constituem formas ativas de preservação da sociobiodiversidade do bioma. As mulheres são protagonistas desta temática, aparecendo como raizeiras, benzedeiras, quebradeiras de coco babaçu, extrativistas e agricultoras, exercendo práticas ancestrais de conservação ambiental.

Já no bloco 3, o protagonismo feminino é observado no cuidado não apenas doméstico, mas também cultural, político e ambiental. Elas são centrais na organização comunitária e na transmissão intergeracional do conhecimento ancestral, embora enfrentem racismo, desigualdade de gênero e insegurança territorial.

A questão norteadora deste trabalho pode ser respondida pela resistência territorial que as mulheres enfrentam diante do agronegócio, grilagem e mineração, e através do seu papel de liderança comunitária na defesa do território como espaço de vida e memória.

Realização
Parceiros
Apoio

As práticas femininas de manejo da vegetação do Cerrado constituem formas eficazes de conservação da biodiversidade do bioma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares desta revisão apontam para a necessidade de ampliar os investimentos em pesquisas que coloquem as próprias mulheres quilombolas como produtoras de conhecimento, e não apenas como sujeitas de pesquisa. Além disso, permitem concluir que as mulheres quilombolas do Cerrado exercem resistência e preservam a sociobiodiversidade por meio de práticas cotidianas, saberes ancestrais e organização coletiva profundamente enraizadas no território. Este protagonismo aparece como algo cultural, ambiental e político, e se expressa no uso e manejo de plantas medicinais, nas práticas agroextrativistas, na liderança comunitária e na transmissão oral do conhecimento para as futuras gerações. Os estudos analisados até o momento, demonstram que reconhecer e fortalecer esse protagonismo feminino é condição indispensável para uma política de conservação do Cerrado que pretenda ser efetiva, justa e sustentável.

AGRADECIMENTOS: O presente trabalho conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm].

GONÇALVES, J. P. et al. Agrobiodiversidade em comunidades quilombolas do Brasil: uma abordagem cienciométrica e perspectivas de estudo. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 13, n. 5, p. 236-254, 2022. DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2022.005.0018.

INCRA. Instrução Normativa n. 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: INCRA, 2009.

PEREIRA, A. dos S.; ALLEGRETTI, M.; MAGALHÃES, L. "Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra": uma investigação sobre sororidade e ocupação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, e3318, 2022. Disponível em: [https://cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3318].

PEREIRA, C. C. et al. *The Cerrado crisis review: highlighting threats and providing future pathways to save Brazil's biodiversity hotspot*. **Nature Conservation**, [S.l.], v. 61, p. 29–70, 2026. DOI: 10.3897/natureconservation.61.168273. Disponível em: [https://doi.org/10.3897/natureconservation.61.168273].

PETERS, Micah D. J. et al. Chapter 11: Scoping Reviews. In: AROMATARIS, Edoardo; MUNN, Zachary (org.). *JBI Manual for Evidence Synthesis*. Adelaide: Joanna Briggs Institute, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.46658/JBIMES-24-01

PONTES, G. G.; SOARES, N. S. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, UFPA, 2020. Disponível em: [https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8715].

QUEIROZ, A. F. et al. Veredeiros: modos de vida e sua atual relação com o cerrado. **Revista de Geografia**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 46–67, 2022. DOI: 10.51359/2238-6211.2022.252559. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/252559>.

SANTOS, D. T. G. dos; KEITEL, Â. S. P.; ROCHA, M. L. V. Os territórios quilombolas como espaço de construção e preservação da identidade: um estudo na comunidade quilombola nde Júlio Borges - RS. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, [S. l.], v. 9, p. 1–31, 2022. DOI: 10.19092/reed.v9.725. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/725>.

SILVA, I. B. da; SILVA, G. P. L. Uso de plantas medicinais por comunidades quilombolas brasileiras: uma revisão integrativa. **Amazônia: Science & Health**, v. 12, n. 3, p. 258-272, 2024. DOI: 10.18606/2318-1419/amazonia.sci.health.v12n3p258-272.

SOUSA, L. M. M. et al. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Revista Investigação em Enfermagem**, n. 21, p. 17-26, 2018. Disponível em: [https://www.sinaisvitais.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf].

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A SUSTENTABILIDADE

Cristiane Cavalcante de Oliveira
Cristianecavalcante.professora@gmail.com, Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado-TECCER-UEG
Sabrina do Couto de Miranda
sabrina.couto@ueg.br Docente Permanente no PPG TECCER
Poliene Soares dos Santos Bicalho
Poliene.bicalho@ueg.br Docente Permanente no PPG TECCER
Adriana Aparecida Silva
aparecida.silva@ueg.br Docente Permanente no PPG TECCER
Flávio Monteiro Ayres
flavioayres@ueg.br Docente Permanente no PPG TECCER

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais são disfunções nos ecossistemas da Terra provocadas, em maioria, pelas atividades humanas. A natureza sofre, a saúde piora e o clima fica cada vez mais descontrolado. Essas alterações causam impactos negativos na biodiversidade, na saúde humana e na estabilidade climática do planeta (Layrargues, 2012).

O avanço do agronegócio, a mineração e os incêndios no Cerrado colocam em risco não só as plantas e animais, mas também a vida das pessoas. Por isso, encontrar caminhos para proteger a natureza é uma prioridade, e a escola tem um papel fundamental no processo de trabalhar a Educação Ambiental (Reigota, 2017).

Esse tipo de educação tem um papel fundamental na formação de pessoas mais conscientes sobre a importância de cuidar do meio ambiente. Atualmente, muitos problemas ambientais, como poluição, desperdício de água e excesso de lixo, fazem parte da realidade da sociedade. Por isso, ensinar e aprender sobre preservação ambiental tornou-se uma necessidade para garantir qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

> Não se pode reformar a instituição sem prévia reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem prévia reforma das instituições. A consciência da complexidade nos faz compreender que não podemos reformar o ecossistema sem reformar a sociedade, e não podemos reformar a sociedade sem uma nova consciência ecológica (Morin, 2003, p. 99).

Mais do que falar sobre natureza, a educação ambiental busca desenvolver responsabilidade e consciência crítica. Ela ajuda as pessoas a entenderem que cada ação do dia a dia causa impactos positivos ou negativos no ambiente. Separar o lixo, economizar energia, evitar desperdícios e preservar espaços públicos são exemplos simples que podem fazer diferença quando praticados de forma coletiva.

Realização
Parceiros
Apoio

A formação de uma sociedade mais consciente e sustentável começa na escola, onde projetos práticos aproximam os estudantes da realidade ambiental (Reigota, 2017). Contudo, observa-se frequentemente uma desconexão entre o currículo formal e os saberes locais do Cerrado, enfraquecendo a Educação Ambiental Crítica no território (Loureiro, 2012). Isso gera um distanciamento dos estudantes em relação ao seu próprio território e às práticas sustentáveis que as comunidades locais já utilizam há gerações, perpetuando um modelo de desenvolvimento insustentável.

A escola possui grande importância nesse processo, pois é um espaço onde crianças, jovens e adultos podem construir valores relacionados ao respeito pela natureza. Projetos de reciclagem, hortas escolares, palestras e atividades práticas tornam o aprendizado mais significativo e aproximam os estudantes da realidade ambiental. Além disso, a participação da família e da comunidade fortalece ainda mais essas ações.

O problema central tratado neste trabalho reside na desconexão entre o currículo escolar formal e os saberes locais e tradicionais sobre o bioma Cerrado, o que, segundo Diegues (2008) e Loureiro (2012), prejudica a formação de uma consciência ambiental crítica e a efetivação de ações sustentáveis no território.

METODOLOGIA

Este trabalho tem natureza teórica e abordagem qualitativa com foco em apresentar, com base na literatura, aspectos relacionados ao currículo escolar formal e a importância da educação ambiental para a formação cidadã.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo educativo transformador, para que tenha resultados efetivos, necessita da intercomunicação dos diversos atores, ou seja, precisa ser realizado de forma aderida ao movimento da realidade local (Freire, 2014). As ideias de Guimarães (2012) ilustram essa concepção ao afirmar que se quisermos mudar o curso do rio, não adianta criarmos uma corrente fora dele. O processo de transformação social não pode ser encarado como um sequenciamento de intervenções pontuais e deve provocar questionamentos, problematizações e transformações de valores, hábitos e atitudes individuais e coletivas no cotidiano da comunidade integrante do processo educativo (Guimarães, 2012).

Neste contexto, a educação ambiental vai muito além de repassar informações. Ela desenvolve o pensamento crítico sobre consumo, desperdício e a relação do homem com a natureza. Resultados práticos, frequentemente, incluem a adoção de hábitos sustentáveis no cotidiano, como a separação correta de resíduos, o uso consciente de água e energia, e a redução do desperdício (Reigota, 2017).

A discussão destaca que a educação ambiental não deve ser tratada como uma disciplina isolada, mas sim de forma transversal e interdisciplinar nas escolas (Brasil, 1998).

Um gargalo apontado nas discussões é a necessidade de capacitação contínua para professores, para que consigam integrar esses temas aos componentes curriculares de forma efetiva.

Os resultados reforçam que as práticas extrapolam a sala de aula, impactando os núcleos familiares e a comunidade no entorno das instituições. Discussões recentes enfatizam

Realização
Parceiros
Apoio

que a educação ambiental é uma estratégia vital para preparar comunidades para a resiliência climática e promover a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há necessidade de estudos e pesquisas que relacionem as perspectivas teóricas da Educação Ambiental e sua efetividade na transformação das ações docentes nos espaços formais de ensino aprendizagem. Bem como, que discutam as implicações de mudanças curriculares nas práticas docentes.

Ainda destaca-se a relevância de estudos que permitem a formação de pessoas pensantes, sensíveis, que valorizem as dimensões do ser humano e que aprendam de forma consciente a preservação e também tenham relação afetiva com o meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

Ao TECCER por possibilitar espaço para a formação humana.

Referências:

Brasil. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

Diegues, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

Edgar Morin, em ***A cabeça bem-feita*** (8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, **p. 9**).

Freire, Paulo. (2014). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.**

Layrargues, Philippe Pomier. **Manifesto por uma Educação Ambiental Crítica.** *Revista Contemporânea de Educação*, 2012.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e desafios da educação ambiental crítica.** Rio de Janeiro: Trevo, 2012.

Monteiro, Guimarães. (2012). Editora/Periódico. **Integridade de Processo Educativo.**

Reigota, Marcos. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2017.

O CERRADO EM BERNARDO ÉLIS FLEURY DE CAMPOS CURADO

Kálita Torres de Moura
kalita@aluno.ueg.br , *Universidade Estadual de Goiás – UEG*

Neemias Oliveira da Silva
Neemias.oliveira@ueg.br , *Universidade Estadual de Goiás – UEG*

INTRODUÇÃO

O que é o cerrado? De súbito, a primeira imagem que vem à mente de muitos que desconhecem sua multiplicidade seria a da terra seca, infértil, demarcada por um chamado vazio demográfico, quase desabitado, apagando a presença histórica de povos tradicionais, comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e pequenos agricultores que constroem modos de vida profundamente ligados a esse território. Sendo necessária uma reavaliação de nossas ideias por muitas vezes pré-concebidas, para não cometermos o erro de conceituar algo de forma equivocada. São ideias estereotipadas sobre o que é o cerrado que precisam ser diluídas para que se possa compreender esse território como um lugar que representa força e fragilidade. Força por conta da sua fauna e flora, que aguentam longos períodos de seca, e frágil por se manter em constante desequilíbrio provocado pela humanidade. Neste estudo, além de analisarmos as questões sobre o cerrado e meio ambiente, buscaremos refletir sobre como Bernardo Élis Fleury de Campos Curado utiliza desse cenário como um território de vivencias, capaz de dar visibilidade a sujeitos que muitas vezes se encontram as margens da história, da sociedade e daquilo que consideram patrimônio.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na análise documental, tomando como principal fonte a literatura produzida por Bernardo Élis, a partir da qual se buscam resgatar vestígios do Cerrado goiano descritos pelo autor. Compreende-se, assim, o Cerrado como patrimônio natural e cultural para aqueles que dele retiram seu sustento e constroem suas identidades. Essa noção de patrimônio é discutida à luz das contribuições de Scifoni (2006) e Pereira (2018), bem como de Batalha

Realização
Parceiros
Apoio

(2011) e Moraes (2025), no que se refere à diversidade ambiental, social e cultural do Cerrado. Estruturada em duas partes, sendo elas, "O Cerrado na literatura de Bernardo Élis: território, narrativa e identidade", abordando como o autor narra o cerrado e os sujeitos que nele vivem e sobrevivem; e a segunda, "Entre a força e a fragilidade: o Cerrado frente aos desafios ambientais" discorremos sobre o bioma Cerrado e os desafios que ele enfrenta em nossa atualidade. Desse modo, ao articular literatura, território e meio ambiente, este artigo propõe uma leitura que compreende o Cerrado para além de sua dimensão natural, reconhecendo-o como um espaço atravessado por relações sociais, patrimoniais, históricas e culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo permitiram compreender o Cerrado para além de uma visão simplificada ou estereotipada, evidenciando-o como um território marcado pela complexidade ecológica, histórica, social e cultural. A partir do diálogo entre literatura, patrimônio e meio ambiente, constatou-se que o bioma ocupa papel central tanto nas narrativas de Bernardo Élis quanto nos debates contemporâneos sobre preservação ambiental e reconhecimento dos povos tradicionais. Nesse sentido, a análise das obras Ermos e Gerais e Veranico de Janeiro revelou que o Cerrado, na escrita de Élis, não se apresenta apenas como cenário natural, mas como elemento estruturante das relações humanas, influenciando os conflitos sociais, os modos de vida e as experiências de exclusão vividas pelos sujeitos sertanejos.

Os resultados obtidos demonstram que Bernardo Élis constrói uma literatura profundamente comprometida com a realidade social do interior goiano, dando visibilidade às populações marginalizadas e às desigualdades produzidas historicamente no sertão. Personagens como Nhola dos Anjos e Supriano (Piano) representam sujeitos atravessados pela pobreza, pelo abandono político e pela violência estrutural, revelando como o território do Cerrado também é espaço de resistência e sobrevivência. Ao mesmo tempo, percebeu-se que a paisagem descrita pelo autor está diretamente associada às tensões entre homem e natureza, evidenciando tanto a força quanto a fragilidade do bioma diante das ações humanas.

Além disso, as discussões teóricas fundamentadas em autores como Marco Antônio Batalha e Robson de Sousa Moraes permitiram ampliar a compreensão do Cerrado enquanto patrimônio natural singular, cuja diversidade biológica e cultural não pode ser reduzida à categoria genérica de "savana tropical". Os estudos analisados reforçam que a defesa conceitual do "Bioma Cerrado" possui implicações científicas, políticas e ambientais importantes, sobretudo no fortalecimento de políticas de conservação e no reconhecimento dos territórios ocupados por comunidades tradicionais. Assim, os resultados apontam que preservar o Cerrado significa também preservar saberes, práticas culturais e formas sustentáveis de relação com a natureza construídas historicamente por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros e outros povos do campo. Por fim, verificou-se que a literatura de Bernardo Élis permanece atual ao antecipar, no plano simbólico, questões que hoje ocupam lugar central nos debates ambientais. Sua obra denuncia os impactos da exploração territorial, da desigualdade social e da devastação do Cerrado, aproximando literatura e crítica socioambiental. Dessa forma, conclui-se que o Cerrado deve ser compreendido como um espaço de memória, identidade e resistência, cuja preservação ultrapassa a dimensão ecológica e envolve também a proteção das histórias, culturas e sujeitos que dão vida aos seus gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita, buscou-se compreender o Cerrado para além das imagens estereotipadas que o reduzem a uma paisagem árida ou a uma simples categoria ecológica. A partir do diálogo entre literatura e ciência, evidenciou-se que o Cerrado constitui um território complexo, onde natureza, cultura, memória e identidade se entrelaçam. As contribuições de Batalha (2011) e Moraes (2025) demonstram que a discussão acerca de sua classificação não é meramente terminológica, mas envolve implicações políticas, científicas e ambientais 10 decisivas. Nomear o Cerrado como bioma singular significa reconhecer sua diversidade fisionômica, seu elevado endemismo, sua importância hídrica e, sobretudo, a necessidade de políticas de conservação que respeitem sua especificidade.

Os dados sobre o avanço do desmatamento e a pressão do agronegócio revelam a face mais frágil desse território, marcado por intensas transformações e pela perda acelerada de vegetação nativa. A devastação não compromete apenas a

Realização
Parceiros
Apoio

biodiversidade, mas ameaça diretamente os modos de vida das populações tradicionais que historicamente construíram relações sustentáveis com o ambiente. Assim, conservar o Cerrado implica também assegurar direitos territoriais, preservar saberes e fortalecer práticas de manejo que contribuam para sua resiliência ecológica.

É nesse ponto que a literatura de Bernardo Élis se revela profundamente atual. Ao transformar o Cerrado em elemento estruturante de suas narrativas, o autor evidencia que esse espaço não é cenário neutro, mas território de conflitos, desigualdades e resistências. Seus personagens, marcados pela dureza da vida sertaneja e pelas relações de exploração, expressam a dimensão humana de um bioma que, hoje, enfrenta desafios ambientais sem precedentes. A obra de Élis antecipa, no plano simbólico, as discussões contemporâneas sobre território, patrimônio e justiça socioambiental.

Desse modo, compreender o Cerrado como patrimônio natural e cultural exige uma abordagem integrada, capaz de articular conhecimento científico, reconhecimento político e sensibilidade literária. Entre a força de sua biodiversidade e a fragilidade imposta pela ação humana, o Cerrado permanece como espaço de memória, identidade e resistência. Em Bernardo Élis, os gerais não são apenas extensão de terra, mas destino, silêncio, poeira e esperança; são veredas que guardam histórias de luta e permanência. O vento que percorre o campo, a terra áspera sob os pés e o horizonte aparentemente infinito revelam que ali pulsa uma vida que resiste. Preservar o Cerrado, portanto, é mais do que proteger espécies e paisagens: é garantir que continuem ecoando as vozes que habitam seus ermos, que sobrevivem à dureza do chão e que, como nos contos de Élis, insistem em florescer mesmo sob o sol severo dos gerais.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina e ao Programa de pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), pelo apoio e incentivo financeiro por intermédio da Bolsa de Pesquisa (BISS-UEG). Ao meu orientador, Prof. Dr. Neemias O. Silva, pelo acompanhamento, incentivo e pelo excelente trabalho como Coordenador do PROMEP/UEG.

Referências

BANDEIRA, Áurea Marchetti. Bernardo Élis e a escrita do sertão goiano. Goiânia: UFG, 2014. Disponível em: http://www.unievangelica.edu.br.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado). Brasília: MMA, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mma.

BATALHA, M. A. O cerrado não é um bioma. Biota Neotropica, v. 11, n. 1, p. 21-24, 2011.

DUTRA E SILVA, Sandro et al. O cerrado goiano na literatura de Bernardo Élis sob o olhar da história ambiental. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 93–110, jan./mar. 2017.

ÉLIS, Bernardo. Ermos e gerais. São Paulo: Martins Fontes. 2005. ÉLIS, Bernardo. Veranico de janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). Cerrado perde 1,1 milhão de hectares e supera desmatamento da Amazônia em 2023. Brasília: IPAM, 2024. Disponível em: https://ipam.org.br.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro da língua portuguesa. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br.

MORAES, Robson de Sousa. Meu Cerrado não cabe na sua savana: territórios, memórias e biodiversidade que rasgam rótulos. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: arquivo PDF.

MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russell A.; MITTERMEIER, Cristina G.; FONSECA, Gustavo A. B.; KENT, Jennifer. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, v. 403, p. 853–858, 2000.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. Revista Diálogos, Maringá, v. 10, n. 3, p. 55–78, 2006. Disponível em: https://periodicos.uem.br.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do IPHAN. Revista CPC, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 34–59, jan./set. 2018.

UNES, Wolney. (org.) Bernardo Élis: Vida em obras. Goiânia: AGEPEL: Instituto CentroBrasileiro de Cultura, 2005.

CORPO INDÍGENA E IMAGEM: UMA LEITURA DECOLONIAL DA FOTOGRAFIA EM GOIÁS

Tamiris Maia Gonçalves Pereira Mendonça
tamirismaia19@gmail.com, Mestranda no Programa de Pós-Graduação TECCER - UEG
Poliene Soares dos Santos Bicalho
poliene.bicalho@ueg.br, Docente no Programa de Pós-Graduação TECCER - UEG
Rafael de Almeida Tavares Borges
rafaeldealmeida@ueg.br, Docente no Programa de Pós-Graduação TECCER - UEG

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem origem no pré-projeto de dissertação intitulado "A nudez do vazio: os corpos indígenas retratados por fotógrafos da Marcha para o Oeste", desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás. Resulta de reflexões iniciais, realizadas a partir de leituras de autores decoloniais que analisam o processo de racialização e exotização do indígena na América Latina. E ainda, como sua imagem foi construída ao longo desse processo.

O que buscaremos apresentar aqui são levantamentos teóricos que nos auxiliam nas discussões dos conceitos de colonialidade, racialização e exotização dos povos indígenas, correlacionando ao que ocorria na década de 1930, em Goiás, durante a "Marcha para o Oeste". Partimos do pressuposto que ainda são escassos os estudos que priorizem as imagens de populações indígenas, como fonte principal, para análises que visem compreender como eram utilizadas em discursos ideológicos. Para quem as imagens eram feitas? Como eram usadas? Essas e outras questões nos surgem quando pensamos nas imagens das populações indígenas, especialmente, dos povos Iny Karajá e Javaé em Goiás.

Desde o século XIX, seus desenhos e fotografias eram produzidos como instrumentos de catalogação racial, controle epistemológico e legitimação da expansão colonial. Nesse sentido, o corpo indígena torna-se superfície de inscrição de discursos sobre civilização, barbárie e alteridade. Nossa hipótese é a de que, em Goiás as imagens das populações indígenas eram usadas nos discursos ideológicos para justificar o "atraso" do desenvolvimento econômico e, portanto, a necessidade da implementação da política varguista de "Marcha para o Oeste", na década de 1930.

O objetivo do presente trabalho é delinear as bases teóricas e conceituais, abrindo uma discussão e um diálogo com a perspectiva decolonial de autores como Walter Mignolo (2007), Enrique Dussel (1993) e Silvia Cusicanqui (2015). Para estes autores, a modernidade está intrinsecamente ligada à colonialidade. Além disso, discutiremos como os arquivos constituem espaços historicamente associado às formas ocidentais de produção de conhecimento e de memória, segundo Diana Taylor (2013). Os arquivos tendem a privilegiar determinadas narrativas, ao mesmo tempo em que marginalizam saberes transmitidos corporal, oral ou performaticamente. Para a realização dessa análise, utilizamos artigos e capítulos de livros relacionados à temática dos autores supracitados.

Como resultado preliminar das nossas reflexões, identificamos que se faz necessária uma discussão aprofundada sob a perspectiva da decolonialidade, para que aspectos antes não dimensionados possam levantar discussões críticas e trazer problemáticas à tona, contribuindo para o enfrentamento e a superação de preconceitos.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

Buscando alcançar os objetivos propostos, realizaremos uma análise por meio de bibliografias, enfatizando em nossas discussões, principalmente, os conceitos de racialização e exotização, sob a perspectiva decolonial. Nosso propósito será levantar as bases teóricas para discutirmos como os corpos indígenas fotografados, durante a "Marcha para o Oeste", foram utilizados em discursos políticos e de dominação.

Para realizar as nossas discussões, nos apoiaremos também na compreensão de que as imagens não são registros neutros do mundo, pois são produções que partem e constituem relações sócio-históricas e de poder. Nesse sentido, incorporaremos à análise as contribuições de Diana Taylor (2013) acerca das tensões entre arquivo e repertório. Uma vez que os arquivos oficiais se organizam a partir de perspectivas coloniais, privilegiando narrativas estatais e silenciando outras experiências, enquanto os repertórios dizem respeito a conhecimentos e saberes transmitidos pela oralidade e por práticas diversas, o primeiro acabou sendo historicamente mais valorizado que o segundo. Dessa forma, para a realização das nossas análises, adotaremos a perspectiva de Taylor (2013), de que há limites nos arquivos institucionais, que por séculos não reconheceram as memórias e as experiências que não se expressem por meio da escrita. No caso dos povos indígenas, essas experiências, que constituem o repertório, se manifestam por meio de práticas culturais, oralidades, corporeidades, ritos e formas coletivas de transmissão do conhecimento. Olhar para essas tensões permite problematizar o olhar colonial presente nos arquivos e registros fotográficos e ampliar as possibilidades interpretativas sobre as pessoas representadas.

A perspectiva decolonial adotada neste trabalho buscará evidenciar como os processos de racialização e exotização atuaram na constituição simbólica dos povos indígenas durante a política da "Marcha para o Oeste". E a análise sobre arquivo e repertório contribuirá para pensarmos os processos de "naturalização" da colonialidade. A metodologia, portanto, articula análise conceitual, leitura crítica e reflexão sobre a produção da memória, permitindo discutir como determinados arquivos visuais contribuíram para legitimar projetos de ocupação territorial, nacionalização e hierarquização racial no contexto goiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões e análises iniciais de nossa pesquisa evidenciam a importância de desenvolvermos um alicerce conceitual, abrindo horizontes investigativos capazes de ampliar nossas perspectivas de compreensão.

Nesse sentido, o levantamento bibliográfico e conceitual realizado até o momento tem permitido compreender que as imagens podem atuar como dispositivos de produção e reprodução da colonialidade do ser e do poder. As contribuições de Walter Mignolo e Enrique Dussel evidenciam que a modernidade europeia foi constituída a partir da negação do outro colonial, associado à ideia de atraso, irracionalidade e inferioridade. Nessa perspectiva, as representações visuais dos povos indígenas passam a integrar uma lógica discursiva que os posiciona como sujeitos "selvagens" e "não civilizados", legitimando projetos de modernização e ocupação territorial. Tanto Mignolo, quanto Dussel complementam essa leitura ao afirmar que a modernidade europeia negou o outro colonial para constituir sua própria identidade civilizatória.

Tanto Walter Mignolo (2007) quanto Dussel (1993) propõem uma crítica importante a respeito da ideia de raça: ela constitui uma invenção e não um dado natural. Os processos de racialização emergem como mecanismos centrais da expansão

Realização
Parceiros
Apoio

europeia iniciada no século XVI. A conquista das Américas não representou apenas um evento econômico e territorial, mas a criação de uma gramática de classificação humana que hierarquizou populações segundo critérios culturais, religiosos e epistêmicos.

A colonialidade do poder organizou regimes de verdade que definem quais saberes podem ser considerados legítimos. O pensamento europeu passou a ocupar a posição de referência epistemológica dominante, enquanto cosmologias indígenas, africanas ou não ocidentais eram convertidas em conhecimentos inferiores, tradicionais ou irracionais. Essa formulação permitiu compreender a raça como categoria articulada à produção da subjetividade e das formas de humanidade reconhecidas socialmente. Para Mignolo (2007), racializar significa estabelecer fronteiras entre sujeitos, produzindo desigualdades que persistem ao longo do tempo.

Cusicanqui (2015) critica precisamente o olhar exotizante, que reduz povos indígenas a imagens congeladas no tempo, realizando, assim, o mecanismo de domesticação simbólica da diferença. Para ela, a exotização constitui um mecanismo sutil de reprodução da colonialidade, operando por meio da transformação das diferenças culturais em objetos de consumo, admiração estética ou curiosidade intelectual.

Instituições acadêmicas, discursos multiculturalistas e certos setores intelectuais (inclusive museus e arquivos) incorporam elementos indígenas sem dimensionar as estruturas históricas de exploração e dominação que produzem desigualdade. A exotização, nesse sentido, funcionou como forma de estereotipação cultural e neutralização da alteridade. Povos indígenas e conhecimentos não ocidentais eram convertidos em expressões de autenticidade, espiritualidade ou ancestralidade, enquanto suas reivindicações territoriais, econômicas e epistemológicas permaneceram marginalizadas. O outro é valorizado como imagem folclórica ou patrimônio cultural, mas continuou excluído das posições de poder e da produção legítima de conhecimento (Cusicanqui, 2015).

Diana Taylor nos convida a pensar o arquivo como instrumento institucional de colonização e dominação, sobretudo, na América Latina. Visto e utilizado pelos europeus, desde a Idade Média, como mecanismo de segregação social e cultural. Eram os padres e bispos que dominavam a leitura, escrita e guardavam os textos sagrados, e se constituíam como autoridades, assim como aqueles que eram letrados. Com a chegada dos europeus nas Américas, essa mesma lógica foi trazida e imposta sobre as populações do continente (Taylor, 2013).

Não só os textos passaram a serem usados para impor leis, regras, tratados, como também orações, rezas e outras formas de escrita documental. As performances culturais eram proibidas. Todo o conhecimento relacionado à oralidade, gestos, danças e ritos, que constituíam as performances, passava a ter um status inferior às demais formas de manifestação escrita. Diana Taylor defende que é preciso que analisemos e mudemos as nossas metodologias acadêmicas, que se fazem pautadas predominantemente nas narrativas. As performances devem passar a fazer parte das nossas formas de conhecer as realidades e ampliar fronteiras (Taylor, 2013).

Taylor argumenta que, embora o arquivo e a performance sejam mediadores de transmissão de conhecimento, a tendência tem sido banir a performance para o passado e frequentemente, o arquivo tem contribuído para a manutenção da ordem social repressiva.

A autora também nos convida a refletir sobre as tensões relacionadas ao arquivo como protetor do patrimônio imaterial. Principalmente, quando leis que protegem o patrimônio, criadas por instituições públicas do estado, sugerem que sem a sua existência e intervenção, as performances culturais morreriam. Nesse sentido, há uma

Realização
Parceiros
Apoio

evocação da fetichização humana, como foi realizada pelos etnógrafos do século XIX: "Essas soluções parecem destinadas a reproduzir os problemas de objetificar, isolar e exotizar o não ocidental a que eles dizem se dedicar" (Taylor, 2013, p. 55).

Essa lógica de preservação, baseada na ideia de que determinadas culturas estariam fadadas ao desaparecimento diante do avanço da modernidade, também marcou as políticas culturais brasileiras durante o período varguista. Colocar o indígena no museu e nos arquivos (o que ocorre ainda hoje), por meio das fotografias, colares, cocares, arcos, cerâmica e instrumentos rituais, significava proteger a memória de um passado, para a política varguista, uma vez que deixariam de existir assim que o progresso chegasse. Era essencial que sua cultura estivesse protegida em narrativas e em objetos de memória, pois seus corpos estariam integrados à política de produção agrícola e do trabalho, em prol da nação.

A proposta crítica de Taylor (2013) nos instiga a desenvolver as nossas análises relativas às disputas históricas e políticas relacionadas aos arquivos e às performances culturais, especialmente, os efetivados para com as populações indígenas de Goiás, no período a ser investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico desenvolvido até o momento, a pesquisa tem indicado que as imagens não podem ser concebidas como registros documentais neutros, mas como produções permeadas por relações de poder e disputas de representação. As discussões teóricas mobilizadas permitirão pensar como as imagens das populações indígenas de Goiás, produzidas durante a década de 1930, estiveram inseridas em uma lógica discursiva de caráter colonial, vinculada a projetos político-econômicos de modernização. Nesse contexto, as referências no ajudarão a pensar os modos como os povos indígenas foram frequentemente representados, as maneiras e ideias veiculadas para atender a projetos políticos e a modelos de "modernidade" alinhados à racionalidade colonial.

Os quatro autores citados, Mignolo, Dussel, Cusicanqui e Taylor, nos auxiliarão na produção de análises críticas, ampliando as possibilidades de observação, interpretação e contextualização histórico-social das imagens a serem trabalhadas. Destacamos também que as contribuições de Mignolo e Dussel permitirão compreender os elementos que integram a lógica da colonialidade, enquanto Cusicanqui permitirá perceber como é construída e mantida a violência simbólica. Taylor nos abrirá horizontes para pensar sobre os limites dos arquivos e as formas de transmissão de memórias, saberes e experiências historicamente marginalizadas.

Refletir criticamente sobre a imagem produzida do indígena implicará questionar o que herdaremos e o que precisaremos reconstruir. Significará questionar quem tem direito de narrar, quem pode e deve produzir memória e de qual perspectiva. Este é apenas o primeiro passo da abertura de horizontes teóricos em nossa jornada. Outras análises decorrerão e sempre abertas às críticas e novas ideias.

AGRADECIMENTOS: Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen*: ensayos. 1 ed. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Tinta Limão, 2015.

DUSSEL, Enrique. O encobrimento *do outro*: a origem do mito da modernidade - Conferência de Frankfurt. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

MIGNOLO, Walter D. *La ideia de América Latina*. Tradução de Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório*: performance e memória cultural nas Américas. Tradução: Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LUTAS E PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM GOIÁS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Reginaldo Estevão de Morais
Reginaldo.morais@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás
Adriana Aparecida Silva
Aparecida.silva@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás
Flávio Monteiro Ayres
Flavio.ayres@ueg.br
Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil é marcada historicamente pela concentração fundiária e pelas lutas sociais pela terra, constituindo um desafio contínuo para as famílias desde o acesso até a permanência. Os assentamentos rurais são o resultado direto da organização dos trabalhadores do campo em busca de acesso à terra e de melhores condições de vida Fernandes (2000).

Este estudo tem por finalidade realizar uma análise comparativa entre as experiências de cinco assentamentos rurais localizados nos municípios de Goiás, Itaberaí, Padre Bernardo e Palmeiras de Goiás, com o objetivo de compreender as suas dinâmicas sociais, processos de constituição e desafios de permanência na terra.

Considerando que o Artigo 186 da Constituição Federal de 1988 atua como um princípio norteador para o cumprimento da função social da terra, este dispositivo estabelece requisitos fundamentais, tais como: o aproveitamento adequado; a utilização apropriada dos recursos naturais disponíveis combinada com a preservação do meio ambiente; a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e a exploração que favoreça o bem-estar dos trabalhadores e dos proprietários (Brasil, 1988).

Nesse contexto, indaga-se em que medida as pessoas que integram esses assentamentos conseguem observar e desenvolver ações alinhadas aos preceitos constitucionais, no que tange ao uso adequado do solo, à atenção às relações trabalhistas, à utilização dos recursos naturais e à preservação ambiental, usufruindo de efetivo bem-estar em um

Realização
Parceiros
Apoio

sistema global que envolve interesses individuais, coletivos e políticos complexos. O trabalho apresenta relevância ao realizar uma abordagem comparativa entre os assentamentos citados, permitindo compreender se a função social da terra está sendo cumprida a partir da análise dos seus diferentes processos de constituição, das experiências vivenciadas pelos assentados, dos seus modos de articulação e das estratégias de preservação do Bioma Cerrado.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e de caráter comparativo, baseada em análise documental e bibliográfica de trabalhos acadêmicos preexistentes sobre a temática da reforma agrária no Estado. Considerando a fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos foram analisados cinco estudos principais que investigaram os seguintes espaços: Assentamento Serra Dourada, Assentamento São José do Ferreirinho, Assentamento Vereda I, Assentamento Itapira e Assentamento Canudos. A análise comparativa cruzou variáveis estruturais, tais como a organização social, as formas de acesso à terra, as estratégias de permanência e as condições gerais de vida dos assentados.

A seleção dos municípios justifica-se por centralizarem os principais estudos de caso que ilustram a pluralidade de origens e transações de terras no estado a análise cruzou variáveis estruturais de organização social sob a ótica dos requisitos do Artigo 186 da CF/88, categorizando as dinâmicas socioambientais observadas na literatura entre os impactos territoriais herdados (condições prévias da terra) e os impactos gerados pelas práticas de reprodução camponesa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assentamento Serra Dourada (Goiás, 2000): Destaca-se por originar-se de doação de terras. A análise de Ramos (2007), pautada na História Cultural (Thompson; Certeau), investigou as atas da associação (2000–2007) para resgatar as experiências, táticas e vivências coletivas construídas no cotidiano pelos sujeitos sociais frente à permanência na terra.

Assentamento São José do Ferreirinho (Itaberaí, 2005): Constituído por trabalhadores dissidentes do acampamento Dom Helder Câmara, Movimento dos Trabalhadores Sem

Realização
Parceiros
Apoio

Terra (MST). Souza (2007), sob a ótica da Geografia Agrária (Oliveira (2002), identificou sérios entraves iniciais à reprodução camponesa, como a má qualidade da água e a escassez de trabalho, fatores que impulsionaram a evasão de famílias, aconstituição marcada pela forte atuação e articulação dos movimentos e entidades sociais, sendo acompanhado diretamente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEG) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em suas negociações junto ao INCRA. Como analisado por **Souza (2009)**, os assentados enfrentam desafios diários na permanência da terra devido a entraves produtivos e problemas com recursos locais.

Assentamento Vereda I (Padre Bernardo, 2007): O estudo de caso de Oliveira e Pereira (2007) revelou um fluxo de êxodo urbano-rural reverso: trabalhadores que haviam migrado para Brasília, ao enfrentarem a exclusão no mercado urbano por baixa qualificação, retornaram ao campo para reproduzir seus valores sociais e culturais.

Assentamento Itapira (1999): Caracteriza-se por uma composição mista entre ocupantes originais e adquirentes tardios (via compra ou concessão). Silva (2021) utilizou a análise territorial para demonstrar os antagonismos dessas trajetórias e os diferentes processos de territorialização e construção da identidade camponesa nos lotes.

Assentamento Canudos (Palmeiras de Goiás, 2000): Analisado por Specian et al. (2018) através da Ecologia Política e Geografia Crítica (Porto-Gonçalves; M. L. Souza). O estudo evidenciou os conflitos socioambientais e a resistência dos assentados diante da pressão do agronegócio, destacando a entreajuda familiar como pilar para conciliar a subsistência econômica e a defesa do Cerrado como bioma e território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do cruzamento dos trabalhos analisados, conclui-se que os assentamentos rurais em Goiás não constituem blocos homogêneos. A luta pela terra no Estado assume múltiplas formas jurídicas e espaciais, que transitam desde a ocupação direta e pressões coletivas até processos de doação institucional e transações comerciais de lotes à revelia do modelo tradicional.

Realização
Parceiros
Apoio

A análise comparativa dos cinco assentamentos goianos sob a ótica do Artigo 186 da Constituição Federal de 1988 revela que o cumprimento da função social da terra ocorre por vias distintas e enfrenta desafios específicos em cada realidade: no **Assentamento Vereda I (Padre Bernardo)**, a função social materializa-se plenamente pelo viés da dignidade e do bem-estar social por meio do êxodo urbano-rural reverso de famílias outrora excluídas em Brasília; no **Assentamento Serra Dourada (Goiás)**, ela se consolida na organização coletiva e na criação de saberes cotidianos dentro da associação; por outro lado, contradições e limites internos emergem no **Assentamento Itapira (Goiás)** devido à sua composição mista e fragmentada entre conquistadores originais e adquirentes tardios, o que gera antagonismos na construção do território; por fim, barreiras externas ameaçam as diretrizes constitucionais de preservação ambiental e viabilidade econômica tanto no **Assentamento São José do Ferreirinho (Goiás)** — marcado pela articulação com a CPT/FETAEG, mas fragilizado pela má qualidade da água e escassez de renda — quanto no **Assentamento Canudos (Palmeiras de Goiás)**, onde os camponeses articulam narrativas de trabalho e resistência socioambiental para blindar a terra contra a forte pressão expansiva do agronegócio de grãos.

AGRADECIMENTOS:

Ficam registrados os meus agradecimentos ao Programa de Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), aos porfessores e coordenadores e à Universidade Estadual de Goiás (UEG), por acreditarem e oferecerem um espaço qualificado de construção de novos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; PEREIRA, José Roberto. A organização social dos assentados do Vereda I: trajetórias singulares. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 265-297, 2007.

RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves. **Lutas e experiências dos assentados Serra Dourada - Goiás/GO**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **O assentamento Itapira-GO: da conquista da terra aos desafios no lote**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SOUZA, Danielle Santos. **Assentamento São José do Ferreirinho: processo de constituição e permanência na terra**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2007.

SPECIAN, Valdir et al. Narrativas de trabalho e resistência socioambientais no assentamento Canudos em Goiás. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Territórios, Festas e Identidades**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2018. p. 115-138.

TÍTULO DO TRABALHO

RESUMO – TRAÇOS DA REGIONALIDADE NA PRODUÇÃO QUADRINÍSTICA GOIANA

Guilherme Campos Pereira
guilhecamposp@gmail.com, UEG - TECCER
Geórgia Cynara Coelho de Souza
Georgia.cynara@ueg.br, UEG - TECCER

INTRODUÇÃO

As histórias em quadrinhos, fenômeno cultural surgido no século XIX, permeou a sociedade ocidental e oriental sendo origem de muitas histórias que se tornaram filmes, jogos e produtos, além de terem sido consumidos em massa por todo o século XX. No Brasil, os quadrinhos foram resultado de reflexão de artistas durante a ditadura, como parte do entretenimento infantil com grande impacto e responsáveis por grande interesse nos cadernos de humor nos jornais de grande circulação. Em Goiás, surgiram como desenvolvimento a partir da imprensa, como tirinhas rápidas e se tornaram gibis nas bancas.

Em outro momento, já influenciados pela corrente de romances gráficos internacionais, foram e continuam sendo produzidos por autores goianos de uma nova geração, que fazem uma produção mais crítica ou mais diversa, permeando gêneros não só infantis/super-heróis. No núcleo de pesquisas acadêmicas goianas, os quadrinhos são estudados, porém, a produção local é pouco analisada. O presente estudo tenta entender a produção vicinal e encontrar nela ramificações do regionalismo goiano, através de 3 bases de entendimento, sendo elas a sociocultural, em que são analisadas a linguagem, o comportamento, a expressão religiosa, a arquitetura, entre outras; a base natural, compreendendo o viés biológico e da geografia física do Estado dentro das HQs locais e a base histórica, tentando compreender como episódios do passado são relatados, referenciados ou demonstrados como influência na expressão desta produção artística.

METODOLOGIA

Através da análise histórica da produção quadrinística goiana, surgindo das bases da modernidade em Goiás, a formação da imprensa goiana, das universidades e cursos de arte no Estado e da literatura que deixa de ser voltada para o olhar sobre o campo e expressão rural, a modernidade se instala, principalmente na capital Goiânia. Depois de ambientada e contextualizada a produção, parte-se para a pesquisa nas entrelinhas das obras, do que poderia ser assumido como regional, trazendo para o seio da cultura local, os ingredientes que tornam esta produção uma expressão autêntica goiana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram achadas diversas ocorrências da regionalidade goiana nas produções, a partir daí, sendo analisadas sob um viés quantitativo para se formar um espectro geral e assimilar que tipo de regionalismo é mais usado, sua justificativa, formas de

Realização
Parceiros
Apoio

entender os porquês e como. Foram divididas entre obras comerciais, atendendo ao mercado, dentro de editoras maiores, voltadas para um nicho específico e carregando formas de veicular empresas patrocinadoras. Obras autorais também são pesquisadas, trazendo a voz particular dos autores e suas especificidades únicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas ocorrências se destacam, pelo lastro com a identidade local que ainda persevera no Estado, tal como o coronelismo, que aparece em algumas das histórias como um traço característico local. O cerrado é analisado por olhos dos autores, as referências locais urbanas e rurais e a linguagem usada, remontando à expressão natural do cidadão goiano. A apresentação será da dissertação, que ainda terá uma conclusão final. Mostrarei então os resultados já obtidos.

AGRADECIMENTOS:

À minha orientadora, Geórgia Cynara, pelo apoio e direcionamento e à CAPES, pelo financiamento.

DA ORALIDADE AO REGISTRO: REDE DE PARENTESCO E MEMÓRIA ANCESTRAL NA ALDEIA BURIDINA - INY KARAJÁ

Angelita Aguiar Souza Cantuária, angelitaaguiar2016@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás

Solange Xavier, Solange.xavier@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte da Aldeia Buridina, localizada no centro urbano de Aruanã (GO), configura-se como um espaço de persistência ontológica e cultural do povo Iny Karajá. Diante de um cenário marcado pelo adensamento demográfico e pela compressão do território tradicional frente à expansão urbana, a manutenção da coesão social a qual exige novos mecanismos de salvaguarda, sentinela (VANSINA, 1985) da ancestral oralidade para o registro escrito (HALBWACHS, 2006), não como uma ruptura, mas como uma tecnologia de resistência, (CÁCERES, 2022).

A necessidade de registrar a origem comum das famílias e como essa rede de parentesco da Aldeia Buridina tem crescido, responde a uma urgência política, uma aldeia que ficou pequena para o seu crescimento demográfico, a escrita da própria genealogia serve para demarcar, de forma perene, quem são os detentores do direito àquele solo e a realidade a qual vivem. A cartografia social neste trabalho assume um papel mais do que de atuação geográfica, ultrapassa a função de simples representação do espaço físico, constituindo-se como um instrumento de afirmação identitária, resistência e garantia de direitos e o não silenciamento étnico (LIMA, 2025).

Este trabalho tem como objetivo, promover o registro da rede de parentesco a partir da oralidade e memória ancestral do povo Iny Karajá da Aldeia Buridina em Aruanã-Goiás. E discute como a sistematização da genealogia e da memória das famílias fundadoras atua como um instrumento de soberania, garantindo que o direito ao território e a continuidade da linhagem sejam preservados para as futuras gerações, transformando o saber ouvir em um saber ler a própria história de ocupação e permanência (SILVA, 2017).

METODOLOGIA

Realização
Parceiros
Apoio

Esta pesquisa se fundamenta numa abordagem qualitativa de cunho etnográfico e documental, fundamentada na observação participante, história oral, documental e pesquisa bibliográfica para responder à complexidade da rede de parentesco na Aldeia Buridina. O grupo focal são homens e mulheres moradores da Aldeia Buridina que tinham no mínimo 30 anos ou idade superior.

O percurso metodológico foi estruturado em quatro etapas complementares:

a)-Levantamento Bibliográfico e Documental: revisão da literatura etnológica sobre o povo Iny Karajá, correlacionando-as com o processo de formação genealógica, histórico de ocupação territorial, do Cerrado e do Rio Araguaia.

b)-Entrevistas de História Oral: realização de diálogos com anciãos e lideranças da Aldeia Buridina. As rodas de conversa aconteceram de forma coletiva e particular por residência. O tecer do diálogo teve como foco a reconstrução das trajetórias migratórias das famílias, identificando os troncos familiares fundadores, as uniões que foram construídas e ocupação do território, ou seja, a trajetória de vida dos moradores.

c)-Elaboração de Instrumentos Visuais: desenvolvimento de um **croqui etnográfico** para espacializar e atualizar a ocupação doméstica e os espaços coletivos, na aldeia. Construir um **organograma por família** (diagramas genealógicos) para mapear a descendência e a origem comum dos descendentes (35 casas).

d)- Quadro de Sistematização Demográfica: elaboração de um quadro populacional atualizado para analisar o impacto do crescimento demográfico na organização social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que a Aldeia Buridina opera sob uma lógica de sociomorfologia própria, onde o parentesco é o princípio ordenador do espaço. Por meio da construção dos organogramas familiares foi possível identificar que as famílias troncos mantêm um vínculo indissociável com aldeias da Ilha do Bananal, como Fontoura e Santa Isabel do Morro. Esse fluxo migratório histórico não resultou em perda identitária, mas em uma reterritorialização no espaço urbano.

De acordo com as narrações da comunidade, o casal Indiahuri e Maria Seweria Hareri, migraram juntamente com um grupo que veio da Ilha do Bananal, que era costume do povo Iny, transitar em grupos a beira do Rio Araguaia (TORAL, 1992). Quando o grupo maior retorna para a Ilha, este casal com alguns outros membros

Realização
Parceiros
Apoio

resolve permanecer pela região. A ramificação genealógica da Aldeia Buridina começa a partir deste casal, onde à beira do Rio Araguaia tiveram 04 filhos.

As quatro ramificações genealógicas (G1), A-(J.L), B-(L.B), C-(M.M) e D-(J.M) geraram 30 descendentes, tornando-se a (G3), que gerou 76 descendentes, (G4) gerou 69 descendentes, (G5) gerou 12 descendentes, (G6) gerou 01 descendente conforme percebido no quadro 1. Outro dado importante, foi perceber que a formação da Aldeia Buridina na geração(G2) aparece uma nova etnia, a Javaé por meio de casamento.

Quadro 1 -Total de descendentes por geração, G1; G2 e G3

G1	G2	G3	G4	G5	G6
A-(J.L)	11 descendentes – 07 homens e 04 mulheres	19 descendentes	14 descendentes	05 descendentes	-
B-(L.B)	09 descendentes – 04 homens e 05 mulheres	20 descendentes	07 descendentes	02 descendentes	-
C-(M.M)	06 descendentes – 03 homens e 03 mulheres	27 descendentes	19 descendentes	-	-
D-(J.M) Não teve filhos biológicos, apenas adotivos.	04 descendentes – 01 homem e 03 mulheres	17 descendentes	29 descendentes	05 descendentes	01 descendentes
TOTAL	30 descendentes	76 descendentes	69 descendentes	12 descendentes	01 descendentes

Fonte: Dados de pesquisa de campo da autora (2026).

O croqui etnográfico revelou que a distribuição das casas na aldeia não é aleatória; ela respeita a matrilocalidade e a proximidade consanguínea (NUNES, 2020). Observou-se que as unidades domésticas originais se fragmentaram em subunidades para abrigar a terceira e quarta gerações conforme é percebido (quadro 2- Quantidade

Realização
Parceiros
Apoio

das casas da Aldeia Buridina de 1998 – 2026), o alto índice do aumento de residências na Aldeia.

Quadro 2- Quantidade das casas da Aldeia Buridina de 1998 – 2026.

Pesquisador	**ano**	**Quantidade de casas**	**Quantidade de Moradores**
Ribeiro (2009)	1998	10 casas de palha	50 pessoas
Portela (2006)	2006	19 residências	103 pessoas
A pesquisa em desenvolvimento	2026	35 residências	‘

Fonte: Dados de pesquisa da autora (2026).

Esse adensamento, embora gere pressão por infraestrutura, fortalece a rede de apoio mútuo e a circulação da língua Inyrubé entre os parentes próximos. Embora, percebido durante a imersão na aldeia que apenas os mais velhos fazem uso da língua materna, mais na parte da oralidade do que na escrita.

Na discussão teórica, os dados indicam que a rede genealógica, ou seja, a cartografia social funciona como um título de pertença coletivo, é trazer o passado para o presente (NUNES, 2020).

Em um contexto onde o território geográfico ficou pequeno devido ao cerco da cidade de Aruanã, a memória ancestral sistematizada em papel torna-se uma fronteira simbólica de resistência (CÁCERES, 2022). Ao registrar quem são os descendentes dos fundadores, o trabalho fornece subsídios para que a comunidade reivindique a permanência e a gestão do seu território original no Cerrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conclui que a sistematização da memória e do parentesco na Aldeia Buridina é um imperativo para a sobrevivência cultural no século XXI. O registro da rede genealógica cumpre uma dupla função, internamente, educa os jovens sobre sua linhagem e direitos de sucessão; externamente, serve como documento de resistência frente à invisibilidade imposta pela urbanização.

Como encaminhamento futuro, sugere-se a utilização destes registros (organogramas e croquis) na elaboração de materiais didáticos bilíngues para a Escola Indígena Maurehi, consolidando a Pedagogia de Retomada como prática cotidiana (SILVA, 2017). A pesquisa reafirma que, para os Iny Karajá de Buridina, registrar o passado é o

Realização
Parceiros
Apoio

caminho mais seguro para garantir o futuro no território que ancestralmente lhes pertence, uma ferramenta de salvaguarda do futuro.

AGRADECIMENTOS: À comunidade Iny Karajá da Aldeia Buridina, à Universidade Estadual de Goiás (UEG), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e Conselho Nacional de Conhecimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

CÁCERES, Natanael Vilharva. **Memória indígena**: artesanato narrativo e tradição oral em Porto Lindo. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA, Francisco Gleidison Cordeiro. **Memória, Silenciamento e Evidência Étnica**: Uma Etnografia Indígena com o povo Karão Jaguaribaras. 2025. 145 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia/Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Canindé, 2025.

NUNES, Eduardo S. Lembrar dos vivos, esquecer dos mortos: parentesco e memória entre os Karajá de Buridina (Aruanã – GO). *In*: PIMENTA, J.; SMILJANIC, M. I. (orgs.). **Etnologia indígena e indigenismo**. Brasília: Positiva, 2012. p. 185-207.

PIMENTEL DA SILVA, L. Pedagogia da Retomada. **Articul. Constr. saber.**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 211-216, 2017.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel. Resistência e retomada da língua e do patrimônio cultural Karajá em Buridina. **Revista LinguiStica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 231-244, jan. 2027. ISSN 2238-975X.

TORAL, André Amaral de. **Cosmologia e Sociedade Karajá**. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

VANSINA, J. **Oral Tradition as History**. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

TÍTULO DO TRABALHO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDICIDADE E VIVÊNCIAS PRÁTICAS NO MUSEU ESTADUAL PROFESSOR ZOROASTRO ARTIAGA DE GOIÂNIA.

Mestranda Larissa Cândida do Amaral
larissaamaral625@gmail.com , *Universidade Estadual de Goiás (UEG) PROMEP-UEG*
Prof. Dr. Rildo Bento de Souza
rildo_bento@ufg.br, *Universidade Federal de Goiás/ Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio(PROMEP/UEG)*

A presente pesquisa aborda a relação entre educação patrimonial e Educação Infantil, tendo como foco a utilização da ludicidade e das vivências práticas no Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga, em Goiânia, como estratégias para a construção de conhecimentos sobre patrimônio cultural. Parte-se da compreensão de que a infância constitui uma etapa fundamental para a formação de valores, identidades e sentimentos de pertencimento, tornando-se um período propício para o desenvolvimento de experiências educativas que promovam o reconhecimento e a valorização da memória e da diversidade cultural.

Diante desse contexto, emerge o seguinte questionamento: como a educação patrimonial pode ser inserida na Educação Infantil por meio de práticas lúdicas e vivências desenvolvidas em espaços museais?

O patrimônio cultural constitui um importante elemento de construção da identidade, da memória e do pertencimento social. Conforme Chuva (2012), o patrimônio não é uma característica inerente aos objetos ou manifestações culturais, mas o resultado de processos históricos de atribuição de sentidos e valores socialmente construídos. Nessa perspectiva, a educação patrimonial assume papel fundamental ao promover a aproximação dos sujeitos com suas referências culturais, favorecendo seu reconhecimento, valorização e preservação.

Segundo Florêncio et al. (2014), a educação patrimonial compreende processos educativos formais e não formais que utilizam o patrimônio cultural como recurso para

Realização
Parceiros
Apoio

a compreensão das referências culturais em suas diferentes manifestações. Trata-se de uma prática educativa comprometida com a construção coletiva do conhecimento e com a formação cidadã. Tal compreensão encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que reconhece o patrimônio cultural como referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

As reflexões de Chuva (2012) sobre a construção social do patrimônio dialogam com a concepção de educação patrimonial proposta por Florêncio et al. (2014), ao evidenciarem que o reconhecimento dos bens culturais depende de processos educativos capazes de atribuir sentidos e promover pertencimento.

O presente estudo tem como objetivo compreender a importância da educação patrimonial na Educação Infantil, tendo como fundamento as noções de diversidade e multiculturalidade proporcionadas pelo Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga, em Goiânia.

Apesar da relevância dessa temática, sua inserção na Educação Infantil ainda é pouco explorada. Considerando que essa etapa da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, torna-se pertinente refletir sobre as possibilidades de aproximação entre patrimônio cultural e infância. Para Evangelista (2018), a criança deve ser compreendida como sujeito histórico, social e cultural, capaz de produzir conhecimentos e atribuir significados às experiências vivenciadas. Nesse sentido, os museus configuram-se como espaços educativos capazes de ampliar as experiências de aprendizagem para além dos limites da sala de aula. Conforme MacManus (2013), esses espaços favorecem processos de construção de significados por meio da observação, da interação e da vivência cultural.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. A escolha dessa perspectiva metodológica decorre da necessidade de compreender os significados, conceitos e possibilidades que envolvem a educação patrimonial no contexto da Educação Infantil.

Realização
Parceiros
Apoio

Inicialmente, será realizado levantamento e análise de produções acadêmicas, documentos oficiais e referenciais teóricos relacionados à educação patrimonial, à Educação Infantil, à ludicidade e aos processos educativos desenvolvidos em museus. A revisão bibliográfica constitui-se como etapa fundamental para a construção do quadro teórico da pesquisa e para a compreensão das contribuições já produzidas sobre a temática.

Paralelamente, serão analisados documentos institucionais relacionados ao Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga, considerando sua trajetória histórica, suas características educativas e seu potencial como espaço de formação cultural. A partir desse percurso investigativo, será elaborada uma proposta pedagógica voltada à Educação Infantil, contemplando atividades lúdicas e experiências educativas que possibilitem a aproximação das crianças com o patrimônio cultural goiano.

Atendendo às especificidades do público infantil, a ludicidade apresenta-se como importante estratégia metodológica para o trabalho com a educação patrimonial. Carmo et al. (2017) destacam que as experiências lúdicas favorecem aprendizagens significativas, enquanto Oliveira (2012) ressalta sua contribuição para o desenvolvimento integral da criança.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises teóricas realizadas até o momento evidenciam que a educação patrimonial ultrapassa a simples transmissão de informações sobre monumentos, objetos ou manifestações culturais, constituindo-se como prática educativa voltada à construção de sentidos e à formação cidadã. Conforme destaca Chuva (2012), o patrimônio cultural não é uma herança natural do passado, mas resultado de processos históricos de atribuição de valores e significados socialmente construídos.

Sob essa perspectiva, a educação patrimonial apresenta-se como importante estratégia para promover o reconhecimento da diversidade cultural e fortalecer vínculos de pertencimento entre os sujeitos e suas referências culturais. Florêncio et al. (2014) ressaltam que os processos educativos relacionados ao patrimônio devem ocorrer de

Realização
Parceiros
Apoio

forma democrática, participativa e dialógica, valorizando as experiências e os conhecimentos produzidos pelas diferentes comunidades.

A discussão torna-se particularmente relevante quando direcionada à Educação Infantil. Evangelista (2018) destaca que a criança deve ser compreendida como sujeito histórico, social e cultural, capaz de produzir conhecimentos e atribuir significados às experiências vivenciadas. Da mesma forma, Santos (2022) enfatiza que as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa etapa da Educação Básica devem promover experiências significativas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais.

Nesse contexto, os museus assumem papel relevante como espaços educativos não formais. Para MacManus (2013), esses ambientes possuem potencial para estimular processos de aprendizagem por meio da observação, da interação e da construção de significados, ampliando as possibilidades educativas para além dos limites da sala de aula. O Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga destaca-se nesse cenário por reunir elementos representativos da história, da memória e da diversidade cultural do estado de Goiás, configurando-se como espaço propício para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial voltadas à infância.

Outro aspecto fundamental refere-se à ludicidade como estratégia metodológica capaz de aproximar as crianças dos conhecimentos relacionados ao patrimônio cultural. Carmo et al. (2017) afirmam que a ludicidade está presente na constituição humana e favorece experiências de aprendizagem mais significativas, prazerosas e participativas. Complementando essa perspectiva, Oliveira (2012) destaca que o brincar constitui elemento essencial para o desenvolvimento infantil, possibilitando a construção de conhecimentos por meio da interação, da imaginação e da experimentação.

Dessa forma, a associação entre ludicidade, educação patrimonial e espaços museais apresenta-se como possibilidade promissora para o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de despertar o interesse das crianças pela história, pela cultura e pela preservação do patrimônio cultural. Espera-se que a pesquisa contribua para ampliar as discussões sobre a temática e ofereça subsídios teóricos e metodológicos para professores que atuam na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial constitui importante instrumento para a formação cultural e cidadã das crianças, possibilitando a construção de conhecimentos relacionados à memória, à identidade e ao pertencimento social. Os estudos realizados indicam que a aproximação entre Educação Infantil e patrimônio cultural pode contribuir significativamente para a formação integral dos sujeitos, especialmente quando mediada por práticas lúdicas e experiências significativas.

Nesse contexto, o Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga apresenta-se como espaço educativo relevante para o desenvolvimento de ações voltadas à valorização da diversidade cultural e à construção da consciência patrimonial desde a infância. Espera-se que a pesquisa contribua para fortalecer as relações entre escola, museu e comunidade, ampliando as possibilidades de inserção da educação patrimonial nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

AGRADECIMENTOS:

Agradece-se ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelo espaço formativo e acadêmico que possibilita o desenvolvimento desta pesquisa. Agradece-se, também, ao Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga e à Educação Infantil da Rede Municipal de Goiânia, que constituem referências fundamentais para a construção desta proposta investigativa.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARMO, C. P. do et al. A ludicidade na Educação Infantil: aprendizagem e desenvolvimento. In: EDUCERE – Congresso Nacional de Educação, 13., 2017,

Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUCPR, 2017. p. 12901-12912. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23662_12144.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

CHUVA, M. Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

EVANGELISTA, D. A. Educação Infantil: uma análise da prática pedagógica. Rio de Janeiro: PLUS/FRJ, 2018.

FLORÊNCIO, S. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

MACMANUS, P. Educação em Museus: pesquisas e prática. São Paulo: FEUSP, 2013.

OLIVEIRA, A. M. de. Ludicidade na Educação Infantil: a importância na educação de crianças de 4 e 5 anos. Londrina: UEL, 2012.

SANTOS, C. A. dos. Docência na Educação Básica: conceitos, desafios e compromisso político. Goiânia: Alta Performance, 2022.

ANÁPOLIS (GOIÁS), CONQUISTA ATRIZES DA AMÉRICA DO NORTE: DAS PÁGINAS AMARELAS, ACERVOS AOS EVENTOS CONTEMPORÂNEOS

Jairo Alves Leite
E-mail: institutojanmagalinski@gmail.com
Jean Carlos Vieira Santos
E-mail: jean.vieira@ueg.br
Milena d'Ayala Valva
E-mail: milena.valva@ueg.br
Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) – Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

A presença de atrizes norte-americanas em propriedades rurais no município de Anápolis (GO), em meados do século XX, constitui um dos episódios mais singulares da história cultural do Cerrado goiano. Embora existam registros dispersos em jornais, revistas, livros, fotografias, filmes e acervos particulares, ainda são escassos os estudos acadêmicos que analisam de forma sistematizada a inserção dessas personalidades internacionais no contexto histórico, social e cultural de Goiás. Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender como essas trajetórias foram registradas pela imprensa histórica e, posteriormente, reinterpretadas por meio de exposições, documentários, eventos culturais e iniciativas patrimoniais contemporâneas.

O estudo dialoga com os campos da História Cultural, Memória Social, Patrimônio Cultural, Comunicação e Turismo Cultural, articulando os conceitos de território, identidade e representações sociais no contexto do Cerrado brasileiro. A investigação concentra-se especialmente nas trajetórias de Joan Lowell e do Capitão Leek Bowen; Janet Gaynor e Gilbert Adrian; e Mary Martin e Richard Halliday, personalidades ligadas ao cinema, ao teatro e à indústria cultural norte-americana que estabeleceram vínculos com Anápolis e região por meio da aquisição de propriedades rurais e experiências de vida no interior goiano.

Entre as personagens centrais destaca-se Joan Lowell, atriz norte-americana nascida em Berkeley, Califórnia, que atuou no cinema mudo e participou de produções como The Gold Rush (1925), de Charlie Chaplin. Conforme analisa Sandro Dutra e Silva (2017), Lowell registrou suas experiências no Brasil no livro Promised Land, publicado em 1952 nos Estados Unidos e traduzido para o português como Terra Prometida (1954). Na obra, a autora descreve o Cerrado goiano, especialmente o Vale do São Patrício e Anápolis, como espaço de abundância natural, renovação espiritual e oportunidades econômicas, construindo uma representação simbólica do Brasil Central associada à ideia de "terra prometida".

Realização
Parceiros
Apoio

Segundo Dutra e Silva (2017), Joan Lowell e o Capitão Bowen chegaram ao Brasil em 1935, motivados pelo desejo de viver aventuras em territórios ainda pouco conhecidos. Após passagem pelo litoral paulista, receberam convite da família Monteiro de Barros para abrir uma estrada ligando propriedades rurais entre Jaraguá e o interior goiano, em troca de terras. A partir dessa experiência, o casal percorreu o interior brasileiro até chegar a Anápolis, cidade que naquele período simbolizava uma das novas fronteiras econômicas do país, impulsionada pela expansão ferroviária e pelas políticas de ocupação do Brasil Central.

Além de Joan Lowell, destacam-se as presenças de Janet Gaynor, primeira vencedora do Oscar de Melhor Atriz, e de seu esposo Gilbert Adrian, renomado figurinista de Hollywood, bem como da atriz e cantora Mary Martin e do produtor Richard Halliday. Reportagens da revista O Cruzeiro, em 1955, evidenciaram o interesse dessas personalidades pelo interior goiano, projetando Anápolis nacionalmente como espaço de modernidade, desenvolvimento e contato com a cultura internacional.

A pesquisa parte da problematização de como essas narrativas históricas foram construídas pela imprensa e de que maneira vêm sendo ressignificadas contemporaneamente em exposições, filmes, palestras e projetos patrimoniais. Busca-se compreender como essas memórias foram incorporadas ao imaginário coletivo anapolino e como podem contribuir para o fortalecimento da identidade cultural e do turismo cultural no Cerrado goiano.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório, descritivo e interdisciplinar, fundamentado nos campos da História Cultural, Memória Social, Patrimônio Cultural, Comunicação e Turismo Cultural. O objetivo central consiste em compreender a trajetória das atrizes norte-americanas que viveram em Anápolis e analisar os processos de construção e ressignificação dessas memórias no contexto contemporâneo.

Os procedimentos metodológicos envolvem levantamento bibliográfico, pesquisa documental, análise iconográfica e pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionadas à memória coletiva, patrimônio cultural, territorialidade, imprensa histórica e turismo cultural. Entre as principais referências destacam-se os estudos de Sandro Dutra e Silva sobre a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central, bem como as obras memorialistas de Joan Lowell.

A pesquisa documental contempla a análise de fontes primárias e secundárias, incluindo jornais, revistas, fotografias, correspondências, documentos históricos e registros audiovisuais relacionados às atrizes norte-americanas em Goiás. Foram consultados acervos físicos e digitais, bibliotecas, hemerotecas, museus e coleções particulares, com destaque para reportagens publicadas na revista O Cruzeiro e em periódicos regionais de Anápolis.

A investigação utiliza a análise de conteúdo, conforme Laurence Bardin, para interpretação das fontes documentais e midiáticas. A partir dessa abordagem, foram identificadas categorias relacionadas à representação do Cerrado goiano, à construção da imagem das atrizes e à formação da memória coletiva sobre essas personagens históricas.

Também foi realizada análise iconográfica de fotografias históricas, materiais de divulgação, exposições museológicas e produções audiovisuais contemporâneas, buscando compreender os processos de ressignificação dessas memórias no território anapolino. A pesquisa de campo inclui visitas técnicas a propriedades rurais, espaços culturais, museus e locais relacionados às trajetórias das atrizes norte-americanas.

Do ponto de vista analítico, a pesquisa articula os conceitos de território, memória e identidade cultural, compreendendo como a presença dessas artistas no Cerrado goiano foi incorporada ao imaginário social e transformada em elemento de valorização cultural e turística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares indicam que a presença de atrizes norte-americanas em Anápolis constituiu importante elemento simbólico para a construção da memória cultural local, revelando conexões entre o Cerrado goiano e a indústria cultural norte-americana ao longo do século XX. A análise das fontes históricas demonstra que jornais, revistas, livros, fotografias e registros audiovisuais contribuíram significativamente para a construção de representações associadas à modernidade, ao progresso e ao imaginário internacional de Hollywood e da Broadway.

As narrativas de Joan Lowell apresentam o Cerrado brasileiro como espaço de liberdade, fertilidade e oportunidades econômicas. A ideia de “terra prometida” dialoga diretamente com as políticas de ocupação territorial da Marcha para o Oeste e com o imaginário da conquista do Oeste norte-americano. Sua obra tornou-se importante testemunho histórico sobre o processo de ocupação do interior goiano, especialmente nas regiões de Jaraguá, Vale do São Patrício e Anápolis.

Os registros da revista O Cruzeiro sobre Janet Gaynor, Gilbert Adrian, Mary Martin e Richard Halliday demonstram que a presença dessas personalidades repercutiu nacionalmente, contribuindo para inserir Anápolis no imaginário cultural brasileiro da década de 1950. As reportagens evidenciam o fascínio causado pela presença de celebridades internacionais no interior goiano, associando a cidade ao desenvolvimento econômico e às transformações do Brasil Central.

A pesquisa identificou ainda que essas memórias vêm sendo resgatadas contemporaneamente por meio de exposições, documentários, palestras, filmes e iniciativas patrimoniais desenvolvidas em Anápolis e região. Destacam-se exposições históricas, o documentário Hollywood no Cerrado e projetos voltados à implantação do Museu da Imagem e do Som de Anápolis, ações que fortalecem o sentimento de pertencimento e ampliam o potencial turístico-cultural do território.

Nesse contexto, a discussão sobre turismo cultural dialoga com as reflexões de Jean Carlos Vieira Santos (2019), que compreende o turismo como atividade articuladora de territórios, sujeitos e identidades culturais. Para o autor, o turismo ultrapassa a dimensão do lazer e exige articulação territorial e participação da sociedade civil. Tal perspectiva permite compreender como as narrativas relacionadas às atrizes norte-americanas podem contribuir para o fortalecimento do turismo cultural, da regionalização turística e da valorização patrimonial no Cerrado goiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a trajetória das atrizes norte-americanas em Anápolis representa importante patrimônio cultural e simbólico para a história do Cerrado goiano. A pesquisa demonstra que a imprensa histórica, os livros memorialistas, os documentos e os acervos culturais desempenharam papel fundamental na construção das representações dessas personalidades e que, contemporaneamente, exposições, eventos culturais e iniciativas patrimoniais têm promovido a ressignificação dessas memórias no contexto local.

Ao articular história, memória, patrimônio, comunicação e turismo cultural, o estudo amplia as possibilidades de interpretação sobre as relações entre o interior brasileiro e a cultura internacional no século XX. Além disso, evidencia o potencial dessas narrativas para o fortalecimento da identidade cultural anapolina e para o desenvolvimento do turismo cultural em Anápolis e região.

Como encaminhamento futuro, destaca-se a continuidade do levantamento documental, a ampliação dos acervos históricos relacionados ao tema e a consolidação de espaços museológicos voltados à preservação da memória audiovisual e patrimonial da cidade, como o futuro Museu da Imagem e do Som de Anápolis.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Universidade Estadual de Goiás (UEG), ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), ao Instituto de Patrimônio Histórico e Cultural Professor Jan Magalinski, aos pesquisadores, colaboradores e membros da comunidade anapolina que contribuem para a preservação da memória histórica e cultural relacionada à presença das atrizes norte-americanas em Goiás.

Realização
Parceiros
Apoio

REFERÊNCIAS

BULCÃO, Armando; MONTORO, Tânia. Hollywood no Cerrado. Documentário. Brasília: UnB, 2011.

DUTRA E SILVA, Sandro. No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LOWELL, Joan. Promised Land. Boston: Duell, Sloan e Pearce, 1952.

LOWELL, Joan. Terra Prometida. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: Diários Associados, 1955.

SANTOS, Jean Carlos Vieira. Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. Goiânia: Kelps, 2019.

GASTRONOMIA REGIONAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL EM PIRENÓPOLIS E SEUS POVOADOS

Luizmar Pacheco de Lima Júnior
juniorlpl@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás – UEG
Renata Uchoa Borges Ribeiro
renata.uchoa@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás – UEG
Maria Cristina de Freitas Bonetti
mcbonetti@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás – UEG
Josana de Castro Peixoto
josana@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás - UEG

INTRODUÇÃO

A gastronomia regional constitui importante elemento de preservação da memória coletiva, da identidade cultural e dos saberes tradicionais de diferentes comunidades brasileiras. No município de Pirenópolis, em Goiás, a culinária tradicional apresenta forte relação com os processos históricos de colonização, religiosidade popular, sociabilidade e transmissão oral de conhecimentos culinários entre gerações. O estudo da gastronomia local permite compreender não apenas os hábitos alimentares da comunidade, mas também os elementos simbólicos presentes nas festas tradicionais, nos cadernos de receitas e nas práticas cotidianas das cozinheiras tradicionais.

O presente trabalho resulta de um projeto extensionista desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás – Unidade Pirenópolis, entre os anos de 2017 e 2020, cujo objetivo foi documentar, registrar e analisar os principais pratos da gastronomia regional de Pirenópolis e seus povoados, além de compreender as transformações provocadas pelas novas tecnologias e pela expansão do turismo gastronômico na culinária local.

A pesquisa buscou discutir a relação entre gastronomia, memória, tradição e patrimônio cultural, evidenciando a importância das cozinheiras tradicionais como guardiãs dos saberes e fazeres culinários do "povo do lugar". Além disso, pretendeu-se compreender como as práticas alimentares tradicionais sobrevivem e são recriadas na contemporaneidade, mantendo vínculos com a religiosidade popular e com as festas tradicionais da cidade.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e de natureza etnográfica, utilizando procedimentos metodológicos fundamentados na História Oral, observação participante e análise hermenêutica das narrativas coletadas. Os dados foram obtidos durante a realização do projeto extensionista "Gastronomia Regional: História e Memória de Pirenópolis e seus Povoados", desenvolvido pela Universidade Estadual de Goiás.

Foram realizadas entrevistas com cozinheiras tradicionais, festeiros, moradores da cidade e participantes das festas religiosas locais, além de registros em áudio,

Realização
Parceiros
Apoio

vídeo e cadernos de campo. Também ocorreram oficinas gastronômicas no laboratório do Curso de Tecnologia em Gastronomia da UEG, viagens de estudo, participação em congressos científicos e atividades de pesquisa em festas tradicionais do município e de seus povoados.

Os dados coletados foram analisados a partir das contribuições teóricas de autores relacionados à memória coletiva, patrimônio cultural, tradição, hibridismo cultural e gastronomia regional, permitindo compreender as transformações e permanências presentes na culinária pirenopolina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa demonstraram que a gastronomia de Pirenópolis possui forte vínculo com as tradições familiares, religiosas e comunitárias, sendo transmitida entre gerações principalmente por meio dos cadernos de receitas e da oralidade. As entrevistas realizadas evidenciaram que as cozinheiras tradicionais desempenham papel fundamental na preservação da memória gastronômica local.

Entre os pratos identificados destacam-se receitas tradicionais como bolo de arroz, broa de fubá, paçoca de pilão, comida de folia, galinhada, doces tradicionais e as Verônicas da Festa do Divino Espírito Santo. Observou-se que muitos desses pratos continuam presentes nas festas religiosas e celebrações familiares, reforçando o sentimento de pertencimento e identidade cultural da comunidade.

A pesquisa também revelou tensões entre tradição e modernidade, especialmente em função do turismo gastronômico e das novas tecnologias aplicadas à culinária contemporânea. Apesar das adaptações ocorridas ao longo do tempo, os saberes tradicionais continuam sendo valorizados pelas famílias e pelas cozinheiras locais, que preservam modos de preparo, utensílios tradicionais e práticas culinárias herdadas de seus antepassados.

Outro aspecto importante identificado refere-se à hospitalidade presente nas festas da religiosidade popular, como a Festa do Divino e a Festa do Morro. Nessas celebrações, a alimentação assume papel central na recepção dos participantes, funcionando como prática de acolhimento, partilha e sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a gastronomia regional de Pirenópolis representa importante patrimônio cultural imaterial, articulando memória, tradição, religiosidade e identidade social. As práticas culinárias tradicionais analisadas durante a pesquisa demonstram que os alimentos ultrapassam a função nutricional e assumem dimensões simbólicas, afetivas e históricas.

O projeto extensionista possibilitou registrar receitas, narrativas e práticas alimentares que integram a cultura local, contribuindo para a valorização da gastronomia regional e para a preservação dos saberes tradicionais das cozinheiras e famílias pirenopolinas. Além disso, evidenciou-se a importância da universidade na produção e divulgação de conhecimentos relacionados ao patrimônio gastronômico regional.

Como encaminhamento futuro, recomenda-se a continuidade das pesquisas sobre gastronomia regional, memória coletiva e patrimônio alimentar, ampliando o diálogo entre universidade, comunidade local e turismo cultural.

Realização
Parceiros
Apoio

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás – Unidade Pirenópolis, às cozinheiras tradicionais, festeiros, famílias entrevistadas e participantes do projeto extensionista que contribuíram para a realização desta pesquisa.

Referências

ABREU, Martha. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro de 1830–1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2015.

CASCUDO, Luís Câmara. História da alimentação no Brasil. São Paulo: Global, 2011.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ORTENCIO, Bariani. Cozinha goiana: conceito e receituário. Goiânia: Kelps, 2013.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2007.

PLANOS PLURIANUAIS DO ESTADO DE GOIÁS 2020-2023 E 2024-2027: DO PLANEJAMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DO ESTADO

Marcio Gebrim

mgebrim5@gmail.com – Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O estado de Goiás está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, sendo o 7º maior estado em extensão territorial. Suas características físicas envolvem três Regiões Hidrográficas do país (Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná); relevo relativamente plano formado por chapadões; clima tropical típico – verões chuvosos e invernos secos; e a principal vegetal é o Cerrado. Goiás é o estado mais populoso do Centro-Oeste. A economia goiana é marcada principalmente pelo setor primário. O setor secundário também se destaca com crescimento de 1,7% no ano de 2020. O setor terciário é o maior gerador de rendas e empregos do estado. (SANTOS; OLIVEIRA, 2022).

Diante dessas características do estado de Goiás, o governo do estado cria, a cada quatro anos, um projeto de lei orçamentária. Essa lei – chamada Plano Plurianual (PPA) deve estabelecer de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, a fim de planejar as despesas públicas – onde elas serão aplicadas e para quais finalidades.

O presente projeto de pesquisa pretende analisar os Planos Plurianuais do Estado de Goiás de 2020-2023 e 2024-2027. Assim, trazer seus eixos e objetivos estratégicos, juntamente com os programas apresentados. Também buscará identificar se os programas propostos nos PPAs do estado de Goiás são eficientes em indicar caminhos para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado.

A presente pesquisa se faz relevante por possibilitar uma discussão geográfica acerca dos programas propostos nos planos plurianuais do estado de Goiás, e analisar como tais planos podem contribuir para um desenvolvimento socioeconômico equilibrado no estado.

Ela se justifica ainda por estimular o estudo da temática Geografia e seus principais conceitos, objetivando compreender a realidade do território goiano, seus

Realização
Parceiros
Apoio

desafios, a realidade da população goiana, e as ações de planejamento do governo para desenvolver de forma mais equilibrada o estado. Assim, serão apresentados os seguintes objetivos:

Objetivos

Geral:

- Identificar se os programas propostos nos PPAs do estado de Goiás são eficientes em indicar caminhos para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado.

Específicos:

- Analisar a realidade socioeconômica das regiões de planejamento do estado de Goiás.
- Compreender a proposta e as diretrizes apresentadas nos PPAs 2020-2023 e 2024-2027.
- Analisar se estratégicos do PPA propõem atender a diversidade socioeconômica de Goiás.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos e desenvolver o presente projeto de pesquisa, foram traçados os seguintes passos metodológicos:

Revisão bibliográfica do tema – Será realizada de janeiro a junho de 2026, em artigos de revistas científicas, livros da área de Geografia e ciências afins (educação, sociologia, psicologias etc.), voltados para a discussão acerca dos planos plurianuais, conceitos geográficos e estudos da realidade socioeconômica de Goiás, além de dissertações e teses.

Trabalho de campo em órgãos públicos e instituições responsáveis pela aplicação dos planos plurianuais em Goiás (Secretária do Estado de Administração, Instituto Mauro Borges, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentre outros). Apresentar quais são os programas propostos nos PPAs 2020-2023 e 2024-2027.

Tabulação e análise dos dados coletados – Serão tabulados, analisados e interpretados, de janeiro a junho de 2026, os dados coletados em campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realização
Parceiros
Apoio

Os Planos Plurianuais – PPA do Estado de Goiás de 2020-2023 e 2024-2027 o trazem eixos e programas estratégicos separados conforme a temática (gestão pública, transparência do poder público, saúde, educação, segurança pública, economia, infraestrutura, inovação e inclusão social) e separados através dos Poderes da Esfera Estadual (Legislativo, Executivo e Judiciário). Para melhor visualização do objeto de pesquisa proposto e para facilitar a compressão dos dados analisados, foi desenvolvida uma tabela (vede abaixo tabelas 1 e 2) com as informações presentes em cada Plano Plurianual, trazendo os eixos e programas propostos pelo projeto de lei.

Tabela 1 – Plano Plurianual de Goiás – 2020-2023

Poderes da Esfera Estadual	**Eixos**
Poder Executivo	Eixo 1 – Goiás da Responsabilidade Fiscal
	Eixo 2 – Goiás da governança e gestão transformadora
	Eixo 3 – Goiás da infraestrutura e sustentabilidade
	Eixo 4 – Goiás da educação plena
	Eixo 5 – Goiás do desenvolvimento econômico
	Eixo 6 – Goiás da saúde integral
	Eixo 7 – Goiás da paz
	Eixo 8 – Goiás do acolhimento
Poder Legislativo	Eixo 2 – Goiás da governança e gestão transformadora
Poder Judiciário	Eixo 7 – Goiás da paz

Fonte: Governo de Goiás – Secretaria de Estado da Economia

Tabela 2 – Plano Plurianual de Goiás – 2024-2027

Poderes da Esfera Estadual	**Eixos**
Poder Executivo	Eixo 1 – Goiás Social
	Eixo 2 – Goiás da segurança pública e justiça
	Eixo 3 – Goiás da gestão responsável e transformadora
	Eixo 4 – Goiás da saúde integral
	Eixo 5 – Goiás da educação plena
	Eixo 6 – Goiás da Inovação, Ciência e Tecnologia

	Eixo 7 – Goiás do desenvolvimento econômico e sustentável
	Eixo 8 – Goiás da infraestrutura social e econômica

Fonte: Governo de Goiás – Secretaria de Estado da Economia

Além da renomeação dos projetos e reorganização dos eixos de trabalho, o Plano Plurianual de 2024-2027 trouxe algumas mudanças, dentre as quais: retirada da participação do Poder Judiciário no Eixo 7 – Goiás da paz, e Poder Legislativo do projeto do Eixo 2 – Goiás da governança e gestão transformadora. Também pode ser observado que o PPA do ano 2024-2027 trouxe um formato destinado a analisar os dados obtidos no primeiro Plano Plurianual, de 2020-2023. Essa análise traz um questionamento a respeito do objetivo do governo estadual, na busca por "mostrar resultados" sobre a gestão estadual do represente reeleito, que foi subsequente.

Dessa forma, o PPA 2020-2023 buscou trazer um planejamento a respeito das temáticas como a gestão pública, transparência do poder público, saúde, educação, segurança pública, economia, infraestrutura, inovação e inclusão social. Porém o PPA 2024-2027, buscou trazer o resultado obtido com esses programas governamentais, inclusive num aspecto nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente resumo expandido buscou trazer de forma sintetizada sobre os Planos Plurianuais do Estado de Goiás, seus eixos de atuação e as mudanças que houve entre os dois projetos de lei. Pode-se observar que houve uma preocupação com as questões financeiras e fiscais do governo estadual no primeiro Plano Plurianual. Essa preocupação ocorre devido as mudanças de gestão que ocorrem entre mandatos do poder executivo. Também pode ser observado uma mudança na estrutura e na adoção de agendas transversais (o que justificaria uma mudança na estrutura).

Referências

BRASIL. Constituição (1988**). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2020 – 2023**, Goiânia. Secretaria de Estado da Economia.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2024 – 2027**, Goiânia. Secretaria de Estado da Economia.

SANTOS, L. R. O; OLIVEIRA, B. S. **Goiás em dados 2022**. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2022.

BASEADO EM FATOS REAIS: NARRATIVAS DE CRIMINALIZAÇÃO DA *CANNABIS* NA TV EM GOIÂNIA

Marcos Rogério Val Fernandes Júnior
marcosrogerio@discente.ufg.br, Universidade Federal de Goiás
Geórgia Cynara Coelho de Souza
georgia.cynara@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga a construção das narrativas audiovisuais sobre a cannabis e a política de drogas no telejornalismo local de Goiânia-GO, analisando as emissoras TV Anhanguera, TV Serra Dourada e Record Goiás. A problematização central reside no fato de que o telejornalismo atua na legitimação da guerra às drogas, uma política que, desde sua origem, opera amparada em ideais eugênicos, racistas e de controle geopolítico, funcionando como uma engrenagem de encarceramento em massa da população negra e periférica (Borges, 2019). No contexto neoliberal, essa política assume a forma de uma necropolítica punitivista que criminaliza a pobreza (Mbembe, 2018; Wacquant, 2007). Ao noticiar apreensões e o tráfico, a mídia local utiliza o medo e a própria escolha das pautas como armas de combate (Moraes, 2022), estigmatizando as populações periféricas. Como aponta Erving Goffman (2004), o "estigma" é mobilizado para desumanizar esses sujeitos, criando uma barreira territorial e moral que Norbert Elias e John Scotson (2000) definem como a dinâmica entre os estabelecidos e os *outsiders*. No cenário goiano, essa dinâmica é agravada pelo coronelismo eletrônico, onde o poder econômico das concessões de radiodifusão garante o acesso ao poder simbólico (Bourdieu, 1989), moldando o imaginário social para favorecer o avanço de plataformas políticas conservadoras e autoritárias. Estas se utilizam do jargão da segurança pública para justificar um constante estado de exceção (Agamben, 2004) e reprimir movimentos e classes desfavorecidas. O objetivo do trabalho é, portanto, expor como essa máquina midiática fabrica o consenso do proibicionismo e criminaliza os territórios do Cerrado. Para isso, propõe-se uma intervenção audiovisual de resistência, amparada na metodologia da Pesquisa-Criação e na apropriação crítica de arquivos pelo *found footage*.

METODOLOGIA

Para dar conta da complexidade entre a análise teórica e a produção audiovisual, o trabalho adota a metodologia da Pesquisa-Criação, compreendendo o processo criativo não apenas como produto, mas como o próprio veículo metodológico de investigação (Borgdorff, 2012; McNiff, 1998). Essa abordagem permite separar e, ao mesmo tempo, articular duas instâncias: a análise crítica do material e a experimentação estética. No plano analítico, utiliza-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) (Van Dijk, 2008; Wodak; Meyer, 2015) e a Análise Fílmica (Aumont; Marie, 2009; Vanoye; Goliot-Lété, 1994) para decompor a gramática visual e sonora das reportagens locais veiculadas entre 2023 e 2025. No plano prático, a pesquisa culmina na concepção de um documentário em *found footage* (Wees, 1993; Weinrichter, 2009). Ao invés de apenas escrever sobre o desmonte do discurso, a Pesquisa-Criação possibilita interrogar: como é possível, através do cinema, problematizar o jornalismo policial? Assim, o documentário se apropria do próprio arquivo televisivo analisado, estabelecendo uma relação reflexiva e interrogativa

Realização
Parceiros
Apoio

com a narrativa (Bell, 2006). Ao submeter essas imagens à ilha de edição, a obra utiliza o princípio da montagem intelectual (Eisenstein, 2002) para gerar colisões dialéticas entre os sons e as imagens apropriadas, subvertendo o seu sentido hegemônico e revelando a manipulação e as contradições do telejornalismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises revelam que as emissoras mantêm um padrão narrativo que naturaliza um constante estado de exceção (Agamben, 2004) focado na vigilância e na punição. O telejornalismo repete exaustivamente arquétipos maniqueístas: o policial atua como o herói do Estado; o jornalista se posiciona como um juiz moral, blindado pela falsa neutralidade e usando a escolha da pauta como arma (Moraes, 2022); e o jovem periférico é reduzido a uma ameaça a ser neutralizada, recebendo a marca do estigma (Goffman, 2004) que o fixa no papel de *outsider* da sociedade (Elias; Scotson, 2000). A montagem do documentário ataca diretamente essas estruturas. Utilizando o conceito de montagem intelectual de Sergei Eisenstein (2002), o filme promove um choque dialético entre a "estética da imperfeição" (Carreiro, 2018) das imagens captadas pelos celulares dos policiais, que geram um efeito de real e de urgência, e a assepsia e artificialidade dos estúdios de TV. Ao retirar o som original sensacionalista e fatiar as falas dos âncoras (Chion, 2011), a obra expõe a fragilidade, a manipulação das emoções e a violência intrínseca desse tipo de jornalismo. A pesquisa revela, ainda, um paralelo geopolítico preocupante: a mesma retórica de criminalização e eliminação do "bandido" proferida localmente no Cerrado espelha estratégias imperialistas e neofascistas globais. Nelas, a guerra às drogas e o combate ao narcoterrorismo servem apenas como pretexto para a exclusão, a invasão e a expropriação de territórios e populações vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Pesquisa-Criação, materializada no documentário em *found footage*, é um método crítico poderoso capaz de implodir a linearidade do discurso telejornalístico. Ao deslocar as imagens de seu fluxo efêmero da TV, a pesquisa demonstra que a criminalização da *cannabis* na mídia goiana não trata de saúde pública, mas de uma ferramenta de controle socioterritorial e manutenção de poder, ancorada em uma necropolítica (Mbembe, 2018). Inserido no contexto do Cerrado, o trabalho defende que proteger o bioma passa também por proteger as populações tradicionais e periféricas que nele habitam, desconstruindo as narrativas visuais que justificam a exclusão, o estigma e a morte em seus territórios.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos ao LUMINAV (UEG) pelo apoio institucional. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Irando C. Figueiredo. São Paulo: Boitempo, 2004.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *A análise do filme*. Tradução de Marcelo Félix. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

Realização
Parceiros
Apoio

BELL, Desmond. *Documentary film and the poetics of history*. In: BELL, Desmond. Research in the creative and media arts: challenging practice. New York: Routledge, 2019.

BORGDORFF, Henk. *The conflict of the faculties: perspectives on artistic research and academia*. Leiden: Leiden University Press, 2012.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARREIRO, Rodrigo. *A hora dos amadores: notas sobre a estética da imperfeição no audiovisual contemporâneo*. Rumores, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 110-127, 2018.

CHION, Michel. *A audiovisão: som e imagem no cinema*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Texto & Grafia, 2011.

EISENSTEIN, Sergei. *A forma do filme*. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MCNIFF, Shaun. *Art-based research*. London: Jessica Kingsley Publishers, 1998.

MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que nos esgota*. Arquipélago Editorial, 2022.

SANTOS, Suzy dos. *As bases do novo coronelismo eletrônico*. Observatório da Imprensa, São Paulo, n. 341, 8 ago. 2005. Disponível em: http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=341IPB001. Acesso em: 25 maio 2026.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. Tradução de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Tradução de Marina Appenzeller. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WEES, William C. *Recycled images: the art and politics of found footage films*. New York: Anthology Film Archives, 1993.

WEINRICHTER, Antonio. *Metraje encontrado*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2009.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). *Methods of critical discourse studies*. 3. ed. London: SAGE, 2015.

SABERES, MEMÓRIA E TERRITÓRIO DO CERRADO: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA DOS SABERES JARAGUENSES PARA A PRESERVAÇÃO CULTURAL EM JARAGUÁ-GO

Nicole Cardoso Avelar
nicoleavelar1@hotmail.com
Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO
Lázaro Ignacio da Silva Costa
lazaro.costa@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro constitui-se como um território de ampla diversidade biológica, histórica e cultural. Considerado o "berço das águas" e o segundo maior bioma da América do Sul, o Cerrado não se define apenas por seus aspectos biofísicos, mas também como um espaço de produção de saberes, práticas sociais e formas particulares de organização da vida cotidiana que resistem ao longo dos séculos. No município goiano de Jaraguá, localizado no Centro Goiano, com área de 1.848,947 km² e 45.223 habitantes, essa relação entre sociedade e natureza é mediada por uma herança cultural densa, que abrange desde manifestações religiosas até modos de fazer tradicionais vinculados à terra e da formação de seu espaço geográfico (IBGE, 2022) Ademais, na presente cidade, está inserido o Trecho 08, denominado Jaraguá x Vila Aparecida, do Caminho de Cora Coralina, uma trilha de longo curso com aproximadamente 300 quilômetros de extensão, que liga oito municípios goianos, além da existência do Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ).

Entretanto, os processos contemporâneos de urbanização, globalização e a expansão desenfreada de modelos produtivos homogêneos têm produzido transformações significativas nos modos de vida locais. Segundo Santos (2008), o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Quando os "objetos" da memória (arquivos, construções, paisagens) são degradados, os "sistemas de ações" (tradições, saberes) tendem a se fragilizar. Essa homogeneização cultural contribui para o silenciamento de narrativas locais, dificultando a transmissão do conhecimento entre gerações.

Neste contexto de disputa pela memória territorial, surge a necessidade de mecanismos que garantam a salvaguarda e a democratização do conhecimento. A Biblioteca dos Saberes Jaraguenses (BSJ), vinculada à Universidade Estadual de Goiás (UEG), emerge como uma iniciativa estratégica voltada à preservação, sistematização e acesso aos saberes produzidos sobre o território local. O presente trabalho analisa o papel desta biblioteca digital como um instrumento de reterritorialização e valorização patrimonial, alinhado aos princípios da defesa e produção dos saberes do/no Cerrado.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e documental. A abordagem buscou compreender o fenômeno da preservação cultural através do estudo do acervo digital da Biblioteca dos Saberes Jaraguenses. O percurso metodológico foi

Realização
Parceiros
Apoio

estruturado em três fases principais para garantir a profundidade da análise sem a necessidade de intervenção direta ou novos dados de campo, dada a natureza da análise documental proposta.

A primeira fase consistiu no levantamento bibliográfico sobre os conceitos de "território" e "memória cultural" no Cerrado, fundamentando-se nas obras de Rogério Haesbaert (2011) e Milton Santos (2008). A segunda fase focou na exploração sistemática do repositório digital da BSJ, identificando a tipologia dos documentos arquivados, que incluem artigos acadêmicos, monografias, recortes de jornais históricos da hemeroteca virtual e registros de manifestações culturais de Jaraguá.

Por fim, na terceira fase, realizou-se a triangulação dos dados coletados, relacionando a estrutura da biblioteca com os objetivos de extensão universitária da UEG. A análise centrou-se em como a plataforma facilita a circulação de saberes que, anteriormente, encontravam-se dispersos ou inacessíveis à comunidade em geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados indicam que a Biblioteca dos Saberes Jaraguenses constitui um importante mecanismo de preservação da memória territorial de Jaraguá-GO. A BSJ funciona como um nó central em uma rede de saberes, onde a produção acadêmica se encontra com a memória popular. Um dos destaques dos resultados é a funcionalidade da Hemeroteca Virtual, descrita por Freitas e Pimentel (2024) como uma ação extensionista vital que conecta a universidade às demandas de valorização da história local.

Através da análise do acervo, identificou-se que a BSJ promove a "reterritorialização" da informação. Documentos que registram a história política, social e ambiental de Jaraguá são organizados de forma a permitir que o cidadão comum e o pesquisador reconheçam as camadas de identidade que formam o território jaraguense. Essa organização é apresentada no quadro abaixo:

Tabela 1 – Contribuições BSJ para a produção científica no Cerrado

Eixo de Atuação	**Impacto na Defesa do Território**
Sistematização de Saberes Locais	Combate o esquecimento das práticas tradicionais e valoriza a história das comunidades do Cerrado.
Acesso Digital Democrático	Permite que o conhecimento sobre os saberes e território seja acessado gratuitamente por estudantes, docentes e o público em geral para além do dos limites do município.
Fomento à Pesquisa Regional	Estimula e fortalece novas pesquisas acadêmicas locais, que tenham Jaraguá - GO como objeto de estudo.

Fonte: Elaboração própria (2026).

A discussão desses resultados revela que a BSJ ultrapassa a função de simples arquivo. Ela atua como um espaço de resistência e luta política e cultural. Ao dar visibilidade a textos que discutem as particularidades do Cerrado goiano em Jaraguá, a biblioteca fortalece o sentimento de pertencimento pelo lugar, podendo ser denominado como Topofilia (TUAN, 1980). Segundo Haesbaert (2011), a identidade territorial é uma construção contínua. Portanto, ao oferecer as ferramentas para que essa construção seja informada por registros históricos precisos, a BSJ auxilia na resistência contra a "desterritorialização" simbólica causada pela globalização.

Realização
Parceiros
Apoio

Observou-se ainda que a biblioteca digital integra saberes populares com o rigor científico. Registros de festas populares, como as Cavalhadas de Jaraguá, e documentos sobre a economia do município ao longo do século XX estão agora salvaguardados digitalmente, mitigando o risco de perda física desses materiais preciosos para a memória coletiva do Cerrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Biblioteca dos Saberes Jaraguenses representa uma relevante iniciativa de preservação da memória cultural local e de valorização do patrimônio imaterial de Jaraguá. A análise demonstra que a plataforma digital é um elo fundamental entre o saber acadêmico e as vivências comunitárias, funcionando como uma ferramenta de defesa do território do Cerrado através da informação.

O trabalho evidenciou que a sistematização e a democratização do acesso aos saberes jaraguenses fortalecem a identidade coletiva e oferecem subsídios para que a comunidade local possa se posicionar criticamente frente aos processos de apagamento cultural. A BSJ cumpre, assim, o papel social da universidade pública ao transformar a pesquisa em um bem comum acessível a todos.

Por fim, sugere-se que a continuidade e a expansão desse acervo são fundamentais para que as futuras gerações tenham acesso às raízes históricas que sustentam a vida no Cerrado. A valorização dos saberes locais é, em última análise, um ato de resistência e amor ao território que nos abriga.

Referências

FREITAS, Lúcia Gonçalves de; PIMENTEL, Israel Marques. Hemeroteca virtual: uma ação extensionista de apoio a saberes locais. **Revista Conexão UEPG**, v. 20, p. 1-15, 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Jaraguá**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/jaragua. Acesso em: 13 maio 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values**. New York. Columbia University Press, 1980.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Biblioteca dos Saberes Jaraguenses**. Disponível em:https://www.ueg.br/jaragua/intermediario/20676_biblioteca_dos_saberes_jaraguenses. Acesso em: 12 maio 2026.

RE-EXISTÊNCIA DA "ARCA CAÍDA" NO CURRÍCULO GRIÔ KALUNGA DO NORDESTE EM GOIÁS

Adelino Soares Santos Machado
adelinomachado@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Campos Belos
Adriene Rodrigues da Silva
adriene@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Campos Belos
Maísa Pereira dos Santos
santos.maisapereira@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Campos Belos

INTRODUÇÃO

À beira de um rio foi construída uma escola, que, portanto, aprendeu a ouvir os passarinhos, enquanto se sente a cascata constante e a professora fala bem baixinho para não espantar o barulho das árvores[1]. Ali se sentam mais de trinta crianças atenciosas, ligadas do limbo ao centro semântico das mensagens que as incentivam a aprender com a performance dos mais velhos.

O rio é vermelho[2] e a cidade um recanto, construída nas primeiras décadas do século XVIII, por mão de obra de negros escravizados, atordoados por bandeirantes com chicotes e sanhas pelo ouro da terra dos indígenas Goyazes[3], ironicamente chamada de "Vila Boa". A pequenina escola de hoje se volta para as águas que esses povos banharam, pescaram e viveram integrados por intensas e longas manhãs.

Nesta história, o ensino desta escola tornou-se "pluri" e cultural, porque não se desliga da terra, nem da mulher, nem do homem radicados nas crianças. Para isso, o griô que ensinou foi lembrado e chegou junto com a gente no projeto espelhado na escolha de Oxóssi dos Goyazes, que foram exterminados e enterrados em suas terras.

METODOLOGIA

1 Escola Pluricultural Odé Kaiodê – EPOK, espaço Vila Esperança, Cidade de Goiás, Goiás.
2 Rio que banha por dentro a Cidade de Goiás, antiga capital deste Estado, às margens do qual se situa a Vila Esperança e a EPOK.
3 Povo originário habitante da região central do Brasil, perto da nascente do Rio Vermelho, onde foi fundada Vila Boa pelo Bandeirante Anhanguera, responsável pela extinção desse povo.

Realização
Parceiros
Apoio

Participação e escuta ativa direta no território Kalunga, por meio de projeto de extensão Universitária.

Observação participante, com desenvolvimento de atividades acadêmicas, como palestras e rodas de conversas.

Diálogo com anciãos e anciãs quilombolas Kalunga em escolas municipais de Monte Alegre de Goiás, no Nordeste Goiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Refletindo assim, chegamos ao território Kalunga e convidamos o Griô para nos ensinar e ele nos deu a lição, com o sinal de sua mão. Vimos que estava com muita vontade de falar e falou como quis. Depois disso nos mostrou como se deve fazer: “que se deve falar, mas mais do que isso, se deve fazer e compartilhar, sem cobrar, porque aprendemos para ensinar”.

Então o projeto tornou-se realidade que nos irmanou ao Kalunga que nos ensinou a ser gente com os pés na estrada de chão do território. Fomos para falar de currículo, mas acabamos por falar da gente, do que sentimos. Só assim acreditamos na verdade que se conta, no poder do Kalunga no Nordeste Goiano.

Sr. Valdeni pegou a palavra como a gente pega a caneta. Depois ele pegou um pedaço de pano, como a gente pega uma trena e medimos nossa ignorância. Então ele mediu um e outro, até achou uma professora com a “Arca Caída”. Ela estava toda aberta, vulnerável a nós, estudantes sanguessugas externos. Mas “seu” Valdeni não se afobou e com coragem a levantou e a colocou de volta no lugar da resistência.

Foi assim que o projeto aprendeu com o Kalunga e seus autores se encontraram com a sabedoria popular do Griô. Entendemos que arca é o corpo todo, desde a mente e a pele, e nele reside a resistência, mas também o cansaço, o mau jeito de dormir e o mau jeito de sentar e o mau jeito de olhar e o mau jeito aprender. Por insistência da Universidade nos encurvamos ao saber do Griô.

A escola do Kalunga aprende com ele e é assim que os estudantes e os professores também aprendem. Desde a Cidade de Goiás e de Odé Kayodê é que se levanta a questão do currículo oculto na sabedoria do povo, mas

Realização
Parceiros
Apoio

explícito quando nos abrimos para aprender pisados no chão dos Griôs. Quem foi que ocultou esse currículo e o deixou tão danoso? Silva (2007).

Percebe-se que a “arca” é também um repositório de saberes, ou um repositório de ensinos a serem levantados na comunidade. Portanto é mais que folclore é a realidade entendida na sua empiricidade cotidiana, da qual o Sr. Valdeni está consciente e atento. Ele não se vangloria, nem guarda segredo, mas ensina e faz questão de demonstrar porque quer preservar, porque quer repassar e não aceita receber qualquer recompensa por isso.

> Ficamos encantados com tanto conhecimento, estar presente no território possibilitou um contato mais próximo com a realidade da comunidade, algo que dificilmente seria alcançado apenas por meio de leituras ou estudos teóricos, (Adriene Rodrigues, estudante do curso de Pedagogia da UEG Campos Belos, 30/05/2026).

Acima, impressão construída de estudante que aprende com a comunidade, com o Griô que atua, que participou do projeto Desenvolvendo o currículo Pluricultural na Escola. Abaixo a continuação e a confirmação do aprendizado acumulado.

> Esse conhecimento vive nas práticas cotidianas, na oralidade e na experiência. Cada gesto do sr. Valdeni, cada passo, a forma de pegar o pedaço de pano e fazer a medição da arca, carregam ensinamentos que não podem ser ignorados, (idem).

O bom mesmo é ver a universidade aprender com a comunidade. Seus alunos envolvidos, se conectam com o real, com a sabedoria que permanece arraigada no território. A arca se torna a pedagogia libertadora freiriana dos estudantes, que levanta pela força ativa do sr. Valdeni, do seu canto e também da sua folia.

No desenrolar do projeto, o currículo tornou-se de fato pluricultural e griô na escola Barra do Kalunga, Pacheco (2015). Levantou-se como a Arca do corpo da professora em nossa frente, ao vivo!. A Arca caída é também a abertura do corpo, o desânimo que se apresenta de manhã. Ao devolvê-la a respiração é regulada, o esqueleto se recompõe e os movimentos de luta revigoram.

Realização
Parceiros
Apoio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de experiência vivenciada no território Kalunga, que permitiu estar junto e aprender com ancestrais. É aprendizado sem quadro, sem provas, sem manual, a partir da conversa em roda. Na roda há troca e cada um contribui com o que sabe e o que vive. A arca levantada torna-se o alinhamento do corpo, a valorização da cultura.

Novamente à beira do rio, no território Kalunga do Nordeste Goiano, nas terras do Quilombo, o saber é o poder do Griô, que ensina no projeto. O rio é o Alminha que alimenta o grande Paranã, o esplendoroso corpo da terra sagrada, da vida libertada da escravidão do garimpo, da lavoura e da senzala.

O êxito do projeto foi acompanhar e participar das conversas dirigidas com atenção, a mostrar como se faz de verdade. Assim, foi possível entender e valorizar o que é transmitido pelos mais velhos. Como cada povo revive sua história e mantém viva sua identidade.

Depois do projeto não há mais as mesmas pessoas. Mas jovens atentos à cosmovisão africana em ação. A resistência se levanta como a arca da professora Kalunga, “operadora” do currículo na escola do Quilombo. Ela e o Sr. Valdeni ministraram amplas aulas que ensinaram a aprender com os saberes ancestrais sobre as águas do rio, como Odé Kaiodê.

AGRADECIMENTOS:

Aos líderes comunitários, às professores, professores, às anciãs e anciãos, guardiões dos saberes ancestrais Kalunga, especialmente ao senhor Valdeni Rodrigues da Conceição da Comunidade Quilombola Tinguizal de Monte Alegre de Goiás.

REFERÊNCIAS

ESPAÇO CULTURAL VILA ESPERANÇA. **Escola Pluricultural Odé Kayodê:** Projeto Político Pedagógico – PPP. Cidade de Goiás, 2021; disponível em: https://www.vilaesperanca.org/public/2022/05/08-PPP-e-regimento-2021.pdf, acesso dia 4 de maio de 2023.

Realização
Parceiros
Apoio

LIMA, Gisélia. **A construção de um Nordeste em Goiás**. Dissertação de mestrado. - Instituto de Geografia: UFG, 2004.

MACHADO, Adelino Soares Santos. **Desenvolvendo o currículo pluricultural griô na escola quilombola Kalunga**. Projeto de extensão. - UEG – Unidade Universitária de Campos Belos: Campos Belos, Goiás, 2025.

PACHECO, Lillian. **Pedagogia Griô**: educação tradição oral e política da diversidade. - Revista Diversita, SÃO PAULO, a. 2., n. 3,set. 2014 / mar. 2015

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed.; São Paulo, Autêntica, 2002.

INFÂNCIAS DO VÓ RITA: UM QUINTAL PARA GUARDAR...

Pollyane Rodrigues de Oliveira
pollyanedeoliveira24@gmail.com - Mestranda PPGE/UEG
Dra. Keides Batista Vicente
keides.vicente@ueg.br - Docente do PPGE/UEG Inhumas.
Dr. Ricardo Oliveira Rotondano
ricardo.rotondano@ueg.br - Docente PROMEP - UEG

SINOPSE DO VÍDEO

Partindo da compreensão de Nego Bispo de que o quintal é o espaço mais importante de uma casa e que funciona como uma sala de aula viva, onde o aprendizado acontece de forma orgânica e comunitária, o vídeo intitulado ***Infâncias do Vó Rita: um quintal para guardar...*** acompanha um encontro de gerações realizado no quintal de Dona Madalena, na Comunidade Quilombola Vó Rita – Núcleo II, situado em perímetro urbano de Trindade-GO.

É nesse território de convivência que as mais velhas vão compartilhar memórias de suas infâncias, histórias, brincadeiras e saberes com as crianças, fortalecendo laços de pertencimento e identidade. Entre o passado e o presente, o vídeo registra o encontro marcados pela oralidade, pela coletividade e pelo brincar, reforçando como os saberes ancestrais seguem vivos e em constante transformação.

A produção é uma tentativa de aproximação do conceito que a pesquisadora e liderança do quilombo, Dra. Marta Quintiliano cunhou como ***Afroafeto***, que são justamente as redes de acolhimento, respeito, solidariedade e fortalecimento das identidades construídas em comunidade negra e quilombola. Nas brincadeiras, nas histórias contadas e nos gestos compartilhados entre as gerações, o vídeo revela como os vínculos afetivos são formas legítimas de resistência, perpetuação de conhecimento e fortalecimento do pertencer.

O direito a infância e ao brincar estão no centro da narrativa como prática de memória, enquanto quem assiste, faz um exercício de escuta das infâncias negras quilombolas, reconhecendo-as como protagonistas de suas histórias e como agentes fundamentais na continuidade da memória, da ancestralidade e da resistência do Quilombo Vó Rita.

Realização
Parceiros
Apoio

CONTEXTO E SUJEITOS ENVOLVIDOS

O vídeo é uma produção feita na Comunidade Quilombola Vó Rita – Núcleo II, localizada no município de Trindade-GO. Reconhecida como comunidade remanescente de quilombo, situado em contexto urbano, característica que confere singularidade às experiências vividas por seus moradores e, especialmente, por suas crianças.

A produção audiovisual tem como protagonistas as infâncias da comunidade, reunindo crianças de diferentes idades em um encontro entre gerações. Participam também mulheres da comunidade e tudo se materializa no quintal de Dona Madalena.,

O vídeo nasce como desdobramento do projeto cultural ***Brincar é Ancestral: Infâncias Quilombolas do Vó Rita***, contemplado pela Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), e dialoga diretamente com a pesquisa de mestrado da proponente, que investiga a construção das identidades das crianças negras quilombolas em suas relações com o território, a comunidade e a escola.

OBJETIVOS DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Inspirado também nas reflexões de Beatriz Nascimento sobre a importância de pessoas negras narrarem suas próprias histórias, o vídeo busca registrar as infâncias do Quilombo Vó Rita a partir das memórias e percepções dos próprios sujeitos que a ele pertencem, especialmente de suas crianças, com intervenção das mulheres mais velhas.

Buscamos contribuir para o rompimento dos estereótipos historicamente atribuídos às comunidades quilombolas evidenciando a riqueza que há nas relações fortalecidas em comunidade, dos saberes ancestrais, dos ***afroafetos*** presentes nas relações da comunidade. Pontos esses que constituem importante estratégia de resistência, transmissão de conhecimentos e continuidade da memória coletiva.

Ao colocar suas vozes, experiências, o direito a infância e ao brincar no centro da narrativa como prática de memória, o vídeo convida o público a conhecer o quilombo para além das representações estereotipadas. Nesse sentido, nos aproximamos das experiências efetivamente vividas por quem vivencia e constrói esse território, fortalecendo processos educativos, culturais e coletivos que reafirmem a autonomia, a valorização de saberes locais e a potência das infâncias quilombolas.

RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS DE PARTILHA E COM A DEFESA DO CERRADO

A produção reconhece que a preservação de um território quilombola depende da proteção física da terra, mas também envolve a continuidade dos saberes, das práticas culturais e das formas de vida construídas historicamente por seus moradores. Ao registrar o brincar das infâncias negras quilombolas em seu território, o vídeo contribui para a valorização do modo de vida e fortalece as relações de respeito, cuidado e pertencimento com o lugar onde vivem.

Apresentar as infâncias do Quilombo Vó Rita a partir das vozes e experiências de seus próprios sujeitos, a produção fortalece a visibilidade das comunidades tradicionais do Cerrado, contribuindo para o reconhecimento de suas memórias, de suas práticas culturais e de sua importância na defesa da diversidade cultural e dos territórios que constituem esse bioma

INFORMAÇÕES SOBRE O VÍDEO

Infâncias do Vó Rita: um quintal para guardar... é um registro curto, com duração de 5 minutos, produzido a partir do material audiovisual realizados durante um uma roda de conversa e brincadeiras na Comunidade Quilombola Vó Rita – Núcleo II, em Trindade-GO. Esse encontro marca o início das ações do projeto cultural **Brincar é Ancestral: Infâncias Quilombolas do Vó Rita**, contemplado pela Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), que culminará na realização de uma exposição fotográfica sobre as infâncias quilombolas da comunidade. A obra combina registros do brincar, da oralidade e imagens do território, formalizando-se como um registro de experiência em comunidade centrado nas infâncias que se constroem na comunidade

REFERÊNCIAS

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023

NASCIMENTO, Beatriz. ***O Negro Visto por Ele Mesmo: Ensaios, Entrevistas e Prosa.*** Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2022. ISBN 978-85-7126-081-8.

QUINTILIANO, Marta. ***As feituras das bonecas Abayomi como uma educação transgressora.*** Revista Ñanduty, v. 11, n. 18, p. 108–121, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.30612/nty.v11i18.17891 .Acesso em: 15 set. 2025.

QUINTILIANO, Marta. ***Redes afro-indígenoafetivas: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás.*** 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

ENTRE O CERRADO E A CIDADE: TERRITORIALIDADES XAVANTE E TENTATIVAS DE APAGAMENTO EM BARRA DO GARÇAS (MT)

Mestrando Irineu Galego Dias Junior
E-mail: juniorgalegodias@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Prof. Dr. Ricardo Oliveira Rotondano
E-mail: ricardo.rotondano@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro constitui um território marcado por intensas disputas econômicas, ambientais e políticas, especialmente diante da expansão do agronegócio, da mineração e dos processos de urbanização. Nesse cenário, os povos indígenas enfrentam conflitos relacionados à perda territorial, à marginalização social e às tentativas históricas de integração forçada, que impactam diretamente seus modos de vida e suas formas de organização social. O povo Xavante, presente em diferentes regiões do estado de Mato Grosso, incluindo a Terra Indígena São Marcos, em Barra do Garças, insere-se nesse contexto de conflitos e resistências históricas (Giaccaria; Heide, 1972).

Historicamente, as políticas públicas voltadas aos povos indígenas foram estruturadas sob perspectivas coloniais e integracionistas. Durante grande parte do século XX, instituições como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) desenvolveram políticas marcadas pela tutela e pela tentativa de assimilação cultural indígena ao modelo dominante da sociedade nacional (ISA, 2011). Mesmo após a Constituição Federal de 1988 reconhecer os direitos territoriais, culturais e sociais dos povos indígenas, persistem dificuldades na efetivação dessas garantias legais (Behring; Boschetti, 2011).

Nesse sentido, as questões indígenas no Cerrado ultrapassam a dimensão jurídica, envolvendo também disputas ambientais, territoriais e geopolíticas relacionadas ao uso e à apropriação da terra em regiões fortemente impactadas pela expansão econômica (Brasil, 1988). Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir os conflitos territoriais, as limitações das políticas públicas e as formas de resistência cultural do povo Xavante em Barra do Garças (MT), diante das tentativas de apagamento de suas presenças e territorialidades nos espaços urbanos e no Cerrado.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental acerca da presença Xavante no Cerrado e em Barra do Garças (MT). Foram utilizados estudos relacionados à história indígena, às políticas públicas voltadas aos povos originários e às disputas territoriais no Cerrado brasileiro.

Também foram analisadas imagens e registros visuais relacionados às transformações territoriais da região, buscando compreender como os processos de ocupação econômica e urbana contribuem para a invisibilização das presenças indígenas na narrativa oficial da cidade. A análise dialoga com autores que discutem memória, colonialidade, território e resistência indígena, permitindo compreender o Cerrado não apenas como espaço econômico, mas como território de memória, identidade e pertencimento cultural.

Realização
Parceiros
Apoio

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que os conflitos envolvendo o povo Xavante estão diretamente relacionados à expansão econômica sobre o Cerrado, sobretudo pelo avanço do agronegócio e das monoculturas próximas aos territórios indígenas. As transformações ambientais decorrentes do desmatamento e da expansão agrícola comprometem práticas tradicionais ligadas à caça, à pesca e ao extrativismo, afetando diretamente a subsistência das comunidades indígenas (Ravagnani, 1991).

A pesquisa evidencia ainda que a presença Xavante na região do Araguaia está associada a um longo processo histórico de deslocamentos, perseguições e resistências. A travessia do rio Araguaia permanece como marco simbólico da memória coletiva Xavante diante da violência colonial e das disputas territoriais vivenciadas ao longo dos séculos (Lopes da Silva, 1986, 1998).

Além dos conflitos territoriais, observam-se desafios relacionados à permanência indígena nos espaços urbanos. Em Barra do Garças, muitos indígenas enfrentam situações de preconceito, exclusão social e tentativas de apagamento de suas presenças nas narrativas oficiais da cidade, frequentemente invisibilizadas pelas visualidades coloniais e pelos discursos hegemônicos sobre patrimônio e identidade local. Ainda assim, os Xavante constroem formas de resistência cultural por meio da permanência de suas práticas, memórias, narrativas e modos de pertencimento ao território urbano, reafirmando continuamente sua identidade coletiva (Krenak, 2019).

Não obstante os grupos hegemônicos da sociedade sigam historicamente sendo os setores que mais promovam ataques contra a população indígena no país, a atuação do próprio Estado como ente violador das prerrogativas e dos direitos indígenas deve ser igualmente destacada (Rotondano; Beltrão, 2021). Seja através de omissões propositais, ao não implementar garantias humanas previstas em lei, seja por meio de ações, promovendo-se o apagamento físico e simbólico dos povos originários, o Estado brasileiro é um histórico agente de violência colonial e contemporânea contra os grupos com marcadores étnicos no Brasil.

Nesse sentido, as escolhas promovidas pelos gestores públicos da cidade de Barra do Garças são severamente questionáveis, tendo em vista que proporcionam a valorização de atores coloniais e de criaturas de origem extraterrestres no espaço citadino, em detrimento da trajetória do povo Xavante (Rotondano; Dias Júnior, 2025). É preciso, nessa toada, debater publicamente as alternativas possíveis para a construção de um espaço público urbano que visibilize e preserve a herança secular indígena no território mato-grossense de Barra do Garças, a partir de imagens e símbolos que reconheçam o protagonismo histórico do povo Xavante no local.

Os dados também revelam limitações significativas nas políticas públicas destinadas às populações indígenas, especialmente no que se refere ao acesso à saúde, educação, território e participação efetiva dos próprios indígenas na formulação das ações que lhes dizem respeito. Embora existam avanços legais importantes, persistem dificuldades estruturais na concretização desses direitos (Brasil, 1973; Brasil, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as disputas em torno do Cerrado envolvem não apenas interesses econômicos, mas também conflitos históricos relacionados à memória, à identidade e à permanência dos povos indígenas em seus territórios. No caso do povo Xavante, os processos de expansão econômica e urbanização intensificam situações de exclusão social e tentativas de apagamento de suas territorialidades e culturas.

Realização
Parceiros
Apoio

Entretanto, as formas de resistência cultural desenvolvidas pelos Xavante demonstram que suas presenças permanecem vivas tanto nos territórios indígenas quanto nos espaços urbanos. A continuidade das memórias, das narrativas e das práticas culturais reafirma a permanência indígena frente aos projetos coloniais de desaparecimento e invisibilização. Resistir também significa continuar produzindo memória, contando histórias e recusando os projetos de tentativas de apagamento da existência indígena (Krenak, 2019).

AGRADECIMENTOS
Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) e aos professores e em especial ao meu orientador Prof. Ricardo Oliveira Rotondano pelo apoio acadêmico e incentivo a pesquisas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história.* São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. *Dispõe sobre o Estatuto do Índio.* Brasília, DF, 1973.

GIACCARIA, Bartolomeu; HEIDE, Adalberto. *Xavante: povo autêntico.* São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1972.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo: ISA, 2011.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOPES DA SILVA, Aracy. *Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê.* São Paulo: USP, 1986.

LOPES DA SILVA, Aracy. *Dois séculos e meio de história Xavante*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *Aldeamentos oficiais goianos no século XVIII.* Goiânia, 1991.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira; BELTRÃO, Jane Felipe. *Dos direitos indígenas na América Latina: O desafio da efetivação*. REVISTA VIDERE, v. 13, p. 45-66, 2021.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira; DIAS JÚNIOR, Irineu Galego. *Entre praças e monumentos, silenciamento e apagamento: uma análise sobre a inexistência de referências xavante em Barra do Garças (Mato Grosso, Brasil)*. Revista de História da UEG, v. 14, p. 1-20, 2025.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA E POTENCIAL BIOATIVO DA FARINHA DO MESOCARPO DE PEQUI (*Caryocar brasiliense* Camb.)

Fellype Alves Rodrigues
fellype.alves1@estudante.ifgoiano.edu.br, Instituto Federal Goiano- Campus Morrinhos
Ellen Godinho Pinto
ellen.godinho@ifgoiano.edu.br, Instituto Federal Goiano- Campus Morrinhos

INTRODUÇÃO

O pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) é uma espécie frutífera nativa do Cerrado brasileiro que desempenha papel relevante na alimentação, na geração de renda e na manutenção das tradições culturais das comunidades da região. O fruto apresenta composição nutricional expressiva, contendo compostos bioativos, carotenoides, fibras e minerais, características que despertam interesse para sua utilização pela indústria alimentícia e para o desenvolvimento de novos produtos com potencial funcional (Martins et al., 2022).

Apesar de sua importância, o processamento do pequi resulta na geração de quantidades significativas de resíduos, uma vez que partes do fruto com potencial de aproveitamento tecnológico ainda são frequentemente descartadas. Nesse contexto, o aproveitamento integral dos alimentos tem se consolidado como estratégia capaz de reduzir desperdícios, agregar valor a subprodutos agroindustriais e promover sistemas alimentares mais sustentáveis. Estudos recentes apontam que derivados obtidos de diferentes frações do pequi podem apresentar características nutricionais e tecnológicas favoráveis para aplicação em formulações alimentícias, contribuindo para a valorização dos recursos do Cerrado (Souza et al., 2024).

A cadeia produtiva do pequi gera grande quantidade de resíduos, principalmente cascas e endocarpos, que representam a maior fração da massa do fruto. Estudos relatam que a casca corresponde entre 75 e 84% do peso total do pequi, enquanto a polpa comestível representa apenas 4 a 7% da massa do fruto. Segundo IBGE 2024, indicam que a produção brasileira de pequi alcançou 47.698 toneladas em 2022, sugerindo a geração de mais de 35 mil toneladas anuais de resíduos lignocelulósicos, especialmente cascas. Esse cenário evidencia o elevado potencial de aproveitamento desses subprodutos para obtenção de farinhas, compostos bioativos, biomassa energética e ingredientes funcionais, contribuindo para a redução dos impactos ambientais e agregação de valor à cadeia produtiva do Cerrado (Rodrigues et al., 2024).

Entre as alternativas de aproveitamento, destaca-se a produção de farinha a partir do mesocarpo do pequi, que pode representar uma fonte de fibras e compostos fenólicos, além de ampliar as possibilidades de utilização desse material em produtos alimentícios. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo produzir e caracterizar a farinha do mesocarpo de pequi, por meio da determinação de parâmetros físico-químicos, incluindo umidade, cinzas, pH, acidez titulável e teor de compostos fenólicos, visando contribuir para o conhecimento de seu potencial

Realização
Parceiros
Apoio

tecnológico e para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis de aproveitamento desse fruto nativo do Cerrado.

METODOLOGIA

Foi realizada a secagem a 60 °C por aproximadamente 24 horas, posteriormente para obtenção da farinha do mesocarpo do pequi, foi triturado em liquidificador industrial.

A farinha do mesocarpo do pequi foi submetida às análises físico-químicas: umidade, pH, acidez titulável e cinzas de acordo com o Instituto Adolfo Lutz (2008), todas as análises foram realizadas em triplicatas

Os extratos aquosos, alcóolico e hidro alcoólicos (70ºGL) foram segundo a metodologia de Souza et al. (2011). Os extratos foram obtidos 1:8 (m/m) farinha/extrato. A mistura foi homogeneizada utilizando-se de agitação constante durante 30 minutos, à temperatura ambiente (28ºC ± 2ºC). Em seguida, o material foi submetido à centrifugação a 3000 x g, durante 15 minutos (Fogaça et al., 2013).

Para a determinação do teor de compostos fenólicos totais, seguiu-se a metodologia de Swain; Hills (1959), sendo os resultados calculados pela curva de calibração com ácido gálico, nas concentrações variando de 1,0 a 100 $mg.mL^{-1.}$

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das caracterização físico-química e dos teores dos compostos fenólicos em diferentes extratos encontram-se na Tabela 1.

A farinha do mesocarpo de pequi apresentou teor de umidade de 11,74 %, valor considerado adequado para produtos farináceos, uma vez que baixos teores de água contribuem para maior estabilidade microbiológica, redução da atividade enzimática e prolongamento da vida útil durante o armazenamento. Resultados semelhantes foram observados em estudos recentes com farinhas obtidas a partir do pericarpo e resíduos de pequi, cujos valores variaram entre 8 e 14%, dependendo das condições de secagem e granulometria do produto (Santos et al., 2022).

Tabela 1. Caracterização físico-química e teor de compostos fenólicos totais em extratos aquoso, hidroalcoólico e alcoólico da farinha do mesocarpo de pequi (*Caryocar brasiliense*).

Parâmetros	Média e Desvio Padrão
Umidade (%)	11,74 ± 0,35
Acidez Titulável (mg de ácido/100g)	1,72 ± 0,33
pH	5,40 ± 0,02
Teor de Minerais (%)	7,04 ± 0,40
Teor de Fenólicos Totais (mg/100g AGE)	
Aquoso	309,06 ± 10,46
Hidroalcóolico	475,14 ± 22,35
Alcóolico	275,00 ± 13,65

O pH da farinha indica um produto levemente ácido, característica comum em matérias-primas derivadas de frutos do Cerrado. A acidez titulável de 1,72 reforça essa característica e pode contribuir para a estabilidade do produto durante o armazenamento,

Realização
Parceiros
Apoio

uma vez que ambientes mais ácidos tendem a dificultar o desenvolvimento de diversos microrganismos deteriorantes (Santos et al., 2022).

O teor de minerais encontrado (7,04%) evidencia a elevada concentração de constituintes inorgânicos na farinha do mesocarpo de pequi. Entre as farinhas obtidas a partir de resíduos de frutas, valores inferiores também têm sido reportados. Santos et al. (2022) encontraram teor de cinzas de 4,18% para farinha do pericarpo de pequi, enquanto Cangussu et al. (2021) reportaram valores entre 3,5 e 5,0% para farinhas produzidas a partir da casca do pequi. Embora os materiais analisados sejam provenientes do mesmo fruto, diferenças na porção utilizada, condições de secagem e granulometria podem justificar as variações observadas.

Outro aspecto relevante é que os valores de fenólicos totais encontrados neste estudo são compatíveis com aqueles reportados para ingredientes funcionais derivados de frutos do Cerrado. Pesquisas recentes demonstram que os compostos fenólicos do pequi apresentam elevada estabilidade durante processos de secagem quando condições adequadas de temperatura são empregadas, preservando suas propriedades antioxidantes e seu potencial de aplicação em alimentos funcionais (Gonçalves et al., 2024).

Quanto aos compostos fenólicos totais, observou-se diferença entre os solventes empregados na extração. O extrato hidroalcoólico apresentou o maior teor fenólico (475,14 ± 22,35 mg AGE/100 g), seguido pelo extrato aquoso (309,06 ± 10,46 mg AGE/100 g) e pelo extrato alcoólico (275,00 ± 13,65 mg AGE/100 g). Esse comportamento pode ser explicado pela maior eficiência das misturas hidroalcoólicas na solubilização simultânea de compostos fenólicos de diferentes polaridades. A presença de água no sistema aumenta o intumescimento da parede celular vegetal, favorecendo a difusão dos compostos bioativos, enquanto o etanol facilita a extração de moléculas menos polares (Cunha et al., 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que a farinha do mesocarpo de pequi apresenta características físico-químicas adequadas para aplicação como ingrediente alimentar. A avaliação dos compostos fenólicos totais evidenciou seu potencial como fonte de compostos bioativos, destacando-se o extrato hidroalcoólico, que apresentou teor fenólico 53,8% superior ao extrato alcoólico.

Além disso, o aproveitamento do mesocarpo de pequi para produção de farinha constitui uma alternativa sustentável para a valorização de resíduos agroindustriais do Cerrado, contribuindo para a redução de desperdícios e agregação de valor à cadeia produtiva. Como perspectivas futuras, recomenda-se avaliar sua aplicação em produtos alimentícios, como pães, bolos e biscoitos, visando investigar a aceitação sensorial, a estabilidade durante o armazenamento e os impactos no valor nutricional dos alimentos desenvolvidos.

AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem ao Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos pela infraestrutura, suporte técnico e científico disponibilizados para a realização deste trabalho.

Agradecem também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pelo incentivo à pesquisa científica e pelo apoio ao desenvolvimento acadêmico e tecnológico dos estudantes envolvidos no projeto.

Referências

CANGUSSU, L. B. et al. Profile of bioactive compounds in pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) peel flours. *Food Chemistry*, Amsterdam, v. 350, p. 129221, 2021.

CUNHA, M. C. D. A. et al. Physical, chemical and sensory implications of pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) sweet bread made with flour, pulp and fruit by-product. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 95, e20220414, 2023.

FOGAÇA, D. L. et al. Atividade antioxidante e teor de fenólicos de folhas de *Terminalia catappa* Linn em diferentes estágios de maturação. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, Araraquara, v. 34, n. 2, p. 257-261, 2013.

GONÇALVES, M. A. et al. Unlocking the potential of pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.): stability of phenolic compounds, carotenoid profile and vitamin A after drying. *Food Research International*, Barking, v. 197, art. 115393, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção da extração vegetal e da silvicultura 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html. Acesso em: 5 jun. 2026.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. *Métodos físico-químicos para análise de alimentos*. 4. ed. São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008.

MARTINS, N. et al. Production, characterization and shelf-life evaluation of Caryocar brasiliense pulp flour. *International Journal of Gastronomy and Food Science*, v. 28, 2022.

RODRIGUES, A. S. et al. Pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) by-products: composition, bioactive compounds and potential applications. *Current Research in Food Science*, v. 9, p. 100948, 2024.

SANTOS, B. O. et al. Development and chemical characterization of pequi pericarp flour (*Caryocar brasiliense* Camb.) and effect of in vitro digestibility on the bioaccessibility of phenolic compounds. *Journal of the Brazilian Chemical Society*, São Paulo, v. 33, n. 9, p. 1015-1027, 2022.

SOUZA, S. L. et al. Aproveitamento sustentável de frutos de pequi para obtenção de ingredientes funcionais. Anais do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG, 2024.

SWAIN, T.; HILLIS, W. E. The phenolic constituents of *Prunus domestica*. I. The quantitative analysis of phenolic constituents. *Journal of the Science of Food and Agriculture*, London, v. 10, n. 1, p. 63-68, 1959.

A GASTRONOMIA NO RIO QUENTE RESORTS, GOIÁS.

Iana Cândido Cunha
gastronomiacaldasnovas.iacsa@ueg.br, UEG
Luana Crystina Borges Sales
nutricionistaluanacrystina@gmail.com, ex-egressa da UEG
Fernanda Criste Pereira de Araújo
fernandinhacriste@gmail.com, ex-egressa da UEG
Ísis Pereira Coutinho Degani
isis.coutinho@ueg.br, UEG
Jean Carlos Vieira Santos
jean.vieira@ueg.br, UEG
Soraia Rodrigues Fernandes
soraiasrff@gmail.com, egressa da UEG

INTRODUÇÃO

Os parques aquáticos figuram como atrativos turísticos de extrema relevância no mercado de entretenimento contemporâneo, fornecendo equipamentos que estimulam as economias locais e transformam territórios em vastas áreas de lazer (Macedo; Xavier; Araújo, 2022). Inserido nessa dinâmica, o Rio Quente Resorts, localizado na cidade de Rio Quente, no estado de Goiás, destaca-se como um dos maiores complexos turísticos de águas termais do Brasil. Nesse espaço de intensa visitação, o complexo transcende a mera oferta de lazer aquático ao incorporar elementos da identidade regional, sobressaindo-se a reverência às poesias de Cora Coralina. Pseudônimo de Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a poetisa e doceira goiana é um dos nomes mais importantes da literatura do estado, cuja trajetória reverbera nas vivências turísticas do resort.

Apesar de ter residido fora de Goiás por muitos anos, a autora reafirmou seu pertencimento à Cidade de Goiás tanto por meio de suas narrativas sobre o passado quanto pela prática de confeccionar doces, transformando a memória coletiva em matéria de seus poemas. Ao utilizar receitas centenárias para produzir doces, Cora Coralina operou um duplo movimento: reafirmou sua identidade de gênero e rompeu com estigmas ao assumir um ofício tipicamente feminino em sua época (Delgado, 2002). A doçaria se tornou um tema tão central para a imortalização da poetisa que hoje é constantemente explorada em guias turísticos e reportagens voltados para a promoção da Cidade de Goiás (Peccini, 2013).

Realização
Parceiros
Apoio

Diante da grandiosidade dessa figura literária e da importância do complexo termal, a presente pesquisa foi elaborada para investigar as convergências estruturais e identitárias entre essas áreas. O principal objetivo deste trabalho é, portanto, estudar a literatura de Cora Coralina como um componente integrante da gastronomia e do turismo no maior parque aquático do Cerrado, promovendo a reflexão sobre a cultura local (Fonseca, 2002).

METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, que busca compreender a interseção entre o legado literário de Cora Coralina e as práticas turísticas no Rio Quente Resorts, adotou-se uma abordagem pautada em métodos de investigação de natureza qualitativa. O delineamento da pesquisa estruturou-se de maneira sistemática para abranger tanto as bases conceituais, englobando a pesquisa bibliográfica, quanto a observação empírica do fenômeno em seu local de ocorrência (Fonseca, 2002).

O percurso metodológico elegeu, como ponto de partida fundamental, a pesquisa bibliográfica, embasada no levantamento crítico e na análise de referenciais teóricos previamente analisados e publicados em meios impressos e eletrônicos

Essa etapa rigorosa permitiu não apenas construir o arcabouço sobre a relevância econômica e turística do complexo hoteleiro para o estado de Goiás, mas também compreender os debates teóricos mais recentes sobre a união multidisciplinar da gastronomia com a literatura.

De forma complementar à revisão da literatura acadêmica, que apontou uma notória escassez de trabalhos científicos sobre a contribuição específica da poetisa para a gastronomia de grandes parques aquáticos, a metodologia incorporou a realização de trabalhos de campo. As visitas in loco possibilitaram a observação direta das instalações físicas e a constatação da materialidade literária de Cora Coralina nos espaços do resort estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação histórica e geográfica revelou que a Companhia Thermas do Rio Quente, pioneira na exploração das águas termais de Goiás desde a década de 1960, evoluiu de uma modesta pousada para um complexo turístico de imenso porte. Atualmente, o resort possui sete tipos de acomodações, atrações renomadas como o

Realização
Parceiros
Apoio

Hot Park e o Parque das Fontes, estendendo-se por quase 500 mil metros quadrados e recebendo anualmente milhares de visitantes (Ramos, 2015).

No âmbito das experiências singulares oferecidas aos hóspedes, o complexo demonstra que a gastronomia atua como vetor fundamental para o turismo, que de acordo com Passarini, Abritta e Vieira (2019), é capaz de nutrir o corpo e promover deslocamentos em busca de imersões socioculturais .

O marco central dessa integração temática no complexo hoteleiro ocorreu por meio da inauguração do Restaurante Casa de Cora, idealizado em 2010 e posicionado dentro das dependências do Hotel Pousada (Rio Quente Resorts, 2021). O projeto do estabelecimento foi inteiramente focado em resgatar narrativas afetuosas e valorizar a cultura goiana, consolidando-se como uma iniciativa de sucesso que aproxima a genialidade das letras de Cora Coralina da gastronomia do destino termal.

Embora o município de Rio Quente não possua eventos culturais vinculados a escritores célebres ou uma tradição literária própria, os dados empíricos mostram que os roteiros do turismo literário não precisam restringir-se unicamente aos locais de origem dos grandes autores (Quinteiro; Almeida, 2025), e o resort, de forma exitosa, criou uma atmosfera cenográfica que evoca a poesia goiana, proporcionando uma viagem sensorial autêntica que transcende o ato rotineiro da alimentação.

A decoração interna do restaurante é detalhadamente inspirada no lar histórico da poetisa, abarcando elementos de extrema rusticidade e afetividade voltados ao resgate da memória. O ambiente exibe, em suas paredes, trechos imortalizados dos poemas de Cora, além de objetos que representam a cultura rural do estado (Lira, 2010), tais como panelas de cerâmica rústica, janelas e portas de demolição, balaios e as marcantes máscaras das cavalhadas de Pirenópolis.

A ambientação também inclui o uso de tachos de cobre, bonecas de barro e um clássico forno a lenha, remetendo diretamente às tradições de época. O salão do complexo gastronômico recebeu uma setorização de fluxo lúdica e simbólica, na qual as praças foram batizadas com os nomes dos tradicionais becos da Cidade de Goiás, a exemplo de Ouro Fino, Vila Rica, Calabrote e Cotovelo. Além disso, as áreas de servir foram denominadas regionalmente de "Estação da Brasa", "Estação do Forno", "Estação da Horta", "Estação Trem Bão", "Estação de Sal" e a afetuosa "Estação de doce".

Constata-se que a mencionada "Estação de doce", inteiramente dedicada às sobremesas tradicionais em compotas, evoca de modo direto e emocional o histórico ofício de doçaria que marcou boa parte da trajetória de resistência de Cora Coralina. Toda essa formatação demonstra que os resorts contemporâneos atuam como importantes agentes promotores para a valorização e a promoção da diversidade das expressões culturais perante o público nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise apresentada, o presente estudo conclui que a gastronomia atua como uma atração turística indispensável e um fator cultural altamente complementar às famosas águas termais do bairro da Esplanada em Rio Quente, e mostrou que os poemas de Cora Coralina descrevem sentimentos e seus sabores, em que carregam cultura, gastronomia, tradição e amor pela literatura, questão que elenca possibilidades para investigações futuras.

Quando se unem turismo, gastronomia e águas termais, deve-se ser cauteloso para respeitar os detalhes, a memória alimentar de uma comunidade, as condições econômicas, os componentes naturais e as preferências dos visitantes. Em partes, o Rio Quente Resorts conseguiu traduzir tais elementos em um restaurante, por detalhar a decoração com os elementos do cerrado, como as cavalhadas e os traços rústicos da ruralidade do interior goiano.

Destarte, detalham-se as preferências e os pontos fortes goianos com um ambiente familiar e acolhedor em meio à natureza, o que evidencia as riquezas naturais do estado. Portanto, infere-se que o Restaurante Casa de Cora retrata uma junção entre a poesia coralina, seu prestígio para o estado, a afável gastronomia regional e as águas termais de maneira rica em relação às experiências obtidas..

AGRADECIMENTOS: Agradecimentos direcionados à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás (PrPUEG) pelo incentivo e financiamento essencial à execução do projeto de pesquisa institucionalmente intitulado "Geografia do Turismo no Cerrado: análises de destinos e cidades em Goiás", o qual subsidiou os resultados parciais deste trabalho.

Referências

BRITTO, Clovis Carvalho. "Sou Paranaíba pra cá": literatura e sociedade em Cora Coralina. 2006. 190p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

BRITTO, Clovis Carvalho. Economia simbólica dos acervos literários: itinerários de Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina César. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DELGADO, Andrea Ferreira. Cora Coralina: a Poética do Sabor. Ilha, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 59-83, jul. 2002.

GOMES, Norma Gislene Urban. A dupla dimensão do espaço: Rio Quente e suas redes. 2009. 205p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LIRA, Cristina. Rio Quente Resorts ao sabor de Cora Coralina. Turismo com Cristina Lira, 8 abr. 2010.

MACEDO, Raquel Fernandes de; XAVIER, Túlio Medeiros; ARAÚJO, Maria Valéria Pereira de. Parque Aquático Beach Park, no Estado do Ceará, no Brasil, como Atrativo Turístico e a Influência da Hospitalidade na Experiência dos Visitantes. Turismo em Análise, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 3, p. 168-186, 2022.

PASSARINI, Ana Isabel Couto; ABRITTA, Camila do Carmo Almeida; VIEIRA, Ricardo. A poesia gastronômica de Cora Coralina: a doçaria, o regional e a identidade. Revista de Gastronomia, v. 1, n. 1, p. 2674-2681, 2019.

PECCINI, Rosana. A gastronomia e o turismo. Rosa dos Ventos, v. 5, n. 2, p. 206-217, abr./jun. 2013.

QUINTEIRO, Sílvia; ALMEIDA, Maria M. Turismo Literário: construção e exploração de roteiros. Lisboa: Pactor Editora, 2025.

RIO QUENTE RESORTS. Rio Quente, águas quentes e muita natureza por todos os lados. Rio Quente: Companhia Thermas do Rio Quente. 2021.

SOUZA, Claudio Alexandre de. Resort – uma análise da discussão conceitual e histórica. Hospitalidade, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 350-362, dez. 2013.

HISTÓRIA, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO ALIMENTAR: INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DA FESTA DO DOCE EM AVELINÓPOLIS-GO

Renato Batuíra Ribeiro Pinto
renatobrp@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O trabalho centra-se no patrimônio cultural imaterial do município de Avelinópolis-GO, valorizando expressões simbólicas e devocionais que mantêm viva a memória, a fé e as práticas comunitárias locais. Entre essas manifestações, destaca-se a Festa do Doce do Povoado Alan Kardec, tradição que articula religiosidade, música, solidariedade e partilha, evidenciando a força da identidade local e o enraizamento dos vínculos sociais.

A Festa do Doce caracteriza-se pelo preparo e distribuição gratuita de doces tradicionais, resultado do esforço coletivo da comunidade. Originada de uma promessa feita à São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida pela família Bueno, consolidou-se desde meados do século XX como um dos eventos mais significativos da região, agregando famílias e visitantes. O preparo dos doces em tachos de cobre e o uso de receitas transmitidas oralmente reforçam o caráter intergeracional e educativo da celebração, transformando o ofício culinário em símbolo de fé, partilha e continuidade cultural.

Apesar da riqueza dessas manifestações, Avelinópolis carece de registros sistematizados sobre sua história local e seu patrimônio imaterial, especialmente no que se refere à Festa do Doce. A ausência de documentação e de materiais didáticos que abordem a trajetória do município e suas tradições coloca em risco a continuidade de saberes e práticas que sustentam a memória comunitária. Como destaca Fonseca (2005), a salvaguarda cultural depende da valorização e da participação efetiva dos detentores dos saberes nos processos de patrimonialização.

O projeto insere-se na perspectiva da educação patrimonial crítica e decolonial (Scifoni, 2015, 2017; Tolentino, 2018; Chuva, 2020), compreendendo o patrimônio como processo coletivo, dinâmico e disputado. A adoção do inventário participativo, em diálogo com a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e com o Decreto n.º 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Brasil, desloca o foco de um patrimônio entendido como acervo "frio" para a valorização de práticas, saberes e memórias produzidos no cotidiano (Fonseca, 2005).

Nesse contexto, propõe-se realizar um inventário participativo da Festa do Doce do Povoado Alan Kardec, articulado ao levantamento da história de Avelinópolis, com vistas à produção de um livro didático ilustrado que una educação, cultura e identidade. As ações serão desenvolvidas de forma participativa, por meio de oficinas, entrevistas, rodas de conversa e registros audiovisuais com moradores, festeiros e demais sujeitos envolvidos nas festas. A questão norteadora é: como o inventário participativo pode contribuir para o registro e a valorização do patrimônio imaterial de Avelinópolis-GO, especialmente a Festa do Doce?

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando pesquisa de campo, inventário participativo e ações de educação patrimonial. O foco recai sobre a Festa do Doce do Povoado Alan Kardec e sobre o patrimônio cultural imaterial de Avelinópolis-GO, bem como sobre o levantamento da história e das memórias do município.

O trabalho organiza-se em etapas integradas. A primeira consiste na aproximação inicial e diagnóstico junto à comunidade, com apresentação pública do projeto, explicitação dos objetivos e métodos e obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes. Nessa fase, serão mapeados festeiros, músicos, lideranças e outros detentores de saberes relacionados às manifestações culturais locais, buscando construir relações de confiança e uma escuta sensível das expectativas comunitárias.

Na segunda etapa, será realizado um levantamento bibliográfico e documental, com consulta a registros históricos, administrativos e iconográficos sobre Avelinópolis e suas festas religiosas, incluindo acervos da prefeitura, arquivos paroquiais, fotografias particulares, jornais locais e registros orais anteriores. Essa etapa visa contextualizar a formação do município e a trajetória da Festa do Doce, além de identificar lacunas documentais a serem supridas pelo inventário participativo.

A terceira etapa contempla a realização de rodas de conversa intergeracionais e oficinas formativas de educação patrimonial, nas quais se trabalharão conceitos como memória social, identidade, patrimônio imaterial e território afetivo (Scifoni, 2015, 2017; Hutta, 2020). Serão utilizados elementos disparadores – receitas, fotografias, bandeiras, instrumentos musicais e objetos devocionais – para estimular narrativas e lembranças. Nesses encontros, serão desenvolvidos exercícios de cartografia afetiva, com o mapeamento coletivo de espaços significativos ligados à Festa do Doce e à história local, como cozinhas comunitárias, pátios, igrejas, pousos das folias e trajetos de cortejos.

Paralelamente, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com festeiros, foliões, organizadores e moradores antigos, registrando modos de preparo dos doces, tradições, cânticos, danças, rituais e memórias sobre a formação do município. As entrevistas serão gravadas em áudio ou vídeo, transcritas e organizadas em um banco de dados textual e audiovisual.

A pesquisa de campo incluirá, ainda, registro fotográfico e audiovisual dos preparativos e da realização da Festa do Doce, bem como de outras manifestações correlatas. A documentação buscará captar dimensões sensoriais, simbólicas e afetivas das práticas, compondo o acervo que fundamentará o inventário participativo e o material didático.

Os dados coletados – documentos históricos, entrevistas, registros orais e visuais – serão analisados, classificados e sistematizados em fichas patrimoniais participativas, em consonância com as diretrizes do IPHAN (Decreto n.º 3.551/2000). O tratamento das fontes seguirá rigor metodológico, com cruzamento de informações e validação coletiva dos conteúdos. A partir desse acervo, será elaborado um livro didático ilustrado, em linguagem acessível, articulado à Base

Realização
Parceiros
Apoio

Nacional Comum Curricular (BNCC) e construído de forma colaborativa com a comunidade, reunindo textos, imagens, receitas, cânticos, mapas afetivos e narrativas históricas. Ao final, serão realizadas ações de devolutiva e avaliação participativa para discussão, revisão e consolidação do material produzido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a pesquisa esteja em fase de implementação, é possível delinear os resultados esperados e discutidos a partir do referencial teórico. Em primeiro lugar, prevê-se a realização de um inventário participativo do patrimônio cultural imaterial de Avelinópolis-GO, com foco na Festa do Doce do Povoado Alan Kardec e no levantamento documental da história do município. Esse inventário reunirá registros escritos, orais, fotográficos e audiovisuais, constituindo uma base de consulta comunitária e educativa.

A sistematização de práticas e saberes associados à Festa do Doce – modos de preparo dos doces, organização dos banquetes, novenas, cânticos, cortejos, devoções e formas de participação – deverá evidenciar a centralidade do patrimônio alimentar e religioso na construção das identidades locais. Em diálogo com Fonseca (2005), o estudo reforça a compreensão do patrimônio como processo social e campo de disputa, no qual diferentes sujeitos e interesses negociam o que deve ser lembrado, documentado e protegido. A Festa do Doce, nesse sentido, aparece como espaço de atualização de memórias, fortalecimento de vínculos e reafirmação de pertencimentos.

A teoria da memória coletiva oferece uma chave interpretativa fundamental para a leitura das narrativas produzidas nas entrevistas e rodas de conversa (Pollack, 1989). As manifestações analisadas constituem práticas de rememoração que articulam lembranças, esquecimentos e silenciamentos. Ao lado das tradições preservadas pelas famílias fundadoras, emergem “memórias outras”, vinculadas a novos moradores e gerações, que reinterpretam a experiência da festa. O inventário participativo, ao ampliar o número de vozes envolvidas, contribui para que essas múltiplas memórias ganhem visibilidade e sejam reconhecidas como parte legítima do patrimônio local.

A noção de territórios afetivos e cartografia afetiva (Hutta, 2020) também se mostra central. Os mapas afetivos construídos nas oficinas devem evidenciar relações entre pessoas, lugares e práticas, revelando caminhos de folias, cozinhas comunitárias, pátios de festa, igrejas e outros espaços de aconchego e convivência. Ao incorporar afetos, memórias e experiências cotidianas à leitura do território, o projeto reforça uma concepção de patrimônio que ultrapassa a dimensão material e monumental, enfatizando a importância dos vínculos simbólicos e emocionais para a continuidade das tradições.

No campo da educação patrimonial, o projeto dialoga com as críticas de Scifoni (2015, 2017) e Chagas (2006) à visão transmissiva e conteudista, e aproxima-se de uma prática dialógica, participativa e decolonial (Tolentino, 2018; Chuva, 2020). As oficinas, rodas de conversa e processos de produção colaborativa do livro didático pretendem criar contextos em que os sujeitos reflitam sobre seus patrimônios, questionem hierarquias de saber e reivindiquem o direito de narrar suas

Realização
Parceiros
Apoio

próprias histórias. A experiência se articula com as proposições de Bastos (2010) e Oliveira (2011), que destacam a centralidade da participação comunitária nas ações de salvaguarda.

Espera-se, portanto, que a pesquisa produza não apenas registros documentais, mas também processos formativos e de fortalecimento do sentimento de pertencimento. A participação de diferentes gerações na produção do material didático tende a favorecer o diálogo intergeracional, a circulação de saberes e a valorização das tradições como parte constitutiva da história de Avelinópolis e do Cerrado. Do ponto de vista mais amplo, o projeto contribui para a reflexão sobre as políticas de patrimonialização no Brasil, reforçando a necessidade de metodologias que envolvam efetivamente os detentores de saberes na definição e gestão de seus patrimônios culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inventário participativo da Festa do Doce do Povoado Alan Kardec e o levantamento da história de Avelinópolis-GO propõem-se a articular pesquisa acadêmica, educação patrimonial crítica e participação comunitária. Ao compreender o patrimônio como prática social e campo de disputa, o trabalho reafirma a importância de processos de salvaguarda que valorizem as vozes e experiências dos sujeitos locais.

A produção colaborativa de um livro didático ilustrado – reunindo textos, imagens, receitas, cânticos, mapas afetivos e atividades pedagógicas – busca aproximar escolas, comunidades e pesquisadores, fortalecendo a presença da história e das tradições de Avelinópolis nos currículos e nos espaços de educação não formal. Nesse sentido, o projeto contribui para a democratização das narrativas sobre o território e para o reconhecimento das práticas culturais como parte do direito à memória.

Como encaminhamentos futuros, destacam-se a ampliação do acervo documental sobre o município, a continuidade de ações de educação patrimonial, a articulação com políticas públicas de cultura e patrimônio e a possibilidade de inspirar experiências similares em outros contextos do Cerrado. Ao registrar e valorizar a Festa do Doce e as memórias associadas, o projeto reafirma o patrimônio como território de construção de sentido, identidade e esperança para as novas gerações.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pelo apoio institucional, bem como à minha orientadora, Dra. Maria Dailza de Conceição Fagundes, pela orientação, incentivo e contribuições ao desenvolvimento da pesquisa.

Referências

BASTOS, Lídia Maria. Educação patrimonial e comunidades: desafios para a participação social. In: BRUNO, Maria Cristina (org.). **Educação patrimonial no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2010, p. 97–112.

CHAGAS, Rogério Proença. A educação patrimonial em questão: uma análise da experiência brasileira. In: BRUNO, Maria Cristina (org.). **Educação patrimonial no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2006. p. 43–70.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (org.). **Seminários DEP/FLUP**, v. 1. Porto: Universidade do Porto, 2020. p. 16–35.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

HUTTA, Jan Simon. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 2, p. 63–89, 2020.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. Educação patrimonial e memória social: contribuições para o debate. In: BRUNO, Maria Cristina (org.). **Educação patrimonial no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2010, p. 155–177.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 3–15, 1989.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, A. R. S. **Cadernos do patrimônio cultural:** educação patrimonial, v. 1. Fortaleza: Secultfor/Iphan, 2015. p. 195–205.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5–24, 2017.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés,** v. 1, n. 1, p. 41–46, 2018.

GALERIA DE ARTES ANTÔNIO SIBASOLLY: CURADORIA, NARRATIVAS VISUAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DA ARTE NO CERRADO

Sandra Rodart Araújo
sandra.araujo@ueg.br, Professora Adjunta da Unidade CSEH – Nelson de Abreu Júnior

INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra as atividades iniciais da pesquisa de estágio pós-doutoral desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás, intitulada "Galeria de Artes Antônio Sibasolly: curadoria como narrativa e difusão da produção artística do Cerrado". A investigação encontra-se em sua fase inicial e tem como objetivo analisar as práticas curatoriais, as exposições e a produção documental da Galeria de Artes Antônio Sibasolly, localizada em Anápolis (GO), compreendendo-as como dispositivos de construção de narrativas no campo das artes visuais e da cultura visual.

A proposta dialoga diretamente com a temática do III Festival do Cerrado, uma vez que busca compreender e valorizar as manifestações artísticas produzidas no contexto do Cerrado brasileiro, tomando como objeto de investigação um dos mais importantes espaços de difusão das artes visuais em Goiás. Ao investigar exposições, textos curatoriais, catálogos, editais e demais documentos produzidos pela Galeria, pretende-se refletir sobre os processos de circulação, visibilidade e recepção das produções artísticas vinculadas ao território do Cerrado.

Inaugurada em 1982, a Galeria de Artes Antônio Sibasolly consolidou-se como um importante equipamento cultural público, responsável pela promoção de exposições, realização de editais e incentivo à produção artística regional e nacional. Além de seu papel expositivo, a instituição tornou-se um espaço de preservação da memória artística local e de articulação entre artistas, curadores, gestores culturais e público.

A pesquisa parte da compreensão de que a curadoria ultrapassa sua dimensão técnica de organização de exposições, constituindo-se como prática narrativa capaz de produzir sentidos, selecionar memórias, organizar visibilidades e orientar formas de recepção das obras. Nesse sentido, as exposições são entendidas como construções

Realização
Parceiros
Apoio

discursivas que articulam diferentes temporalidades, experiências e interpretações sobre a arte.

Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com as contribuições da História Cultural e da Cultura Visual, especialmente a partir das reflexões de Roger Chartier (1990; 2002), Walter Benjamin (1991), Jacques Rancière (2005; 2017), Jeanne Marie Gagnebin (2006) e Hans Robert Jauss (1994). Esses autores permitem compreender a produção artística não apenas como objeto estético, mas como fenômeno cultural atravessado por processos de mediação, recepção e construção histórica.

A investigação busca responder à seguinte questão: de que maneira as práticas curatoriais e expositivas da Galeria de Artes Antônio Sibasolly contribuem para a construção de narrativas sobre a arte produzida no Cerrado e para a constituição de uma história das artes visuais na região?

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, articulando procedimentos documentais, bibliográficos e estudo de caso. O recorte empírico concentra-se na Galeria de Artes Antônio Sibasolly, instituição que, ao longo de mais de quatro décadas de atuação, acumulou significativo acervo documental relacionado à produção artística e às políticas culturais do estado de Goiás.

Inicialmente, está sendo realizado o levantamento e a sistematização do acervo documental da Galeria, composto por catálogos, textos curatoriais, projetos expositivos, materiais de divulgação, editais, fotografias, relatórios institucionais e registros das exposições promovidas pela instituição.

Em seguida, esses documentos serão analisados a partir de categorias como memória, tempo, visibilidade, recepção e narrativa. Para a discussão sobre memória e temporalidade, mobilizam-se especialmente as reflexões de Walter Benjamin (1991) e Jeanne Marie Gagnebin (2006). Já as discussões acerca da recepção e da produção de sentidos dialogam com Roger Chartier (1990; 2002), Hans Robert Jauss (1994) e Wolfgang Iser.

Também serão analisados os editais e mecanismos de financiamento que possibilitaram a realização das exposições, buscando compreender como as políticas

públicas de cultura interferem na constituição das narrativas curatoriais e nos regimes de visibilidade da arte produzida no contexto do Cerrado.

Por fim, a pesquisa pretende produzir novas narrativas sobre o acervo expositivo da Galeria por meio da elaboração de textos críticos, artigos científicos e materiais de divulgação que possam ampliar o acesso às informações e estimular novas investigações sobre as artes visuais em Goiás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a investigação encontre-se em sua fase inicial, o levantamento preliminar do acervo já permite identificar a relevância da Galeria Antônio Sibasolly para a consolidação das artes visuais em Goiás e para a difusão da produção artística vinculada ao Cerrado.

Os documentos analisados indicam que a Galeria desempenha papel fundamental na formação de públicos e na promoção de artistas locais, regionais e nacionais. A realização contínua de editais e programas de exposições evidencia a constituição de um espaço institucional que articula políticas públicas, produção artística e circulação cultural.

Observa-se ainda que os textos curatoriais e os materiais expositivos não apenas acompanham as obras apresentadas, mas atuam na produção de sentidos sobre elas. Nesse contexto, a curadoria emerge como prática discursiva capaz de selecionar temas, estabelecer relações entre obras, construir narrativas e orientar experiências de recepção.

Outro aspecto identificado refere-se à importância da documentação produzida pela Galeria. Catálogos, registros fotográficos, textos críticos e materiais de divulgação constituem um conjunto documental que permite acompanhar transformações estéticas, temáticas e institucionais ocorridas ao longo do tempo. Esse material apresenta potencial significativo para a construção de uma história das artes visuais no Cerrado, especialmente diante da ainda reduzida produção historiográfica sobre o tema.

As análises iniciais também sugerem que as exposições realizadas pela Galeria funcionam como espaços de elaboração simbólica das experiências sociais e culturais da região. As obras e narrativas curatoriais frequentemente dialogam com questões relacionadas ao território, à memória, à identidade, à paisagem e às transformações do

Cerrado, revelando a potência das artes visuais como forma de interpretação do mundo social.

Nesse sentido, a pesquisa reforça a compreensão de que a história da arte no Cerrado não pode ser construída apenas a partir das obras ou dos artistas, mas também por meio dos processos de mediação, circulação e recepção que possibilitam sua visibilidade pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em desenvolvimento busca contribuir para os estudos sobre artes visuais, cultura visual e história da arte no Cerrado, tomando a Galeria de Artes Antônio Sibasolly como espaço privilegiado de observação das relações entre produção artística, curadoria e políticas culturais. Ao enfatizar o papel das narrativas curatoriais na construção de sentidos e na organização da memória artística regional, o estudo pretende ampliar a compreensão sobre os modos pelos quais a arte é produzida, difundida e apropriada socialmente.

A participação no III Festival do Cerrado mostra-se particularmente relevante, pois possibilita compartilhar os resultados iniciais de uma investigação que se dedica justamente à análise das manifestações artísticas vinculadas ao território do cerrado. Ao refletir sobre a produção e a circulação das artes visuais na região, o trabalho contribui para o fortalecimento dos debates sobre patrimônio cultural, memória, identidade e criação artística no Cerrado.

Espera-se que os desdobramentos da pesquisa possam colaborar para a valorização dos acervos artísticos locais, para a ampliação da documentação sobre as artes visuais em Goiás e para a construção de novas perspectivas de interpretação da arte produzida no Cerrado brasileiro.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás, pelo apoio institucional e pela oportunidade de realização do estágio pós-doutoral que dará início a esta investigação.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter**. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

OBRIST, Hans Ulrich. **Caminhos da curadoria**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

TECENDO SABERES, CONSTRUINDO FUTUROS:

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA – PERSPECTIVAS A PARTIR DO CERRADO

Autor(a): Meiriele Malta Neves

Orientador(a): Auristela Afonso da Costa

Palavras-chave: Educação Ambiental; Cerrado; Território; Sustentabilidade; Justiça socioambiental.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a intensificação da crise ambiental global — expressa pela degradação do meio ambiente, pelas mudanças climáticas e pelo avanço de modelos econômicos predatórios — tem colocado em evidência a urgência de repensar as relações entre sociedade e natureza. Nesse cenário, a Educação Ambiental (EA) consolida-se como dimensão essencial da formação humana, assumindo papel estratégico na construção de uma consciência crítica, ética e territorialmente comprometida com a sustentabilidade.

No contexto brasileiro, a institucionalização da Educação Ambiental por meio da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e sua incorporação às diretrizes curriculares, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e a Base Nacional Comum Curricular (2017), reforçam a necessidade de que o tema seja tratado de forma transversal, interdisciplinar e articulada à realidade local. Entretanto, apesar dos avanços legais e teóricos, persistem desafios quanto à efetiva integração da Educação Ambiental no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à valorização dos territórios e biomas onde as escolas estão inseridas.

É nesse contexto que se insere o presente estudo, vinculado à linha de pesquisa **Análise Ambiental do Cerrado** do PPGEO-UEG, cujo foco recai sobre a relação entre Educação Ambiental e o Cerrado no âmbito escolar.

Realização
Parceiros
Apoio

Diante desse cenário, emerge a seguinte problemática: **de que maneira a Educação Ambiental é abordada nos documentos institucionais mais precisamente na rede de ensino pública no município de Santa Fé de Goiás localizada no Cerrado, e em que medida essas orientações contribuem para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a sustentabilidade e a valorização territorial?**

.

Assim, este resumo expandido apresenta os fundamentos teóricos, metodológicos e analíticos de uma pesquisa de natureza qualitativa e documental, que busca compreender como o Cerrado é representado nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), planos de ensino e regimentos escolares das instituições da rede de ensino pública de Santa Fé de Goiás – GO. Ao articular Educação Ambiental Crítica e Epistemologia Ambiental, o estudo pretende contribuir para o fortalecimento de práticas educativas territorializadas, capazes de promoverem pertencimento ecológico, justiça socioambiental e construção de futuros sustentáveis.

Objetivo Geral

Compreender como a Educação Ambiental é abordada e representada nos documentos institucionais das escolas públicas localizadas no Cerrado, prioritariamente na rede de ensino público município de Santa Fé de Goiás (GO), investigando suas contribuições e limitações para a formação de sujeitos ecológicos comprometidos com a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

Objetivos Específicos

1. "Mapear e inter-relacionar os principais documentos normativos (PNEA, BNCC, PCN) e conceitos teóricos da Epistemologia Ambiental que embasam a Educação Ambiental no Brasil."
2. Identificar, nos documentos institucionais escolares (PPP, planos de ensino e regimentos), as menções, conceitos e práticas associadas à Educação Ambiental.
3. Examinar como o bioma Cerrado é representado nesses documentos, considerando suas dimensões ecológicas, culturais, históricas e territoriais, conforme destaca Enrique Leff, **"a questão ambiental implica a valorização dos saberes locais e das racionalidades culturais na construção de novos sentidos**

Realização
Parceiros
Apoio

para a relação sociedade-natureza" (LEFF, 2001, p. 56), o que reforça a importância de uma abordagem territorial e histórica nos documentos educacionais.

4. Analisar as concepções pedagógicas predominantes de Educação Ambiental (crítica, conservadora, interdisciplinar ou pontual) presentes nos textos institucionais, como afirma Carlos Frederico Bernardo Loureiro, **"a educação ambiental crítica busca compreender as relações socioambientais em sua totalidade, articulando natureza, cultura e processos históricos"** (LOUREIRO, 2004, p. 78). .
5. Evidenciar possíveis lacunas, silenciamentos ou fragilidades na articulação entre Educação Ambiental e a realidade socioambiental do Cerrado.
6. Propor reflexões e recomendações teórico-pedagógicas que contribuam para o fortalecimento de uma Educação Ambiental crítica, contextualizada e comprometida com a valorização do Cerrado.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em abordagem bibliográfica e documental. O estudo não envolve contato direto com seres humanos, concentrando-se na análise de documentos institucionais escolares como fonte principal de dados.

O corpus documental é composto por Projetos Político-Pedagógicos (PPP), planos de ensino, regimentos escolares e demais registros institucionais na rede de ensino pública localizadas no município de Santa Fé de Goiás (GO), território inserido no Cerrado. A seleção dos documentos ocorre de forma intencional, considerando sua relevância, disponibilidade pública e relação com a temática da Educação Ambiental.

A análise dos dados será realizada por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta de Bardin, contemplando etapas de leitura exploratória, categorização temática, sistematização das informações e interpretação crítica dos resultados. As categorias analíticas centrais incluem Educação Ambiental, Cerrado, sustentabilidade, território e pertencimento socioambiental.

Espera-se, com isso, identificar potencialidades, lacunas e desafios na inserção da Educação Ambiental nos contextos escolares do Cerrado, contribuindo para reflexões teórico-pedagógicas que fortaleçam práticas educativas comprometidas com a sustentabilidade, a justiça socioambiental e a valorização dos saberes locais.

RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais desta pesquisa concentram-se, até o momento, no levantamento e análise preliminar das referências bibliográficas e documentais relacionadas à Educação Ambiental no contexto escolar e à valorização do Cerrado. A revisão teórica evidencia que a Educação Ambiental crítica vem sendo amplamente discutida como prática pedagógica voltada à formação de sujeitos ecológicos e socialmente comprometidos, destacando a necessidade de abordagens interdisciplinares, contextualizadas e territorializadas.

Os estudos analisados apontam que, embora existam avanços nas políticas públicas educacionais brasileiras — como a Política Nacional de Educação Ambiental(Brasil,1999.) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil,2017.) —, ainda persistem desafios quanto à efetiva integração da temática ambiental nos currículos escolares. Frequentemente, a Educação Ambiental aparece de forma pontual, conservacionista ou desarticulada das dimensões sociais, culturais e territoriais, o que pode limitar seu potencial formativo crítico.

No que se refere especificamente ao Cerrado, a literatura evidencia a importância ecológica, hídrica e sociocultural do bioma, bem como os impactos decorrentes da expansão agropecuária, das monoculturas e da degradação ambiental. Contudo, observa-se relativa lacuna de estudos que investiguem como o Cerrado é incorporado nos documentos institucionais escolares, especialmente em contextos regionais como o interior de Goiás.

Esses achados preliminares reforçam a pertinência da pesquisa e indicam a necessidade de aprofundar a análise documental das escolas da rede de ensino pública de Santa Fé de Goiás (GO), buscando compreender como a Educação Ambiental é efetivamente representada e quais suas contribuições para a construção de uma consciência socioambiental crítica e territorializada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERREIRA, Lúcia; ROCHA, Paulo. *Socioambientalismo e Cerrado: desafios para a sustentabilidade*. Goiânia: UFG, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2020.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental no contexto escolar: um balanço para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Quartet, 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SATO, Michèle. *Educação ambiental: uma perspectiva crítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Rita de Cássia. *Cerrado e educação: perspectivas para o ensino da sustentabilidade*. Goiânia: UEG, 2020.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

A MEMÓRIA SILENCIADA: EXPERIÊNCIA POPULAR EM MUSEU DA REVOLUÇÃO, DE JOÃO PAULO BORGES COELHO

Larissa Lopes Ferreira
larissalopesf12@gmail.com, UEG – UnUCSEH
Josilene Silva Campos
josicampos@ueg.br, UEG – UnUCSEH

INTRODUÇÃO

Na pesquisa histórica, é necessário considerar que a produção literária é um fenômeno social que exprime seu tempo, alude sobre a experiência humana e sua relação orgânica com os fatores sociais, políticos, históricos e psíquicos. Enquanto produto social, é um espaço privilegiado de acesso a uma temporalidade transcorrida que nos permite entrever as tensões, conflitos, desejos da sociedade, um tipo de narrativa marcada pela historicidade. Por essas particularidades, "a produção literária revela todo o seu potencial como documento, como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações que incorporam a história em todos os seus aspectos" (Sevcenko, 1989, p. 246). Sublinhe- se ainda, na esteira do alerta de Chalhoub e Pereira, que "refletir sobre literatura na perspectiva da história social significa, já de início, adotar um pressuposto necessariamente materialista de análise" (Chalhoub; Pereira, 1998, p.7).

Há de sublinhar também que a literatura é uma evidência de um tempo transcorrido, socialmente localizado. Nesse sentido, é importante colocar a narrativa em perspectiva histórica, "inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar [...] a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social" (Chalhoub; Pereira, 1998, p.7). A literatura fala do seu tempo, carrega elementos do seu contexto social e dos agentes sociais que são contemporâneos à sua criação; possuidora de um sentido histórico, produz um tipo de conhecimento sobre a sociedade.

Nesse sentido, a literatura produzida por João Paulo Borges é um importante documento social, sobretudo por sua narrativa se ater a questões sensíveis ligadas à realidade de um Estado Moçambicano marcado por tensões. O romance Museu da revolução nos apresenta um tipo de memória sobre o imediato pós independência que se afasta das versões oficiais produzidas pela FRELIMO. Acessamos um tipo de narrativa que não corresponde ao sucesso da revolução, que possui pouca identificação com as referências heroicas do partido. A experiência apresentada não é a do triunfo político, mas, a da resistência cultural da população.

METODOLOGIA

Os resultados obtidos após a leitura e análise de Museu da Revolução mostram que a obra confronta a versão da memória oficial. Em vez de narrar o triunfo político, o foco recai sobre a resistência cultural e a marginalização das experiências populares, dando voz às narrativas que foram silenciadas pelo projeto nacionalista unipartidário

Realização
Parceiros
Apoio

da FRELIMO. Ao articular a história com a ficção, Borges Coelho faz da literatura um instrumento para a recuperação de histórias silenciadas da revolução moçambicana.

O estudo foi conduzido a partir de uma abordagem qualitativa alinhado à pesquisa bibliográfica que privilegiou a análise das categorias narrativas presentes na obra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da obra Museu da Revolução demonstra que a especificidade do tema reside na crítica à idealização da FRELIMO e à narrativa oficial, conforme apontado na introdução. O romance é construído por meio de estratégias narrativas como a polifonia e os fragmentos de memórias que, ao se chocarem, desconstroem o roteiro inalterável da história oficial. A narrativa utiliza o simbolismo de espaços e objetos, como o museu (espaço da memória pública e oficial) e a van Toyota Hiace (espaço da memória popular, em movimento e fragmentada, a "chapa" em Moçambique), para mediar as memórias excluídas. Os resultados obtidos após a leitura de Museu da Revolução mostram que a obra confronta a versão da memória oficial. Em vez de narrar o triunfo político, o foco recai sobre a resistência cultural e a marginalização das experiências populares, dando voz às narrativas que foram silenciadas pelo projeto nacionalista unipartidário da FRELIMO. Ao articular a história com a ficção, Borges Coelho faz da literatura um instrumento para a recuperação de histórias subterrâneas da revolução moçambicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi compreender as representações da luta de libertação nacional presentes na obra Museu da Revolução, de João Paulo Borges Coelho. O principal problema da pesquisa buscou entender como a obra confronta a memória política oficial da FRELIMO.

Nesse sentido, a principal contribuição deste estudo foi demonstrar o potencial da literatura, especificamente do romance analisado, em desconstruir a memória triunfalista e heroica da FRELIMO e dar visibilidade às narrativas populares e à pós-memória, atuando como um contraponto à história hegemônica.

O fato dessa pesquisa está direcionada para a análise de apenas uma obra literária e seu contexto histórico imediato limitou a possibilidade de um estudo comparativo mais amplo com outras obras do autor ou de outros escritores moçambicanos que tratam do período.

A literatura moçambicana, através do olhar de João Paulo Borges Coelho, oferece um portal para a memória subterrânea do país, provando que, no embate entre a História oficial e as estórias populares, a resistência se inscreve na cultura.

Realização
Parceiros
Apoio

Referências

BRAGANÇA, Aquino de & DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique. Estudos Moçambicanos, n. 5/6, 1986, p. 29-52.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, L. A. de M. (Orgs.). A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COELHO, João Paulo Borges. Museu da Revolução. São Paulo: Kapulana, 2022.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa. Cadernos CESPUC de Pesquisa, 2008.

MACHADO, Andressa da Silva. Desventuras do Pós-Independência em Moçambique: Nacionalismo, Guerra Civil e Memória Coletiva. Clio: Revista de Pesquisa Histórica, v. 40, n. 2, 2022.

RIBEIRO, Margarida Calafate; RODRIGUES, M. F. A. As Estórias dentro da História: mapeando a nação no Museu Da Revolução de João Paulo Borges Coelho. Gragoatá, v. 27, n. 59, 2022.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François, Luiza Helena Andrade, Marcelo Perine. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 246.

ZANFELICE, Gabriela Beduschi. Museu da revolução, de João Paulo Borges Coelho. ComCiência, n. 250, 2023.

AROMATERAPIA E BIODIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DOS ÓLEOS ESSENCIAIS DE ESPÉCIES DO CERRADO PARA PRÁTICAS INTEGRATIVAS

Flávia Gabriela Barbosa Siqueira
flaviagabrielasiqueira@yahoo.com.br, Universidade Estadual de Goiás
Giuliana Muniz Vila Verde
Giuliana.muniz@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Jean Carlos Vieira Santos
svcjean@yahoo.com.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro é reconhecido como um dos biomas de maior biodiversidade do planeta, sendo considerado um dos biomas de maior biodiversidade do mundo, para conservação devido à elevada riqueza de espécies e ao intenso processo de degradação ambiental que sofre nas últimas décadas (Myers *et al*., 2000). Esse bioma abriga milhares de espécies vegetais nativas com potencial medicinal, aromático e terapêutico, e utilizadas historicamente por comunidades tradicionais em práticas populares de cuidado e saúde (Ribeiro; Walter, 2008). Além do valor ecológico, o Cerrado possui importante dimensão sociocultural, pois reúne conhecimentos ancestrais relacionados ao uso destas plantas medicinais, reforçando vínculos culturais e formas tradicionais de utilização sustentável dos recursos naturais (Guarim Neto; Morais,2003).

A aromaterapia se destaca como uma prática integrativa e complementar em saúde que utiliza óleos essenciais extraídos de plantas aromáticas com finalidade terapêutica, promovendo equilíbrio físico, emocional e mental (Silva; Carvalho, 2020). No Brasil, a aromaterapia foi incorporada à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, fortalecendo a valorização de cuidados naturais e ampliando possibilidades de atenção humanizada. A utilização de óleos essenciais em práticas terapêuticas também favorece a aproximação entre ciência, saberes populares e biodiversidade, contribuindo para a valorização do patrimônio natural brasileiro (Brasil,2018).

Diversas espécies vegetais do Cerrado apresentam potencial para produção de óleos essenciais com propriedades farmacológicas relevantes. Estudos envolvendo espécies do gênero *Baccharis, Hyptis, Lippia, Xylopia* e *Eugenia* evidenciam a

Realização
Parceiros
Apoio

presença de compostos bioativos com atividades anti-inflamatórias, antioxidantes e antimicrobianas (Cascaes *et al.*, 2021). O óleo essencial de *Baccharis dracunculifolia,* (Alecrim-do-campo) por exemplo, apresenta significativa ação anti-inflamatória e antiedematogênica, sendo amplamente estudado para aplicações terapêuticas e farmacêuticas (Ferrari et al., 2016).

A investigação científica e o uso responsável das espécies nativas não apenas validam os saberes tradicionais, mas também impulsionam a bioeconomia local. Espécies com alta aptidão aromática concentram-se em famílias ricas em óleos essenciais e compostos bioativos, com destaque para as famílias Lamiaceae, Myrtaceae, Verbenaceae, Annonaceae e Asteraceae. O estudo aprofundado dessas propriedades viabiliza o desenvolvimento de fragrâncias, cosméticos e fitoterápicos, gerando cadeias de valor sustentáveis para as comunidades extrativistas. Além dos benefícios terapêuticos, os óleos essenciais de espécies do Cerrado apresentam relevância econômica e ambiental, especialmente para comunidades locais que dependem do extrativismo sustentável e do cultivo de plantas medicinais como fonte de renda e conservação cultural. O uso responsável desses recursos pode contribuir para estratégias de bio-econômicas sustentável, incentivando práticas de gestão ecológica e conservação da biodiversidade regional (ISPN, 2020).

Outro aspecto relevante refere-se à crescente busca da população por terapias naturais e integrativas, impulsionada pela necessidade de abordagens mais humanizadas e preventivas em saúde. A aromaterapia, associada ao uso de espécies medicinais do Cerrado, representa uma possibilidade de integração entre bases científicos e práticas tradicionais, favorecendo cuidado integral e qualidade de vida (Hur et al., 2014). Ademais, a utilização sustentável de plantas aromáticas pode estimular pesquisas voltadas ao desenvolvimento de novos produtos fitoterápicos, cosméticos e terapêuticos de origem natural.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, realizada por meio do levantamento e análise de artigos científicos, documentos oficiais e publicações relacionadas à aromaterapia, às plantas medicinais do Cerrado e às práticas integrativas em saúde (Brasil, 2018).

Foram selecionados materiais que abordam o uso tradicional de espécies nativas do Cerrado, propriedades terapêuticas e o potencial dos óleos essenciais na atenção á saúde (Lorenzi; Matos, 2021). Verificou-se também, estudos relacionados à conservação da biodiversidade, aos saberes populares e às políticas públicas voltadas às práticas integrativas e complementares em saúde (Guarim Neto; Morais, 2003). A pesquisa buscou relacionar o uso dos óleos essenciais, a valorização dos saberes tradicionais e a importância da conservação ambiental do bioma Cerrado (Ribeiro; Walter, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados demonstram que os óleos essenciais obtidos de espécies do Cerrado possuem significativo potencial terapêutico e cultural, sendo utilizados em práticas integrativas voltadas ao cuidado físico e emocional (Silva; Carvalho, 2020). As espécies da família *Asteraeceae* do gênero *Baccharis* apresentam ampla diversidade química e atividades biológicas, incluindo propriedades anti-inflamatórias e antioxidantes (Cascaes *et al.*, 2021).

O óleo essencial de *Baccharis dracunculifolia* demonstrou efeitos anti-inflamatórios relevantes, reforçando seu potencial terapêutico em práticas integrativas (Ferrari *et al*., 2016). Da mesma forma, pesquisas envolvendo a a família *Lamiaceae,* do gênero *Hyptis*, segundo Falcão e Menezes (2003), espécies do gênero *Hyptis* apresentam importância farmacológica devido a riqueza em compostos bioativos e a família *Verbenaceae*, do gênero *Lippia* de acordo com Pascual *et al*.(2001), o gênero *Lippia* compreende plantas aromáticas ricas em óleos essenciais, amplamente utilizados na medicina tradicional devido as suas propriedades antimicrobianas.

No âmbito da família *Myrtaceae* destaca-se pelos gêneros *Eugenia* e *Myrcia* representado pela Pitanga e Cagaita. (Oliveira *et al.*,2018). Suas folhas possuem glândulas translúcidas onde se concentram óleos essenciais de aroma intenso, refrescante e adocicado. Já a família *Annonaceae* tem como expoente a pimenta-de-macaco (*Xylopia aromatica*). Esta espécie apresenta uma identidade olfativa que remete diretamente a especiarias como o cravo e a pimenta, justificando seu uso tradicional como condimento regional e seu potencial para a extração de voláteis (SILVA *et a*l.,2015).

Realização
Parceiros
Apoio

Os resultados evidenciam que a valorização da aromaterapia com espécies nativas pode contribuir para a conscientização ambiental, para o fortalecimento da sociobiodiversidade do Cerrado e para a preservação dos saberes tradicionais associados às plantas medicinais (Guarim Neto; Morais, 2003). Nesse sentido, práticas sustentáveis de manejo e utilização das espécies tornam-se fundamentais para garantir a conservação do bioma e a continuidade dos saberes populares (Ribeiro; Walter, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os óleos essenciais de espécies do Cerrado possuem relevante potencial para contribuir com práticas integrativas de saúde, promovendo bem-estar e valorizando os conhecimentos tradicionais relacionados ao uso das plantas medicinais (Brasil, 2018).

O estudo também evidencia a importância da preservação da biodiversidade do Cerrado e do reconhecimento dos saberes populares construídos historicamente pelas comunidades tradicionais (Guarim Neto; Morais, 2003). A integração entre práticas terapêuticas, sustentabilidade e valorização cultural fortalece a relação entre cuidado, território e conservação ambiental (Ribeiro; Walter, 2008).

Dessa forma, torna-se necessário ampliar estudos, ações educativas e iniciativas de valorização das espécies nativas do Cerrado, contribuindo para a preservação do bioma e para o fortalecimento das práticas integrativas baseadas nos recursos naturais e nos conhecimentos tradicionais (Lorenzi; Matos, 2021).

AGRADECIMENTOS

Ao PPGTECCER, à PRP-UEG pelo suporte financeiro aos laboratórios de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CASCAES, Márcia M. et al. Constituents and biological activities of Baccharis essential oils. Phytochemistry Reviews, v. 20, n. 1, p. 201-225, 2021.

Realização
Parceiros
Apoio

FALCÃO, D. Q.; MENEZES, F. S. Revisão etnofarmacológica, farmacológica e química do gênero Hyptis. Revista Brasileira de Farmacognosia, v. 13, p. 69–74, 2003.

FERRARI, Franciane C. et al. Efeito antiedematogênico e anti-inflamatório do óleo essencial de Baccharis dracunculifolia DC (Asteraceae). Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v. 18, n. 2, p. 432-441, 2016.

GUARIM NETO, Germano; MORAIS, Rosângela G. Recursos medicinais do Cerrado: saberes e práticas populares. Cuiabá: EdUFMT, 2003.

HUR, M.-H. et al. Aromatherapy for stress reduction in healthy adults: a systematic review and meta-analysis of randomized clinical trials. Maturitas, v. 79, n. 4, p. 362–369, 2014. DOI: 10.1016/j.maturitas.2014.08.006.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN). Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN: Cerrado e sociobiodiversidade. Brasília, 2020.

LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 3. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2021.

MYERS, N. Et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, 2000.

OLIVEIRA, Danielle C. S. de et al. Chemical Composition, Antimicrobial and Antioxidant Activities of Eugenia Dysenterica DC Essential Oil. Emerging Science Journal, v. 2, n. 6, p. 408-415, Dec. 2018. Disponível em: https://www.ijese.org/.

OLIVEIRA, Gisele A. et al. Anxiolytic-like effect of the essential oil from Pterodon emarginatus seeds in mice. Biomedicine & Pharmacotherapy, v. 121, p. 109-118, 2020.

PASCUAL, M. E.; SLOWING, K.; CARRETERO, E.; SÁNCHEZ MATA, D.; VILLAR, A. Lippia: traditional uses, chemistry and pharmacology: a review. Journal of Ethnopharmacology, v. 76, n. 3, p. 201–214, 2001.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de. Cerrado: ecologia e flora. Brasília: Embrapa, 2008.

SILVA, L. E. et al. Plantas do Gênero Xylopia: Composição Química e Potencial Farmacológico. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Campinas, v. 17, n. 4, supl. I, p. 814-826, 2015.

SILVA, Maria Aparecida; CARVALHO, Paulo Eduardo. Aromaterapia e práticas integrativas: contribuições terapêuticas dos óleos essenciais. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v. 22, n. 3, p. 45-58, 2020.

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO RÁPIDA E PARTICIPATIVA EM ZONAS RIPÁRIAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA ADAPTADA AO CERRADO

Lázaro Ignacio da Silva Costa
lazarois.costa@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Cora Coralina/PPGEO
Nicole Cardoso Avelar
nicoleavelar1@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO
Ellen Rízia Oliveira Lino
rizia.ellen@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Cora
Thamy Vanessa do Carmo Silva
thamyvcsilva@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Cora Coralina/PPGEO
Cássio Yan Faleiro Silva
cassioyf@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás - (UEG) - Campus Cora Coralina/PPGEO

INTRODUÇÃO

A Geografia, e sua análise integrada da paisagem, são fundamentais para compreender a dinâmica dos sistemas ambientais. Segundo Ab'Sáber (2003), a compreensão dos domínios morfoclimáticos exige uma leitura que articule aspectos estruturais e dinâmicos do meio físico. Conforme Souza et al. (2020) descrevem, o Cerrado, como o segundo maior bioma brasileiro, abriga as nascentes de grandes bacias hidrográficas e apresenta uma geodiversidade única. No entanto, de acordo com Klink e Machado (2005) e Lima e Silva (2005), mesmo o Cerrado sendo reconhecido como o "berço das águas" do Brasil, enfrenta pressões antrópicas crescentes devido à expansão da fronteira agrícola e pecuária, intensificação do uso do solo, provocando processos de degradação ambiental, o que demanda ferramentas de monitoramento ágeis.

As Áreas de Preservação Permanente (APP), embora legalmente protegidas, Bressiani (2016) ressalta que a delimitação meramente métrica das APPs muitas vezes não garante o pleno equilíbrio ecológico. Dessa forma, justifica-se o uso do conceito de Zonas Ripárias, pois, conforme Kobiyama (2003), que se refere à espaços tridimensionais que integram vegetação, solo e corpo hídrico, desempenhando funções ecológicas vitais como a recarga de aquíferos.

Ademais, diante da limitação de recursos em órgãos ambientais relatada por Costa (2021), o objetivo central desta pesquisa, ao propor um protocolo específico de análise ambiental para o Cerrado, conforme Souza (2024), é contribuir para democratização do conhecimento técnico-científico, permitindo que, além de órgãos ambientais, estudantes e comunidades locais atuem como protagonistas na avaliação da integridade ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa visa adotar uma abordagem qualitativa e aplicada, onde, segundo Costa (2021), a estrutura consiste na adaptação de protocolos pré-existentes, como os

Realização
Parceiros
Apoio

RBPs (*Rapid Bioassessment Protocols*) descritos por Barbour et al. (1999), ajustando-os às especificidades do Cerrado. Com foco na análise participativa, a pesquisa baseia-se na Lei Federal n° 9.433/97, denominada Lei das Águas, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), onde preconiza que as diretrizes para a criação do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos sejam baseadas no modelo de gestão participativa.

Os parâmetros fundamentam-se em aspectos biofísicos e antrópicos, integrando indicadores fitofisionômicos, pedológicos e hidrológicos:

1. Fitofisionomias: De acordo com Ribeiro e Walter (2008), a identificação deve abranger formações florestais (Mata de Galeria), savânicas (Cerrado *stricto sensu*) e campestres.
2. Solos: Conforme Reatto et al. (2008), avaliam-se Latossolos, Plintossolos e a fragilidade ambiental associada à erosão, assoreamento etc.
3. Interferência: Segundo Klink e Machado (2005), considera-se a presença de espécies exóticas invasoras, como as do gênero *Urochloa* e *Brachiaria*, além de atividades antrópicas.

O protocolo utilizará uma escala de pontuação (Notas 1, 5 e 10) baseada em Machado e Vidal (2006) para os parâmetros estabelecidos. Conforme Hannaford et al. (1997), a aplicação envolverá a capacitação prévia de voluntários com e sem formação técnica para validação do protocolo. O registro espacial será realizado via smartphone e integrado em ambiente SIG (QGIS) com datum SIRGAS 2000, seguindo a metodologia de Costa (2021). Além disso, os resultados da pesquisa serão apresentados em gráficos tipo "radar", propostos por Altieri e Nicholls (2002), a fim de facilitar a visualização holística das análises ambientais dos ecossistemas, promovendo o engajamento social necessário para a defesa deste *hotspot* de biodiversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adaptação do protocolo poderá ser eficaz na identificação de perturbações no Cerrado. Exemplos disso é, conforme abordado por Costa (2021), em áreas de uso agropecuário os parâmetros de "interferência antrópica" apresentaram as menores notas, refletindo o desmatamento da vegetação ripária. Por outro lado, o parâmetro de "atividade microbiológica do solo", verificado através da efervescência de água oxigenada conforme sugerido pela Embrapa (2006), demonstra ser um indicador prático para leigos.

A pesquisa analisará, conforme Costa (2021), se haverá discrepâncias significativa entre resultados de especialistas e voluntários leigos, avaliando a viabilidade do protocolo de avaliação rápida como método participativo. Ademais, a utilização do gráfico tipo radar permitiu uma visualização didática: a cor vermelha sinaliza situações críticas e a verde representa áreas preservadas, conforme o modelo de Altieri e Nicholls (2002). No contexto goiano, o protocolo considerará captou a influência da sazonalidade descrita por Reatto et al. (2008) na composição da serapilheira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa da pesquisa é que um Protocolo de Avaliação Rápida e Participativa (PAR)de Zonas Ripárias, adaptado ao Cerrado, constitua uma importante ferramenta e método complementar viável, de simples aplicação, que exige baixo conhecimento

Realização
Parceiros
Apoio

técnico prévio dos utilizadores, de baixo custo, válida cientificamente, essencial para análise ambiental. Dessa forma, poderá atender a demanda por métodos científicos acessíveis que permitam o monitoramento por comunidades tradicionais, valorizando o Cerrado goiano, além de ampliar a democratização do conhecimento para a conservação do bioma.

Espera-se, também, que a aplicação participativa do protocolo promova importantes apontamentos e discussões, para a geração de resultados sejam construídos democraticamente a partir da integração, engajamento e participação dos envolvidos. Além disso, as possíveis observações e sugestões apresentadas pelos voluntários, durante as discussões em grupo e no questionário de avaliação do protocolo, serão utilizadas para a adequação das descrições e definições dos parâmetros e critérios.

Assim, as contribuições subsidiarão estudos com o objetivo de mitigar possíveis dificuldades por parte dos avaliadores, simplificando o protocolo e potencializando sua aplicabilidade e eficácia na geração de dados. Este poderá ser um importante instrumento de educação ambiental e de democratização no acesso do conhecimento pela participação social nas tomadas de decisões que permeiam as questões ambientais.

Referências

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Un método agroecologico rapido para la evaluación de la sostenibilidad de cafetales. **Manejo integrado de Plagas y Agroecologia**, n. 64, 2002.

BARBOUR, M. T. et al. **Rapid bioassessment protocols for use in streams and wadeable rivers**. Washington, DC: EPA, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a política nacional de recursos hídricos, cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm. Acesso em: 01 jun. 2026.

CALLISTO, M. et al. Aplicação de um protocolo de avaliação rápida da diversidade de habitats em atividades de ensino e pesquisa (MG-RJ). **Acta Limnologica Brasiliensia**, v. 14, n. 1, 2002.

COSTA, L. I. S. **Protocolo de avaliação rápida e participativa de zonas ripárias**. São João da Barra: IFF, 2021.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, 2005.

REATTO, A. et al. Solos do Bioma Cerrado: aspectos pedológicos. In: SANO, S. M. et al. (ed.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília: Embrapa, 2008.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M. et al. (ed.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília: Embrapa, 2008.

SOUZA, J. C. et al. Uso e cobertura do solo no Cerrado: panorama do período de 1985 a 2018. **Élisée, Rev. Geo. UEG**, v. 9, n. 2, 2020.

DISTRITO DA VOADEIRA: ONDE O CAJU VIRA FESTA – VALORIZANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL DOS SABERES E SABORES DO CERRADO

Mestranda Ligia Martins Barbosa Galego Dias
E-mail ligiagalegodias@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro
E-mail keley.carneiro@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural imaterial constitui importante instrumento de preservação das identidades coletivas, dos saberes tradicionais e das práticas culturais desenvolvidas pelas comunidades ao longo do tempo. No contexto do Cerrado brasileiro, as transformações territoriais provocadas pela expansão do agronegócio impactaram significativamente os modos de vida das populações tradicionais, intensificando processos de exclusão social, concentração fundiária e perda de territórios culturais (Graziano da Silva, 1981; Porto-Gonçalves, 2019). Nesse cenário, diversas manifestações culturais passaram a atuar como formas de resistência e preservação da memória coletiva.

A Festa do Caju, realizada no distrito da Voadeira, município de Barra do Garças-MT, constitui importante manifestação cultural relacionada aos saberes e sabores do Cerrado mato-grossense. A comunidade teve origem no final da década de 1950, formada por migrantes oriundos principalmente da Bahia, Goiás, Minas Gerais e interior de Mato Grosso, que ocuparam a antiga Fazenda Voadeira. Ao longo dos anos, os moradores enfrentaram processos de deslocamento, perda de terras e dificuldades econômicas decorrentes da expansão agropecuária na região.

Nesse contexto, o caju tornou-se alternativa econômica e elemento central da identidade cultural local. A produção artesanal de doces, licores, geleias, castanhas e remédios caseiros derivados do fruto fortaleceu a organização comunitária e possibilitou a criação da Festa do Caju, realizada desde 1991 como espaço de celebração cultural, fortalecimento da memória coletiva e valorização dos saberes tradicionais. Assim, o presente estudo tem como objetivo investigar a Festa do Caju como manifestação de patrimônio cultural imaterial, prática de resistência cultural e estratégia de fortalecimento da identidade comunitária no Cerrado mato-grossense.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental acerca do patrimônio cultural imaterial, memória coletiva, festas populares, epistemologias decoloniais e sustentabilidade cultural. O estudo dialoga com autores dos estudos culturais, da antropologia do patrimônio e da educação patrimonial, buscando compreender a Festa do Caju como prática social de resistência e preservação cultural (Hall, 2003; Chuva, 2012).

Além da revisão teórica, o trabalho considera elementos históricos relacionados à formação da Comunidade Voadeira, aos impactos da expansão do agronegócio no Cerrado e às estratégias comunitárias de organização social desenvolvidas a partir da valorização do caju e da realização da festa. A pesquisa também analisa o papel das manifestações culturais populares na construção da identidade coletiva e na transmissão intergeracional dos saberes tradicionais (Halbwachs, 2006; Amaral, 1998).

Realização
Parceiros
Apoio

A metodologia está orientada pela perspectiva dialética e decolonial, permitindo compreender as relações entre território, cultura, memória e resistência comunitária. Nesse sentido, a Festa do Caju é analisada como espaço de produção simbólica, pertencimento e fortalecimento das práticas culturais locais (Mignolo, 2008; Tolentino, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a Festa do Caju ultrapassa o caráter festivo, configurando-se como importante mecanismo de fortalecimento da identidade territorial da Comunidade Voadeira. A celebração promove a valorização do caju enquanto fruto típico do Cerrado e reafirma os vínculos históricos da comunidade com o território, a cultura alimentar e os saberes tradicionais associados à produção artesanal de derivados do fruto (Zavareze, 2007).

Observou-se que a festa funciona como espaço de preservação da memória coletiva e de transmissão intergeracional de conhecimentos, possibilitando que práticas culinárias, experiências comunitárias e tradições locais sejam compartilhadas entre diferentes gerações. Conforme destaca Halbwachs (2006), a memória coletiva exerce papel fundamental na manutenção da coesão social e na preservação das identidades culturais.

Outro aspecto relevante refere-se ao protagonismo feminino na organização da festa e na produção dos alimentos derivados do caju. As mulheres assumem funções centrais na manutenção dos saberes culinários e na articulação das atividades comunitárias, fortalecendo redes de solidariedade e geração de renda local. Tal protagonismo evidencia a importância das mulheres do campo na preservação das tradições culturais e das formas de sociabilidade rural (Ribeiro, 2001).

A pesquisa também demonstra que a Festa do Caju constitui estratégia de resistência cultural frente aos impactos da expansão do agronegócio e das transformações territoriais no Cerrado. Ao valorizar práticas sustentáveis, conhecimentos tradicionais e formas coletivas de organização social, a celebração reafirma o Cerrado como território de memória, pertencimento e diversidade cultural (Krenak, 2019). Nesse sentido, a festa atua como instrumento de valorização do patrimônio cultural imaterial e fortalecimento das identidades comunitárias diante dos processos de homogeneização cultural (Scifoni, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Festa do Caju representa importante manifestação de patrimônio cultural imaterial da Comunidade Voadeira, contribuindo para a preservação da memória coletiva, dos saberes tradicionais e da identidade territorial no Cerrado mato-grossense. A celebração evidencia a capacidade de organização comunitária e demonstra que práticas culturais populares podem atuar como estratégias de resistência frente aos processos históricos de marginalização social e cultural.

O estudo reforça a necessidade de valorização das culturas populares e da construção de políticas públicas voltadas à preservação dos patrimônios culturais imateriais, reconhecendo os saberes comunitários como formas legítimas de produção de conhecimento e fortalecimento social (Iphan, 2012). Além disso, evidencia-se que a Festa do Caju contribui para a promoção da sustentabilidade cultural, econômica e

Realização
Parceiros
Apoio

social da Comunidade Voadeira, fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorização do Cerrado.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), e à Comunidade Voadeira, pela contribuição e incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa.

REFERENCIAS:

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à brasileira: significados de festejar no país não é sério*. São Paulo: USP, 1988.

CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, 2012.

CHUVA, Márcia. *Patrimônio cultural no Brasil: proteção, salvaguarda e tutela*. Rio de Janeiro: e-papers, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IPHAN. *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. Brasília: Iphan, 2012.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MIGNOLO, Walter. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico*. Rio de Janeiro: FASE, 2019.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCIFONI, Simone. *Educação patrimonial no Brasil: conceitos, práticas e desafios*. São Paulo, 2017.

TOLENTINO, Átila Bezerra. *Educação patrimonial e decolonialidade: desafios para o Brasil contemporâneo*. 2018.

ZAVAREZE, Sônia Salete. *Comunidade Voadeira e a gestão do território*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2007.

URBANIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO CERRADO: PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Thamy Vanessa do Carmo Silva
thamyvcsilva@hotmail.com
Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Cora Coralina/PPGEO
Lázaro Ignacio da Silva Costa
lazarois.costa@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Cora Coralina/PPGEO

INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira, historicamente concentrada nas regiões litorâneas e nos eixos Sul-Sudeste, passou por uma profunda reconfiguração estrutural a partir da segunda metade do século XX. Esse movimento de interiorização da ocupação urbana foi impulsionado por políticas deliberadas de integração territorial e desenvolvimento econômico, elegendo o bioma Cerrado como o palco central dessa nova dinâmica geoeconômica. O Cerrado transformou-se no lócus de uma urbanização acelerada, diretamente articulada à lógica das redes técnicas e dos transportes. A inauguração de Brasília, em 1960, configura-se como marcos fundantes desse processo, redefinindo o Centro-Oeste como eixo logístico nacional e consolidando uma rede urbana fortemente orientada pelas demandas do agronegócio e da administração pública.

O crescimento das cidades no bioma não se reduz a um mero fenômeno demográfico ou físico, mas constitui o resultado direto de decisões, e até de omissões/negligências, de planejamento urbano-regional e da expansão de infraestruturas de transporte (rodovias e ferrovias) que estruturam o território, redefinem fluxos e hierarquias e influenciam decisivamente a produção do espaço. Todavia, esse modelo de desenvolvimento gera notórias contradições socioambientais: acentuação das desigualdades socioespaciais, urbanização dispersa com consumo predatório de solo, severas pressões sobre áreas de recarga hídrica e vegetação nativa, além da persistente dificuldade em garantir mobilidade urbana de qualidade para a população. Tais pressões antrópicas tensionam diretamente os modos de vida de comunidades tradicionais e os espaços de atuação dos movimentos sociais no Cerrado, que frequentemente enfrentam os ônus da expansão logística sem o retorno em justiça ambiental ou qualidade de vida.

Frente a esse cenário, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar criticamente o processo de urbanização das cidades inseridas no bioma Cerrado, especificamente um importante município, Goianésia, no Centro Goiano e microrregião de Ceres, e seus distritos, como Morro Branco, Cafelândia, Juscelândia, Barreiro e Natinópolis, sob uma perspectiva socioespacial e ambientalmente informada. Busca-se compreender como as políticas de planejamento urbano e regional, em consonância com a estruturação das redes de mobilidade e transportes, influenciam a organização do espaço, as dinâmicas territoriais e as transformações socioambientais.

Realização
Parceiros
Apoio

A pesquisa justifica-se ao contribuir para mitigar parte das lacunas significativas na Geografia Urbana e Regional, visto que a maior parte da produção científica sobre o bioma concentra-se na temática agrária ou na conservação estritamente ecológica, deixando a relação intrínseca entre urbanização, mobilidade e planejamento em contextos não metropolitanos menos explorada.

METODOLOGIA

Para analisar e compreender a complexidade do objeto de estudo — que articula expansão urbana, redes técnicas e instâncias político-institucionais —, adota-se uma abordagem metodológica que combina procedimentos qualitativos e quantitativos. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e analítica, propondo-se a ir além da descrição superficial para interpretar criticamente as relações causais e os impactos territoriais no bioma Cerrado.

O desenho metodológico divide-se a partir da pesquisa bibliográfica, para levantamento e análise de livros, artigos científicos, teses e dissertações voltados à urbanização, planejamento urbano-regional, redes urbanas, mobilidade e análise ambiental do Cerrado. O arcabouço teórico baseia-se em conceitos, tais como: Fixos e Fluxos, conforme apresenta Santos (1996); A Produção do Espaço, em Lefebvre (2000); Cidades Médias, de Sposito (2013); Território e Natureza, de acordo com Porto-Gonçalves (2006);

A respeito da pesquisa documental, para análise de diretrizes e instrumentos oficiais de planejamento, como os planos diretores municipais, planos de mobilidade urbana, legislações urbanísticas e ambientais, além de políticas de transporte nas escalas municipal, regional e nacional; Para coleta e tratamento de Dados Secundário, a partir da obtenção de dados censitários e estatísticos junto a bases oficiais, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o estudo de Regiões de Influência das Cidades (REGIC), visando mensurar o crescimento urbano, a hierarquia funcional das cidades e os fluxos logísticos regionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sugere demonstrar que a configuração e a hierarquia funcional das redes urbanas na referida região do interior do Cerrado Goiano revelam um crescimento seletivo e profundamente orientado por investimentos, ou não, em infraestrutura de integração territorial. Rodovias, ferrovias e corredores logísticos atuam como poderosos agentes estruturadores do espaço. Essa dinâmica posiciona Goianésia, como cidades médias no Cerrado, como nós articuladores estratégicos de fluxos de mercadorias e de pessoas, mediando a interface entre as escalas local, regional e global, e redefinindo a rede urbana nacional. Dessa forma, segundo Harvey (2011), sob a lógica da compressão espaço-tempo, essas redes aceleram os fluxos macroeconômicos, mas fragmentam o tecido urbano local e regional.

A investigação caminha para o apontamento de que a articulação entre o crescimento urbano disperso e a implantação de infraestruturas de grande porte, no contexto de cidades médias no interior goiano, gera severos impactos socioambientais, manifestados na pressão direta sobre áreas ambientalmente sensíveis, como Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes. O espraiamento das cidades promove o uso

Realização
Parceiros
Apoio

excessivo do solo e compromete os recursos hídricos do bioma. Paralelamente, essa configuração territorial condiciona uma morfologia urbana excludente, produzindo acessibilidade diferenciada e segregação socioespacial, empurrando as populações vulneráveis para periferias desprovidas de infraestrutura básica.

Verifica-se um descompasso estrutural e contradições intrínsecas entre o planejamento formal (expresso nos planos diretores e planos de mobilidade) e a realidade das demandas sociais por mobilidade urbana coletiva e justiça ambiental. De acordo com Vainer (1990), conforme a crítica ao planejamento estratégico, os modelos adotados frequentemente privilegiam a circulação fluida de commodities e os interesses do capital agroindustrial em detrimento das necessidades cotidianas de acessibilidade e sustentabilidade da população local. Essa seletividade corporativa invisibiliza os processos organizativos e as práticas culturais de comunidades tradicionais e camponesas do Cerrado, cujos territórios são desestruturados pelas frentes logísticas urbanas. Assim, a produção do espaço urbano no Cerrado materializa relações de poder assimétricas, onde a natureza e os sujeitos locais são subordinados à imperatividade dos fluxos econômicos globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização do Cerrado consolidou-se como um processo complexo e multiescalar que transcende a dimensão estritamente demográfica, revelando-se uma produção do espaço altamente seletiva e subordinada à lógica logística. As evidências empíricas e documentais reiteram que as infraestruturas técnicas de transporte operam como vetores de desigualdade socioespacial e degradação ambiental quando dissociadas de um ordenamento territorial equitativo.

Diante disso, torna-se de suma importância superar as limitações do planejamento formal e sugerir diretrizes para a elaboração de políticas públicas integradas, que articule o desenvolvimento logístico regional à preservação do capital natural do bioma e a promoção da justiça social. Espera-se que os resultados vindouros desta pesquisa possam oferecer subsídios teóricos e práticos fundamentais para geógrafos, gestores e técnicos da administração pública, servindo como ferramenta analítica para a formulação de intervenções urbanas voltadas à construção de cidades mais justas, democráticas, acessíveis e ambientalmente responsáveis no interior do Cerrado Goiano.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1989.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Goianésia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goianesia. Acesso em: 21 maio 2026.

Realização
Parceiros
Apoio

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias**: produção e organização do espaço urbano. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VAINER, Carlos B. **Meio ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. 1. ed. Brasília: Ipea, 1990

O PATRIMÔNIO HÍDRICO E AS BELEZAS CÊNICAS DO RIO TESOURAS EM MOZARLÂNDIA / GO - UMA CAMINHADA PELA AMBIÊNCIA DA GEODIVERSIDADE

Glinys Miquelin da Silva
glinysmiquelins@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás

Vandervilson Alves Carneiro
vandervilson.carneiro@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A paisagem geográfica é o resultado de uma complexa teia de interações entre elementos naturais e dinâmicas sociais e históricas (Bonfim; Lima, 2020; Troll, 2013). A observação superficial de um cenário muitas vezes oculta as relações profundas que o constituem. No contexto de Mozarlândia / GO, o Rio Tesouras emerge não apenas como um curso d'água, mas como um espaço geográfico rico em significados, abrigando belezas cênicas e valores que transcendem a estética. Este estudo propõe uma análise da ambiência da geodiversidade local, focando no Rio Tesouras como um patrimônio hídrico essencial. A pesquisa busca compreender como os elementos abióticos (geologia, geomorfologia, hidrografia, etc.) (Stanley, 2000; Carneiro, 2022; 2024) interagem com a cultura ribeirinha e as pressões antrópicas contemporâneas, como o avanço da agropecuária e a expansão de loteamentos de lazer (casas de veraneio).

A relevância deste estudo reside na necessidade urgente de conciliar o desenvolvimento econômico de Mozarlândia com a preservação de seus recursos naturais. O Rio Tesouras enfrenta ameaças crescentes devido ao desmatamento de suas margens para pastagens e lavouras, além da ocupação desordenada de suas Áreas de Preservação Permanente (APP) por construções de lazer. A caracterização do rio como patrimônio hídrico justifica-se pelo seu potencial para a Geoeducação e o Geoturismo (Carneiro; Lima; Lima, 2020).

Ao divulgar o conhecimento sobre a geodiversidade local, é possível transformar a percepção da comunidade e dos visitantes, promovendo uma relação mais harmoniosa e sustentável com o meio ambiente. Além disso, o trabalho servirá como subsídio para órgãos públicos na formulação de políticas de geoconservação.

A questão norteadora desta pesquisa é: Quais os elementos de Geodiversidade presentes no Rio Tesouras em Mozarlândia e como ele pode ser caracterizado como um patrimônio hídrico local capaz de promover a Geoeducação, a Geoconservação e o Geoturismo na região?

O objetivo geral é investigar os elementos da Geodiversidade presentes no Rio Tesouras em Mozarlândia, caracterizando-o como patrimônio hídrico, a fim de destacar seu potencial para promover a Geoeducação, a Geoconservação e o Geoturismo, valorizando suas características naturais e culturais. Os objetivos específicos incluem: a) Analisar a transformação paisagística ao longo do Rio Tesouras no trecho de Mozarlândia, identificando os impactos das atividades antrópicas; b) Identificar e inventariar os elementos de geodiversidade (geológicos, geomorfológicos e hidrológicos) presentes no curso do rio; c) Levantar as potencialidades do Rio Tesouras para o desenvolvimento de atividades de

Realização
Parceiros
Apoio

Geoeducação, Geoconservação e Geoturismo e d) Propor diretrizes para a proteção do patrimônio hídrico local com base nos valores identificados.

METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada nas seguintes etapas: a) Análise documental e bibliográfica: Revisão de literatura sobre geodiversidade, geoconservação e dados cartográficos da região de Mozarlândia; b) Trabalhos de campo: Realização de incursões para observação direta e interpretação da paisagem, seguindo a perspectiva de Ab'Sáber (2003). Serão realizados registros fotográficos e anotações em cadernetas de campo; c) Levantamento geológico e geomorfológico: Identificação dos elementos da geodiversidade *in loco*, com foco na caracterização do ambiente fluvial; d) Análise empírica: Incursão baseada na experiência profissional e na percepção dos moradores locais sobre o uso do rio e e) Sistematização dos dados: Organização das informações coletadas para a proposição de medidas de geoconservação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O embasamento teórico desta pesquisa fundamenta-se nos conceitos de Geodiversidade, Geoconservação e Patrimônio Hídrico. A Geodiversidade, termo cunhado por Daus (1940) e consolidado por Sharples (1993), refere-se à variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos, geomorfológicos, pedológicos e hidrológicos que dão suporte à vida na Terra. Gray (2004) amplia essa definição ao incluir o estudo do patrimônio natural abiótico, como monumentos geológicos e geossítios. A Geoconservação, segundo Brilha (2005), foca na preservação dos elementos da geodiversidade que possuem valor científico, educativo, turístico ou cultural. O Patrimônio Hídrico reflete a harmonia entre a natureza e a sociedade, onde a água é vista como um elemento central da paisagem que carrega significados simbólicos, históricos e ecológicos. No Cerrado goiano, a geodiversidade está intrinsecamente ligada aos recursos hídricos e ao relevo, formando cenários únicos que demandam estratégias específicas de gestão (Carneiro, 2024; Carneiro, 2022; Carneiro; Lima; Lima, 2020).

As análises preliminares indicam que o Rio Tesouras possui um papel central na fronteira municipal de Mozarlândia, sendo um dos principais afluentes da Bacia do Rio Araguaia. Observa-se um alto potencial para o uso do rio como recurso educacional prático (aulas de campo) e para o geoturismo sazonal, especialmente entre os meses de maio e agosto, quando surgem praias fluviais. Contudo, a pressão exercida pelos loteamentos de veraneio e pela agropecuária exige uma intervenção imediata. A classificação dos elementos da Geodiversidade permitirá atribuir valores científicos e culturais ao rio, fortalecendo o argumento para sua proteção como patrimônio hídrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este projeto resulte em um inventário detalhado da Geodiversidade do Rio Tesouras, fornecendo uma base sólida para a promoção do geoturismo sustentável e da geoeducação nas escolas locais.

O produto final será apresentado aos órgãos responsáveis por políticas públicas, contendo recomendações técnicas para a geoconservação do local, visando a preservação da integridade do patrimônio hídrico e a manutenção dos serviços ecossistêmicos para a comunidade de Mozarlândia.

Referências

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BONFIM, N. P. S.; LIMA, E. M. A Paisagem como categoria geográfica: Comportamento espectral de vegetação do alto curso da bacia hidrográfica do rio Catolé - Bahia. **Revista Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 184-193, 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/geo/article/view/6392. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação:** a conservação da natureza da sua vertente geológica. Lisboa: Palimage, 2005.

CARNEIRO, V. A. (org.). **Geodiversidade -** cenários e caminhos no Brasil. Cidade de Goiás: Grupo de Estudos em Geodiversidade, 2024.

CARNEIRO, V. A. (org.). **Geodiversidade -** envolvências e experiências. Anápolis: SAMA, 2022.

CARNEIRO, V. A.; LIMA, C. V.; LIMA, A. M. **Geodiversidade no Cerrado goiano**. Revista Élisée, Porangatu, v. 9, n. 2, e922023, jul./dez. 2020. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/pt_BR/article/view/10863/7787. Acesso em: 15 fev. 2026.

GRAY, M. **Geodiversity:** valuing and conserving abiotic nature. London: John Wiley & Sons, 2004.

SHARPLES, C. **A methodology for the identification of significant landforms and geological sites for geoconservation purposes**. Tasmania: Forestry Commission, 1993.

STANLEY, M. Geodiversity. **Earth heritage**, London, v. 14, p. 15-18, 2000. Disponível em: https://www.earthheritage.org.uk/wp/wp-content/uploads/2018/03/EH14-2000.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 01-07, 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6770. Acesso em: 15 fev. 2026.

SERENATA PIRENOPOLINA: VALSA DE ITA LOPES SIQUEIRA

Tereza Caroline Lôbo
E-mail: terezacarolinelobo@gmail.com
Academia Pirenopolina de Letras Artes e Música - Aplam
Aline Santana Lobo
E-mail: alinesantanalobo@gmail.com
Academia Pirenopolina de Letras Artes e Música - Aplam
João Guilherme da Trindade Curado
E-mail: joaojgguilherme@gmail.com
Academia Pirenopolina de Letras Artes e Música - Aplam
Alice Lôbo de Siqueira
E-mail: alicedesiqueira@hotmail.com
Acadêmica de Direito, Câmpus de Aparecida de Goiânia – UEG

INTRODUÇÃO

Benedita D'Abadia Lopes Siqueira, comumente reconhecida pela comunidade local como Dona Ita (1932-2011), é um ícone das musicalidades pirenopolinas. Violinista, tocava em duo com Alaor, seu marido, com quem produziu algumas composições musicais e diversas apresentações públicas. Em trajetória pessoal escreveu letras musicais e compôs outras tantas para musicar poemas de parentes e amigos. Esteve na Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música (Aplam) desde a fundação em 1994, ocupando a cadeira de número 2, cujo patrono, Joaquim Tomaz de Aquino, seu avô materno, "foi alfaiate, músico e grande ator teatral" (aplam.org.br).

O berço musical impulsionou Dona Ita para um existir totalmente voltado para as vivências com a música, a composição, a direção e a arte da representação. A versatilidade da musicista passava ainda pelo teatro onde atuava, tocava e dirigia – é o caso da Revista "As Pastorinhas", opereta que dirigiu por mais de duas décadas -; no cinema destacou com a participação em vários filmes ambientados em Pirenópolis e ainda lançou um disco de vinil pela gravadora Califórnia, em São Paulo (1975) somente com composições pirenopolinas.

Destaca-se que Dona Ita descendia de famílias abastadas, produtores rurais, políticos, musicistas e poetas. Nascida em 1932 e pertencente ao século em que mais da metade da população brasileira era analfabeta e quase 70% das pessoas viviam na área rural ou em municípios pequenos como Pirenópolis. Os índices de alfabetização entre mulheres eram inferiores aos dos homens, refletindo a exclusão escolar feminina. Dona Ita cursou o primário no grupo escolar Comendador Joaquim Alves, fez o magistério no Colégio e Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, das freiras Carmelitas, se tornando Inspetora de Ensino do curso que foi egressa, cargo em que se aposentou.

Casa com Alaor em 1950, aos 18 anos, e não tem descendentes. Assim, mulher casada, com emprego na área da educação e sem filhos, teve uma vida inteira dedicada às artes, principalmente à música. Num contexto, assim descrito por Brandão: "onde até o deus dos homens é um macho, tudo o que é mais sagrado, mais solene e mais decisivo exige o padre, os irmãos do Santíssimo Sacramento, os outros homens da linha laica de frente da Igreja e um acompanhamento coadjuvante de mulheres" (2004, p. 248-249).

Realização
Parceiros
Apoio

Seu protagonismo tem início com a formação musical aos doze anos de idade com o primo, maestro e compositor pirenopolino Luiz de Aquino Alves, nesse início tomava parte na orquestra da igreja tocando nos casamentos, nas missas e novenas. Antes do matrimônio com Alaor já tem duas composições: a valsa "Na aurora da vida" (1944) e "Adeus à minha terra" (1945), é uma marcha cuja letra é do irmão Joaquim Tomaz Lopes. Com pouco menos de vinte anos e já casada com Alaor tem aulas com o músico Sebastião Pompeu de Pina Junior (Tãozico Pompeu) – "tem sido, durante toda sua vida, um estudioso dedicado às artes: música e teatro" (Mendonça, 1981, p. 158) –, formando com o marido a dupla de violinistas icônica de Pirenópolis.

Dentre tantas obras produzidas por Dona Ita – mais de 60 composições, listadas por ela mesma -, o destaque será para a valsa "Serenata Pirenopolina", eleita uma de suas prediletas, nomeia seu disco e traz nos seus versos e no ritmo musical a vivência de uma paisagem sonora marcada pelas serenatas e serestas ao luar, espaço de reconhecimento de identidades e existência cultural para o pirenopolino. Sob todos os seus aspectos, as serestas e serenatas, são oportunidades de reunião coletiva para a aprendizagem e o reconhecimento dos universos simbólicos e das ideologias que a sociedade, ou alguns de seus grupos, produz, controla e mantém em vigência, esses congraçamentos são assim entendidos por Brandão (2004).

Poetizar a vida interiorana e a natureza, especificamente o Cerrado goiano, são tradições reconhecidas, "necessárias, e persistirão sempre, porque dão continuidade e forma à vida" (Giddens, 2007, p. 54). As serenatas e serestas são para o pirenopolino um culto ao passado, é um reviver constante de suas tradições e ancestralidades, é algo que precisa ser valorizado e preservado. A pesquisa sobre a história de vida e a hermenêutica como base de interpretação direcionam a análise da obra dessa musicista que deixou um legado de produção musical pouco comum para a época. Dessa forma, a pesquisa permitiu, por meio de acervo documental e das memórias, a exteriorização de seu legado: os valores, pensamentos, sentimentos e ações, revelando, assim, o processo de construção de identidades pirenopolinas e seus elementos constituintes.

A discussão do tema passa por breve apresentação da biografia, baseados em documentos que compõem seu acervo autobiográfico que elenca sua produção e dão pistas dos seus valores e predileções. O contexto e o espaço da sua vida serão delineados pela letra da música "Serenata Pirenopolina", poema que é uma ode à lua, para homenagear e louvar sua terra natal.

METODOLOGIA

O material original que serve de fonte inicial para o estudo é uma autobiografia (ainda inédita), documento datilografado que compõe arquivo particular pertencente a uma sobrinha neta. Dona Ita deixa um currículo elaborado e organizado por ela, faz o mesmo para seu marido Alaor, o que permite comparar datas, averiguar informações e indicar fatos presentes na documentação, só possíveis de serem acessados pelo fato dela própria ter deixado registrado.

O acervo possui – além do currículo datilografado e complementado posteriormente de forma manuscrita – condecorações e homenagens recebidas; álbuns de fotografias; diplomas; cadernos de músicas com as partituras das composições autografadas; as letras, autores e datas. Nos cadernos de músicas as composições comumente vêm acompanhadas por breve dedicatória: a valsa "Guacira" é "dedicada à minha querida

Realização
Parceiros
Apoio

irmã e afilhada pelo seu aniversário" ou ainda, "O Divino e as Danças", um cateretê que "leva a Festa do Divino no palco. [sic] feito com crianças" (Siqueira, 2005). Este bailado folclórico, que ficou conhecido pelo refrão "Pirenópolis tem!", serviu de condução para a elaboração do recente livro da Aplam, "Coletânea Pirenópolis tem!" (Lôbo *et al.* 2025).

O material documental resgatado em sua residência após o falecimento de Dona Ita contém uma listagem datilografada de 40 composições musicais de sua autoria que vão do ano de 1944 a 1985. A lista é acrescida, a caneta, "umas 60" atualizando a contagem de sua produção musical. Ao listá-las as obras são datadas por ano, nominadas, indicadas o gênero musical e as parcerias, dentre elas: seu marido Alaor de Siqueira; seu irmão e poeta, Joaquim Tomaz Lopes; Ubirajara Siqueira, parente de Alaor; Elfrida de Siqueira, cunhada e irmã de Alaor e Euler de Amorim, um parente próximo.

Ao estudar Pirenópolis e suas festividades, pesquisas como as de Curado (2006); Lôbo (2006) e Lôbo (2017) foram imprescindíveis para a compreensão e interpretação das questões paisagísticas; já, mais especificamente, as paisagens sonoras foram orientadas nas trilhas de Lôbo, Lôbo e Curado (2021). Essas pesquisas ambientadas em Pirenópolis são facilitadoras nas metodologias de desenvolvimento dos estudos de novos atores culturais, como o caso de Dona Ita, uma vez que direcionou para as percepções temporais, espaciais e artísticas da envolvida, assim como as questões das "memórias coletivas" (Halbwachs, 2006) e da tradição (Giddens, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As paisagens sonoras que integram a cultura pirenopolina está pautada em práticas e costumes familiares como apresentados na trajetória de Dona Ita e comprovada nas pesquisas realizadas por Belkiss S. Carneiro de Mendonça, quando acessou os arquivos de música local para compor seu livro "Música em Goiás" (1981), observa que "seus habitantes cultivavam e ainda cultivam a música em suas diversas formas", e que "as famílias ali proporcionam aos filhos a oportunidade de se dedicarem ao instrumento de sua preferência, formando, até há bem poucos anos, pequenos conjuntos instrumentais integrados por pais e filhos" (p. 15). As percepções de Mendonça não discriminam homens e mulheres, mas é conhecido que a participação feminina, em meados do século XX, se restringia a algumas pouca árias cantadas no teatro, a participação nas "As Pastorinhas" e no Coral Nossa Senhora do Rosário – para execução dos cânticos a voz soprano feminina é necessária.

A tradição musical impregnada na cultura pirenopolina foi mais relevante que a questão de gênero amalgamada na sociedade que Dona Ita viveu, pois, pôde estudar música e tocar em vários espaços ao longo de sua vida. Apesar de incomum a participação de mulheres, ela conseguiu externalizar sua arte e ser reconhecida por suas apresentações e composições. Produziu e cantou seu amor por Pirenópolis, assim, em 1970 compõe o "Hino de Pirenópolis", vencedor de um concurso organizado pela Câmara Municipal da cidade e neste mesmo ano faz a valsa "Serenata Pirenopolina", música que abre e dá nome ao disco gravado em 1975. Essa valsa compôs a trilha sonora do curta metragem "Janela para os Pirineus" (1996), dirigido por Armando Lacerda e premiado pelo Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

O vinil, com o título "Serenata Pirenopolina", trouxe somente composições pirenopolinas, foram gravadas 12 músicas entre valsas, canção, samba e rancheira,

Realização
Parceiros
Apoio

dessas, quatro são de Dona Ita, sendo que a gravação da valsa "Serenata Pirenopolina" teve a participação especial das Irmãs Galvão, dupla sertaneja feminina de muito sucesso na época. Dona Ita consegue imprimir nas identidades locais um feito ímpar, que vai influenciar as gerações futuras e inserir esses fatos na memória como parte de suas características (Halbwachs, 2006). O trabalho congrega suas composições, modernas para a época, e traz composições de tempos idos, dando vitalidade ao cancioneiro local, valorizando músicos e compositores.

No documento do acervo que traz grafado a obra "Serenata Pirenopolina", é possível identificar além do título: o gênero musical, uma valsa; a autoria, Ita Lopes; uma breve descrição, "cantando a cidade"; o local e data da composição musical, "Pirenópolis 19 de Abril de 1970"; com destaque para o fato da notação musical ser manuscrita. A letra da valsa manuscrita sobre as pautas do caderno de música indicando "valsa de Ita e letra de Ita Lopes Siqueira", algumas pequenas rasuras, o local e a data: "Pirenópolis 20 de Abril de 1970", um dia após a composição da música – o que não comprova a sequência da criação, pois nos cadernos as partituras sempre vêm primeiro.

"Serenata Pirenopolina" é um poema lírico de tom solene; a música, uma valsa para compor as paisagens durante as cantatas em noite de lua; e as vozes das Irmãs Galvão dão sonoridade a uma valsa eternizada nas serestas e serenatas. No entanto, para o pirenopolino que internalizou a valsa e a vivenciou nos inúmeros momentos festivos, os sons dos violinos singularizam sua execução, reavivam as memórias de encontros pretéritos, vivificam rituais de congraçamento para homenagear amigos e constrói sentidos para as paisagens que além de materializada no espaço são também sonoras. Confirmado na apresentação do livro "Pirenópolis: paisagens sonoras", escrita pela musicista Andréa Luísa Teixeira: "quem é de Goiás entende que o som perfaz tudo que rodeia esta cidade. Os olhares mais atentos reconhecem nela também sua diversidade, e consequentemente, suas paisagens sonoras" (In: Lôbo, *et al,* 2021, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ita Lopes Siqueira faleceu em 2011, após sua morte seu marido e parceiro musical não tocou mais e morreu em 2015. Já são mais de uma década sem a presença física do casal que tanto fez pela música local. Na cidade tem um Centro de Artes Ita e Alaor, recentemente transformado em secretaria de cultura do município, abrigando uma pequena biblioteca e um auditório ocupado com reuniões diversas, poucos são os eventos culturais. A Academia Pirenopolina de Letras Artes e Música (Aplam), com o livro "Coletânea Pirenópolis tem! (2005) e a Banda de Música Phoenix, com um projeto de oficina de cordas, com alunos de violino, são as instituições que têm trabalhado para manter o legado cultural de artistas como Dona Ita.

Assim, ao destacar o tempo, o locus e algumas ações de existência de uma mulher pirenopolina aportamos, ainda que superficialmente, no "estar-sendo", frequentemente associado ao *dasein* ou ser-aí de Martin Heidegger (2009) que apresenta a existência humana como um processo dinâmico e contínuo, não um estado fixo. É o ser-no-mundo, lançado em possibilidades e tempo, que se define pela ação e compreensão de si mesmo. Compreender a trajetória dessa mulher, que cruza com múltiplos outros trajetos é acessar algo relevante para nós que dividimos com Dona Ita parte do tempo, do espaço e das ações do existir pirenopolino. O foco, portanto, é na dinâmica do caminho, é trazer

Realização
Parceiros
Apoio

para o presente aspectos da vida feminina em Pirenópolis, ambientando o tema na produção artística e percepções de um mundo cultural singular.

As tradições de uma cidade interiorana fundadas no papel cultural da participação masculina foram mudando, contudo, novas dinâmicas foram introduzidas, dentre elas, uma maior participação feminina no contexto da cultura musical em Pirenópolis, "ali onde a tradição recuou, somos forçados a viver de uma maneira mais aberta e reflexiva" (Giddens, 2007, p. 55). O legado deixado por mulheres pirenopolinas como Ita Lopes Siqueira nos permite várias reflexões sobre o nosso *imago mundi.*

Referências

APLAM. Disponível em: https://aplam.org.br/pessoa/joaquim+tomaz+de+aquino. Acesso em 13 mai. 2026.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe eu venho vindo:** símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004, 412p.

CURADO, João Guilherme da Trindade. **As alterações ocorridas na paisagem por onde passam as procissões de Pirenópolis** – Goiás: 1920 a 2005. 191f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Estudos Sócioambientais. UFG, Goiânia, 2006.

GIDDENS, Antony. **Mundo em descontrole**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 108p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Laís T. Benoir. São Paulo: Centauro, 2006. 197p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução e apresentação de Marcia Sá Cavalcante Schuback; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 598p.

MENDONÇA, Belkiss Spencière Carneiro de. **A música em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG,1981.

LÔBO, Aline Santana. **Sons e Movimentos:** sentidos do sagrado na musicalidade da Folia de Santos Reis de Pirenópolis, Goiás. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) – Territórios e Expressões Culturais no Cerrado.UEG, Anápolis, 2017.

LÔBO, Aline Santana; CURADO, Adriano César; CURADO, João Guilherme da Trindade; LÔBO, Tereza Caroline; JAIME, Nilson. **Coletânea Pirenópolis tem**! Goiânia: Ed. Pyreneus, 2025. 216p.

LÔBO, Aline Santana; LÔBO, Tereza Caroline e CURADO, João Guilherme da Trindade. **Pirenópolis**: Paisagens Sonoras. Goiânia: Kelps, 2021. 190p.

LÔBO, Tereza Caroline. **A singularidade de um lugar festivo:** o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócioambientais. UFG, Goiânia, 2006.

SIQUEIRA, Ita Lopes. **Autobiografia**. Pirenópolis, 2005. 9 f. Texto datilografado com trechos manuscritos. Acervo particular de Alice Lôbo de Siqueira.

O CERRADO QUE A CONSTITUIÇÃO NÃO VÊ: SILÊNCIO JURÍDICO E APAGAMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS

Ana Carolina Araújo Brito
ac.araujobrito@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás (PPGTECCER)
Leonardo Felipe Marques de Souza
leonardofelipems@yahoo.com.br, Universidade Estadual de Goiás (PPGTECCER)
Adriana Aparecida Silva
aparecida.silva@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (PPGTECCER)
Fernando Lobo Lemes
fernando.lemes@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (PPGTECCER)
Poliene Soares dos Santos Bicalho
poliene.bicalho@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (PPGTECCER)

INTRODUÇÃO

O Cerrado ocupa cerca de 204 milhões de hectares e abriga aproximadamente 5% da biodiversidade global. Seus 216 territórios indígenas, distribuídos entre 83 povos, com população de aproximadamente 100 mil pessoas (SILVA et al., 2024), convivem com quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, catadores de pequi, quebradeiras de coco babaçu e dezenas de outras comunidades que estabeleceram com o bioma sistemas de conhecimento e manejo ao longo de séculos (DIEGUES, 2008). Não apenas habitam o Cerrado — guardam-no: somente as Terras Indígenas, nos últimos 35 anos, protegeram 20% do total de florestas nacionais (SILVA et al., 2024). Toda essa riqueza não encontra correspondência no texto constitucional que deveria protegê-la.

O art. 225, §4º, da Constituição Federal de 1988 eleva à condição de "patrimônio nacional" a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. O Cerrado não consta do rol. Essa omissão não é acidente textual: é o resultado de um processo político estruturado, no qual interesses econômicos vinculados à expansão agrícola operaram como veto players — atores com poder suficiente para bloquear decisões contrárias aos seus interesses — durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (TSEBELIS, 1995, p. 293). O Cerrado pagou o preço desse bloqueio.

Ao não nomear o Cerrado como patrimônio nacional, a Constituição contribui para o apagamento das comunidades que nele habitam: seus territórios ficam mais vulneráveis à expropriação, seus saberes perdem o amparo do reconhecimento constitucional e suas formas de vida ficam expostas à substituição forçada pela fronteira agrícola. Este trabalho examina esse fenômeno a partir do conceito de *epistemicídio ambiental* — elaborado a partir da categoria de injustiça epistêmica de Miranda Fricker (2007), especialmente em sua dimensão hermenêutica: a marginalização dos povos tradicionais do Cerrado como produtores de conhecimento legítimo encontra no silêncio constitucional do §4º do art. 225 da Constituição Federal uma de suas expressões institucionais mais duradouras. O objetivo é demonstrar que essa omissão não é lacuna neutra, mas estrutura de dominação histórica cujos efeitos recaem sobre os povos tradicionais que guardam os saberes do bioma.

Realização
Parceiros
Apoio

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativo-documental combinada com análise dogmático-constitucional. O corpus analítico reúne a Constituição Federal de 1988 — em especial o art. 225 e seus parágrafos —, os anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para rastreamento das decisões que resultaram na omissão do Cerrado, a legislação infraconstitucional ambiental relevante com destaque para a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), dados empíricos de cobertura vegetal e desmatamento do bioma e literatura especializada em teoria constitucional, epistemologia social, etnoconservação e governança ambiental.

O referencial teórico articula três eixos complementares. A teoria dos veto players (TSEBELIS, 1995) fornece o instrumental para explicar a persistência da omissão constitucional. A categoria de injustiça epistêmica (FRICKER, 2007), relida em chave ambiental, ilumina o apagamento dos saberes tradicionais. A perspectiva etnoconservacionista (DIEGUES, 2008) fundamenta a indissociabilidade entre conservação da biodiversidade e reconhecimento dos sistemas de conhecimento e manejo das populações tradicionais que habitam esses ecossistemas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O silêncio do §4º da Constituição de 1988: arquitetura da invisibilidade constitucional

O art. 225, §4º, CF/88 institui regime especial de proteção para cinco territórios brasileiros. O Cerrado, embora represente o segundo maior bioma do Brasil e um hotspot de biodiversidade — com mais de 4.800 espécies exclusivas e cerca de 46% de cobertura vegetal nativa já perdida (STRASSBURG et al., 2017) —, não integra esse rol.

Sem proteção constitucional direta, o Cerrado depende do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Esse marco impõe exigências muito inferiores às da Amazônia: Reserva Legal de 80% na Amazônia Legal, contra 20% nas demais regiões e 35% em área de Cerrado dentro da Amazônia Legal. A assimetria não reflete diferenças ecológicas — reflete diferenças de poder político.

Os dados evidenciam as consequências. Rajão et al. (2020) demonstraram que 2% das propriedades rurais do Amazonas e do Cerrado respondem por 62% do desmatamento potencialmente ilegal nos dois biomas, e que aproximadamente 20% das exportações de soja e ao menos 17% das de carne bovina podem estar contaminadas por desmatamento ilegal. O INPE registrou 11 mil km² desmatados no Cerrado em 2023, a maior cifra desde 2015; o PRODES havia contabilizado 10.689 km² em 2022 (SILVA et al., 2024). O bioma perdeu mais da metade de sua cobertura original — trajetória que ameaça a irreversibilidade ecológica do sistema e a viabilidade dos territórios tradicionais.

Veto players e a reprodução da invisibilidade

Realização
Parceiros
Apoio

A exclusão do Cerrado do §4º da CF/88 não foi omissão involuntária. O rastreamento da Assembleia Nacional Constituinte revela que propostas de inclusão foram apresentadas e rejeitadas. A teoria dos veto players (TSEBELIS, 1995, p. 293) explica esse resultado: atores cujo acordo é necessário para uma decisão de política — representantes de estados com forte presença da fronteira agrícola sobre o Cerrado — operaram para impedir que a proteção constitucional alcançasse o bioma.

Inscrita no texto de 1988, a omissão passou a exigir aprovação de PEC por três quintos dos membros de cada Casa, em dois turnos (art. 60, §2º, CF/88) — mecanismo que eleva os custos políticos da inclusão. Mais de três décadas depois, nenhuma PEC conseguiu incluir o Cerrado no §4º, não porque a exclusão seja constitucionalmente justificável, mas porque os veto players que a produziram continuam ativos.

Configura-se uma omissão constitucional derivada superveniente: incompatível com os deveres de proteção ambiental do Estado, pois o avanço científico e o agravamento da crise ecológica tornam o silêncio insustentável. O Estado omisso viola o princípio da proibição de proteção insuficiente (Untermaßverbot) — e o Cerrado, ausente do §4º, é bem ambiental de relevância constitucional indisputável pelo caput do art. 225 (SARLET; FENSTERSEIFER, 2019, p. 62).

Epistemicídio ambiental: da invisibilidade jurídica ao apagamento dos povos

A invisibilidade constitucional do Cerrado tem endereço humano preciso. Os povos e comunidades tradicionais são portadores de sistemas de conhecimento ecológico acumulados ao longo de séculos: o manejo das veredas e campos limpos, o uso medicinal de plantas, as técnicas de pesca e coleta, os calendários agrícolas e as cosmologias que estruturam a relação entre os povos e o território (DIEGUES, 2008). Esses saberes não são apenas patrimônio cultural — são condição de reprodução dos ecossistemas que os sustentam.

A categoria de injustiça epistêmica, desenvolvida por Miranda Fricker (2007, p. 1), descreve situações em que sujeitos são injustiçados em sua capacidade como conhecedores [*knowers*]: seja porque o preconceito leva o interlocutor a atribuir credibilidade deflacionada à palavra do sujeito (injustiça testimonial), seja porque uma lacuna nos recursos interpretativos coletivos coloca o sujeito em desvantagem para dar sentido às suas experiências sociais (injustiça hermenêutica). Relida em chave ambiental, essa categoria elucida como os saberes dos povos tradicionais do Cerrado são sistematicamente desqualificados e substituídos pelo paradigma técnico-produtivista do agronegócio.

Silva (2007) documentou como a invisibilidade étnica e jurídica dos povos indígenas no Brasil — incluindo os Tapuia de Goiás — resulta de processos históricos de não-reconhecimento, operados pelo Estado, por mecanismos que recusam reconhecer a indianidade de grupos que não correspondem ao estereótipo oficial do "índio". Sem o reconhecimento do território, o reconhecimento do povo que o habita se fragiliza — e a ausência do Cerrado no §4º aprofunda essa condição.

O caso do Santuário dos Pajés ilustra a dimensão concreta desse apagamento. Silva (2021) analisa como o Estado, por meio da FUNAI e do poder público do Distrito Federal, recusou reconhecer a ocupação tradicional de comunidade multiétnica

Realização
Parceiros
Apoio

indígena em área urbana, negando-lhe direitos territoriais e submetendo-a aos regimes de indianidade que definem quem conta como "índio" para fins de proteção estatal. O epistemicídio ambiental não é metáfora — é prática administrativa reproduzida em múltiplas escalas do território.

Como sugere Krenak (2019), a crise contemporânea é também uma crise de imaginação. Célia Xakriabá nomeia o processo: o que está em curso no Cerrado é uma "monoculturação do território, do corpo e do espírito, adoecendo os povos, e impedindo sua diversidade de viver" (SILVA et al., 2024). O epistemicídio ambiental opera em dupla dimensão: destrói o conhecimento ao destruir os territórios, e destrói os territórios ao desqualificar o conhecimento. No Cerrado, esse ciclo é sustentado por uma arquitetura constitucional que, ao calar sobre o bioma, silencia também sobre seus guardiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência do Cerrado no art. 225, §4º, da Constituição Federal de 1988 não é uma curiosidade textual — é uma estrutura de dominação que opera em escala histórica. Ao excluir o segundo maior bioma do Brasil do rol de patrimônios nacionais sob proteção constitucional, a Carta de 1988 produziu uma assimetria jurídica que beneficia interesses econômicos e penaliza ecossistemas e povos.

Este trabalho procurou demonstrar que essa omissão resulta da ação de veto players constituintes; e que ela persiste por mecanismos institucionais que elevam o custo político de sua correção; e que seus efeitos recaem de forma desproporcionada sobre os povos e comunidades tradicionais do Cerrado, cujos saberes e territórios são atingidos pelo que aqui denominamos epistemicídio ambiental.

A agenda aberta por esse diagnóstico envolve o mapeamento sistemático das comunidades tradicionais e de sua situação fundiária; a análise das propostas legislativas e constitucionais de inclusão do bioma no §4º; o desenvolvimento de indicadores capazes de mensurar o impacto da invisibilidade constitucional sobre os saberes tradicionais; além da construção de marcos teóricos que articulem proteção ambiental e reconhecimento epistêmico no constitucionalismo ecológico brasileiro.

A inclusão constitucional do Cerrado é uma exigência de justiça — jurídica, ambiental e epistêmica. Os povos tradicionais que há séculos guardam os saberes do Cerrado esperam que a Constituição, um dia, os veja.

AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPGTECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pela estrutura acadêmica e pelo ambiente de pesquisa que tornaram possível o desenvolvimento deste trabalho. Agradecem também aos orientadores Fernando Lobo Lemes e Poliene Soares dos Santos Bicalho, pelo acompanhamento, interlocução crítica e contribuições ao longo da pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Universidade Estadual de Goiás, através do Programa Próprio de Bolsas da Universidade Estadual de Goiás.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa [...] e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2008.

FRICKER, Miranda. Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RAJÃO, Raoni et al. The rotten apples of Brazil's agribusiness. Science, v. 369, n. 6501, p. 246-248, 17 jul. 2020. DOI: 10.1126/science.aba6646.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. O direito constitucional-ambiental brasileiro e a governança judicial ecológica: estudo à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, v. 11, n. 20, p. 42-110, jan./jul. 2019.

SILVA, Cristhian Teófilo da. The astonishing resilience: ethnic and legal invisibility of indigenes from a Brazilian perspective. Vibrant, v. 4, n. 2, p. 97-119, 2007.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Indigenizando direitos territoriais na utopia modernista: O Santuário dos Pajés e a política de não-reconhecimento dos indígenas em contexto urbano. Anuário Antropológico, v. 46, n. 2, p. 12-25, maio-ago. 2021. DOI: 10.4000/aa.8288.

SILVA, Lorranne Gomes da; SOUSA, Edevaldo Aparecido de; TAPUIA, Eunice Pirkodi Caetano Moraes; KANELA, Cláudio do Nascimento Brito. Povos Indígenas do Cerrado Brasileiro: Investigação-Ação-Participativa e Sustentabilidade Territorial e Sociocultural. Revista GeoPantanal, Corumbá, n. 37, p. 12-26, jul./dez. 2024. DOI: 10.55028/geop.v19i37.24053.

STRASSBURG, Bernardo B. N. et al. Moment of truth for the Cerrado hotspot. Nature Ecology & Evolution, v. 1, art. 0099, 23 mar. 2017. DOI: 10.1038/s41559-017-0099.

TSEBELIS, George. Decision Making in Political Systems: Veto Players in Presidentialism, Parliamentarism, Multicameralism and Multipartyism. British Journal of Political Science, v. 25, n. 3, p. 289-325, jul. 1995.

Realização
Parceiros
Apoio

A BASE AÉREA DE ANÁPOLIS COMO EIXO ESTRATÉGICO NACIONAL: SOBERANIA, GEOPOLÍTICA E PODER NO CERRADO

Sheila Clarisa Gonzaga
sheila.gonzaga@ueg.br Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado
Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier
glauber.xavier@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado

INTRODUÇÃO

A configuração do poder nacional, no século XXI, repousa sobre um tripé indissociável: a história, que condensa as experiências formativas do Estado; a economia, que fundamenta a capacidade material e o desenvolvimento; e a geopolítica, que define o posicionamento estratégico no concerto das nações. No caso brasileiro, esse triângulo analítico encontra um de seus pontos de convergência mais emblemáticos no coração do território nacional e do bioma Cerrado: a Base Aérea de Anápolis (BAAN).

Mais do que uma simples instalação militar, a BAAN emerge como um artefato concreto onde se entrelaçam a história da projeção estatal sobre o vasto interior, os imperativos de uma economia dependente da segurança logística para seu complexo agroexportador e os desígnios da geopolítica que exigem dissuasão e autonomia. Localizada no município de Anápolis, estado de Goiás, a BAAN representa a materialização de um projeto estatal de integração e defesa do território continental, articulando a ocupação histórica do Centro-Oeste, a proteção da infraestrutura logística do agronegócio e a capacidade de projeção de poder do Brasil como potência média regional.

O problema que orientou esta pesquisa foi: de que maneira a Base Aérea de Anápolis, através de sua localização geoestratégica, capacidades operacionais e disposição de vetores de alta performance, configura-se como elemento fundamental para a consolidação da soberania nacional, para a projeção de poder do Brasil como potência média e para a defesa do território continental no cenário geopolítico contemporâneo?

O objetivo geral foi o de investigar o papel da BAAN como eixo integrador dos conceitos de soberania, projeção de poder e posicionamento internacional do Brasil. Os objetivos específicos incluíram: examinar a BAAN sob a perspectiva do poder infraestrutural e da logística da soberania; compreender seu papel na consolidação da soberania sobre áreas estratégicas; verificar a materialização dos princípios doutrinários de domínio do ar; e analisar os limites da projeção de poder brasileira no cenário internacional.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como básica (produção de conhecimento novo sem aplicação prática imediata), explicativa (porquanto busca identificar fatores que tornam a BAAN relevante para o poder nacional) e de abordagem qualitativa (Denzin; Lincoln, 2006; Creswell, 2007).

Os procedimentos metodológicos incluíram: pesquisa documental (Gil, 2002), com análise de fontes oficiais – Estratégia Nacional de Defesa (2012), Política Nacional

Realização
Parceiros
Apoio

de Defesa (2020), Livro Branco de Defesa Nacional (2020), manuais doutrinários da Força Aérea Brasileira (FAB) e relatórios de comissões parlamentares de defesa; análise de conteúdo (Bardin, 2016), com categorização temática dos documentos a partir de três eixos – justificativas históricas para a escolha de Anápolis, discursos sobre soberania e projeção de poder, correlação entre defesa e desenvolvimento econômico; análise geoespacial estratégica – mapeamento do raio operacional dos caças Gripen NG a partir da BAAN, identificando áreas de cobertura sobre a Amazônia, o Atlântico Sul e o Centro-Oeste, bem como análise de redes logísticas (rodovias, ferrovias, hidrovias) associadas à base e integração com sistemas de vigilância (SIVAM/SIPAM).

A coleta de dados foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, em repositórios institucionais das Forças Armadas, no sítio da Câmara dos Deputados (comissões de defesa) e em arquivos históricos de Anápolis (Jornal Popular, acervos municipais). A triangulação foi feita a partir de fontes documentais, dados geoespaciais e revisão bibliográfica, o que garante a robustez da análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no referencial teórico adotado (Carmona, 2019; Cowen, 2020; Silva; Ataídes; Santos, 2012; Schramm, 2019; Lima, 2024; Vesentini, 1986), alguns pontos foram discutidos, os quais são apresentados a seguir.

Primeiro, observou-se a BAAN como expressão do poder infraestrutural. Seguindo Cowen (2020), a logística não é neutra: ela produz território, hierarquias e violência. A BAAN, ao articular transporte aéreo, vigilância eletrônica e capacidade de interdição, exemplifica como a infraestrutura militar molda a soberania no Cerrado. A análise geoespacial preliminar indica que o raio operacional dos Gripen NG (aproximadamente 1.500 km) cobre não apenas todo o território brasileiro, mas também o Atlântico Sul e parte da América do Sul, posicionando Anápolis como um *hub* de poder regional.

Em seguida, verificou-se a integração entre defesa e economia. A pesquisa demonstra que a BAAN protege indiretamente o corredor de exportação do agronegócio (soja, milho, carne) que escoa pelo Arco Norte, pelas rodovias BR-153 e BR-060 e pela Ferrovia Norte-Sul. Sem a garantia de estabilidade estratégica proporcionada pela base, a vulnerabilidade logística da região seria significativamente maior.

Além disso, identificou-se a materialização da doutrina do domínio do ar. Nesse sentido, Schramm (2019) e Lima (2004) apontam que o controle do espaço aéreo se tornou a "suprema expressão do poder militar". A BAAN, com sua capacidade de intercepção rápida e dissuasão, materializa essa doutrina no coração geográfico do país. Isso foi identificado nos manuais da FAB (Força Aérea Brasileira, a centralidade da base para a defesa de Brasília e para integração com sistema SIVAM/SIPAM na Amazônia

Ademais, foram percebidos os limites da projeção de poder brasileira. Apesar do potencial da BAAN, o Brasil ainda não ocupa assento permanente no Conselho de segurança da ONU. A discussão aponta que a projeção de poder militar é condição necessária, mas não suficiente, para o reconhecimento como potência global, pesando também fatores diplomáticos, econômicos e a própria composição do sistema internacional pós-1945. De igual modo, a ausência de continuidade na consolidação da base industrial bélica (Fonseca, 2000) impactou os serviços de defesa nacional.

Por fim, entendeu-se a escolha de Anápolis, por meio de sua história e da estratégia utilizada. Os dados históricos indicam que a cidade foi escolhida por sua posição central, por sua proximidade de Brasília, por uma infraestrutura logística pré-existente (ferrovia, rodovia) e por condições topográficas favoráveis. A decisão no final

Realização
Parceiros
Apoio

da década de 1960, inscreveu-se na política de integração nacional do regime militar, alinha à Marcha para o Oeste e à construção de uma capital interiorizada (Vesentini, 1986).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Aérea de Anápolis revela-se como um objeto de estudo privilegiado para compreender as dinâmicas territoriais e as relações de poder no Brasil contemporâneo, particularmente na região do Cerrado. Ao articular história, economia e geopolítica, a pesquisa demonstra que a BAAN não é apenas uma base militar, mas um eixo estratégico territorial que condensa a soberania nacional, projeta poder na América do Sul e protege o principal motor econômico do país.

Os resultados contribuem para o avanço do conhecimento científico sobre defesa e geopolítica no Brasil, preenchendo uma lacuna nos estudos sobre infraestrutura crítica do Cerrado. Para o III Festival do Cerrado, esta pesquisa oferece uma contribuição original: ao olhar para o Cerrado não apenas como bioma ou espaço agrário, mas como território estratégico de poder, evidencia-se a complexidade das relações entre natureza, Estado e segurança. A BAAN, situada no coração do Cerrado goiano, é um lembrete concreto de que a defesa da soberania passa também pelo domínio do ar, pela proteção das infraestruturas e pela capacidade de projetar poder a partir do interior do continente.

AGRADECIMENTOS:

À Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, pelo apoio institucional e infraestrutura acadêmica.

Ao corpo docente do Programa, em especial ao professor Glauber Lopes Xavier, pela disposição para orientar esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo à pós-graduação no país.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2020.

CARMONA, R. G. Pensamento geopolítico brasileiro: trajetória, grandes temas e novos desafios reflexões por ocasião dos 70 anos da escola superior de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 34, n. 70, p. 162-188, jan./abr.2019, 2019. Disponível em: https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1068. Acesso em: 26 out. 2025.

COWEN, D. **The Deadly Life of Logistics**: Mapping Violence in Global Trade. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2020.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Manual de Campanha** - Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira. Brasília: Estado-Maior da Aeronáutica, 2021.

FONSECA, J. W. F. D. O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e seu processo de *Spin-Off*. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 20, n. 3, p. 330–346, jul. 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMMARLY**.** Ferramenta de revisão gramatical online. Disponível em: <https://www.grammarly.com/>. Acesso em: 4 jun. 2026, às 9h.

LIMA, M. F. A. DOS S. O Poder aeroespacial como meio de atuação geopolítica: o espaço mundial, o Brasil e a América do Sul. **Geopauta**, v. 8, p. e14167, 2024.

SCHRAMM, J. F. O domínio do ar: surgimento, impacto e evolução do poder aéreo nas duas grandes guerras mundiais. **Revista da Unifa**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 37-46, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/unifa/images/revista/pdf/v32n2/4_Art_151_Domnio.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, A. M.; ATAIDES, M. Augusto Marques; SANTOS, Tânia Rocha dos. **Base aérea de Anápolis no contexto da geopolítica brasileira**. 2024.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. D. L. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação Em Revista**, v. 41, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-469849377. Acesso em 23 out. 2025.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VIGEVANI, T.; RIBEIRO, M. F.; SOUZA, A. J. Política externa, defesa e indústria bélica: a atuação das potências médias. **Revista Geopolítica(s)**, v. 13, n. 1, p. 11-29, 2022.

DO LIXÃO À RESISTÊNCIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO NO CERRADO GOIANO

Fábio de Melo Bandeira

fabiobandeira@ueg.br – Universidade Estadual de Goiás / Campus Campos Belos-Go

Alessandro Silva Oliveira

alessandro.oliveira@ifg.edu.br – Instituto Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Esta experiência foi realizada no Cerrado goiano, na comunidade Vila Esperança, em Campos Belos-GO, e reúne ações ligadas à pesquisa "A Educação Ambiental Crítica e o Empoderamento da Comunidade Vila Esperança em Campos Belos-Goiás", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo foi fortalecer a conscientização, a participação social e o empoderamento comunitário por meio da Educação Ambiental Crítica, considerando as condições de vulnerabilidade social e ambiental vividas pelos moradores.

A comunidade Vila Esperança está situada próxima à área de descarte de resíduos sólidos do município e convive, há anos, com problemas como precariedade socioeconômica, exclusão social, estigma territorial e impactos ambientais causados pelo descarte inadequado de resíduos. Essa situação compromete diretamente a qualidade de vida dos moradores e reforça a necessidade de ações educativas voltadas para a transformação social e ambiental.

O descarte inadequado de resíduos coloca em risco elementos essenciais do Cerrado, como nascentes, recursos hídricos, solos, fauna e flora. Com isso, compromete a biodiversidade e intensifica situações de injustiça socioambiental que afetam, sobretudo, as populações mais vulneráveis.

A experiência nasce da necessidade de refletir criticamente sobre as desigualdades socioambientais que atingem comunidades periféricas e vulnerabilizadas do Cerrado goiano, especialmente aquelas que convivem diariamente com precarização social, exclusão histórica e impactos ambientais provocados pelo descarte inadequado de resíduos sólidos em Campos Belos.

Com base nos princípios da Educação Ambiental Crítica, o trabalho entende a educação como uma prática emancipatória, dialógica e transformadora, comprometida com a justiça social, a valorização dos saberes populares, o fortalecimento da comunidade e a defesa do Cerrado. Nessa perspectiva, a proposta buscou discutir as relações entre degradação ambiental, desigualdade social e invisibilidade das populações

Realização
Parceiros
Apoio

marginalizadas, reconhecendo os moradores como protagonistas de suas histórias, experiências e formas de resistência.

As ações desenvolvidas buscaram fortalecer espaços de diálogo, escuta sensível e participação coletiva entre universidade e comunidade, valorizando as experiências de vida, os conhecimentos construídos no cotidiano e os processos organizativos dos moradores da Vila Esperança. Além disso, a experiência ajudou a aproximar ensino, pesquisa e extensão, reafirmando o compromisso social da universidade pública com a produção de conhecimentos voltados à transformação social, à sustentabilidade e à construção de práticas educativas comprometidas com a dignidade humana e a preservação do Cerrado.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A experiência ocorreu na comunidade Vila Esperança, em Campos Belos, no Nordeste goiano. O local enfrenta problemas de vulnerabilidade social, falta de políticas públicas efetivas, precariedade nas condições de vida e impactos ambientais causados pela proximidade com o lixão municipal.

A Vila Esperança é um território marcado por fortes desigualdades sociais, mas também por resistência, solidariedade e organização comunitária. Entre os moradores há famílias ligadas ao trabalho informal, à reciclagem e pessoas com pertencimento quilombola, cujos conhecimentos e experiências expressam saberes tradicionais importantes do Cerrado.

Os moradores constroem conhecimentos a partir da vivência diária no território, incluindo saberes sobre o clima, as plantas medicinais, os ciclos naturais, o uso dos recursos naturais e as estratégias coletivas de sobrevivência. Esses saberes foram reconhecidos como fundamentais para orientar as ações educativas e valorizar a identidade local.

Muitas famílias sobrevivem da coleta de materiais recicláveis, uma atividade marcada pela invisibilidade social, pela exposição a riscos ambientais e pela falta de reconhecimento do trabalho dos catadores. Nesse contexto, a experiência buscou compreender como desigualdade social, degradação ambiental e exclusão se articulam, considerando o território como espaço de vida, identidade, luta e resistência.

Participaram das ações moradores da comunidade, lideranças locais, integrantes da Associação de Moradores da Vila Esperança, estudantes de graduação, pesquisadores e docentes da Universidade Estadual de Goiás e do NUPEDEA (Núcleo de Pesquisa de Educação Ambiental). Essa construção coletiva fortaleceu o diálogo entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos populares produzidos no território.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Realização
Parceiros
Apoio

A experiência foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa e participativa, baseada no diálogo, na escuta sensível e na valorização das vivências da comunidade. As primeiras ações do projeto incluíram revisão bibliográfica, aprofundamento teórico sobre Educação Ambiental Crítica e aproximação com lideranças e moradores da Vila Esperança.

Até maio, foram realizadas as atividades previstas no cronograma da pesquisa, como diagnóstico socioambiental participativo, rodas de conversa, observação do território e aplicação inicial de entrevistas e questionários com os moradores. Essas ações permitiram identificar problemas ligados ao descarte inadequado de resíduos sólidos, às condições de trabalho dos catadores, à precariedade habitacional e às dificuldades de acesso a direitos sociais básicos.

Também foram realizadas oficinas de diálogo e reflexão sobre cidadania, sustentabilidade, justiça ambiental e fortalecimento comunitário, com o objetivo de estimular a conscientização crítica e a participação coletiva. As discussões abordaram temas como meio ambiente, dignidade humana, reciclagem, geração de renda e organização social.

A experiência também buscou fortalecer a construção coletiva de alternativas sustentáveis para a comunidade, incluindo debates sobre a futura organização de uma cooperativa de reciclagem e ações de Educação Ambiental voltadas à valorização das pessoas que vivem do trabalho com resíduos sólidos.

Ao longo das atividades, ficou evidente que os moradores possuem conhecimentos importantes sobre o território e sobre os impactos ambientais gerados pelo modelo atual de desenvolvimento. O diálogo entre universidade e comunidade promoveu reflexões sobre justiça socioambiental, defesa do Cerrado e valorização dos saberes populares como instrumentos centrais de transformação social.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Um dos principais aprendizados da experiência foi compreender que a Educação Ambiental Crítica vai além da transmissão de conhecimentos ecológicos. Trata-se de uma prática política e social voltada à emancipação dos sujeitos e ao fortalecimento das comunidades.

A experiência reforçou a importância do diálogo, da escuta e da valorização das vivências comunitárias como caminhos fundamentais para a formação da consciência crítica e para o empoderamento social. As ações desenvolvidas ampliaram as reflexões sobre cidadania, direitos sociais, sustentabilidade e justiça ambiental.

Os principais desafios estiveram ligados às condições de vulnerabilidade da comunidade, à ausência de políticas públicas efetivas e às dificuldades estruturais enfrentadas pelos moradores. A invisibilidade social dos catadores, os impactos ambientais do lixão e a precarização das condições de vida evidenciam a complexidade das desigualdades socioambientais presentes no território.

A invisibilidade social foi um dos aspectos mais marcantes observados ao longo da experiência. Historicamente negligenciados pelo poder público e muitas vezes ignorados pela sociedade, os moradores da Vila Esperança vivenciam processos de exclusão que vão além das carências materiais e atingem também o plano simbólico das relações sociais. Nesse contexto, a comunidade passa a ser alvo de estigmas e estereótipos.

Por viverem próximos ao lixão, esses moradores passam a carregar uma marca social que os diferencia dos demais habitantes da cidade. Suas identidades acabam sendo frequentemente reduzidas ao território onde vivem e às atividades associadas a esse espaço. Com isso, suas histórias, saberes, potencialidades e formas de resistência tendem a ser obscurecidos por visões simplificadoras e preconceituosas, que reforçam a marginalização e a exclusão social.

Assim, a simples menção ao local de moradia costuma ativar estereótipos que associam esses sujeitos à pobreza, à sujeira, à catação de resíduos e a outras imagens socialmente depreciativas. Nos encontros com a comunidade, foi possível refletir sobre como esse processo de exclusão e rotulação se manifesta desde os primeiros anos de vida.

Os relatos dos moradores mostram que, em muitos casos, foi na escola, no convívio com estudantes de outras regiões da cidade, que eles passaram a se perceber como "diferentes". Essa percepção não surgiu de características próprias, mas de relações sociais marcadas por preconceitos e discriminações ligados ao lugar onde vivem. Nesse cenário, apareceram diversas narrativas de *bullying*, constrangimento e exclusão escolar, revelando como o estigma territorial atravessa trajetórias individuais e coletivas e afeta a autoestima, o sentimento de pertencimento e as oportunidades de participação social.

Essas vivências mostram que as desigualdades socioambientais ultrapassam as condições materiais de existência e também se manifestam por mecanismos simbólicos que reforçam a marginalização e a invisibilidade social.

Apesar desses desafios, a experiência fortaleceu os vínculos entre universidade e comunidade, ampliou os espaços de participação coletiva, valorizou os saberes populares e incentivou a construção compartilhada de conhecimentos. Além disso, contribuiu para fortalecer debates acadêmicos e comunitários sobre Educação Ambiental, sustentabilidade e defesa do Cerrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência realizada na comunidade Vila Esperança confirma a importância da Educação Ambiental Crítica como instrumento de formação humana, conscientização social e fortalecimento das lutas coletivas em defesa da vida e do território.

O trabalho mostrou que os problemas ambientais não podem ser analisados separadamente das questões sociais, econômicas, culturais e políticas que geram desigualdade e exclusão. Nesse contexto, a aproximação entre universidade e comunidade foi fundamental para construir práticas educativas comprometidas com a justiça socioambiental e com a valorização de sujeitos historicamente marginalizados.

Realização
Parceiros
Apoio

Mais do que abordar problemas ambientais, a Educação Ambiental Crítica permitiu criar espaços de diálogo, reflexão e fortalecimento das capacidades coletivas da comunidade. O processo mostrou que defender o Cerrado exige reconhecer as populações que vivem nesses territórios, assim como seus saberes, identidades culturais e formas de resistência.

Por fim, experiências como essa reforçam o papel da universidade pública na produção de conhecimentos socialmente referenciados e contribuem para a formação crítica de estudantes, pesquisadores e comunidades envolvidas na defesa do Cerrado e na construção de alternativas sustentáveis e coletivas para o futuro.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Fábio de Melo. A Educação Ambiental Crítica e o Empoderamento da Comunidade Vila Esperança em Campos Belos-Goiás. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Goiás, Anápolis, 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Educação Ambiental e movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. Campinas: Papirus, 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2012.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2013.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005.

OS DIREITOS CULTURAIS E DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS: CIBERCULTURA E REIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO CULTURAL

Caio Alexandre Negrão
caio.negrao@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Márcia Helena de Andrade Couto
marcia.couto@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Lídia da Silva Cruz Ribeiro
lidia.ribeiro@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Liliane Barros de Almeida Cardoso
liliane.cardoso@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Maellen Hyrane Ferreira Sousa
mhyrane@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Melqui Coimbra Lima
melquicoimbralima@aluno.ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A relação entre cultura e território sempre foi estruturante para os povos do Cerrado, onde as tradições revelam uma genuína expressão da relação entre o povo e seu ambiente. No entanto, a expansão da cibercultura tem produzido novas formas de desterritorialização (Sá, 2009, p. 21-22), nas quais as práticas culturais se descolam dos espaços físicos tradicionais e passam a circular em ambientes digitais. Se por um lado esse processo projeta a cultura do Cerrado para além de suas fronteiras, por outro o expõe a processos mercadológicos que convertem seus valores em mercadoria, instrumentalizando a própria relação entre povo e território.

Essa ambiguidade tão presente na contemporaneidade causa a reificação da cultura, ou seja, a conversão de conceitos abstratos em bens culturais de consumo (Oliveira; Melo; Araújo, 2018, p. 41). Tal processo, em última análise, gera a alienação dos povos do Cerrado de seu ambiente, o que pode ser sentido, inclusive, pela degradação e constantes processos de aculturação, constatados pela alteração de manifestações tradicionais, de modo a atender a apelos comerciais.

Este trabalho parte do problema: em que medida a cibercultura, ao mesmo tempo que democratiza o acesso à produção cultural, também pode gerar reificação das expressões culturais do Cerrado, esvaziando seus sentidos originários? O objetivo geral é analisar os tensionamentos entre direitos culturais e desterritorialização no contexto da cibercultura. Especificamente, busca-se: (1) caracterizar o processo de desterritorialização das relações humanas mediado por tecnologias digitais; (2) identificar indícios de reificação da produção cultural de comunidades tradicionais do Cerrado em ambientes virtuais; (3) discutir estratégias de salvaguarda dos direitos culturais frente a esses processos.

Trata-se de pesquisa vinculada ao Projeto de Extensão "*Homo juricidus*: educação em Direitos Humanos", desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Jaraguá, a partir dos cursos de Direito, Ciências Contábeis

Realização
Parceiros
Apoio

e Pedagogia. A problemática se originou da observação de estudantes extensionistas e estudantes secundaristas atendidos pelo aludido projeto de extensão.
A relevância do estudo justifica-se pela urgência em compreender como os mecanismos digitais podem tanto fortalecer quanto fragilizar as culturas ligadas ao território do Cerrado, especialmente diante do avanço do agronegócio e da especulação imobiliária que já pressionam fisicamente essas comunidades, fragilizando identidades a partir de processos de aculturação.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir do método de abordagem hipotético-dedutivo e método de procedimento histórico e observação participante. O percurso metodológico envolveu a revisão do marco teórico construído por ocasião da proposição do projeto de extensão "*Homo juricidus*: educação em Direitos Humanos", bem como daquele constante na ementa da disciplina de "Antropologia Jurídica". No tocante à observação participante, decorreu do desenvolvimento do referido projeto de extensão, ainda em curso. A partir das discussões sobre método na disciplina (Palma, 2023, p. 18) e no projeto envolvido, foi possível cotejar discussões acadêmicas com processos sócio-antropológicos vividos pelos povos do Cerrado, em especial por aqueles situados na região de Jaraguá, a partir de relatos de experiência de estudantes universitários e secundaristas, envolvidos com a extensão universitária. Em especial as discussões de Velho (1981, p. 15-16) referentes às sociedades complexas modernas, forneceram importante aparato conceitual para a discussão da relação entre individualismo e cultura, o que guarda estreita relação com a discussão sobre a reificação cultural e processos de alienação territorial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, fundamentada na observação participante junto ao Projeto de Extensão "*Homo juricidus*: educação em Direitos Humanos", permitiu identificar tensões concretas entre a cibercultura e a preservação dos direitos culturais de comunidades do Cerrado, especialmente na região de Jaraguá-GO. A partir dos relatos de experiência de estudantes extensionistas e secundaristas, bem como do cotejamento com o marco teórico construído na disciplina de Antropologia Jurídica, emergiram dois eixos de análise.
Como primeiro eixo tem-se a dupla face da cibercultura no território. Os relatos indicam que o acesso a tecnologias digitais e redes sociais tem proporcionado visibilidade a práticas culturais tradicionais, como festas de congada, benzeduras, receitas de plantas medicinais e modas de viola, antes restritas ao âmbito comunitário. Nesse sentido, observou-se a disseminação de festas tradicionais, dentre outras práticas tradicionais, a partir de redes sociais e aplicativos de mensagens, o que impulsiona o turismo na cidade de Jaraguá, por exemplo, em períodos de fetas religiosas. Isso sugere que a cibercultura pode operar, num primeiro momento, como ferramenta de revalorização e memória cultural.
Contudo, paralelamente, identificou-se o processo de reificação, a partir da transformação de relações humanas vivas em objetos de consumo

Realização
Parceiros
Apoio

descontextualizado, o que se verifica com a ressignificação de práticas culturais com vistas a atender interesses comerciais. Assim, os conteúdos registrados e compartilhados em plataformas digitais sem curadoria comunitária, passam a ser consumidas como "conteúdo exótico", descoladas de suas funções sociais, e cosmológicas. Há, nesse movimento, uma instrumentalização da cultura que atende a apelos comerciais, como a cessão de espaços públicos para a comercialização de produtos industriais, sem qualquer relação com a cultura local, mas com intensa demanda de consumo.

A desterritorialização e alienação simbólica aparecem como o segundo eixo de análise. A observação participante revelou que a exposição massiva a conteúdos culturais padronizados (virais, tendências algorítmicas) tem gerado, entre jovens do Cerrado, um fenômeno de aculturação silenciosa. Nota-se entre estudantes universitários e secundaristas alienação quanto ao significado de símbolos tradicionais, instrumentalizados como meio de diversão ou oportunidade de empreendedorismo. Isso evidencia que a desterritorialização digital não apenas desloca a cultura de seu espaço físico, mas também reconfigura os desejos e repertórios simbólicos das novas gerações, fragilizando a transmissão intergeracional dos saberes tradicionais.

O território deixa de ser vivido como experiência corpórea e comunitária para se tornar apenas pano de fundo de uma conectividade abstrata, instaura-se um processo de alienação que aprofunda a vulnerabilidade dos povos do Cerrado frente ao avanço do agronegócio e da especulação imobiliária. A degradação ambiental observada na região de Jaraguá, relatada por estudantes que convivem com contaminação de águas fluviais e o desmatamento para pastagem, dialoga diretamente com essa fragilização identitária: não se luta pelo que já não se reconhece como seu.

Uma vez que o projeto de extensão se encontra em execução, não foi o foco do presente estudo a proposição de estratégias de resistência e salvaguarda. Contudo, tendo em vista que um dos objetivos do mencionado projeto é a educação patrimonial, a observação participante deve indicar caminhos de utilização da cibercultura como aliada na preservação da memória dos povos do Cerrado, posto que a técnica não tem o poder de determinar a cultura (Lévy, 2010, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível afirmar que a relação entre cibercultura e direitos culturais das comunidades do Cerrado é marcada por profunda ambiguidade. Os resultados obtidos até o momento, ainda no âmbito de um projeto de extensão em execução, indicam que as tecnologias digitais operam simultaneamente como ferramentas de visibilidade e como vetores de reificação e desterritorialização simbólica.

No primeiro eixo de análise, confirmou-se a hipótese de que a cibercultura pode tanto valorizar quanto fragilizar as tradições do Cerrado. A disseminação de festas religiosas e práticas culturais por meio de redes sociais impulsiona o turismo e gera interesse pela cultura local, o que representa um potencial de revalorização. Por outro lado, o mesmo processo expõe as manifestações tradicionais à lógica mercadológica,

Realização
Parceiros
Apoio

que as ressignifica para atender a interesses comerciais, esvaziando suas funções sociais e cosmológicas originais.

No segundo eixo, evidenciou-se que a exposição massiva a conteúdos padronizados pelas plataformas digitais produz um fenômeno silencioso de aculturação entre jovens do Cerrado. A alienação quanto ao significado de símbolos tradicionais e a sua instrumentalização como mero entretenimento ou oportunidade de empreendedorismo revelam que a desterritorialização digital não é apenas geográfica, mas sobretudo simbólica. Quando o território deixa de ser experiência corpórea e comunitária para se tornar pano de fundo de uma conectividade abstrata, fragiliza-se a própria luta pela sua preservação física.

O presente estudo, contudo, não encerra as questões que suscita. Ao contrário, reconhece suas limitações: o projeto de extensão "*Homo juricidus*" ainda está em curso, e a observação participante segue em andamento. Nesse sentido, os achados aqui apresentados são parciais e devem ser aprofundados em futuras etapas da pesquisa.

Como encaminhamentos futuros, sugerem-se: (a) a consolidação de estratégias de educação patrimonial que utilizem a cibercultura como aliada, sem que isso implique a submissão das culturas tradicionais à lógica algorítmica; (b) o aprofundamento da observação participante junto a lideranças comunitárias e jovens da região de Jaraguá para mapear práticas concretas de resistência digital; (c) a construção coletiva de protocolos comunitários para o uso de imagens, símbolos e saberes tradicionais em ambientes virtuais, assegurando às comunidades o controle sobre suas próprias narrativas.

Reafirma-se, por fim, o compromisso do projeto de extensão com a defesa do território do Cerrado não apenas em sua materialidade, mas também em sua dimensão simbólica e cultural. Afinal, como os próprios resultados indicam, não se luta pelo que já não se reconhece como seu. A cibercultura não é, em si mesma, a vilã da tradição; mas, sem mediações políticas e protagonismo comunitário, ela pode se converter em mais um instrumento de reificação e alienação. O desafio que se coloca é justamente o inverso: colocá-la a serviço da memória, da resistência e da autonomia dos povos do Cerrado.

AGRADECIMENTOS: À Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEG, pela concessão de bolsas de extensão aos estudantes extensionistas envolvidos no Projeto de Extensão "*Homo juricidus*: educação em Direitos Humanos", ao Colégio Estadual São José, instituição parceira na execução da extensão universitária, bem como à Unidade Universitária da UEG em Jaraguá, pelo apoio institucional.

Referências

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de; MELO, Débora Sinflorio da Silva; ARAÚJO, Sandro Alves de. **Fundamentos de sociologia e antropologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Realização
Parceiros
Apoio

PALMA, R. F. **Antropologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SÁ, Alcino José de. **Geografia do direito**: as normas como formas sócio-espaciais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PESQUISA DE CAMPO EM ETNOMUSICOLOGIA: O ENCONTRO COM A MATRIARCA E CERRATENSE MARIA DE LARA

Nome do Autor: Andréa Luísa Teixeira
andrea_luisa_teixeira@ufg.br , Universidade Estadual de Goiás (TECCER) e Universidade Federal de Goiás

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente relato de experiência apresenta uma vivência de pesquisa de campo em etnomusicologia realizada no território do cerrado baiano, tendo como eixo central o encontro com Maria de Lara, matriarca cerratense e guardiã de memórias, saberes e práticas culturais vinculadas à oralidade, à religiosidade popular e às formas tradicionais de sociabilidade. A experiência buscou compreender como a música, os cantos, as narrativas e os modos de vida constituem formas de preservação da memória coletiva e de resistência cultural no cerrado.

A relevância da experiência reside na valorização dos saberes populares femininos e no reconhecimento das matriarcas como agentes fundamentais na transmissão de patrimônios imateriais, especialmente em contextos marcados por transformações sociais e apagamentos históricos.

CONTEXTO TERRITORIAL E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A experiência ocorreu em território cerratense do estado da Bahia, no oeste baiano, povoado de Caititu, distante cerca de 20km da cidade de Correntina, em contexto marcado pela presença de práticas culturais tradicionais, memórias comunitárias e modos de vida ligados à terra, aos cantos de trabalho da terra, à religiosidade e às relações coletivas. O cerrado, enquanto território cultural e ambiental, constitui espaço de profundas disputas relacionais, simbólicas e materiais, mas também de permanência de conhecimentos ancestrais transmitidos oralmente entre gerações.

Os sujeitos envolvidos na experiência foram a pesquisadora, moradores da comunidade e, especialmente, Maria de Lara, reconhecida como matriarca e referência comunitária. Sua trajetória reúne elementos da cultura popular, da musicalidade tradicional, das práticas de cuidado e da preservação da memória coletiva. O encontro estabeleceu-se a partir da convivência, entrevista e da observação participante, princípios fundamentais da pesquisa etnomusicológica.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência desenvolveu-se por meio de visitas de campo, diálogos, registros em áudio e vídeo de narrativas orais e observação das práticas cotidianas da comunidade. Durante os encontros, Maria de Lara compartilhou memórias relacionadas

Realização
Parceiros
Apoio

às festas populares, cantos tradicionais, práticas religiosas e modos antigos de convivência no Cerrado.

Os relatos revelaram a presença da música não apenas como expressão artística, mas como elemento estruturante da vida comunitária, articulando afetos, espiritualidade, trabalho e memória. As canções entoadas e as histórias narradas evidenciaram processos de transmissão de saberes entre gerações, especialmente pelas mulheres mais velhas da comunidade.

A experiência também possibilitou reflexões sobre a importância da oralidade como forma de preservação cultural e sobre a necessidade de registrar práticas frequentemente invisibilizadas pelos modelos hegemônicos de produção do conhecimento. O encontro com Maria de Lara ultrapassou a dimensão documental, tornando-se experiência da ancestralidade cerratense, além da pesquisadora vivenciar a criação de um mito durante o processo da pesquisa.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Entre os principais aprendizados construídos destaca-se a compreensão da música como prática social integrada à vida cotidiana e aos processos de constituição identitária do território e a construção manual dos próprios instrumentos utilizados. A experiência evidenciou ainda a centralidade das mulheres matriarcas na preservação das memórias comunitárias e na continuidade das tradições culturais do cerrado.

Os desafios enfrentados envolveram as dificuldades de apoio financeiro, de acesso a registros históricos formais, a fragilidade das políticas de preservação do patrimônio imaterial e os riscos constantes de apagamento cultural decorrentes das transformações sociais e ambientais no cerrado.

Como contribuição, a experiência fortaleceu processos de valorização dos saberes populares e ampliou a reflexão sobre a etnomusicologia como campo comprometido não apenas com o estudo da música, mas com as relações entre memória, território e cultura. O relato reafirma a importância da pesquisa de campo como prática de aproximação humana e construção coletiva de conhecimento. Dessa pesquisa nasceram dois volumes de CD´s da coleção Sons do Cerrado, idealizado pela pesquisadora, propiciando a divulgação desse importante registro sonoro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encontro com Maria de Lara revelou que a memória do cerrado permanecia viva nas vozes, nos cantos, nas narrativas e nos gestos cotidianos daqueles que preservam os vínculos entre cultura, território e ancestralidade. Mais do que objeto de pesquisa, a experiência constituiu-se como espaço de aprendizado e reconhecimento da potência dos saberes tradicionais.

A experiência aponta para a necessidade de fortalecimento das políticas de valorização das culturas populares e dos patrimônios imateriais do cerrado,

Realização
Parceiros
Apoio

especialmente aqueles mantidos por mulheres guardiãs da memória coletiva. Ao mesmo tempo, reafirma a importância da etnomusicologia enquanto prática de compromisso com as comunidades e seus modos operandi. A importância dessa experiência é vital para que as gerações seguintes não esqueçam suas memórias. Nesse caso, Maria de Lara, já falecida, está guardada através da divulgação dessas gravações.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SMALL, Christopher. *Musicking: the meanings of performing and listening*. Hanover: Wesleyan University Press, 1998.

TEIXEIRA, Andréa Luísa de O. *Anotações e gravações particulares em pesquisa de campo*. Caititu -BA, 1998–2007.

TEIXEIRA, Andréa Luísa de O. *A densidade do próprio na folia de reis: uma interpretação acerca de tempo, mito, memória e sentido*. 2000. Dissertação (Mestrado em Musicologia) – Conservatório Brasileiro de Música, Rio de Janeiro, 2000.

TEIXEIRA, Andréa Luísa de O. & BARBOSA, Altair Sales. Coordenação na *Coleção Sons do Cerrado*. Goiânia: [2002], v. 7 e v. 13, [2006].

Realização
Parceiros
Apoio

Inclusão linguística e pertencimento: a presença Xavante no Restaurante

SILVA, Luciana Helena Alves
proflucianahelena@ufg.br, UFG Campus Goiás UAECSA
BELTRÃO, Danielle Silva
daniellesb@ufg.br, UFG Campus Goiás UAECH
MEDRADO, Francielly Borges
franciellymedrado@discente, UFG Campus Goiás UAECSA
SEVÁ, Janaina Tude
janaina.tude.seva@ufg.br, UFG Campus Goiás UAECSA
CHAVEIRO, Eguimar Felício
eguimar@ufg.br, UFG Campus Samambaia IESA
UPTSE, Taimud Pari
pari@discente.ufg.br, UFG Campus Goiás UAECH

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe a tradução do cardápio e das sinalizações do Restaurante Universitário (RU) para a língua Xavante, configurando uma ação inicial de inclusão cultural de povos originários no Câmpus Goiás da Universidade Federal de Goiás (UFG). O projeto fundamenta-se na valorização da diversidade linguística , buscando reconhecer os saberes, as línguas e as presenças indígenas como parte constitutiva da universidade pública. O objetivo é promover o pertencimento desses sujeitos nos espaços de convivência e alimentação. A iniciativa ancora-se na Política Nacional de Inclusão dos Povos Indígenas e no Decreto nº 6.861/2009, que define territórios etnoeducacionais como diretriz para uma educação plural. Adicionalmente, visa garantir o acesso e a permanência de indígenas na universidade, cuja presença cresceu significativamente após as ações afirmativas estabelecidas pelas Leis nº 12.711/2012 e nº 14.723/2023.

METODOLOGIA

A metodologia baseou-se na interpretação colaborativa dos conteúdos alimentares, utilizando como referência a Cartilha dos Restaurantes Universitários. O processo envolveu três oficinas com estudantes indígenas do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC). A produção das placas bilíngues contou com apoio técnico do laboratório YpêLab/UFG. Além disso, os conteúdos foram inseridos em uma plataforma digital, acompanhados por QR Codes para assegurar acessibilidade expandida. O projeto caracteriza-se por ser uma proposta interdisciplinar, construída através do diálogo entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e LEDOC, em articulação com as ações da Comissão de Inclusão e Permanência (CINPE/UFG), da Secretaria de Inclusão (SIN/UFG) e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFG).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto vai além da adaptação de elementos visuais, propondo uma revisão sobre os modos de ocupar e nomear os espaços institucionais, ao reconhecer as identidades indígenas e suas formas de expressão no cotidiano acadêmico. A colaboração entre

Realização
Parceiros
Apoio

diferentes setores da universidade e a comunidade indígena permitiu que a instituição se redesenhasse como um território de escuta, identidade e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação no RU funciona como um projeto piloto para futuras expansões, como a inclusão de bibliotecas, coordenações, sanitários e novos edifícios, pretendendo incorporar tais diretrizes ao plano diretor do Câmpus. Como etapa final, está prevista uma avaliação da receptividade da comunidade, com o intuito de consolidar a ação como política permanente.

Referências

BANIWA, Gersem S. L. Territórios etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2010, Brasília. Anais... Brasília: MEC, 2010.

BERGAMASCHI, M. A.; SOUSA, F. B. Territórios etnoeducacionais: ressituando a educação escolar indígena no Brasil. Pro-Posições, Campinas, v. 26, n. 2, p. 143-161, 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012.

CHAVEIRO, Eguimar F. Abordagem territorial da alimentação. Goiânia: Kelps, 2025.

DICIONÁRIO Português - Xavante: waradzu mreme - a'uwe mreme. [S.l.: s.n.], [s.d.].

GOIÁS (Município). Diagnóstico Indígena Municipal de Goiás. Goiás: Prefeitura Municipal, [s.d.].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. ASCOM. É preciso superar a epistemologia colonial, diz Gersem Baniwa. Goiânia, 2017. Disponível em: https://www.ufg.br/n/99084-e-preciso-superar-a-epistemologia-colonial-diz-gersem-ban iwa. Acesso em: 3 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Câmpus Goiás. Plantas arquitetônicas do Restaurante Universitário. Goiás: UFG, [s.d.].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Cartilha dos Restaurantes Universitários. Goiânia: UFG, 2022.

DOCUMENTÁRIO CURANDEIRAS: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIA NO CERRADO GOIANO

SILVA, Luciana Helena Alves
proflucianahelena@ufg.br, UFG Campus Goiás UAECSA, Pastoral da Saúde, Diocese de Goiás, Grupo Maria Luiza do distrito de Buenolândia, Mulheres Aroeira
JESUS, Neuzi Souza
Pastoral da Saúde, Diocese de Goiás, Grupo Maria Luiza do distrito de Buenolândia, Mulheres Aroeira
OLIVEIRA, Maria Luiza da Silva
marialgoias@yahoo.com.br, Pastoral da Saúde, Diocese de Goiás, Grupo Maria Luiza do distrito de Buenolândia, Mulheres Aroeira

SINOPSE DO VÍDEO

O documentário "Curandeiras" apresenta a trajetória de três mulheres — Dona Maria Luiza, Neuzi e Luciana Helena — integrantes do coletivo "Mulheres Aroeira", na Cidade de Goiás. O filme mergulha no universo de raizeiras, benzedeiras e curandeiras, articulando memórias e saberes ancestrais com as lutas contemporâneas. O tema central é a transmissão de saberes tradicionais como ferramenta de resistência política e social, enfrentando os desafios do machismo, da destruição ambiental e da urbanização das zonas rurais.

CONTEXTO E SUJEITOS ENVOLVIDOS

A produção situa-se no território do Cerrado, especificamente na Cidade de Goiás/GO, no distrito de Buenolândia e arredores rurais. As protagonistas representam diferentes gerações: duas professoras aposentadas e uma professora universitária, que juntas compõem o coletivo "Mulheres Aroeira". O vídeo retrata o cotidiano destas mulheres em suas interações com a natureza e com suas comunidades, evidenciando o papel da sororidade e da preservação da história feminina local.

OBJETIVOS DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

O vídeo busca registrar e valorizar o conhecimento ancestral sobre plantas medicinais e o cuidado com a saúde natural. Objetiva dar voz às experiências dessas mulheres, denunciar os impactos da destruição da natureza e da urbanização acelerada, e compartilhar o processo de luta coletiva que as define. Pretende, ainda, inspirar o público sobre a importância da memória histórica e da autonomia feminina no contexto do Cerrado.

Realização
Parceiros
Apoio

RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS DE PARTILHA E COM A DEFESA DO CERRADO

A obra dialoga diretamente com a defesa do território do Cerrado ao posicionar as mulheres Aroeira como guardiãs da biodiversidade e da cultura local. O documentário conecta a prática de cura com a proteção do bioma, argumentando que a preservação das raízes e dos saberes é indissociável da preservação da terra. A luta das curandeiras é apresentada como um ato de resistência política contra a degradação do bioma, alinhando-se aos debates sobre território, identidade e soberania das comunidades tradicionais.

INFORMAÇÕES SOBRE O VÍDEO

O formato do projeto é explicitamente definido como um documentário curta-metragem (ou documentário de quintal). Ele mescla características de narrativa coletiva e de registro de experiência, uma vez que é estruturado a partir do cotidiano, relatos de vivências, memórias e ensinamentos tradicionais das mulheres integrantes do coletivo "Mulheres Aroeira".

https://www.instagram.com/curandeiras.filme/ (instagram do documentário)

https://www.instagram.com/reel/DHjAW9Qoc9w/ (vídeo adaptado para 1.30 min)

REFERÊNCIAS

PACHECO, Raquel; CORREIA, Sheila; BRANDÃO, Verônica. Curandeiras: argumento. Cidade de Goiás: [s. n.], 2023. 1 arquivo eletrônico (35 p.). Documento em formato PDF fornecido pelo proponente.

SILVA, Luciana Helena Alves da. O Habitar e a Memória em Terras da Santa: ancestralidade no Arraial da Barra, na cidade de Goiás/GO. 2022. 750 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

SILVA, Luciana Helena Alves da; ALMEIDA, Maria Geralda de. A secular formação territorial sertaneja das “Terras da Santa” no distrito de Buenolândia, cidade de Goiás/GO. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 67-85, abr. 2022. Disponível em: Revistas UFG – Ateliê Geográfico. Acesso em: 23 maio 2026.

SILVA, Luciana Helena Alves da et al. (org.). Terras da Santa. Goiás, GO: AMCPress, 2025.

ENSINANDO BOTÂNICA COM BRIÓFITAS: UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS ILUSTRADOS

Asafe Almeida Santos
Asafealmeida1009@gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Lucas Matheus Rodrigues Pereira
bryo.theus.gmail.com, Universidade Estadual de Goiás
Juliana Simião Ferreira
juliana.ferreira@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

As briófitas são plantas avasculares, representam o segundo maior grupo botânico em diversidade. Tendo como características principais a ausência de vasos condutores lignificados, porte reduzido e dependência da água para fertilização, o que as torna predominantes em ambientes úmidos, embora exibam adaptações a variações ambientais (SHEPHERD, 2003; COSTA, 2010). Atualmente, reconhecem-se três filos monofiléticos nesse grupo: Marchantiophyta (hepáticas), Bryophyta (musgos) e Anthocerophyta (antóceros), os quais colonizam substratos diversificados, como solo, rochas, troncos vivos ou em decomposição, folhas e até superfícies artificiais (PAIVA et al., 2015; SU et al., 2021).

Essas plantas são amplamente distribuídas no mundo, com ocorrência no ártico, em regiões tropicais, desertos e ambientes submersos (COSTA, 2010). Além de sua relevância ecológica como retentoras do solo, bioindicadoras de poluição, possuem aplicações econômicas em medicamentos, jardinagem e como combustível (GLIME, 2007). No entanto, seu estudo enfrenta desafios educacionais significativos. O ensino de Botânica, em geral, carece de abordagens práticas que conectem os estudantes a conceitos ecológicos e econômicos de forma integrada, especialmente no reconhecimento de espécies em seus habitats (TAMASHIRO; KINOSHITA, 2006).
Esse cenário é agravado pelo desinteresse discente, dificuldades em associar teoria e prática e pela relutância docente em abordar o tema (WANDERSEE; SCHUSSLER, 2002; SILVA; GHILARDI-LOPES, 2014; MACEDO et al., 2012; MELO et al., 2012). Em particular, as briófitas são pouco exploradas no ensino básico, muitas vezes relegadas a conteúdos marginais (GEMBAROWSKI; LEWANDOWSKI, 2012). Essa lacuna reflete-se na desconexão entre a importância ecológica desses organismos e o reconhecimento de seu papel pela sociedade (GONÇALVES; MORAES, 2011; NEVES et al., 2019).

Diante disso, metodologias ativas, como jogos didáticos, surgem como alternativas para promover engajamento e aprendizagem significativa (FIGUEIREDO, 2009; FREITAS et al., 2011). Nesse contexto, este projeto propõe desenvolver e implementar materiais ilustrados como recurso pedagógico, junto com práticas interdisciplinares para superar as limitações do ensino tradicional de briófitas. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar e discutir o processo de desenvolvimento e os resultados da aplicação de uma proposta pedagógica sobre briófitas. Busca-se, especificamente, analisar como o uso de materiais ilustrados e

Realização
Parceiros
Apoio

oficinas teórico-práticas impacta o engajamento discente e a superação das dificuldades conceituais tradicionalmente relatadas no ensino de Botânica

A realização da oficina teórico-prática tem como objetivo, contribuir para o ensino de botânica utilizando briófitas como ponto de partida para um despertar e interesse ao estudo das plantas, buscando enfrentar um desafio presente na educação em Ciências da Natureza: a cegueira botânica (WANDERSEE; SCHUSSLER, 1999), e posteriormente reformulada para impercepção botânica (URSI; SALATINO, 2022) condição atribuída a pessoas que, muitas vezes ignoram ou não abordam importância das plantas nos ambientes que vivem. Por meio dessa oficina construída entre teoria e prática, pretende-se não apenas transmitir conhecimentos gerais e científicos sobre as briófitas, mas também estimular a observação atenta da natureza, promover o contato direto com os organismos estudados e ampliar a percepção sobre a diversidade vegetal. Dessa forma, a oficina se propõe a ser uma ferramenta de sensibilização ambiental, incentivando uma relação mais consciente e respeitosa com o mundo vegetal desde seus representantes mais simples.

METODOLOGIA

A pesquisa consistiu no desenvolvimento de materiais didáticos ilustrados e na aplicação da oficina “Todo dia é dia de Ciência: Ensinando Briófitas”, realizada no Laboratório de Ecologia e Educação Científica (LabEduC) com os monitores do projeto “Trilha do Tatu”. Os materiais desenvolvidos incluíram um folder informativo sobre anatomia e classificação e um "Terrário de papel" interativo, projetado para simular um ecossistema fechado e ilustrar as interações ecológicas das briófitas com a microfauna, como tardígrados e caramujos, atuando como um modelo visível de processos ecológicos fundamentais (BROCK et al., 2025).

A intervenção pedagógica foi estruturada em três etapas sequenciais. Inicialmente, realizou-se um diagnóstico estruturado por meio da aplicação de um questionário prévio de dez questões, visando avaliar os conhecimentos basais dos participantes sobre os organismos, estruturas gametofíticas e ciclo reprodutivo das briófitas. Na segunda etapa, de caráter teórico-prático, ocorreu a apresentação da diversidade taxonômica (Hepáticas, Antóceros e Musgos) e das aplicações econômicas do grupo, abordando o uso de esfagno na jardinagem, na indústria cosmética e em bioengenharia. Nessa mesma fase, procedeu-se à distribuição do folder e à dinâmica de montagem do terrário de papel. Por fim, a terceira etapa consistiu em uma saída de campo na Reserva Ecológica local, promovendo a observação in situ das briófitas e a fixação do conteúdo.

A avaliação da eficácia da oficina e dos materiais aplicados baseou-se na comparação qualitativa entre o diagnóstico prévio e um questionário pós-oficina, instrumento que também mensurou o nível de satisfação dos participantes. Os dados obtidos subsidiarão o aprimoramento deste kit de ensino botânico. Concluída a intervenção, os recursos produzidos foram integrados ao acervo do LabEduC, garantindo sua disponibilidade para futuras ações educacionais em ambientes formais e não formais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realização
Parceiros
Apoio

A aplicação do questionário diagnóstico revelou que os participantes possuíam um conhecimento geral satisfatório sobre as briófitas, com um alto desempenho na maioria das questões (Figura 1). Esse resultado positivo está diretamente atrelado ao perfil do público, composto integralmente por graduandos do curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) da UEG-CET, pertencentes ao primeiro, segundo e quarto períodos. O embasamento teórico dos discentes do segundo e quarto períodos decorre da conclusão da disciplina de Sistemática de Criptógamas, enquanto os alunos ingressantes adquiriram familiaridade prévia com o tema por meio das vivências no projeto de extensão "Trilha do Tatu". As diferenças nessas trajetórias acadêmicas e de extensão explicaram as variações de desempenho observadas no diagnóstico.

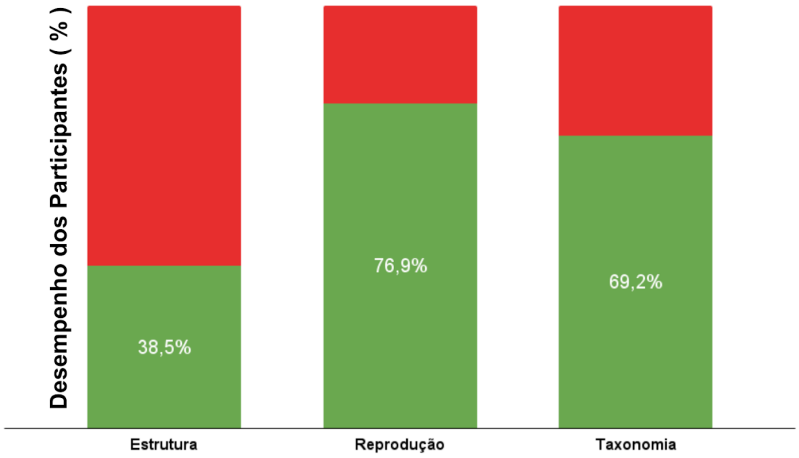


Figura 1 - Distribuição percentual de respostas corretas e incorretas aos conceitos abordados.

Apesar do bom aproveitamento conceitual generalizado, a análise detalhada dos dados detectou uma lacuna específica e significativa: 62,5% das respostas incorretas concentraram-se nos tópicos referentes à estrutura e morfologia das briófitas. Essa dificuldade de abstração e compreensão anatômica corrobora o fenômeno da impercepção botânica (WANDERSEE; SCHUSSLER, 1999), refletindo um obstáculo persistente no ensino de Ciências da Natureza. Para superar tais barreiras de aprendizagem em conteúdos morfológicos complexos, a literatura aponta que é fundamental o emprego de práticas pedagógicas que exijam a participação ativa e concreta dos estudantes (KRASILCHIK, 2004).

Diante dessa defasagem morfológica diagnosticada, os produtos educacionais desenvolvidos e implementados na oficina ganharam centralidade. O uso conjunto do folder informativo e do terrário de papel demonstrou grande relevância para mitigar a incompreensão estrutural, permitindo aos alunos visualizar a anatomia e simular as interações ecológicas desses vegetais de forma tátil e contextualizada. Considerando que as briófitas são historicamente sub-representadas e relegadas a conteúdos marginais na educação básica (GEMBAROWSKI; LEWANDOWSKI, 2012), a confecção desses materiais consolida-se como uma intervenção prática eficaz para ressignificar o ensino do grupo, transformando a impercepção em aprendizagem palpável e integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina teórico-prática demonstrou que, embora a grade curricular proporcione aos discentes um bom domínio conceitual prévio, o ensino da morfologia das briófitas ainda representa um desafio significativo devido ao seu alto grau de abstração. Esse cenário reafirma que a superação de tais obstáculos exige abordagens que ultrapassem a exposição teórica tradicional (KRASILCHIK, 2004).

Conclui-se que o desenvolvimento e a utilização de materiais didáticos práticos, como o folder e o terrário de papel, são estratégias essenciais para materializar o ensino de botânica, facilitando a visualização anatômica e a compreensão ecológica de forma interativa. Como encaminhamentos futuros, os dados coletados subsidiarão o refinamento deste kit educativo, o qual será integrado ao acervo do LabEduC e aplicado continuamente em ambientes escolares e não formais, visando combater a impercepção botânica na educação básica.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Universidade Estadual de Goiás (UEG) pela concessão da Bolsa de Incentivo à Extensão Discente na Graduação (BEX - Edital PRE 006/2025), fundamental para o desenvolvimento deste trabalho e para a minha formação acadêmica. Agradeço também à Profa. Juliana Simião Ferreira pela orientação, dedicação e apoio contínuo em todas as etapas da pesquisa, e ao coorientador Lucas Matheus pela colaboração e auxílio deste trabalho. Agradeço também aos monitores da trilha do tatu por participares ativamente da oficina, e atodos que ajudaram direta e indiretamente nesse projeto.

Referências

BROCK, C. C. *et al*. Terrários como recurso didático no ensino de ecologia: uma experiência multidisciplinar no ensino médio. **Periódicos Brasil: Pesquisa Científica**, Macapá, v. 4, n. 2, p. 744-769, 2025. DOI: 10.36557/pbpc.v4i2.445. Disponível em: https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/445.

CARMO, E. P. M. do *et al*. Oficinas pedagógicas: estratégias para o ensino de educação ambiental em Cametá-PA. **Ciências em Foco**, Campinas, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9886.

FELIX, O. M. S.; AVELINO, C. M.; AVELINO, F. M. O uso do terrário na sala de aula como ferramenta didática no ensino de biologia para aluno do ensino médio, no Instituto Federal de Educação do Piauí, Campus Floriano (PI). **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 7841-7854, jan. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-531.

FERREIRA, A. *et al*. Oficina em saúde e meio ambiente: contribuições para o ensino de biologia. **Revista Areté | Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 104-114, maio 2017. Disponível em: https://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/171.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

Realização
Parceiros
Apoio

OLIVEIRA, M. C. da S. *et al*. Estratégias para o ensino e aprendizagem da evolução das plantas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 8, p. 3130-3138, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i8.20813.

PEREIRA, A. B.; PUTZKE, M. T. L.; PUTZKE, J. Proposta metodológica para a melhoria da aprendizagem em briologia. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 17, n. 7, e8844, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n7-030.

REIS, H. S. dos; DUARTE, N. S.; PINHO, M. J. S. Didactic strategies for teaching botany in basic education: a bibliographical review. **Revista Semiárido de Visu**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 941-952, 2024. DOI: 10.31416/rsdv.v12i2.638. Disponível em: https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/638.

VIEIRA, A. M. C. *et al*. Ações didáticas e estratégias pedagógicas para o ensino de botânica no município de Macapá, Amapá. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 147-156, 2025. DOI: 10.17921/2447-8733.2025v26n1p147-156.

VIEIRA, V. J. da C.; CORRÊA, M. J. P. O uso de recursos didáticos como alternativa no ensino de botânica. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 309-327, 2020. DOI: 10.46667/renbio.v13i2.290.

CORREDORES CULTURAIS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: O POTENCIAL DAS TRILHAS DE LONGO CURSO EM SERRANÓPOLIS (GO) PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO RUPESTRE

Georgios Dimitriadis
dir.cientifico.icco@gmail.com, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro
Vandervilson Alves Carneiro
vandervilson.carneiro@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás
Regina Maria Lopes
lopesregina@ufj.edu.br, Universidade Federal de Jataí

INTRODUÇÃO

As trilhas de longo curso (TLC) transcendem a função de simples infraestruturas de lazer, configurando-se como estratégias de conectividade de geopaisagens e corredores culturais essenciais para o planejamento territorial (Brasil, 2018; Souza; Faria, 2025; Omena; Bregolin, 2020). No contexto do patrimônio arqueológico, essas rotas funcionam como eixos integradores que vinculam sítios de arte rupestre à sua matriz geobiofísica, promovendo uma visão sistêmica onde a conservação da geobiodiversidade e a salvaguarda do patrimônio cultural são indissociáveis (Souza, 2012). Este estudo destaca a relevância das TLC's na estruturação de políticas públicas que visam mitigar a fragmentação territorial, utilizando a arte rupestre como vetor de identidade geoterritorial e desenvolvimento local sustentável (Marques *et al*., 2025). O objetivo central é analisar como a implementação de corredores culturais pode articular a preservação do registro arqueológico com o uso público ordenado e a dinamização socioeconômica da comunidade local de Serranópolis / GO.

METODOLOGIA

A metodologia fundamenta-se na análise da paisagem cultural como unidade de gestão, utilizando o conceito de "laboratório territorial" para a aplicação de diretrizes de ordenamento. O trabalho foi realizado por meio de: 1) revisão bibliográfica sobre a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso (RedeTrilhas) e modelos internacionais de corredores culturais; 2) diagnóstico situacional do potencial arqueoturístico e das condições de conservação de abrigos naturais; 3) proposição de critérios para a delimitação de rotas oficiais que minimizem impactos ambientais e maximizem a experiência educativa do visitante. A abordagem foca na governança interinstitucional, sugerindo a integração entre esferas governamentais, pesquisadores e a sociedade civil para a construção de um modelo de gestão participativa e territorialmente sensível, capaz de transformar áreas negligenciadas em polos de desenvolvimento de base comunitária.

Realização
Parceiros
Apoio

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região de Serranópolis, no sudoeste de Goiás, apresenta-se como um cenário exemplar para a aplicação deste modelo piloto. Com uma densidade excepcional de sítios arqueológicos (abrigos naturais com pinturas e gravuras milenares), o território possui os atributos necessários para a estruturação de uma TLC que funcione como um corredor cultural de referência (Souza, 2012; Brasil, 2018). Os resultados indicam que a conexão desses sítios a áreas de Cerrado preservado e bacias hídricas não apenas amplia o valor simbólico do patrimônio, mas também viabiliza cadeias produtivas sustentáveis, como o geoturismo e a oferta de serviços especializados (Marques *et al*., 2025). A proposta inclui a implementação de sinalização interpretativa, centros de apoio ao visitante e programas de capacitação para guias locais, garantindo que a valorização do patrimônio gere benefícios diretos à população rural. Serranópolis atua, portanto, como um laboratório para o desenvolvimento de metodologias replicáveis, demonstrando que a gestão integrada do território pode reverter processos de degradação e fortalecer a soberania cultural local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trilhas de longo curso em áreas de arte rupestre constituem ferramentas potentes para a consolidação de políticas públicas integradas. Permitindo que o patrimônio deixe de ser um elemento estático e isolado para se tornar um componente dinâmico da paisagem e da economia regional. As considerações finais apontam que o sucesso desta iniciativa em Serranópolis depende da continuidade da governança participativa e do monitoramento constante dos impactos ambientais e arqueológicos. Como encaminhamento futuro, sugere-se a expansão do modelo para outras regiões do Brasil central, promovendo a formação de uma consciência coletiva sobre a importância da preservação das geopaisagens. Em última análise, o fortalecimento dos corredores culturais em conexão às trilhas de longo curso é fundamental para assegurar a sustentabilidade futura e a resiliência das identidades culturais frente às pressões do desenvolvimento predatório.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Rede nacional de trilhas de longo curso e conectividade (RedeTrilhas)**. Brasília: MMA, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbio/dap/rede-trilhas-de-longo-curso. Acesso em: 26 abr. 2026.

MARQUES, A. J. M. *et al*. Desenvolvimento socioeconômico e preservação cultural: o papel do turismo arqueológico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 297-311, 2025. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/19760. Acesso em: 26 abr. 2026.

OMENA, M. T.; BREGOLIN, M. A importância das trilhas regionais para viabilização da rede brasileira de trilhas de longo curso. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 01-21, 2020. Disponível em:

Realização
Parceiros
Apoio

https://www.scielo.br/j/asoc/a/ZYZhHKKK3WYkc36RW4WXLqj/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 26 abr. 2026.

SOUZA, C. G. S. **O turismo arqueológico na preservação do patrimônio cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis - GO**. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Centro Nacional de Arqueologia, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em https://bibliotecadigital-web.iphan.gov.br/server/api/core/bitstreams/68dbdaf4-6d1f-464e-8674-ecb05f6c0c7e/content. Acesso em: 26 abr. 2026.

SOUZA, G. S.; FARIA, K. M. S. Áreas de influência das trilhas de longo curso: proposta para o Caminho de Cora Coralina, no Centro Oeste Goiano, estado de Goiás. **Revista Geofronter**, Campo Grande, v. 11, p. 01-22, 2025. Disponível em https://periodicosonline.uems.br/GEOF/article/view/9229. Acesso em: 26 abr. 2026.

AS RELAÇÕES DE PODER E A GEOPOLÍTICA DO VOTO E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM GOIÁS DE 1988 A 2024

Lorena Oliveira Ribeiro Couto
E-mail: lorena.couto@ueg.br Universidade Estadual de Goiás
Marco Túlio Martins
E-mail: marco.martins@ueg.br Universidade Estadual de Goiás

INTRODUÇÃO

A geopolítica do voto feminino e o aumento da representação das mulheres no cenário político-partidário têm se consolidado como temas de grande repercussão não apenas no âmbito das pesquisas acadêmicas, mas também nas discussões cotidianas presentes nos mais diversos níveis sociais e culturais. A crescente visibilidade dessa temática está diretamente relacionada à ampliação da presença feminina em espaços de poder que, até poucas décadas atrás, eram ocupados quase exclusivamente por homens.

A motivação das mulheres para conquistar o direito ao voto e, posteriormente, poderem disputar cargos eletivos ultrapassa os limites da política. Votar e ser votada representa o reconhecimento de um direito fundamental que as insere efetivamente nos processos de decisão e nas dinâmicas territoriais de poder, permitindo sua atuação sobre estruturas historicamente impostas pela cultura patriarcal. Essa conquista vai além do exercício do sufrágio, pois este processo pode determinar quem terá acesso aos recursos, influência sobre as decisões públicas e prioridade em demandas que resultarão na formulação de políticas públicas.

Diante destes fatos, a inserção feminina na política representa também uma disputa territorial e simbólica, na medida em que rompe barreiras históricas e redefine relações de poder construídas ao longo do tempo. Para melhor compreensão desse processo relacionado às disputas pelo direito ao voto e à representatividade feminina nos espaços políticos, segue imagem ilustrativa:

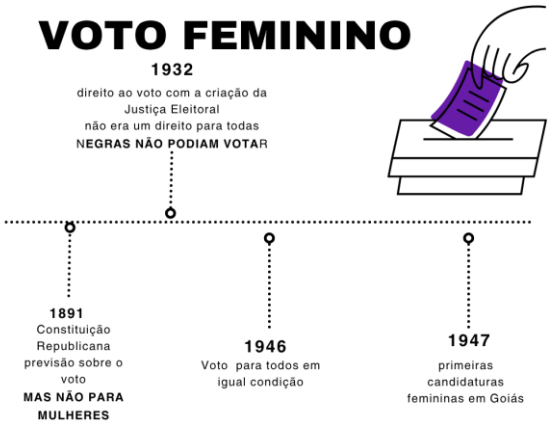


Imagem criada pela autora com recursos do Canva

Estes registros do percurso datam de antes da atual Constituição Federal do Brasil, que veio fortalecer a igualdade entre os gêneros conforme expressado na Lei maior:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

Realização
Parceiros
Apoio

> inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

E qual a razão de abordar atualmente este tema, se as mulheres já possuem respaldo legal e se elegem em Goiás desde 1947, quando ocorreram as primeiras eleições após o período ditatorial? A necessidade dessa abordagem permanece justamente porque, apesar da relevância da temática, ainda é difícil encontrar literatura que discuta de maneira específica, clara e aprofundada essa vertente, uma vez que existem muitas lacunas ou direcionamentos voltados a finalidades distintas sobre a questão. Dessa forma, torna-se necessário construir materiais por meio de pesquisas que evidenciem o processo histórico e as lutas que as mulheres ainda enfrentam para alcançar representatividade e também serem representadas de acordo com suas próprias convicções e demandas sociais.

Em síntese, este trabalho pretende discutir uma realidade que já deveria estar consolidada sem a necessidade de constantes questionamentos. Entretanto, o que se percebe é que a cultura presente no território frequentemente se sobrepõe aos direitos formalmente garantidos, fazendo com que a mulher ainda necessite justificar socialmente seu direito de ocupar todos os espaços. Mais do que nunca, torna-se necessário ampliar o lugar de fala em seu sentido mais concreto, favorecendo o debate acerca de como as relações de poder atravessam os direitos e as formas de participação política, para que essa discussão deixe de permanecer restrita ao ambiente universitário ou às disputas partidárias e alcance efetivamente a sociedade como um todo.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se na utilização articulada dos métodos dedutivo e indutivo para analisar as relações de poder e a representatividade feminina na política goiana entre 1988 e 2024. O estudo possui caráter exploratório, descritivo e qualiquantitativo, utilizando dados coletados nos sites oficiais do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os quais serão organizados e tabulados para análise das mulheres eleitas no período. A pesquisa também recorrerá à análise documental, legislativa e bibliográfica, considerando legislações, projetos de lei, produções acadêmicas, trajetórias políticas e registros institucionais relacionados à participação feminina nos espaços de poder. A escolha do estado de Goiás justifica-se por suas características históricas, culturais e conservadoras, que influenciam diretamente as relações de gênero na política. Além disso, serão utilizadas referências interdisciplinares sobre território, gênero, representação política e relações de poder, com apoio de bases científicas como Google Acadêmico e SciELO, visando compreender os desafios, avanços e permanências da participação feminina nos espaços de decisão política no território goiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço de partilha 1 do III Festival do Cerrado tem como foco as dinâmicas territoriais, em que este estudo abordará “Geopolítica em áreas de cerrado”. Para abordar essa temática inserindo as mulheres no contexto político, será utilizada a expressão conhecida como Geografia Política, termo desenvolvido a partir das formulações teóricas de Friedrich Ratzel em 1897. Para o autor, solo e Estado possuíam

Realização
Parceiros
Apoio

uma profunda ligação, uma vez que as comunidades, ao desenvolverem sentimento de pertencimento e "enraizamento" ao território, passam a explorar suas potencialidades e estabelecer relações mais intensas com o espaço vivido. Essa perspectiva dialoga diretamente com a temática em estudo, pois a vinculação ao território produz reflexos nas representações políticas, considerando que aqueles que mais se apropriam do espaço também tendem a possuir maior influência sobre as decisões e sobre os processos de poder. Embora Ratzel direcionasse suas análises ao Estado, é necessário compreender que o Estado não se materializa fisicamente, sendo representado pelos sujeitos e grupos que ocupam os espaços de decisão.

Nesse cenário político e geográfico, torna-se indispensável contextualizar a figura feminina. Para isso, será utilizada como referência a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", escrita por Olympe de Gouges em setembro de 1791, documento elaborado muito antes de as mulheres terem seus direitos amplamente assegurados pela legislação brasileira. O texto evidencia que as relações entre os gêneros historicamente foram marcadas por disputas e desigualdades, nas quais os espaços de fala e participação eram definidos a partir de critérios subjetivos que relegavam a mulher a uma posição inferior na sociedade. Sobre a obra mencionada, merece destaque o que está disposto no seguinte artigo:

> Art. II - O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem: Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e sobretudo, a resistência à opressão.

Este registro elaborado há mais de duzentos anos e em outro continente ainda se mostra atual em contextos bastante diversos, pois a realidade das mulheres em Goiás continua marcada por limitações e cerceamentos de direitos que se manifestam de maneira hostil. Essa realidade produz, como contrapartida, processos de resistência feminina que se posicionam em pautas essenciais e fortalecem a organização de grupos e movimentos sociais voltados à luta por políticas públicas de enfrentamento às violências e discriminações. Entre essas pautas femininas goianas insere-se o Cerrado, espaço que representa fonte de renda, identidade cultural e possibilidade de sobrevivência por meio de seus recursos naturais. Através do uso consciente desses recursos, torna-se possível desenvolver práticas sustentáveis e preservar os saberes culturais tradicionais. Entretanto, mesmo atuando em defesa do bioma, muitas mulheres ainda não possuem garantias efetivas de titularidade e também disputam o direito de permanecer, ocupar e usufruir plenamente do território.

Essa realidade pode ser observada em organizações como as "Mulheres Coralinas", grupo inspirado em Cora Coralina, importante autora que viveu no estado de Goiás e também enfrentou inúmeras dificuldades ao longo de sua trajetória. Atualmente, sua figura tornou-se referência na valorização do Cerrado, na disseminação da cultura local e no fortalecimento dos vínculos sociais e culturais das comunidades goianas. É possível perceber que esses agrupamentos e movimentos sociais têm destacado cada vez mais a atuação feminina, especialmente na Cidade de Goiás, onde as mulheres vêm conquistando espaços de destaque em diferentes áreas. Como exemplo, destaca-se a atual vice-prefeita do município, Zilda Lôbo, cuja presença representa um marco

Realização
Parceiros
Apoio

territorial na política local historicamente marcada pela baixa representatividade feminina.

Entretanto, essa não é uma realidade exclusiva do município, pois em Goiás ainda são poucas as mulheres que alcançaram cargos de maior projeção política. Segundo dados oficiais, a participação feminina nos espaços de poder permanece reduzida quando comparada à presença masculina, evidenciando permanências históricas nas estruturas políticas e sociais do território. Nesse contexto, torna-se necessário também refletir sobre o voto enquanto prática política e territorial. O ato de votar ultrapassa a simples ação eleitoral, pois envolve relações sociais, culturais, identitárias e territoriais que influenciam diretamente as escolhas políticas. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de John Agnew (1987), para quem o comportamento eleitoral está profundamente relacionado ao ambiente social local. De maneira semelhante, Rubens de Toledo Junior (2007) afirma que "a geopolítica do voto é uma via promissora para compreender como as elites locais mantêm sua influência e de que maneira o espaço é instrumentalizado na manutenção de estruturas de poder". A partir dessas perspectivas, percebe-se que escolher representantes vai além do processo eleitoral em si, envolvendo motivações ligadas a ideologias, interesses, perspectivas e disputas territoriais. Nesse cenário, dominar e participar desse espaço sociobiodiverso torna-se um desafio ainda maior quando grupos historicamente fragilizados buscam inserir-se e disputar legitimamente esses espaços de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa explana sobre a participação política feminina no território goiano e como ela ocorre em meio às disputas de poder. O objetivo inicial foi alcançado, pois as informações levantadas possibilitarão a construção de um material que poderá ser difundido e utilizado como fonte de consulta, fortalecendo essa discussão e contribuindo para que as mulheres sejam vislumbradas com um olhar mais consciente sobre sua atuação política e territorial.

Os resultados demonstram que ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois, embora as mulheres representem parcela significativa da população, no território goiano ainda permanecem desigualdades quando se trata do acesso aos cargos de maior visibilidade e influência política. Dessa forma, percebe-se que as relações de poder historicamente estabelecidas continuam interferindo diretamente na representatividade feminina. Este trabalho contribui para o fortalecimento da presença feminina ao evidenciar o quanto as mulheres ainda se encontram deslocadas em determinados espaços políticos e institucionais, além de favorecer a conscientização sobre a necessidade de ampliar os debates relacionados à igualdade de gênero e à participação política. Entre as dificuldades encontradas para a realização deste estudo destaca-se o acesso a informações específicas sobre as mulheres, pois grande parte dos materiais e sistemas de dados disponíveis ainda não contempla a questão de gênero de maneira detalhada, o que provoca morosidade e, muitas vezes, desestimula pesquisas que adotam essa temática como objeto de investigação.

Referências

AGNEW, John. *Mapping politics: how context counts in electoral geography*. Political Geography, v. 15, n. 2, p. 129-146, 1996. *Apud*: DE AZEVEDO, Daniel Abreu. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. *GEOUSP*, São Paulo, v. 27, n. 2, e-204649, 2023.

ADERSON 13: candidato a prefeito em Goiás. *O Tempo*, 2024. Disponível em: https://www.otempo.com.br/eleicoes/2024/candidatos/goias/goias/prefeito/aderson-13. Acesso em: 21 abr. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2026.

DE AZEVEDO, Daniel Abreu. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. *GEOUSP*, São Paulo, v. 27, n. 2, e-204649, 2023.

FRANÇA. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791). Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/DeclaraDirMulherCidada1791RecDidaPESSOALJNETO.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

GEOPOLÍTICA do voto feminino em Goiás desde 1988. *Google Scholar*. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=GEOPOLITICA+DO+VOTO+FEMININO+EM+GOIAS+DESDE+1988&btnG=. Acesso em: 20 abr. 2026.

https://www.canva.com/design/DAHHfN89WMs/ta_prj8Etgz3nXKjmH1Eaw/edit Acesso em: abr. 2026.

MULHERES coralinas: a poética do empoderamento feminino no cerrado. *Projeto Colabora*, 2024. Disponível em: https://projetocolabora.com.br/ods5/mulheres-coralinhas-a-poetica-do-empoderamento-feminino-no-cerrado/. Acesso em: 21 abr. 2026.

MULHERES na preservação do cerrado. *Poder360*, 2024. Disponível em: https://www.poder360.com.br/opiniao/mulheres-na-preservacao-do-cerrado/. Acesso em: 21 abr. 2026.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas, v. 29: Geografia e Política). p. 12-13. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

REVISTA GEO. Artigo científico. *Revista GEO*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 4, edição especial, p. 1-27. Disponível em: https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/686/503. Acesso em: 21 abr. 2026.

TOLEDO JUNIOR, Rubens de. O lugar e as eleições: a expressão territorial do voto no Brasil. *GeoTextos*, v. 3, n. 1-2, p. 171-183, 2007.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Dados abertos: candidatos*. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?groups=candidatos. Acesso : 21 abr. 2026.